



Rosa Maria Torte da Cunha

Alfabetização de Jovens e Adultos no
Estado do Rio de Janeiro, Brasil: o significado
de um desafio para a inclusão social

Universidade do Minho
Instituto de Educação





Universidade do Minho
Instituto de Educação

Rosa Maria Torte da Cunha

Alfabetização de Jovens e Adultos no
Estado do Rio de Janeiro, Brasil: o significado
de um desafio para a inclusão social

Tese de Doutoramento
Ciências da Educação

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor Eugénio Adolfo Alves da Silva

e co-orientação da
Professora Doutora Thereza Penna Firmeo

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 31 de outubro de 2014

Nome completo: Rosa Maria Torte da Cunha

Assinatura: Rosa Maria Torte da Cunha

Dedico este trabalho à Michelle Torte Taulois, minha filha querida. A dor de sua ausência fez com que eu me debruçasse na realização de um trabalho, para ocupar o vazio que você deixou e fazer-me útil para a construção de um mundo melhor.

Que saudade!

Olhando as águas do mar,
Em vão, procuro você.
Tento entender o porquê...
Não consigo sublimar...
Que tristeza, ainda se vê!
Por mais que eu queira abafar,
Às vezes, nem quero crer,
Preciso me conformar.
Mesmo clamando ou implorando,
Você não pode voltar!...

O mar tem colo maior
Do que eu podia te dar,
Mas sua ausência é o pior,
Que se possa imaginar...
Busco sua referência,
Olho tudo ao meu redor,
Suplico a Deus por clemência,
A minha dor ainda é maior...
Sem consolo e em aflição,
Se quebrou meu coração!...

Você não queria isso...
você não queria assim...
certa vez, até pediu,
que eu fosse além do previsto.
É por isso que eu insisto,
Prosseguindo, ainda resisto,
Desde que você partiu!...

Quero que saiba, querida,
Você vive dentro em mim,
Como no início da vida,
Nós duas, demais unidas,
Do princípio até o fim!

E é por isso que eu me esforço
Para honrar sua memória,
Tentando levar em frente,
Sua história, nossa história...
Cuidando um pouco de mim,
Melhorando o que restou,
Lutando, me defendendo,
Tentando sobreviver,
Procurando resolver,
Ressurgir do que sobrou!...

A dor, quando se apresenta,
Promove a transformação
Nos fortalece e acrescenta
Novo olhar, compreensão...

Por isso levei adiante
A minha grande missão
Busque um foco importante
Na Área da Educação

Me dediquei a estudar
A situação vivida
pelos que não sabem ler
e nem tampouco escrever
população excluída

se você estivesse
certamente ia dizer:
porque esta gente padesse?
Tal não pode acontecer.

Dedico a você, por isso,
Esta contribuição
Assumindo o compromisso
Com ternura e devoção
de honrar a sua memória
trabalhando, como sempre,
com plena dedicação
com garra, força e coragem
favorecendo a inclusão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Arquiteto Maior da construção da Vida, por permitir a construção deste trabalho, dando-me a força e a coragem necessárias para trilhar esta caminhada e alcançar sua terminalidade.

À Fundação Cesgranrio, na pessoa de seu Presidente, Professor Carlos Alberto Serpa de Oliveira, pela grande oportunidade de, no trabalho desenvolvido nesta instituição, executar tarefas, efetuar contatos e participar de atividades que colaboraram, de forma significativa, na transformação de conhecimentos teóricos em práticas criativas, também utilizadas na elaboração desta Tese de Doutorado.

À Professora Doutora Maria Luiza Barbosa Chaves, pela confiança, estímulo e prontidão em viabilizar minha aproximação com a Universidade do Minho, na pessoa do Professor Doutor Carlos Estêvão, acreditando em minhas possibilidades para a realização de um trabalho deste porte. Ambos me motivaram ao prosseguimento de estudos e isto foi primordial, naquele momento de minha vida.

À Professora Doutora Fátima Cunha Ferreira Pinto, “amiga *de tantos caminhos e tantas jornadas*”, pelo acompanhamento, indireto, mas frequente, para que este estudo fosse realizado; pela confiança e pela força sempre presentes, em muitos momentos de minha vida.

À Professora Terezinha Saraiva, pelo convívio fraterno, pelas lições recebidas, pelo exemplo que nos confere em todos os momentos, pela grande colaboração no desenvolvimento deste trabalho, enfim, pelas vivências e experiências, alegres e tristes, que juntas partilhamos e pela sua dedicação à causa dos excluídos.

Ao Professor Doutor Eugénio Adolfo Alves da Silva, meu estimado Orientador, que abraçou meu Projeto em primeira hora, pela disponibilidade, pela confiança, pela liberdade de ação que me concedeu para redigir este estudo, pelas sugestões oportunas de revisões ou de acréscimos e, sobretudo, pela oportunidade de desfrutar do convívio de um grande profissional e de pessoa especialíssima, comprometida com as causas das populações menos favorecidas.

À Professora Doutora Thereza Penna Firme, minha Orientadora no Brasil, amiga de todas as horas, pela competência, gentileza e disponibilidade demonstradas ao longo do percurso da realização deste trabalho; pelo acompanhamento direto, estímulo e auxílio, tão necessários para vencer os obstáculos surgidos no trato com Programas Sociais, especialmente com Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, apontando-me, sempre, uma luz ao fim do caminho.

À Doutora Ângela Rabello pelo apoio que sempre me foi dado, nos momentos difíceis que vivi, por despertar-me para a importância do prosseguir e pelo estímulo para a realização deste trabalho.

Ao Doutor Carlos Fernando Motta pela presença constante em minha vida, viabilizando o reforço necessário à minha caminhada pessoal e profissional, pela confiança em mim depositada, pelo valor dado à minha produção e ao meu progresso, e pela disponibilidade de me ouvir.

Ao Sylvio Barreto, grande amigo de todas as horas, por acompanhar-me, sempre, no decorrer de todo período da elaboração deste estudo, que com suas vivências e experiências na Área de Informática, favoreceu e possibilitou uma apresentação visual neste padrão.

Aos amigos Flaviana Ribeiro, Gloria Jean, Heloisa Rego, Lígia Auricchio e Márcio Galli, pelo apoio incondicional na etapa da realização das entrevistas, pela grande colaboração na leitura e conferência dos dados coletados e pelas palavras de ânimo, sempre oportunas, em todos os momentos.

A Anna Karla S. da Silva Bibliotecária do Curso de Mestrado da Fundação Cesgranrio, pela dedicação e afinho com que auxiliou-me no indispensável registro correto de todas fontes consultadas para desenvolver este estudo, uma vez que o mesmo se constitui [...] *num coral de tantas vozes, com tão diferentes timbres e tonalidades.*

À Secretaria de Educação da Cidade do Rio de Janeiro – Coordenadores, Diretores e Professores da Educação de Jovens e Adultos – que desenvolvem o Programa de Alfabetização. À Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro – Coordenadores e Professores – que desenvolvem o Programa Brasil Alfabetizado. Aos Diretores, Coordenadores e Professores dos Colégios Santo

Agostinho, Santo Inácio e Sagrado Coração de Maria – pelo comprometimento com os Programas de Alfabetização, e por permitirem a realização de minhas entrevistas, bases deste estudo, pela disponibilidade e pelo esforço demonstrado em fazer sempre o possível para desenvolver o árduo trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Às Autoridades e Especialistas que me honraram em colaborar com este estudo, concedendo-me entrevistas, permitindo a transparência de seus nomes e me fornecendo dados preciosos, que enriqueceram, sobremaneira, o conteúdo desta Tese de Doutorado.

Aos alunos entrevistados, pela credibilidade e confiança manifestadas em todos os momentos das entrevistas, pela esperança e crença no futuro, vislumbradas em seus olhos, e por permitirem minha presença em suas vidas, ao relatarem fatos significativos, motivo de honra para mim, mas, também, de responsabilidade e compromisso com o que me foi confiado.

À Mônica Torte da Cunha, minha filha querida, com a minha declaração de amor, pelo companheirismo, respeito e compreensão, quanto às minhas ausências e dificuldades, apoiando-me incondicionalmente e dividindo seu espaço em minha vida, com aqueles que foram o alvo do meu trabalho,

À minha neta Gabriela Torte Trompovsky Taulois que, mesmo distante, ocupa um lugar especial em meu coração.

E, agradeço, também, a Você, que anonimamente, colaborou para que esta jornada fosse cumprida.

“A teoria sem a prática vira verbalismo, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.” (Paulo Freire)

“A alfabetização não deve ser entendida como a aquisição dos rudimentos da leitura e da escrita, mas como parte de uma educação vinculada a todas as dimensões de vida, que assegura não só o domínio da leitura e da escrita, mas que permita ao indivíduo participar do processo sócio-cultural político do seu tempo.” (Terezinha Saraiva)

“Educar é fazer ser, isto é, dar a chance para que cada um se construa como indivíduo e ator social, como cidadão inscrito num projeto de vida, capaz de se conduzir face às circunstâncias da vida, decidindo conscientemente o seu futuro num compromisso com a produção do seu próprio devir.” (Eugénio Adolfo Alves da Silva)

“Pesquisa e Avaliação: não há como confrontar uma com a outra. Ambas são igualmente importantes e necessárias sempre que realizadas em sintonia com seus respectivos padrões de excelência, para o alcance pleno de seus elevados propósitos.” (Thereza Penna Firme)

Alfabetização de Jovens e Adultos no Estado do Rio de Janeiro, Brasil: o significado de um desafio para a inclusão social

RESUMO

O estudo referente à Alfabetização de Jovens e Adultos na Cidade do Rio de Janeiro e seu significado para a inclusão social desta população foi desenvolvido a partir de aspectos relevantes relacionados com os protagonistas deste processo - alunos, professores, coordenadores, gestores e especialistas - ou seja, quem são; como vivem; o que pensam. Nesse sentido, buscou contextualizar o analfabetismo de jovens e adultos, em termos nacionais, no período de 1970 a 2010. Pensamentos, críticas e sugestões de estudiosos do tema foram trazidos a esse estudo, na tentativa de analisar o significado e a utilidade dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos para a integração pessoal e social de seus participantes. Para fundamentar a investigação, foram priorizadas reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos, no que tange à Alfabetização, no âmbito da Educação Básica na qual a pedagogia Freiriana mereceu especial destaque. A Legislação Educacional Brasileira que trata dessa etapa de ensino foi então analisada em seus detalhes mais pertinentes. Ressaltou-se o analfabetismo na Educação Brasileira e os mais recentes Programas em nível nacional, para sua erradicação: Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1970/1996), Programa Alfabetização Solidária-PAS (1997/2002) e Programa Brasil Alfabetizado (2003 até os dias atuais). Um aspecto importante foi o exame dos fatores que afetam o sucesso da Alfabetização de Jovens e Adultos e a importância da continuidade de estudos nesse processo.

Delineou-se como campo do estudo, a Região Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro, situada no Estado do Rio de Janeiro/Região Sudeste/Brasil. A população-alvo incluiu alunos e professores de programas regionais e locais das Redes Estadual, Municipal e Particular de Ensino. São ainda componentes dessa população, especialistas e autoridades que, de alguma forma, tiveram participação direta ou indireta na alfabetização em estudo.

Procedimentos qualiquantitativos foram utilizados para a coleta de dados, por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a uma amostra de alunos e professores, pertencentes aos diferentes tipos de Programas, anteriormente mencionados. Aos especialistas e autoridades foi aplicada entrevista com questões abertas, no contato direto individual. As respostas dos diferentes atores foram analisadas e categorizadas.

Os resultados revelaram que os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos são necessários à inclusão social de seus participantes, uma vez que a grande maioria dos alunos afirmou sentir-se mais integrada nos diversos grupos sociais a que pertence e declarou seu interesse em dar continuidade aos estudos. Professores, autoridades e especialistas, por sua vez, foram unânimes em considerar a alfabetização como o primeiro passo para o exercício consciente da cidadania. Contudo, há necessidade de maior articulação dos Programas com os Órgãos Governamentais e com a sociedade em geral, para propiciar a esses alunos uma alfabetização de qualidade, na qual se inclua a formação da pessoa e do cidadão, tanto no que se lhes oferece, como na preparação dos professores. É também essencial a continuidade dos estudos dos egressos dos Programas e o provimento de condições exequíveis para que os alunos possam trabalhar e estudar, sem prejuízo de qualquer dessas atividades. Espera-se que assim eles possam se integrar plenamente nos grupos sociais aos quais pertencem por direito. Outra importante constatação é a premência de se valorizar o profissional que atua nas classes de Alfabetização de Jovens e Adultos.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização de Jovens e Adultos – Continuidade de Estudos – Professores Alfabetizadores de Jovens e Adultos – Políticas Públicas Educacionais.

Literacy for Youth and Adults in the State of Rio de Janeiro, Brazil:
the meaning of a challenge for social inclusion

ABSTRACT

This study is centered on the literacy programs for youth and adults in the city of Rio de Janeiro in Brazil and their importance of such programs for the social inclusion of this population segment. The research originated from relevant concerns about the protagonists of the literacy process - students, teachers, coordinators, administrators and specialists: who they are, how they live, and what they think. To this end, the issue of illiteracy among youth and adults was examined within the national context during the period from 1970 to 2010. Thoughts, critiques, and suggestions of professionals and researchers were gathered and brought into the study in an attempt to analyze the meaning and utility of the literacy programs for the personal and social integration of the participant youth and adults.

To lend theoretical support for the investigation, priority was given to reflections in the area of basic education about the literacy process of youth and adults, with particular emphasis on the pedagogy of Paulo Freire. Relevant aspects of the Brazilian Educational Legislation concerning this basic stage of schooling were then analyzed. The analysis highlighted illiteracy in Brazilian education as well as the main national programs implemented for eradicating it, such as: Movimento Brasileiro de Alfabetização/Mobral (Brazilian Movement for Literacy) -1970-1996; Programa de Alfabetização Solidária/PAS(Program of Supportive Literacy) - 1997-2002; and Brasil Alfabetizado (Brazil made Literate) -2003 to present. An important aspect was to examine the factors that affect the success of the literacy programs of youth and adults along with the importance of continuing education of participants beyond the programs.

The setting of the study was the metropolitan region of the city of Rio de Janeiro, located in the south eastern part of the state of Rio de Janeiro. The target population included students and teachers of regional and local programs of the municipal, state and private educational systems. Other members of this

group were specialists and authorities that directly or indirectly participated in the literacy process.

Qualitative and quantitative procedures were utilized to collect data including semi-structured interviews conducted with a sample of students and teachers from the different types of programs mentioned earlier. For specialists and authorities an individual interview with open questions was administered in direct contact with the author. Responses were analyzed and categorized.

Results showed that literacy programs for youth and adults are necessary to promote social inclusion of their participants. A large majority of students stated feeling more integrated into the various social groups to which they belonged, and declared their interest in continuing their studies. Teachers, authorities and specialists unanimously considered literacy as the first step for the conscious exercise of citizenship. However, there is also a great need for stronger articulation among literacy programs, governmental organizations and society in general, in offering those students a high quality literacy program that can provide personal and citizenship development both through content and through teacher preparation. It is also essential to ensure that the exiting students continue their studies after the program and to provide feasible conditions to help them study and work at the same time without disrupting either situation. It is thus hoped that they will be fully integrated into the social groups to which they have the right to belong. One other important conclusion was about the urgency of valuing the professional who conducts the literacy classes for youth and adults.

Key words: Literacy of youth and adults –continuity of studies – literacy teachers for youth and adults– public educational policy

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais
INAF	Indicador de Analfabetismo Funcional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
EJA	Educação de Jovens e Adultos
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
SECAD	Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PETI	Programa de Erradicação do trabalho Infantil
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
PEI	Programa Educação Integrada
PAF	Programa de Alfabetização Funcional
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
EDUCAR	Fundação Nacional de Jovens e Adultos
PNAC	Programa Nacional de Educação e Cidadania
ACULT	Agente Cultural
ECULT	Encarregado Municipal
PIPMO	Programa Intensivo de Reparação de Mão de Obra
ISOP	Instituto de Seleção e Orientação Profissional
AAPAS	Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária
UNIG	Universidade Iguazu
PAET	Programa de aperfeiçoamento do Ensino Técnico
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
UNISOL	Universidade Solidária
SEF	Secretária de Ensino Fundamental

CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
SME	Secretária Municipal de Educação de Curitiba
PUC	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
ONG	Organização não governamental
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
SECAD	Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI	Serviço Social da Indústria
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
BVJ	Benefício Variável Jovem
PNCT	Programa Nacional de Controle da Tuberculose
SUS	Sistema Único de Saúde
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PNEH	Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
CREJA	Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos
PEJA	Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos
CREP	Cólegios da Rede de Ensino Particular
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
PNAD	Pesquisa Nacional de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Série histórica do Analfabetismo no Brasil de 1900 a 2010...	26
Quadro 2	Distribuição dos Analfabetos por Gênero.....	27
Quadro 3	Distribuição dos Analfabetos por Faixa Etária.....	27
Quadro 4	Distribuição dos Analfabetos por Cor.....	28
Quadro 5	Distribuição dos Analfabetos por Faixa Salarial.....	28
Quadro 6	Distribuição dos Analfabetos pro Regiões Brasileiras.....	29
Quadro 7	Investimento Público Direto em Educação (despesa em Reais por estudante).....	52
Quadro 8	Principais Ideias Educacionais de Paulo Freire.....	64
Quadro 9	A educação na Constituição Brasileira de 1988.....	71
Quadro 10	Primeira Abordagem da Educação de Jovens e Adultos no Legislação Educacional Brasileira.....	72
Quadro 11	Ensino Supletivo na Lei nº 5.692/71.....	73
Quadro 12	Regulamentação do Capítulo IV da Lei nº 5.992/71.....	74
Quadro 13	Atual Regulamentação da educação de Jovens e Adultos..	75
Quadro 14	Síntese Conclusiva.....	76
Quadro 15	Programas mais recentes para Erradicação do Analfabetismo no Brasil.....	81
Quadro 16	Movimento Brasileiro de Alfabetização.....	84
Quadro 17	Programas Desenvolvidos pelo MOBREAL.....	84
Quadro 18	Programa de Alfabetização Funcional.....	84
Quadro 19	Programa de Educação Integrada.....	87
Quadro 20	Programa Mobral Cultural.....	90
Quadro 21	Programa de Profissionalização.....	93
Quadro 22	Programa de Educação para Saúde Comunitária.....	94
Quadro 23	Programa Diversificado de Ação Comunitária.....	97
Quadro 24	Processo de Implantação do Programa de educação Comunitária para Saúde nos Municípios.....	99
Quadro 25	Atividades realizadas nos Programas.....	100
Quadro 26	Programa de Autodidatismo.....	101
Quadro 27	Comunidade Solidária.....	107
Quadro 28	Comunidade Solidária Principais Programas de âmbito	

	Nacional.....	109
Quadro 29	Programa Alfabetização Solidária – PAS.....	110
Quadro 30	Programa Brasil Alfabetizado.....	121
Figura 1	Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização – Características e Componentes Essenciais.....	132
Quadro 31	População do Município do Rio de Janeiro de Pessoas não Alfabetizadas, acima de quinze anos.....	148
Quadro 32	Evolução histórica da Cidade do Rio de Janeiro.....	149
Figura 2	Delineamento do Estudo.....	154
Quadro 33	Desdobramento das Questões do Estudo em Questões Decorrentes.....	155
Gráfico 1	Distribuição dos Alunos quanto à Faixa Etária.....	163
Gráfico 2	Faixa Etária.....	164
Gráfico 3	Etnia.....	167
Gráfico 4	Naturalidade.....	169
Gráfico 5	Teve Oportunidade de Estudar em Escola Regular?.....	171
Gráfico 6	Por que saiu da Escola Regular?.....	172
Gráfico 7	Quanto saiu da Escola Formal?.....	173
Gráfico 8	Uso do Computador.....	175
Gráfico 9	É beneficiado por algum Programa Social.....	176
Gráfico 10	Participação em Programas Sociais.....	177
Quadro 34	Programas Sociais Oferecidos pelo Governo do Brasil apontados pelos alunos.....	179
Quadro 35	Programas Sociais Oferecidos pelo Governo que não foram apontados pelos Alunos.....	191
Gráfico 11	Autoestima.....	193
Gráfico 12	Documentação Civil.....	200
Gráfico 13	Voto nas últimas Eleições.....	200
Gráfico 14	Escolha dos Candidatos.....	202
Gráfico 15	Profissões.....	203
Gráfico 16	Possibilidade de Horários.....	205
Gráfico 17	Você Recebe Elogios por Frequentar o Programa.....	206
Gráfico 18	Frequência no Programa de Alfabetização.....	207
Gráfico 19	Você concluiu a Alfabetização no Programa que Frequentou?.....	207

Gráfico 20	Se você não concluiu a Alfabetização informe os motivos....	209
Gráfico 21	Qual dos Componentes do Programa você tem facilidade de aprender?.....	210
Gráfico 22	Qual dos Componentes do Programa Você tem maior dificuldade de aprender?.....	211
Gráfico 23	Qual dos Componentes do Programa Você mais gosta de Estudar?.....	212
Gráfico 24	Práticas de Saúde Preventivas.....	219
Gráfico 25	Preservação do Meio Ambiente.....	222
Gráfico 26	Participação em Atividades Culturais.....	224
Gráfico 27	Participação em Atividades Esportivas.....	225
Gráfico 28	Ocupação do Tempo Livre.....	227
Gráfico 29	Opções de Cursos de Qualificação Profissional.....	229
Gráfico 30	Informações Complementares.....	231
Quadro 36	Fala dos Alunos quanto à adesão do Programa de Alfabetização.....	231
Quadro 37	Fala dos Alunos quanto à Autoestima.....	232
Quadro 38	Fala dos Alunos quanto às Aprendizagens Independentes.	233
Quadro 39	Fala dos Alunos quanto a Continuidade de Estudos.....	234
Quadro 40	Fala dos Alunos quanto aos Desafios.....	235
Quadro 41	Fala dos Alunos quanto à Discriminação, Exclusão e Preconceito.....	235
Quadro 42	Fala dos Alunos quanto às expectativas de Vida.....	237
Quadro 43	Fala dos Alunos quanto às Melhorias Declaradas de Comportamento.....	237
Quadro 44	Fala dos Alunos quanto à participação em atividades Culturais e de Lazer.....	238
Quadro 45	Fala dos Alunos quanto a participação nas eleições e na Política.....	239
Quadro 46	Fala dos Alunos quanto à Qualificação Profissional.....	240
Quadro 47	Fala dos Alunos quanto às Questões de Saúde.....	241
Quadro 48	Fala dos Alunos quanto as Reivindicações.....	241
Quadro 49	Fala dos Alunos quanto a religiosidade.....	242
Quadro 50	Fala dos Alunos Quanto a renda Familiar.....	243
Quadro 51	Fala dos Alunos quanto ao Senso Crítico.....	243

Quadro 52	Fala dos Alunos quanto ao Trabalho Infantil e Compromissos Juvenis.....	244
Quadro 53	Fala dos Alunos quanto a Valorização do Estudo.....	245
Quadro 54	Fala dos Alunos quanto à Valorização do Professor.....	246
Quadro 55	Fala dos Alunos quanto à valorização do Programa de Alfabetização.....	247
Quadro 56	Fala dos Alunos quanto á Violência.....	248
Quadro 57	Distribuição dos Professores por localização dos Programas onde atuam e seus Locais de Residência.....	251
Gráfico 31	Naturalidade.....	253
Gráfico 32	Vínculo Empregatício.....	254
Gráfico 33	Remuneração.....	254
Gráfico 34	Faixa Etária.....	255
Gráfico 35	Etnia.....	257
Gráfico 36	Nível de Escolaridade.....	258
Gráfico 37	Habilitações.....	259
Gráfico 38	Capacitação em Alfabetização de Jovens e Adultos.....	261
Gráfico 39	Periodicidade do Planejamento.....	270
Gráfico 40	Disciplinas que Compõem.....	273
Gráfico 41	Disciplinas mais Fáceis.....	275
Gráfico 42	Disciplinas mais Difíceis.....	276
Gráfico 43	Métodos Utilizados para Alfabetizar.....	277
Gráfico 44	Professores e Atividades Culturais.....	279
Gráfico 45	Professores e Tempo Livre.....	281
Gráfico 46	Formação de Turma.....	282
Quadro 58	Distribuição de Alunos por Turmas de Alfabetização.....	282
Quadro 59	Distribuição de Alunos que frequentam a Escola Regular por Professores.....	283
Quadro 60	Alunos que frequentaram outros Programas de Alfabetização.....	284
Quadro 61	Alunos que leem e escrevem independentes do conteúdo ensinado nos Programas.....	285
Gráfico 47	Alternativas mais Viáveis para Continuação de Estudos.....	289
Gráfico 48	Medidas para Facilitar ao Aluno Trabalhar e Estudar.....	291
Gráfico 49	Noções Básicas de Informática.....	293

Gráfico 50	Informações Complementares.....	294
Quadro 62	Fala dos Professores quanto à Valorização Profissional.....	295
Quadro 63	Fala dos Professores quanto a Desvalorização Profissional	296
Quadro 64	Fala dos Professores quanto à realização Pessoal.....	297
Quadro 65	Fala dos Professores quanto à integração aos Programas...	299
Quadro 66	Fala dos Professores quanto à escolha da Profissão.....	300
Quadro 67	Fala dos Professores quanto a outras Informações.....	301
Quadro 68	A percepção dos Professores sobre a Alfabetização de Jovens e Adultos comparada à Alfabetização de Crianças...	304
Quadro 69	Percepção dos Professores sobre a existência de exigências teriam oriundas do Mundo Digital com relação aos Alunos no Programa.....	306
Quadro 70	Síntese Interpretativa dos Resultados.....	357

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Varição dos Grupos Religiosos.....	170
----------	------------------------------------	-----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	26
2	FUNDAMENTAÇÃO.....	47
2.1	REFLEXÕES PRELIMINARES.....	47
2.2	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ALFABETIZAÇÃO, NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.....	50
2.3	A PEDAGOGIA FREIREANA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ALFABETIZAÇÃO.....	58
2.4	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ALFABETIZAÇÃO – NO BRASIL, NA PERCEPÇÃO DE OUTROS ESTUDIOSOS.....	65
2.5	O DIREITO DOS JOVENS E ADULTOS À ALFABETIZAÇÃO E À EDUCAÇÃO NO LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA.....	70
2.5.1	Lei nº 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	71
2.5.2	Lei nº 5.692/71 – Lei de Diretrizes e Bases do ensino de 1º e 2º graus Educação Nacional.....	72
2.5.3	Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	75
2.6	O ENFRENTAMENTO DO ANALFABETISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	78
2.6.1	Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL.....	81
2.6.2	Programa Alfabetização Solidária – PAS.....	104
2.6.3	Programa Brasil Alfabetizado.....	115
2.7	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA ALÉM DA ALFABETIZAÇÃO – CONTINUIDADE.....	129
2.8	FATORES QUE AFETAM, SEVERAMENTE, O SUCESSO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ALFABETIZAÇÃO.....	142
3	METODOLOGIA.....	146
3.1	POPULAÇÃO ALVO.....	147
3.2	A CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	148
3.3	DELINEAMENTO DO ESTUDO.....	152
3.4	ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DO ESTUDO.....	155
4	RESULTADOS.	161
4.1	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS – ALUNOS.....	162
4.1.1	Distribuição dos Alunos quanto ao Gênero.....	162
4.1.2	Distribuição dos Alunos quanto à Etnia.....	166
4.1.3	Distribuição dos Alunos quanto à Moradia.....	167

4.1.4	Distribuição dos Alunos à Naturalidade.....	168
4.1.5	Distribuição dos Alunos quanto à Religião.....	169
4.1.6	Distribuição dos Alunos quanto ao Estado Civil.....	170
4.1.7	Situação dos Alunos quanto à Oportunidade de Estudar em escola Regular na Idade própria.....	171
4.1.8	Situação dos Respondentes quanto ao Analfabetismo Digital.....	174
4.1.9	Situação dos Respondentes quanto aos Benefícios dos Programas Sociais oferecidos pelo Governo.....	176
4.1.10	Situação do Alunos quanto ao Conhecimento do Programa.....	192
4.1.11	Situação dos Alunos quanto à Autoestima.....	193
4.1.12	Situação dos Alunos quanto ao Processo de Comunicação e Continuidade de Estudos.....	195
4.1.13	Situação dos Alunos quanto a Integração Social.....	197
4.1.14	Situação dos Alunos quanto à Percepção de Direitos e Deveres.....	197
4.1.15	Situação dos Alunos quanto à Documentação Civil.....	198
4.1.16	Situação dos Alunos quanto ao Ato Cívico de Votar.....	200
4.1.17	Situação dos Alunos quanto à Profissões e trabalho.....	203
4.1.18	Situação dos Alunos a Períodos, Frequência e Aproveitamento nos Programas de Alfabetização.....	206
4.1.19	Situação dos Alunos quanto a utilização dos Conteúdos Aprendidos no Programa.....	209
4.1.20	Situação dos Alunos quanto a Dificuldade, Possibilidades e Preferências.....	210
4.1.21	Situação dos Alunos quanto ao Material Didático: Recebimento e Utilização.....	214
4.1.22	Situação dos Alunos quanto a Aprendizagens Independentes.....	215
4.1.23	Situação dos Alunos quanto às Práticas de Saúde Preventiva.....	218
4.1.24	Situação dos Alunos quanto a dificuldade na Fala, Visão, Audição e Movimentação.....	220
4.1.25	Situação dos Alunos quanto a Preservação do Meio Ambiente.....	222
4.1.26	Situação dos Alunos quanto à Participação em Atividades Culturais, Esportivas e de Lazer.....	223

4.1.27	Situação dos Alunos quanto à opção por Cursos de Qualificação Profissional.....	228
4.1.28	Situação dos Alunos quanto ao Oferecimento de Informações Complementares.....	230
4.2	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS – PROFESSORES.....	249
4.2.1	Localização dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	250
4.2.2	Localização das Residências dos Professores.....	251
4.2.3	Local de Nascimento dos Professores.....	252
4.2.4	Vínculo Empregatício.....	253
4.2.5	Remuneração.....	254
4.2.6	Faixa Etária.....	255
4.2.7	Gênero.....	256
4.2.8	Etnia.....	256
4.2.9	Estado Civil.....	257
4.2.10	Religião.....	257
4.2.11	Nível de Escolaridade.....	258
4.2.12	Capacitação ou Treinamento em Alfabetização de Jovens e Adultos.....	259
4.2.13	Experiência em Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	261
4.2.14	Razão da escolha para atuar em Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	262
4.2.15	Percepção da Valorização Profissional.....	263
4.2.16	Percepção da Realização Profissional.....	264
4.2.17	Integração no Programa em que Atua.....	265
4.2.18	Valorização quanto comparados aos Professores das Classes de Alfabetização de Crianças.....	266
4.2.19	Planejamento do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	268
4.2.20	Periodicidade do Planejamento do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	269
4.2.21	Elaboração do planejamento do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	269
4.2.22	Acompanhamento por Especialistas.....	270
4.2.23	Participação em Reuniões Pedagógicas.....	271
4.2.24	Recebimento de Material Didático.....	271

4.2.25	Utilização de Recursos Didáticos.....	272
4.2.26	Disciplinas que compõem o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	272
4.2.27	Seleção e Organização dos Conteúdos das Aulas.....	274
4.2.28	Disciplinas que os Alunos têm maior facilidade em Aprender.....	274
4.2.29	Disciplinas que os alunos têm maior dificuldade em Aprender.....	275
4.2.30	Métodos Utilizados para Alfabetizar.....	276
4.2.31	Inclusão de Atividades Culturais no Planejamento.....	278
4.2.32	Participação dos Professores em Atividades Culturais.....	279
4.2.33	Aproveitamento do tempo livre dos Alunos.....	280
4.2.34	Utilização pelo Professor de seu próprio tempo livre.....	280
4.2.35	Formação das turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	282
4.2.36	Presença de alunos que frequentaram a Escola Regular anteriormente ao Programa.....	283
4.2.37	Alunos que frequentam outro Programa de Alfabetização.....	284
4.2.38	Alunos que leem ou escrevem.....	285
4.2.39	Utilização das habilidades adquiridas pelos alunos em outras situação de vida.....	286
4.2.40	Utilização das habilidades adquiridas pelos alunos em situações de trabalho.....	287
4.2.41	Percepção nos alunos de dificuldades na Fala, Visão, Audição e Movimentação.....	288
4.2.42	Indicação de Alternativas para o Prosseguimento de Estudos dos Alunos.....	288
4.2.43	Situação dos Alunos com Referência a Trabalho e Emprego.....	290
4.2.44	Indicação de alternativas que permitam aos Alunos estudarem e trabalharem.....	291
4.2.45	Percepção das Dificuldades das Exigências do Mundo Digital.....	292
4.2.46	Domínio de Noções Básicas de Informática pelo Professor.....	292
4.2.47	Informações Complementares.....	294
4.3	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS – AUTORIDADES.....	309

4.4	SÍNTESE INTERPRETATIVA DOS RESULTADOS.....	356
5	CONCLUSÕES E PISTAS PARA REFLEXÃO.....	368
5.1	ALUNOS.....	369
5.1.1	Conclusões.....	369
5.1.2	Pistas para Reflexão.....	373
5.2	PROFESSORES.....	377
5.2.1	Conclusões.....	377
5.2.2	Pistas para Reflexão.....	382
5.3	ALUNOS E PROFESSORES – ALGUMAS RESPOSTAS COINCIDENTES.....	387
5.3.1	Conclusões	387
5.3.2	Pistas para Reflexão.....	388
5.4	AUTORIDADES E ESPECIALISTAS.....	388
5.4.1	Conclusões.....	388
5.4.2	Pistas para Reflexão.....	391
6	LIÇÕES APRENDIDAS.....	393
	REFERÊNCIAS.....	396
	APÊNDICES.....	410
	Apêndice A – Instrumentos de Pesquisa de Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	411
	Apêndice B – Instrumento de Pesquisa de Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	433
	Apêndice C – Entrevistas com Especialista e Autoridades.....	448
	Apêndice D - CHECKLIST.....	450

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países com alto índice de jovens e adultos analfabetos, abrangendo uma população de aproximadamente 14 milhões de pessoas acima de 15 anos que se encontram nessa situação lamentável. Apesar dos esforços nacionais, as estatísticas disponíveis mostram que os índices de analfabetismo vêm baixando, que os resultados ainda estão muito abaixo do desejável. Para ilustrar este fenômeno, basta tomar os anos de 1900, 1950, 2000 e 2006 como referência: em 1900, 65,3% da população era analfabeta, o que, em números absolutos, representava 6.348.000; em 1950, o índice de analfabetismo baixou para 50,6% embora, em números absolutos houvesse 15.272.000 jovens e adultos analfabetos, devido ao aumento da população. Em 2000, o índice baixara para 14,7% que representava 16 milhões de analfabetos.

Em 2006, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, (IBGE, 2009) que representava um novo olhar sobre a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios - PNAD 2006, constatou-se que o analfabetismo ainda afetava 10,4% da população de jovens e adultos, representando 14,4 milhões de pessoas (SARAIVA, 2008). Mais recentemente, em 2008, esse percentual, palidamente, baixou para 10%, o que corresponde a 14,2 milhões de analfabetos (RIBEIRO; JUNGBLUT; MARTIN, 2009).

Esse imenso contingente, por não dominar a escrita e a leitura, continua marginalizado da vida cidadã. O quadro a seguir ilustra a série histórica:

Quadro 1 - Série Histórica do Analfabetismo no Brasil de 1900 a 2010

1900		1950		2000	
Índice 63,3%	População analfabeta 6.348.000	Índice 50,6%	População analfabeta 15.272.000	Índice 14,7%	População analfabeta 16.000.000
2006		2008		2010	
Índice 14,4%	População analfabeta 14.400.000	Índice 10,0%	População analfabeta 14.200.000	Índice 9,7%	População analfabeta 13.934.000

Fonte: a Autora (2013).

Informações mais específicas corroboram para seguir ilustrando a problemática em questão. Segundo os dados revelados pela Síntese dos Indicadores Sociais divulgados pelo IBGE, referentes a 2006, é possível apresentar-se a fotografia do analfabetismo no Brasil, em preto e branco e sem retoques.

O índice de analfabetismo entre as mulheres continua maior que entre os homens: 57,5 e 42,5%, respectivamente (SARAIVA, 2008).

Quadro 2 - Distribuição dos Analfabetos por Gênero

Mulheres: Índice	Homens: Índice	Observação
57,5%	42,5%	Tem-se neste quadro um dos indicadores de que, no Brasil, o Analfabetismo apresenta predominância de gênero.

Fonte: SARAIVA, 2008.

Considerando a faixa etária, os dados referentes a 2006 mostravam que o maior índice se encontrava entre pessoas de 40 a 57 anos – 36,4%, seguido do índice de 29,4%, na faixa etária de 65 anos ou mais. Já de 25 a 39 anos, o índice foi de 19%, e de 9,4%, na faixa entre as pessoas de 60 a 64 anos. O índice caiu para 5,8%, na faixa etária de 15 a 24 anos. Esta diminuição foi, sem dúvida, consequência do esforço que o Brasil realizou para matricular no ensino fundamental 97% da população de 7 a 14 anos, quase atingindo a universalização (SARAIVA, 2008).

Quadro 3 - Distribuição dos Analfabetos por Faixa Etária

Faixa Etária	Índice
15 a 24 anos	5,8%
25 a 39 anos	19,0%
40 a 59 anos	36,4%
60 a 64 anos	9,4%
65 ou mais	29,4%
O decréscimo é consequência do esforço realizado pelo governo para matricular no Ensino Fundamental 97% da população, na faixa etária de 07 a 14 anos, quase atingindo assim a universalização.	

Fonte: SARAIVA, 2008.

Os dados do IBGE permitem conhecer, também, as informações sobre o analfabetismo referentes à cor e à renda. Dos analfabetos, 32% são brancos e 67,4% são pretos ou pardos (SARAIVA, 2008).

Quadro 4 - Distribuição dos Analfabetos por Cor

Analfabetos brancos	Analfabetos negros, pardos ou mestiços.
Índice	Índice
32%	67,4%

Fonte: SARAIVA, 2008.

Quanto à renda, assim se distribuíram, em 2006, os analfabetos: 17,9% recebiam até meio salário mínimo; 13,7% de meio a um salário mínimo; 6,5% de um a dois salários mínimos, e 1,3% mais de dois salários mínimos (SARAIVA, 2007).

Quadro 5 - Distribuição dos Analfabetos por Faixa Salarial

Faixa Salarial	Índice
Até meio salário mínimo	17,9%
Meio a um salário mínimo	13,7%
1 a 2 salários mínimos	6,5%
Mais de 2 salários mínimos	1,3%

Fonte: SARAIVA, 2007.

Em termos regionais, há sensíveis diferenças: o Nordeste, onde sempre foi maior o índice de analfabetismo, em 2008, atingiu 19,4%; enquanto que na Região Norte 10,7%; no Centro-Oeste foi de 8,2%; na Região Sudeste 5,8% e na Região Sul 5,5% (Quadro nº 6).

Quadro 6 - Distribuição dos Analfabetos por Regiões Brasileiras

Regiões	Índice de Analfabetismo
Nordeste	19,4%
Norte	10,7%
Centro-Oeste	8,2%
Sudeste	5,8%
Sul	5,5%

Fonte: SARAIVA, 2007.

O analfabetismo no Brasil é, ainda, mais aviltante porque tem gênero, apontando para a discriminação das mulheres; é regionalizado, apontando para as características socioeconômicas, políticas e culturais das regiões brasileiras, pondo-as em evidência; tem cor, mostrando que a chaga da escravidão da população negra ainda não cicatrizou e comprova que a má distribuição de renda atinge mais diretamente os que não têm o domínio da leitura e da escrita. Por esta razão:

Erradicar o analfabetismo entre jovens e adultos, no Brasil, continua a ser meta e desafio. São muitos os jovens e adultos a alfabetizar, alfabetização entendida não só como a aquisição dos rudimentos da leitura e da escrita, mas como parte de uma educação vinculada a todas as dimensões de vida que assegure não só o domínio da leitura e da escrita, mas que permita ao alfabetizado dar continuidade à sua escolaridade, para poder participar do processo sociocultural e político de seu tempo (CUNHA; SARAIVA, 2007).

O analfabetismo é uma questão secular que tem, através dos tempos, provocado, no mundo inteiro, reações das mais diversas, controvérsias e polêmicas, na vã tentativa de se alcançar consenso entre os estudiosos, praticantes e políticos, sobre o seu significado e sua solução. Para onde foram e vão tantos esforços? A presente tese tem o propósito de investigar até que ponto as políticas formuladas e executadas no cenário brasileiro para erradicar o analfabetismo têm contribuído para inserir o grande contingente de jovens e adultos iletrados no contexto socioeconômico, político e cultural.

Não se pretende nesta tese encontrar esse uníssono, num coral de tantas vozes, com tão diferentes timbres e tonalidades. Melhor será, talvez, ouvi-las, captando e respeitando seus alcances e possibilidades, para extrair delas o melhor e,

assim, buscar uma harmonização que, nessa metáfora da música, ecoe numa linguagem universal, que transponha o espaço limitado dessa pesquisa.

Para que quaisquer programas sociais, incluindo-se neste conjunto os de Alfabetização de Jovens e Adultos, tenham maiores possibilidades de sucesso é necessário que se considerem alguns aspectos essenciais, tais como a eficácia de grandes Projetos que envolvam toda a comunidade está diretamente relacionada com o envolvimento de seu público-alvo, ou seja, dos beneficiados com as ações a serem desenvolvidas. Mesmo que haja divergências, essas devem ser reinterpretadas. Somente se ouvindo o que tem a dizer os verdadeiros interessados é que se pode levantar a expectativa de possibilidades de sucesso.

Aqui, portanto, nessa concepção, democraticamente, terão voz, vários daqueles atores e autores que, direta ou indiretamente, têm estado envolvidos com o fenômeno do analfabetismo, especialmente relacionados com jovens e adultos. É do significado autêntico dessas vozes que surgirão caminhos, propostas e alternativas para que a Alfabetização de Jovens e Adultos ocupe a posição que lhe é de direito, mas que ainda lhe é devida, no cenário atual da educação.

Alguns dados críticos merecem um registro especial no sentido de virem a ser úteis no direcionamento de políticas públicas voltadas para a erradicação do analfabetismo. Na raiz da questão do analfabetismo de jovens e adultos estão, comprovadamente, fatores sociais tais como: desemprego ou subemprego, salários aviltantes, distância, deslocamento, habitação, saúde, nutrição, o que leva essa população a enfrentar essa complexa problemática juntamente com o processo de alfabetização e sua frequência aos Programas (GADOTTI, 2008). No entanto, a Educação de Jovens e Adultos faz-se extremamente necessária, considerando-se o impacto que a mesma pode causar na geração atual, nas gerações futuras e nos diversos grupos sociais (CUNHA, 2000).

Estudos e pesquisas têm demonstrado que a Alfabetização de Jovens e Adultos só poderá ser reduzida a níveis residuais se for impulsionada por quatro fatores de relevante importância: (a) a vontade política dos governantes; (b) a consideração pelos interesses e necessidades dessa população na elaboração dos programas de alfabetização, bem como a mobilização da sociedade; (c) o

oferecimento às crianças na faixa etária própria, de uma escola de qualidade que não promova a evasão e a repetência, o que certamente evitará a formação de contingentes potenciais para os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos; e (d) a ampliação das oportunidades para os egressos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, na continuidade de estudos e gradual melhoria da qualidade de vida, através da mobilização social (GADOTTI, 2008).

Constata-se assim que a preocupação com a Educação de Jovens e Adultos deve ultrapassar a fronteira desta modalidade de educação e, volver seu olhar para o Ensino Fundamental, suas fragilidades e suas ameaças. A Proposta da Educação de Jovens e Adultos tem como campo de atuação um universo de mais de 35 milhões de brasileiros maiores de 14 anos, que não concluíram o primeiro estágio da Educação Fundamental, ou seja, os quatro primeiros anos escolares, além de outros 20 milhões que podem ser identificados em diferentes níveis de Analfabetismo, num contexto populacional de aproximadamente 189 milhões de habitantes (IBGE, 2007).

Os dados mostram que um iniciante do Ensino Fundamental brasileiro tem altíssimas chances de chegar à metade do período escolar – a quarta série, sem ter desenvolvido as habilidades de leitura, escrita e cálculos minimamente exigidas para a continuação dos estudos (FIGUEIRA, 2008, p. 54).

Forma-se assim o contingente de candidatos aos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. As condições precárias em que se encontra a Escola de Educação Básica no Brasil e mesmo em alguns países da América Latina, se transformaram em séria preocupação, não só de Educadores, Ministros e Secretários de Educação, mas também dos profissionais de outras áreas como Economia, Planejamento e Trabalho. Elas constituíram-se, assim, também, preocupação da classe empresarial, pela predominância de mão-de-obra desqualificada.

Em muitos setores, entre os indivíduos empregados, há carência de pessoas qualificadas para o desempenho de determinadas tarefas. Somente através de uma educação democrática e de qualidade, esses obstáculos serão enfrentados, o que não será possível sem que se ultrapasse a questão do analfabetismo. Um sólido processo

de Alfabetização de Jovens e Adultos, certamente, é um dos portais para o alcance do almejado desenvolvimento social.

O presente estudo tenta desvelar o significado das políticas públicas e dos programas de alfabetização de jovens e adultos na transformação pessoal, social, política e cultural desse contingente. Apesar de alguns avanços, o Brasil, tal como já foi dito anteriormente, ainda apresenta um alto índice de jovens e adultos analfabetos, o que mobiliza todas as pessoas comprometidas com a educação e com as classes menos favorecidas, onde se encontra este contingente, na busca de alternativas para curar este mal.

Do período colonial à sociedade em que vivemos, essa anomalia se faz presente, privando os jovens e adultos que se encontram em tal situação, de seus direitos civis, sociais e políticos, bem como das condições mínimas de sobreviver com dignidade. O analfabetismo de jovens e adultos traz consigo, muitas vezes, o desemprego, o subemprego, a fome, a miséria, a violência.

Aqui, é importante ressaltar que o Brasil, com referência ao contingente de jovens e adultos que não dominam as destrezas da leitura e da escrita, tem um desenho que apresenta traços marcadamente delineados pela composição étnica de sua população, uma vez que ela é formada por brancos, negros e índios que, no decorrer de sua história, no que se refere às minorias menos favorecidas, tiveram papéis onde a submissão e a exclusão se fizeram sempre presentes. Os brancos, minoria nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, em geral, aqui chegaram, nos diversos momentos da história do Brasil, não por vontade própria e sim por imposição.

Aqui se mesclaram, criaram família e vínculos sentimentais, mas o espaço social a eles permitido era estreito para vencer determinados obstáculos, entre estes, a oportunidade real de se instruir e se educar. Os índios, por tudo o que lhes aconteceu ao longo da nossa história, desde a imposição do cativo até à destruição de sua cultura, aculturando-os e levando-os a viver em situação precária, pouco aparecem nas estatísticas referentes ao analfabetismo de jovens e adultos. Esses fatores minimizaram a oportunidade de alcançarem o domínio da leitura e da escrita

de uma língua que não era a sua, mas cuja aprendizagem seria passaporte para uma distante inclusão social.

Os negros e seus descendentes, que constituem a maioria dos jovens e adultos analfabetos, vieram para o Brasil como escravos e, mesmo depois da abolição da escravidão, permaneceram em estado de miserabilidade, encontrando seriíssimas dificuldades para ocuparem o espaço sociocultural que lhes é devido. Entre estas dificuldades, a discriminação e o preconceito, além de muitas outras barreiras para alcançar as possibilidades mínimas para o domínio da leitura e da escrita, fizeram-se muito presentes. Vem daí a predominância de negros e mestiços nesse triste contingente de jovens e adultos analfabetos.

Em face desta situação, é crucial que as instituições sociais repensem seu papel e avaliem até que ponto contribuem para a erradicação do analfabetismo, dando oportunidade a esse contingente de jovens e adultos despreparados para enfrentar os embates da vida e de se apropriarem dos ganhos sociais que lhes são devidos, promovendo a humanização desses sujeitos (OLIVEIRA, 2005, p. 25). Este é o sentido do presente estudo.

Vale aqui ressaltar que estudiosos da temática do presente estudo têm apresentado variadas concepções na tentativa de compreender e explicitar os diferentes estágios do analfabetismo. Nesse sentido, o Instituto Paulo Montenegro/Ação Educativa (2001) constrói um Indicador Nacional de Analfabetismo. Ele revela os níveis de analfabetismo funcional da população adulta brasileira, ou seja, quantifica as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade (INEP, 2001).

Segundo esse indicador, a população é classificada da forma seguinte, segundo os graus de alfabetismo:

Analfabetismo Absoluto: pessoas que não sabem ler nem escrever e que, por isso, provavelmente estão submetidas à exclusão e estigmatização social.

Nível 1 – Alfabetismo Rudimentar: pessoas que conseguem identificar informações explícitas em textos curtos, identificar o título de uma revista ou de uma campanha de vacinação.

Nível 2 – Alfabetismo Básico: pessoas que conseguem localizar informações em textos curtos e de extensão média, mesmo que a informação não apareça de forma literal e relacionar algumas informações do texto.

Nível 3 – Alfabetismo Pleno: pessoas que têm a capacidade de ler textos longos, localizar informações, relacionar partes do texto, comparar textos, realizar inferências e sínteses.

É grave constatar-se que no Analfabetismo Absoluto e no Alfabetismo Rudimentar encontram-se milhões de brasileiros que não tiveram a oportunidade de estudar sistematicamente, ou estudaram pouco ou ainda o fizeram em períodos alternados. Mais ainda, vale considerar que desses dois grupos emerge outro contingente de analfabetos funcionais, que inclui os jovens e os adultos que, embora lendo e escrevendo um texto simples, não desenvolveram suficientemente as habilidades de leitura de escrita e de cálculo para participarem, de forma consciente e efetiva, da vida social, do mundo do trabalho, do contexto político e na própria comunidade, sendo, assim, impedidos de se assumirem como autores da sua própria história.

Quanto às Políticas Públicas, aspecto necessário e até mesmo indispensável para que se desenvolva qualquer estudo referente a Programas Sociais, especialmente, aos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, assim se pronuncia:

Política Pública é o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento ou o redirecionamento dos rumos dos investimentos da escala social e produtiva da sociedade. Nesse caso o Estado se apresenta como agente repassador à sociedade civil das decisões saídas do âmbito de correlação de forças travadas entre os agentes do poder. (BONETI, 1997, p. 188).

Em especial, no caso brasileiro, muitas Políticas Públicas direcionadas à questão do analfabetismo de jovens e adultos têm sido propostas e, até mesmo, postas em prática. Contudo, as mudanças de governantes e a consequente descontinuidade administrativa têm impedido que o combate a essa chaga caminhe a

passos mais seguros e fazem com que as ações para dizimar este mal percam seu caráter preventivo, passando a ter o caráter meramente terapêutico.

As Políticas Públicas devem conter ações voltadas para todos os membros da sociedade, entre eles os jovens e adultos que necessitam participar do universo da leitura e da escrita, como resgate de um direito indiscutível e do exercício da cidadania. Devem conter ações dirigidas a esta camada da população, não somente propondo medidas que viabilizem a possível inclusão, mas que também tornem exequíveis as ações de continuidade, para que não se tenha sempre, nesse caso questionável, a ação de recomeço, ocasionada pela regressão cognitiva (OLIVEIRA, 2005, p. 34).

O foco da presente pesquisa se concentra, precisamente, na verificação das possibilidades de inclusão para os jovens e adultos em processo de alfabetização. A questão da Alfabetização, de maneira geral, é tão inquietante que os Estados e os Municípios, farão um exame, proposto pelo Ministério da Educação – MEC, cuja finalidade é realizar uma avaliação nacional das crianças que se encontram na fase da alfabetização. Esta será uma primeira etapa para aferir se os sistemas de ensino estão cumprindo o que preconiza o Plano de Desenvolvimento de Educação – PDE – que tem como uma das principais metas alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. Este exame será realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais - INEP e, segundo seu então Presidente, Professor Reynaldo Fernandes, Existe previsão para a realização anual deste exame,

Há escolas que, certamente, vão ultrapassar esse limite, mas nossa expectativa é de que os resultados não sejam muito bons”. Reynaldo Fernandes ainda esclarece que este exame “é um instrumento para as escolas e redes fazerem os seus próprios diagnósticos [...] o que as crianças estão ou não aprendendo. (PORTAL G1, 2008).

É, de fato, indispensável uma atenção especial para esta nova proposta, uma vez que, da não alfabetização nos anos escolares iniciais, principalmente nas populações de baixa renda, dá-se início à formação dos futuros contingentes a serem atendidos pelos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Grande parte da população analfabeta nos diferentes níveis do Indicador de Alfabetismo Funcional -

INAF, mencionados anteriormente, encontra situação extremamente adversa, ela não se apresenta assim por vontade própria e sim por contingências, ou seja, a sociedade não lhes propiciou a oportunidade de usufruírem a educação, que é direito de todos e que realmente prepara para viver, em termos de realização pessoal, produzir, em termos de ocupar um espaço condigno no mercado de trabalho, e conviver, no sentido de participar conscientemente dos grupos sociais, aos quais pertencem, e contribuir, assim, de forma mais efetiva, para a construção de uma sociedade mais justa.

Para que se possa considerar a Educação de Jovens e Adultos como um desdobramento da Educação Básica, é necessário que se respeite o caráter próprio assumido por ela, no contexto em que ocorre, sem perder de vista a faixa etária de sua população, seus interesses, necessidades, anseios e receios. Entende-se, ainda, que estas pessoas são portadoras e produtoras de uma cultura e que, lamentavelmente, sofrem o preconceito social que paira sobre os analfabetos, o qual lhes confere o rótulo de incapazes e inferiores, fato que precisa ser desmentido e combatido (SALES, 2003). Somente com a ultrapassagem desses obstáculos se poderá falar em democratização da educação, bem como, em disseminação de conhecimentos, informações e oportunidades.

Uma das alternativas apontadas para solucionar a problemática que envolve a Educação de Jovens e Adultos, onde, por direito, a Alfabetização está inserida, é a flexibilidade, a criatividade e a inovação na escolha dos locais para a realização das aulas, dos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, bem como na seleção de conteúdos a serem apresentados e desenvolvidos em suas práticas educativas. A justificativa para tal situa-se no atendimento mais efetivo aos interesses e às necessidades dessa população, sua cultura e a autonomia que deve ter o alfabetizador para realizar seu trabalho. Essas proposições têm procedência, contudo é preciso ter cuidado para que esta flexibilidade não se transforme no sucateamento do processo de alfabetização, como também sirva de cobertura à falta absoluta de recursos múltiplos, descomprometimento das autoridades responsáveis e para a inexistente ou precária formação dos alfabetizadores (PARENTI, 2008).

Ao longo do tempo, segmentos sociais diversificados foram atingidos por uma ou outra forma, pelo processo de exclusão social. Este fato trouxe como

consequência, que as pessoas e mesmo comunidades por ele vitimizadas se estabeleçam em significativas formas de marginalização social: desemprego, subemprego, mendicância, prostituição e delinquência. Os analfabetos, desafortunadamente, são bons exemplos de pessoas excluídas, pois figuram em todos estes grupos. À medida que as políticas sociais se comprometam, realmente, com a exclusão social e suas consequências, e os sistemas sociais adotem procedimentos, verdadeiramente inclusivos, haverá maiores possibilidades da construção de uma sociedade para todos – a desejada sociedade inclusiva. Uma decorrência do presente estudo poderá ser a geração de soluções para essa desafiadora problemática.

No decorrer das últimas décadas, a Pedagogia Freireana conquistou a adesão de alfabetizadores, professores e pesquisadores do Brasil e de outros países. Essa Pedagogia beneficiou, principalmente, a população analfabeta, e a ela proporcionou o domínio da leitura e da escrita, bem como a transformação dessas pessoas em sujeitos de seu próprio conhecimento, de sua história e de sua cultura - etapas iniciais do processo de inclusão social.

O Método de Alfabetização de Adultos, criado e desenvolvido por Paulo Freire, pode ser considerado como origem e visão concisa do pensamento deste educador. O referido Método tem como diretriz uma Pedagogia centrada e voltada à Educação Popular, concebida como um processo que ultrapassa a fronteira da aquisição das habilidades de leitura do código escrito, indo além: estimulando e alcançando a leitura do mundo (OLIVEIRA, 2003).

A Educação Popular mantém um vínculo bastante perceptível com a Proposta Pedagógica de Paulo Freire, uma vez que a proposta do conceituado educador, tem como centro a educação das massas populares, ou seja, uma educação construída com o povo e para ele direcionada, levando em conta seus interesses, suas aspirações e suas necessidades, bem como seu contexto socioeconômico e cultural.

A partir dessa posição é de importância fundamental que a proposta de desenvolvimento de qualquer Programa Educativo, especialmente dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, considere e divida com a comunidade a responsabilidade de seu desenvolvimento. Quanto maior for a inserção da

comunidade à qual o programa se destina e seu envolvimento com ele, maiores serão as possibilidades do real crescimento dessa comunidade e do resgate da cidadania de seus membros.

O processo da aprendizagem da leitura e da escrita dar-se-á, concomitantemente, com o processo da leitura do mundo, pois as palavras geradoras selecionadas e utilizadas no processo de alfabetização são parte integrante do cotidiano dessas pessoas. Um trabalho nesta linha, sem dúvida, requer uma participação consciente dos alfabetizadores, considerando a cultura local e o contexto socioeconômico e político como pontos de referência.

Paulo Freire alicerçou seu Método de Alfabetização de Adultos levando em consideração sua própria história de vida e as orientações advindas de seus próprios pais, que foram seus alfabetizadores. Ele aprendeu a partir de suas vivências e experiências, bem como de sua relação com o mundo. Tal como refere,

Fui alfabetizado no chão do quintal da minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi meu quadro-negro, gravetos, o meu giz (FREIRE, 1982, p. 16).

Para que o processo de alfabetização ocorra em bases sólidas, faz-se necessário que seu início leve em conta a referência local. Partindo-se daí, como se fora uma espiral, é possível refletir-se sobre os contextos municipais, estaduais, nacionais, internacionais e globais. A cidade onde os jovens e adultos vivem é a primeira instância educativa. Sua leitura de vida e de mundo ali tem início. É muito importante que se valorize e se vivifique a cultura primeira dessa população. (GADOTTI, 2008).

Ferreiro, pesquisadora da área de Alfabetização de Jovens e Adultos com preocupações voltadas para as populações economicamente desfavorecidas, conseqüentemente excluídas, onde se concentra o maior contingente de analfabetos maiores de 15 anos, relaciona o fenômeno do analfabetismo e suas causas à miséria e a outros fatores sociais que influenciam diretamente esta situação. Nos bolsões de pobreza dos grandes centros urbanos e nas áreas rurais, os atrasos e as faltas dos alunos do Ensino Fundamental às atividades escolares, a repetência e a evasão,

muito presentes nesse estágio, conforme demonstram os dados estatísticos, são denominados por Ferrero de expulsão encoberta. Temos aí uma situação que merece ser investigada, uma vez que o próprio sistema nos primeiros anos do Ensino Fundamental perversamente elege os que comporão, mais tarde, os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOURA, 1999, p. 96). Neste sentido,

Em síntese, o enfrentamento da educação de excelência é uma luta de duas frentes: lado a lado: com os adultos a ação vigorosa para preencher a lacuna de um processo inacabado e com as crianças e os jovens, a ação corajosa de garantir toda a escolaridade a que tem direito, eliminando do sistema educacional a repetência e a evasão - expressões evidentes e dramáticas de um processo educacional irrelevante. (PENNA FIRME, 1994, p. 61).

Castro (2008), em seu artigo “A guerra dos Alfabetizadores”, faz uma crítica aos métodos de alfabetização mais utilizados: método global, método fônico, método dos “contos” e à posição dos agnósticos - não importam os métodos utilizados, tudo depende do professor. Tal crítica é extensiva aos argumentos de seus seguidores e evidencia a inexistência de pesquisa confiável que comprove a eficácia do método global.

O referido autor menciona ainda que a junção do método fônico com a apresentação de uma história - método dos “contos” - também não mostrou bons resultados. Esclarece também que pesquisas realizadas na França apontam para a vantagem do método fônico; contudo não despreza a posição dos agnósticos, que vinculam a eficácia do método à competência do professor ao utilizá-lo. Castro (2008) afirma, do mesmo modo, que:

A sociedade brasileira tem o direito de fazer duas exigências aos que recebem salário [pago pelos contribuintes] para cuidar da alfabetização: Que se superem as cruzadas ideológicas e que se ponham de acordo. Que para isso se valham dos princípios da ciência empírico-dedutiva, [pois] o que valida uma hipótese são experimentos e não os gritos de seus defensores. (CASTRO, 2008, p. 20)

Nesse mesmo contexto de críticas e inquietações Tfouni (2008, p. 18) enfatiza que frequentar a escola, por si só, não garante ao sujeito a alfabetização propriamente dita. Existem jovens e adultos que, embora tendo frequentado a escola em algum

período de suas vidas, não foram alfabetizados, ou seja, não leem ou escrevem, inclusive, o seu próprio nome. Esse fracasso na aprendizagem inicial é um mal que acomete, principalmente, as populações de baixa renda, mostrando as sérias lacunas deixadas pelas Políticas Públicas governamentais.

Tem-se como população-alvo para os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, aqueles que não tiveram acesso à escolarização no tempo hábil e, também, aqueles que o tiveram e mesmo assim não conseguiram dar os passos iniciais no domínio da leitura e da escrita. Daí a substituição de um Programa de Alfabetização por outro Programa, criando a descontinuidade que não beneficia em nada as ações de combate ao analfabetismo, nem tão pouco reduz os grandes contingentes de alunos a serem atendidos pelos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Nessa etapa da escolarização – a alfabetização – que é indispensável para que o processo de inclusão social se verifique, parece existir uma fonte que nunca seca gerada pelas dificuldades ao acesso escolar ou pelas dificuldades apresentadas aos que, mesmo tendo frequentado a escola, não aprenderam a ler e a escrever.

Abordando a questão das cotas para negros, com o intuito de ampliar as oportunidades desse segmento social, em relação à entrada na Universidade, o que tem provocado fortes debates nos meios acadêmicos, Cristovam Buarque (2008) faz referência à questão do analfabetismo e estabelece conexões e comparações, que merecem nota e atenção:

Mesmo com as cotas os negros e pobres continuarão deixados para trás. O movimento pelas cotas esquece o imenso número de brasileiros, especialmente os negros, que não terminaram o ensino médio. O movimento é para os que terminaram o ensino médio, não pela abolição do analfabetismo no país, nem para que todos os brasileiros terminem o ensino médio com qualidade. [...] Elogiam o governo [...] por ter criado as cotas, mas não criticam a lentidão do Programa Brasil Alfabetizado. Defendem corretamente a criação de um Ministério da Igualdade Racial, mas não protestam quando, em 2004, foi fechada a Secretaria do MEC para a Erradicação do Analfabetismo. (BUARQUE, 2008, p. 7).

Na vida do homem de hoje, é de importância decisiva o domínio da língua falada e escrita, em seus diferentes registros, o que interfere no seu desenvolvimento

pessoal, profissional e social. O acesso à cidadania, através do domínio da língua portuguesa, possibilitará o desenvolvimento das competências profissionais indispensáveis para o exercício de uma profissão, em qualquer nível. À medida que esse domínio for ocorrendo, as possibilidades de inclusão social, ainda que lentamente, irão se apresentando.

Os jovens e adultos que aprendem a ler e a escrever precisam ser impulsionados, estimulados a ir além, ou seja, faz-se necessária a incorporação dessa aprendizagem como ferramenta para práticas sociais, tais como: ler uma notícia no jornal, interpretar o texto lido, relacioná-lo com a realidade vivenciada, redigir um comunicado, preencher um formulário com certa segurança, buscar e encontrar informações num catálogo e entender as orientações básicas contidas na bula de determinado medicamento. Urge que se estabeleça uma estreita relação entre o processo de alfabetização de jovens e adultos e seu uso no cotidiano das pessoas. Este processo deve apresentar traços da real função social da alfabetização, ou seja, as competências adquiridas na aprendizagem da leitura e da escrita, utilizadas como meio de conscientização da realidade e do seu poder de transformá-la (SILVA, 2008).

O processo de alfabetização de jovens e adultos não pode ser entendido como um processo que tem sua terminalidade, considerando-se o alcance de determinados objetivos. Ele vai além, e seu desenvolvimento ocorre à medida que se intensifica a sua prática. A alfabetização, como processo individual, está em permanente processo de complementação, visto que a sociedade está em constante mutação e a atualização permanente e individual, para acompanhar estas mudanças, se faz indispensável, tendo-se em vista a inclusão social (TFOUNI, 2008, p. 15).

O processo de alfabetização de jovens e adultos deve destacar a real função social da alfabetização, no sentido de que as competências adquiridas na aprendizagem da leitura e da escrita sejam, imediatamente, utilizadas como meio de conscientização da realidade, podendo transformá-la. Assim se desencadeia, gradativamente, o processo de inclusão social de jovens e adultos envolvendo a preparação para a vida. Esse processo, por sua vez, vai-se tornando mais difícil em consequência da complexidade crescente dos contextos de sobrevivência, trabalho e cidadania. Surge, portanto, a necessidade de o processo de alfabetização em geral,

não perder de vista o processo de alfabetização digital, considerando-se a necessidade de sua utilização no momento atual. A este propósito, Demo pronunciou-se, referindo que:

Se já muitos ficaram para trás por não deterem a alfabetização tradicional, não atingirem outras alfabetizações, particularmente as digitais, vai tornando-se um fator drástico de exclusão social. (DEMO, 2007, p. 559).

Fernando Haddad, Ministro da Educação do Brasil no período de 29 de julho de 2005 a 24 de janeiro de 2012, afirmou, em um de seus pronunciamentos, que apenas a sexta parte dos alunos pertencentes ao Ensino Médio consegue ingressar na Universidade. Segundo ele “os alunos que não estão inseridos no Mercado de Trabalho têm pouco interesse em permanecer na escola”. Ao defender medidas adotadas pelo governo, com vista a evitar a evasão escolar, argumentou que “um ano de escolaridade no Brasil pode significar um incremento na renda o que é muito”.

Ao se referir à população que cursa o Ensino Médio argumentou que “entre meninas de 15 a 17 anos que deixaram os estudos, um terço já são mães”, prosseguiu esclarecendo que o Ensino Médio “está organizado para fazer a diferença para o jovem de baixa renda” e concluiu afirmando que “quem cursa o Ensino Médio tem o exercício da cidadania superior a quem não o faz” (DEMO, 2007, p. 559). Todas as afirmações e argumentos apresentados pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad, são procedentes. Contudo, o que aparece no Ensino Médio pode ser visualizado, até em tons mais fortes, na Educação de Jovens e Adultos, especialmente no que se refere aos alunos dos Programas de Alfabetização. Com o nível de escolaridade mais baixo, diminuem as oportunidades de emprego, de compreensão dos fatos sociais e a participação na sociedade, o que pode conduzi-los à exclusão social, através do estado de miserabilidade ou à marginalização (BRASIL, 2012a).

Outro aspecto que precisa ser observado e analisado no presente estudo é a preocupação das autoridades governamentais, expressas nas Políticas Públicas e dirigidas às diversas modalidades de ensino, especialmente à Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização. Ter-se-ão, assim, alguns sinais da importância, das prioridades e das medidas tomadas para equacionar os problemas aflorados e se

confrontarão as propostas apresentadas e o contexto socioeconômico político e cultural. Será desvelada a expectativa dos formuladores de Políticas Públicas e o que a realidade testemunha, quanto ao mérito e à relevância destas Políticas.

No que diz respeito às desigualdades, Rossi (2008), dialogando com o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, através da mídia escrita, discorda do Ministro, que situa no Ensino Médio o grande nó da Educação Brasileira. O jornalista Rossi não nega a existência deste nó, porém, baseado em estudos estatísticos realizados pelo Comitê Técnico do Observatório da Equidade, criado pelo Conselho de Desenvolvimento Social da Presidência da República, aborda a questão da baixa qualidade da Escola Pública Brasileira. Essa situação traz como consequência outros nós tais como a desigualdade social e o aumento do índice de analfabetismo, que são nós difíceis de desmanchar.

A História tem demonstrado que três fatores são indispensáveis para superar o analfabetismo ou baixá-lo a níveis residuais. O primeiro fator é a vontade política de governos e lideranças que unidas às necessidades dos mais pobres buscam construir programas de educação de jovens e adultos, mobilizando a sociedade. O segundo fator é a combinação de tais programas com uma forte intervenção na oferta de uma educação para crianças com qualidade para que as novas gerações não voltem a constituir novos contingentes de não escolarizados. O terceiro fator é aquele que une ganhos educacionais com a melhoria das condições de vida da população alfabetizada, com projetos de futuro, com mobilidade social, com esperanças de um mundo melhor (HADDAD apud PERONI, 2006 p. 9).

A citação anterior reforça a afirmativa de que o combate ao analfabetismo não pode ocorrer em ações isoladas e que todos os segmentos sociais são importantes e têm um papel a cumprir nessa luta. Entre esses se destacam os que administram a educação, em todos os níveis, elegendo como uma de suas prioridades a alfabetização de jovens e adultos. Os legisladores, por serem responsáveis pelas diretrizes e bases da educação em todos os segmentos devem incluir realmente a Alfabetização de Jovens e Adultos em suas determinações, dando-lhe o espaço apropriado. Por sua vez, os pesquisadores e os estudiosos da questão do analfabetismo, devem propor alternativas, realisticamente exequíveis, para solucionar essa questão. A comunidade em geral, pela mobilização, pelo envolvimento, pela não indiferença por essa questão, deve buscar formas de viabilizar o combate ao

analfabetismo que parece, em princípio, pertencer apenas aos jovens e adultos analfabetos, mas que, numa visão mais aprofundada, deixa claro que o analfabetismo é uma questão cuja solução pertence a todos.

O presente estudo tem como foco descobrir o impacto das políticas públicas e dos programas de alfabetização de jovens e adultos e as alternativas para equacioná-los. Examinar a experiência exitosa de outros contextos culturais pode contribuir para a ampliação dos conhecimentos nessa área tão complexa.

A Campanha da Alfabetização em Cuba merece um breve comentário. O referido movimento se caracteriza por três aspectos essenciais. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento da Campanha, que ocorreu concomitante à revolução cubana. Sua preparação se deu durante a fase inicial da Revolução, quando a motivação para as mudanças se fazia muito presente na população e tinha como crédito a tomada de medidas socioeconômicas para combater o desemprego, a miséria, a prostituição, a discriminação, o analfabetismo. O segundo aspecto refere-se à constatação de que a Campanha da Alfabetização em Cuba foi incorporada às brigadas revolucionárias, o que facilitou a consolidação de suas etapas. E, finalmente, o terceiro aspecto destaca a facilidade de mobilização proporcionada pelos dois aspectos anteriores.

Nessa Campanha, vale mencionar que a convocação de mestres voluntários era considerada pelos escolhidos como uma chamada para participar diretamente da Revolução. E ser alfabetizado era considerado como uma obrigação civil para com a Revolução, o que promoveu facilidade na obtenção de adesões ao programa. Além da aprendizagem da leitura e da escrita, eram transmitidos ensinamentos ideológicos, que se constituíam como “currículo oculto”. Outro aspecto que também merece nota é o compromisso das autoridades com a continuidade do processo de alfabetização, através do oferecimento de projetos de educação de adultos, comprovando ser a educação uma das prioridades do governo cubano.

Cuba promoveu a erradicação do analfabetismo em sua população, lançando mão de um processo de alfabetização em massa, envolvendo a sociedade civil no seu desenvolvimento. Dificilmente, na experiência cubana, o conceito de transferibilidade para outras culturas poderá ser posto em prática. O contexto socioeconômico, político

e cultural em que a Campanha de Alfabetização em Cuba ocorreu - fator decisivo para sua eficácia – não é similar ao dos outros países que apresentam situação idêntica no flagelo do analfabetismo (PERONI, 2006, p. 102).

A educação de um povo reflete, sobremaneira, o momento histórico, econômico, político, cultural e social vivido por esse povo. Sendo o processo de alfabetização, especialmente, o de jovens e adultos, passo inicial para o exercício da cidadania, o Brasil vive um momento de constatações fortes e significativas que podem ser vistas a olho nu, no desenvolvimento dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Deve-se assinalar que:

Há nomes diversos para programas com o mesmo objetivo: alfabetizar jovens maiores de 15 anos e adultos que, na idade própria, não frequentaram a escola ou a deixaram antes de dominar o processo de ler e escrever e que constituem, hoje, 10,9% de brasileiros à margem, da cidadania por continuarem analfabetos e iletrados. Todos esses programas lutaram pela mesma causa - erradicar ou, pelo menos, diminuir o vergonhoso índice de analfabetismo brasileiro. E conseguiram, se não a erradicação, mas a diminuição do índice, embora, em números absolutos, cerca de 15 milhões de brasileiros continuam assinando seu nome com o dedo polegar. (SARAIVA, 2007).

Faz-se necessário um aprofundamento de estudos para se chegar a conclusões mais acertadas acerca da realidade desses Programas e de seu significado para promover a verdadeira inclusão social, como também se investigar, mais profundamente, por que os sucessivos Programas Nacionais de Alfabetização não têm sido bem sucedidos. Eles se fazem presentes na mídia escrita ao apontarem tanto sucessos como insucessos.

Das considerações e reflexões até aqui apresentadas, emergem as questões norteadoras deste estudo:

1. Até que ponto as Políticas Públicas e os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil têm contribuído para a inclusão social desse contingente?
2. Até que ponto as aprendizagens adquiridas em um Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos têm tido aplicabilidade e utilidade no cotidiano desse contingente?
3. Até que ponto os Jovens e Adultos que frequentam os Programas de Alfabetização têm perspectivas de continuidade no estudo?

Estas questões se integram e se consolidam na tese de Doutorado aqui desenvolvida, a qual se desdobra em continuação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 REFLEXÕES PRELIMINARES

Das indagações que norteiam este estudo decorrem vários pontos de reflexão que instigaram esta autora a uma imersão na literatura pertinente e na experiência, tanto nacional quanto internacional, para localizar estudos, resultados, relatos, notícias, fatos e indagações ainda sem resposta, no sentido de justificar e fortalecer o propósito do estudo, o qual se espera, venha acrescentar conhecimentos, métodos de indagações e resultados que possam contribuir para a teoria e para a prática.

Vivemos um momento da História em que o avanço científico e tecnológico atingiu patamares indescritíveis e indiscutíveis. A informação é disseminada numa rapidez incalculável. O que se passa em qualquer parte do mundo chega ao conhecimento de todos pelos mais diversos e velozes meios de comunicação. O rádio, o telefone, o livro, o jornal, a televisão, o cinema, o computador e a internet, com suas potencialidades e seu alcance, são instrumentos poderosos nesse processo, no qual são utilizadas diversas linguagens.

A aquisição e a construção do conhecimento, por serem processos dinâmicos, ocorrem na medida em que o estudioso/pesquisador define e vai se aproximando, gradativamente, das possíveis respostas a suas indagações. Assim sendo, para que haja um aprofundamento no estudo é de relevada importância a busca do maior número de informações existentes sobre o tema em estudo. O que se falou, escreveu, experienciou, questionou, se observou, se pesquisou sobre o tema são trilhas referenciais para o prosseguimento e para a ampliação do campo de estudo.

Nesse contexto, é inconcebível imaginar-se que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (GÓIS; CONSTANTINO, 2007), ainda exista, no Brasil, um enorme contingente de pessoas, maiores de 15 anos, aproximadamente 14,6 milhões, que corresponde a um percentual de 11%, sem o pleno domínio das habilidades da leitura e da escrita - condição indispensável para a sua integração no meio social. Apregoa-se o crescimento da democracia. Contudo, esse crescimento só ocorrerá, de fato, quando a democratização das informações

estiver ao alcance de todos. Ler e escrever são condições fundamentais para a participação consciente na vida social, econômica, cultural e política, e equiparam-se a outros direitos fundamentais do ser humano tais como saúde, trabalho, segurança, alimentação e habitação. Assim sendo, constata-se que os aspectos socioculturais são partes indispensáveis aos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, merecendo atenção e tratamento especial.

Contudo, considerando-se os esforços despendidos por alguns setores da sociedade organizada em relação ao analfabetismo, à necessidade premente de sua erradicação e às consequências dele advindas alteraram a situação descrita anteriormente.

Os mais recentes dados estatísticos apresentados revelam que, embora tenham ocorrido melhorias em termos de erradicação do analfabetismo, lamentavelmente, ainda não se alcançou a situação ideal. Para tal faz-se necessária a persistência e a ampliação do esforço conjunto da sociedade como um todo para dizimar esse flagelo.

As estatísticas brasileiras mostram que, ao longo dos anos, os índices de analfabetismo vêm baixando. [...] Tomando como referência 1970 e 2006 dados do Censo e, agora, da PNAD, apontam para os seguintes índices. Em 1970, 33,7% da população de mais de 15 anos era [formada] de analfabetos; em 2006, o índice era de 10,4%. Em termos relativos, houve uma significativa melhora, embora, em números absolutos, essas taxas correspondam, respectivamente, a 18.100.000 e a 14.400.000 de jovens e adultos. Temos ainda um exército de iletrados marginalizados da vida-cidadã, por não dominarem os códigos da escrita e da leitura (SARAIVA, 2008, p. 4).

Na visão de Canário (2005, p. 1), este tema pode ser visto como o descrito a seguir:

A incompletude, como traço intrínseco do ser humano, condena-o a aprender, como condição necessária da sua realização enquanto pessoa. Numa sociedade que muitos passaram a adjectivar como “sociedade do conhecimento”, em que a aprendizagem se confunde com o ciclo de vida, urge multiplicar as oportunidades de aprendizagem.

A questão da Educação de Jovens e Adultos foi tratada no Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (UNESCO, 2007a) que destaca a Alfabetização como procedimento indispensável ao combate da pobreza, à opressão

do autoritarismo, ou seja, o domínio das habilidades da leitura e da escrita tem importância relevante na redução das desigualdades sociais e na ampliação da justiça social.

A Educação de Jovens e Adultos e a Alfabetização, conforme testemunha a realidade e prevê o mencionado Relatório, devem figurar com prioridade em qualquer proposta de cooperação entre os países de Língua Portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste – para que seja possível o fortalecimento de comunidades de aprendizagem e também a ampliação cultural destes povos nos quais existe uma clientela potencial à espera dessa modalidade de Educação.

Nesse contexto, encontram-se grandes desafios tais como: a inclusão da Educação de Jovens e Adultos e, com ela, a Alfabetização nas Políticas Públicas em Educação; a reafirmação da educação como direito de todos, independentemente do nível, modalidade ou estágio de vida; a compreensão da Educação de Jovens e Adultos e, com ela, a Alfabetização como uma Política Pública de Estado e o reconhecimento das Práticas Educativas escolares e extraescolares, dando-se a ambas o devido valor.

Por fim, é preciso instigar a ideia de que a Educação de Jovens e Adultos [e com ela a Alfabetização] devem contemplar a diversidade cultural por meio de uma pedagogia que possa considerar a interculturalidade, recuperando o que Paulo Freire chamava de dimensão ética da educação, pautada em práticas político-pedagógicas que resgatem os valores básicos da Educação Popular (UNESCO, 2007a, p. 13).

Segundo a UNESCO, considera-se que são analfabetos funcionais os jovens e adultos que escrevem seus nomes, leem e escrevem frases simples e efetuam cálculos básicos, contudo não alcançam a interpretação de um texto simples, nem são capazes de fazer uso das habilidades da leitura e da escrita em seu cotidiano, fatores que dificultam, sobremaneira, o pleno desenvolvimento pessoal e social dessas pessoas.

No Brasil, são consideradas analfabetas funcionais as pessoas que, com mais de 20 (vinte) anos não concluíram as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

Buscar alternativas para equacionar ou minimizar este quadro tão alarmante é preocupação da pesquisadora. Uma das saídas para tal parece estar no processo de alfabetização das crianças no qual a qualidade deve sobrepujar a quantidade. Alfabetizar com qualidade não depende unicamente da garantia de uma vaga na escola nem tão pouco no acréscimo da carga horária. Essa urgente mudança depende também do incentivo para o aprofundamento no mundo da leitura e da qualificação dos professores que constroem o alicerce da vida escolar de seus alunos – a alfabetização. Essa mudança, sem dúvida, terá como um dos caminhos, uma séria revisão do Curso de Formação de Professores, seus conteúdos e suas práticas, abrindo-se um espaço para a Educação de Jovens e Adultos, incluindo-se a Alfabetização desse contingente (PRIETO, 2008).

2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ALFABETIZAÇÃO, NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

O Brasil vive um momento no qual se vislumbram várias prioridades na Área da Educação, desde a erradicação do analfabetismo – desafio secular – até à universalização do Ensino Fundamental – etapa da Educação Básica obrigatória pela Constituição Brasileira, o que já foi quase conseguido ao final da década de 90 (94% das crianças na faixa etária de 6 a 14 anos estavam matriculadas no Ensino Fundamental), a expansão das outras duas etapas da Educação Básica – Educação Infantil e Ensino Médio – a expansão da Educação Profissional e a expansão do Ensino Superior. Em 2007, 97% das crianças na faixa etária de 6 a 14 anos estavam matriculadas no Ensino Fundamental e, em 2008, estavam matriculadas 97,5%. À resposta a esses desafios quantitativos soma-se a urgente recuperação da qualidade do ensino e da aprendizagem, em todas as etapas e graus de ensino.

Diante dessa realidade, torna-se difícil estabelecerem-se prioridades dado o grau de importância de todas elas. Por essa razão, variam as posições em torno das questões. Há os que privilegiam a Educação Básica, os que concedem prioridade ao Ensino Superior e há os que defendem a erradicação do analfabetismo como passo

primeiro e indispensável para o exercício da cidadania e para prosseguir na passarela da escolaridade.

Em 1991, assim se expressou no Jornal do Commercio o então Ministro da Educação do Brasil, Doutor José Goldemberg, relativamente à Alfabetização de Jovens e Adultos:

O adulto analfabeto já encontrou seu lugar na sociedade. Pode não ser um bom lugar. Vai ser pedreiro, vigia de prédio, lixeiro ou seguir outras profissões que não exigem a alfabetização. Alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar. Vamos concentrar nossos recursos em alfabetizar a população jovem. Fazemos isso agora em dez anos desaparece o analfabetismo.

Em 2008, Fernando Haddad, Ministro da Educação, em entrevista concedida a José Paulo Kupfer no Portal IG Educação, falando da discrepância existente entre as despesas referentes às efetuadas com os alunos do Ensino Universitário e os alunos da Educação Básica, onde se encontra a Educação de Jovens e Adultos, assim se pronunciou:

Portal IG – E a distância entre o que se gasta com o aluno na universidade e na escola básica?

Fernando Haddad – Aí, sim, é preciso avançar. Só que o ponto não é o alto custo com a universidade, que não é alto e, repito, está caindo. O ponto é o baixo investimento na escola básica. Quando chegamos eram R\$ 1.200,00 em valores constantes. Hoje, cada aluno do ciclo básico custa R\$ 1.500,00. O ideal seria dobrar esse valor.

O Ministério da Educação do Brasil divulga novos dados que esclarecem a questão relativa aos gastos efetuados com os alunos das diversas modalidades de ensino. O gasto com os alunos universitários é 6,7 vezes maior do que o dispendido com os alunos do ensino básico (WEBER, 2009).

O quadro a seguir, elaborado com base cálculo feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – relativo ao ano de 2006, demonstra a variação existente entre os gastos efetuados em cada modalidade de Ensino.

Quadro 7 - Investimento Público Direto em Educação (despesa em Reais por estudante)

Ano	Modalidades de Ensino		
2006	Educação Básica	R\$ 1.773	

	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Superior
	Educação Infantil	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série		
	R\$ 1.533	R\$ 1.825	R\$ 2.004		
Divisão entre gastos no Ensino Superior e na Educação Básica					6.7

Fonte: (WEBER, 2009).

Um depoimento diverso aos apresentados anteriormente, no qual se encontra outra postura crítica, referente à erradicação do analfabetismo, é o seguinte:

“Educar todo mundo não funciona”, título da entrevista publicada no Jornal do Brasil, na qual Olavo de Carvalho, jornalista, filósofo, escritor e editor do *site* Mídia Sem Máscara, mostra-se contrário à educação para todos e justifica sua posição, conceituando a educação como um processo que se expande em círculos concêntricos. Ao ser indagado sobre a questão da erradicação do analfabetismo, ele afirma que os altos investimentos feitos para esse fim – alfabetização de jovens e adultos – são medíocres e mal dirigidos, produzindo analfabetos funcionais. Segundo Carvalho, se não se cria uma tradição de educação e amor à cultura, ela não vai avante (CORREIA, 2008).

Além dos depoimentos mencionados anteriormente, e que exemplificam as diversas etapas da educação a serem priorizadas, foram consultados e estudados outros documentos relativos à Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização - por ser esse o foco da presente pesquisa.

A Sociedade Brasileira, mesmo encontrando sérias dificuldades decorrentes das “dívidas acumuladas” que foram passando de governo para governo, focalizando-se na Área de Educação, mais especificamente o Ensino Fundamental, no qual se encontra a Educação de Jovens e Adultos e conseqüentemente a Alfabetização, tem manifestado preocupação com a deficiência da formação inicial. Tal preocupação tem como motivação, entre outras, os diversos transtornos sociais causados pelas pessoas maiores de quinze anos que não receberam a formação necessária na idade própria, ou seja, não leem, não escrevem, permanecem à margem da sociedade, fora

do mercado de trabalho formal, buscando alternativas, nem sempre compatíveis com as normas estabelecidas por esta mesma sociedade, para poder sobreviver.

As notícias veiculadas através das diversas mídias, os comentários formais e informais, os resultados de estudos e pesquisas, bem como de dados estatísticos, constataam que a sociedade tem demonstrado:

– preocupação, motivação, mobilização, organização, busca de estratégias para combater o Analfabetismo:

Tirar das estatísticas de analfabetismo jovens em idade economicamente ativa é um dos grandes desafios do poder público nos três níveis – municipal, estadual e federal.

A Notícia, 22 Jul. 2010 – Joinville SC.

As secretarias de educação de 23 estados, do distrito federal e 1.444 municípios informaram ao Ministério da Educação que vão matricular este ano 2,2 milhões de jovens e adultos em turmas de alfabetização [...] Para atender a meta de alfabetização programada pelas 1.468 secretarias, o Mec vai investir 530 milhões.

(BRASIL, 2010a).

– interesse em viabilizar uma educação básica de qualidade:

Mais da metade dos brasileiros de 15 a 64 anos que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental são, no máximo, alfabetizados num grau rudimentar. Esse grau corresponde à capacidade de identificar textos curtos [...] Pelo menos 10% deles são completamente analfabetos. A conclusão é do Indicador de Analfabetismo Funcional, pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro.

(ANALFABETISMO, 2009).

– disponibilidade crescente para o estabelecimento de alianças e parcerias com vista a equacionar as questões do analfabetismo:

As redes de ensino de todas as unidades da federação e os municípios que possuem turmas de alfabetização e de ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos, assim como as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado devem fazer a adesão ao Programa Nacional do Livro Didático – PNLD EJA. [...] A iniciativa, que vai beneficiar cerca de 5,7 milhões de educandos em 2011, é da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. (BRASIL, 2010b) .

– reconhecimento, expresso na legislação educacional, do direito à educação básica e da promoção da inclusão social:

O analfabeto brasileiro continua sendo em sua maioria nordestino, negro, de baixa renda e com idade entre 40 e 45 anos. A análise é do especialista em educação de jovens e adultos da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura) no Brasil, Timothy Ireland. (IRELAND, 2008).

Os Programas mais recentes de combate ao analfabetismo (Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, Programa Alfabetização Solidária – PAS e o Programa Brasil Alfabetizado) confirmam esta afirmação.

Além da alteração de prioridades verifica-se no Brasil a existência de outro fator que interfere no alcance dos propósitos, especificamente, na área social, que é a descontinuidade de programas e projetos. A citação a seguir, de um estudioso pesquisador português - Licínio Lima (2008) parece indicar que o fenômeno da descontinuidade não é somente uma característica da administração brasileira.

A História dos últimos 30 anos mostra que é isso que acontece ciclicamente na Educação de Adultos [incluindo-se aí a Alfabetização de Jovens e Adultos]. Há bons projetos, mas depois há uma incapacidade de os levar à prática [e à continuidade]. (LIMA, 2008, p. 5).

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (Declaração Nacional sobre Alfabetização e Cidadania – Plano Nacional de Alfabetização e Educação Fundamental) contém alguns artigos valiosos para este estudo e que, portanto, merecem citação e comentários.

Artigo 5º - Os brasileiros jovens ou adultos, marginalizados da escola na idade própria, têm direito ao Ensino Fundamental, integrado ao Sistema Educacional Brasileiro ministrado em escolas por docentes profissionais e com metodologia que leve em conta as características do estudante trabalhado.

Este artigo dá ênfase à obrigatoriedade do Ensino Fundamental no qual a Educação de Jovens e Adultos se encontra inserida, considerando-se as

características de sua clientela e, conseqüentemente, um resultado mais eficiente e eficaz.

Artigo 7º - A Alfabetização e o Ensino Fundamental serão ministrados por docentes profissionalizados, respeitados em seus direitos, (boas condições de formação, de trabalho e remuneração condigna) e cobrados em seus deveres de educadores, pois a improvisação de professores só tem colaborado para o desprestígio da categoria (pelo fisiologismo no recrutamento e pela desmobilização e desmoralização) e para o fracasso do ensino.

Este artigo destaca a importância da figura do professor como agente mobilizador de pessoas e de instituições e o quanto dependem da formação específica e de determinadas qualidades pessoais deste profissional o sucesso ou o fracasso do processo de ensino, incluindo-se aí a alfabetização das crianças, bem como a de jovens e adultos. Para que o professor ocupe o espaço que lhe é devido no sistema escolar, faz-se necessário o empenho e a vontade política dos governantes para que se verifiquem as mudanças e transformações necessárias.

Ao estabelecer-se uma comparação entre as Políticas Públicas voltadas para as outras modalidades de ensino, com relação às voltadas para a Alfabetização de Jovens e Adultos, verifica-se que, lamentavelmente, existe um descompasso. Enquanto se evidencia a importância do Ensino Fundamental, Médio e Superior, que são realmente meritoriosos, enquanto se estimula o ingresso e a permanência do aluno nas turmas das referidas Modalidades de Ensino com o oferecimento de benefícios decorrentes de Programas como Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – Ensino Profissionalizante, Crédito Educativo, Política de Cotas, entre outros, não se tem uma gama de ações realmente voltadas para a Alfabetização de Jovens e Adultos.

Artigo 8º - Todos os níveis de governo e os representantes das organizações não governamentais se propõem a uma aliança tácita e a parcerias específicas na luta pela universalização da alfabetização a serem explicitados em projetos próprios.

Este artigo enfatiza a importância e a possibilidade do estabelecimento de alianças entre diversas instituições sociais e o estabelecimento de parcerias como estratégias para universalizar a Alfabetização e o Ensino Fundamental. O referido

artigo também explicita as competências de cada instituição envolvida, selando um compromisso bastante amplo com a Erradicação do Analfabetismo e com a universalização do Ensino Fundamental.

A improdutividade do Ensino Fundamental se faz transparente ao observar-se o baixo desempenho dos seus alunos, os índices de evasão e de repetência que podem ser fontes alimentadoras do analfabetismo no Brasil. Daí a necessidade de um combate sistemático e permanente a estes flagelos, no qual se promova investimentos contínuos para que a educação seja valorizada em sua essência como instrumento de uma cidadania consciente, como promotora da melhoria da qualidade de vida e como geradora de estratégias que assegurem o cumprimento da legislação educacional.

Em pronunciamento, o Presidente do Brasil no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2010, Luiz Inácio Lula da Silva, relacionou a ausência de Políticas Públicas para a Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil com “um jeito de ver o país”, pois, segundo ele, houve descaso dos que o antecederam na presidência do Brasil e estes não teriam se voltado, realmente, para a erradicação do analfabetismo, chaga que permanece viva em nosso país ainda hoje. No discurso que o então Presidente Lula proferiu na Bahia, em 23 de julho de 2008, na cerimônia de formatura de alunos do Programa “Todos pela Alfabetização” ele assim se expressou: - “Um grande país que há muito tempo já poderia ter sido construído não fosse a falta de visão de muitos dos nossos governantes”, e foi além, ao referir que,

Tudo isso poderia ter sido resolvido há 40 anos, 50 anos, 60 anos... Afinal de contas esse país foi governado por muita gente letrada. O primeiro que não tem diploma universitário sou eu. Todos foram doutores que governaram esse país. Em uma demonstração de que não era ignorância não, era o jeito de ver o país: - Tem uma parte da sociedade que não sabe ler mesmo, então deixa para lá.

O Presidente Lula ainda acrescentou, em tom de crítica:

Para quê alfabetizar adultos? Vamos tentar alfabetizar só as crianças. Como se as pessoas que não tiveram oportunidade e estão com vinte, trinta, quarenta anos fossem obrigadas a ficar segregadas na ignorância porque o estado achava que elas não tinham mais jeito.

A então Secretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro, Professora Tereza Porto, garantiu que o Plano Estadual de Educação a ser enviado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ contempla vários pontos que vão ao encontro dos anseios dos Profissionais da Educação, entre eles o reajuste salarial; a ampliação do horário escolar – horário integral – a ser enriquecido com atividades culturais e esportivas; ampliação da rede de escolas – construção de novas escolas; e a criação de um fórum anual, no qual serão discutidas questões de interesse da comunidade escolar como, por exemplo, o currículo.

Se o referido Plano for transformado em Lei, as deliberações dele emanadas não correrão o risco de sofrer alterações tão comuns e frequentes gerando a descontinuidade administrativa, um dos grandes problemas que dificultam o desenvolvimento dos sistemas sociais.

O principal tópico para a Educação de Jovens e Adultos [incluindo-se a Alfabetização] prevê o prazo máximo de um ano para o aparelhamento das escolas que oferecem a Educação de Jovens e Adultos – EJA – com materiais didáticos apropriados.

O referido Plano vai, realmente, contemplar a população alvo dessa modalidade de Educação? As propostas dele surgidas oferecerão aos alunos reais e exequíveis oportunidades ao desenvolvimento de habilidades e da tão necessária continuidade de estudos? As práticas de ensino levarão em conta os interesses e as necessidades desses alunos, promovendo mecanismos de inclusão social?

A Educação de Jovens e Adultos e, por via de consequência, o processo de alfabetização, perde o sentido sem que haja um compromisso com a sua continuidade. Sem esta continuidade ela não terá possibilidade de se desenvolver e se consolidar. A formulação de Políticas Públicas exequíveis e apoio financeiro, bem administrado, do Estado também são fatores indispensáveis para o êxito dos Programas voltados para a Educação de Jovens e Adultos (LIMA, 2008).

2.3 A PEDAGOGIA FREIREANA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ALFABETIZAÇÃO

Paulo Reglus Neves Freire, conhecido internacionalmente como Paulo Freire, um dos mais profundos e inovadores educadores brasileiros, nasceu em Recife, Pernambuco em 1921 e faleceu em São Paulo, em 1997. Seus estudos centraram-se na educação de adultos, especificamente na alfabetização, apresentando uma metodologia inovadora para esta etapa da escolarização.

Seu método revolucionário contestava o processo de alfabetizar adultos e propunha que o mesmo partisse de palavras existentes no contexto do aluno, por terem elas, portanto, para este aluno, um significado especial. Seu trabalho na área da educação popular considerava a escolarização como uma ponte para a formação da consciência crítica contextualizada.

É considerado mundialmente um dos grandes pensadores da educação de adultos – alfabetização, tendo influenciado o novo olhar para a educação deste segmento da sociedade. Barroso (1998, p. 14) reforça o pensamento de Freire quanto à Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização ao considerar que,

O atendimento educacional básico aos adultos [alfabetização] utilizando a mesma proposta adotada para crianças [...] revelava uma distorção infantilizadora, dificultando o atingimento de seu objetivo fundamental [...]: colocar os educandos em situação de elucidar-se e, se possível, resolver os problemas que encontram tanto no plano profissional como no plano socioafetivo.

Na década de 60, o Método de Alfabetização proposto e desenvolvido por Paulo Freire, devido aos resultados alcançados em Angicos, Rio Grande do Norte – Brasil, passou a ser utilizado em vários países, levado pelo próprio autor. Nesse método, o uso das cartilhas e a silabação foram abolidos, e o alfabetizador passou a utilizar temas ou palavras geradoras pertencentes ao universo do aluno. Junto com a escrita e a leitura dessas palavras, o pensamento crítico do aluno era desenvolvido. Assim, nessa nova concepção de alfabetização de adultos, a aprendizagem da palavra escrita, estava vinculada ao processo de construção do conhecimento, por meio do diálogo e do processo interativo que ocorre entre aluno e professor.

A Alfabetização de Jovens e Adultos, na visão de Paulo Freire (1970), deve considerar a realidade do aluno, suas vivências e experiências, sua forma de encarar

o mundo e sua história de vida. Nesse enfoque, os aspectos mencionados eram os referenciais para a metodologia a ser desenvolvida pelo educador. A caminhada a ser percorrida por aluno e professor deve ser conjunta e interativa. Ressalte-se a importância que era de ser dada ao fato de o jovem ou adulto compreenderem o que lhes estava sendo ensinado e, fazendo uso adequado do novo conhecimento, na própria vida.

Segundo Freire (2002), a relação Professor-Aluno num processo de Alfabetização de Jovens e Adultos, é assim descrita:

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os Alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e a escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. (FREIRE, 2002, p. 58).

Moacyr de Góes, educador brasileiro, também utilizou, no Rio Grande do Norte – Brasil, em 1961, o Método de Alfabetização de Adultos proposto e desenvolvido por Paulo Freire, denominando-o “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, numa tentativa de erradicar o analfabetismo que grassava naquele estado, conseguindo beneficiar 40 mil educandos (GÓES, 1980).

Para que se tenha uma visão mais apurada da Pedagogia Freireana faz-se necessário mencionar as influências filosóficas e ideológicas que foram consideradas em suas posições e, conseqüentemente, serviram de base para suas teorias. São elas: o existencialismo, o personalismo, a fenomenologia e o marxismo. É importante ressaltar-se, contudo, que essas bases não deram à sua obra caráter fragmentista, uma vez que não se reduziram à apresentação de fragmentos do pensamento dos defensores das mencionadas correntes. Na obra de Paulo Freire a coerência é a tônica no desenvolvimento de suas ideias educacionais.

Freire concebe o ser humano como um “ser de busca” inacabado e “que não sabe tudo”, busca o saber o conhecimento e o seu

aprimoramento como ser humano, ou seja, por saber-se inacabado é que busca a perfeição (OLIVEIRA, 2003, p. 23).

A concepção do ser humano, para Freire, tem suas raízes no existencialismo por levar em conta o questionamento, a indagação, a busca do conhecimento, como aspectos inerentes ao ser humano.

Freire, ao enfatizar em suas teorias pedagógicas a importância da comunicação como fator indispensável ao relacionamento humano, vai além, situando o processo de comunicação como fator essencial no relacionamento interpessoal, como também para o ser humano estruturar-se como pessoa.

O diálogo, para Freire, é o momento em que os seres humanos se encontram para refletir sobre sua realidade, sobre o que sabem e o que não sabem, como seres conscientes e comunicativos que são (OLIVEIRA, 2003, p. 24).

Ao conceber a educação como um ato político, Freire recorre a pressupostos de Marx e Gramsci e constrói uma proposta pedagógica inovadora e dialética direcionada aos interesses e às necessidades das classes populares, contrapondo-se ao discurso educacional já existente.

Dessa forma, a Educação para Freire constitui-se num ato de “conscientização crítica”, de desmitologização”, em que se desoculta a ideologia da classe dominante e, assim, [um ato] de “libertação” (OLIVEIRA, 2003, p. 24).

Na “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire ressalta a importância do intercâmbio contínuo de conhecimentos que deve existir entre educadores e educandos, objetivando que os educandos não se limitem à repetição exaustiva e/ou mecânica do conhecimento advindo dos educadores. Segundo Freire, uma troca não hierárquica dos conhecimentos amplia o processo de comunicação em cujo âmago está a aprendizagem e a conseqüente transformação do educando em sujeito de sua própria história.

A “Pedagogia do Oprimido” apresenta a educação como um processo de tomada de consciência dos indivíduos sobre os contrastes e disparidades do contexto

social de forma a despertar nesses indivíduos a motivação pela luta por mudanças no contexto social.

O pressuposto freireano, contido na Pedagogia do Oprimido, de que o processo de conscientização do ser humano oprimido sobre sua alienação, compreendendo-se como sujeito do conhecimento, da história e da cultura na luta pela sua libertação, dialeticamente se constitui na libertação de todos. (OLIVEIRA, 2003, p. 24).

Na Pedagogia Problematizadora, Freire trabalha a questão dialética na educação, considerando-a como um processo desencadeador do espírito crítico nos educandos e inverte os papéis da ação pedagógica, saindo de uma pedagogia tradicional de respostas para uma pedagogia inovadora, conseqüentemente, uma Pedagogia de Perguntas, oportunizando, dessa forma, o aparecimento de problemas sobre os quais, juntos, educando e educador, procurem encontrar respostas.

A prática pedagógica dialógica, problematizadora e inquiridora implica que o educador e o educando busquem, pesquisem o conhecimento para que a aula seja, de fato, um espaço democrático (OLIVEIRA, 2003, p. 28).

Na Pedagogia da Esperança, Paulo Freire avança em suas idéias, renunciando uma sociedade na qual a educação crítica seja praticada, advindo dessa prática o desafio e a esperança da transformação social baseada na eliminação das injustiças sociais e no combate a toda forma de exclusão. Uma educação com obrigações de cunho social voltadas para a construção e para a consolidação de uma sociedade democrática, através de práticas educativas concretas e coerentes, tendo em vista as mudanças sociais.

Freire [...] por meio de suas reflexões sobre a sociedade e a educação desenvolve um movimento crítico, de caráter ético-político, que passa pela problematização e pela denúncia da exclusão e vai ao anúncio da transformação social (OLIVEIRA, 2003, p. 61).

Na Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire explicita uma prática pedagógica na qual o educador busca desenvolver a autonomia de seus educandos. Nessa proposta é evidenciada a necessidade do respeito que o educador precisa ter aos

conhecimentos que os educandos trazem consigo, adquiridos ao longo de suas experiências de vida, valorizando-os e ampliando-os. Para o exercício da prática pedagógica voltada para a autonomia, Freire destaca três aspectos principais:

A predisposição do educador em colocar-se como um grande aprendiz, sempre disponível a aprender com a realidade pessoal e social dos educandos, dando às experiências de aprendizagens propostas o cunho pedagógico necessário;

A nova postura do educador quanto aos atos de ensinar e de aprender, na qual o ensino não se restrinja à mera transmissão de conhecimentos feita pelo educador e a aprendizagem à mera repetição, pelos educandos, dos conhecimentos apresentados. É necessário que educando e educador trabalhem juntos no sentido de rever, ampliar os conhecimentos utilizados nas práticas educativas;

A ênfase dada ao ato de ensinar, o que exige do educador, além do preparo técnico, segurança, conhecimento da realidade pessoal e social dos educando, compromisso com a democracia e com a educação autônoma e libertadora;

Vale ressaltar em Freire a importância que ele dá ao saber popular e às experiências cotidianas, sem, entretanto, reduzir-se a um basismo e sem negar o conhecimento científico [...] enfatiza a conscientização como elemento do processo educativo, caracterizada por uma ação coletiva e dialógica que requer a valorização do saber popular e as experiências de vida, tanto do educador quanto do educando (OLIVEIRA, 2003, p. 37).

Na Pedagogia da Indignação, Paulo Freire destaca a coexistência do homem num contexto socioeconômico político e cultural globalizado e excludente onde se fazem presentes a violência em todas as suas performances, o desrespeito à vida, aos direitos humanos e à ecologia, em múltiplos enfoques.

Nesse contexto, nada acolhedor, onde cresce a miséria, onde rios, lagos, praias, lagoas e o próprio mar são impunemente contaminados ou destruídos, onde a flora e a fauna são dizimadas, onde a exploração e a discriminação do homem pelo próprio homem têm presenças marcantes, como no caso dos negros, dos índios, dos pobres, dos que apresentam necessidades especiais, e dos enfermos, entre outras, com graves injustiças sociais, a exclusão social ocorre em progressão geométrica em relação à inclusão social, que ocorre em progressão aritmética. Faz-se, então, necessário que o homem se conscientize do que ocorre ao seu redor, fique indignado

e se mobilize, como agente da história, para as mudanças sociais oportunas. A educação é uma alternativa para esse fato,

Uma moral que tem como fim o “lucro” e os “bens materiais” [...] moral em que prevalece o “ter” sobre o “ser sujeito”, apesar de se necessitar ter para ser, o “egoísmo” sobre a “solidariedade” e o “eu” sobre o “outro”, o não eu que se apresenta negado, coisificado. Uma sociedade em que, segundo Freire, mata-se com crueldade e brinca-se de matar gente (OLIVEIRA, 2003, p. 44).

A Pedagogia da Indignação apresenta-se como um grito de alerta a todos os que lidam diretamente com a educação, incluindo-se os que atuam na Educação de Jovens e Adultos, especialmente, na Alfabetização.

Todos os ensaios da Pedagogia da Indignação, embora com diferentes temas, estão molhados [...] de coerência de esperança como também da mais justa raiva ou indignação, que, dialeticamente relacionada com a sua amorosidade levam [...] às ações éticas capazes de denunciarem o feio, o injusto, o perverso e anunciarem os “inéditos viáveis” embutidos nas utopias esperançosas, nos sonhos humanistas, que deveremos tornar possíveis de democracia, de justiça e de tolerância (FREIRE, 2000b, p. 158).

Outro estudioso da Educação de Jovens e Adultos (LIMA, 2005) apontou um questionamento instigante, embora otimista e apropriado, feito pelo próprio Freire na Pedagogia da Indignação:

Se é possível mudar o mundo que não fizemos, o da natureza, por que não mudar o mundo que fizemos, o da Cultura, o da História, o da política? (FREIRE, 2002, p. 99).

Na Pedagogia dos Sonhos Possíveis, como o próprio nome sugere, Freire apresenta uma síntese dos procedimentos inovadores mencionados anteriormente, que possibilitaram o exercício de uma educação humanista, libertadora, dialógica, comprometida com a mudança social, capaz de indignar-se com as disparidades e injustiças sociais, sem perder de vista o objetivo do alcance de uma educação comprometida com o sonho de uma sociedade livre e democrática.

Da Pedagogia do Oprimido à Pedagogia dos Sonhos Possíveis, Paulo Freire mantém viva a indignação diante da desigualdade e da injustiça e o sonho utópico da transformação, provocando-nos a refletir criticamente sobre a realidade social atual (OLIVEIRA, 2003, p. 62).

As Principais Ideias Educacionais de Paulo Freire são apresentadas, resumidamente, no Quadro nº 8.

Quadro 8 - Principais Ideias Educacionais de Paulo Freire

Pedagogia Humanista	Objetiva a humanização do homem através da educação. Rejeita toda e qualquer forma de manipulação do homem. Dimensiona o ser humano como sujeito da própria educação.
Pedagogia do Oprimido ou Pedagogia Libertadora	Destaca a educação como processo de desalienação e libertação do homem. Possibilita que o homem reflita sobre suas condições de vida. Estimula o engajamento nas lutas sobre a transformação social.
Pedagogia Dialógica ou Pedagogia da Pergunta	Entende a educação como um processo no qual a problematização da realidade, através do diálogo entre educando e educador seja primordial. Estimula a curiosidade e o ato de perguntar. A ação educativa concentra-se nas perguntas e nas respostas.
Pedagogia da Esperança	Vislumbra a educação como um processo que oportuniza a mudança histórica da realidade social, fundamentando-se em ações educacionais concretas, voltadas para essa realidade. É a educação comprometida com as mudanças sociais.
Pedagogia da Autonomia	Preconiza a educação como um processo que respeita a autonomia do homem como sujeito do conhecimento, da história e da cultura.
Pedagogia da Indignação	Apresenta a educação como um processo ético que se indigna com qualquer forma de discriminação ou de exclusão social.
Pedagogia dos Sonhos Possíveis	Aponta a educação como um processo comprometido com o sonho ético e político da construção e consolidação de uma sociedade democrática.

Fonte: a Autora (2013).

À guisa de conclusão: da Pedagogia do Oprimido à Pedagogia dos Sonhos Possíveis, Paulo Freire mantém-se fiel a aspectos que caracterizam sua Pedagogia, tais como a revisão da prática.

2.4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ALFABETIZAÇÃO – NO BRASIL, NA PERCEPÇÃO DE OUTROS ESTUDIOSOS

A Educação de Jovens e Adultos e com ela a Alfabetização do contingente de pessoas que não dominam as competências básicas da leitura, da escrita e do cálculo ocupa, paulatinamente, o espaço que lhe é devido na Área da Educação. Há estudos e pesquisas que abordam esta temática que, lamentavelmente, ainda não se fazem presentes em alguns países.

O próprio conceito de alfabetização, pela diversidade de critérios existentes, para considerar-se uma pessoa alfabetizada é uma questão problemática. Como Licínio Lima (1994) observou:

Mesmo tomando como referência um conceito restrito de alfabetização, centrado no ensino-aprendizagem da escrita, da leitura e do cálculo é, no mínimo discutível estabelecer o momento preciso ou a massa crítica de conhecimentos e de capacidades a partir dos quais um indivíduo concreto há de transitar da categoria de analfabeto para a categoria de alfabetizado. (LIMA, 1994, p. 106).

Por evidenciar forte ligação com o Desenvolvimento Social, a Alfabetização de Jovens e Adultos apresenta também funções sociais. Aos jovens e adultos alfabetizados são atribuídos papéis sociais decorrentes destas funções. Sobre estas e sobre papéis a UNESCO assim se pronuncia:

A aquisição da leitura, da escrita e a formação técnica (profissional, científica, socioeconômica cívica etc.) não são paralelamente conduzidas ou cronologicamente dissociadas: são atividades integradas, fazendo parte uma da outra.

Em termos da promoção da inclusão social de jovens e adultos que não leem, não escrevem e não são capazes de realizar cálculos simples, a situação é desoladora:

Em 2007 [...] 30% dos brasileiros de 15 anos em diante eram analfabetos funcionais ou analfabetos totais. Trinta milhões de pessoas no primeiro caso e 14 milhões no segundo. É ominoso que um terço da geração que desponta para o Mercado de Trabalho, por falta de Educação Básica adequada, não tem condições de ascensão social. São cidadãos que, dificilmente, sairão do nível de pobreza para a classe média. (AGÊNCIA ESTADO, 2008).

Nas palavras do pesquisador Santos Silva (1990, p. 13, apud BENTO, 2007, p. 2):

A Alfabetização [...] organiza-se como sendo uma oferta educativa de segunda oportunidade. Exemplo disso é a campanha lançada nos anos setenta pela UNESCO, recorrendo ao método de alfabetização funcional “cuja orientação principal preconizava a combinação entre a aquisição da leitura e da escrita e a formação de base, designadamente profissional, segundo estratégias intensivas [...] e segundo programas diversificados e flexíveis”.

Nessa mesma direção, outros estudiosos do tema afirmam que:

Dentre os temas abordados com prioridade pela Agenda para o Futuro, aprovada na Conferência [V Conferência Internacional de Educação de Adultos (1997)] consta a garantia do direito universal à alfabetização e à educação básica, concebidas como ferramentas para a democratização do acesso à cultura, aos meios de comunicação e às novas tecnologias da informação. A educação de jovens e adultos foi valorizada também por sua contribuição à promoção da igualdade entre homens e mulheres, à formação para o trabalho, à preservação do meio ambiente e da saúde (DI PIERRO, p. 18).

Sérgio Haddad, estudioso e pesquisador da Educação de Jovens e Adultos – tema de sua Tese de Doutorado – Conselheiro de altas instâncias governamentais, como o próprio Ministério da Educação, no que se refere a essa temática, assim se manifestou quando, em entrevista realizada por Ricardo Prado, concedida à Revista Carta na Escola:

Revista Carta na Escola - O Senhor estuda há muito tempo a Educação de Jovens e Adultos. Houve progresso nesta Área?
Sérgio Haddad - Gradativamente, vem acontecendo uma diminuição no número de analfabetos absolutos maiores de 14 anos, que em 2004 era cerca de 10,8% da população. Isso significa em torno de 14 milhões de Jovens e Adultos que não sabem ler nem escrever. Desses, só 7% estão matriculados em Cursos de Alfabetização. E dos que frequentam 64% seguem analfabetos funcionais. E isso é um tipo de exclusão ainda pior. Mas acredito que haja um incremento na oferta de Educação de Jovens e Adultos pelo fato de ela ter sido incluída no FUNDEB (HADDAD apud PRADO, 2008).

Ante a complexidade, cada vez maior, da sociedade atual, exigindo de seus membros o domínio de determinadas competências e habilidades, com ênfase no domínio dos atos de ler, escrever e contar, para que possam situar-se no contexto em que vivem, buscar, por conta própria, informações variadas sobre saúde, economia, cidadania, direitos, deveres, indo até a escolha consciente de seus governantes, através do voto, e exigir deles o comprometimento necessário.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral – TSE – 6,46% dos eleitores do país são analfabetos, praticamente o dobro daqueles que têm o Ensino Superior completo, 3,43%. E o que é pior: 51,5 % dos aptos a votar não conseguiram sequer completar o Ensino Básico. Sem educação não haverá desenvolvimento sustentável, nem crescimento econômico que se sustente, porque não haverá sociedade justa, sem oportunidades para todos. (GUSMÃO, 2008).

O ideal a ser perseguido e, quem sabe, um dia alcançado, com referência aos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos é que eles perpassem a aprendizagem das habilidades da leitura, escrita e cálculo, indo além, desenvolvendo outras habilidades que permitam a esse contingente participar, de forma consciente e responsável, das decisões que afetam sua vida pessoal e sua vida social.

O desenvolvimento e uso de certas habilidades cognitivas podem levar este processo infindo de reconstrução a: i) saber localizar e identificar informação que interessa; ii) conscientizar-se dos inúmeros contextos; iii) avaliar origem, confiabilidade e propriedade da informação; iv) discernir, escolher e organizar informação percebida como relevante; v) discriminar, interpretar e analisar criticamente; vi) condensar, resumir informação, conferindo-lhe novo formato; vii) modelar e estruturar informação, tendo em vista acentuar a autoria; (viii) avaliar criticamente, colocando em perspectivas alternativas, comparar e apontar para características específicas (DEMO, 2007, p. 552).

O avanço inquestionável da Ciência e da Tecnologia preocupa estudiosos da Educação. Mediante tal preocupação há que se pensar no processo de Alfabetização de Jovens e Adultos, envolvendo esses aspectos, para que não se caia em mais um tipo de exclusão: a exclusão digital, uma vez que o mundo está sendo informatizado velozmente.

Os que defendem a informatização da educação sustentam que é preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao

cérebro humano o que lhe é peculiar, a capacidade de pensar em vez de desenvolver a memória. Para eles, a função da escola será, cada vez mais, a de ensinar a pensar criticamente, para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive a linguagem eletrônica (WERTHEIN, 2007, p. A10).

Tema de discussão e de opiniões diversas por parte dos estudiosos das questões relativas à Alfabetização de Jovens e Adultos é a inclusão digital, pois surge daí um novo item de desigualdade social.

Assim, pode-se dizer que a inclusão digital não apenas dá condições para as pessoas terem acesso à informação disponível em rede, utilizarem o domínio de programas como diferencial de empregabilidade, mas também é recurso que potencializa o conhecimento escolar, fundamental para o desenvolvimento de uma das principais habilidades requisitadas dos sujeitos pela Sociedade de Informação: além de ter acesso à informação, saber selecioná-la e utilizá-la de maneira crítica (MELLO et al., 2004, p. 2).

Para a Doutora em Literatura Comparada e Professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – [Pós-Doutorado], Maria Antonieta Pereira, o combate ao analfabetismo deve ser aliado à contemporaneidade. “Não adianta usar métodos de alfabetização do século XIX, quando estamos na era da tecnologia” (FURTADO, 2008).

A preocupação dos estudiosos do tema Educação de Jovens e Adultos em processo de Alfabetização deve estender-se ao desenvolvimento da inteligência prática e da inteligência criativa deste contingente. A primeira está relacionada ao conhecimento voltado para a ação. Consiste na habilidade de transformar a teoria em prática e as ideias abstratas em fatos concretos, ou seja, é a competência de utilizar as habilidades pessoais na resolução dos problemas do cotidiano. A segunda consiste na capacidade de ir além do que foi estabelecido ou convencionado, ultrapassando-os e apresentando ideias novas e interessantes.

O contexto social, em amplo processo de desenvolvimento em todos os setores, exige que os jovens e adultos já defasados em sua escolaridade, demonstrem o domínio dessas competências, pois, em caso contrário, suas chances de inclusão ficam reduzidíssimas.

Essas pessoas precisam estar aptas para fazer uso de sua criatividade em termos de descobertas, invenções, suposições e imaginação. Precisam também fazer uso da praticidade na utilização, no emprego, na aplicação dos conhecimentos aprendidos. Surge daí a pergunta: os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos e mesmo a Escola de Ensino Fundamental estão preparando seus alunos em termos do desenvolvimento dessas habilidades de relevada importância no momento atual?

É importante que se destaque a importância que precisa ser dada à continuidade de estudos dos alunos egressos dos Programas de Alfabetização nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Essa preocupação se fez presente no Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, iniciado em 1970 com o Programa de Alfabetização Funcional – PAF. Em 1971, se lançava o Programa de Educação Integrada – PEI, em convênio com as Secretarias de Educação, buscando garantir aos egressos dos Programas de Alfabetização a continuidade de estudos.

A referida continuidade de estudos também se fez presente no Programa Alfabetização Solidária – PAS. As articulações com as prefeituras visavam estimular essa continuidade nas classes de Educação de Jovens e Adultos, sem a qual qualquer programa de alfabetização teria seus resultados comprometidos pela descontinuidade.

Esses Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos representam, pelo menos, um esforço apreciável e são detalhados no presente texto, mais adiante.

2.5 O DIREITO DOS JOVENS E ADULTOS À ALFABETIZAÇÃO E À EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Vale aqui destacar a legislação que trata, especificamente, da Educação de Jovens e Adultos, registrando-se a preocupação com um possível hiato existente entre o que é previsto na legislação e o que, de fato, ocorre, ou seja, a expectativa do legislador e a resposta da população-alvo das Leis, dos Pareceres e das Resoluções.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família” [...] e ainda, “ensino fundamental

obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

A Constituição Brasileira é bastante clara no que se refere à Educação como direito de todos, dever do Estado e da família, bem como quanto à garantia de assistência àqueles que a ela não tiveram acesso ao ensino fundamental na devida faixa etária. A maioria desse contingente vive em situação de pobreza. Certamente o oferecimento da educação a esse grupo será um alívio à situação de pobreza?

Na virada do século, a apreensão relativa aos depauperados da sociedade se intensificou. Intelectuais [...] têm-se manifestado, sugerindo que se ouça a “voz dos pobres” e se atenda a chamada “população vulnerável”. Sugere-se a criação de ações e programas para determinados segmentos da sociedade, a chamada população-alvo, os grupos de risco. Poder-se-ia, entretanto questionar: quem está em risco? Quem teme o risco? (EVANGELISTA; SHIROMA, 2005, p. 106).

Os questionamentos dos referidos autores são suficientemente provocativos para uma reflexão mais profunda. Em outras palavras, há implicitamente uma dúvida sobre até que ponto o contingente em estado de miserabilidade estará incomodando aquela sociedade que, paradoxalmente, está querendo auxiliá-lo. Afinal, de quem é o risco maior? Dos realmente necessitados, ou dos que se propõem a “salvá-los”? O Quadro nº 9 apresenta o artigo da Constituição Brasileira que trata especificamente da Educação.

Quadro 9 - A Educação na Constituição Brasileira de 1988

Constituição Brasileira de 1988
<p>Artigo 208 - A Educação é direito de todos e dever do Estado e da Família [...] e ainda, Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos que a ele não tiveram acesso na idade própria.</p> <p>Comentário - Este artigo reconhece como legítimas a obrigatoriedade e a gratuidade do Ensino Fundamental, incluindo jovens e adultos maiores de 15 anos, independente da faixa etária. Contudo este ganho constitucional não se fez acompanhar de Políticas Públicas que garantissem a essa clientela a atenção que lhe é devida, pelo Sistema Educacional e, por consequência, pelos demais Sistemas Sociais.</p>

Fonte: a Autora (2013).

2.5.1 Lei nº 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961) (Quadro nº 10) aborda, pela primeira vez, ainda que timidamente, a Educação de Jovens e Adultos; em alguns artigos preconiza o atendimento àqueles que, na idade própria, não tiveram a oportunidade de estudar sistematicamente, podendo pela determinação legal, fazê-lo em classes especiais ou em Cursos Supletivos.

Dedicava-se, também, a solucionar a problemática dos maiores de 16 anos que não concluíram o antigo Curso Ginásial ou outro curso do Ensino Médio, oportunizando a obtenção de certificados através da realização de Exames de Madureza, oferecidos em duas modalidades: antigos Cursos Ginásial e Colegial, estipulando a idade mínima dos candidatos para se submeterem a estes exames e a consideração dos conhecimentos adquiridos pelos alunos fora do regime escolar.

Quadro 10 - Primeira Abordagem da Educação de Jovens e Adultos na Legislação Educacional Brasileira

Lei 4024/61
<p>Artigo 27 - O Ensino Primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou Cursos Supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.</p> <p>Comentário - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - mencionava alternativa legal para aqueles que não iniciaram o processo de escolarização na idade própria e, ainda, a formação de classes especiais ou Cursos Supletivos para o atendimento a estes casos.</p>

Artigo 99 - Aos maiores de 16 anos será permitida a obtenção de certificados de conclusão do Curso Ginásial, mediante a prestação de Exames de Madureza, após estudos realizados sem observância de regime escolar.

Parágrafo Único - Nas mesmas condições permitir-se-á a obtenção do certificado de conclusão de Curso Colegial aos maiores de 19 anos.

Comentário - Neste artigo, buscavam-se alternativas para a certificação da escolaridade dos jovens e adultos, considerando os conhecimentos por eles adquiridos, independentes da escola formal. Aos alunos maiores de 16 anos apresentava-se a possibilidade da obtenção de certificado equivalente ao do Curso Ginásial, se aprovados nos Exames de Madureza. Da mesma forma, aos alunos maiores de 19 anos para a obtenção de certificado equivalente ao do Curso Colegial.

Os cursos preparatórios, criados para reforçar os conhecimentos daqueles que se submetiam a essas provas eram denominados Exames de Madureza ou Artigo 99.

Fonte: a Autora (2013).

2.5.2 Lei nº 5.692/71 – Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus Educação Nacional

Também pela primeira vez, uma lei dedica, integralmente, um de seus capítulos ao Ensino Supletivo - a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971) - que o praticou em seu Capítulo IV.

No referido capítulo encontram-se explicitados os princípios básicos norteadores dessa modalidade de ensino. Definia seu público-alvo – maiores de 14 anos que apresentassem distorção série/idade. Mencionava suas finalidades – suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação. Previa sua abrangência e a sua integração com as demais modalidades de Ensino. Determinava a realização de Exames Supletivos para legitimar o nível a escolarização de jovens e adultos, tendo em vista o aproveitamento de estudos e conhecimentos por eles adquiridos ao longo da vida. Vinculava essa modalidade de Ensino aos Conselhos Estaduais de Educação. Especificava a competência da expedição de certificado dos alunos que realizassem e fossem aprovados nos Exames Supletivos ou que cursassem o Ensino Supletivo regularmente.

O Capítulo IV da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) (Quadro nº 11) foi regulamentado pelo Parecer 699/72 do Conselho Federal de Educação e aprovado em 06/07/1972

Quadro 11 - Ensino Supletivo na Lei nº 5.692/71

Lei 5.692/71
<p>Artigo 25 - O Ensino Supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.</p> <p>Parágrafo 1º- Os Cursos Supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam.</p> <p>Parágrafo 2º- Os Cursos Supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.</p> <p>Comentário - Encontra-se neste artigo, explicitada, a abrangência do Ensino Supletivo, incluindo a alfabetização e a formação profissional, bem como a utilização no seu desenvolvimento de todos os recursos didáticos disponíveis para ampliar seu raio de atendimento.</p>
<p>Artigo 26 - Os Exames Supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo-comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.</p> <p>Parágrafo 1º - Os exames a que se refere este artigo deverão realizar-se: Ao nível de conclusão do ensino de 1º grau, para os maiores de 18 anos; Ao nível de conclusão do ensino de 2º grau, para os maiores de 21 anos;</p> <p>Parágrafo 2º- Os Exames Supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.</p> <p>Parágrafo 3º- Os Exames Supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino, ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.</p> <p>Comentário - Este artigo, juntamente com os parágrafos que o complementavam, determinava as Áreas de Estudo ou Disciplinas para a composição dos Exames Supletivos e habilitavam os aprovados ao prosseguimento de estudo em caráter regular nas modalidades adequadas ao seu nível de escolaridade. Estabelecia, ainda, a idade mínima dos alunos para realização dos referidos exames: 18 anos para a obtenção de certificado do Ensino de 1º grau e 21 anos para o Ensino de 2º grau.</p>
<p>Artigo 27 - Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.</p> <p>Parágrafo Único - Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e</p>

atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

Comentário - Este artigo permitia a antecipação da qualificação profissional por meio de cursos intensivos que poderiam ser desenvolvidos nas séries finais do Ensino do 1º grau como também no 2º grau.

Artigo 28 - Os certificados de aprovação em Exames Supletivos e os relativos à conclusão de cursos de aprendizagem e qualificação serão expedidos pelas instituições que os mantenham.

Comentário - Este artigo, ao definir as instituições responsáveis pela expedição dos certificados de conclusão de cursos, buscou equacionar uma das grandes necessidades da clientela dos Cursos Supletivos: comprovação do nível de escolaridade com vistas à inclusão ou permanência no Mercado de Trabalho.

Fonte: a Autora (2013).

O Capítulo IV da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1972) foi regulamentado pelo Parecer nº 699/72 do Conselho Federal de Educação e aprovado em 06 de julho de 1972

Quadro 12 - Regulamentação do Capítulo IV da Lei nº 5.692/71

Parecer nº 699/72 Câmara de Ensino de 1º e 2º graus

O Ensino Supletivo encerra, talvez, o maior desafio proposto aos educadores brasileiros pela Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971. Ligando o presente ao passado e ao futuro, na mais longa linha de continuidade e coerência histórico-cultural de uma reformulação educacional já feita entre nós, ele constitui – constituirá cada vez mais daqui por diante, um manancial inesgotável de soluções para ajustar, a cada instante, a realidade escolar às mudanças que se operem em ritmo crescentes no país como no mundo.

Não é, portanto, de admirar que o Capítulo IV do novo diploma legal seja, ao mesmo tempo, fonte de entusiasmo e causa de significativas resistências. Uns proclamam que a ele, com vantagem, tenderá a reduzir-se, no futuro, a Lei nº 5.692; outros simplesmente o temem quando não o deploram. Só a experiência, contudo, poderá confirmar ou infirmar certezas e descrenças e determinar reajustamentos máxime de vida com objetividade e sem pós derrotismos ou otimismo de quem nos fatos, apenas busca suporte para posições assumidas a priori.

Foi nessa convicção que se incluiu a doutrina do Ensino Supletivo entre as grandes prioridades do programa [...] (texto do próprio Parecer)

Comentário - Até a presente data, salvo melhor juízo, este parecer é o documento mais completo, em termos teóricos que trata do Ensino Supletivo. Ele dedicou um item a cada aspecto de fundamental importância para a implantação e implementação dessa modalidade de Ensino, a saber: dos Exames de Madureza (previstos na Lei nº 4.024/61 para o Ensino Supletivo). Características do Ensino Supletivo: quanto aos cursos, quanto à duração dos referidos cursos; quanto ao currículo; Quanto à aferição dos resultados; quanto à sequência de graus; quanto

à Metodologia; quanto à formação dos professores; quanto a estabelecimentos; quanto ao controle; graus de supletividade e circulação de estudos.

Fonte: a Autora (2013).

2.5.2 Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A legislação educacional em vigor, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) (Quadro nº 13) e os Pareceres que a normatizam pouco acrescentaram ao que já havia sido definido em termos de legislação para essa modalidade de Ensino. Em seu Capítulo II, a referida lei dedica uma seção à Educação de Jovens e Adultos, nova denominação dada ao Ensino Supletivo. Define sua clientela como também o fizeram as Leis que a antecederam. Acrescenta gratuidade obrigatória para esses alunos. Determina que sejam consideradas as características dos referidos alunos para a apresentação de qualquer proposta a eles direcionada. Prevê a utilização de estratégias para a frequência e permanência desses alunos na escola. Mantém a realização de Exames Supletivos, em moldes idênticos aos da legislação anterior, mantendo, inclusive, o nome dos Exames por ser essa denominação de domínio popular.

Quadro 13 - Atual Regulamentação da Educação de Jovens e Adultos

Lei nº 9.394/96
<p>Artigo 37 - A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.</p> <p>Parágrafo 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.</p> <p>Parágrafo 2º - O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.</p> <p>Comentário - Este artigo da Lei em vigor e os parágrafos que o complementam definem a quem se destina a Educação de Jovens e Adultos – nomenclatura que substitui a expressão Ensino Supletivo – maiores de 14 anos que não realizaram seus estudos no tempo hábil.</p>

Estabelecem a gratuidade que os sistemas de Ensino devem assegurar a esta clientela e ainda preconiza que o Poder Público deverá lançar mão de mecanismos ou estratégias que viabilizem o acesso e a permanência do aluno-trabalhador na escola.

Artigo 38 - Os Sistemas de Ensino manterão Cursos e Exames Supletivos que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Parágrafo 1º - Os Exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

- I - no nível de conclusão do ensino fundamental para os maiores de quinze anos;
- II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Parágrafo 2º - Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames;

Comentário - Este artigo e seus respectivos parágrafos referem-se aos Exames para a regularização do nível de escolaridade, sua composição das provas e da idade mínima para sua realização: 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio. Prevê o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelos alunos de formas assistemáticas.

Fonte: a Autora (2013).

O Quadro nº 14, com base no que aqui foi relatado, contém uma síntese da Legislação Educacional Brasileira, que trata especificamente da Educação de Jovens e Adultos, da qual a Alfabetização é o primeiro passo.

Quadro 14 - Síntese Conclusiva

Estes quadros apresentam o **Artigo 208 da Constituição Brasileira** em vigor, que trata especificamente da Educação de Jovens e Adultos, bem como as mais recentes **Leis de Diretrizes e Bases – LDB – 4.024/61, 5.692/71 e 9.394/96**, que incluíram em seus textos referências a esta modalidade de educação.

Há de se estranhar que somente a Lei 5692/71 mencione, ainda que ligeiramente, a questão da Alfabetização de Jovens e Adultos, que é séria grave e contínua. Percebe-se que os Sistemas de Ensino encontraram e ainda estão encontrando sérias dificuldades para diminuir a distância existente entre o que é previsto na legislação educacional e o que, de fato, ocorre na realidade educacional.

A Educação de Jovens e Adultos, na qual a Alfabetização tem um lugar especial, continua tentando alcançar seus grandes propósitos, lamentavelmente sem lograr o êxito necessário.

O maior contingente de alunos da Educação de Jovens e Adultos e da Alfabetização faz parte da população menos favorecida economicamente; vive no interior dos Estados, na periferia dos Grandes Centros Urbanos, nos bolsões de pobreza; encontra-se sem emprego ou é subempregado, alguns, inclusive, em estado de miserabilidade.

Até que ponto as aberturas oferecidas pela legislação foram utilizadas para se transformarem em reais benefícios para estes alunos? Até que ponto a Educação de Jovens e Adultos é contextualizada? Até que ponto são levadas em conta, no decorrer do processo de aprendizagem desta modalidade de educação, as vivências e experiências de seus alunos, com vista à ampliação de seus conhecimentos?

Fonte: a Autora (2013).

Embora ainda não aprovado pelo Poder Executivo, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 117/2006 de autoria do Senador da República Cristóvam Buarque, Ex-Ministro da Educação no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato.

O referido Projeto de Lei nº 117/2006, que foi aprovado em primeira instância, tem como objetivo acabar com o analfabetismo em cinco anos. Ele recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Esse Projeto de Lei prevê a criação do Programa Incentivo-Alfa, que terá como população-alvo jovens e adultos maiores de 15 anos que não sejam alfabetizados e prevê também a concessão de um apoio financeiro de R\$ 450,00 a estes alunos, reajustado anualmente, durante a realização do Curso de Alfabetização. O Projeto institui o Quinquênio da Alfabetização. Os critérios para o recebimento de apoio financeiro serão a comprovação, pelo aluno, ao final do Curso de Alfabetização, do domínio das competências da leitura e da escrita, na elaboração de uma carta, em Sala de Aula e também a frequência mínima de três meses, o que equivale a 85% do Curso de Alfabetização.

Este benefício só atingirá aos alunos que iniciarem o Curso de Alfabetização após a sanção da lei resultante deste projeto. Este benefício permanecerá ao longo do Quinquênio da Alfabetização. A proposta viabiliza também a criação da Secretaria para a Erradicação do Analfabetismo, que coordenará e supervisionará as ações do Programa para assegurar o ingresso dos alunos nos Cursos de Alfabetização. O referido Projeto de Lei prevê também a criação do Museu da Erradicação do Analfabetismo que guardará o acervo de todas as iniciativas nacionais em prol da Erradicação do Analfabetismo, bem como, as cartas redigidas pelos alunos do Projeto Incentivo-Alfa. O Projeto deverá ainda ser analisado em outras instâncias do Senado

Federal: Comissão de Assuntos Econômicos – CAC e Comissão de Educação Cultural e Esporte – CE. A implementação ou não deste Projeto de Lei dependerá do parecer da última Comissão.

Pode-se afirmar, portanto que, em termos quantitativos, a Alfabetização de Jovens e Adultos tem ampla e diversificada legislação, mas vale aqui registrar algumas preocupações da pesquisadora em termos da realidade contextual e das determinações legais. O apoio financeiro poderá funcionar como um incentivo que leve o aluno a empenhar-se no desenvolvimento do processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Contudo existem outras variáveis que precisam ser consideradas, ou seja, (a) O alfabetizador - seu desempenho, sua formação, as suas habilidades no emprego dos procedimentos de ensino adequados à clientela, e a utilização dos recursos didáticos; (b) o contexto no qual o Programa de Alfabetização se desenvolve, destacando-se a adesão e o comprometimento de outros setores da comunidade no que se refere à mobilização ao recrutamento e à permanência dos alunos nos Programas; (c) a antiga, mas ainda tão presente questão da continuidade de estudos, ponto nevrálgico na Alfabetização de Jovens e Adultos, pois em caso contrário os alunos desaprendem o pouco que assimilaram no Programa de Alfabetização, ocorrendo a regressão cognitiva.

2.6 O ENFRENTAMENTO DO ANALFABETISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O combate ao analfabetismo não é fato novo. Ele vem sendo enfrentado há muito tempo. Os governos têm envidado esforços para vencê-lo, contudo o realizado ainda não foi suficiente para dizimar essa distorção. “Segundo o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no Mapa do Analfabetismo no Brasil, a história mostra que ‘tão antigas quanto o analfabetismo, são as tentativas de erradicá-lo’ (INSTITUTO NACIONAL, 2005, p. 12 apud PAINI et al., 2005). No presente estudo serão considerados vários Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, ou seja:

Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947 - Governo Eurico Gaspar Dutra); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958 - Governo Juscelino Kubitschek); Movimento de Educação de Base (1961 - criado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB); Programa Nacional de Alfabetização,

valendo-se do Método Paulo Freire (1964 - Governo João Goulart); Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, (1970-1985); Governos Militares; Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR, (1985 - Governo José Sarney); Programa Nacional de Educação e Cidadania – PNAC (1990 - Governo Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada, em 1993, pelo Brasil em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para Todos (1993 - Governo Itamar Franco); Programa Alfabetização Solidária (1997 - Governo Fernando Henrique Cardoso) e, finalmente, o Programa Brasil Alfabetizado (2002 - Governo Luiz Inácio Lula da Silva). (PAINI et al., 2005).

Embora todas as propostas mencionadas apresentem pontos fortes e pontos fracos, nenhuma delas conseguiu alcançar seu objetivo maior, ou seja, alfabetizar mais e melhor a mais gente e em menos tempo. Nesse sentido, vem sendo mantida a Alfabetização de Jovens e Adultos, como ponto nevrálgico em todos os governos. Esta pesquisa vai, precisamente, examinar o significado desses movimentos para a população em questão.

O jornalista Mauro Santayana (2007), no artigo intitulado “Ler e Escrever”, assim se posiciona: “A principal função da escola é ensinar a ler e a escrever, que são dois resultados de um mesmo esforço. Na incapacidade de compreender a linguagem, podemos encontrar a causa do desabamento de edifícios, dos clamorosos erros médicos e da ignorância aflitiva dos profissionais do Direito”. Essa afirmativa reforça a importância de uma sólida Alfabetização de Jovens e Adultos e da sua continuidade, o que repercute nos mais altos patamares.

O então Secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro, Nelson Maculan (2007, p. A9), comenta o desafio que, para ele, representa a Gestão da Educação: “Acreditamos na inclusão, na diversidade e na construção de uma Política Pública em estreita sintonia com a sociedade civil organizada e da efetiva participação de seus entes representativos. Enfrentarmos esse desafio é perseguir o sonho de uma educação digna do povo brasileiro”. Esse desafio só terá possibilidade de ser vencido se adotar, em seus desdobramentos, propostas realisticamente exequíveis, englobando a Alfabetização de Jovens e Adultos em suas prioridades.

O então Ministro da Educação do Brasil, Fernando Haddad (GOIS; CONSTANTINO, 2007, p. c-3), em reportagem que trata do analfabetismo no país, assim se pronuncia: ‘Nos últimos 40 anos a efetividade dos programas de

alfabetização, incluindo a primeira etapa do Brasil Alfabetizado, foi baixa, mesmo quando os atendidos foram somente os analfabetos'. Na mesma matéria, Jorge Werthein (2007, C3 apud GOIS; CONSTANTINO, 2007, p. c-3), então Assessor Especial do Secretário Geral da Organização dos Estados Iberoamericanos, assim se pronuncia: "É muito difícil chegar à população carente e mais excluída se governadores e prefeitos não assumirem também, como responsabilidade, a eliminação do analfabetismo".

Nesse sentido, constata-se a necessidade de se pesquisar o alcance das ações governamentais junto à população analfabeta, maior de 15 anos, bem como até que ponto os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos estão contribuindo para viabilizar a inclusão social dessas pessoas, construindo assim uma sociedade mais justa e mais humana, o que é o foco deste estudo.

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos, onde deve estar inserida a Alfabetização, que é o passo inicial, é um segmento da Educação Básica cuja proposta é receber as pessoas, maiores de 15 anos, que não tiveram a oportunidade de desfrutar, plenamente, o direito à educação na idade própria. Este fato foi ocasionado pela demanda escolar maior do que a oferta, pelas reprovações, pela inadequação ao Sistema de Ensino, por condições socioeconômicas adversas ou, ainda, por outras razões, como por exemplo, as próprias falhas na implantação e na supervisão dos Programas Regionais e Nacionais de Alfabetização de Jovens e Adultos, onde estatísticas sobre o quantitativo de alunos atendidos, nem sempre correspondem à realidade. Fatos como esses distorcem a interpretação de resultados. A situação seguinte é elucidativa:

A localidade de Engenho das Lajes, na divisa do Distrito Federal com Goiás, deveria ter 4 turmas com 97 alunos do Brasil Alfabetizado. É o que prevê o convênio firmado entre o MEC e o Governo do Distrito Federal, no ano passado. Informados [...] que seus nomes aparecem nas listas, 6 moradores ficaram surpresos. Eles disseram não ter feito inscrição nem assistido a alguma aula. – Não estou fazendo curso, não me inscrevi. Alguém botou o meu nome? - reagiu o borracheiro. (WEBER, 2007, p. 3).

Dentre os vários Programas Governamentais para erradicação do analfabetismo no Brasil, destacam-se aqui alguns dos mais recentes (Quadro nº 15), a seguir resumidamente descritos. São eles:

Quadro 15 - Programas mais recentes para Erradicação do Analfabetismo no Brasil

Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL

Programa Alfabetização Solidária – PAS

Programa Brasil Alfabetizado

Fonte: a Autora (2013).

A sociedade como um todo precisa também sentir-se responsável e participar do esforço para terminar com esse estigma social que faz com que milhões de brasileiros mantenham-se à margem da vida, por não saberem ler e escrever. Se houver uma ação concreta, permanente e eficiente dos governos municipais apoiados pelos estados e pelo governo federal, seguramente, conseguiremos erradicar de nosso território, o analfabetismo (SARAIVA, 2008).

2.6.1 Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, criado pelo Governo Federal em 1967, pela Lei nº 5.379, (BRASIL, 1967) começando a funcionar em oito de setembro de 1970, tinha como meta a erradicação do analfabetismo em 10 (dez) anos. O índice de analfabetismo, em 1970, era de 33%, o que representava 18 milhões de brasileiros maiores de 15 anos. Sua proposta, direcionada aos Jovens e Adultos, consistia na alfabetização funcional com vista a “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculos como meio de integrá-la à sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”.

Uma das estratégias das quais o MOBRAL lançou mão para conseguir adesões e conchamar a participação da população foi a utilização de *slogans*, tais como: “Você também é responsável, então me ensine a ler e a escrever”; “Eu tenho a mão domável, eu sinto a sede do saber”. Esse Programa teve ao seu dispor recursos oriundos da Loteria Esportiva e, posteriormente a destinação feita pelo empresariado, que descontava até 2% em suas declarações de Imposto de Renda para o Programa,

e uma estrutura capilar que fez com que o Mobral estivesse presente em todos os Municípios brasileiros, possibilitando e facilitando sua implantação e implementação. Uma das características do MOBRAL foi sempre utilizar os municípios como ponto de partida e desencadeador das ações que foram por ele desenvolvidas. Neste sentido registra-se que,

O MOBRAL é um movimento eminentemente municipalista, uma demonstração viva de que há espaço e já é chegado o tempo de realizar uma política de descentralização neste gigantesco país. (CORRÊA, 1979, p. 27)

O MOBRAL, implantado em todo território nacional, de início tinha sua atenção voltada para a Alfabetização de Jovens e Adultos, mas a partir de 1971, expandiu seu raio de atuação para a continuidade de estudos de seus alunos, ou seja, as séries iniciais do então Ensino de 1º grau. Para isto celebrou convênio com as Secretarias de Educação dos Estados para que os egressos do Mobral cursassem as séries iniciais do Ensino Supletivo oferecidos pelos Sistemas Estaduais de Ensino.

O MOBRAL, além de elaborar o material didático do Programa de Alfabetização Funcional – PAF – também o fez para o Programa de Educação Integrada – PEI. Além disso, diante do entendimento da educação permanente, desenvolveu para sua clientela (pessoas com mais de 15 anos) vários programas como: cultural, desportivo, de saúde, tecnologia da escassez e outros. Ao estimular a continuidade de estudos de recém-alfabetizados, o MOBRAL firmou convênios com as Secretarias de Educação para receber os egressos de suas turmas no Ensino Supletivo e não se afastou de seu objetivo principal – a erradicação do analfabetismo – que o guiou até sua extinção - mas promoveu a educação continuada dos alfabetizados para impedir a cognição de retorno. Mesmo assim, não conseguiu alterações significativas quanto à diminuição do índice de analfabetismo, porque à época, anualmente cerca de 500 mil jovens, ao atingirem 15 anos e sem ter tido a oportunidade de frequentar a escola, engrossavam as fileiras de analfabetos. Ao ser extinto o MOBRAL, o índice de analfabetismo no Brasil baixara de 33% (1970) para 23% (1989).

O referido Programa se desenvolveu de 1970 até ser extinto em 1989, já com o nome de Fundação Educar. Por sua abrangência, o MOBRAL era mais que um Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos e sim um Movimento Nacional e não teve continuidade, sendo extinto no Governo Fernando Collor.

Até o início do MOBRAL, ou seja, nas duas décadas anteriores, as propostas para a Alfabetização de Jovens e Adultos, discussões e debates sobre este tema, propunham um novo modelo pedagógico que considerava a pobreza e a desigualdade social como causas do analfabetismo e afirmavam, ainda, que as propostas de Alfabetização de Jovens e Adultos deveriam ser contextualizadas, identificando causas e efeitos dos problemas sociais e as alternativas de superá-los ou minimizá-los.

Há controvérsias quanto a essas afirmativas, uma vez que o MOBRAL também considerava a pobreza e a desigualdade social em sua proposta metodológica, e se apoiava no Método Paulo Freire, sem o respectivo conteúdo ideológico.

Os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos anteriores ao MOBRAL, que utilizou uma metodologia implantada em âmbito nacional, não tinham uma metodologia única nem uma administração central, de onde irradiavam as diretrizes, o material didático, a coordenação e a supervisão (AGÊNCIA EDUCABRASIL, 2001-2004).

Para melhor compreensão do até aqui descrito, apresenta-se a seguir Quadros-resumo referentes a: 1. Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (Quadros nº 16 a 26); 2. Alfabetização Solidária e dos projetos por eles desenvolvidos (Quadros nº 27 a 29) e (3) Brasil Alfabetizado (Quadro nº 30).

Quadro 16 – Movimento Brasileiro de Alfabetização

Criação:

Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967

Objetivo geral:

Erradicação do Analfabetismo e a Educação Continuada de Adolescentes e de Adultos

Destinatários:

Alunos maiores de 15 anos

Principais características:

“As características básicas do Movimento podem resumir-se em envolvimento com a comunidade, descentralização das ações, obtenção de recursos e apoio da iniciativa privada” (BRASIL, 1975, p. 47).

Financiamento:

Percentuais da Loteria Esportiva e do Imposto de Renda

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 17 – Programas Desenvolvidos pelo MOBRAL

Programa de Alfabetização Funcional
Programa de Educação Integrada
Programa MOBRAL Cultural
Programa de Profissionalização
Programa de Educação Comunitária para a Saúde
Programa Diversificado de Ação Comunitária
Programa de Autodidatismo
Programa da Tecnologia da Escassez

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 18 – Programa de Alfabetização Funcional

Implantação: 1970
Objetivo Geral: Desenvolver nos alunos as competências de leitura, escrita e cálculo, com vistas à inclusão desses alunos no meio social
Habilidades Básicas a serem desenvolvidas pelos alunos no Programa de Alfabetização Funcional: Aprendizagem da Leitura e da Escrita Enriquecimento do Vocabulário Desenvolvimento do Raciocínio Formação de Hábitos e Atitudes positivas com relação ao trabalho Desenvolvimento da Criatividade Desenvolvimento do Senso de Responsabilidade Individual e Social Participação consciente da Vida da Comunidade
Metodologia: Tomava como base o trabalho em grupo, o auxílio mútuo e a própria comunidade O método utilizado se fundamentava em experiências significativas vividas pelos alunos, as quais faziam emergir Palavras Geradoras As Palavras Geradoras partiam das Necessidades Básicas do Homem

Necessidades Básicas:		Palavras Geradoras:
Educação Saúde Habitação Lazer	Trabalho Previdência Social Vestuário Liberdades humanas	Escola - Professora Remédio - Vacina Tijolo - Casa Rádio - Futebol Hospital - Trabalho Sapato - Plástico Vida - Família
<p>As palavras geradoras eram trabalhadas com os alunos, a partir de determinados procedimentos:</p> <p>Apresentação e exploração do cartaz gerador Estudo das palavras dele advindas Divisão silábica da palavra gerada Estudos das sílabas Formação de novas palavras Formação de frases e pequenos textos a partir dessa produção</p>		
<p>Recursos Didáticos:</p> <p>Livros de Leitura, de Matemática e de Exercícios para os alunos; Livro do Alfabetizador e Conjunto de Cartazes Geradores</p>		
<p>Capacitação dos Alfabetizadores:</p> <p>Foram mobilizadas pessoas que, em sua maioria, não tinham formação de magistério, nem prática em Educação de Adultos. Num primeiro momento, desenvolveu-se um vigoroso Programa de Capacitação de Alfabetizadores, caracterizado pela uniformidade nacional. Com o aumento da demanda e a premência de alfabetizadores qualificados para o atendimento da referida demanda, o rádio foi utilizado como veículo de treinamento, com vistas à agilização do processo de Capacitação de Alfabetizadores. Percebeu-se, posteriormente, que a baixa qualificação dos alfabetizadores ocasionava transtornos na aplicação proposta para a alfabetização de adultos, refletindo-se no processo de alfabetização propriamente dito. Optou-se, então, pela diversificação da Capacitação de Alfabetizadores em termos de seleção e organização dos conteúdos a serem desenvolvidos na Capacitação. A diversificação consistia na abordagem de conteúdos gerais e conteúdos metodológicos. Dessa forma procurava-se dar flexibilidade à Capacitação, considerando-se a realidade local e as experiências e necessidades dos Alfabetizadores. (CORRÊA, 1979).</p>		
<p>Duração: 5 meses</p>		
<p>Acompanhamento e Controle do Programa de Alfabetização Funcional:</p> <p>O acompanhamento e o controle de um Programa de grande abrangência, como o Programa de Alfabetização Funcional, foram aspectos de relevada importância para que se pudesse proceder aos ajustamentos e às reformulações que se fizeram necessárias. O MOBREAL Central se desdobrou e delegou determinadas competências, pertinentes ao acompanhamento do Processo de Alfabetização, às</p>		

<p>Comissões Estaduais e Municipais, às Agências Pedagógicas, Coordenações de Supervisão Pedagógica e, por fim, à Supervisão de Campo, fornecendo a cada uma dessas instâncias orientações específicas para o acompanhamento, in loco, do trabalho realizado nas turmas de alfabetização, e para que esse acompanhamento fosse registrado em relatórios.</p> <p>A análise desses relatórios permitiu uma informação mais apurada da real situação do Programa para que, a partir dessa análise, fossem tomadas as medidas necessárias para a sua melhoria.</p> <p>Quanto ao controle registra-se que, a princípio, observava-se apenas o aspecto quantitativo (número de alunos atendidos), mas com o desenvolvimento do Programa, aspectos qualitativos (resultado do trabalho desenvolvido) também passaram a ser considerados. (CORRÊA, 1979).</p>
<p style="text-align: center;">Conclusão</p> <p>Observa-se que o Programa de Alfabetização Funcional - PAF - buscou, na forma compatível com o momento vivido, alternativas para o alcance de seus amplos objetivos, que, sintetizados, consistem na erradicação do analfabetismo. Desenvolveu metodologia própria, disponibilizou recursos didáticos, capacitou alfabetizadores e diversificou a capacitação em busca de alcançar melhores resultados.</p> <p>Contudo, ficou evidente a necessidade de maior articulação com outros Órgãos e Instituições Sociais para o alcance, manutenção e ampliação dos resultados obtidos em termos de uma real Alfabetização de Adultos. (CORRÊA, 1979).</p>

Quadro 19 – Programa de Educação Integrada

<p>Implantação: 1971 Grande Expansão: 1972 a 1976 Revitalização: a partir de 1977</p>
<p>Implementação: Foram celebrados convênios entre o MOBRAL e as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação</p>
<p>Antecedentes: Ao primeiro ano de Funcionamento do MOBRAL – Programa de Alfabetização Funcional – PAF constatou-se que: Os egressos da alfabetização aspiravam por novas oportunidades de continuidade de estudos. Que a incidência de matrícula dos alunos da alfabetização funcional se fazia na faixa etária de 15 a 25 anos, o que representava grande parcela da população ativa. (CORRÊA, 1979, p. 177). Assim sendo, foi decidido por consenso entre Coordenadores e Técnicos a criação do Programa de Educação Integrada – PEI.</p>
<p>Objetivos Gerais:</p>

Propiciar o desenvolvimento da autoconfiança, da valorização da individualidade, da liberdade, do respeito ao próximo, da solidariedade da responsabilidade individual e social.

Possibilitar a conscientização dos direitos e deveres em relação à família, ao trabalho e a comunidade.

Possibilitar a ampliação da comunicação social, através do aprimoramento da Linguagem oral e escrita.

Desenvolver a capacidade de transferência de aprendizagem, aplicando os conhecimentos adquiridos em situações de vida prática.

Propiciar o conhecimento, a utilização e transformação da natureza do homem como fator de desenvolvimento pessoal e da comunidade.

Estimular as formas de expressão escrita.

Proporcionar condições de integração na realidade socioeconômica do país.

Proporcionar conhecimentos básicos relativos aos conteúdos das diferentes áreas, correspondentes ao Núcleo Comum das quatro primeiras séries do [então] primeiro grau, observando as características de funcionalidade e aceleração.

Fornecer informações para o trabalho, visando o desempenho em ocupações que requeiram conhecimentos adquiridos nas quatro primeiras séries do [então] primeiro grau, proporcionando condições de maior produtividade aos já integrados na força do trabalho e, permitindo acesso a níveis ocupacionais da maior complexidade (KOFF; BITTENCOURT apud CORRÊA, 1979, p.178-179).

Metodologia:

O Programa de Educação Integrada – PEI - teve como meta oportunizar a continuidade do processo formativo iniciado no Programa de Alfabetização Funcional. Frente a essa afirmativa, constata-se que a metodologia utilizada no Programa de Educação Permanente era a mesma que se utilizava no Programa de Alfabetização Funcional, levando em consideração o nível de aprendizagem do aluno.

Na caracterização do Método adotado pelo Programa, destacam-se os seguintes aspectos:

Teve como base o princípio metodológico da funcionalidade - relação direta do processo ensino-aprendizagem com as vivências e experiências dos alunos.

Adotou o princípio didático da aceleração, ou seja, considerar as aprendizagens já desenvolvidas pelos alunos como ponto de partida para novas aprendizagens. Partia sempre do geral para o particular – método global.

Partia sempre do estudo de temas relacionados às necessidades básicas do homem. Considerava os interesses e as necessidades dos alunos, não havendo, portanto, sequência preestabelecida.

Utilizava um cartaz gerador e o trabalho com um texto gerador para a consolidação do estudo de cada tema.

Buscava a articulação das Áreas de Estudo nos trabalhos desenvolvidos com o texto gerador e atividades decorrentes.

Propunha trabalhos em grupo visando à troca de experiências, participação dos alunos na procura de soluções para os problemas detectados, fortalecendo a socialização.

Punha sempre em evidência a realidade pessoal e social dos alunos, levando em consideração o estágio de aprendizagem desses alunos.

Material Didático:

Na fase experimental foi utilizado, por alunos e professores, um conjunto de material básico, cuja elaboração considerou os Princípios da Educação Integrada:

Livro Texto – contendo textos geradores para o desenvolvimento do Programa.

Livro Glossário – para aumentar o vocabulário e desenvolver o hábito e a habilidade do uso do dicionário.

Livro de Exercícios de Matemática – para a fixação e integração da aprendizagem.

Livro do Professor – para orientar o professor quanto aos procedimentos de ensino.

Conjunto de Cartazes – para motivar os alunos para o trabalho com os textos geradores.

A partir de 1977 com vistas à atualização e à adequação foi realizada modificação no material didático do Programa:

Livro de Textos Geradores – incluía glossário e continha textos e diversificadas atividades de comunicação e expressão.

Livro de Matemática – apresentando conteúdos e exercícios de fixação e integração da aprendizagem.

Livro de Integração Social e Ciências – apresentando conteúdos e exercícios de fixação e integração da aprendizagem.

Conjunto de Cartazes – apresentando, além dos cartazes relacionados com os temas desenvolvidos, cinco cartazes para o trabalho na Área de Ciências e de Integração Social.

Capacitação de Professores:

A fase de implantação da capacitação foi feita em duas etapas, considerando-se o efeito multiplicador.

A Equipe Central do MOBREAL treinou representantes de cada Município.

Os professores que receberam o treinamento repassaram as informações recebidas para os outros professores em suas localidades de origem.

Como a experiência foi bem sucedida, a capacitação de professores para atuar no Programa de Educação Integrada, repetiu a metodologia adotada, aprimorando-a.

<p>Duração do Programa:</p> <p>O Parecer nº 44/73 do Conselho Federal de Educação fixou para o Programa a duração de 720 horas/aula.</p> <p>Essa carga horária foi distribuída pelas Secretarias Estaduais de Educação, podendo efetivada em 10 a 18 meses.</p> <p>Para a determinação do período de duração do Programa eram levados em conta alguns aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Necessidades e interesses locais - A não seriação - Flexibilidade para a saída dos alunos considerados aptos e entrada de novos alunos, isso a cada etapa, procurando-se assim atender às diferenças individuais e ao ritmo próprio de cada aluno.
<p>Acompanhamento e Controle, Atividades Básicas:</p> <p>Realização de entrevistas com membros das Comissões Municipais, Professores e Alunos para levantar as principais características do Programa.</p> <p>Aplicação de testes padronizados para aferir o desempenho dos alunos.</p> <p>Observação dos Boletins de frequência dos referidos alunos</p> <p>Comunicação da Equipe do MOBREAL Central com os Professores, através de cartas.</p>
<p>Inovação:</p> <p>Desenvolvimento do Programa de Educação Integrada por via radiofônica; Na radiofonização eram utilizados recursos tais como: entrevistas, músicas, noticiários, poesias, textos literários etc.;</p> <p>Apesar de alguns problemas ocorridos no desenvolvimento do Programa como resistência à inovação, interferências de outras emissoras, dificuldades de linguagem, a produtividade pode ser considerada boa.</p>
<p style="text-align: center;">Conclusão</p> <p>Segundo Corrêa (1979) o Programa de Educação Integrada demonstrou eficácia porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> Enfrentou os problemas da Educação de Adultos com eficiência; Adotou metodologia anteriormente avaliada; Equacionou dificuldades operacionais do Programa ao nível de Brasil; Apresentou custos reduzidos.

Quadro 20 – Programa Mobral Cultural

<p>Implantação: 1973</p>
<p>Finalidade:</p> <p>Complementação dos Programas Educacionais já desenvolvidos pelo MOBREAL</p>
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Concorrer de maneira informal e dinâmica para difundir a cultura do povo brasileiro e para a ampliação do universo cultural do mobralense e da comunidade a que pertence. (CAVALCANTI et al. apud CORRÊA, 1979, p. 244)</p>

Propósitos:

Reforçar o processo de alfabetização desenvolvido pelo Programa da Alfabetização Funcional.

Evitar ou minimizar a regressão cognitiva.

Diminuir as evasões e as reprovações.

Buscar o apoio da comunidade para as ações desenvolvidas pelo MOBRAL, divulgando-as estimulando assim as adesões.

Características Básicas:

Desenvolvimento de um programa cultural não elitizado, e fora do contexto social dos alunos.

Consideração essencial à cultura já existente nas diversas comunidades onde o Programa foi implantado, seus usos e costumes, seus mitos e seus ritos, oportunizando, assim, um crescimento espiralado, ou seja, comunidade, bairro, município, estado e país.

Complementação pedagógica dos egressos dos Programas de Alfabetização, por meio de novas práticas e saberes, fortalecendo a integração dos mesmos à sua comunidade, e possibilitando o uso das novas habilidades de leitura e escrita, acrescidas de sua cultura oral.

Preenchimento sadio das horas livres dos alunos recém alfabetizados, oportunizando o desenvolvimento de suas potencialidades criativas, e de identificá-las nos componentes de seu grupo.

Democratização da cultura, como elemento integrador aluno-comunidade, por meio de práticas culturais livres e diversificadas na busca de envolver os mais afastados ou marginalizados.

Princípios Norteadores:

Disseminação da cultura; Dinamização da criatividade; Intercâmbio cultural
Valorização do homem e da cultura local; Preservação da cultura

Estrutura do Programa e suas Principais Atribuições:

Coordenação dos Postos Culturais

Seleção dos municípios interessados.

Implantação das unidades de acordo com critérios preestabelecidos.

Coordenação da Mobralteca

Execução de experiência piloto.

Avaliação dos resultados.

Ampliação do número de unidades, obedecendo-se a critérios previamente definidos – semente do Projeto Mobralteca.

Coordenação dos Subprogramas

Criação e seleção do material didático necessário ao desenvolvimento do trabalho.

Coordenação de Apoio

Fornecimento dos recursos indispensáveis ao Programa na sua implantação.

Chefias de Grupos

Responsabilidade de orientar e dirigir as coordenações.

Em 1974, esse grupo cedia lugar ao centro cultural do MOBREAL passo inicial de um natural processo evolutivo acompanhando o próprio crescimento e desenvolvimento do Programa, à medida que novas fases eram vividas impondo-se adaptar as estruturas [do Programa] às [suas] características mais recentes (CAVALCANTI et al. apud CORRÊA, 1979, p. 246).

Recursos Humanos:

Agente Cultural – ACULT

O trabalho desenvolvido pelo Agente Cultural se fazia presente em todas as etapas da execução do Programa. Tinha a atribuição de dinamizá-lo no seu âmbito de atuação e de ajustá-lo, com vistas ao atendimento da realidade local. Suas atribuições se estendiam, também, ao planejamento, à coordenação, à execução, à supervisão e à avaliação das atividades culturais desenvolvidas.

Encarregado Municipal – ECULT

O trabalho desenvolvido pelo Encarregado Municipal consistia na execução do programa, propriamente dita, a nível municipal, estimulando o desencadeamento das ações culturais num sentido mais amplo.

Equipes da Mobralteca:

Animador – incentivador da participação do público nas atividades proposta.

Operador I – operação e manutenção dos equipamentos eletrônicos.

Operador II – motorista da Unidade - desempenhava importante função junto ao Baú da Criatividade, pois estimulava a utilização dos recursos disponíveis para as atividades de artesanato.

Treinamento ou Capacitação das Equipes:

<p>Para a realização de uma proposta tão ampla e diversificada fazia-se necessário treinamento e atualização constante das equipes envolvidas com vistas ao alcance dos resultados.</p> <p>A partir dos resultados alcançados se realizavam os ajustamentos para a melhoria do processo.</p> <p>A capacitação ocorria com a promoção de encontros periódicos nos três níveis: municipal, estadual e nacional, oportunizando a troca de experiências entre os participantes e a aquisição de novas aprendizagens (CAVALCANTI et al. apud CORRÊA, 1979, p. 249).</p>
<p>Subprogramas do Programa MOBRAL Cultural:</p> <p>Entendendo-se as Unidades como meio para alcançar os objetivos do Programa Cultural, os Subprogramas constituíram as atividades-fim. Eles assumiram a denominação das atividades que comportavam:</p> <p>Rádio; Publicações; Teatro; Cinema; Música; Literatura; Televisão; Arte Popular; Artes Plásticas; Folclore e Jogos; Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Reservas Naturais.</p>
<p>Acompanhamento:</p> <p>Esse processo foi o parâmetro para os ajustamentos e as reformulações do Programa. Principais instrumentos do processo de acompanhamento:</p> <p>Relatórios dos agentes culturais;</p> <p>Relatório dos técnicos do Centro Cultural;</p> <p>Viagens de assistência técnica;</p> <p>Encontros periódicos entre os agentes e técnicos;</p> <p>Troca de correspondência entre os técnicos e agentes.</p>
<p style="text-align: center;">Conclusão</p> <p>Ao longo do desenvolvimento do processo constatou-se:</p> <p>A ocorrência de acertos e reformulações;</p> <p>A existência de descobertas e indagações;</p> <p>O surgimento de incertezas e constatações;</p> <p>O alcance de relativa maturidade.</p> <p>O Programa, considerando-se a validade de seus grandes objetivos, conseguiu alguns resultados significativos.</p> <p>O MOBRAL, como qualquer programa social, apresentou pontos forte e fragilidades, que apontavam para a necessidade de uma análise criteriosa, cujos resultados fossem utilizados no desenvolvimento das ações. (CORREA,1979).</p>

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 21 - Programa de Profissionalização

Implantação: 1973
Concepção: Foi concebido a partir da diversificação das atividades do MOBRAL

<p>Objetivo Geral:</p> <p>Oferecer meios de ascensão socioeconômica aos alunos do MOBRAL através da informação e treinamento profissional como também oportunizar o aproveitamento de suas potencialidades levando em conta a diversidade do Mercado de Trabalho das diferentes regiões brasileiras.</p>
<p>Subprojetos:</p> <p>Testagem e Orientação profissional; Treinamento profissional; Colocação de Mão de Obra.</p>
<p>Implementação:</p> <p>Foi realizada através da celebração de convênio entre o MOBRAL com o Programa Intensivo de Reparação de Mão de Obra – PIPMO e com o Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP.</p>
<p>Metodologia:</p> <p>A Metodologia foi traçada, levando em consideração a realidade social e a carência de mão de obra qualificada para o Mercado de Trabalho. Fez-se necessário a criação de uma metodologia própria, também chamada de Treinamento por Famílias Ocupacionais. O Treinamento por Famílias Ocupacionais tinha como propósito maior desenvolver com os alunos conteúdos comuns a várias ocupações, que possibilitassem sua inserção no Mercado de Trabalho, ou em Instituições de Treinamento Profissional, para a realização de cursos de curta duração e de larga escala. O Treinamento por Famílias Ocupacionais apresentava as seguintes características:</p> <p>Atendimento em larga escala – ser aplicada em todo o país, fazendo-se as devidas adaptações.</p> <p>Atendimento em nível de semiqualificação – as unidades de treinamento tinham como atribuição formar homens treináveis, e as empresas tinham o compromisso com a sua especialização.</p> <p>Mobilidade no Mercado de Trabalho – os conteúdos desenvolvidos e o manuseio de materiais eram aplicáveis a várias práticas profissionais, uma vez que as ocupações eram agrupadas por similaridades. Dessa forma pretendia-se facilitar o aluno no acompanhamento às mudanças e transformações ocorridas no Mercado de Trabalho.</p> <p>Adequação à clientela do MOBRAL – os cursos deveriam ser de curta duração, com baixa exigência de escolaridade e serem oferecidos em horários que atendessem as necessidades de uma clientela adulta.</p>
<p>Principais Dificuldades Encontradas:</p> <p>A não aceitação da participação do MOBRAL na área de treinamento profissional que era gerada por uma total incompreensão externa de seu papel como órgão educacional e pela inexistência de política integrada para o setor.</p> <p>A diferença fundamental das metodologias utilizadas nos cursos de treinamento.</p>

A velocidade de execução do MOBRAL, contrastando com a natureza burocrática e formal de outras entidades (CORRÊA, 1979, p. 302).

Conclusão

O Programa apresentou sucessos e fragilidades.

Como sucessos podem-se apontar:

A montagem de uma rede de execução presente em todos os estados brasileiros.

A criação de novas metodologias adequadas aos alunos do MOBRAL voltadas para área tão importante: profissionalização

Servir de fonte de motivação para o prosseguimento de estudos dos alunos oriundos de outros programas desenvolvidos pelo MOBRAL, considerando-se a importância do trabalho na vida dessas pessoas.

Como fragilidades podem-se apontar:

A dificuldade do desenvolvimento de ações integradas entre o MOBRAL e outras Instituições sociais

O preconceito existente no que se refere aos alunos egressos dos Programas de Alfabetização e sua inclusão social.

O número de alunos a serem encaminhados ao Mercado de Trabalho, os espaços existentes e as dificuldades próprias de qualquer mobilização.

Segundo Chaves e Castelo Branco Este sistema integrado de Profissionalização está consoante com a Filosofia de Educação adotada pelo MOBRAL quando define [...] “a educação é uma tarefa de todos – de toda a população e de toda a comunidade – e que deve ficar à disposição de todos durante toda a vida”. (CHAVES; CASTELO BRANCO *apud* CORRÊA 1979, p. 308),

Quadro 22 - Programa de Educação para a Saúde Comunitária

Criação: 1975

Antecedentes:

O quadro apresentado pela Saúde nos diversos estados brasileiros, com características marcantes das regiões menos favorecidas socioeconomicamente.

A necessidade premente da implantação de medidas preventivas às doenças de massa que flagelavam, principalmente, as pessoas de menor poder aquisitivo e menor acesso às Informações.

A abrangência do trabalho realizado, através do desenvolvimento de Programas voltados para a população de baixa renda.

Finalidade:

Ultrapassar o raio de atuação do MOBRAL no atendimento à sua clientela específica, estendendo-se até à comunidade no trato com questões relativas à saúde.

Objetivo Geral: Propiciar a melhoria das condições de saúde das populações residentes na área de atuação do Programa, principalmente, as mais carentes, através de trabalho de natureza educacional.
Objetivos específicos: Motivar e possibilitar mudanças de atitude com relação à Saúde. Estimular e orientar a comunidade para o desenvolvimento de ações que visem à melhoria das condições higiênicas e alimentares e dos padrões de saúde a partir das necessidades sentidas. Desenvolver uma infraestrutura de recursos humanos, pertencentes às comunidades a serem atendidas pelo Programa para a atuação no campo da educação para a saúde. Integrar esforços aos de entidades que atuam na área de saúde e outras, a fim de maximizar recursos para uma efetiva melhoria das condições de saúde, saneamento e alimentação (BACKHEUSER et al. apud CORRÊA, 1979, p. 314).
Metodologia: Foi desenvolvida uma metodologia própria para operacionalizar o Programa de Educação para a Saúde Comunitária. Essa metodologia considerou alguns princípios de relevada importância para seu desenvolvimento: Mobilização de toda a comunidade (alunos do Programa Alfabetização Funcional e Comunidade em geral) Organização de Grupos Comunitários, também chamados Grupos Participantes (formados por alunos dos Programas de Alfabetização Funcional e representantes das comunidades) Realização de reuniões periódicas - no mínimo uma por semana – para estimular a localização dos problemas de saúde enfrentados pela comunidade; a análise dos referidos problemas; a discussão desses problemas na busca de soluções; desenvolver a comunicação oral e a audição e também o hábito da tomada, do compromisso e do respeito às decisões grupais. Consideração às decisões tomadas pelo grupo e esforço para transformá-las em ações concretas.
Recursos Humanos: Monitor (agente mobilizador dos alunos e das instituições) Grupo Participante (responsável pelo levantamento e tratamento dos problemas)
Material de Apoio:

Na medida em que lhe compete orientar as discussões do grupo sobre problemas de saúde, buscando as soluções mais adequadas, o monitor deve dispor de uma qualificação mínima em assuntos de saúde (BACKHEUSER et al. Apud CORRÊA, p. 320).

Para tal foram utilizados os seguintes Materiais de Apoio:

Área de Saúde (4 livros): “Doenças”, “Saúde da Mãe e da Criança”, “Alimentação” e “Higiene”

Roteiro para a Orientação do Monitor – contendo orientações sobre os Fundamentos e sobre a Dinâmica do Programa

Cartazes – um conjunto: apoio visual para o levantamento e discussão dos problemas

Folhetos sobre assuntos específicos, elaborados de acordo com as necessidades detectadas no campo, tais como:

Queimadas; Fraturas; O Mal do Barbeiro; O Mal do Caramujo; Como Cultivar Hortaliças; Picadas de Animais Venenosos; Criando Coelho; Criar Porcos – Um Bom Negócio; Combata a Verminose; Proteção de Nascentes; Calendário de Vacinas.

Resultados Alcançados:

O Programa apresentou resultados expressivos, como os alcançados em 1977

Ações desenvolvidas	Quantitativo
Fossas construídas	30.319
Redes de esgoto construídas	2.855
Poços e depósitos d'água construídos	14.683
Poços e depósitos d'água protegidos	393
Filtros adquiridos	53.209
Hortas formadas	33.914
Cooperativas Alimentares criadas	3.730
Depósitos para guardar alimentos	28.618
Casas reformadas	28.301
Casas construídas	376
Consertos em estradas, ruas, pontes etc.	185
Criações de animais iniciadas	569
Cercados construídos para animais	17.648
Terrenos, ruas praças e prédios que foram limpos.	30.795
Depósitos de Lixo construídos	1.853
Árvores plantadas	14.916
Pessoas encaminhadas para vacinação	338.079
Pessoas encaminhadas para médicos, hospitais e dentistas.	162.154
Farmácias comunitárias criadas	8.370
Pessoas que passaram a beber água fervida/tratada	153.841
Pessoas que passaram a cuidar do lixo	185.070
Pessoas que passaram a ter cuidado com o corpo	2.144
Pessoas encaminhadas para aposentar-se ou sindicalizar-se	44.390

Pessoas encaminhadas ao Programa de Alfabetização Funcional 107.031
 Os resultados descritos envolvem as zonas urbana e rural (BACKHEUSER et al. apud CORRÊA,1979, p. 327-328).

Conclusão

Considerando-se a finalidade do Programa, explicitada em seus objetivos gerais e específicos, frente aos resultados alcançados, pode-se concluir que o programa teve validade e utilidade, no contexto em que se desenvolveu.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 23 - Programa Diversificado de Ação Comunitária

Criação: 1971

Concepção:

Foi concebido como uma alternativa viável para a criação de mecanismos que estimulassem maior participação da comunidade em geral e, em particular dos alunos participantes dos programas já desenvolvidos pelo MOBRAL.

Levantou as seguintes expectativas:

- Coleta de dados relativos aos interesses, necessidades e aspirações das pessoas, bem como o seu poder de mobilização.
- Incentivo aos alunos egressos do Programa de Alfabetização Funcional para maior participação e realização nas atividades comunitárias.
- Desenvolvimento de práticas que oportunizassem melhorar o processo de comunicação entre as pessoas e os grupos, como elemento facilitador das práticas conjuntas.
- Aproveitamento do tempo livre dos envolvidos de forma útil e educativa.
- Desenvolvimento da criatividade, através de variadas expressões artísticas
- Artesanato.
- Desenvolvimento da responsabilidade coletiva, principalmente, no que diz respeito a questões de saúde e higiene.

Questões obstaculizantes:

O Programa Diversificado de Ação Comunitária, não alcançou, num primeiro momento, resultados correspondentes às expectativas levantadas. Concorreram fortemente para tal:

O desconhecimento do significado e da importância das ações comunitárias no desenvolvimento de projetos sociais, por alguns segmentos da comunidade.

O descrédito na potencialidade que tem a comunidade para assumir seu próprio crescimento e o desenvolvimento de seus membros.

Reapresentação do Programa Diversificado de Ação Comunitária: 1973

Foram utilizadas outras estratégias para essa reapresentação.

Foi elaborado Material de Apoio voltado para as lideranças comunitárias, com vistas a um melhor desempenho no trabalho a ser por elas desenvolvido.

Foram mantidos, nessa reapresentação do Programa, os objetivos compatíveis aos objetivos dos Programas do MOBREAL em execução, visando manter a coerência e a unidade de propósitos quanto à integração e promoção social do homem brasileiro.

Objetivos:

Adquirir conhecimentos e habilidades com vistas a uma participação mais efetiva.

Desenvolver as formas de pensamento lógico, com vistas a uma participação mais consciente.

Integrar o indivíduo à comunidade em múltiplos aspectos, com vistas à sua melhoria e da comunidade.

Promover o desenvolvimento socioeconômico, educacional e cultural da comunidade, em múltiplos enfoques.

Desenvolvimento:

O Programa priorizou a mobilização e a integração dos recursos humanos e comunitários, buscando a organização e a participação dos diversos segmentos da comunidade para o desenvolvimento de ações tais como:

Diagnosticar as necessidades, as aspirações, as dificuldades e os recursos existentes na comunidade.

Desenvolver ações sistematizadas, correspondentes às situações diagnosticadas.

Planejar e executar as ações considerando sempre as situações detectadas e os recursos disponíveis na própria comunidade.

Para o desenvolvimento das ações o Programa foi subdividido em 3 etapas interligadas;

Primeira Etapa – Mobilização (presente também nas outras etapas por sua importância)

Segunda Etapa – Organização dos Grupos de Trabalho.

Terceira Etapa – Manutenção do Trabalho

Subprogramas oriundos ao desenvolvimento das etapas e que correspondem, em grande parte, aos interesses e necessidades da comunidade:

Educação; Saúde e Saneamento; Promoção Profissional; Nutrição; Habitação; Atividades de Produção; Conservação da Natureza; Esportes; Pesquisa.

Quadro 24 - Processo de Implantação do Programa de Educação Comunitária para a Saúde nos Municípios

Passos do Processo de implantação	Objetivo de cada Passo:
Entrevista com o Prefeito	– obter apoio e participação
Grupos de Ação: – Estudo de sua situação – Reunião de orientação – Escolha e orientação dos colaboradores	– conhecer o funcionamento da comunidade e dos grupos de ação, – conhecer o Programa e planejar a adequada implantação – obter ajuda eficaz na realização das entrevistas e elaboração do quadro do município
Divulgação do Programa	– sensibilizar a população para a participação no Programa
Orientação aos Alfabetizadores	– conseguir o conhecimento do Programa e adesão ao mesmo. – estudar (sondar) a formação do grupo dentro e fora de classe – conseguir a realização de entrevistas com a clientela da área e indicação de representantes.
Realização de entrevistas – Com entidades – Com grupos e com outros informantes	– obter dados e possíveis pontos de vista sobre os problemas da comunidade e possíveis soluções – obter participação na implantação do Programa, inclusive, indicação de representantes.
Elaboração do quadro do Município	– obter visão geral das características e problemas da comunidade e possíveis soluções
Grupo que realiza o processo de implantação – Constituição – Discussão do quadro do Município – Elaboração do Plano de Ação Integrada	– obter representação de todos os setores e áreas, principalmente as mais carentes. – alcançar consenso sobre problemas da comunidade e possíveis soluções. – elaborar um Plano de Ação Integrada realista, viável e eficiente.
Constituição e organização do Grupo de Ação Comunitária	– constituir grupo de ação capaz de levar adiante o Programa no Município, com a participação, tanto das entidades, como a da população, principalmente a mais carente.
Início da execução do Plano	– alcançar progressiva participação de toda a comunidade, inclusive formando grupos locais, no processo de melhoria da própria vida.

Resultados alcançados:

Os dirigentes do MOBRAL consideraram satisfatórios os resultados alcançados na etapa de implantação do Programa no que se refere à metodologia desenvolvida e a própria participação da comunidade nas atividades propostas.

Uma síntese quantitativa é apresentada no quadro que se segue: (Quadro 25) (COSTA, LENITH et al. apud CORRÊA, 1979, p. 346).

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 25 – Atividades Realizadas nos Programas

Subprograma	Atividades realizadas	Quantidade
1 – Atividades de Produção	– Hortas	455
	– Palestras sobre cooperativismo, benefícios do FUNRURAL, crédito rural e preço mínimo e uso dos defensivos agrícolas.	20
	– Sementes distribuídas pelo MOBRAL Central	100
	– Treinamentos sobre formação de Hortas	6
	– Cadastro de horticultores	10
2 – Esporte	– Organização de times de futebol	28
	– Torneios de futebol de salão	15
	– Torneios interdistritais de futebol	3
3 – Promoção Profissional	– Cursos ligados a atividades de profissionalização.	17
	– Treinamentos: fabricação de tijolos, cimento e construção de uma escola	3
4 – Habitação	– Casas recuperadas	10
	– Casas construídas	18
5 – Nutrição	– Palestras sobre alimentação e nutrição	25
	– Alimentos para os alunos do Programa de Alfabetização Funcional	100
Conclusão		
De acordo com as informações coletadas, pode-se concluir que:		
O processo de educação global e a participação da comunidade estão intimamente ligados.		
O desconhecimento ou menos a descrença da força que tem a comunidades na busca de soluções próprias para seus problemas.		
Que a integração de qualquer Programa Social com a comunidade onde ele se desenvolve é de importância relevante para o alcance de resultados apreciáveis.		
Que a busca de estratégias para a sensibilização da comunidade e sua consequente adesão são ações prioritárias.		
Que o processo de integração dos Programas Sociais com a Comunidade é um processo de conquistas, de confiança mútua e do estabelecimento de certezas nas relações que precisa sempre ser fortalecido.		

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 26 - Programa de Autodidatismo

Criação: 1975	
Justificativas para a criação do Programa:	
<p>Segundo Koff a criação do Programa pode ser assim justificada:</p> <p style="text-align: center;">Ratificar a que o MOBREAL [vinha] passando, se fugir às suas características de Educação não formal e dentro da linha de oportunidades variadas para o aperfeiçoamento e enriquecimento da pessoa humana”. “Permitir a livre decisão de uma pessoa que deseja aprender, mesmo da frequência sistemática ou obrigatória a uma classe o que constitui uma prova evidente de que, em 4 anos, atingimos a níveis de democratização e de universalização de oportunidades que nunca foram atingidos antes”. (KOFF et al. apud CORRÊA, p. 357).</p>	
Concepção do Programa:	
<p>O Programa foi concebido levando em conta algumas premissas: A educação é um processo no qual o homem aprende a se informar e com isso se formar. O homem só aprende, realmente, aquilo que descobre. A ação educativa deve propiciar ao individuo condições para que ele seja agente de sua própria educação.</p>	
Objetivos Gerais:	
<p>Proporcionar alternativa educacional, através de atendimento, numa linha de Autodidaxia, às camadas menos favorecidas da população. (este objetivo não foi mantido na fase de expansão do Programa) Ampliar a atuação do Posto Cultural, imprimindo-lhe características de uma agência de Educação Permanente, com programas voltados para um aperfeiçoamento constante da população.</p>	
Objetivos Específicos Estabelecidos	
<p>Para a Fase Experimental: Possibilitar a aquisição/ampliação de conhecimentos, tomando-se como base o Programa de Educação Integrada e o reingresso ao sistema regular de ensino. Colocar ao alcance da clientela materiais que despertem e favoreçam o desenvolvimento de mecanismos necessários a uma educação permanente, proporcionando ao alfabetizador já atuante, aprimoramento profissional,</p>	<p>Para a Fase de Expansão: Possibilitar a aquisição/ampliação de conhecimentos: Aos Alfabetizadores do MOBREAL, visando maior produtividade no Programa de Alfabetização Funcional. Aos adultos egressos do Programa de Alfabetização que não tiveram a oportunidade de dar continuidade aos estudos. Aos professores do Programa de Educação Integrada visando maior produtividade no Programa</p>

<p>estabelecidos para a fase de expansão.</p>	<p>Aos alunos da Educação Integrada, com vistas à melhoria de desempenho e à futura possibilidade de atuarem como Alfabetizadores.</p> <p>À população já iniciada nos Programas com vistas à ampliação de seu processo educacional.</p> <p>Disponibilizar para a clientela, materiais que despertem o interesse e favoreçam o desenvolvimento de mecanismos necessários ao processo de Educação Permanente.</p>
<p>Abrangência:</p> <p>Levando-se em conta os objetivos do Programa em suas fases distintas, priorizou-se o atendimento à zona rural obedecendo-se à seguinte ordem preferencial para a inscrição no Programa:</p> <p>Alfabetizadores; Ex-alunos do Programa Alfabetização Funcional; Professores do Programa de Educação Integrada; Comunidade em geral.</p>	
<p>Material Didático:</p> <p>O Material Didático foi elaborado considerando-se as características do Programas. Foram observadas, nessa elaboração, algumas premissas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Contribuir para o desenvolvimento de aprender a aprender; Estimular a criatividade e a formação do espírito crítico; Apresentar diversificação permitindo que cada tema fosse visto pelos alunos em diferentes ângulos; Possibilitar a realização de tarefas individuais e grupais; Considerar as necessidades dos participantes, aproveitando suas vivências e experiências; Manter vivo o interesse pela leitura e incentivar o prosseguimento de estudos. <p>Material Didático utilizado no Programa:</p> <p>Material Didático de Referência – disponível no Posto Cultural para ser utilizado em sistema de empréstimo. Era composto por materiais didáticos utilizados em outros Programas desenvolvidos pelo MOBREAL como: Alfabetização Funcional, Educação Integradas, Educação Comunitária para a Saúde e outros materiais disponíveis no Posto Cultural.</p> <p>Material Didático Básico – disponível para utilização individual, ou seja, sem devolução ao Posto Cultural; composto por três livros do Conjunto Didático Básico do Programa de Educação Integrada:</p> <p>Roteiro de Atividades; Roteiro de Matemática; Folheto de Respostas.</p>	
<p>Desenvolvimento do Programa de Autodidatismo:</p> <p>O Programa teve seu desenvolvimento pautado em indicadores favoráveis apresentados em sua fase experimental e que permaneceram na sua fase de expansão.</p> <p>Apresentação de temas de estudos que atendessem aos interesses e às necessidades dos alunos.</p> <p>A escolha do tema de estudo era realizada pelo próprio aluno, não gerando assim, ordem pré-estabelecida para o seu desenvolvimento.</p> <p>Consideração ao ritmo próprio e ao tempo disponível para a realização do estudo do tema por ele escolhido.</p>	

Disponibilização do material didático para que o aluno pudesse a ele ter acesso e assim estudar, informar-se e atualizar-se sozinho. Realização, pelos alunos, de tarefas individuais e atividades complementares após o estudo do tema escolhido para efeito de concretização.

Fonte: a Autora (2013).

Considerando-se as informações coletadas, pode-se concluir que:

- O Programa levou em conta em todas as etapas de seu desenvolvimento os grandes objetivos da Educação de Adultos.
- As atividades propostas estimulavam o aumento dos conhecimentos gerais e, conseqüentemente, a melhoria pessoal.
- O levantamento das situações críticas das comunidades onde o Programa era desenvolvido facilitava a compreensão dos alunos e estimulava a sua participação na busca de soluções para minimizá-las ou equacioná-las.
- A prática simples e adequada dos conceitos básicos do processo de educação permanente. Por esta apreciação do MOBREAL pode-se inferir que o Programa desenvolveu uma proposta de erradicação do analfabetismo, útil e válida no contexto da época, tendo, contudo, esbarrado nas mesmas dificuldades dos programas que o sucederam, destacando-se: a continuidade de estudos de seus egressos e a expressão real dos resultados alcançados.
- O processo de alfabetização de jovens e adultos desenvolvido pelo MOBREAL apresentou pontos positivos. As propostas de alfabetização partiam das demandas locais, que eram apresentadas pelos municípios. A integração das propostas municipais tinha como resultado a proposta estadual. Para que se obtivessem esses resultados era indispensável o trabalho integrado entre as coordenações municipais e estaduais. O trabalho realizado pelo MOBREAL contava com o apoio da supervisão em todos os níveis e tinha como áreas de abrangência educação, cultura, esporte, saúde, trabalho.
- Como fragilidade, pode-se apontar a ampliação do número de projetos que iam além da Alfabetização de Jovens e Adultos e da continuidade de estudos. Por desenvolver um grande número de ações, tornou-se difícil a obtenção de resultados qualitativos das referidas ações, por ele desenvolvidas.

- Nessa ordem de ideias, preconizou-se que:

O MOBRAL nos teria deixado muitas lições. [...] Em sua segunda fase, foi um programa muito criativo e interessante. Só que de tão disperso e autônomo perdeu a capacidade de monitorar o que estava conseguindo fazer. Ninguém sabia quem havia aprendido a ler ou fazer outra coisa. (CASTRO, 1999, p. 4).

- Contudo, justifica-se a amplitude assumida pelo MOBRAL baseando-se na importância para o adulto da aprendizagem da leitura e da escrita.

O MOBRAL satisfaz à consciência daqueles que sabem, do ponto de vista humano, o que significa o isolamento, a desesperança e a angústia dos que não podem comunicar-se plenamente em um mundo dominado pelo código escrito. (CORREA, 1979, p. 27).

2.6.2 Programa Alfabetização Solidária – PAS

Criado em 1997 pelo Conselho da Comunidade Solidária – um fórum de desenvolvimento de ações sociais cuja base de funcionamento é a parceria entre o Governo Federal, a iniciativa privada e a sociedade civil – o Programa Alfabetização Solidária tinha como objetivo principal reduzir os índices de analfabetismo no Brasil e expandir o acesso de Jovens e Adultos à Educação, sendo implantado, num primeiro momento, nos municípios que apresentavam maiores índices de analfabetismo, segundo dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (ESTEVES, 2002).

O Programa foi estruturado de forma a promover ações que favorecessem a sociedade civil, seu relacionamento com as diversas esferas governamentais – federal, estaduais e municipais - e as parcerias indispensáveis para que o prosseguimento de estudos, na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA – fosse uma passagem natural, que ocorresse na vida dos alunos, após sua saída do Programa de Alfabetização.

A articulação e a participação efetiva entre diversos segmentos sociais - Empresas, Organizações, Governos Estaduais, Instituições de Ensino Superior,

Pessoas Físicas, Prefeituras e o Ministério da Educação – foram fatores de importância relevante para o desenvolvimento do Programa, onde cada um dos segmentos mencionados, mesmo tendo suas atribuições próprias, era sujeito no processo de educação do País, especialmente na Alfabetização de Jovens e Adultos.

A Alfabetização, nesse caso, era considerada como primeira etapa do processo de aprendizagem. As metas do Programa iam além, ao buscarem promover ou facilitar a continuidade de estudos dos alunos oriundos do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, nos municípios onde funcionou, sob pena da perda das habilidades de leitura e de escrita dominadas pelos referidos alunos. Além da aprendizagem da leitura e da escrita, eram desenvolvidas atividades culturais, com vistas a um processo de educação integral.

A sistemática de funcionamento do Programa pode ser resumidamente, assim descrita: As Universidades parceiras tinham como atribuições coordenar as atividades de alfabetização nos municípios sob sua responsabilidade, atuando na seleção dos Alfabetizadores, na capacitação dos selecionados para o desenvolvimento do processo de alfabetização, no acompanhamento e na avaliação do trabalho desenvolvido nos referidos municípios. Os Alfabetizadores eram selecionados entre as pessoas do próprio município - Alunos do Ensino Médio, Magistério ou em casos especiais concluintes de 8ª série do Ensino Fundamental - que se disponibilizassem para o exercício da função de alfabetizador.

As Prefeituras tinham a responsabilidade de promover a infraestrutura para o funcionamento das atividades do Programa. O Ministério de Educação – MEC tinha como atribuição o fornecimento do material didático a ser utilizado pelos Alfabetizadores e Alfabetizandos. A Coordenação Geral do Programa era responsável pelas orientações básicas e pelos deslocamentos para a capacitação e para as visitas de acompanhamento. Os recursos financeiros para a realização de um Programa desse porte eram oriundos do Ministério da Educação e das Empresas Parceiras.

Posteriormente o Programa foi gerenciado por uma organização não governamental – Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS). Alguns resultados mais expressivos desse Programa apresentam avanços quantitativos, embora enfrentando controvérsias (DI PIERRO; GRACIANO, 2003).

A pesquisadora participou do Programa Comunidade Solidária quando exerceu a função de Coordenadora de Assuntos Comunitários na Universidade Iguazu – UNIG, situada no Estado do Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Atuou diretamente em dois Programas desenvolvidos, conforme o explicitado em convênio firmado entre a Comunidade Solidária e a Universidade Iguazu. No Programa Universidade Solidária – UNISOL, quando desempenhou a função de Coordenadora Geral do Programa na Universidade Iguazu – UNIG, tendo atuado nos Municípios de São Félix do Piauí e Paulistana, ambos no Piauí, sendo que no último, a atuação ocorreu duas vezes a pedido do então Prefeito. No Programa Alfabetização Solidária, cumpriu a função de Coordenadora Geral. Atuou em Tapauá, Município do Estado do Amazonas, situado às margens do Rio Purus, afluente do Rio Amazonas, e que tinha um índice de analfabetismo de 62,52%. Exerceu a mesma função no Projeto Grandes Centros Urbanos, atuando na Cidade de Nova Iguaçu e adjacências. Esse Projeto também objetivava a erradicação do analfabetismo nos bolsões populacionais, nos quais, lamentavelmente, ele ainda se faz presente em variados níveis.

O comprometimento com a Alfabetização de Jovens e Adultos motivou a pesquisadora a desenvolver sua investigação do Curso de Mestrado nessa modalidade de ensino. Baseou sua dissertação intitulada – “Programa Alfabetização Solidária – Tapauá – Amazonas: Um estudo de caso” em suas vivências e experiências advindas desse trabalho. Essa motivação permanece viva, pois a escolha do tema para realizar a pesquisa referente a seu Curso de Doutorado também aborda a Alfabetização de Jovens e Adultos – esse compromisso fica evidenciado em seu projeto de pesquisa: “Alfabetização de Jovens e Adultos no Estado do Rio de Janeiro – Brasil: o significado de um desafio para a inclusão social”.

Para melhor compreensão do descrito anteriormente, no que se refere à dinâmica e ao funcionamento do Programa, apresentam-se, a seguir, Quadros-resumo da Comunidade Solidária, da qual o Programa Alfabetização Solidária – PAS é um dos desdobramentos.

Criação: 1995
<p>Justificativa:</p> <p>A Comunidade Solidária despontou como ação social inovadora, incluindo os variados setores da comunidade em geral para, em ação conjunta, proceder ao combate à pobreza, às desigualdades e à exclusão social no Brasil.</p>
<p>Princípios Básicos:</p> <p>Foram os alicerces de todas as iniciativas:</p> <p>O fortalecimento das capacidades das pessoas e das comunidades para atuar como agentes de seu próprio desenvolvimento.</p> <p>O direcionamento dos projetos para as áreas mais pobres da população.</p> <p>A parceria entre múltiplos atores - públicos e privados - como estratégia para ampliar os recursos na área social.</p> <p>A descentralização e participação da comunidade como condições para uma maior eficiência e sustentabilidade das ações.</p> <p>O monitoramento e avaliação para medir custos e resultados, bem como, facilitar a replicação dos programas em larga escala.</p>
<p>Pressupostos norteadores das ações:</p> <p>As estratégias de ação da Comunidade Solidária giram em torno dos seguintes pressupostos:</p> <p>Parceria – estabelecimento de consenso entre os agentes envolvidos em relação às ações a serem desencadeadas.</p> <p>Solidariedade – engajamento e comprometimento ético.</p> <p>Descentralização das Ações – incentivo à participação da comunidade em geral com vistas à melhoria das ações desencadeadas.</p> <p>Integração e Convergência das Ações – potencialização das ações, evitando duplicação de meios para fins idênticos.</p>
<p>Financiamento:</p> <p>Empresas Parceiras e Verbas específicas dos Ministérios envolvidos no Programa.</p>
<p>Finalidade:</p> <p>Mobilizar os recursos e competências de toda a sociedade para atuarem, juntos, visando ao enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da exclusão social no Brasil.</p>
<p>Objetivos Gerais:</p> <p>Otimizar o gerenciamento de programas federais que se caracterizem por trazer benefícios imediatos para as populações mais carentes do país, promovendo a participação da sociedade no controle da execução com vistas a ampliar seu alcance, eficácia e transparência.</p> <p>Acolher, potencializar e apoiar, nos limites dos recursos disponíveis, programas, experiências, projetos e iniciativas do governo e da sociedade em áreas de concentração de pobreza, que permitam o desenvolvimento de novos mecanismos de implementação de ações, articulados e convergentes, descentralizados e em parceria com a sociedade, com vistas à expansão e multiplicação nos anos subsequentes.</p>

<p>Identificar novas prioridades e elaborar propostas de ação para o governo e para a sociedade em relação a temas emergenciais e grupos socialmente vulneráveis, como crianças, jovens e desempregados, cujas necessidades e direitos não estejam contemplados de forma adequada nos programas em curso.</p>
<p>Objetivos específicos: Reduzir a mortalidade na infância; Melhorar as condições alimentares dos trabalhadores e das famílias carentes; Melhorar as condições de moradia e de saneamento básico; Melhorar as condições de vida no meio rural; Gerar emprego, renda e promover a qualificação profissional; Apoiar o desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental; Defender os direitos e promover socialmente as crianças e os adolescentes (PELIANO, RESENDE; BEGHIN, 1995, p. 24).</p>
<p>Estrutura Institucional: Conselho da Comunidade Solidária: - consultivo à Presidência da República - nomeado pelo Presidente da República - vinculado à Casa Civil - integrado pela Secretaria Executiva da Comunidade Solidária, 10 Ministros de Estado, e 21 personalidades da sociedade civil. - tem atribuições específicas Secretaria Executiva da Comunidade Solidária: - interlocução entre o Conselho e o Governo em seus três níveis: federal, estadual e municipal - não dispõe de recursos próprios - não executa programas ou projetos - é a instância responsável pela coordenação das ações de governo e a Secretaria Executiva - constitui-se em uma instância de articulação - tem atribuições específicas. Ministérios Setoriais: - responsáveis pela alocação de recursos e viabilização de cada uma das ações prioritárias dos respectivos Ministérios: Agricultura; Casa Civil; Educação; Esportes; Fazenda; Saúde; Justiça; Planejamento e Orçamento; Previdência e Assistência Social e Trabalho. (PELIANO; RESENDE; BEGHIN, 1995)</p>

A Comunidade Solidária (Quadro nº 28) e os Programas dela originados: tinham estruturas leves e descentralizados, com as competências e atribuições bem distribuídas entre seus atores e parceiros.

Vale destacar três aspectos relevantes com relação à Comunidade Solidária:

- Aproveitamento dos pontos fortes de programas similares pré-existent;
- Boa implementação; bom acompanhamento; boa gerência;
- Adesões e credibilidade, aspectos primordiais para o desenvolvimento de qualquer Projeto Social.

Não buscou resultados em curto prazo, levando em consideração a complexidade e a diversidade de algumas questões sociais brasileiras, foco de sua atuação (CASTRO, 2008)

Quadro 28 - Comunidade Solidária - Principais Programas de Âmbito Nacional

<p>Programa Universidade Solidária – UNISOL Foi lançado em 1995. Objetivo: Mobilizar e treinar universitários para atuar como voluntários, durante as férias, nos municípios mais pobres do Brasil</p>
<p>Programa Capacitação Solidária Foi lançado em 1996. Objetivo: Capacitar profissionalmente adolescentes e jovens das periferias dos grandes centros urbanos brasileiros</p>
<p>Programa Voluntários Foi lançado em 1997. Objetivo: Promover a valorização do voluntariado como expressão de uma ética de solidariedade e participação cidadã</p>
<p>Programa Alfabetização Solidária – PAS Foi lançado em 1997. Objetivo: Reduzir os índices de analfabetismo no Brasil voltando, inicialmente, sua ação para os municípios brasileiros que apresentavam os maiores índices de analfabetismo. (Regiões Norte e Nordeste brasileiras)</p>
<p>Programa Artesanato Solidário Foi lançado em 1998. Objetivo: Estimular e incentivar a organização de mulheres artesãs em cooperativas de produção</p>

Fonte: a Autora (2013).

Os Aspectos Principais do Programa Alfabetização Solidária estão descritos no Quadro nº 29.

Quadro 29 - Programa Alfabetização Solidária - PAS

É um desdobramento da Comunidade Solidária

Criação: 1997

Conselho da Comunidade Solidária - um fórum de desenvolvimento de ações sociais, cuja base de funcionamento é a parceria entre o Governo Federal, a iniciativa privada e a sociedade civil.

Objetivo:

Reduzir os índices de analfabetismo no Brasil e expandir o acesso de jovens e adultos à educação, implantado, de início, nos municípios que apresentavam maiores índices de analfabetismo, segundo dados fornecidos pelo IBGE. (ESTEVES, 2002).

Estruturação:

O Programa estruturou-se de forma a promover ações que favorecessem a sociedade civil, seu relacionamento com esferas governamentais e estimular parcerias de modo a garantir a Educação de Jovens e Adultos.

Parceiros do Programa Alfabetização Solidária – PAS e suas atribuições:

Ministério da Educação e Desportos – MEC:

- repasse dos recursos de apoio de verba com destinação específica do ministério e das empresas parceiras;
- seleção e nomeação de um coordenador técnico administrativo, responsável pelo andamento do PAS;
- incorporação de todos os que já estavam promovendo Programas de Alfabetização no Brasil ao Programa Alfabetização Solidária – PAS;
- reprodução do material didático aprovado pela Secretaria de Ensino Fundamental – SEF do Ministério de Educação e Desportos – MEC.

Empresas:

- adoção de um ou mais municípios;
- doação dos recursos necessários para o pagamento das despesas dos municípios;
- repasse de recursos para pagamentos de despesas referentes a refeições e hospedagem dos Alfabetizadores e Coordenador Municipal, durante a capacitação e para concessão das bolsas-auxílio desses participantes;
- repasse de recursos para as despesas referentes à merenda dos Alfabetizando, durante a Alfabetização.

Municípios:

- mobilização dos Alfabetizadores, segundo critérios estabelecidos pelo MEC – alunos dos Cursos de Formação de Professores, do Ensino Médio ou, excepcionalmente, os concluintes da 8ª série, para participar da seleção de Alfabetizadores

- cessão de locais para realização do Programa.

Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB:

- estimular e garantir adesão e a mobilização das Universidades

Universidades:

- seleção dos Alfabetizadores;
- capacitação dos Coordenadores Municipais e de Alfabetizadores;
- fornecimento de infraestrutura para a realização da Capacitação;
- acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do Programa;
- estímulo à geração de teses, dissertações e pesquisas acadêmicas;
- produção de materiais didáticos, voltados para a Alfabetização de Jovens e Adultos.

Etapas de Desenvolvimento do Programa Alfabetização Solidária – PAS Viagem precursora ao Município

Objetivos:

- Reconhecer a realidade do município;
- Estabelecer ligações com as autoridades locais e demais lideranças comunitárias, identificar as ações desenvolvidas na mobilização dos Alfabetizadores.
- Selecionar os Alfabetizadores para a Capacitação.

Dinâmica de funcionamento da viagem precursora:

- O Professor Coordenador da Universidade estabelecia a data da viagem precursora de acordo com o cronograma de ações, e as definições da Coordenação Executiva;
- A viagem precursora deveria ocorrer dois meses antes da Capacitação, para viabilizar planejamento e organização da viagem dos Alfabetizadores;
- Para o deslocamento interestadual, o professor visitante responsável recebia passagens aéreas da Coordenação Executiva do Programa e, em alguns casos, bolsa-auxílio da Universidade para suas despesas locais para o deslocamento interestadual;
- Antes do deslocamento ao Município, era realizada reunião, envolvendo a Coordenação do PAS e professores da universidade para discutir as ações mais adequadas à Capacitação;
- Ao retornar da viagem precursora, o Professor visitante responsável recebia uma bolsa auxílio no valor de R\$ 350,00 reais para o ressarcimento das despesas efetuadas.

Seleção dos Alfabetizadores

A Coordenação Executiva do PAS encaminhava dados gerais do Município e número de alfabetizadores a serem selecionados para a programação das atividades.

Os critérios para a seleção eram estabelecidos pelo Professor da Universidade, considerando os documentos enviados pela Coordenação

Executiva do PAS, e sua observação local, devendo priorizar professores, estudantes de magistério, ou excepcionalmente de 8ª série, residentes na própria localidade, não dependendo, assim, de transporte para chegar ao local do curso.

Todos os selecionados assinavam Termo de Responsabilidade, comprometendo-se em participar da capacitação e da Alfabetização.

Os alfabetizadores e Coordenador local recebiam bolsa-trabalho de R\$ 120,00 e R\$ 200,00, respectivamente, durante o período efetivo das aulas, cinco meses

Capacitação dos Alfabetizadores

A Capacitação era realizada em um mês, destinado ao deslocamento e à realização dos Cursos;

Cada grupo de Alfabetizadores capacitados era denominado Módulo;

A Capacitação era realizada fora dos Municípios de origem dos Alfabetizadores, ocorrendo onde se localizava a Universidade responsável pelo PAS no Município atendido;

A Capacitação era ministrada por professores da Universidade que, além dos conhecimentos acadêmicos, tivessem as qualidades pessoais desejáveis para desenvolver esse tipo de trabalho

Material Didático Empregado

Na Capacitação era empregado material didático enviado pelo Ministério da Educação - MEC. Além dos livros destinados aos futuros Alfabetizadores, havia materiais a serem posteriormente utilizados no processo de Alfabetização, também trabalhados pelos Alfabetizadores na Capacitação e ainda material construído pelos próprios professores da Universidade.

O Ministério da Educação - MEC dispunha de material de alfabetização elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba/Paraná - SME Curitiba/Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC/RJ e Organização não governamental - ONG Ação Educativa/São Paulo, abrangendo os conjuntos especificados a seguir:

Material da Ação Educativa/São Paulo;

Diagnosticando necessidades de aprendizagem: Roteiro para diagnóstico das necessidades de aprendizagem de jovens e adultos;

Material da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba/Paraná – SME Curitiba/Paraná - SME de Curitiba/PR;

Pré-Livro Alfabetização, 1ª e 2ª partes; Alfabetização, I e II; Pré-Livro – Matemática; Matemática, I e II; Manual do Professor - Alfabetização e Matemática;

Vídeo de apoio ao Trabalho do Professor.

Material da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC/RJ

Elementos para uma Avaliação Diagnóstica de Níveis e Conteúdos de Alfabetismo Adulto: Contribuições para a Ação Pedagógica (em disquete - Word e Excel)

Volumes I, II, III, IV e V: Fundamentos da Proposta, Questionário e Suplemento Gráfico de Avaliação Diagnóstica, Manual de Instruções aos Entrevistadores para Aplicação do Questionário e Suplemento Gráfico de Avaliação Diagnóstica, Guia Prático de Avaliação Diagnóstica de Níveis e Conteúdos de Alfabetismo Adulto, Avaliação externa, por juízes especializados, da Proposta de Avaliação Diagnóstica de Níveis e Conteúdos de Alfabetismo Adulto. Vídeo de apoio 1a ação de professores e monitores (fita VHS).

Além dos materiais mencionados, o MEC encaminhava: cadernos, lápis, apontadores, borrachas, canetas, pincéis, papel pardo, cola, tesoura, um pequeno dicionário, livros, revistas e cartazes.

Os materiais empregados na Capacitação dos Alfabetizadores iam para a Universidade, antes do início do Curso, para serem utilizados na capacitação.

Os materiais para os alunos dos Cursos de Alfabetização eram encaminhados para as respectivas Prefeituras, e entregues aos Alfabetizadores que os faziam chegar às mãos dos alunos.

Visitas de acompanhamento

Mensalmente, um Professor da Universidade, com passagens enviadas pela Coordenação Executiva do PAS e Bolsa-Auxílio fornecida pela Universidade, realizava visitas de acompanhamento das atividades desenvolvidas nas turmas do PAS.

Por ocasião dessas visitas, eram promovidas reuniões com o Coordenador local e Alfabetizadores, visita às salas de aula e contatos com os alunos do Programa, com vista a orientar o trabalho de alfabetização, levantar dificuldades encontradas e sugerir possíveis ações de melhoria.

Após a realização da visita de acompanhamento, o professor visitante elaborava um relatório, a ser enviado à Coordenação Executiva do PAS, após apreciação da Coordenação da Universidade. Nesse relatório eram registradas as principais ações desenvolvidas durante a visita.

O Professor recebia da Coordenação Executiva do PAS, uma bolsa-auxílio de R\$ 350,00 após a entrega do relatório da visita de acompanhamento para o ressarcimento de possíveis despesas.

Situação atual do Programa Alfabetização Solidária – PAS

Atualmente, o PAS é gerenciado por uma organização não-governamental – Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS).

Alguns resultados mais expressivos apresentam avanços quantitativos, embora enfrentando controvérsias (DI PIERRO; GRAZIANO, 2003).

PAS poderia obter maior efetividade mediante adoção de medidas por parte da AAPAS, no sentido de aperfeiçoá-lo tais

como: otimizar os processos internos de guarda e recebimento de documentos e dos meios de comunicação; melhor aproveitamento da capacidade dos alfabetizadores e aumentar o tempo de duração dos Módulos (PALMEIRA, 2003, p. 17).

Fonte: a Autora (2013).

À luz das informações apresentadas, conclui-se que:

- O Programa Alfabetização Solidária – PAS – não apresenta condições mínimas de sobrevivência sem o apoio de três instâncias fundamentais: a Coordenação Executiva, a Prefeitura local e a Universidade:
 - Coordenação Executiva do Programa - pelas articulações efetuadas junto ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB – com vista às adesões ao Programa e apoio aos seus executores na Universidade.
 - Prefeituras - pela diversidade dos locais de execução do Programa, pelo seu importante papel na mobilização e recrutamento de alfabetizadores e alfabetizandos e pela acolhida à Universidade no município para a realização de ações conjuntas.
 - Universidades – por sua prontidão, presteza e disponibilização de recursos materiais, humanos e financeiros para a execução do Programa. (CUNHA, 2000) e mais ainda:

A universidade tem uma responsabilidade social [...] e uma contribuição fundamental a dar no que diz respeito à compreensão do conhecimento, às perspectivas de avanço nas diferentes dimensões do conhecimento bem como nas questões de formação dos profissionais que atuam nas redes de ensino. Considero também que a aproximação da universidade com a escola permite que a própria universidade se aproprie de um conhecimento da realidade que a fará repensar o seu ensino e a sua pesquisa (FREIRE, 2000a p. 81-82).

Mais ainda:

[A Alfabetização de Jovens e Adultos] é uma área complicada. Há pouco consenso, seja no Brasil, seja fora. A Conferência da UNESCO em Hamburgo, sobre a alfabetização de adultos mostrou uma visão totalmente descosida do assunto. Há mais dúvidas hoje do que nos anos do MOBRAL. (CASTRO, 1999, p. 5).

Ficam no ar algumas questões inquietantes que somente dados quantitativos não são suficientes para respondê-las, face à sua complexidade:

- Os alfabetizandos aprenderam a ler? (o próprio conceito de alfabetização apresenta multiplicidade)
- O que significa saber ler?
- Ler é um ato facilmente mensurável?
- É possível, no tempo previsto para o desenvolvimento dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, alfabetizar-se uma porção significativa de pessoas, levando em consideração as diferenças individuais e regionais?
- Qual a permanência do que foi aprendido nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos?
- Onde estão os egressos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos?
- Os conhecimentos adquiridos nos referidos programas têm significado na inclusão social dessas pessoas? (CASTRO, 1999).

2.6.3 - Programa Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil Alfabetizado foi instituído em 2003 e tinha como objetivo capacitar Alfabetizadores e alfabetizar cidadãos com 15 ou mais anos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, ou dela foram excluídos antes de aprender a ler e escrever.

A sistemática de funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado pode ser, resumidamente, descrita da seguinte forma: O Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD - exerce a coordenação, a fiscalização e avaliação das ações de combate ao analfabetismo e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – efetua a transferência de Recursos Financeiros aos Estados, Municípios, Empresas Privadas, Organizações Não governamentais e Instituições civis, que são os parceiros do Programa.

Conforme preconiza a Resolução nº 31/2006, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, recebem, através de transferência automática, em até 5 (cinco) parcelas, os recursos financeiros destinados a esse Programa. Conforme o disposto na Resolução nº 32/2006, as Entidades Privadas sem fins lucrativos e Instituições Federais, Estaduais, Municipais e Privadas de Ensino Superior, sem fins lucrativos

recebem, através de transferência automática, em até duas parcelas, os recursos financeiros destinados a esse Programa.

Esse Programa tem como clientela, além dos brasileiros maiores de 15 anos, ainda não alfabetizados, as populações indígenas, bilíngues, fronteiriças ou não. Envolve, também, as populações camponesas, quilombolas, ribeirinhas, de pescadores. Envolve ainda pais dos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, a população carcerária e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O financiamento do Programa Brasil Alfabetizado possibilita a execução de duas grandes ações: a formação de Alfabetizadores e a Alfabetização, propriamente dita. Esse Programa está em curso, sujeito a críticas periódicas e consequentes reformulações, sendo, pois, prematuro, trazer aqui conclusões substanciais que confirmem a sua efetividade.

Contudo, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ao lançar o Plano de Ação para a Educação, previsto para o próximo quadriênio, (2007 - 2010) reconheceu que o ensino brasileiro precisa de grandes reformas para alcançar a melhoria, sendo prevista uma ação específica voltada para o Brasil Alfabetizado:

O Programa será reformulado para atender anualmente a 1,5 milhão de jovens e adultos e erradicar o analfabetismo em uma década. Os Alfabetizadores leigos serão substituídos por professores da rede pública, que receberão bolsa do Governo Federal. Terão prioridade os mil Municípios com taxa de analfabetismo acima de 3,5%. A meta é contratar 100 mil professores, o que depende da aprovação do Congresso, uma vez que o Governo não pode fazer pagamentos a funcionários estaduais e municipais. ONGs – Organizações Não Governamentais e outros parceiros receberão 20% do orçamento do programa e poderão continuar utilizando Alfabetizadores leigos (DAMÉ, 2007, p. 3).

Os professores acima mencionados deverão pertencer à Rede Pública de Ensino e receberão uma bolsa-auxílio complementar. Esta bolsa está na dependência da aprovação do Congresso Nacional.

No lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (2007) o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se diz convencido de que, se as novas medidas forem postas em vigor, a Educação Brasileira será uma das melhores do Mundo. Quanto ao Brasil Alfabetizado, a proposta, agora reformulada, assim se define:

Em novo formato, o programa funcionará em todo país, mas vai priorizar os 1100 Municípios com taxas de analfabetismo superiores a 35% da população acima de 15 anos, a maioria no Nordeste. A idéia é de que 75% dos alfabetizadores sejam professores da rede pública que receberão bolsa mensal de R\$200,00 a R\$230,00 do Ministério da Educação (GÓIS, 2007, p. 3).

Há educadores que acreditam que o analfabetismo de jovens e adultos é causa perdida devido à baixa produtividade alcançada pelos diversos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, destacando o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL; o Programa Alfabetização Solidária – PAS e o Programa Brasil Alfabetizado em sua primeira etapa.

Todos os indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e a concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existentes no país (BRASIL, 2007. p. 36).

O Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional credita na nova versão do Programa Brasil Alfabetizado a superação do analfabetismo, em seus diversos níveis, questão que representa uma imensa dívida social, e alerta para o cuidado que se deve dispensar aos alunos que, em idade própria, cursam as primeiras séries do ensino fundamental, buscando-se alternativas para evitar ocorrência da evasão escolar e da repetência, fortes condutores de alunos aos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Com o sugestivo título “Começa a adesão ao Brasil Alfabetizado”, o Portal Aprendiz, em 25 de julho de 2008, disponível na Internet, noticia o prazo dado a Estados e Municípios para manifestarem a adesão ao Programa Brasil Alfabetizado - dia 21 de agosto do mesmo ano. Informa que o Programa dispõe de 300 milhões de reais para fortalecer os Sistemas de Ensino Municipais e Estaduais que se proponham a responsabilizar-se pela Alfabetização de Jovens e Adultos, formando turmas com alunos maiores de 15 anos. O Programa estabelece como meta atender aos Municípios que apresentam os mais altos índices de analfabetismo distribuídos entre os localizados nos nove Estados da Região Nordeste; Acre, na Região Norte, e municípios situados ao Norte de Minas Gerais, que pertence à Região Sudeste.

Essa nova medida propõe-se a intensificar a Alfabetização de Jovens e Adultos. Para receber o apoio financeiro do Governo Federal são necessários três passos: o primeiro consiste na adesão ao Programa Brasil Alfabetizado. O segundo passo consiste na apresentação de Plano Plurianual para a Alfabetização – PPAIfa – que deve abranger o período de 2007 a 2010. O terceiro passo consiste na mobilização, recrutamento e cadastramento de Alfabetizandos e Alfabetizadores.

Jorge Teles - Diretor de Políticas de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD - acredita que esta nova medida dará ao Ministério da Educação – MEC – a dimensão dos recursos necessários para cada localidade em termos de Alfabetização de Jovens e Adultos. O estabelecimento destas parcerias não será determinado por celebração de convênios. Os repasses financeiros serão automáticos e obedecerão a duas etapas: na primeira etapa, que deverá ocorrer 30 dias após a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD - receber e aprovar o Plano Plurianual para a Alfabetização - PPAIfa, serão repassados 60% do valor estabelecido e a segunda etapa, que deverá verificar-se até novembro de 2008, corresponderá ao repasse dos 40% restantes.

As verbas recebidas deverão destinar-se exclusivamente à Alfabetização de Jovens e Adultos, a saber: pagamento das bolsas-auxílio aos Professores e Coordenadores de turmas e custeio de três ações – formação inicial e R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) – continuada dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turmas; aquisição de material didático e transporte dos alunos.

Este repasse destina-se ao custeio de cinco tipos da bolsa-auxílio: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) – aos alfabetizadores com uma turma. R\$ 500,00 (quinhentos reais) – aos alfabetizadores que atendam a duas turmas, sendo que uma delas deve ter no mínimo vinte alunos. R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) – a alfabetizadores que atendam a alunos com necessidades especiais, alunos em cumprimento de medidas socioeducativas ou alunos presidiários. R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) – ao tradutor-intérprete da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) profissional que auxiliará o Alfabetizador das turmas que atendam alunos com problemas de áudio-comunicação.

Os Alfabetizadores e Coordenadores de Turmas devem, preferencialmente, pertencer à Educação Básica da Rede Pública. A presente medida também estabelece o número de alunos para a formação das turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos, havendo diferença entre as zonas urbana e rural. Na zona rural, uma turma pode ser composta de sete a vinte e cinco alunos e na zona urbana de quatorze a vinte e cinco alunos. Cada alfabetizador pode atender em suas turmas até três alfabetizandos com necessidades especiais.

Na zona rural, cada Coordenador terá sob sua responsabilidade de cinco a treze turmas e, na zona urbana, de sete a quinze turmas. Os alunos componentes das turmas do Programa “Brasil Alfabetizado” serão submetidos a dois testes cognitivos, elaborados pela SECAD, compostos por doze questões de Língua Portuguesa e 12 questões de Matemática. Este procedimento tem como finalidade colher informações que possam orientar coordenadores e professores para maior produtividade no processo de alfabetização. O primeiro será aplicado até os quinze dias iniciais das aulas, com o objetivo de verificar o nível de conhecimento dos alunos ao ingressarem no Programa e o segundo será realizado nos últimos 10 dias, para verificar os conhecimentos adquiridos ao longo do trabalho realizado.

O Programa Brasil Alfabetizado, em seu sexto ano de existência, ofereceu, pela primeira vez, Livros aos Alfabetizandos e Alfabetizadores - um volume único – constando de Língua Portuguesa e Matemática, e também um Guia para os Alfabetizadores, voltado para procedimentos de ensino adequados à Alfabetização de Jovens e Adultos. Estas medidas estão pautadas no que preconiza a Resolução nº 36 de 23 de julho de 2008.

É preciso que se acompanhem as novas medidas que vêm objetivando dar novo fôlego ao Programa Brasil Alfabetizado, o que é louvável. Contudo faz-se necessário que se leve em consideração alguns aspectos: alguns traços de conduta comuns aos jovens e adultos que não dominam as habilidades da leitura e da escrita tais como: baixa-estima, sentimento de inferioridade, receio de demonstrar o que não sabem, insegurança no grupo recém-formado, falta de certezas na relação aluno-professor, que podem dificultar o desempenho do aluno no teste inicial. Quanto ao segundo instrumento, ele poderá ter significado se for um dos instrumentos de

verificação da aprendizagem a ser somado a outros, utilizados ao longo do processo de Alfabetização, levando-se em conta o significado de “passar por um teste” em nossa cultura e as características do contingente que forma as turmas dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Outro aspecto que precisa ser estudado é o momento em que as novas medidas referentes ao Programa Brasil Alfabetizado foram propostas. O período que antecedeu às eleições municipais. Esse fato possibilita que o Prefeito e Secretário de Educação que se manifestaram favoravelmente à adesão ao Programa possam não ser os mesmos a dar continuidade às ações. Como a descontinuidade é uma situação passível de ocorrer, trazendo com ela sérios transtornos para todos os envolvidos nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, faz-se necessário observar esses aspectos.

Em 2008, o Programa Brasil Alfabetizado voltou sua atenção aos Municípios que apresentavam índices de Analfabetismo, ou seja, 25%. O Programa Brasil Alfabetizado quer oportunizar a alfabetização dos jovens e adultos maiores de 15 anos que ainda não alcançaram esse domínio. O Programa prevê a continuidade de estudos dos egressos das turmas de Alfabetização nas turmas da Educação de Jovens e Adultos.

Os dados revelados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD 2007 – informam que a taxa de analfabetismo de Jovens e Adultos no Brasil apresenta o índice de 10,1%. Desses, 2,2% estão na faixa etária de 15 a 24 anos e 12,5% estão na faixa etária de 25 anos em diante.

Esses dados permitem que se façam algumas observações, uma vez, que revelam pontos cruciais de todos os programas de Alfabetização de Jovens e Adultos: a mobilização e a inscrição dos alfabetizandos e alfabetizadores, principais atores desse processo. Pode-se registrar que essa é uma etapa decisiva para o bom andamento do Programa. Outro aspecto abordado nessa matéria é a questão da continuidade de estudos dos egressos dos programas de Alfabetização. A continuidade de estudos dos egressos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos foi e continua sendo um obstáculo a ser vencido, sem o qual se corre o grande risco de se perder o resultado alcançado e, o que é mais grave, chegar-se à regressão cognitiva, ou seja,

quem já aprendeu uma vez, perdeu depois o domínio das habilidades de leitura e escrita. Um resumo do Programa Brasil Alfabetizado é apresentado no Quadro nº 30:

Quadro 30 - Programa Brasil Alfabetizado

Criação: 2003
Missão: É um programa criado pelo Governo Federal com a missão de abolir o Analfabetismo no Brasil.
Objetivos: Capacitar alfabetizadores e alfabetizar cidadãos com 15 anos ou mais que não tiveram oportunidade de frequentar a escola, ou dela foram excluídos antes de aprender a ler e escrever.
Justificativa: Implantar e desenvolver um Programa de Educação de Jovens e Adultos que simbolizasse um portal de entrada ao exercício da cidadania, visando não só a alfabetização, mas também o aumento da escolarização dos maiores de 15 anos, oportunizando o acesso à educação, em qualquer estágio da vida, como um direito de todos.
Destinatários: O Programa tem como clientela além dos jovens maiores de 15 anos ainda não alfabetizados outros segmentos sociais: Populações indígenas; Populações bilíngues, fronteiriças ou não; Populações camponesas; Populações quilombolas; Populações ribeirinhas; Pais de beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, PETI; A população carcerária e jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas.
Sistemática de Funcionamento: O Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, coordena, controla e avalia as ações de combate ao analfabetismo. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa recursos financeiros para Estados, Municípios, Empresas Privadas, Organizações não governamentais e Instituições Cívicas que se tornam, assim, parceiros do Programa.
Principais mudanças ocorridas no Programa: Em 2004, o Programa adota novos critérios com vistas à melhoria da produtividade. Entre essas inovações menciona-se: Ampliação do período de alfabetização de seis para oito meses; Aumento de 50% dos recursos para a formação de alfabetizadores;

Estabelecimento de um piso para a bolsa-auxílio do alfabetizador, variável de acordo com a zona de atuação, tipo de aluno e função no programa;
 Ampliação das oportunidades de estudos aos egressos do programa a partir do aumento da alocação de recursos para Estados e Municípios com vistas ao fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos;

A partir do Plano de Desenvolvimento da Educação – 2007 o Programa sofre reformulações:

A alfabetização de jovens e adultos passa a ser atribuição dos professores da rede pública, que receberão bolsa-auxílio para o desempenho da nova tarefa;

A mobilização dos alfabetizandos e a seleção e capacitação dos alfabetizadores é atribuição do município;

O custeio das bolsas-auxílio para os alfabetizadores, para o material didático, merenda, transporte, aquisição de óculos para os alfabetizandos é atribuição da União;

O ministério da Educação repassa recursos às entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, e a instituições de Ensino Superior participantes do Programa:

- para oficializar a participação dessas instituições no programa serão assinados convênios mediante a apresentação e aprovação de Projetos para a Alfabetização de Jovens e Adultos;
- os municípios que apresentem os maiores índices de analfabetismo, ou seja, taxas superiores a 35% têm prioridade quanto ao atendimento.

Fonte: a Autora (2013).

Como o Programa Brasil Alfabetizado encontra-se em execução, parcialmente é possível concluir-se que, num enfoque quantitativo, o Programa Brasil Alfabetizado atendeu desde 2003, ano de sua criação, até 2008, cerca de 9.900.000 jovens e adultos, ano em que foram aplicados R\$ 245.800.000 de recursos oriundos da União. Foi previsto para o Programa, no ano de 2009, o atendimento a cerca de 2.000.000 de alfabetizandos (BRASIL, 2012a).

A avaliação completa do referido Programa só será conhecida num futuro próximo. Contudo, o então Ministro da Educação Fernando Haddad, referindo-se ao Programa Brasil Alfabetizado, já afirmou que o Programa ainda não está cumprindo a sua missão na erradicação do analfabetismo.

Identificamos que o Brasil Alfabetizado, assim como outros programas federais de alfabetização tem baixíssima efetividade. Em geral a razão é muito simples: não estamos onde estão os analfabetos". [...] "há cerca de mil municípios no país com taxa de analfabetismo superior a

35% [...] O Brasil Alfabetizado não está na maioria destes municípios. (FIORI, 2007 p. 1).

Prosseguindo em sua apreciação ao analfabetismo no Brasil e as estratégias para combatê-lo, segundo FIORI o ministro Haddad comentou que:

O fato de 62% dos professores dos estabelecimentos rurais estarem com carga horária de 20 horas semanais – a maioria alfabetizando crianças. No turno livre a proposta é incentivar a alfabetização de jovens e adultos. “Estes professores estão onde os analfabetos estão; alfabetizam crianças, por que não combinar as duas coisas”? [...] “basta para isso criarem uma turma de alfabetização de jovens e adultos no contraturno” (FIORI, 2007 p. 1).

Conclui-se, assim, que os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, apesar dos esforços e tentativas governamentais, explicitadas em políticas públicas, para sanar o grande mal educativo-social constituído pelo analfabetismo, que se apresenta em diferentes graus, sempre dificultando a inclusão social daqueles que não dominam as habilidades básicas da leitura e da escrita, não alcançaram seu objetivo maior, ou seja, erradicar o analfabetismo. É importante ressaltar que o analfabetismo vem se apresentando em diferentes graus, o que dificulta a inclusão social daqueles que não dominam as habilidades básicas da leitura e da escrita.

Tais programas apresentam, contudo, resultados esparsos e pontuais de sucesso. A grande missão dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos ainda não foi cumprida – alfabetizar melhor, a um número maior de pessoas, em menos tempo. O presente estudo pretende colaborar para que essa grande missão se realize em plenitude.

Concretamente, os três últimos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos se desenvolveram de acordo com as diretrizes emanadas das Políticas Públicas que os instituíram.

Assim, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, embora sem perder de vista seu objetivo geral – erradicação do analfabetismo e educação continuada – conforme indicam seus Programas iniciais, desdobrou-se de uma forma que dificultou a aferição dos resultados obtidos. É possível que a superestrutura construída pelo MOBRAL, no que diz respeito à sua capilaridade, na qual estavam

presentes todos os Municípios e Estados da Federação, pudesse ter sido ajustada e utilizada por qualquer Programa de Alfabetização de abrangência nacional.

As avaliações dos resultados do MOBREAL são controvertidas. Contudo é importante observar-se que, assim como outros Programas de Alfabetização de Adultos, o MOBREAL não alcançou plenamente seus objetivos. Programas Sociais, voltados para atender a determinadas necessidades da população, como por exemplo, a alfabetização, não têm condições de pleno desenvolvimento de forma isolada. É preciso que se apresentem outros Programas, de estrutura vigorosa, para combater outros flagelos como a miséria, a fome, o desemprego, a corrupção, as questões de saúde e de educação básica, entre outras, as quais geralmente acompanham o analfabetismo. A alfabetização, por ser considerada o primeiro passo para a cidadania, pode ser a geratriz de transformações históricas, que, em linhas gerais, ainda não ocorreram. O MOBREAL também esbarrou em outra dificuldade que se fez presente em outros Programas de Alfabetização, ou seja, a dificuldade para promover e assegurar a continuidade de estudos de seus egressos.

O Programa Alfabetização Solidária – PAS apresentou proposta inovadora que priorizou, inicialmente, o combate ao analfabetismo nos municípios com maior índice de jovens e adultos analfabetos e, posteriormente, apresentou proposta desenvolvida nos grandes centros urbanos. Os municípios que indicaram índices de analfabetismo em larga escala, em sua grande maioria, situavam-se nas Regiões Norte e Nordeste. Nos municípios que integravam a proposta desenvolvida nos Grandes Centros Urbanos, o PAS destinou-se a combater o analfabetismo nas cidades populosas com índices consideráveis de analfabetismo funcional.

O PAS oportunizou que professores alfabetizadores das cidades com os maiores índices de analfabetismo e professores das universidades parceiras ampliassem seus horizontes culturais. Esse procedimento permitiu que os alfabetizadores das cidades dos Estados das Regiões Norte e Nordeste, com os mais altos índices de analfabetismo, realizassem os cursos de capacitação para alfabetizarem nas cidades onde estavam situadas as Universidades. Os professores universitários que coordenavam e/ou atuavam na Coordenação do Programa nas Universidades, por sua vez, visitavam as cidades onde o PAS era desenvolvido para

proceder a seleção de alfabetizadores, antes do início de cada módulo e, posteriormente, em ação supervisora. Contudo, o trâmite burocrático, dificultou sobremaneira o PAS mediante o atraso do repasse das verbas destinadas à aquisição da merenda para os alunos e ao pagamento dos alfabetizadores e coordenadores locais.

Outras questões precisariam ser revistas e reinterpretadas como, por exemplo: a grande consideração aos dados quantitativos manifestada pela Coordenação Executiva do PAS; as dificuldades das Universidades para darem e receberem informações, da mesma forma que as cidades mais distantes; a dificuldade em promover a continuidade de estudos de seus egressos e, também, a baixa adesão das Universidades Públicas ao Programa, conforme ocorreu no Estado do Rio de Janeiro. São funções da universidade por em prática a teoria ministrada nas salas de aula e disseminar o conhecimento adquirido, dele fazendo uso para beneficiar as comunidades, com ações voltadas para elas. O PAS abriu espaço para que esse processo fosse vivificado pois, ao envolver-se com a alfabetização de jovens e adultos, um dos sérios entraves socioeconômicos,

[A universidade] passa a ter a cara da sociedade, construindo cidadania, na medida em que seu cotidiano conseguir inserir essa preocupação; em outros termos, quando essa preocupação se tornar visível nas salas de aula, nos laboratórios, nas atividades extra campos, enfim, ensino, pesquisa e extensão se harmonizarem numa ação cidadã. (BRASIL, 2000).

Tal qual os Programas de Alfabetização que o antecederam, o Programa Brasil Alfabetizado não levou em consideração as experiências advindas dos Programas que o antecederam. Quis o governo, mais uma vez, apresentar uma nova proposta. Nesse sentido, buscou definir as populações-alvo do Programa Brasil Alfabetizado ou seja, populações indígenas; populações bilíngues, fronteiriças ou não; populações camponesas; populações quilombolas; populações ribeirinhas; populações carcerárias e jovens no cumprimento de medidas socioeducativas; e pais dos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Vale registrar, porém, que essas populações também apareciam nos Programas anteriores, pois seus componentes figuram nos municípios mais pobres, nos quais, conseqüentemente, se fazem presentes, em alta escala o analfabetismo e a exclusão social.

O Programa Brasil Alfabetizado, coordenado pelo Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, em seu momento inicial, estabeleceu parcerias com Estados, Municípios, Empresas Privadas e Organizações Não Governamentais-ONGs. Com vista a obter maior produtividade, o Programa passou por algumas mudanças, envolvendo Estados e Prefeituras que incluem professores das respectivas redes, ou seja, das redes estaduais e municipais bem como, voluntários-bolsistas. A Coordenação Geral do Programa ficou a cargo das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação dos Estados e Municípios que o desenvolvem. Os professores voluntários-bolsistas recebiam, por ocasião da realização desse estudo, uma bolsa cujo valor, segundo eles, não correspondia às suas necessidades (trezentos e cinquenta reais) e, ainda assim, com atraso, o que gerava insatisfação e era entendido como sinal de desprestígio. Este fato pode ter comprometido os resultados do Programa. Nas mudanças previstas para a sua continuidade, a questão da remuneração do Professor Alfabetizador-(voluntário-bolsista) foi incluída:

A bolsa mensal para o alfabetizador com uma turma é de R\$ 400,00. Caso ele atenda duas turmas, R\$ 600,00; se for intérprete da língua brasileira de sinais, também R\$ 600,00. Se for alfabetizador de unidade prisional a bolsa é de R\$ 500,00 para uma turma e de R\$ 750,00 para duas turmas. O coordenador de turmas recebe bolsa mensal de R\$ 600,00 e a formação mínima exigida é nível superior, além de experiência em educação de jovens e adultos. O programa atua de forma integrada ao [Plano] Brasil Sem Miséria, levando apoio técnico para estabelecer e garantir continuidade nos estudos, sempre com foco na educação como maneira de combater as desigualdades socioeconômicas (BRASIL, 2013a).

O Plano Brasil sem Miséria foi criado pelo Decreto nº 7.492 em 02 de junho de 2011 (BRASIL, 2011), vincula-se ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e, resumidamente, pode assim ser descrito:

O Objetivo do Plano Brasil Sem Miséria é elevar a renda e as condições de bem-estar da população. As famílias extremamente pobres que ainda não são atendidas serão localizadas e incluídas, de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades.

O Plano Brasil Sem Miséria é direcionado aos brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de até R\$ 70,00 por pessoa. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão nesta situação 16,2 milhões de brasileiros.

O Plano Brasil Sem Miséria agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva. Com um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com Estados, Municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil, o Governo Federal quer incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico brasileiro.

A expansão e a qualidade dos serviços públicos ofertados às pessoas em situação de extrema pobreza norteiam o Brasil Sem Miséria. Para isso, o plano prevê o aumento e o aprimoramento dos serviços ofertados aliados à sensibilização e mobilização, para a geração de ocupação e renda e a melhoria da qualidade de vida.

No eixo de atuação do Plano Brasil sem Miséria são incluídos vários Programas, dentre eles, na área de educação, o Programa Brasil Alfabetizado, conforme o explicitado a seguir:

Brasil Alfabetizado - Alfabetização de jovens, adultos e idosos, preferencialmente nas cidades onde há grande taxa de analfabetismo. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do Programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. (BRASIL, 2013a).

Embora o Governo Federal busque soluções para otimizar o Programa e tome medidas para tal, conforme a inclusão do Programa Brasil Alfabetizado no Plano Brasil sem Miséria, restam algumas lacunas a serem preenchidas. Nela se incluem a precária remuneração dos professores que atuam como alfabetizadores, conforme o

que se constatou na análise das respostas dadas por ocasião da entrevista realizada no presente estudo, e a melhoria salarial proposta no documento Brasil 2013.

Como o Programa Brasil Alfabetizado ainda está em desenvolvimento, não se pode explicitar comentário mais preciso sobre os seus resultados.

2.7 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA ALÉM DA ALFABETIZAÇÃO – CONTINUIDADE

A Educação de Jovens e Adultos e, por via de consequência, o processo de alfabetização, perde o sentido sem que haja um compromisso com a sua continuidade, pois, sem ela, não terá possibilidade de se desenvolver e se consolidar, sem que haja Políticas Públicas exequíveis e sem que haja apoio financeiro bem administrado do Estado (LIMA, 2008).

A Alfabetização de Jovens e Adultos, Educação Continuada e Diversidade são merecedoras de uma abordagem específica no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2007). Nele são propostas mudanças para que a Educação de Jovens e Adultos – EJA – constitua parte integrante, com espaço próprio, no Sistema Educacional.

Objetivando ajustar os Programas voltados para a Educação de Jovens e Adultos à realidade, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos – PROJOVEM - ampliou a faixa etária para o seu atendimento. Inicialmente, o Programa previa atender jovens de 18 a 24 anos, concluintes da quarta série, mas não concluintes da oitava série do Ensino Fundamental e sem vínculos formais de trabalho. A partir do ajustamento ao contexto, o programa passará a atender jovens com até 29 anos e que sejam apenas alfabetizados, ou seja, deixou de ser exigência a conclusão da quarta série do Ensino Fundamental. O propósito destes ajustes é mobilizar jovens e adultos fora da idade escolar, com baixíssima escolaridade, desempregados, sem qualificação profissional para o retorno à escola (ROPE; BARROS, 2008).

Para um maior aprofundamento nas questões que envolvem a Educação de Jovens e Adultos, mais especificamente Alfabetização, necessário se faz examinar as

conclusões apresentadas por estudiosos do tema, relacionando-as com o cenário no qual se realizará a investigação proposta inicialmente e o desempenho dos atores em seu desenvolvimento. Assim,

Se a ideia de educação de adultos, por sua natureza mesma, implica a concepção de uma educação permanente, de uma educação que se renova sem cessar ao longo da vida, sua prática, para exercer-se com eficácia, exige a invenção e a elaboração de novas formas de ação educativa distintas dos moldes convencionais de escolarização (SUCUPIRA, 1979, apud SARAIVA, 2004, p. 11).

A Educação de Jovens Adultos, incluindo-se a Alfabetização, ocorre no contexto social composto por vários sistemas, que mantêm relações recíprocas. O sistema econômico exerce forte influência nos outros sistemas sociais, entre eles o sistema educacional, embora este, através do fenômeno educativo, possa ser a geratriz para as mudanças em outros sistemas. As mudanças e mesmo os impactos advindos, do sistema econômico fazem com que o sistema educacional, no tocante à Educação de Jovens e Adultos, além de oportunizar a aprendizagem das competências básicas da leitura, da escrita e dos cálculos, deva também incluir o desenvolvimento de competências relativas ao trabalho e à formação profissional nessa modalidade de Educação, para que seus egressos tenham condições de desenvolver uma aprendizagem permanente ao longo da vida, situação de relevada importância no momento vivido (CASTRO; SANCHO, 2007).

No caso específico do Brasil, a afirmativa anterior esbarra em sérias dificuldades, especialmente, no que se refere à Alfabetização. Além da quase ausência de políticas públicas que viabilizem a continuidade de estudos aos egressos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, aqueles que conseguem ingressar na série inicial da Educação de Jovens e Adultos – EJA – travam outra batalha: geralmente o aluno-trabalhador precisa dividir-se entre duas ações – trabalhar e estudar – e, muitas vezes, a primeira sobrepõe-se à segunda, por questão de sobrevivência.

Teoricamente, encontram-se soluções práticas para esta questão: trabalhar e estudar. A solução estaria centrada na liberação de um horário: entrada mais tarde ou saída mais cedo do trabalho autorizada para este tipo de aluno, a fim de que ele

pudesse estudar e trabalhar, com uma relativa tranquilidade. Mas, com algumas exceções, não existem alternativas e o aluno-trabalhador passa a ser apenas trabalhador semiqualeficado.

Outra questão que precisa ser examinada é a formação daqueles que atuam como Alfabetizadores ou como Professores na Educação de Jovens e Adultos pois, parte significativa do sucesso, alcançado ou não, por ela, depende da atualização e do desempenho desses profissionais. Na Reunião ocorrida em Nairóbi/África, em 1977, a UNESCO assim se pronunciou, definindo a Educação de Jovens e Adultos:

O conjunto de processos organizados de educação, qualquer que seja o conteúdo, o nível e o método, quer sejam formais ou não formais, quer prolonguem ou substituam a educação inicial dispensada nos estabelecimentos escolares [...] e sob forma de aprendizagem profissional, graças aos quais pessoas consideradas como adultas pela sociedade de que fazem parte desenvolvem as suas aptidões, enriquecem seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou lhes dão uma nova orientação, e fazem evoluir as suas atitudes ou o seu comportamento na dupla perspectiva de um desenvolvimento integral do homem e de uma participação no desenvolvimento socioeconômico e cultural equilibrado e independente.

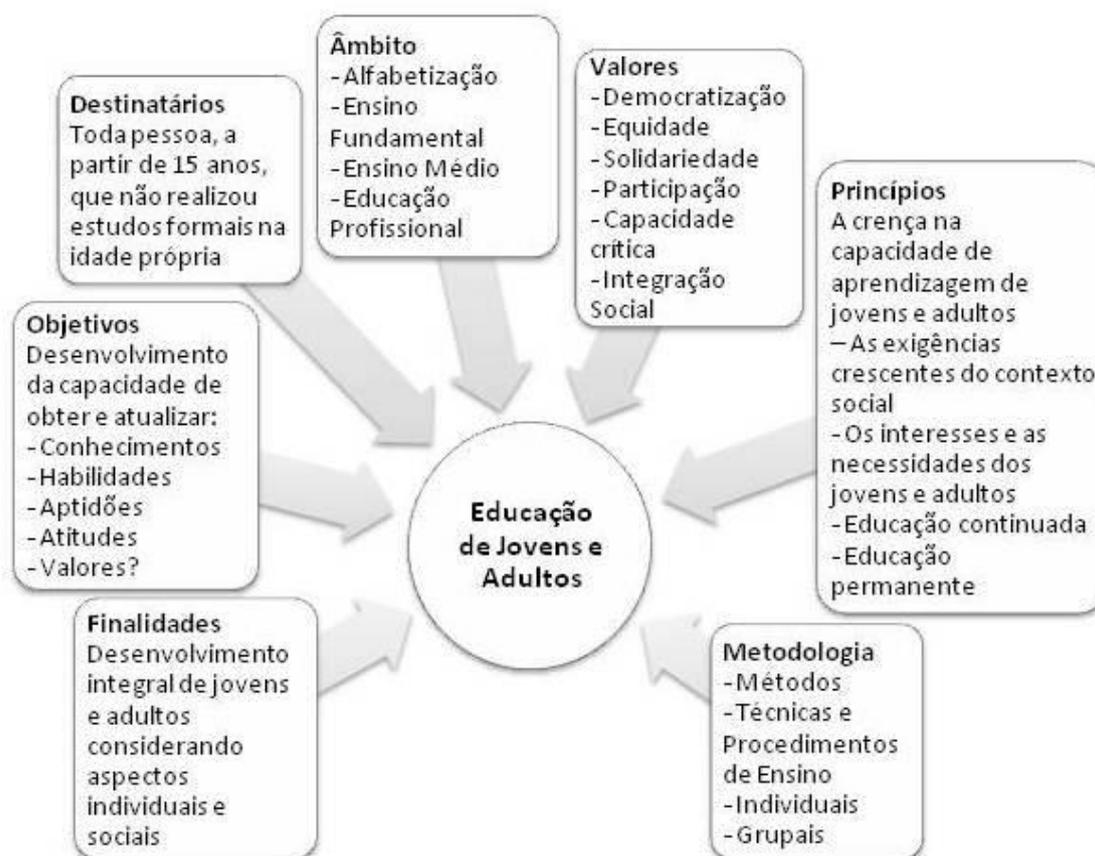
A abrangência dessa definição permite que se registrem algumas considerações a partir de seu conteúdo:

- O envolvimento de um conjunto de processos educativos, de caráter global, permitindo que nele esteja incluída uma série de atividades diversificadas, desde que elas se apresentem de forma organizada e integrada.
- A utilização de métodos, técnicas e procedimentos de ensino variados nas práticas educativas, em função dos objetivos a serem alcançados, das necessidades pessoais e sociais dos alunos e das exigências do contexto socioeconômico, político e cultural.
- A inclusão e a consideração de conhecimentos advindos da educação não formal, adquiridos pelos alunos ao longo da vida.
- A democratização das oportunidades educativas, abrindo espaços para aqueles que, por razões variadas, não realizaram determinada aprendizagem na idade própria.

- A formação integral dos alunos levando em conta a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de atitudes, valores e competências e habilidades profissionais, como também suas potencialidades.
- A participação consciente e responsável desses alunos no desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade, de forma a serem, também, agentes promotores de transformação da realidade (SERRATE, 1997).

A partir das considerações anteriores, as características e os componentes essenciais da Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização, as principais características são apresentadas na Figura nº 1.

Figura 1 - Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização – Características e Componentes Essenciais



Fonte: a Autora (2013).

A figura aqui apresentada mostra que deve existir uma perfeita sintonia nos aspectos a serem considerados na Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização, na qual as finalidades devem ser traduzidas em objetivos, realisticamente alcançáveis. Estes, ao serem formulados, devem priorizar os seus destinatários, considerando os interesses e as necessidades dessa clientela em seu contexto vivencial. Os princípios norteadores das propostas educativas dessa modalidade de educação devem basear-se em valores que considerem a formação integral do ser humano. Os métodos, técnicas e procedimentos de ensino selecionados, para serem empregados no desenvolvimento das propostas pedagógicas, devem levar em conta todos os aspectos mencionados anteriormente.

A análise do pronunciamento da UNESCO, no que se refere à Educação de Jovens e Adultos, remete esta autora à preocupação de investigar a qualificação do professor para atuar nesta modalidade de educação, incluindo-se a Alfabetização, considerando-se as exigências do contexto social, ou seja, os comportamentos esperados dos alunos ao concluírem as etapas de aprendizagem, com vistas ao acesso e ascensão social.

Para que se atue na Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização, faz-se necessário que o educador seja detentor de competência técnica e de qualidades pessoais imprescindíveis, para desenvolver um trabalho com seus alunos, que ultrapasse a sala de aula e os muros da escola, prosseguindo ao longo da vida.

Daí decorre que a formação do adulto deve processar-se, em grande parte, [...] na ambiência de sua vida e de seu trabalho, mediante o uso de técnicas apropriadas de comunicação, de treinamento e de formação. Embora dirigida, no sentido da autodidaxia, a educação de adultos manterá relações com a escola enquanto matriz e formação cultural e profissional, contanto que mude de estilo e adquira possibilidade de alongar sua influência sobre o conjunto da vida e do trabalho (SUCUPIRA, 1979, apud SARAIVA, 2004, p. 34).

Para DELORS, (1999) a educação ao longo da vida tem como base quatro pilares, ou seja, quatro grandes aprendizagens, que se desdobrarão em muitas outras à medida que o aluno as consolidar: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser. Mais especificamente:

- Aprender a conhecer, para que esse alunado esteja atento a tudo que ocorre à sua volta e, estimulado por uma curiosidade sadia, possa transformar todos os momentos vividos, independente de estar ou não na sala de aula, em momentos de aprendizagem.
- Aprender a fazer, a fim de efetivar, além da aprendizagem formal da leitura, escrita e cálculos, desenvolvimento de competências que possibilitem a esse alunado o enfrentamento de diversas situações no trabalho, no clube, na igreja, na associação de moradores, enfim, em todos os grupos sociais dos quais faça parte, empregando e transferindo as aprendizagens efetuadas para uma gama de situações do cotidiano.

- Aprender a conviver, desenvolvendo a compreensão do outro e de si mesmo no tocante a direitos, deveres, liberdade, responsabilidade, percebendo a relação de interdependência que existe entre estes na convivência social. Esta aprendizagem só será válida, à medida que os comportamentos adquiridos ultrapassem a sala de aula e a escola, fazendo-se presentes na convivência comunitária. Neste sentido,

O [...] Relatório Faure, "Aprender a ser", de 1972, na sua primeira recomendação, propunha a educação permanente como a ideia mestra das políticas educativas para os anos futuros, tanto dos países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento (SUCUPIRA, 1979, apud SARAIVA, 2004, p. 12).

- Aprender a ser, ou seja, aprender a conhecer-se para que esse alunado possa assumir-se, assumir seu próprio processo de aprendizagem e, assim, identificar suas possibilidades e suas dificuldades, utilizando essa aprendizagem para o desenvolvimento da autonomia, do discernimento e da responsabilidade pessoal. Mais ainda, é preciso que este processo de aprendizagem faça parte do seu cotidiano, ocorrendo em todos os momentos e em todos os lugares.

Para que esta aprendizagem aconteça, não se pode perder de vista os tipos de inteligência do aluno: capacidade lógico-matemática, linguístico-verbal, cinestésica-corporal, espacial, musical, intrapessoal, interpessoal e naturalista. (GARDNER, 1995) Conhecendo-se e identificando suas possibilidades e dificuldades esse educando terá melhores e maiores condições de participar e integrar-se nos diversos grupos dos quais faz parte.

É importante, aqui, indagar se o educador que atua na Educação de Jovens e Adultos - Alfabetização, no caso brasileiro, foi ou está preparado para desenvolver um trabalho deste porte com seus alunos. Esta indagação torna-se ainda mais contundente quando se trata da alfabetização de jovens e adultos. Durante a reunião da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil – SECAD/MEC, realizada em 2009 com gestores e instituições que desenvolvem o Programa Brasil Alfabetizado, o Professor André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação assim se pronunciou, “Precisamos garantir que a instituição formadora

tenha o compromisso com a qualidade de formação dos alfabetizadores para assegurar o direito dos jovens e adultos à educação.” (PORTAL APRENDIZ, 2008).

Com vista a melhorar a qualificação dos alfabetizadores, o Professor Lázaro propõe a criação de certificados a serem emitidos por universidades públicas que comprovem a qualificação profissional desses educadores. Para o mencionado professor, o processo de alfabetização de jovens e adultos depende, em grande parte, da competência do alfabetizador. (PORTAL APRENDIZ, 2008) Resta averiguar até que ponto as premissas anteriormente mencionadas têm procedência. Quanto a esta questão assim se pronuncia:

A minha opinião é que a disciplina da educação de [jovens e adultos] não está à altura dos desafios que a sociedade atual lhe impõe. A questão é a seguinte: o que a educação de [jovens e] adultos pode, nos dias de hoje, oferecer à sociedade? (FINGER, 2008, p. 1).

A Educação de Jovens e Adultos e com ela a Alfabetização assumem caráter diferenciado das outras modalidades de ensino, considerando-se que sua clientela se constitui de demanda reprimida. Há urgência do desenvolvimento de determinadas aprendizagens, pois o contexto social exige da referida população determinadas competências não aprendidas na idade própria.

A Educação de [Jovens e] Adultos é um movimento social, é uma vontade de mudar a sociedade, como por exemplo, a alfabetização, a inclusão de [jovens e] adultos na sociedade, a formação operária, as lutas sindicais, a mudança social, os movimentos de justiça (FINGER, 2008 p. 1).

Para que se considere que a aprendizagem realmente se verificou no que diz respeito ao alunado da Educação de Jovens e Adultos e dos Programas de Alfabetização, há de se considerar as mudanças ocorridas nesse alunado, em termos de melhoria nas condições de vida, participação mais consciente, responsável e democrática no contexto onde está inserido.

Abordando os quatro grandes desafios que a sociedade atual deve enfrentar, evidenciando avanço da ciência e da tecnologia que ocorre em descompasso com o

avanço dos sistemas sociais, podem ser considerados os seguintes pontos (FINGER, 2008).

- O primeiro desafio reside na produção que, graças ao avanço científico e tecnológico, caminha a largos passos, empregando-se um número menor de pessoas nas frentes de trabalho, exigindo que elas estejam qualificadas para os desempenhos esperados. A Educação de Jovens e Adultos e os Programas de Alfabetização estão atentos para este ponto, preparando os que por ela passam para o enfrentamento desse desafio?
- O segundo desafio se refere às desigualdades sociais. As estatísticas e a mídia falada e escrita informam que, mesmo com algum esforço dos que governam, para exterminá-la ou minimizá-la, ela continua presente e o hiato entre os ricos e os pobres é, cada vez, maior. O alunado da Educação de Jovens e Adultos, em sua grande maioria, encontra-se no segundo grupo. Que políticas públicas foram ou estão sendo formuladas para minimizar ou equacionar a questão da desigualdade social?
- O terceiro desafio é a questão da diversidade cultural. A grande questão que permeia a Educação de Jovens e Adultos é como oportunizar a ampliação de experiências e conhecimento de seus alunos sem que, com isto, eles venham a perder a sua identidade cultural. Esta preocupação se faz presente nas experiências de aprendizagens praticadas por esse alunado?
- O outro desafio apresentado é o que se refere às questões relacionadas ao meio ambiente e à ecologia. O mundo está vivendo um momento em que abordagens sobre o meio ambiente e a ecologia devem assumir papel relevante na Educação de Jovens e Adultos - Alfabetização, bem como em todas as modalidades de educação, com vista à melhoria, ou mesmo, à sobrevivência do homem no Planeta Terra. Esses assuntos estão ocupando o lugar devido nas experiências de aprendizagens oferecidas aos alunos da modalidade de educação em estudo?

Qual é o real significado desses desafios impostos pelo sistema social ao sistema educacional, já que eles são grandes, importantes e urgentes e os

mecanismos para resolvê-los são menores, escassos e limitados? Esta é uma preocupação essencial do presente estudo.

Políticas Públicas formuladas para a Educação de Jovens e Adultos e Alfabetização devem levar em conta a promoção de mudanças, não só quantitativas, mas também qualitativas, num processo de aprendizagem coletiva para minimizar, equacionar ou mesmo resolver esses quatro grandes desafios.

Há premência, também, com relação às Políticas Públicas voltadas para essa modalidade de educação – Alfabetização – e que elas não percam de vista determinados aspectos para que a Educação de Jovens e Adultos alcance os seus propósitos maiores, ou seja, que ela se apresente de forma sistemática e organizada, ajustada ao seu alunado, ultrapassando as fronteiras da complementação e da suplência emergenciais.

Uma das características que marcam a evolução educacional das últimas décadas é a importância da educação de adultos na perspectiva da educação continuada. É consenso, em nossos dias, que o acesso à educação vinculada a todas as dimensões da vida, ministrada sob diferentes formas e escalonada no tempo, representa aspecto fundamental da educação em seu sentido lato, de fato indispensável à participação do indivíduo no processo socioeconômico, político e cultural de seu tempo (SARAIVA, 2004, p. 241).

As políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil precisam estabelecer objetivos exequíveis, alternativas de mobilização, meios para a capacitação de recursos humanos, planos de ação que partam da alfabetização e alcancem outros níveis através da educação continuada e permanente. Desta forma, elas oportunizarão ao alunado o resgate da cidadania por meio da escolaridade básica e da conquista de espaços no mercado de trabalho.

A educação do homem para a vida deve guiar o desenvolvimento da pessoa humana na esfera social, despertando e fortalecendo o sentido de sua liberdade assim como o de suas obrigações e responsabilidades. (MARITAIN apud FERNANDES, 1958, p. 36).

A Educação de Jovens e Adultos precisa e merece ocupar o lugar que lhe é devido na política e nos orçamentos da educação, pois ela se apresenta como uma das possibilidades da inclusão social, ainda que paulatina, de seu alunado.

O Brasil precisa, sem demora, escrever o capítulo da política da Educação de Jovens e Adultos, no contexto de sua política educacional, sem perder de vista que o futuro pertencerá a quem souber reunir, na educação, a força da crítica, a participação democrática, o poder da imaginação, a eficiência e a racionalidade dos mecanismos operacionais, dos avanços científicos e tecnológicos, utilizando os recursos latentes que existem em todas as camadas da sociedade (SARAIVA, 2004, p. 249).

Para que qualquer Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos promova impactos significativos na vida dos seus educandos, é necessário que o emprego das competências e habilidades adquiridas no processo de Alfabetização, seja verificado no cotidiano desses alfabetizados, promovendo, desta forma, sua gradativa inclusão – propósito marcante desta tese.

Considera-se a Alfabetização de Jovens e Adultos como um dos primeiros passos para o exercício consciente da cidadania. Uma das grandes dificuldades enfrentadas para verificar-se a intervenção do processo de alfabetização na vida dos jovens e adultos que formam sua população-alvo é justamente, a diversidade da bagagem de conhecimentos prévios dessa população.

Emerge dessa afirmativa a necessidade de verificar-se até onde o impacto das novas aprendizagens de leitura e de escrita dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos influencia na inclusão pessoal, social e profissional dessas pessoas. Vale, portanto, verificar se há estímulos para que esse relacionamento teoria aprendida e prática fora do espaço escolar se processe.

É necessário averiguar que práticas educativas são capazes de ampliar e consolidar as habilidades de leitura e de escrita dos jovens e adultos das classes de alfabetização, como também de predispor-los a fazerem uso de tais habilidades na vida cotidiana.

É preciso também observar questões relativas à melhoria da autoestima dos jovens e adultos que participam do processo de alfabetização, quando frente ao desafio da conquista ou da manutenção do emprego, da melhoria salarial, das

condições de trabalho e da coragem de abraçar as oportunidades apontadas para a continuidade de estudos (RIBEIRO; JUNGBLUT; MARTIN, 2009).

A Educação de Jovens e Adultos, da qual a Alfabetização é o primeiro passo, atrai para si a atenção dos diversos segmentos do Sistema Educacional, bem como de outros Sistemas Sociais pelos avanços, retrocessos, contestações e questionamentos presentes e frequentes em todos os Programas que têm como propósito maior a erradicação do analfabetismo.

Segundo Corrêa (1979), há pontos que precisam ser vistos e revisados, em se tratando da Educação de Jovens e Adultos, pois sobre eles recaem preocupações e indagações de estudiosos e pesquisadores do mencionado tema.

- O primeiro ponto se refere à formulação de Políticas Públicas que correspondam ao desenvolvimento da sociedade em geral e da educação em particular. Tais políticas devem expressar, claramente, a prioridade atribuída à educação, traduzida na disponibilização de recursos humanos, materiais e financeiros para a implantação e implementação de programas socioeducativos e culturais.
- O segundo se relaciona com a expansão do Ensino Básico, no qual o aumento quantitativo dos alunos atendidos não foi acompanhado pela qualidade do ensino ministrado. Atingir-se, em parte, “a educação para todos” pode remeter os estudiosos do tema à seguinte indagação: como ensinar mais e melhor a um maior número de pessoas em um menor espaço de tempo?
- O terceiro ponto se concentra na educação ministrada e na formação de mão de obra qualificada para atender às exigências, cada vez mais apuradas, do Mercado de Trabalho. No descompasso existente entre essas duas vertentes do Ensino Básico, está uma das grandes questões que atinge, de forma direta, a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que, os alunos dessa modalidade de ensino precisam ocupar seus espaços no Mercado de Trabalho. Até que ponto a educação a eles oferecida corresponde a essa necessidade?
- O quarto se situa no hiato existente na complementaridade entre a educação geral e o ensino profissional. Esse ponto faz aflorar questões tais como: Existe complementaridade entre as duas modalidades de ensino? Há simultaneidade em seu desenvolvimento? Que espaço deve ser ocupado por cada uma dessas

modalidades em um currículo que atenda as necessidades reais dos alunos da Educação de Jovens e Adultos?

Espera-se que o presente estudo possa trazer luzes a essas inquietantes indagações. A Educação de Jovens e Adultos (PARENTI, 2008) deve ser compreendida como um conjunto de processos de aprendizagem que oportunize a seus alunos o desenvolvimento de suas capacidades, a ampliação de seus conhecimentos e o crescimento de suas competências técnicas e profissionais, colaborando, assim, para a inclusão social desses alunos.

Constata-se, pois, que na Educação de Jovens e Adultos, a Educação Permanente deve se fazer presente e que ela possa aparecer expressa através de variadas denominações – aprendizagem permanente, aprendizagem contínua, educação ao longo da vida, formação contínua de adultos.

Devido à importância e ao papel que desempenha na Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessário observar algumas características de um Sistema de Educação Permanente (ODALEA; RAMOS apud CORRÊA, 1979), ou seja:

- Esforços concentrados da educação formal na educação geral com ênfase na formação integral do Homem.
- Envolvimento da comunidade em geral e, em particular, de instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Social da Indústria – SESI e empresas, exercendo uma importante função na preparação para o trabalho, através de treinamento, sob forma de estágios ou mesmo de treinamento em serviço.
- Articulação entre a educação geral e a qualificação para o trabalho, na qual não haja barreiras para o aluno, no sentido de buscar a educação geral, por meio de cursos de suplência ou, inversamente, buscar a qualificação profissional, através de treinamento.
- Aproveitamento de instituições como o SENAI, SENAC, SESI e empresas considerando-as agências de treinamento, pelo domínio do conhecimento, referente ao tipo de mão de obra que o mercado de trabalho está solicitando e pelas condições de exercitar atividades práticas.

Assim sendo, constata-se que a Educação de Jovens e Adultos pode desenvolver-se em espaços diversificados – escolas, centros de educação popular, clubes de serviços, centros sociais, centros de formação profissional, sindicatos, associações de moradores, cooperativas, empresas, bibliotecas, bancos, centros culturais, instituições religiosas, entre outras – pois, todos eles, podem constituir-se em agências de educação. Acrescente-se, ainda, a gama de informações advindas dos diversos meios de comunicação – jornais, revistas, telefone, rádio, televisão, informática, internet – dos contatos sociais – diretos, indiretos, formais, não formais, categóricos e, sobretudo, a própria leitura do mundo, feita por cada um, ao longo da vida, aspectos que não podem ser desconsiderados na elaboração de qualquer proposta voltada para a Educação de Jovens e Adultos, especialmente no que se refere aos Programas de Alfabetização (SARAIVA, 2004).

A Educação de Jovens e Adultos e a Educação Permanente se complementam, pois a segunda assegura o fortalecimento, ou mesmo, a consolidação das competências e dos conhecimentos adquiridos na primeira.

[Há] um vínculo, cada vez mais profundo, entre a educação inicial e a educação continuada que ressalta do entendimento universal de que: A alfabetização é a primeira fase do processo de aprendizagem, que é complementada em nível [fundamental] médio e universitário. A educação se processa através de propostas formais e não formais, desenvolvida em espaços escolares e extraescolares. [A mobilidade] horizontal e vertical deve existir no sistema educacional. O processo educacional se desenvolve em diversos espaços, através de diferentes agentes educativos (SARAIVA, 2004, p. 247).

É oportuno registrar que, no Brasil, as Políticas Públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos e para um de seus pontos polêmicos – a Alfabetização – só serão realmente exequíveis considerando-se determinados aspectos:

(a) Estabelecimento de prioridades. (b) Definição clara e precisa de objetivos. (c) Levantamento de estratégias viáveis para o alcance desses objetivos. (d) Consideração das aprendizagens efetuadas pelos alunos, através da Educação não-formal. (e) Inserção de Educação Continuada e da Educação Permanente como

alternativa para ampliar, consolidar e fortalecer as aprendizagens efetivadas pelos alunos, com vistas a seu crescimento pessoal e profissional.

Em vista do que foi aqui exposto, constata-se que a Educação de Jovens e Adultos e com ela a Alfabetização, não podem ficar no obscurantismo, à sombra das outras modalidades de educação, como vítimas do processo de rejeição, quando se rotulam seus alunos como os mais fracos ou os menos competentes, em termos de conhecimentos formais. Um dos caminhos para a inclusão social, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país está no desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos. Para que esse desenvolvimento se verifique, a Alfabetização se apresenta como a primeira etapa a ser vencida.

2.8 FATORES QUE AFETAM, SEVERAMENTE, O SUCESSO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ALFABETIZAÇÃO

Pode-se registrar como fatores que afetam de forma decisiva o êxito nos primeiros passos do Ensino Fundamental – onde se encontra a Educação de Jovens e Adultos - os impasses no processo de alfabetização, a fragilidade dos sistemas educacionais na prática sadia da avaliação e os desvios decorrentes dessa prática, muitas vezes equivocada: reprovação, repetência e evasão na faixa de obrigatoriedade escolar, reforçando a formação de novos contingentes para os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. A fragilidade dos sistemas de avaliação dos referidos Programas pode ser incluída entre os fatores que mais contribuem para a ineficácia dessas propostas.

A evasão escolar, a reprovação e a repetência no ensino fundamental incidem, severamente, no aumento do contingente que busca os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos para adquirir o conhecimento indispensável à inclusão social. Conter esse movimento agressivo de exclusão de crianças e jovens do ensino fundamental é imprescindível e urgente. Estudiosos da avaliação como Thereza Penna Firme, sustentam as presentes considerações:

Este é o ciclo perverso que expulsa do sistema muitos milhões de cidadãos brasileiros. De cada 1000 crianças que entram na escola, apenas 45 concluem o 1º grau [hoje, Ensino Fundamental] sem qualquer repetência. Ele começa quando as crianças são obrigadas a aprender a ler ao mesmo tempo e num período fixado pelo sistema educacional; ele continua quando as crianças são reprovadas por não satisfazerem essa exigência; ele termina quando as crianças, depois de sucessivas repetências são forçadas, pelos obstáculos criados, a abandonarem a escola, o sistema, e o próprio desejo de ler e escrever. Essa é uma transgressão ao direito de aprender e, dramaticamente, ocorre com os países menos desenvolvidos e com as populações mais pobres (PENNA FIRME, 1994, p. 57).

A referida citação relaciona-se com o contingente de alunos que não dominam as habilidades da leitura e da escrita, e que, sem concluírem o Ensino Fundamental passam a formar o contingente de alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos e, na maioria das vezes, vítima da exclusão social.

Diversas causas levaram essas pessoas a atingir, não alfabetizadas, a faixa etária de 15 anos, ou mais. Essas causas vão desde a dificuldade de matrícula no Ensino Fundamental, na idade própria, passando muitas vezes por sucessivas reprovações até à culminância na evasão escolar.

Se aceita, lamentavelmente, a reprovação da criança e do jovem como um processo natural e inevitável. Explica-se a repetência como preservação da qualidade do ensino e tolera-se a evasão como rumo normal dos que fracassaram num sistema que foi incompetente para entendê-los. Frequentemente acredita-se que se está avaliando a incapacidade do aluno para aprender quando, na verdade, o que ocorre é a *incapacidade da instituição escolar para alfabetizar*, no seu sentido mais amplo. (PENNA FIRME, 1994, p. 58).

A referida autora apresenta, ainda, algumas reflexões substanciais sobre o que, erroneamente, se preconiza e o que, conseqüentemente, ocorre com referência ao conceito de avaliação escolar. Seus argumentos têm como ponto de partida, afirmativas colhidas no próprio cotidiano das escolas. Assim, diz-se que:

Os alunos não podem passar de ano sem saber ler”. Não é verdade. A leitura é uma aprendizagem contínua que não se completa na primeira série, começa antes da criança entrar na escola e continua durante todo o processo educacional, inclusive na idade adulta. Além disso, por causa das diferenças individuais e das experiências que

cada criança ou jovem tem no seu meio familiar, os alunos não aprendem ao mesmo tempo e do mesmo modo. É preciso respeitar esse ritmo e esse estilo. Não se pode punir um aluno por necessitar de mais tempo. É importante dar uma experiência positiva à criança [jovem e adulto] que inicia [ou reinicia] seu processo de leitura e escolarização. (PENNA FIRME, 1994, p. 58).

Além das questões sociais, que podem interferir no Processo de Alfabetização, como a dificuldade de acesso à escola na faixa etária própria para o início formal da aprendizagem da leitura e da escrita, fatores de outra procedência podem inviabilizar esta aprendizagem.

É também importante examinar as causas que podem dificultar a aprendizagem da leitura e da escrita e que podem ser relacionadas com a visão, audição ou a fala, com a nutrição, com a situação ambiental, ou com a falta de oportunidades de contato com a leitura e a escrita. E, não será reprovando a criança que essas dificuldades desaparecerão. (PENNA FIRME, 1994, p. 59).

A evasão escolar motivada por uma série de fatores consideráveis também figura como uma das fortes causas da não alfabetização das crianças na idade própria, remetendo-os posteriormente aos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos em situação de analfabetismo pleno, regressão cognitiva ou analfabetismo funcional, conforme confirma a citação a seguir.

O abandono precoce da escola, a par de circunstâncias de caráter geográfico, socioeconômico, familiar etc., é, seguramente, um dos elementos responsáveis pelo fenômeno do analfabetismo regressivo e do analfabetismo funcional. (LIMA, 1994, p.109).

O Processo de Alfabetização da criança, do jovem ou do adulto, considerando-se sua complexidade, exige uma análise deste processo à luz de vários fatores que envolvem a saúde, alimentação, habitação, contexto familiar e as características psicossociais do aluno nessa fase.

Em síntese, o enfrentamento da educação de excelência [e com ela a Alfabetização] é uma luta de duas frentes, lado a lado: com os [jovens e] adultos, a ação vigorosa para preencher as lacunas de um processo inacabado [ou iniciá-lo] e com as crianças [...] a ação corajosa de garantir toda escolaridade a que têm direito, eliminadas do sistema

educacional a repetência e a evasão – expressões evidentes e dramáticas de um processo educacional irrelevante (PENNA FIRME, 1994, p. 61).

Desta forma, constata-se a importância e o significado de aprovação, reprovação, de critérios de promoção dos alunos e das consequências dessas ações na vida das crianças e jovens, principalmente dos menos favorecidos.

A preocupação com a reprovação, sendo ela apontada como uma das causas promotoras da evasão escolar se faz presente nesse estudo, uma vez que os reprovados e os evadidos do Sistema Escolar, não alfabetizados vem a ser os Jovens e Adultos que, mais tarde, procuram os Programas de Alfabetização.

Essa procura se faz premente pela necessidade da aquisição, ou complementação, das habilidades da leitura, da escrita e dos cálculos, absolutamente indispensáveis na sociedade atual, para a inclusão social, para o exercício da cidadania e para uma sobrevivência mais digna. Pode-se, portanto, reafirmar que, além dos fatores já mencionados, a evasão e a repetência apresentam-se como fortes contribuintes para a dificuldade da erradicação do analfabetismo, especialmente de Jovens e Adultos, que é o foco do presente estudo.

3. METODOLOGIA

Devido a limitações de tempo e espaço, sem, contudo, prejudicar sua qualidade, a pesquisa é realizada em um único Estado do Brasil, no caso, o Estado do Rio de Janeiro, por situar-se em uma das regiões geográficas brasileiras mais diversificadas pelas suas complexidades sociais, econômicas, culturais e políticas, com multiplicidade de etnias, religiões e níveis educacionais. Destacam-se ainda a desigualdade social e a má distribuição de renda. Além disso, o Estado é gravemente vitimizado por problemas sociais muito sérios, tais como, altos índices de violência e criminalidade, envolvimento com drogas, desemprego e exclusão social.

O Estado do Rio de Janeiro foi também escolhido em função de razões práticas que devem ser consideradas para a melhor condução da investigação, ou seja, a proximidade de acesso aos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos e o fato de ser o local, alvo do estudo, onde nasceu e vive a pesquisadora, o que permite, por certo, a necessária familiaridade para mobilização e contatos. Mais ainda, é na Região Metropolitana do referido Estado, que as mencionadas características sociais são mais contundentes. Finalmente, essas considerações estão em sintonia com o propósito último da investigação que é contribuir para a ascensão social do Estado e do País como um todo.

Assim, no sentido de compreender, ao máximo, o campo delimitado, para realizar o estudo proposto a ser desenvolvido na Região Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, foi utilizada uma abordagem quantiquantitativa, que se caracteriza por considerar e utilizar dados quantitativos e qualitativos, referentes ao objeto de estudo, para deles extrair o máximo possível de informações. Os dados quantitativos apresentam, objetivamente, a realidade numérica dos Programas e os dados qualitativos, de natureza subjetiva, contém informações que expressam os interesses, as necessidades, os anseios, as dificuldades, as preferências, os sentimentos e valores dos componentes da população-alvo do estudo. Por serem esses dados valiosos, tanto os quantitativos quanto os qualitativos, eles foram considerados na análise das repostas dadas, o que enriqueceu, sobremaneira, os resultados obtidos.

A escolha de métodos, técnicas e procedimentos utilizados está diretamente relacionada com as questões levantadas pela Pesquisador para a realização do

estudo. Os fenômenos estudados, especialmente quando se trata de projetos sociais, são indeterminados ou de difícil mensuração, o que exige do pesquisador a utilização de múltiplas medidas para seu estudo (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Existe uma grande variedade de métodos destinados à coleta de dados no desenvolvimento de uma pesquisa. Assim, o pesquisador precisa ser suficientemente hábil para selecionar métodos, técnicas e procedimentos que possibilitem responder às questões da pesquisa, como também que confirmem precisão, estabilidade, relevância, validade, viabilidade política e aceitabilidade tanto por aqueles que serão alvo da pesquisa quanto por aqueles que farão uso dos resultados dela advindos (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Portanto, quando uma pesquisa requer informações de natureza quantitativa e qualitativa, é preciso utilizar métodos mistos para responder suas indagações com amplitude e profundidade. Este é o caso do presente estudo.

3.1 POPULAÇÃO ALVO

O universo dessa pesquisa é constituído por pessoas que vivem na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, que é, por sua vez, integrada por um total de 15 Municípios, entre os quais foi selecionado o Município da Cidade do Rio de Janeiro o qual, tal como já foi dito anteriormente, além das características antes mencionadas, possui o aspecto original de congregar traços diversificados, porque grande parte de seus moradores é proveniente de vários Municípios do Estado do Rio de Janeiro e de outros Estados brasileiros. O Município escolhido, por sua história, tem importante visibilidade para estudos dessa natureza. Dele se extraiu uma amostra formada por um contingente de alunos maiores de 15 anos, Professores-Alfabetizadores, Coordenadores e Especialistas, responsáveis por Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, atuais e anteriores.

Para melhor compreensão da realidade urbanística socioeconômica e cultural do Município/Cidade do Rio de Janeiro merecem registro algumas informações sobre as favelas que, segundo dados levantados pelo Instituto Pereira Passos, são,

atualmente, 1.021, distribuídas pelas Regiões Administrativas do Município/Cidade do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro tem concentrada nas regiões norte e nordeste, uma população de 715.012 analfabetos. Deste quantitativo, 41.285 estão frequentando Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Assim sendo, lamentavelmente, ainda existem 673.727 jovens e adultos em diferentes níveis de analfabetismo, no Estado do Rio de Janeiro (BIZONI, 2010).

Para esta pesquisa foi escolhida uma amostra representativa da população não alfabetizada do Município/Cidade do Rio de Janeiro, cujos dados são apresentados a seguir. (Quadro nº 31).

Quadro 31 - População do Município do Rio de Janeiro de Pessoas não Alfabetizadas, acima de quinze anos

Município/Cidade do Rio de Janeiro (atualização de dados)		
População com 15 anos ou mais de idade	População analfabeta com 15 anos ou mais de idade	Percentual de analfabetos
4.556.000	186.729	4,1%

Fonte: a Autora (2013).

3.2 A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A Cidade do Rio de Janeiro com área de 1.205,8 km² e com 6.136.652 habitantes é a segunda capital brasileira em termos populacionais e segundo maior porto do Brasil. Tem como principais atividades econômicas o Comércio, a Indústria e o Turismo. A evolução histórica desta importante metrópole brasileira está, resumidamente, descrita no Quadro nº 32:

Quadro 32 - Evolução histórica da Cidade do Rio de Janeiro

Períodos	Situação Histórico-política	Principais Acontecimentos
1565 a 1763	Cidade do litoral sudeste do Brasil	Instalação oficial da cidade por Estácio de Sá com o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro (1º de março de 1565).

		Em 1727 a Língua Tupi era a mais falada na Colônia. O governo da Metrópole proibiu o uso da língua brasileira (Tupi). Tornou, assim, obrigatório o uso da Língua Portuguesa.
1763 a 1808	Capital da Colônia e sede do Vice-Reino do Brasil	Destaca-se, no período, a importância da função administrativa da cidade, como centro das decisões políticas.
1808 a 1821	Capital da Colônia e sede do Governo Português	Evidencia-se a função política da Cidade levando-se em conta os acontecimentos históricos e suas consequências: A transferência da Família Real Portuguesa da Bahia para o Rio de Janeiro, transformando a Cidade em Sede da Monarquia Portuguesa. Decretou-se a Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas de Portugal. Deu-se a criação do Banco do Brasil. Implantou-se o Ensino Médico, com a criação da Faculdade de Medicina. Inicia-se o funcionamento da Imprensa Régia, publicando a Gazeta do Rio de Janeiro. Foi impresso, em Londres, o primeiro jornal escrito em português a circular no Brasil, O Correio Brasiliense. Fundou-se a Real Biblioteca com um acervo de 60 mil livros trazidos de Portugal por D. João e por ele doados para este fim. Essa biblioteca, que foi a primeira biblioteca brasileira, instalada em uma parte do Hospital Ordem Terceira do Carmo, que mais tarde, ao ser franqueada à população, tornou-se a primeira Biblioteca Pública do Brasil. Criou-se a Escola Real de Ciências Artes e Ofícios, (1816) que só veio a iniciar suas atividades anos mais tarde (1826).
1822 a 1831	Capital do Primeiro Reinado	A Cidade do Rio de Janeiro, como capital da colônia, destacava-se. A Corte Portuguesa solicitou o retorno de D. Pedro a Portugal. D. Pedro atende aos apelos dos brasileiros e fica no Brasil, O Dia do Fico - 9 de janeiro de 1822. Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro proclamou a Independência do Brasil, tornando-se o seu primeiro Imperador, com o título de D. Pedro I. Em 15 de outubro de 1827, uma lei geral dispõe sobre as escolas de primeiras letras, fixando-lhes o currículo, a implantação do Ensino Mútuo e institui o ensino primário para o sexo feminino. O Jornal do Commercio entrou em circulação. Foi criado, no Rio de Janeiro, o primeiro Observatório Astronômico da América do Sul. Realizou-se a primeira exposição no país, com trabalhos de alunos e professores, denominada

		Exposição da Classe de Pintura Histórica, na Imperial Academia de Belas Artes. Essa exposição foi organizada por Debret. (ARAUJO, 2006, p. 66). Criou-se o Arquivo Nacional.
1831 a 1840	Sede da Regência	Publicou-se o primeiro livro didático de História do Brasil – Resumo da História do Brasil até 1828 – de Luiz de Niemeyer Bellegrade (1831) D. Pedro I abdicou em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, então com cinco anos, e retorna a Portugal. José Bonifácio de Andrade e Silva foi designado tutor do jovem imperador. Em 12 de agosto de 1834, o Ato Adicional separou da Província a Cidade do Rio de Janeiro, agora denominada Município Neutro ou Município da Corte. Criou-se o atual Real Gabinete Português de Leitura. (1837) Criou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (1838) Fundou-se, no Rio de Janeiro, o Imperial Colégio D. Pedro II (1838).
1840 a 1889	Capital do Segundo Reinado	D. Pedro II, aos 14 anos de idade tornou-se Imperador do Brasil. Iniciou-se o calçamento e a limpeza das ruas do Centro do Rio de Janeiro. Em 1871, o Brasil contava com uma população de 10 milhões de habitantes e somente 150.000 alunos matriculados em escolas primárias. O índice de analfabetismo era 66,4%. Realiza-se a Primeira Conferência Pedagógica, no Rio de Janeiro. (1872) Criou-se a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. (1874). Os habitantes do Rio de Janeiro mobilizaram-se para realizar uma coleta de doações em dinheiro para erigir uma estátua de D. Pedro II. O Imperador agradeceu, mas solicitou que com o recurso arrecadado fossem construídas escolas primárias e assim foi feito. É implantada a primeira Escola Normal da Capital do Império, mantida e administrada pelos Poderes Públicos. (1880)
1889 a 1960	Capital da República	A Cidade do Rio de Janeiro transformou-se em Distrito Federal e Capital da República, proclamada em 15 de novembro de 1889, pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Foi criada, em 7 de setembro de 1920, na Cidade do Rio de Janeiro, a primeira Universidade brasileira – Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

		A palavra favela passou a ser utilizada como substantivo nos jornais. (1920) As favelas passaram a ser um fenômeno social reconhecido. (1940)
1960 a 1975	Capital do Estado da Guanabara	Com a transferência da Capital da República para Brasília – Distrito Federal - em 21 de abril de 1960, o Rio de Janeiro passa à categoria de Estado, recebendo o nome de Estado da Guanabara. De abril de 1960 até a realização das primeiras eleições para governador, o Estado da Guanabara teve um Governador Interino – o Embaixador Sette Câmara. O primeiro governador eleito foi Carlos Lacerda, que governou no período de 5 de dezembro de 1960 a 5 de dezembro de 1965, realizando um notável governo e dando um grande impulso à educação pública. No Governo de Carlos Lacerda, pela primeira vez, foram realizados concursos públicos para a ocupação de cargos.
De 1975 em diante, até o momento atual	Rio de Janeiro, capital do novo Estado do Rio de Janeiro	Com a fusão dos Estados da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro, a área geográfica do Estado da Guanabara passa à condição de Município e Capital do novo Estado do Rio de Janeiro – 15 de março de 1975 – e assim permanece até a presente data.

Fonte: a Autora (2013).

O Município/Cidade do Rio de Janeiro vive hoje um momento de grandes transformações. Esforços para o desenvolvimento de relações harmoniosas e ações integradas entre as três esferas do poder, Municipal, Estadual e Federal, têm trazido dividendos positivos para a Cidade do Rio de Janeiro e sua população.

É desejável que esta integração entre os poderes constituídos se fortaleça para que a população que carece do atendimento não venha a sofrer com relações desarmoniosas sob pena de ocorrer o que foi apontado por um estudioso da Área de Políticas Educativas:

Basta uma mudança governativa, e não necessariamente a substituição do partido político que governava anteriormente, para que as estratégias e as prioridades educacionais possam ser profundamente alteradas (LIMA, 2013).

Os Programas Sociais oferecidos pelos governos buscam incluir todos, especialmente a população de baixa renda, que sofre mais diretamente as

consequências da desigualdade social, embora existam lacunas quanto a esse atendimento.

A realização de eventos de grande porte como o Carnaval, que é considerado o maior espetáculo do mundo, atraindo turistas de vários países, com destaque especial para os Desfiles das Escolas de Samba; os Jogos Olímpicos Panamericanos (2009); os IV Jogos Mundiais Militares (2011); a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20 (2012); Jornada Mundial da Juventude (2013) a Copa do Mundo de Futebol (prevista para 2014); os Jogos Olímpicos (previstos para 2016), que significam aberturas em termos de Turismo, Comércio e Prestação de Serviços e que, conseqüentemente, abrirão oportunidades de trabalho e emprego para a população de todas as camadas sociais, incluindo a população de baixa renda. Tudo isto traz para o Município/ Cidade do Rio de Janeiro progresso, desenvolvimento e melhoria da autoestima de toda sua população.

3.3 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Para a realização do estudo serão desenvolvidas as seguintes etapas:

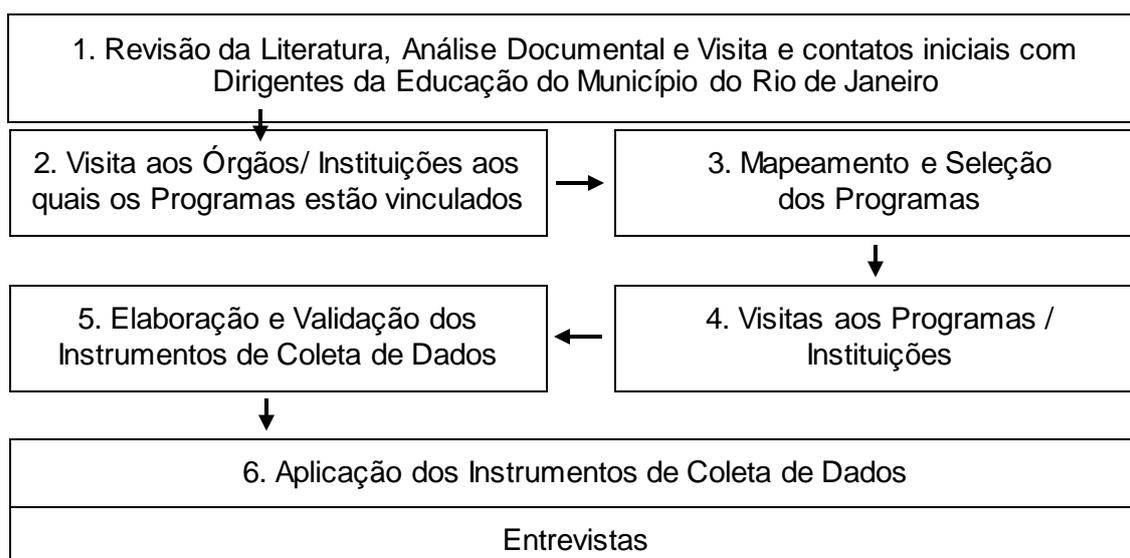
1. Revisão de literatura, análise documental e visita ao município selecionado para o contato inicial com os dirigentes municipais e estaduais, com vistas à apresentação do trabalho a ser realizado. Identificação de Organizações não governamentais – ONGs, Fundações e outras, que desenvolvem Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos.
2. Visita aos Órgãos ou Instituições governamentais e não governamentais aos quais os Programas estão vinculados para os contatos iniciais.
3. Mapeamento e seleção dos Programas existentes no Município, que serão alvo da pesquisa, observando a que Órgão ou Instituição estão vinculados.
4. Visita às Instituições onde estão implantados os Programas contemplados pela pesquisa, para as observações preliminares.
5. Elaboração, validação e reajustes dos instrumentos de coleta de dados, considerando a clientela a que se destinam: alunos, professores-alfabetizadores,

coordenadores e outras autoridades com experiência em Educação de Jovens e adultos, especialmente, em Alfabetização.

6. Aplicação dos instrumentos de coleta – entrevistas com alunos e professores dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, bem como especialistas e autoridades.
7. Elaboração de relatórios parciais, que servirão como subsídios para a análise dos resultados no final do estudo.
8. Sistematização dos dados coletados na Pesquisa de Campo.
9. Análise e Interpretação dos resultados.
10. Validação dos resultados junto aos responsáveis pelos Programas.
11. Reajustes necessários dos resultados.
12. Discussão dos resultados e conclusão, respondendo às Questões de Pesquisa.
13. Elaboração da Tese, integrada pela revisão da literatura, contexto teórico, metodologia, resultados e recomendações para a pesquisa, a prática educacional, a formulação de políticas educacionais pertinentes, com os apêndices adicionados.
14. Apresentação e Defesa da Tese.

A Figura nº 2 ilustra a seqüência dos passos para a realização do estudo:

Figura 2 - Delineamento do Estudo



Fonte: a Autora (2013).

3.4 ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DO ESTUDO

A elaboração dos instrumentos de coleta de dados emerge das questões norteadoras do estudo e das questões decorrentes, conforme o esquema apresentado no Quadro nº 33:

Quadro 33 - Desdobramento das Questões do Estudo em Questões Decorrentes

Questões do Estudo	Indagações Decorrentes
<p>1. Os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvidos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, têm um real significado na vida pessoal e social dos maiores de 15 anos que não dominam plenamente as habilidades da leitura e da escrita?</p>	<p>1.1 Que mudanças ocorrem quando jovens e adultos não alfabetizados se alfabetizam?</p>
	<p>1.2 Para a sociedade, a Alfabetização de Jovens e Adultos ocupa espaço idêntico ao ocupado por outras modalidades de ensino, em termos de valorização?</p>
	<p>1.3 Os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos incluem em suas práticas o desenvolvimento de competências relativas ao mundo do trabalho e/ou iniciação profissional?</p>
	<p>1.4 Existe preocupação na Educação de Jovens e Adultos, especialmente na Alfabetização, referente ao avanço científico e tecnológico, que exige pessoas mais preparadas para o Mundo do Trabalho?</p>
	<p>1.5 O conteúdo desenvolvido nas práticas de Alfabetização de Jovens e Adultos está relacionado ao cotidiano desses alunos?</p>
	<p>1.6 Os alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos fazem uso das habilidades adquiridas em seu cotidiano?</p>
	<p>1.7 Até que ponto são observadas melhorias nos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos em termos de autoestima?</p>
	<p>1.8 Os jovens e adultos dos Programas de Alfabetização se sentem incluídos nos grupos sociais dos quais fazem parte?</p>
	<p>1.9 Até que ponto os alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos têm noções de seus Direitos e Deveres?</p>
	<p>1.10 Até que ponto os alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos têm Noções de Cidadania ?</p>
	<p>1.11 Os alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos apresentam melhorias nas questões relativas à saúde?</p>

	<p>1.12 Os alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos são beneficiados pelos Programas Sociais oferecidos pelos governos?</p>
<p>2. Até que ponto a participação nos Programas oferecidos pelos Órgãos Governamentais e Não Governamentais é suficiente para inserir, realmente, esse contingente no contexto sociopolítico?</p>	<p>2.1 Quais são as alternativas mais viáveis para a continuidade de estudos dos jovens e adultos, dos Programas de Alfabetização?</p> <p>2.2 Os alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos leem ou escrevem palavras ou frases, independente do que aprendem no Programa? (analfabetismo funcional)</p> <p>2.3 Quais são as oportunidades de inclusão social disponíveis aos jovens e adultos não alfabetizados, que vivem em uma sociedade letrada?</p> <p>2.4 O Educador que atua nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, em termos de formação específica, foi ou está sendo preparado:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) para alfabetizar jovens e adultos? b) para utilizar de métodos técnicas e procedimentos de ensino e avaliação compatíveis com o alunado? c) para desenvolver práticas pedagógicas exequíveis para um trabalho desse porte? <p>2.5 As Políticas Públicas que estão sendo formuladas para equacionar ou minimizar a questão da desigualdade social consideram interesses e necessidades dos alunos que participam dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos?</p> <p>2.6 Existe preocupação, nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos com a valorização da identidade cultural desses alunos?</p> <p>2.7 Existe preocupação, nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, com a ocupação do tempo livre desses alunos?</p>
<p>3. Os alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos têm condições efetivas para o prosseguimento de estudos?</p>	<p>3.1 Os alunos, que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, tiveram a oportunidade de frequentar a escola formal na idade própria?</p> <p>3.2 Existe dificuldade de inclusão dos concluintes dos Programas de Alfabetização em Programas da Educação de Jovens e Adultos para a continuidade de estudos?</p> <p>3.3 Qual a situação dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos com referência a estudo trabalho e emprego?</p> <p>3.4 Qual a situação dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos com referência à ocupação de espaços no mercado de trabalho?</p>

	<p>3.5 Existem mecanismos facilitadores para que os alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos tenham as condições mínimas de trabalhar e estudar?</p> <p>3.6 Os jovens e adultos alfabetizados pelo processo tradicional apresentam dificuldades ao enfrentarem as exigências do Mundo Digital?</p> <p>3.7 Por que os sucessivos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos não têm sido bem sucedidos?</p> <p>3.8 Até que ponto a legislação vigente atende aos interesses e necessidades dos jovens e adultos envolvidos nos Programas de Alfabetização.</p>
--	--

Fonte: a Autora (2013).

Preliminarmente, são realizados os seguintes procedimentos: análise documental, para levantar informações sobre os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos na Cidade do Rio de Janeiro, ou seja, descrição das principais características dos alunos, professores-alfabetizadores, educadores e coordenadores; localização das salas de aula; identificação dos procedimentos e recursos didáticos empregados, bem como outros dados significativos para melhor entendimento do contexto da pesquisa.

Na etapa mais substancial do estudo, no sentido de encontrar respostas às questões de pesquisa e às questões decorrentes são utilizadas as seguintes técnicas e instrumentos:

- Checklist: instrumento cuja utilização teve como objetivo levantar os aspectos mais relevantes do desenvolvimento da pesquisa, o que permitiu captar a intensidade, a frequência e a qualidade de cada um desses componentes (Apêndice D).

No caso específico do presente estudo, a Checklist foi utilizada como lista de verificação dos procedimentos que antecederam à coleta de dados junto à população-alvo. Assim, foi considerada um importante auxiliar no controle e no desenvolvimento das tarefas, no que se referiu, por exemplo: (1) Às visitas às Secretarias Municipal e Estadual de Educação para apresentar o trabalho e viabilizar a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, por meio de autorização, para a realização da pesquisa. (2) À participação de reunião prevista entre a Coordenação dos Programas de Alfabetização e seus professores; (3) À visita às escolas da rede particular de

Ensino, que desenvolviam Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos para apresentar o trabalho e viabilizar a aplicação dos instrumentos de coleta de dados aos Alunos e Professores dos Programas; (4) À seleção dos Programas a serem visitados nas listagens recebidas por ocasião das visitas às Secretarias; (5) À elaboração de cronograma de visitas aos Programas; (6) Ao agendamento das visitas para a coleta de dados, junto aos alunos e professores dos Programas selecionados; (7) À realização das visitas aos Programas; (8) Aos contatos com autoridades e especialistas para solicitar sua colaboração ao estudo por meio de entrevista semi-estruturada; (9) À realização de visita a autoridades e especialistas para gravar a entrevista ou envio do roteiro para obtenção das respostas por escrito; (10) À transcrição das entrevistas gravadas; (11) À conferência dos documentos preenchidos e; (12) À organização dos instrumentos preenchidos, de acordo com critérios adotados.

A Entrevista Semi-estruturada consiste no emprego de técnica de coleta de dados e informações, em contato direto com os atores envolvidos nos Programas e com informantes-chave, como Secretários de Educação e Especialistas responsáveis pela Alfabetização de Jovens e Adultos, em nível municipal ou estadual. Ela possibilitou conhecer aspectos que não são diretamente observáveis, tais como sentimentos, impressões e intenções, e também detectar as perspectivas dos entrevistados em relação ao foco do estudo.

A entrevista semi-estruturada obedeceu, no presente estudo, a um roteiro pré-estabelecido, o que não impediu, entretanto, que, no seu desenvolvimento, outras perguntas fossem agregadas, para enriquecer e ampliar a abordagem.

Para a utilização da entrevista semi-estruturada, junto a alunos e professores dos Programas de Alfabetização, esta pesquisadora obedeceu a um roteiro elaborado para ser respondido pelos componentes de cada grupo – alunos, professores, autoridades (APÊNDICES A, B e C). A entrevista continha os itens para serem preenchidos ou respondidos oralmente. Embora houvesse relativa flexibilidade, seguiu-se a ordem prevista e, sempre que necessário, os itens foram desdobrados em novas perguntas no decorrer da entrevista.

É importante informar que as entrevistas com os alunos foram realizadas nos locais onde os Programas eram desenvolvidos e foram todas feitas por esta

Pesquisadora, que preencheu os instrumentos à medida que os alunos os respondiam. Este procedimento, nesse caso, foi o mais plausível, pois os alunos respondentes ainda não tinham pleno domínio da leitura e da escrita. Na tentativa de minimizar dificuldades e constrangimentos, evitou-se a utilização do gravador. As respostas e os comentários dos alunos entrevistados foram registrados por escrito.

Os professores, em grande maioria, optaram por preencher eles próprios os itens da entrevista, nos locais onde os Programas eram desenvolvidos. Houve alguns questionamentos por parte dos professores quanto à utilização das respostas dadas e a demonstração de certo descrédito nos estudos e pesquisas realizadas, uma vez que, quase sempre, não tomam conhecimento dos resultados e, quando isso ocorre, os resultados que chegam até eles nem sempre são apresentados de forma compreensível.

As autoridades e especialistas optaram, em sua maioria, pelo envio do instrumento elaborado, a fim de preenchê-lo. Os que optaram pela entrevista presencial, em seus locais de trabalho, tiveram suas respostas gravadas com seu consentimento e transcritas para análise posterior.

As principais vantagens obtidas com o emprego das entrevistas semi-estruturadas residem na possibilidade de acesso à informação, além do que se previu, no esclarecimento de aspectos que não estavam suficientemente compreensíveis, especialmente no caso dos alunos e no levantamento de outros dados e informações para o aprofundamento da investigação (BONI; QUARESMA, 2007).

- As Medidas não Obstaculizantes se constituem em técnica de coletar dados de forma assistemática, ou seja, independente da utilização dos procedimentos anteriormente mencionados. Elas buscam a manifestação espontânea de sinais significativos que expressam o que se procura conhecer e complementam outras técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa.

São assim chamadas porque não bloqueiam a expressão livre de opiniões e percepções transmitidas pelas pessoas. A coleta de dados é feita em clima natural e desinibidor. Trata-se de uma técnica que permite obter informações sem que haja interferência direta do pesquisador que observa, ouve e procura os sinais, as marcas,

os gestos espontâneos, a fala livre, sem a provocação de perguntas ou estímulos. (PENNA FIRME; TUIBOY; STONE, 2007).

Essa técnica foi utilizada ao longo do processo de coleta de dados e, a partir de seu emprego, foi possível a esta Pesquisadora registrar determinadas falas dos respondentes, para posteriormente analisá-las, sem perder de vista o contexto em que foram pronunciadas.

A Observação é uma técnica de importância relevante na etapa de coleta de dados. Por ela, é possível captar expressões, gestos, emprego de determinadas palavras e reações perante situações, que são fatores vitais para o enriquecimento do estudo (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004). Ela ocorre em situação de pesquisa onde observador e observado encontram-se face a face, e onde o processo de coleta de dados se realiza no próprio ambiente natural de vida dos observados, que passam a ser vistos não mais como objetos da pesquisa, mas como sujeitos que interagem em dado projeto de estudos (SERVA JÚNIOR; JAIME JUNIOR, 1995).

No presente estudo, onde se busca colher opiniões, conhecer mudanças de comportamento, de atitudes, de crenças e valores, as melhores fontes de informação foram as pessoas que o integravam. A técnica de observação acompanhou o processo de coleta de dados. Observar essas pessoas – alunos e professores - ao longo desta etapa, ampliou as informações coletadas e, conseqüentemente, enriqueceu os resultados obtidos. O emprego das técnicas Medidas não Obstaculizantes e Observação exigiu do Pesquisador sensibilidade e domínio de seus procedimentos. Elas se fazem presentes, lado a lado, com outras técnicas, para fornecer informações valiosas a respeito do objeto do estudo.

Em síntese, os instrumentos utilizados no desenvolvimento das técnicas aqui empregadas foram construídos à luz das questões do estudo e das questões decorrentes, (Apêndices A, B e C) e foram posteriormente validados. O objetivo principal dessa sistemática foi o de obter uma ampla gama de informações que possibilitasse diagnosticar o verdadeiro momento vivido pelos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, na Cidade do Rio de Janeiro, evidenciando-se os sucessos e as dificuldades na sua execução.

4. RESULTADOS

Neste capítulo foram analisados os resultados à luz das questões de estudo, indagações decorrentes e, conseqüentemente, formuladas as conclusões e recomendações.

Com os resultados registrados nesse estudo pode-se clarificar o quanto é importante colher dados significativos sobre os principais atores que interagem nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos – alunos e professores – como também especialistas e autoridades que, direta ou indiretamente, exerceram influências por meio de ações e decisões que trouxeram alterações significativas na vida dos alunos e professores dos Programas de Alfabetização.

As respostas e as falas desses personagens, de relevância nos Programas, contêm informações preciosas para melhor conhecimento, interpretação e reinterpretação da realidade dos referidos Programas. Ao longo do registro dos resultados, percebeu-se o significado da articulação dos seus personagens para que qualquer Programa alcance seu grande propósito: alfabetizar no código da linguagem falada e escrita, como, também, habilitar seus integrantes para a indispensável leitura do Mundo.

Quanto mais próximos e integrados estiverem esses personagens, mais possibilidade existirá para essa integração estender-se e verificar-se também em outros grupos sociais nos quais os alunos participem.

O processo de inclusão social desses alunos tem visibilidade à luz das informações contidas em suas respostas. Por sua vez, a autoestima, o nível de satisfação e a valorização dos professores que atuam nas classes de Alfabetização de Jovens e Adultos, também estão transparentes no registro dos resultados, a partir das respostas dadas. Finalmente, o nível de conhecimento e de comprometimento das autoridades e dos especialistas ouvidos neste estudo está expresso no registro dos resultados.

Em síntese, a afirmativa inicial da importância do registro dos resultados fica, dessa forma, justificada.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS – ALUNOS

Ao proceder-se à análise dos dados coletados em pesquisa realizada com alunos, professores e dirigentes dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, na Cidade do Rio de Janeiro, Brasil, tinha-se como objetivo desvelar-se o real significado dos referidos Programas na vida dos alunos, ou seja, quem são eles, de onde vêm, como vivem, quais são suas dificuldades, seus anseios e seu interesse na continuidade de estudos, entre outras informações. Para tal, efetuou-se a análise dos dados coletados por meio de um recorte, envolvendo 12 alunos do Programa Brasil Alfabetizado - PBA, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, em ação conjunta com o Ministério de Educação – MEC e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC; 24 alunos do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – PEJA-1, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro – SME/PCRJ e 18 alunos de Programas desenvolvidos por colégios da Rede de Ensino Particular da cidade do Rio de Janeiro, nos quais foi aplicado o instrumento de pesquisa, elaborado para este estudo. Ao longo da aplicação do instrumento, foram feitas observações assistemáticas e anotações de frases ditas pelos alunos ao responderem às questões, a fim de ilustrar a presente análise. Para ampliar o entendimento da Educação de Jovens e Adultos, - Alfabetização, alvo deste estudo, enfatiza-se que:

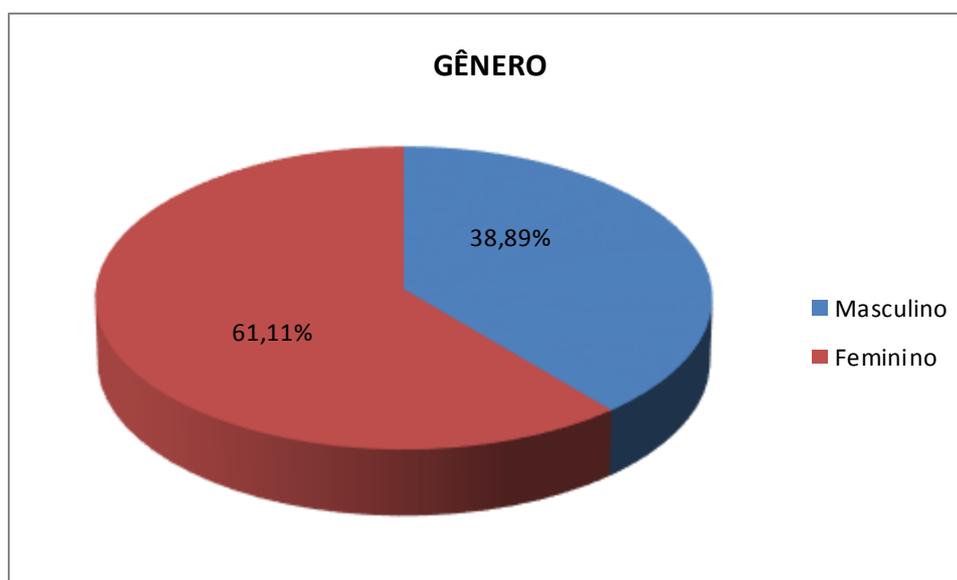
A Educação de Jovens e Adultos [incluindo-se a alfabetização] é o espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens e adultos como sujeitos da história. Negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; homens, mulheres; jovens, adultos, idosos; [...] trabalhadores ou desempregados – de diferentes classes sociais; origem urbana ou rural; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; [...] todas elas instituem distintas formas de ser brasileiros... (BRASIL, 2008, Item 4).

4.1.1 Distribuição dos Alunos quanto ao Gênero

Quanto ao gênero, essa amostra que envolveu, ao todo, 54 respondentes, 38,59%, ou seja, 21 alunos são do sexo masculino e 61,11%, 33 são do sexo feminino, revelando a predominância do segundo. (Gráfico 1) Observe-se que as relações de gênero no país têm sofrido mudanças consideráveis nas últimas décadas e as mulheres avançaram em direitos nos muitos aspectos da vida cotidiana – trabalho, educação, saúde, moradia, segurança – em particular, com estratégias de

sobrevivência ao machismo [...] Nas gerações mais novas a tendência tem sido inversa, observando-se um número superior de mulheres que têm acesso à educação em relação aos homens. (BRASIL, 2008, Item 16).

Gráfico 1 – Distribuição dos Alunos quanto à Faixa Etária



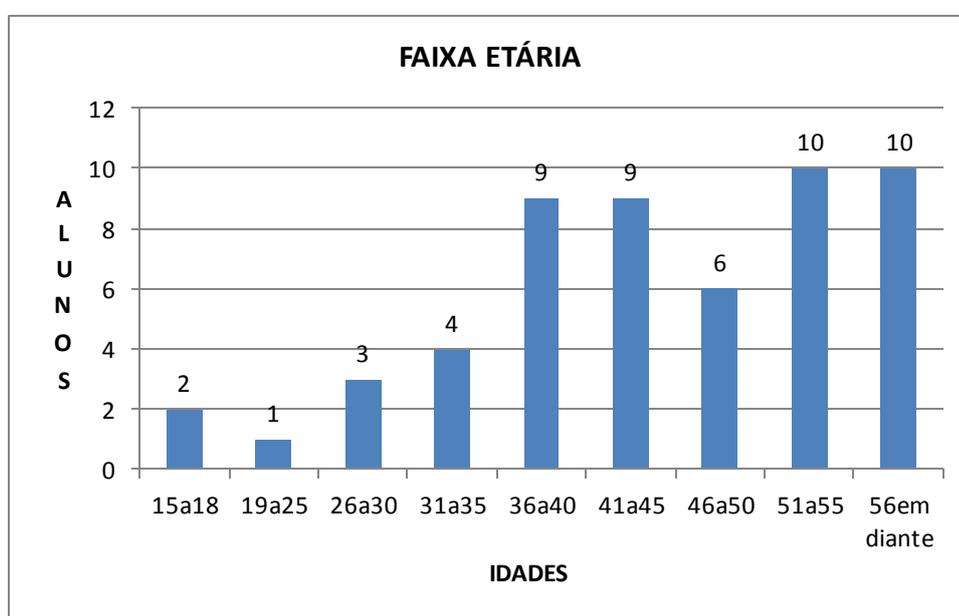
Fonte: a Autora (2013).

Quanto à faixa etária, o grupo pesquisado se apresenta desta forma (Gráfico 2): dois respondentes, 3,70%, situam-se na faixa de 15 a 18 anos; um respondente, 1,85%, encontra-se na faixa de 19 a 25 anos; três respondentes, ou seja, 5,56% estão na faixa de 26 a 30 anos; quatro respondentes, 7,41%, situam-se na faixa de 31 a 35 anos; nove respondentes, o correspondente a 16,67%, têm entre 36 e 40 anos; na mesma proporção, nove respondentes têm entre 41 e 45 anos; seis respondentes, 11,11%, encontram-se na faixa de 46 a 50 anos; 10 respondentes, o equivalente a 18,52%, situam-se na faixa de 51 a 55 anos; e, na mesma proporção, 10 respondentes têm idade superior a 56 anos. Constata-se que a maioria dos respondentes (44 alunos, que correspondem a 81,84%) tem idade igual ou superior a 36 anos, o que pode ser entendido, por um lado, como a necessidade de busca pela competência na leitura e escrita, face às exigências impostas pela sociedade e, por outro lado, à falha no sistema regular de educação básica, que não propiciou suficientemente o ingresso ou a permanência do aluno na escola regular na idade apropriada ou, ainda, deixou de

oferecer uma aprendizagem substancial e sustentável e um relacionamento pessoal estimulante. A falta de apoio familiar e situação econômica que ao forçarem o trabalho precoce, podem também ter provocado esse fenômeno, bem como outros fatores.

A Agência Brasil divulgou informações dadas pelo então Ministro da Educação do Brasil, Fernando Haddad, que nas áreas urbanas brasileiras a taxa de analfabetismo, na faixa etária de 15 a 49 anos, é inferior a 4%. Essas informações tiveram como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNAD/IBGE/2009. (BRASIL, 2010b).

Gráfico 2 – Faixa Etária



Fonte: a Autora (2013).

Os alunos que participaram do presente estudo vivem na área urbana da cidade do Rio de Janeiro e apresentam características pessoais e sociais diferentes daqueles que vivem na área rural. Estes alunos têm em média 45 anos, aproximadamente. Contudo, vale registrar que, conforme o Documento Base Nacional – item 13:

Idosos começam a representar um número bastante significativo da população brasileira e tenderão a representar cada dia mais, face ao aumento da expectativa de vida [...] e ao envelhecimento considerável de um significativo

contingente da população [...] A existência de idosos que não se escolarizaram, ou nem se alfabetizaram, ainda responde por grande parte do contingente não alfabetizado [...] A concepção do aprender por toda vida exige repensar políticas que valorizem saberes da experiência, dos que [...] podem continuar contribuindo com a produção cultural, material e imaterial da nação brasileira, com dignidade e autonomia, mudando-se a tendência histórica de relegá-los ao ócio e a atividades pouco criativas (BRASIL, 2008, Item 13).

As falas a seguir evidenciam a necessidade de uma atenção especial aos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos com 60 anos ou mais:

Sou aposentada e ganho muito pouco, se aparecer algum serviço que eu possa fazer eu quero... (IS)

Minha aposentadoria é baixa. Minha filha me ajuda bastante. Preciso comprar remédios e os remédios são muito caros. E, assim vou vivendo. O Programa tem me ajudado a entender as coisas... (IS)

Tenho uma vida mais ou menos porque conto com a minha filha. Minha aposentadoria não dá. Mesmo assim eu não reclamo. Gosto da escola, gosto da minha professora, ela quer bem a gente e aqui eu também me divirto com os colegas... (IS)

Ao observarem-se as expectativas dos respondentes com idade mais avançada, percebe-se alguma incerteza quanto aos eventuais benefícios advindos da alfabetização. Contudo, há expectativa de abertura para novas alternativas de trabalho uma vez que os proventos oriundos das aposentadorias não correspondem às necessidades básicas dos respondentes – alimentação, moradia, assistência médica e lazer –, e observa-se, também, que os Programas de Alfabetização propiciam a seus alunos condições para um melhor entendimento do mundo, valorização pessoal e, inclusive, entretenimento.

Vale, também, considerar que, dada à complexidade que permeia o tema Educação de Jovens e Adultos, aí incluída a Alfabetização:

O tema “Educação de Jovens e Adultos” [incluindo-se a Alfabetização] não nos remete apenas a uma questão de especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade cultural. Assim, apesar do recorte por idade (jovens e adultos são, basicamente, não-crianças), esse território da educação não diz respeito a reflexões e ações educativas dirigidas a qualquer jovem e adulto, mas delimita um

determinado grupo de pessoas relativamente homogêneo no interior da diversidade de grupos da sociedade contemporânea (OLIVEIRA, 1999, p. 59).

Assim sendo, uma das grandes preocupações e desafios do poder público, nas três esferas governamentais – municipal, estadual e federal – deve ser a inclusão social deste grupo, minimizando, assim, o número de jovens e adultos analfabetos, estando eles em idade economicamente ativa ou não.

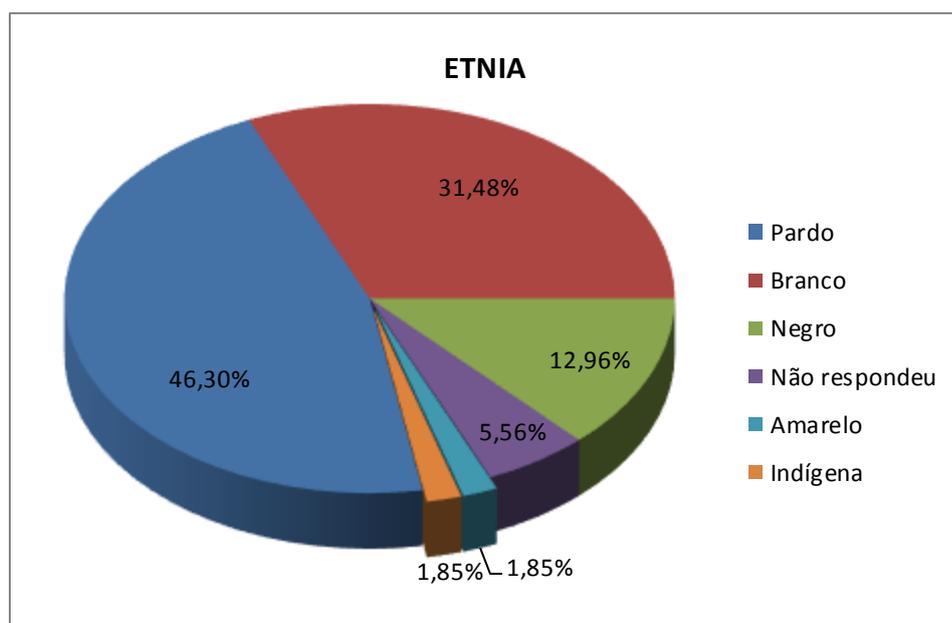
4.1.2 Distribuição dos Alunos quanto à Etnia

Na abordagem relativa à etnia (Gráfico 3), o grupo em estudo assim se apresenta: 25 alunos, o equivalente a 46,30%, se identificaram como pardos; 31,48%, 17 alunos, se identificaram como brancos; sete alunos, o que equivale a 13,46%, se identificaram como negros; 1,85%, um aluno, se identificou como amarelo; na mesma proporção, um aluno se identificou como indígena; e três alunos, 5,56%, não se identificaram quanto à etnia.

Há no grupo predominância de alunos que se identificam como pardos. Isto pode ser justificado pela formação do povo brasileiro e a miscigenação de diferentes etnias.

Encarar na Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização – a diversidade como substantiva na constituição histórico-social-cultural e étnico-racial brasileira exige superar como únicos ou superiores o padrão físico, a mentalidade, a visão de mundo, a ética de raiz europeia, branca, que têm favorecido grupos sociais, privilegiando-os tanto economicamente como nas possibilidades de influir nas decisões políticas sobre os rumos da sociedade. Exige superar preconceitos que reforçam as desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Exige reeducar as relações étnico-raciais tal como prevê a atual legislação (BRASIL, 2008, Item 15).

Gráfico 3 – Etnia



Fonte: a Autora (2013).

4.1.3 Distribuição dos Alunos quanto à Moradia

Com relação à moradia dos alunos, considerando-se a localização dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos pesquisados neste estudo, 87,04%, isto é, 47 alunos, estudam perto de suas moradias, ou seja, a uma distância menor que 10km); três alunos, 5,56% estudam a uma distância entre 10 e 15km de suas moradias; e quatro alunos, o que corresponde a 7,41% do total, estudam longe de suas moradias, a uma distância maior que 15km.

Vale registrar que a proximidade entre a residência do aluno e o Programa facilita seu acesso e permanência no mesmo. A qualidade do Programa, contudo, influencia positivamente para os que moram mais longe se disponibilizem a frequentá-lo.

4.1.4 Distribuição dos Alunos quanto à Naturalidade

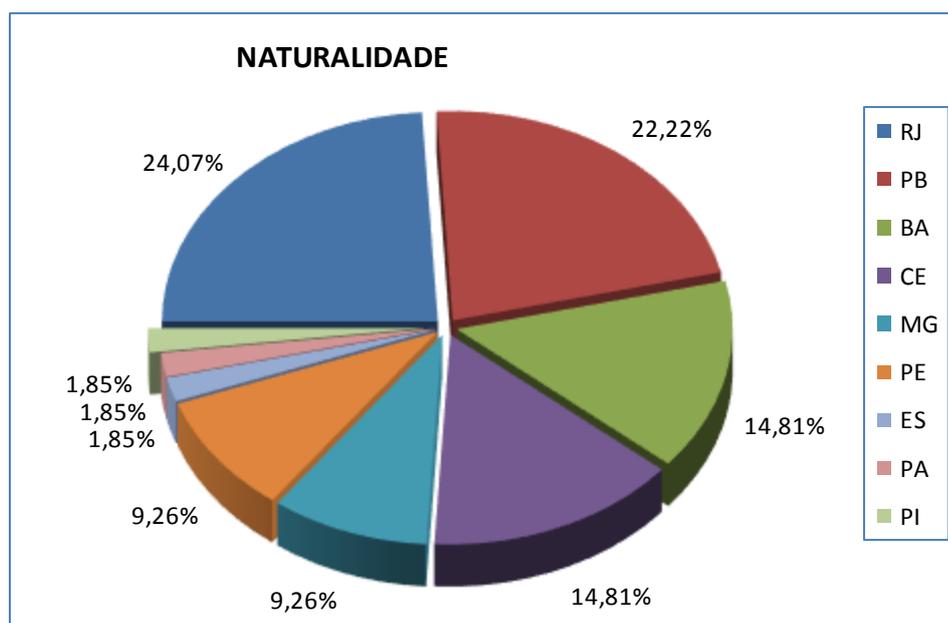
Os alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos alvos deste estudo têm a seguinte procedência quanto à naturalidade: 13 alunos, ou seja, 24,07% nasceram no estado do Rio de Janeiro; 12 alunos, isto é, 22,22%, são originários do

estado da Paraíba; oito alunos, o equivalente a 14,81%, são procedentes do estado do Ceará e, mesma proporção, oito alunos, são procedentes do estado da Bahia; cinco alunos, o que corresponde a 9,26%, vieram do estado de Minas Gerais; e, igualmente cinco alunos vieram do estado de Pernambuco; um aluno, ou seja, 1,85%, é originário do estado do Pará e, na mesma proporção, um aluno, é originário do estado do Espírito Santo e também um aluno é originário do estado do Piauí. (Gráfico 4).

Excetuando-se os 19 alunos que nasceram nos estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, 35 alunos, o que equivale a 64,81%, são procedentes das Regiões Norte e Nordeste, onde o analfabetismo aparece em maior escala em termos de Brasil.

Destaca-se que os alunos componentes das turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos são, geralmente, migrantes oriundos de bairros mais distantes da cidade do Rio de Janeiro, ou mesmo de outros estados brasileiros, provenientes de áreas onde a pobreza se faz mais presente, filhos de famílias de baixa renda, com breve passagem pela escola regular ou sem esta oportunidade, trabalhando no grande centro urbano em ocupações semi-qualificadas ou não-qualificadas, que buscam o estudo, tardiamente, para atender às exigências que o contexto social lhes impõe (OLIVEIRA, 1999).

Gráfico 4 – Naturalidade



Fonte: a Autora (2013).

4.1.5 Distribuição dos Alunos quanto à Religião

Registra-se a predominância da religião católica, pois 77,78%, o que corresponde a 42 alunos, informaram ser católicos, seguida pela religião evangélica, 16,67%, representada por nove alunos, que assim se identificaram; a umbanda, nesse grupo, foi representada por dois alunos, 3,70% do total. Um aluno, 1,85%, não declarou sua religião. As demais manifestações religiosas não se fizeram presentes nas respostas dos alunos.

Quanto à prática religiosa, os resultados obtidos no presente estudo se assemelham aos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2000). Nessa pesquisa realizada pelo IBGE, a religião predominante também foi a católica, que é superior em número de adeptos em todo território brasileiro, seguida com maior frequência pela religião evangélica, que ocupa o segundo lugar em termos de Brasil.

A Tabela 1 apresenta a Variação dos Grupos Religiosos (segundo dados do IBGE, de 1980, 1991 e 2000 em Porcentagem da População Brasileira).

Tabela 1 - Variação dos Grupos Religiosos

Religião	1980	1991	2000
Catolicismo	89,2	83,3	73,8
Protestantismo	6,6	9,0	15,4
Sem religião	1,6	4,8	7,4
Espiritismo	0,7	1,1	1,3
Religiões afro-brasileiras	0,6	0,4	0,3
Outras religiões	1,3	1,4	1,8

Fonte: Recenseamentos demográficos do IBGE de 1980, 1991, 2000 (IBGE, 2000).

A religiosidade dos alunos participantes deste estudo fez com que, possivelmente, esses Jovens e Adultos desenvolvessem atitudes e valores que os levassem a encontrar, no seu próprio nível socioeconômico a felicidade, como que se pode observar nas seguintes afirmativas:

Estou muito feliz, graças a Deus, estudando. Espero melhorar minha vida. Para conseguir emprego tenho que fazer o curso. (WS)

Graças a Deus estou satisfeito. Quero sempre estudar, e vou dar continuidade. (BS)

Eu aprendi muita coisa nesse colégio com as professoras; uma das coisas que eu aprendi mesmo é o dom do perdão. A coordenadora, a professora, tudo aqui é ótimo.

A professora me deu boas lições. Agradeço muito a Deus por isso. (CIS)

Não posso reclamar da sorte que Deus está me dando por estudar aqui. (VTS)

4.1.6 Distribuição dos Alunos quanto ao Estado Civil

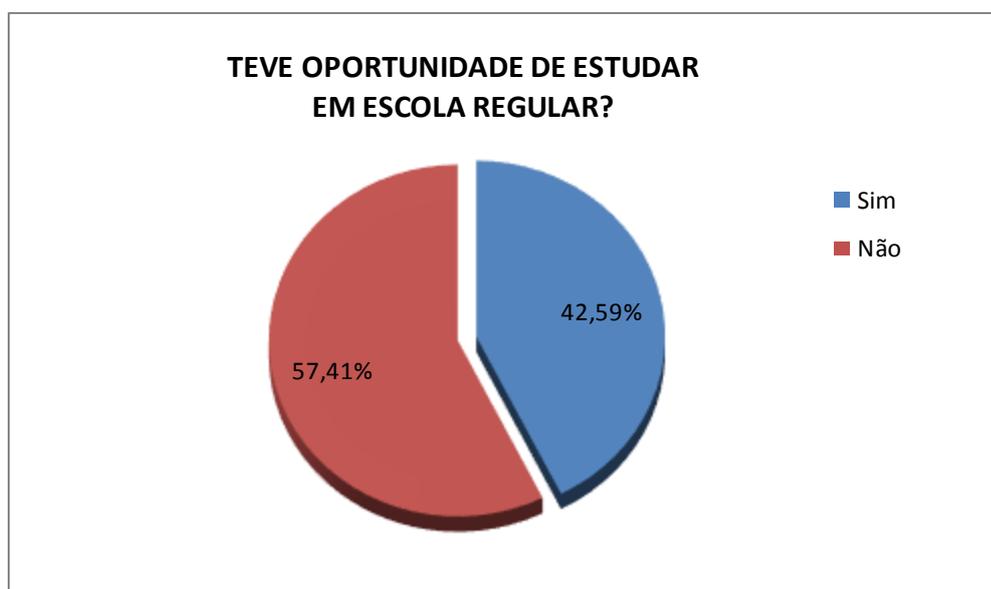
Quanto ao estado civil, o grupo de alunos em estudo compõe-se da seguinte forma: 18 respondentes, 33,33%, são solteiros; 29,63%, 16 respondentes são casados; 20,37%, ou seja, 11 respondentes vivem com companheiros; dois alunos, o equivalente a 3,70%, são viúvos; três alunos, isto é, 5,56%, são divorciados e quatro alunos, o correspondente a 7,41%, informaram que são separados.

No grupo analisado não existe relação entre o estado civil e maternidade ou paternidade, pois 76,92% dos respondentes, ou seja, 40 alunos declararam ter filhos.

4.1.7 Situação dos Alunos quanto à Oportunidade de Estudar em Escola Regular na idade própria

Com relação à oportunidade de estudos na escola regular na idade própria, 42,59%, ou seja, 23 alunos informaram que tiveram essa oportunidade e 57,41%, o equivalente a 31 alunos não a tiveram (Gráfico 5). Pode-se observar que a frequência à escola regular não garantiu aos entrevistados a aprendizagem significativa da leitura e da escrita.

Gráfico 5 – Teve Oportunidade de Estudar em Escola Regular?



Fonte: a Autora (2013).

Existe, lamentavelmente, um contingente expressivo de jovens e adultos, 31 alunos, que não dominam as habilidades de leitura e da escrita e que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola regular na idade própria. Alguns fatores, tais como: postura da família quanto à importância do estudo; necessidade de trabalhar precocemente; desestruturação familiar, entre outros, fizeram com que essas pessoas não se alfabetizassem na idade própria. As falas dos respondentes reforçam esta afirmativa:

Eu morava na roça e a preferência para o estudo era para os homens. (MASS)

Comecei a trabalhar com nove anos pintando automóveis; não tinha tempo para estudar; não podia ir à escola. (ACB)

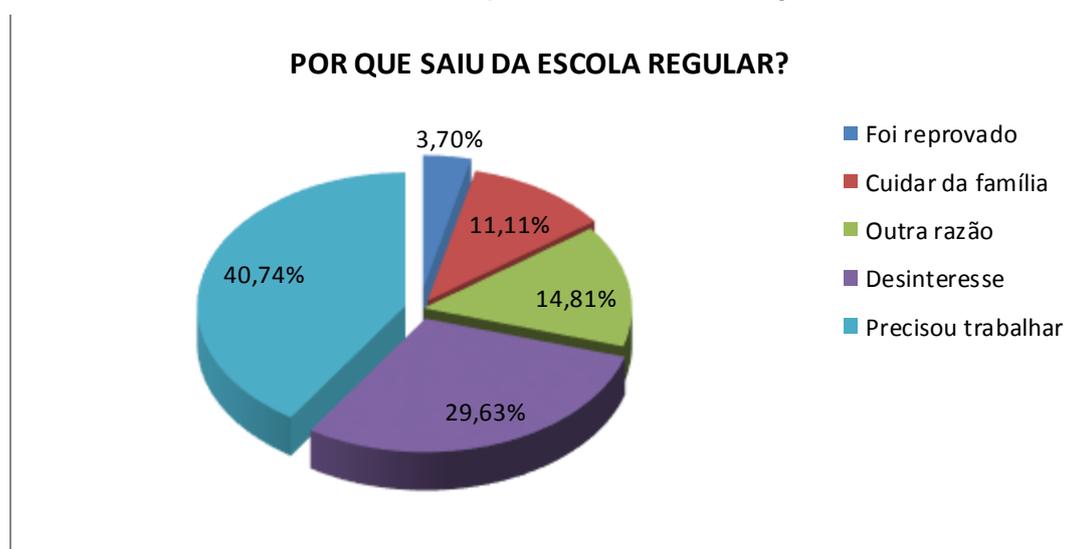
*Os pais não gostavam de pôr as filhas na escola, lugar de mulher é na cozinha!
Os filhos homens ainda vai.. (MGS)*

Comecei a trabalhar criança. O trabalho puxado não deixava eu estudar... (CN)

Os 23 alunos que tiveram a oportunidade de estudar em escola regular na idade própria, assim se apresentam quanto ao tempo de permanência na escola: 21,74%, ou seja, cinco alunos frequentaram a escola regular por menos de um ano; 17,39%, quatro alunos, a frequentaram por um ano; 26,09%, seis alunos, permaneceram na escola dois anos e 34,78%, oito alunos, frequentaram a escola por mais de dois anos.

Dentre os 23 alunos que tiveram oportunidade de frequentar a escola regular na idade própria (Gráfico 6), 11 alunos, o correspondente a 40,74%, declararam ter saído da escola porque precisaram trabalhar; oito alunos, 29,63%, saíram porque ficaram desinteressados do que lhes estava sendo ensinado na escola; três alunos, 11,11%, saíram da escola para cuidar da família; um aluno, o correspondente a 3,70%, informou que saiu da escola por ter sido reprovado; e quatro alunos, 14,81%, saíram da escola por motivos variados: mudança de residência, problemas de visão e para jogar futebol.

Gráfico 6 – Por que saiu da Escola Regular?



Fonte: a Autora (2013).

Dos 23 alunos que tiveram possibilidade de frequentar escola regular, 43,48%, ou seja, 10 alunos informaram que ao sair da escola regular tinham noções de leitura e escrita, e 56,52%, isto é, 13 alunos, informaram o contrário. (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Quando Saiu da Escola formal



Fonte: a Autora (2013).

Pode-se perceber que a escola regular precisa, urgentemente, rever sua estrutura para que os alunos que nela conseguem se inserir não saiam pelas razões anteriormente elencadas, sem o domínio da leitura e da escrita, que se constituem no passo inicial da cidadania consciente, e pelas razões explicitadas por Balbino (2010).

Crianças e adolescentes fora da escola, como mostram dados, criam um espaço perigoso para o surgimento de graves problemas sociais como: ociosidade, desestruturação familiar, envolvimento com drogas, bebidas, pequenos delitos, prostituição e pedofilia, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.

A fala dos respondentes retrata a situação dos alunos que saíram da escola precocemente:

A professora disse que não dava mais para estudar com a minha idade: 15 anos. (WS)

Tive que sair da escola para cuidar dos meus irmãos menores. Meu pai morreu e minha mãe precisou sair de casa para trabalhar. (RA)

Tive filho muito nova. Criei até nove meses e depois dei para uma amiga criar... Não pude estudar... (MGDS)

Saí da escola para trabalhar. O trabalho era pesado. Eu ficava cansada, isso não deixava eu estudar. (LD)

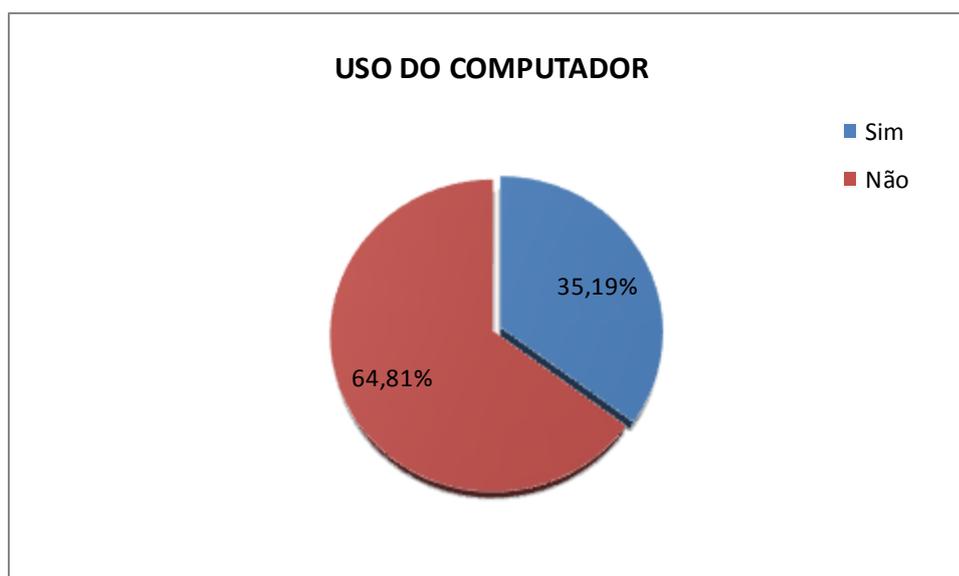
Só dava pintura e desenho. Não ensinava nada. Eu não gostava. (BLB)

Casei muito nova. Tive logo dois filhos e muito trabalho. No interior tudo é mais difícil... Como é que eu ia estudar? (ESP)

Tanto os 34 alunos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola regular na idade própria para serem alfabetizados, quanto os 21 alunos que tiveram essa oportunidade, mas que não lograram êxito, se deparam, hoje, com o contexto que a sociedade lhes impõe: voltar a estudar e buscar, com certa urgência, o domínio das habilidades da leitura e da escrita para se ajustarem a um mundo repleto de informações, que precisam ser decodificadas para as pessoas sobreviverem com dignidade.

4.1.8 Situação dos Respondentes quanto ao Analfabetismo Digital

Quanto ao analfabetismo digital, ao serem perguntados sobre a oportunidade de usarem o computador, 35,19%, 19 alunos, informaram ter vivido essa experiência, enquanto que 64,81%, 35 alunos, informaram nunca terem utilizado o computador (Gráfico 8).



Fonte: a Autora (2013).

Dentre os 19 alunos que viveram a experiência, 10 alunos, 52,63%, disseram que gostaram da experiência, porém conseguiram fazer pouca coisa; e, na mesma proporção, 10 alunos, afirmaram que gostariam de repetir a experiência; três deles, o que corresponde a 15,79%, disseram que não gostaram porque acharam a prática muito difícil; e, na mesma proporção, três alunos gostaram da prática e conseguiram fazer muita coisa.

Os alunos informaram perceber a presença do computador na vida do homem atual, pois 90,74%, 49 alunos, percebem essa presença e cinco alunos, 9,26%, não têm essa percepção. Do grupo pesquisado, 46 alunos, 85,19%, identificaram a utilização do computador em operações bancárias; 41 alunos, 75,93%, nos pagamentos com cartão de crédito e 48 alunos, 88,89%, nas eleições para os diversos cargos políticos; cinco alunos, 9,26%, identificaram a utilização do computador em outras situações: nos Cartórios e na busca de receitas culinárias e para estudar. A questão do domínio das habilidades do uso do computador e a ausência deste domínio é abordada por Demo (2005) referindo que:

O analfabetismo digital vai se tornando, possivelmente, o pior de todos. Enquanto outras alfabetizações são já mero pressuposto, a alfabetização digital significa habilidade imprescindível para ler a realidade e dela dar minimamente conta, para ganhar a vida e, acima

de tudo, ser alguma coisa na vida. Em especial, é fundamental que o incluído controle sua inclusão. (DEMO, 2005).

As falas dos respondentes expressam suas percepções quanto à necessidade e a importância do computador na vida do homem atual:

Os jovens têm que aprender [a mexer no] computador; tudo pede computador hoje em dia. (MGS)

Tem computador na minha casa, mas eu não uso porque não sei... Queria aprender. (HM)

Nunca tive oportunidade, mas tenho muita vontade de aprender [usar o computador]. (AM)

Eu quero mesmo é fazer um curso de informática. (MOM)

Eu acho que o Programa [de Alfabetização] devia dar aulas de computação. Fico tão curioso... Quem não quer saber disso hoje em dia? Pelo computador se fica sabendo de tudo. (AM)

4.1.9 Situação dos Respondentes quanto aos Benefícios dos Programas Sociais Oferecidos pelo Governo

Ao serem inquiridos se eram beneficiados pelos programas sociais oferecidos pelos governos (Quadro 34), as respostas repartiram-se igualmente: 27 alunos, o que corresponde a 50,00%, informaram que sim, e 27 alunos afirmaram o contrário. (Gráfico 9).

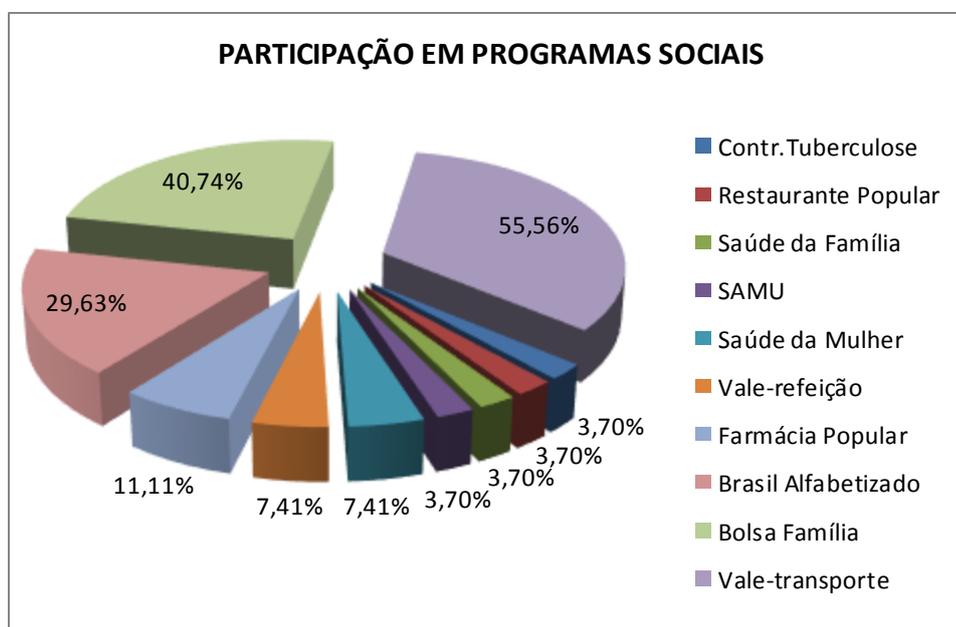
Gráfico 9 – É Beneficiado por algum Programa Social



Fonte: a Autora (2013).

Os 27 respondentes que se declararam contemplados pelos programas sociais oferecidos pelos governos, assim se distribuem: 15 respondentes, 55,56%, recebem Vale-Transporte; 11 respondentes, 40,74%, são contemplados com o Programa Bolsa-Família; oito respondentes, 29,63%, identificaram o Programa Brasil Alfabetizado como benefício; três respondentes, 11,11%, declararam ser beneficiados pelo Programa Farmácia Popular; dois respondentes, 7,41%, afirmaram receber benefícios do Programa Saúde Integral da Mulher e, na mesma proporção, dois respondentes informaram receber o benefício do Vale-Refeição; um respondente, 3,70%, declarou-se beneficiado pelo Programa Restaurante Popular e, também na mesma proporção, um respondente, declarou ser beneficiado por cada um dos programas a seguir: Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase; Saúde da Família e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU. Nenhum respondente informou receber benefícios dos outros programas sociais oferecidos pelos governos que lhes foram apresentados no instrumento da pesquisa (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Participação em Programas Sociais



Fonte: a Autora (2013).

Percebe-se que há necessidade de esclarecimentos para a distribuição dos benefícios oriundos dos programas sociais governamentais e divulgação do acesso a

esses programas para que seus benefícios tenham maior abrangência e alcancem os seus verdadeiros propósitos. Na presente pesquisa foram apontados pelos respondentes ao Programas: Programa Bolsa-Família; Brasil Alfabetizado; Farmácia Popular; Saúde Integral da Mulher; Vale-Refeição; Restaurante Popular; Programa Nacional de Controle da Tuberculose; Programa Nacional Eliminação da Hanseníase; Programa Saúde da Família e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Quadro 34 - Programas Sociais Oferecidos pelo Governo do Brasil apontados pelos alunos

Nº	Programa	Descrição Resumida	Características Principais	População Alvo	Observações
1	Brasil Alfabetizado	O MEC desenvolve desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade.	O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos.	Jovens e adultos, maiores de 15 anos que não tenham o domínio pleno das habilidades da leitura e da escrita.	Os professores das turmas do Programa Brasil Alfabetizado são denominados voluntários bolsistas e recebem uma bolsa que varia entre 250 a 500 reais, dependendo do tipo de turma que atuam e /ou da função que exerçam.

Fonte: a Autora (2011) adaptado do Portal MEC. (BRASIL, 2009).

Nº	Programa	Descrição Resumida	Características Principais	População Alvo	Observações
2	Bolsa Família	<p>Programa Social que tem como foco a transferência direta de renda, observando determinados condicionantes, às famílias em situação de extrema pobreza.</p> <p>Integra o Programa Fome Zero com o objetivo de garantir à população de baixa renda alimentação adequada e promoção de segurança alimentar, aspecto relevante no processo de conquista da cidadania.</p>	<p>O Programa se caracteriza por ser desenvolvido em três eixos principais:</p> <p>a) transferência de renda, b) critérios a transferência de renda, c) articulação com programas complementares</p> <p>O Programa Bolsa Família tem gestão descentralizada e compartilhada pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.</p>	<p>O benefício básico é pago às famílias com renda até R\$ 70,00 por pessoa. O benefício é variável (pago de acordo com o número de crianças)</p> <p>O valor mínimo do benefício é R\$ 32,00 e o máximo R\$ 242,00.</p> <p>O Benefício Variável Jovem (BVJ) é R\$38,00 por jovem de 16 ou 17 anos no limite de dois benefícios por família.</p>	<p>A lista de beneficiários é pública e pode ser acessada por qualquer cidadão.</p> <p>Entre os critérios para o recebimento da Bolsa Família, destaca-se a matrícula e a frequência de crianças e adolescentes na escola.</p>

Fonte: a Autora (2011) adaptado do Portal Ministério do Desenvolvimento Social. (BRASIL, [200?a]).

Nº	Programa	Descrição Resumida	Características Principais	População Alvo	Observações
3	Farmácia Popular	O Programa tem como finalidade ampliar o acesso aos medicamentos indicados no tratamento das doenças mais comuns. O Programa possui uma rede própria de farmácias populares que tem como parceiras farmácias e drogarias da rede privada.	Distribuição ou oferecimento, a preços populares, de remédios, sendo os genéricos em maior frequência, todos mediante apresentação do receituário médico.	População que necessita fazer uso de determinadas medicações indispensáveis à sua saúde.	Slogan: “Aqui tem Farmácia Popular” Muitas vezes estas medicações não estão ainda disponíveis para distribuição gratuita nos Postos de Saúde Pública.

Fonte: a Autora (2011) adaptado do Portal Saúde. (Brasil, [20??]).

Nº	Programa	Descrição Resumida	Características Principais	População Alvo	Observações
4	Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT)	O Programa Nacional de Controle da Tuberculose compreende estratégias inovadoras que visam ampliar e fortalecer a estratégia chamada pela sigla em inglês DOTS – (Directly Observed Therapy Short-Course) – que são estratégias de cobertura do tratamento da tuberculose diretamente observado. O PNCT articula-se com outros programas governamentais para ampliar o controle da Tuberculose e de outras doenças transmissíveis como, por exemplo, a AIDS.	O Programa privilegia a descentralização das medidas de controle para a Atenção Básica, ampliando o acesso da população em geral e das populações mais vulneráveis ou sob risco acrescido de contrair a Tuberculose. Articula-se com organizações não governamentais e/ou da sociedade civil, para fortalecer o controle social e garantir a sustentabilidade das ações de controle da Tuberculose.	A população em geral e as populações mais vulneráveis ou sob risco acrescido de contrair a Tuberculose, como as populações em situação de rua, populações de baixa renda, população indígena, pessoas privadas de liberdade. Podemos ver também Google-DOTS-Tuberculose	Com o objetivo de otimizar o planejamento e a avaliação das ações de controle da Tuberculose, o PNCT desenvolve-se de acordo com as seguintes etapas: 1 - Planejamento e Administração 2 - Atenção à Saúde: Prevenção, Assistência e Diagnóstico 3 - Informação Estratégica: Vigilância Epidemiológica, Monitoramento, Avaliação e Pesquisa 4 - Desenvolvimento Institucional e Humano 5 - Comunicação e Mobilização Social

Fonte: a Autora (2011) adaptado do Portal Saúde. (BRASIL, [20??]).

Nº	Programa	Descrição Resumida	Características Principais	População Alvo	Observações
5	Restaurante Popular	Restaurantes Populares são Unidades de Alimentação e Nutrição que têm como princípios fundamentais a produção e a distribuição de refeições saudáveis, com alto valor nutricional, a preços acessíveis, para as pessoas que estão em situação de insegurança alimentar. Devem localizar-se preferencialmente, em grandes centros urbanos de cidades com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes.	Os restaurantes populares devem localizar-se, preferencialmente, em grandes centros urbanos de cidades com população superior a cem mil habitantes.	O público beneficiário dos restaurantes são trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional	O café da manhã fornece cerca de 500 calorias a R\$ 0,35 e o almoço, aproximadamente, 1.400 calorias pelo preço de R\$ 1,00.

Fonte: a Autora (2011) adaptado do Portal Ministério do Desenvolvimento Social. (BRASIL, [200?]).

Nº	Programa	Descrição Resumida	Características Principais	População Alvo	Observações
6	Saúde da Mulher	O Sistema Único de Saúde (SUS) deve estar orientado e capacitado para a atenção integral à saúde da mulher, numa perspectiva que contemple a promoção da saúde, as necessidades de saúde da população feminina, o controle de patologias mais prevalentes nesse grupo e a garantia do direito à saúde.	Ampliação, qualificação e humanização à atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS).	A Política de Atenção à Saúde da Mulher deverá atingir as mulheres em todos os ciclos de vida, consideradas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais (mulheres negras, indígenas, residentes em áreas urbanas e rurais, residentes em locais de difícil acesso, em situação de risco, presidiárias, de orientação homossexual, com deficiência, dentre outras).	A elaboração, execução e avaliação das Políticas de Saúde da Mulher deverão nortear-se pela perspectiva de gênero, de raça e de etnia, tendo em vista a ampliação do atendimento, sem exclusão, referente à saúde sexual e reprodutiva, para alcançar todos os aspectos da saúde feminina.

Fonte: a Autora (2011) adaptado do Portal Conselho Saúde. (Brasil, 2004)

Nº	Programa	Descrição Resumida	Características Principais	População Alvo	Observações
7	Serviço de Atendimento Móvel - SAMU	O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência – SAMU – é um programa do Ministério da Saúde que tem com finalidade prestar socorro à população em casos de urgência. O socorro é feito após a chamada para o telefone 192. A ligação é gratuita.	A função básica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU – é: responder de forma organizada, às situações de urgência que necessitem de meios médicos, desde o primeiro contato telefônico até a liberação das vítimas ou seus encaminhamentos aos hospitais. São atribuições do SAMU a) determinar e desencadear a resposta mais adequada para o caso, b) assegurar a disponibilidade dos meios hospitalares, c) determinar o tipo de transporte exigido e preparar o acolhimento dos pacientes.	População em geral que apresente necessidade de socorros médicos – remoção em situação emergencial.	O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência - SAMU- apresenta graus de incerteza quanto ao pleno atendimento, ou seja, o tempo médio de resposta a um chamado e aquele que a cidadão espera para receber algum tipo de atendimento. Isto ocorre devido à demanda existente e aos sérios problemas existentes na área de saúde.

Fonte: a Autora (2011) adaptado do Portal Saúde. (BRASIL, [20??])

Nº	Programa	Descrição Resumida	Características Principais	População Alvo	Observações
8	Vale Refeição	O Programa de Alimentação do Trabalhador -PAT – visa a complementação alimentar na qual o governo, empresas e trabalhadores partilham responsabilidades.	O objetivo do Programa é melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, especialmente os de baixa renda, com repercussões positivas na qualidade de vida, na redução de acidentes de trabalho e no aumento da produtividade.	Trabalhadores em geral	Benefícios para o Trabalhador: a) melhoria de suas condições nutricionais e de qualidade de vida; b) aumento de sua capacidade física; c) aumento de resistência à fadiga; d) aumento de resistência a doenças; e) redução de riscos de acidentes de trabalho.

Fonte: a Autora (2011) adaptado do Portal Ministério do Trabalho e Emprego. (BRASIL, 2006a)

Nº	Programa	Descrição Resumida	Características Principais	População Alvo	Observações
9	Vale-transporte	É um Programa governamental que tem como diretriz o oferecimento pelo empregador, de forma antecipada, do vale-transporte ao empregado, em valor compatível com o trajeto que faz o trabalhador de casa ao local do emprego, e vice versa. É deduzido do seu salário básico do empregado o percentual máximo de 6% (seis por cento), e o restante do valor é de responsabilidade do empregador.	A utilização do vale-transporte é exclusiva para o deslocamento do trabalhador residência-trabalho e vice-versa, que deverá ser feito no sistema de transporte coletivo público, que poderá ser urbano, intermunicipal e interestadual.	Trabalhadores em geral	A participação do empregador nos gastos de deslocamento do empregado se refere à parcela que exceder de 6% (seis por cento) do salário básico do empregado.

Fonte: a Autora (2011) adaptado do Portal Ministério do Trabalho e Emprego. (BRASIL, 2006b)

Nº	Programa	Descrição Resumida	Características Principais	População Alvo	Observações
10	Programa Saúde da Família	O Programa Saúde da Família é entendido como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizado mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada.	As equipes que atuam no Programa são compostas, no mínimo, por um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde. Quando ampliada, conta ainda com: um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental.	Cada equipe do Programa se responsabiliza pelo acompanhamento de, no máximo, quatro mil habitantes de uma determinada área, sendo a média recomendada de três mil habitantes; estas equipes passam a ter corresponsabilidade no cuidado à saúde desse grupo selecionado.	O trabalho de equipes do Programa Saúde da Família é o elemento-chave para a busca permanente de comunicação, troca de experiências e conhecimentos entre os integrantes da equipe e desses com o saber popular do grupo atendido.

Fonte: a Autora (2011) adaptado do Portal Ministério da Saúde. (BRASIL, [200?c]).

Nº	Programa	Descrição Resumida	Características Principais	População Alvo	Observações
11	Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase (PNEH)	O Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase (PNEH) estabelece o redirecionamento da política de eliminação da doença enquanto problema de saúde pública e da atenção à hanseníase no Brasil, em um novo contexto que permite verificar a real situação da endemia no País. Prevê a realização de estudos comparativos, análises circunstanciais e identificação de tendências a contrair e/ou desenvolver a doença, nos diferentes grupos populacionais das regiões geográficas do País.	O PNEH desenvolve suas ações em parceria com organizações não governamentais e com entidades governamentais e civis. Realiza ações integradas com o Sistema Único de Saúde (SUS); Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS).	Doentes de hanseníase e pessoas vulneráveis integrantes dos grupos de risco.	Articulação intra-setorial, envolvendo atenção básica, área de reabilitação e área de atenção à pessoa com deficiência, ocasionada pela hanseníase, para que receba atenção integral e humanizada .

Fonte: a Autora (2011) adaptado do Portal Ministério da Saúde. (BRASIL, [20??]).

Merece atenção o fato de nenhum dos participantes deste estudo declarar-se beneficiado por outros programas sociais oferecidos pelos governos, como: Programa Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e Programa Minha Casa Minha Vida.

Ações mais integradas entre os diversos órgãos governamentais, possivelmente, tornariam mais fácil a disseminação de informações de interesse do povo, principalmente aquelas, como a participação em alguns Programas Sociais promovidos pelos governos. As populações de baixa renda, onde se concentra boa parte dos alunos dos Programas de Alfabetização, tem dificuldades de obter e fazer uso de informações que os beneficiem. Os próprios professores poderiam ser auxiliares nesta comunicação. Mas para isso seria preciso maior integração e comunicação e menor dispersão e desencontros de informações desse teor.

Quadro 35 - Programas Sociais Oferecidos pelo Governo que não foram apontados pelos Alunos

Nº	Programa	Descrição Resumida
1	Programa Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	O Programa tem por finalidade coordenar diversas intervenções e introduzir novas, sempre direcionadas a assegurar a eliminação do trabalho infantil. Para tanto, considera diferentes aspectos, tais como raça, gênero, condição econômica, tipo de ocupação, entre outros, e critérios importantes para que se possa compreender como a exploração ilegal do trabalho de crianças e adolescentes ainda encontra meios para se perpetuar no Brasil. - (BRASIL, 2007d)
2	Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos	É um Programa do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, desenvolvido por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SPDCA, que implantou a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, visando elaborar um cadastro nacional de casos, criar e articular serviços especializados de atendimento ao público e coordenar um esforço coletivo e de âmbito nacional para busca e localização de crianças e adolescentes desaparecidos. (BRASIL, [2007e])
3	Minha Casa, Minha Vida	O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – é um programa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, que tem como objetivo a construção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$ 1.395,00. (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 2010)

Fonte: a Autora (2011).

4.1.10 Situação dos Alunos quanto ao Conhecimento do Programa

Quando perguntados sobre a forma pela qual tomaram conhecimento do Programa frequentado, os respondentes ofereceram as seguintes informações: 25 deles, o que corresponde a 46,30%, informaram que tomaram conhecimento do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos por informações de amigos; 20,37%, ou seja, 11 respondentes receberam informações sobre o Programa no trabalho; oito respondentes, o que corresponde a 14,81%, souberam da existência do Programa na igreja que frequentam e, ainda, 10 alunos, ou seja, 18,52% foram informados da existência do Programa por outras formas: por orientação de familiares, dois alunos; por conta própria, sete alunos e, por meio da televisão, um aluno.

A necessidade do domínio das habilidades de leitura e escrita levou todos os alunos a procurarem espaços no Programa de Alfabetização que frequentam por caminhos variados. Saber ler, escrever e contar são habilidades de grande importância para que jovens e adultos deem o passo inicial no processo de inclusão social. Assim sendo,

O direito à alfabetização é parte inerente ao direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial da construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura e da sociedade. (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 2010, p. 7).

Os resultados obtidos ao se perguntar sobre a forma pela qual os respondentes tomaram conhecimento do Programa de Alfabetização que frequentam e suas falas reforçam estas conclusões:

Soube do Programa por amigos. Me arrependo de não ter iniciado mais cedo. (HM)
Fui informado por amigos. Tenho uma história muito comprida. Tem 14 anos que tento aprender a ler e escrever. O adulto tem mais dificuldade de aprender do que as crianças. Ele tem outros problemas. Essa professora é boa. Além de ensinar, explica bem. Para ensinar adulto é assim que tem que ser. (CN)

Comecei a procurar [o Programa] porque queria estudar. Vim aqui quatro vezes e não tinha vaga. Na quinta consegui. (MGS)

Saí procurando um Programa [de Alfabetização]. Fui a um Colégio e fui orientado a procurar esse Programa. (EMS)

Minha patroa me deu a maior força para estudar. Se eu tivesse sabido do Programa há mais tempo já estava lendo, escrevendo e até fazendo cartas. (SMBS)

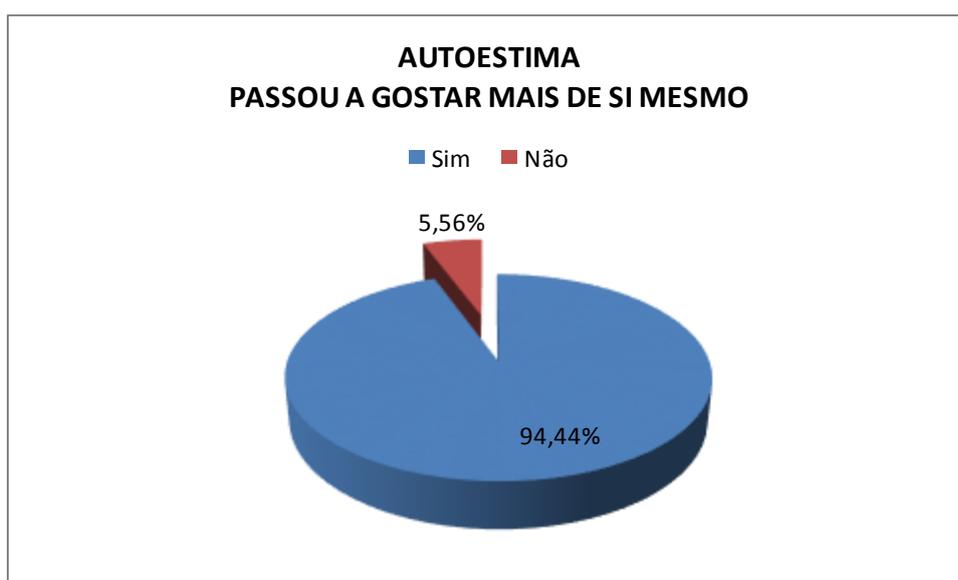
Meus patrões insistiram para eu voltar a estudar. Estava vivendo uma fase horrível. Perdi uma filha; o estudo tem me ajudado até a sair da depressão. (TD)

la passando em frente ao CREJA [Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos]. Entrei e perguntei; informaram o dia que era para vir. Eu vim, me matriculei e estou aqui até hoje. (EDS)

4.1.11 Situação dos Alunos quanto à Autoestima

Quanto a questões relativas à autoestima, os alunos assim se posicionaram (Gráfico 11): 94,44%, ou seja, 51 alunos, afirmaram que passaram a gostar mais de si mesmos a partir da participação no Programa de Alfabetização e três alunos, 5,56%, informaram o contrário.

Gráfico 11 – Autoestima



Fonte: a Autora (2013).

Quanto a questões relativas aos cuidados pessoais, os respondentes assim se posicionaram: 92,59%, ou seja, 50 alunos, afirmaram que passaram a cuidar melhor de si mesmos a partir da participação no Programa de Alfabetização e quatro alunos, 7,41%, informaram o contrário.

Diante disso, pode-se dizer que a autoestima dos Jovens e Adultos se desenvolve na medida em que eles são reconhecidos em sua singularidade, com dificuldades e possibilidades específicas, em todas as áreas, inclusive na área educacional. Nessa perspectiva, é imprescindível que cada aluno seja ajudado a conhecer-se e aceitar-se. Desta forma, eles estarão fortalecidos quanto à sua autoconfiança, tão necessária para o enfrentamento das dificuldades próprias do processo de aprendizagem. O sentimento de menos-valia pode obstaculizar qualquer aprendizagem, além de refletir, negativamente, nos relacionamentos interpessoais dessas pessoas.

Os analfabetos foram (e continuam sendo) narrados como indivíduos pouco produtivos, explorados, excluídos da sociedade, que se sentem envergonhados pela sua condição. O sentimento de vergonha por não saber ler e escrever explicita-se ainda mais quando o analfabeto precisa assinar documentos com o polegar ou depende do auxílio de outras pessoas para identificar a rota de ônibus, reconhecer preços de produtos, ler documentos oficiais e escrever cartas aos seus parentes e amigos distantes. (TRAVERSINI, 2009).

Na medida em que os alunos das classes de Alfabetização de Jovens e Adultos percebem que têm capacidade, de acordo com seu ritmo próprio, de dominar as habilidades da leitura, da escrita e dos cálculos, gradativamente o sentimento de autonomia ganha espaço em suas vidas, quer seja pela melhoria da capacidade de interpretação dos fatos do seu cotidiano, quer seja melhoria na resolução de problemas matemáticos, por se sentirem mais confiantes em sua habilidade de calcular. Estes fatos possibilitam a melhoria da autoestima, que estimula maior e melhor desenvoltura nas relações sociais.

Os resultados apresentados demonstram que a grande maioria dos alunos participantes desta pesquisa está bem situada no que se refere à autoestima, conforme as afirmativas a seguir:

Estou gostando muito de estudar. Está sendo muito proveitoso. Me comunico melhor na minha família e no meu trabalho. Espero melhorar ainda mais. Almejo coisas melhores através deste Programa. (MJ)

Estar aprendendo a ler e a escrever é superimportante em nossa vida. Eu me sinto melhor. (MCFL)

Eu já gostava um pouco de mim; agora estudando, gosto ainda mais... (FR)

Estou muito satisfeito com tudo: estou contente porque voltei a estudar, estou satisfeito com as aulas, com o colégio, tenho amigos e aqui todo mundo se respeita. (PA)

Estou gostando muito de estar na escola. Melhorei na leitura. Amanhã haverá um evento – Paixão de Ler. Eu fui escolhida para participar. A professora acha que eu consigo. Vou ler direitinho. Não vou decepcionar ela... (EDS)

Melhorei bastante só em saber que logo estarei lendo. Tenho vergonha de não saber ler... (CC).

4.1.12 Situação dos Alunos quanto ao Processo de Comunicação e Continuidade de Estudos

Quanto ao processo de comunicação interpessoal, 53 entrevistados, ou seja, 98,15%, afirmaram que passaram a comunicar-se melhor a partir da participação no Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, e apenas 1,85%, isto é, um aluno afirmou o contrário. Em situação semelhante, quanto à expectativa de alcançar melhoria financeira a partir da participação no Programa de Alfabetização, 51 alunos, o que equivale a 94,44%, têm essa expectativa embora três alunos, 5,56%, não a tenham. Os 54 participantes desse estudo pretendem dar continuidade aos seus estudos a partir do Programa de Alfabetização.

Quanto ao resultado apresentado no tocante à comunicação interpessoal, a maioria dos alunos informa a conquista de melhores condições para comunicar-se a partir da frequência ao Programa de Alfabetização, assim como a expectativa de alcançar melhoria financeira a partir da alfabetização. Unanimemente, todos pretendem dar continuidade aos seus estudos.

Situação dos Respondentes quanto ao Nível de Escolaridade que pretendem alcançar. Em relação ao nível de escolaridade que pretendem alcançar, dando continuidade aos seus estudos na Educação de Jovens e Adultos, 31,48%, isto é, 17 alunos, informaram a intenção de completar o ensino superior; 16 alunos, ou seja, 29,63% informaram que pretendem completar o ensino médio; 22,22%, ou seja, de 12 alunos pretendem concluir os estudos até o ensino fundamental; e nove alunos, o equivalente a 16,67%, pretendem estudar até à 4ª série do ensino fundamental.

Vale registrar que, apesar das dificuldades vivenciadas pelos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, todos os respondentes desejam dar continuidade aos estudos. É, portanto, relevante a formulação de políticas públicas que atendam a esse desejo expresso.

A produção de uma política de Estado para a [Educação de Jovens e Adultos] EJA, centrada em sujeitos jovens e adultos com a expressão de toda a diversidade que constitui a sociedade brasileira é responsabilidade de governos e da sociedade com todos os seus cidadãos, de maneira a superar as formas veladas, sutis e explícitas de exclusão de que a desigualdade se vale (BRASIL, 2008, Item 10).

As falas dos alunos que se seguem confirmam o anteriormente mencionado:

Eu gostaria muito de completar meus estudos e ter uma vida melhor para ajudar meus filhos... (MS)

Quero muito continuar a estudar, pelo menos até o fim do ensino fundamental. (JMV)

Quero muito estudar; não quero ficar onde estou; quero subir mais ainda... (RMV)

Estudo para aprender, mas com a minha idade não dá para ir mais longe [ensino fundamental], mas, assim mesmo gosto de vir a escola, gosto de estudar e vou seguindo. (IS)

Quero continuar estudando, até onde der. (JL).

4.1.13 Situação dos Alunos quanto à Integração Social

No que se refere à integração dos alunos nas comunidades onde vivem, a partir da participação no Programa de Alfabetização, 44 alunos, ou seja, 81,48%,

disseram que sim e 10 alunos, 18,52%, informaram o contrário; entretanto, todos os alunos disseram que se sentem integrados ao Programa de Alfabetização.

Os resultados indicam que a maioria dos alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos se sentem integrados nas suas comunidades, e que a totalidade desses alunos se sente integrada no Programa de Alfabetização frequentado, o que pode ser identificado nas falas que se seguem:

Minha comunidade é aqui no meu colégio. (AMS)

Aqui [no Programa] todo mundo é como de fosse uma família bem grande. (SMBS)

Esta escola é minha comunidade e minha vida. Se não fosse ela, os professores e os colegas eu ia ficar muito só. (AMS)

O fato de todos se sentirem plenamente integrados nos Programas de Alfabetização pode ser elucidado da seguinte forma:

A diversidade das histórias de vida e dos diferentes saberes marca a trajetória destes sujeitos. É no espaço escolar que elas aparecem de forma explícita, nas relações do processo ensino e aprendizagem (ELIAS, 2000, p. 2).

4.1.14 Situação dos Alunos quanto à percepção de Direitos e Deveres

Ao abordar-se, no presente estudo, a percepção dos respondentes quanto a seus direitos e deveres, emergem desdobramentos feitos por eles, a partir dessa percepção.

Nessa abordagem está implícito o ato de educar, no caso específico da presente pesquisa, alfabetizar.

O ato de educar [alfabetizar] realiza-se num determinado contexto social, político e econômico cultural ideológico e o educador [alfabetizador] tem aí um papel crucial: guiar os seus alunos a encontrar, organizar e gerir o saber (SANTOS; GONÇALVES, 2000 p. 1.449).

Em relação à percepção de seus deveres, 44 alunos, o que corresponde a 81,48%, percebem melhor que têm deveres com a sua comunidade; e 10 alunos, isto é, 18,52%, informaram o contrário. Contudo, 100% dos respondentes, 54 alunos, afirmaram perceber que têm deveres com suas famílias, como também com o Programa de Alfabetização.

Quanto a perceberem que têm deveres com outros grupos dos quais fazem parte, 48 alunos, 88,89%, responderam afirmativamente e seis alunos, 11,11%, responderam negativamente.

Referindo-se à percepção de direitos assegurados por viverem em suas comunidades, 49 alunos, isto é, 90,74%, num expressivo percentual, responderam afirmativamente, e cinco alunos, ou seja, 9,26%, responderam negativamente. 96,30% dos respondentes, 52 alunos, percebem melhor que têm seus direitos assegurados por participar em Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos; um aluno, o que equivale a 1,85%, informou que não e, na mesma proporção, um aluno não respondeu.

Quanto a terem seus direitos assegurados por frequentarem outros grupos sociais, como igrejas, clubes e associações, 51 alunos, isto é, 94,44% informaram que sim e três alunos, 5,56% informaram que não. Ao serem perguntados como percebem a liberdade para a sua prática religiosa, 47 alunos, ou seja, 87,04% responderam que sim; sete alunos, isto é, 12,96%, responderam que não. Ao serem indagados quanto à percepção do direito de ir e vir, 92,59%, ou seja, 50 alunos, afirmaram que percebem que têm este direito e quatro alunos, ou seja, 7,41% informaram o contrário.

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais e religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (UNESCO, 1948, art. II).

Os participantes dessa investigação têm posições diferenciadas quanto a questões de cidadania, conforme o explicitado nas falas a seguir:

As pessoas são muito desiguais. Um quer ser melhor do que o outro; questão da cor da pele; questão da moradia; questão da apresentação. (FR)

Sou envergonhada. Tenho dificuldade de chegar numa festa, num barzinho, entrar numa loja. Só me sinto mais à vontade aqui na Escola. Estou melhorando. (CIS)

Tenho direitos e não sou respeitado. Isso me incomoda. (HM)

Quanto ao direito de ir e vir... A violência não deixa as pessoas seguras. Melhorou muito, mas ainda há muita coisa para fazer. (AM)

Quanto ao direito de ir e vir, aí é um pouquinho mais difícil. Tenho muito medo da violência. (CIS)

As questões relacionadas ao exercício da cidadania devem estar presentes nas práticas educativas dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Desta forma, conclui-se que educar para a cidadania presume estimular-se o diálogo e a reflexão sobre as vivências e experiências dos alunos; desenvolver a consciência cívica dos alunos, por meio de fatos da realidade e favorecer a formação de cidadãos críticos e atuantes em todos os grupos sociais dos quais fazem parte – escola, família, associações, igreja, trabalho... (SANTOS; GONÇALVES, 2005).

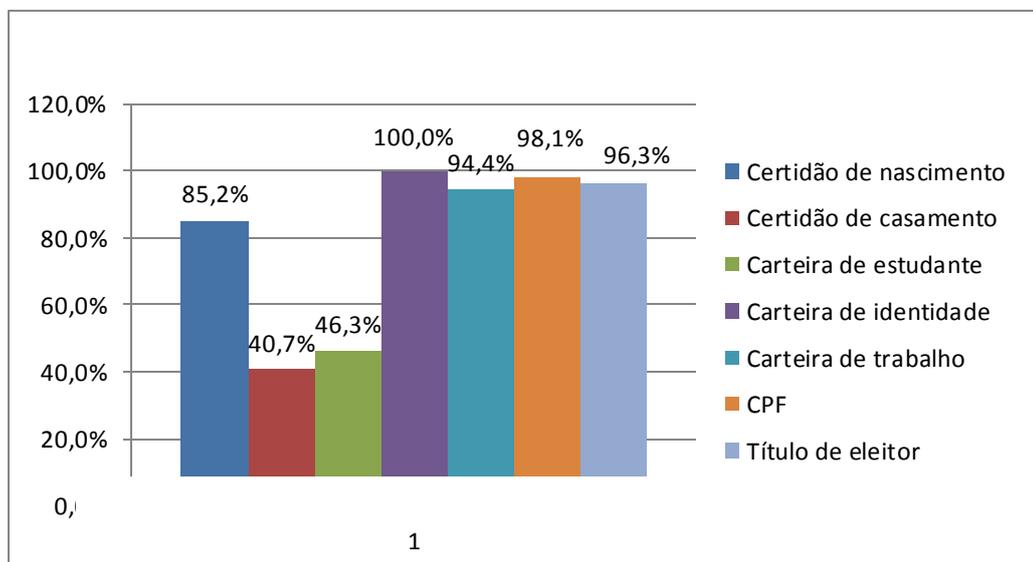
4.1.15 Situação dos Alunos quanto à Documentação Civil

Quanto a ter documentos e apresentá-los, 100% da amostra, reconhecem a importância dessas ações. Possuem carteira de identidade 100% da amostra, 54 alunos; 53 alunos, isto é, 98,15%, possuem cadastro de pessoa física – CPF; 96,30%, ou seja, 52 alunos têm título de eleitor; 94,44%, ou seja, 51 alunos possuem carteira de trabalho; 46 alunos, o que equivale a 85,19%, possuem certidão de nascimento; 25 alunos, 46,30%, possuem carteira de estudante e 22 alunos, 40,74%, possuem certidão de casamento (Gráfico 12).

A partir da análise dos dados referentes à documentação civil, observou-se que os alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos que participaram desta investigação, têm situação favorável. A posse destes documentos confere sensação de inclusão ou sentido de pertencer a uma comunidade e a possibilidade

de participar civicamente, por exemplo, nas eleições; e desenvolver atividades profissionais segundo os direitos e deveres inerentes.

Gráfico 12 – Documentação Civil

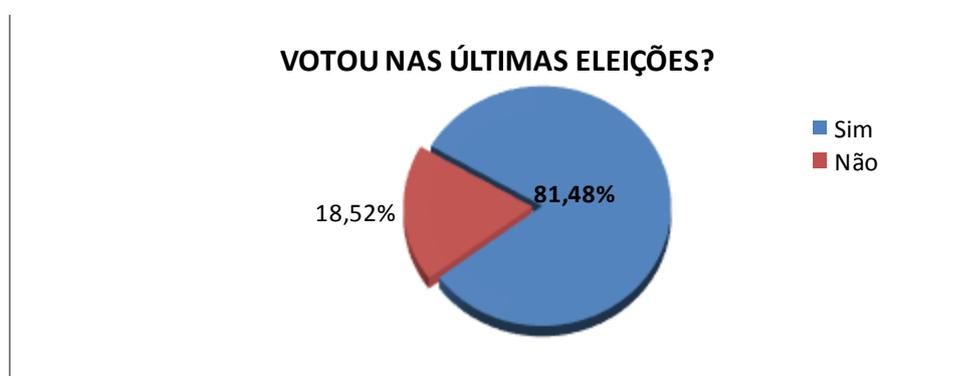


Fonte: a Autora (2013).

4.1.16 Situação dos Alunos quanto ao Ato Cívico de Votar

Ao analisar-se este grupo de alunos dos Programas de Alfabetização, verificou-se que, em termos de cumprimento do ato cívico de votar, 81,48%, o que equivale a 44 alunos, votaram nas últimas eleições; e 18,52%, 10 alunos, deixaram de fazê-lo. (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Voto nas Últimas Eleições



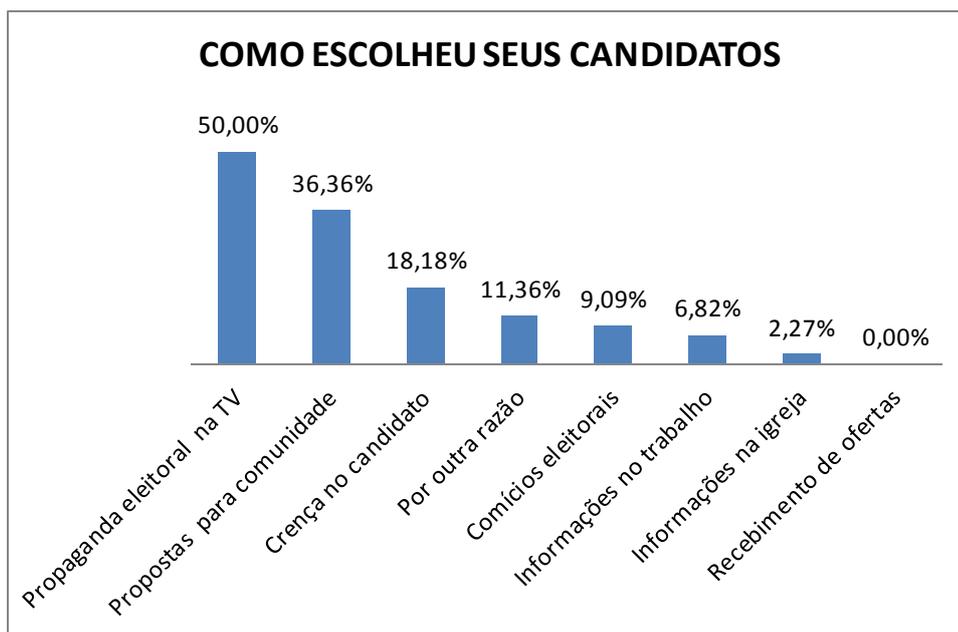
Fonte: a Autora (2013).

É importante mencionar-se que, segundo (REIS, 2010), “o voto das pessoas com menos instrução e menos informação, tende a ter menos ideologia e mais personalismo.” O Brasil possui um contingente de jovens e adultos analfabetos. Para Barreto (2010),

O dado assusta e lança dúvidas a respeito da qualidade do voto que escolhe parlamentares e governadores. Afinal, como esse eleitor toma sua decisão? Quais são suas características e preferências? Para responder essas questões é importante analisar a falta de instrução dentro de um quadro mais amplo. Normalmente ela está associada à pobreza ou à falta de oportunidades [...] não é o caso de dizer-se que essas pessoas são eticamente inferiores. [...] normalmente, a melhoria de vida dessas pessoas está ligada a algum tipo de ajuda governamental. Políticos se oferecem como intermediários entre essas pessoas junto ao poder. [...] O dado sobre a falta de instrução do eleitorado mostra que o aperfeiçoamento da classe política passa pela qualificação dos eleitores. (BARRETO, 2010).

Os 44 alunos que votaram, ao serem perguntados em que se baseou a escolha de seus candidatos, 50,00%, ou seja, 22 alunos escolheram seus candidatos com base no que ouviram ou viram nos programas eleitorais; 16 alunos, o que corresponde a 36,36%, fizeram suas escolhas por julgarem que as propostas dos candidatos eram importantes para suas comunidades; oito alunos, isto é, 18,18%, fizeram suas escolhas por conhecerem os candidatos e acreditarem em suas propostas; quatro alunos, ou seja, 9,09% escolheram seus candidatos ao participar de comícios e encontros políticos; três alunos, 6,82%, escolheram seus candidatos com base em informações recebidas no trabalho; um aluno, 2,27%, fez sua escolha mediante orientações recebidas na igreja e, cinco alunos, o que equivale a 11,36%, escolheram seus candidatos por outras razões, a saber: orientação dos professores, orientação da família e orientação de amigos (Gráfico 14).

A participação nestes programas abre novas possibilidades de conhecimento e informação sobre os processos sociais em relação aos quais são chamados a participar, contribuindo para trocar ideias (entre os amigos, na família, com os professores), partilhar informações, receber orientações, adquirir consciência da importância de estar informado e de participar.



Fonte: a Autora (2013).

As falas dos alunos ilustram as afirmativas anteriormente feitas:

[Para votar] tive orientação de minha patroa. Ela me orienta muito e em tudo. (CIS)

Não acredito nos políticos. Dou nota zero para todos eles. Só voto porque sou obrigado. (HM)

Escolhi na hora de votar. Eu não queria votar no [...]; passou um senhor; eu pedi e ele me orientou. Aí eu votei... (SMBS)

Quem não sabe ler pode votar errado. Não queria votar em quem tem ficha suja. Se eu votei foi sem saber... (MASS)

Para votar tive orientação aqui mesmo na escola. A professora ensinou e explicou como votar. Ela disse para todo mundo escolher direito os candidatos... (IS)

Esta análise constatou que a população investigada comprometeu-se em votar, e escolheu seus candidatos baseada em critérios, passíveis ou não de aceitação, obtidos em aprendizagens realizadas, possivelmente, na escola ou na própria vida. Vale repensar a situação desses alunos quanto ao ato cívico de votar pois,

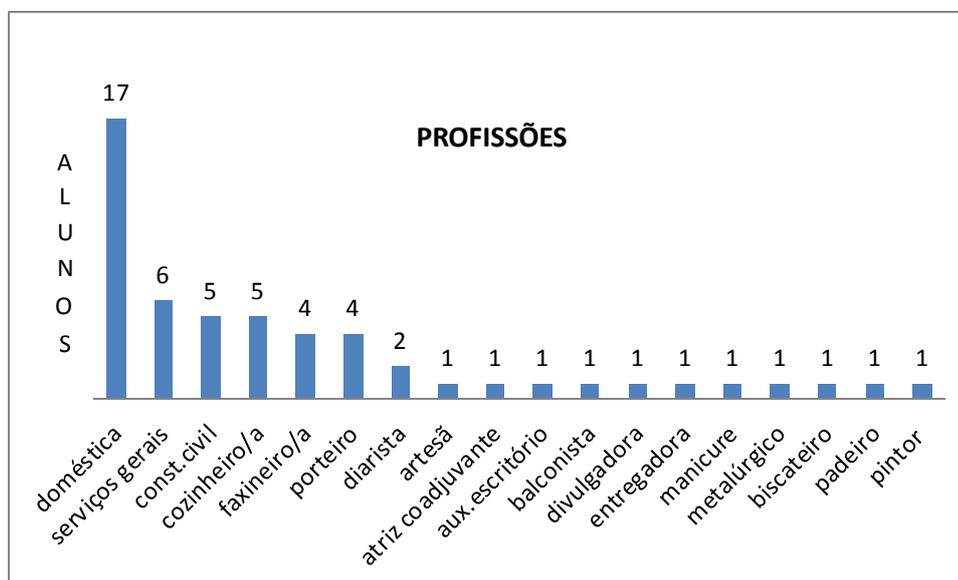
É pela prática da participação democrática que se constrói a democracia. É decidindo através da prática da participação que se aprende a participar e que se adquirem os saberes indispensáveis, a confiança necessária à expressão e à luta política, a coragem cívica

que nos impele a correr os riscos inerentes à participação activa (LIMA., 2005, p. 71).

4.1.17 Situação dos Alunos quanto à Profissões e Trabalho

Os 54 respondentes envolvidos neste estudo distribuem-se nas seguintes categorias profissionais: 17 respondentes, ou seja, 31,48% trabalham como domésticos; seis respondentes, isto é, 11,11%, trabalham em serviços gerais; cinco respondentes, o que equivale a 9,26%, trabalham na construção civil e, na mesma proporção, cinco respondentes, trabalham como cozinheiros; quatro respondentes, 7,41%, trabalham como faxineiros e, na mesma proporção, quatro respondentes, trabalham como porteiros; dois respondentes, isto é, 3,70%, trabalham como diaristas. Além disso, trabalham nas seguintes profissões: artesã, atriz coadjuvante, auxiliar de escritório, balconista, divulgadora, entregadora, manicure, metalúrgico, padeiro, pintor, com um respondente, 1,85%, em cada uma delas (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Profissões



Fonte: a Autora (2013).

Quanto às oportunidades de trabalharem mesmo sem o domínio da leitura e da escrita, os 54 respondentes alvo desta pesquisa sempre tiveram a oportunidade de trabalhar mesmo nesta situação, e distribuem-se nas seguintes categorias

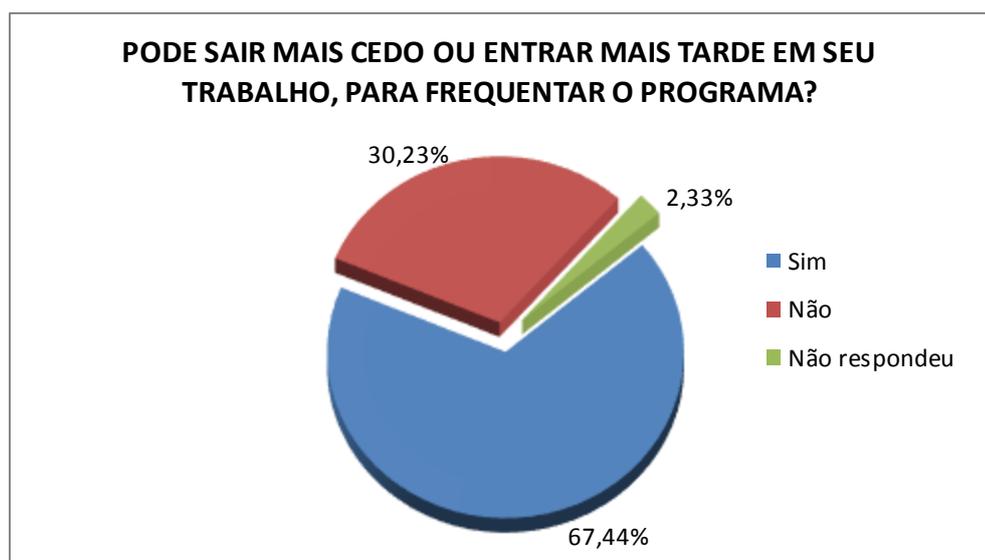
profissionais: 19 respondentes, ou seja, 35,19% trabalharam como domésticos; cinco respondentes, isto é, 9,26%, trabalham na agricultura e, na mesma proporção, cinco respondentes, trabalham na construção civil; quatro respondentes, 7,41%, trabalharam como auxiliares de serviços gerais; três respondentes, o que equivale a 5,56%, trabalharam como padeiros; na mesma proporção, três respondentes, trabalharam como cozinheiros; dois respondentes, isto é, 3,70%, trabalham como faxineiros e, dois respondentes, na mesma proporção, trabalharam como vigias. Além disso, trabalham nas seguintes profissões: auxiliar de escritório, cabeleireira, costureira, diarista, entregadora, feirante, manicure, manobrista, metalúrgico, pintor e porteiro, com um respondente, 1,85%, em cada uma delas.

Quanto à situação atual relativa a trabalho e emprego, 43 alunos, o equivalente a 79,63%, informaram estar empregados por ocasião da investigação e 11 alunos, 20,37%, apresentavam situação contrária. Do grupo dos 43 alunos que estavam empregados, 33 respondentes, isto é, 76,74%, trabalhavam em situação regular, ou seja, com a carteira de trabalho assinada, e 23,26%, o que corresponde a 10 respondentes, trabalhavam em situação irregular, sem a carteira de trabalho assinada pelo empregador.

Para os Jovens e Adultos integrantes dos Programas de Alfabetização alvo dessa pesquisa, mais importante do que obter um emprego é tornar-se empregável, competitivo e apto a diversas modalidades de trabalho. Isso requer uma preparação que precisa com urgência a eles ser oferecida.

Ao serem inquiridos sobre o comportamento dos empregadores, chefes e mesmo outros companheiros, quanto à sua participação no Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, os 43 alunos do grupo inseridos no mercado de trabalho, prestaram as seguintes informações: 29 alunos, ou seja, 67,44% informaram ter condições de sair do trabalho um pouco mais cedo ou entrar um pouco mais tarde para realizar seus estudos; treze alunos, 30,23%, informaram que não tinham essas condições e um aluno, 2,33%, não respondeu. Contudo, desse mesmo grupo, 90,70%, o que corresponde a 39 alunos, informaram receber elogios e estímulos no trabalho por frequentar o Programa de Alfabetização; três alunos, 6,98%, disseram o contrário e 2,33%, um aluno, não respondeu (Gráficos 16 e 17).

Gráfico 16 – Possibilidade de Horários



Fonte: a Autora (2013).

Os respondentes também assim se expressam no que se refere à sua situação de trabalho:

Aprendi minha profissão mesmo sem saber ler, escrever e ter o primeiro grau. (JL)

Meus patrões nem sabem que eu estou estudando, para quê? (JL)

Comecei a trabalhar com nove anos pintando automóvel. Não podia ir à escola. (ACB)

A patroa e a filha zombam de pessoas que não têm estudos como eu. (MGS)

Quero aprender a ler e escrever para escrever uma carta para o Governador sobre o direito das empregadas domésticas. Tudo devia ser igual a uma firma. Direitos iguais.

Elas são muito desvalorizadas. (MGDS)

Mesmo sem saber ler, aprendi muito. Aprendi a cozinhar, a respeitar... Não esqueço uma coisa que uma patroa me ensinou há quase 30 anos: – Você tem que aprender uma coisa: quando alguém está falando com você, você tem que prestar atenção e escutar. Aí você vai aprendendo... Por isso sou gente hoje! (IG).

Gráfico 17 – Você Recebe Elogios por frequentar o Programa



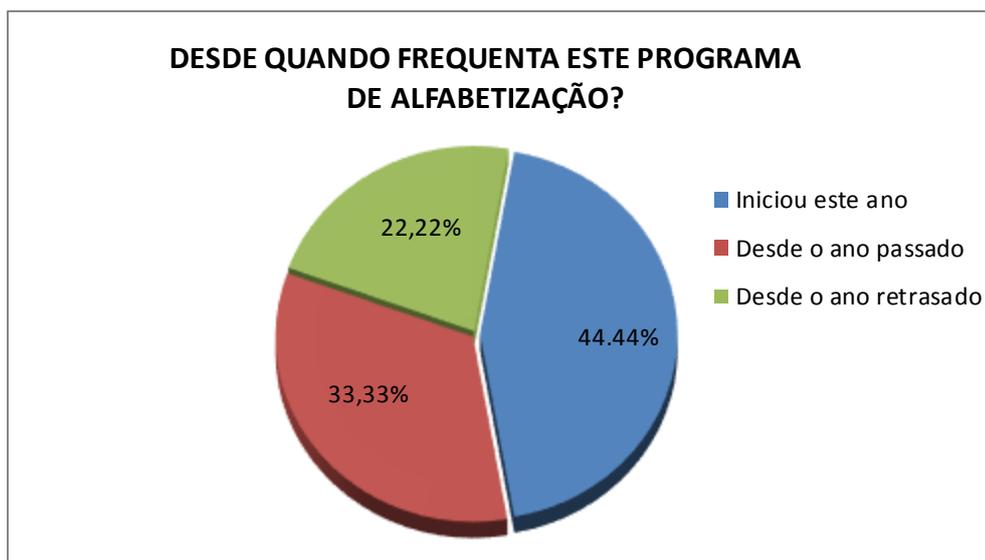
Fonte: a Autora (2013).

Verificou-se que os alunos integrantes dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos apresentaram informações divergentes quanto à situação de estudo e trabalho. Se, por um lado, a maioria dos alunos informou ter possibilidade de sair do trabalho mais cedo para estudar, um número considerável de alunos informou o contrário, em contraste com o recebimento de elogios e incentivo para estudar, fato declarado por um número significativo de participantes. Pode-se inferir dos resultados obtidos que o favorecimento do horário de trabalho dos alunos para a participação nos Programas de Alfabetização não se relaciona diretamente com os elogios e estímulos por eles recebidos.

4.1.18 Situação dos Alunos quanto a Períodos, Frequência e Aproveitamento nos Programas de Alfabetização

Ao se verificar a situação dos respondentes quanto aos períodos e à frequência aos Programas de Alfabetização, 24 alunos, isto é, 44,44%, iniciaram seus estudos este ano; frequentam o atual Programa, desde o ano passado, 18 alunos, o equivalente a 33,33%; e 12 alunos, o que equivale a 22,22%, frequentam o Programa de Alfabetização desde o ano retrasado (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Frequência no Programa de Alfabetização

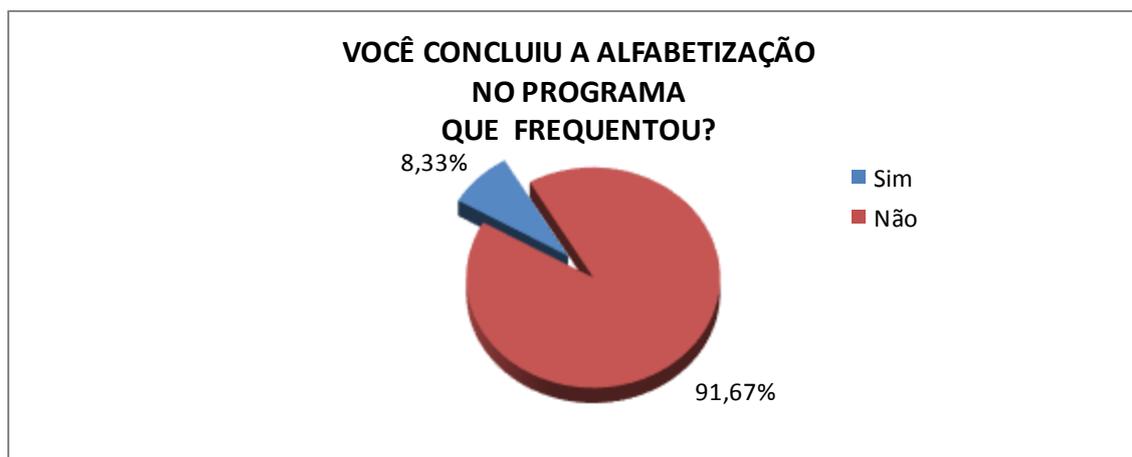


Fonte: a Autora (2013).

Quanto à participação anterior em outro Programa de Alfabetização, 24 alunos, ou seja, 44,44% informaram essa frequência e 30 alunos, 55,56%, não a apresentavam.

Dos 24 alunos que informaram a frequência em outros Programas de Alfabetização, dois alunos, que significam 8,33%, informaram que concluíram a Alfabetização nesses Programas e 22 alunos, ou seja, 91,67%, afirmaram que não a concluíram (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Você concluiu a alfabetização no Programa que Frequentou?

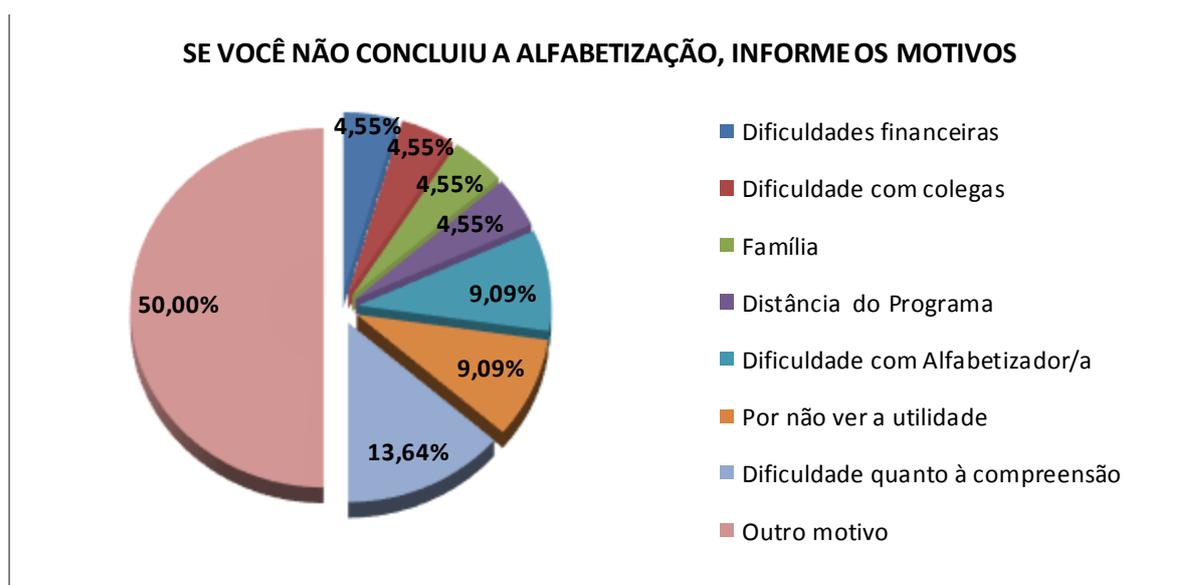


Fonte: a Autora (2013).

Os dois alunos que concluíram a Alfabetização, isto é, 8,33% dos 24 alunos que frequentaram anteriormente Programas de Alfabetização, informaram que procuraram novamente outro Programa, e justificaram essa procura pelas razões elencadas a seguir: por não terem aprendido a ler, a escrever e a fazerem cálculos (50,0%); por quererem lembrar ou fortalecer os conteúdos aprendidos no Programa que frequentaram anteriormente (100,0%); por se julgarem fracos para darem prosseguimento aos estudos em nível mais elevado (100,0%) e por terem esquecido o que aprenderam no Programa que frequentaram (50,0%). Tais fatores são bastante significativos para provocarem insegurança e busca de reaprendizagem.

Os 22 alunos que informaram a não conclusão da Alfabetização no Programa anteriormente frequentado, ou seja, 91,67% apresentaram os seguintes motivos para a não conclusão: dificuldades encontradas quanto à compreensão do que lhes fora ensinado no Programa 13,64%; distância percorrida para chegar ao Programa 9,09%; por não verem utilidade no que lhes estava sendo ensinado 9,09%; por dificuldades financeiras 4,55%; por dificuldades no relacionamento com o alfabetizador ou com os próprios colegas da turma 4,55%; ou, ainda, por dificuldades familiares 4,55% (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Se você não concluiu a Alfabetização informe os motivos



Fonte: a Autora (2013).

É importante enfatizar-se que os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos devem levar em conta que seu sucesso depende primordialmente da:

Flexibilidade para ajustar as políticas e programas aos contextos e à diversidade das populações a serem alfabetizadas, estruturando o ensino e a aprendizagem de acordo com o ambiente, a cultura e o modo de organização social, de modo a satisfazer as necessidades de aprendizagem peculiares a cada grupo ou comunidade (UNESCO, 2008, p.122).

4.1.19 Situação dos Alunos quanto à Utilização dos Conteúdos Aprendidos no Programa

Aos serem indagados sobre a utilização dos conteúdos aprendidos no Programa de Alfabetização, em seu cotidiano, 28 alunos, ou seja, 51,85%, responderam que utilizavam esses conteúdos muitas vezes; 24 alunos, 44,44%, responderam que os utilizavam poucas vezes; dois alunos, isto é, 3,70%, informaram não utilizar os conteúdos aprendidos no Programa em seu dia-a-dia.

Quando perguntados sobre a utilização dos conteúdos aprendidos no Programa de Alfabetização em situação de trabalho, dos 42 alunos que trabalham, 18 alunos, ou seja, 41,86%, responderam que utilizavam esses conteúdos muitas vezes e, na mesma proporção, 18 alunos, responderam que os utilizavam poucas vezes; sete alunos, isto é, 16,28%, informaram não utilizar os conteúdos aprendidos no Programa em situação de trabalho.

A seleção e o desenvolvimento de conteúdos ministrados e sua posterior utilização em situações do dia-a-dia e em situações de trabalho poderiam ser grandes motivações para os alunos que frequentam as classes de Alfabetização de Jovens e Adultos. Como pode ser observado nas falas dos alunos apresentadas a seguir:

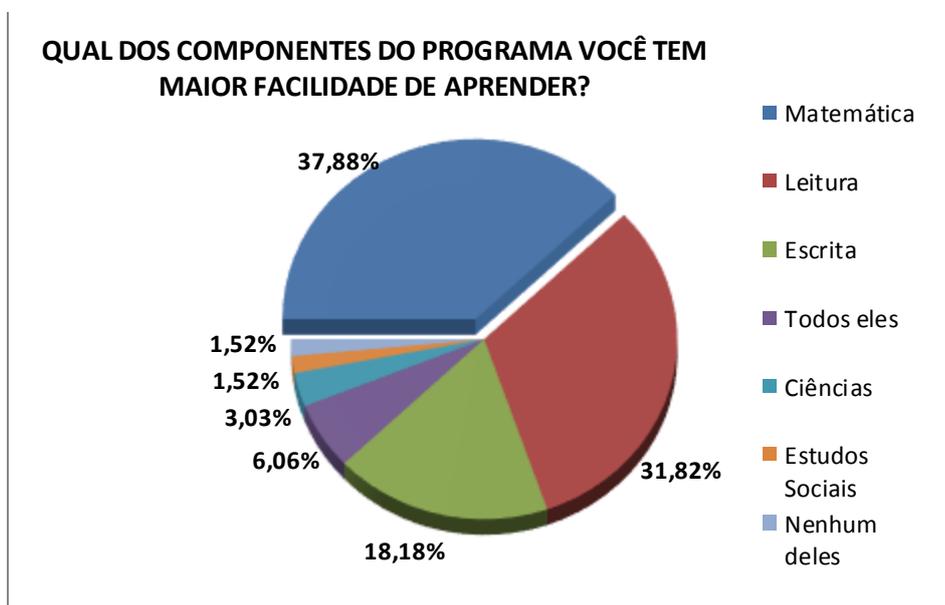
Agora eu divido e escrevo as etiquetas dos produtos que vêm nas compras. Agora eu sei fazer. Antes, eu tinha dificuldade, quem fazia era a minha patroa... (SMBS)

Trabalho no prédio há oito anos. Sei quase tudo. Depois do Programa faço tudo melhor: separar cartas; entregar encomenda. Mais ninguém quer empregado sem estudo. Preciso estudar. (RMV)

4.1.20 Situação dos Alunos quanto a Dificuldades, Possibilidades e Preferências

Quanto a dificuldades, possibilidades e preferências dos alunos dos Programas de Alfabetização, no que se refere aos conteúdos ministrados, os respondentes assim se manifestaram: têm maior facilidade para a aprendizagem de Matemática 25 alunos, ou seja, 37,88%; Leitura foi o conteúdo apontado por 21 alunos, que corresponde a 31,82%; Escrita foi o conteúdo indicado por 12 alunos, ou seja, 18,18%; quatro alunos, o correspondente a 6,06%, informaram que têm facilidade para aprender todos os conteúdos ministrados no Programa; Ciências foi o componente apresentado por dois alunos, o que equivale a 3,03%, como o mais fácil de aprender; declarou ter facilidade para aprender Estudos Sociais um aluno, 1,52% e, na mesma proporção, um aluno declarou não ter facilidade para aprender qualquer dos conteúdos desenvolvidos no Programa de Alfabetização (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Qual dos Componentes do Programa você tem facilidade de aprender?



Fonte: a Autora (2013).

Talvez o fato de os alunos integrantes dessa amostra pertencerem à classe trabalhadora e, forçosamente, familiarizados com o uso de cálculos matemáticos no seu cotidiano, tenha favorecido sua facilidade na aprendizagem desse conteúdo. Como o conteúdo de maior dificuldade para a aprendizagem, 21 alunos, 35,59%, indicaram a Escrita; 20 alunos, o que corresponde a 33,90%, informaram ter maiores dificuldades na aprendizagem de Leitura; 16 alunos, o que equivale a 27,12% indicaram Matemática; dois alunos, ou seja, 3,39% informaram não encontrar dificuldade na aprendizagem de qualquer dos conteúdos ministrados (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Qual dos Componentes do Programa Você tem maior dificuldade de aprender?



Fonte: a Autora (2013).

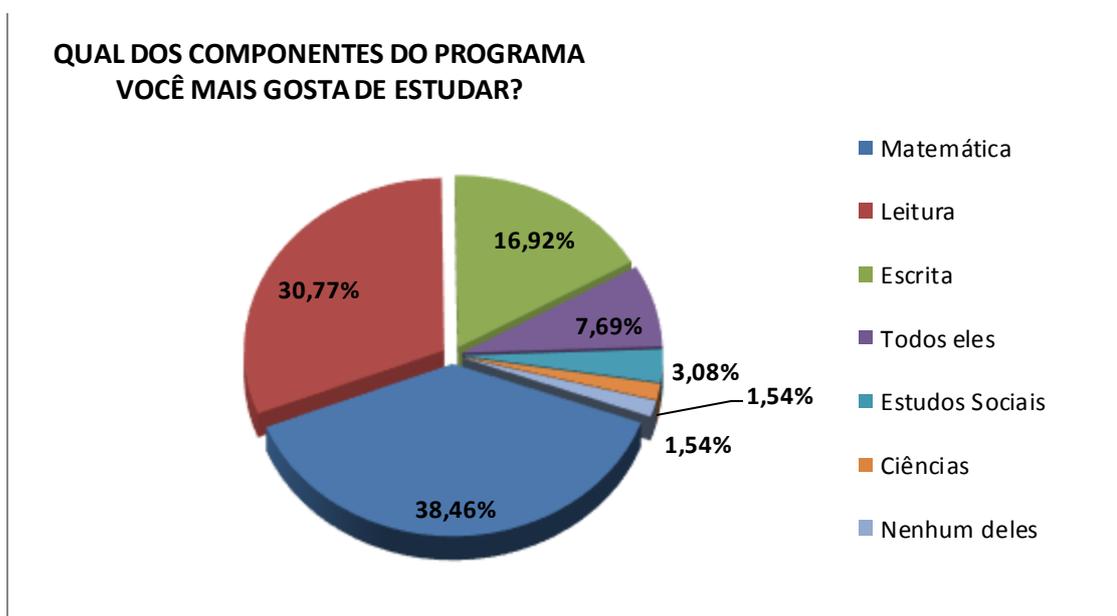
A maior dificuldade para a aprendizagem da Escrita pode ser justificada pelo fato de os Jovens e Adultos que frequentam os Programas de Alfabetização não estarem habituados, por força das circunstâncias de trabalho ou mesmo da própria vida, a executarem com as mãos movimentos mais leves, imprescindíveis para a aprendizagem da Escrita.

No começo minhas mãos ficavam muito duras quando eu escrevia. Falta de costume. (SMBS)

Perguntados sobre o conteúdo desenvolvido no Programa de Alfabetização que eles mais gostavam de estudar, os alunos assim se manifestaram: Matemática foi o conteúdo apontado como o que mais gostavam de estudar por 38,46%, o correspondente a 25 alunos; Leitura foi apontada por 20 alunos, o que corresponde a 30,77%; Escrita foi o conteúdo apontado por 11 alunos, ou seja, 16,92%; cinco alunos

afirmaram gostar de todos os conteúdos ministrados, o que corresponde a 7,69%; Estudos Sociais foi apontado por dois alunos, o que corresponde a 3,08%, como o conteúdo que mais gostam de estudar; Ciências foi o conteúdo apontado como o que mais gostam de estudar por 1,54%, o correspondente a um aluno e, na mesma proporção, um aluno informou não gostar de qualquer dos conteúdos ministrados pelo Programa (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Qual dos Componentes do Programa você mais gosta de estudar?



Fonte: a Autora (2013).

Pode-se justificar o gosto pelo estudo da Matemática, declarado pela maior parte dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos incluídos neste estudo, relacionando-se essa preferência à maior facilidade de aprender e conseqüente satisfação ocasionada por este fato. As questões matemáticas fazem parte integrante da vida destes alunos, receber pagamentos, pagar despesas, dar e receber troco e até calcular frações ao efetuarem compras de pequenas quantidades de determinados gêneros.

A seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, as formas de abordagem e os recursos utilizados para a abordagem desses conteúdos e, ainda, as vivências e experiências dos alunos,

oriundas de suas práticas de vida, quanto aos referidos conteúdos, bem como a capacidade individual de cada aluno para essa ou aquela aprendizagem, podem ser considerados aspectos significativos na análise dos resultados apresentados nessa abordagem. Os marcos conceituais da Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização – estão aqui destacados por Haddad (2007 apud PERONI, 2006):

Uma educação que nasce das necessidades dos educandos; Uma educação que é construída tomando por base o diálogo entre educador e educando;

Uma educação que é crítica, sob o ponto de vista dos seus conteúdos, o que significa tratar dos temas que são significativos para os educandos, buscando explicações sobre eles;

Uma educação que é reveladora da realidade onde estão inseridos os educandos, de forma a aumentar a sua consciência sobre os problemas que afetam a sua vivência;

Uma educação que mesmo tomando temas universais e nacionais, dialoga com a cultura regional e local, valorizando suas expressões e seus códigos;

Uma educação que é voltada à prática, sem desconsiderar os aspectos teóricos que fundamentam os diversos conteúdos.

É urgente que todos os responsáveis pela dinâmica e funcionamento da Educação de Jovens e Adultos, inclusive a Alfabetização, se comprometam em dar nova feição que esta modalidade de ensino requer. Como refere Saraiva (2009),

É preciso “desinfantilizar” os cursos de EJA; é preciso que as aulas sejam instigantes, despertem o interesse, mesmo daqueles que estão cansados; é preciso que os professores partam das experiências e vivências que os alunos trazem para desenvolver os conteúdos programáticos. É preciso “desescolarizar” os cursos de EJA. Enfim, é preciso fazer um grande esforço para que aqueles que procuram os cursos do EJA não percam a segunda oportunidade que lhes foi oferecida para concluírem seus estudos e possam receber o tão almejado certificado para facilitar seu ingresso ou promoção na força produtiva ou para permitir que prossigam seus estudos, aí já sem uma grande defasagem de idade. (SARAIVA, 2009).

4.1.21 Situação dos Alunos quanto ao Material Didático: Recebimento e Utilização

No tocante ao recebimento de livros para utilizar no Programa, 96,30% dos respondentes, 52 alunos, informaram que receberam o material didático, e dois alunos, o equivalente a 3,70%, informaram que não receberam esse material didático.

Com referência à utilidade desse material para eles na realização dos estudos, 43 alunos, isto é, 82,69%, afirmaram que o material é muito útil. Sete alunos, isto é, 13,46%, informaram que o material é pouco útil e dois alunos, 3,85%, informaram que o material recebido não tem sido útil. Ainda que o percentual de respostas negativas quanto à utilidade desse material didático seja reduzida, é importante levá-la em conta para assegurar a melhor qualidade possível desse material.

Com referência ao acesso a outros materiais de leitura nos Programas de Alfabetização ou fora deles, 44 alunos, o que corresponde a 81,48%, responderam afirmativamente e quatro alunos, 7,41%, responderam negativamente; seis alunos, isto é, 11,11%, não responderam a esta questão.

Os 44 respondentes que informaram ter acesso a outros tipos de materiais de leitura, além dos livros didáticos, assim se posicionaram: 42 alunos, ou seja, 95,45% têm acesso a cartazes; 40 alunos, isto é, 90,91%, lêem faixas; 38 alunos, 86,36%, têm acesso a revistas; 36 alunos, 81,82%, têm acesso a jornais; 34 alunos, o que equivale a 77,27%, têm acesso a propagandas de grandes lojas; 33 alunos, ou seja, 75,0% têm acesso a contas de luz, gás ou telefone; 27 alunos, 61,36%, têm acesso à Bíblia; 23 alunos, 52,27%, têm acesso a folhetos para acompanhar a Missa; 20 alunos, ou seja, 45,45%, têm acesso a manuais de instrução e 17 alunos, 38,64%, têm acesso a bulas de remédios. A natureza destes materiais tem implicações no efeito que produzem nas aprendizagens dos participantes. A este propósito pode-se considerar que:

A elaboração, seleção e escolha de materiais de leitura também passaram a ser questões na alfabetização de Jovens e Adultos. Que livros e textos podem e devem povoar as turmas de alfabetização? Quais os efeitos da adoção do livro de ensino da escrita e leitura sobre a aprendizagem das pessoas jovens e adultas [...] O debate sobre a adoção ou não do livro didático na alfabetização de jovens e adultos e

seus efeitos faz parte da busca por uma educação de qualidade para aqueles que não puderam se escolarizar quando crianças. (UNESCO, 2008, p. 140).

A decisão quanto à adoção ou não de livros didáticos e outros materiais nas turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos é crucial. Ela vai depender, sobretudo, da competência do alfabetizador para empregar esses recursos e do ajustamento destes recursos à realidade pessoal e social dos alunos. Como refere Saraiva (2011),

É de lamentar que o ensino [...] destinado a jovens e adultos permanecesse como um ensino com todas as características do ensino regular oferecido a crianças e adolescentes: a mesma metodologia, o mesmo currículo, a mesma abordagem dos conteúdos, os mesmos professores, os mesmos livros. A única diferença é que eram oferecidos [em sua grande maioria] à noite. (SARAIVA, 2011).

4.1.22 Situação dos Alunos quanto a Aprendizagens Independentes

Quanto à capacidade de ler palavras ou frases, independente do conteúdo ensinado nos Programas de Alfabetização, 42 alunos, ou seja, 77,78%, afirmaram que têm essa capacidade e 12 alunos, 22,22%, afirmaram que não. Declararam ser capazes de escrever palavras ou frases, independentes do conteúdo ensinado nos Programas de Alfabetização, 39 alunos, ou seja, 72,22%; 15 alunos, o equivalente a 27,78%, afirmaram que têm essa capacidade. Quanto ao domínio da habilidade de escrever seu nome completo, 46 alunos, isto é, 85,19%, informaram que já sabiam escrever seus nomes completos antes de frequentar o Programa de Alfabetização; sete alunos, 12,96%, informaram o contrário e um aluno, 1,85%, não respondeu a este item.

A aprendizagem da leitura e da escrita tem um espaço muito significativo na vida do homem atual. Um fato que reforça esta constatação é o impacto causado na sociedade em geral por um filme brasileiro (1999) intitulado “Central do Brasil”, dirigido por Walter Salles, que apresenta como protagonistas uma professora aposentada (Fernanda Montenegro) e um menino (Vinícius de Oliveira), recém órfão de mãe.

A professora aposentada trabalha escrevendo cartas para analfabetos numa estação central de trens do Rio de Janeiro. Ela e o menino se encontram nesse local

e, depois de alguns entendimentos e desentendimentos, saem pelo interior do Brasil em busca do pai do menino.

“Central do Brasil” recebeu em Los Angeles o 56º troféu Globo de Ouro, como o melhor filme em língua estrangeira, e quase chegou ao Oscar naquele ano. A relação de dependência e inferioridade das pessoas analfabetas que procuram a aposentada para escrever suas cartas, que é paga para realizar este serviço, está explicitamente demonstrada no filme.

O filme possibilita uma reflexão psicológica e social sobre o que significa saber ler e escrever para todos no contexto daquele drama, especialmente para os mais pobres e mais humildes. Põe em evidência a necessidade, ainda hoje tão viva, da comunicação entre as pessoas por meio das cartas. Enfatiza a importância de remeter notícias para aqueles mais distantes, e o quanto se sente impotente e inferiorizado quem não detém o conhecimento da leitura e da escrita.

“Central do Brasil” constata o nível de miserabilidade em que ainda vivem muitos professores no Brasil, incluindo os aposentados, o que se percebe no papel da professora que para completar seu orçamento escreve cartas para analfabetos, que dessas cartas tanto carecem, as quais muitas vezes nem são enviadas aos seus destinatários.

Tal situação no contexto brasileiro pode também ser considerada como um agravante para o problema do analfabetismo, pois o professor precisa de melhores condições econômicas e sociais para exercer plenamente e com dignidade o seu papel.

Os jovens ou adultos que estão inseridos nas turmas de alfabetização reagem de modo diferenciado das crianças aos estímulos que lhes são oferecidos no processo de ensino e aprendizagem. Eles trazem consigo histórias repletas de experiências, conhecimentos adquiridos e acumulados ao longo da vida e reflexões sobre o seu entorno, sobre eles próprios e sobre seus pares. Tudo isto faz com que os jovens e adultos em processo de alfabetização tragam consigo diferentes habilidades e dificuldades adquiridas no enfrentamento do mundo, maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento ministrado e sobre seus próprios caminhos para alcançar a aprendizagem. (OLIVEIRA, 1999).

Existe um grande equívoco quando jovens e adultos que não dominam as habilidades da leitura e da escrita são vistos como pessoas atrasadas ou infantilizadas, como se o seu crescimento pessoal e social estivesse estagnado. Eles efetuaram outros tipos de aprendizagem que os ajudaram a viver até então. Eles possuem consciência em relação à sociedade, integram formalmente ou informalmente a força de trabalho, mesmo sem o pleno domínio das letras e dos números. A infantilização dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos pode incidir no uso de procedimentos de ensino inadequados a estas pessoas.

Mesmo sem saber ler aprendi muito. Aprendi a cozinhar, a ouvir, a respeitar... Não esqueço uma coisa que uma patroa me ensinou há quase trinta anos - você tem que aprender uma coisa: quando alguém está falando com você, você tem que olhar, prestar atenção e escutar. Aí, você vai aprendendo... Por isso eu sou gente hoje. (IG)

Os jovens e adultos não chegam a este estágio de vida sem as habilidades da leitura e da escrita plenamente dominadas por vontade própria. Como já foram anteriormente mencionados, inúmeros fatores de caráter pessoal e social ocasionaram essa situação. Os conhecimentos do mundo que os jovens e adultos trazem consigo ao ingressarem em um Programa de Alfabetização são fruto de sua observação deste mundo e das reflexões daí advindas. Elas são o alicerce para a formação das opiniões que eles trazem consigo. Pode-se dizer que se tem aí a leitura e a interpretação de mundo por eles feita, com a utilização de recursos próprios.

É inadmissível considerar esses alunos, por serem incapazes de ler e escrever, como os responsáveis pelo subdesenvolvimento do País. Urge que o analfabetismo seja erradicado, mas urge, também, que se ofereça a esse contingente condições para suprirem suas dificuldades e para a inclusão social. Quanto ao modo de percepção do jovem ou adulto, que não tem pleno domínio da leitura e da escrita, Freire (2002) assim se pronunciou:

Traz implícita uma deformada maneira de vê-los - como se eles fossem totalmente diferentes dos demais. Não se lhes reconhece a experiência existencial bem como o acúmulo de conhecimentos que essa experiência lhes deu e continua dando. Como seres passivos e dóceis, pois que assim são vistos e assim são tratados, os alfabetizandos devem ir recebendo aquela 'transfusão' alienante da

qual, por isso mesmo, não pode resultar nenhuma contribuição ao processo de transformação da realidade. (FREIRE, 2002, p. 17).

Portanto, é de extrema importância que sejam consideradas as aprendizagens feitas pelos jovens e adultos ao longo de suas vidas e que, ao chegar às classes de alfabetização, já trazem consigo conhecimentos adquiridos por esforço próprio. Eles podem complementar ou fortalecer os conteúdos a serem desenvolvidos no Programa de Alfabetização, como alternativas que ampliam as possibilidades para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem:

Penso que temos que tentar desenhar programas de alfabetização utilizando as diversas mídias, notadamente rádio e televisão, para atingir maior número de analfabetos nos espaços em que vivem ou trabalham, sem a rigidez de um comparecimento diário, na mesma hora, a um espaço escolar, uma vez que um dos maiores problemas é o deslocamento dos analfabetos diariamente para esse espaço (SARAIVA, 2009).

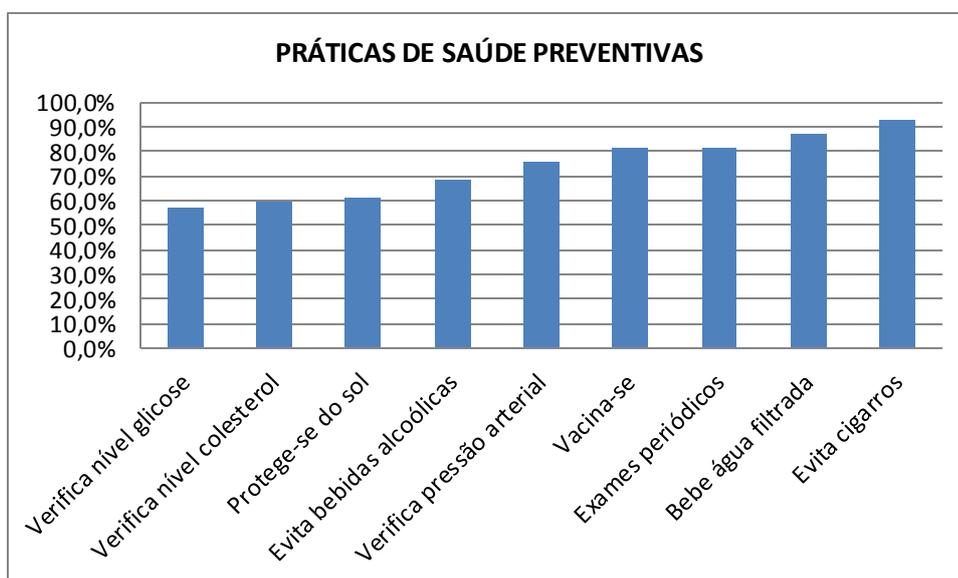
Foi possível apontar-se, à luz dos resultados analisados, aspectos que viabilizavam a inclusão social dos integrantes dos Programas de Educação de Adultos - uma das funções da Alfabetização, ainda que posterior. São eles: Oportunidade e apoio para que os jovens e adultos em fase alfabetização utilizem os conteúdos aprendidos no Programa em outras situações de vida; seleção e organização dos conteúdos a serem desenvolvidos no Programa de Alfabetização levando em conta as aprendizagens que os alunos adquiriram ao longo da vida e apoio e reconhecimento do professor a esses saberes.

4.1.23 Situação dos Alunos quanto às Práticas de Saúde Preventiva

No que se refere às práticas de ações de saúde preventiva, os respondentes assim se manifestaram: 50 alunos, o que corresponde a 92,59%, afirmaram evitar o uso de cigarros; 47 alunos, 87,04%, afirmaram beber água filtrada ou fervida; 44 alunos, o que corresponde a 81,48%, informaram vacinar-se para evitar o contágio de doenças; e, na mesma proporção, 44 alunos, informaram fazer exames periódicos de saúde; 41 alunos, 75,93%, afirmaram ter o cuidado de verificar a pressão arterial; 37

alunos, o equivalente a 68,52% informaram evitar o uso de bebidas alcoólicas; 33 alunos, ou seja, 61,11%, disseram proteger-se do sol para evitar possíveis doenças; 32 alunos, 59,26%, afirmaram verificar o nível de colesterol para controle, e 31 alunos, o que corresponde a 57,41%, preocupam-se em verificar o nível de glicose para controlar o diabetes (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Práticas de Saúde Preventivas



Fonte: a Autora (2013).

Quanto aos hábitos de higiene e práticas de saúde preventiva que fazem parte do cotidiano, os respondentes em sua totalidade, ou seja, 54 alunos informaram: tomar banho diariamente; escovar os dentes; lavar as mãos antes das refeições e sempre que utilizam o sanitário e manterem as unhas limpas; e 53 alunos, isto é, 98,15%, informaram usar roupas limpas.

Em relação aos hábitos de higiene e às práticas de saúde preventiva, a análise dos dados coletados revela que os alunos participantes dos Programas de Alfabetização, respondentes ao instrumento de Pesquisa estão informados e têm boas práticas quanto à higiene e à saúde preventiva.

As práticas de saúde preventiva e de higiene, declaradas pelos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos em percentual considerável, não

têm como base somente as informações oferecidas pelos Programas. O rádio, a televisão, a imprensa escrita e falada, as campanhas de saúde pública, inclusive envolvendo artistas populares, que sugerem atitudes para evitar determinados tipos de doenças ou estimulam o hábito de determinadas práticas higiênicas, constantemente apresentadas e que abordam de forma persuasiva tais questões, também influenciam o comportamento dessas pessoas, motivando-as a praticarem bons hábitos de saúde e higiene.

4.1.24 Situação dos Alunos quanto a Dificuldades na Fala, Visão, Audição e Movimentação

Quanto às dificuldades para falar, ver, ouvir ou movimentar-se, foram obtidas as seguintes informações dos respondentes: informaram ter alguma dificuldade na fala 33 alunos, o equivalente a 61,11%; e 21 alunos, 38,89%, informaram não ter essa dificuldade. Quanto à ajuda do Programa de Alfabetização para vencer esse problema, dos 33 alunos que o apresentavam, 24 alunos, 72,73%, afirmaram que o Programa os ajudou muito; oito alunos, 24,24%, informaram que o Programa os ajudou pouco e um aluno, 3,03%, informa que o Programa não o ajudou quanto à sua dificuldade na fala.

Quanto às dificuldades de visão, 22 alunos, o equivalente a 40,74% informaram ter essa dificuldade; 32 alunos, o equivalente a 59,26%, informaram não tê-la. Quanto à ajuda do Programa de Alfabetização para vencê-la, dos 22 alunos que a apresentavam, nove alunos, ou seja, 40,91% afirmaram que o Programa os ajudou muito; quatro alunos, isto é, 18,18%, informaram que o Programa pouco os ajudou; oito alunos, o que corresponde a 36,36%, informaram que o Programa não os ajudou; e um aluno, 4,55%, não respondeu a esse item.

Quanto às dificuldades de audição, seis alunos, o equivalente a 11,11% informaram apresentar essa dificuldade; 48 alunos, o equivalente a 88,89%, informaram não apresentá-la. Quanto à ajuda do Programa para vencê-la, três alunos, ou seja, 50,00%, que apresentavam dificuldades na audição, afirmaram que o Programa os ajudou muito a superá-las; e, na mesma proporção, três alunos informaram que o Programa não os ajudou a superá-las.

Quanto às dificuldades para executar movimentos, informaram ter alguma dificuldade para tal, três alunos, o equivalente a 5,56%; 51 alunos, isto é, 94,44%, informaram não ter essa dificuldade. Quanto à ajuda do Programa de Alfabetização para vencê-las, três alunos que a apresentavam, ou seja, 100%, afirmaram que o Programa muito os ajudou a vencê-las.

Os jovens e adultos que frequentam os Programas de Alfabetização e apresentam dificuldades relativas à fala, à visão, à audição ou para escrita (movimentos leves), no caso dos alunos envolvidos neste estudo, quando orientados a buscar recursos para sanar ou minimizar as dificuldades apresentadas são orientados a procurar serviços médicos especializados. Os que são beneficiados com Planos de Saúde, geralmente empresariais, têm mais facilidade para receberem o tratamento necessário. Os que não são contemplados com este benefício são orientados a procurar o Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que os Programas de Alfabetização não possuem infraestrutura para oferecer este atendimento. O SUS pela demanda existente atende precariamente. A maioria dos alunos dos Programas de Alfabetização depende deste tipo de atendimento.

As falas que se seguem reforçam esta afirmativa.

Nasci perfeita, mas na roça alguma coisa atingiu minha cabeça e prejudicou minha vista. Lá não tinha tratamento, por isso enxergo pouco. (MAS)

No começo minhas mãos ficavam muito duras quando eu escrevia. Falta de costume. (SMBS)

Faço tratamento de nervos no PINEL [Instituto Philippe Pinel – Hospital Psiquiátrico, RJ]. Tomo remédios e, às vezes, sinto sono aqui na aula. Isso me incomoda... Gosto do Programa. Tem horas que tenho vontade de desistir, mas não posso. (IG)

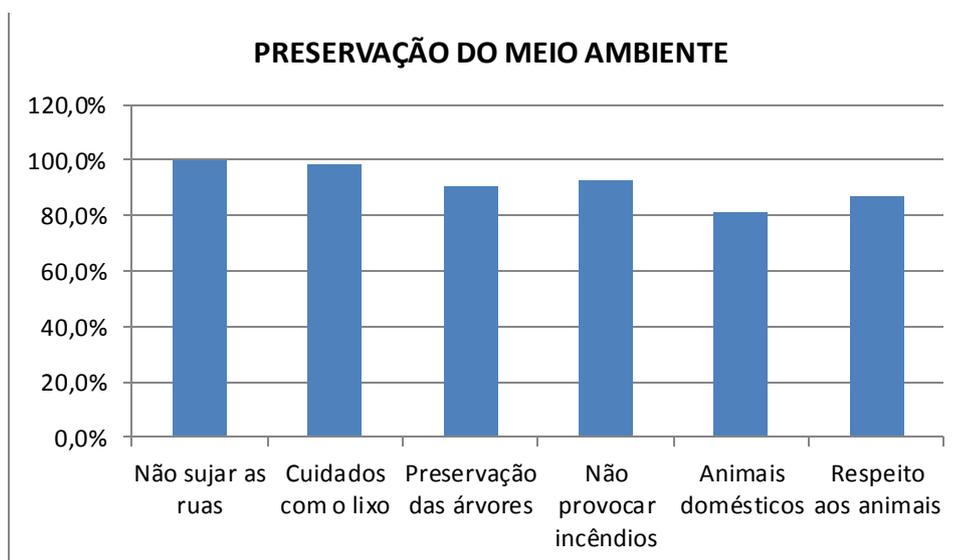
Eu acho que ainda falo muito errado,... mas estou melhorando... (CC)

Grande parte dos alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos apresenta algum condicionante, na área de saúde, que dificulta a sua participação mais efetiva nas atividades educativas que lhes são propostas. Assim sendo, os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos precisam articular-se com outras instituições e profissionais para tentar orientar resolver ou minimizar os problemas que afetam estes alunos, dificultando o processo de aprendizagem da leitura e da escrita (UNESCO, 2008).

4.1.25 Situação dos Alunos quanto à Preservação do Meio Ambiente

Quanto à preservação do meio ambiente, 100% dos alunos investigados, 54 respondentes, afirmaram ter cuidados para não sujarem as ruas das comunidades; 53 alunos, isto é 98,15%, afirmaram ter cuidado com o lixo doméstico; 50 alunos, isto é, 92,59%, afirmaram ter cuidados para não provocarem incêndios; 49 alunos, ou seja, 90,74% informaram preservar as plantas e as árvores; 47 alunos, o que corresponde a 87,04%, afirmaram ter respeito aos animais da mata; 44 alunos, ou seja, 81,48% informaram ter cuidados com fezes e urina dos animais domésticos (Gráfico 25).

Gráfico 25 – Preservação do Meio Ambiente



Fonte: a Autora (2013).

Estes percentuais indicam que os alunos dos Programas de Alfabetização têm comportamentos adequados no tocante à preservação do meio ambiente.

As questões relativas à preservação do meio ambiente, que se fazem necessárias sob pena de esgotarem-se as condições da vida do homem no planeta Terra. Elas ultrapassam as fronteiras das cidades, dos estados e mesmo dos países, assumindo proporções mundiais. A emergência ao estímulo à formação e permanência de hábitos relativos a esta preservação em toda população, aparece, de forma diversificada e atraente, em todas as mídias, portanto, as informações e

orientações recebidas pelos alunos nos Programas de Alfabetização são acrescidas deste importante reforço, o que pode ter influenciado no resultado alcançado na abordagem deste aspecto.

Contudo, convém enfatizar que a preservação do meio ambiente deve ser praticada não apenas teoricamente, mas sim, de forma contextualizada, levando em conta o cotidiano dos alunos, suas vivências e a realidade dos locais onde moram, da sua cidade, do seu país e do mundo.

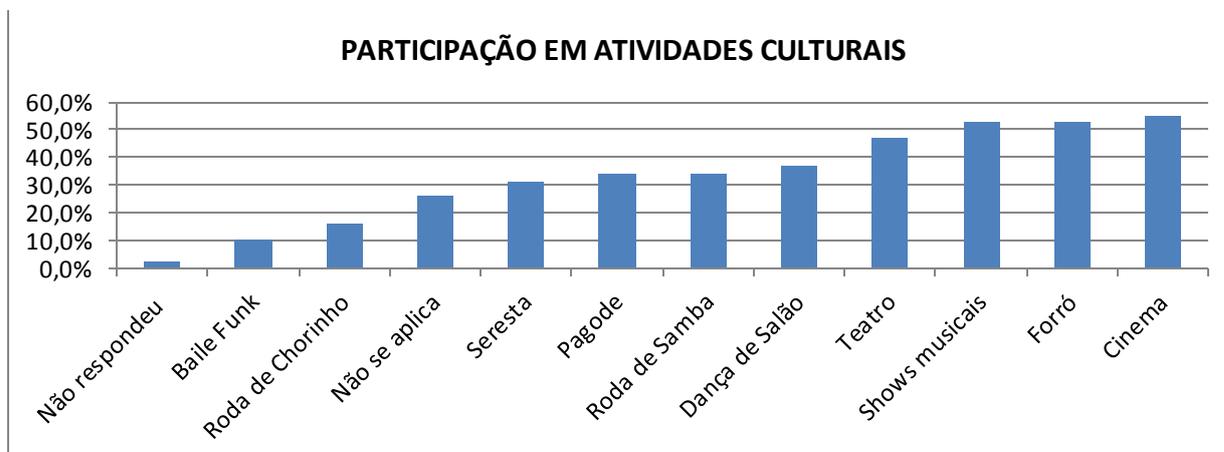
Por que não aproveitar as experiências que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público, para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos, dos córregos e os baixos índices de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes? (FREIRE, 1996, p. 36).

4.1.26 Situação dos Alunos quanto à Participação em Atividades Culturais, Esportivas e de Lazer

Quanto à ampliação da frequência em atividades culturais, 70,37% dos respondentes, ou seja, 38 alunos acusaram o aumento nas atividades culturais a partir da frequência ao Programa da Alfabetização; e 16 alunos, ou seja, 29,63% acusaram o contrário.

Os 38 respondentes que informaram terem ampliado a participação em atividades culturais, a partir da frequência aos Programas de Alfabetização, estão assim distribuídos: 21 alunos, ou seja, 55,26% informaram que vão ao cinema; 20 alunos, o que representa 52,63%, informaram que vão a *shows* musicais; na mesma proporção, 20 alunos, informaram que participam de forrós; 18 alunos, o que corresponde a 47,37%, informaram que vão ao teatro; 14 alunos, isto é, 36,84% informaram que participam de bailes; 13 alunos, ou seja, 34,21%, disseram que participam de rodas de samba, e, na mesma proporção, 13 alunos, participam de pagodes; 12 alunos, o que corresponde a 31,58%, informaram participar de serestas; seis alunos, ou seja, 15,79%, disseram que participam de rodas de choro; quatro alunos, o equivalente a 10,53%, declararam que participam de bailes *funk*; e um aluno, 2,63%, não respondeu (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Participação em Atividades Culturais



Fonte: a Autora (2013).

É inconcebível pensar-se na Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização – sem que se situe os alunos dos Programas de Alfabetização em seu contexto, levando-se em conta sua cultura.

A formação do adulto não pode restringir-se aos processos escolares. O adulto, mesmo analfabeto, está impregnado da cultura que o envolve por todos os lados e que representa, em larga escala, parte de sua própria vida. Falta-lhe adquirir de forma explícita e dinâmica os meios da apropriação da cultura em que está imerso. Falta-lhe tematizar a própria cultura, assumi-la conscientemente e desenvolver uma prática social responsável. Por isso impõem-se um tipo de educação que brote de sua própria experiência vital e de suas aspirações latentes, cuja explicitação é precisamente uma das tarefas da Educação de Adultos (SUCUPIRA, 1979 Apud SARAVA, 2004).

O Presidente do MOBREAL, Dr. Arlindo Lopes Corrêa, no período de 1974 a 1982 assim se expressou:

É indispensável que sejam considerados alguns aspectos primordiais para uma melhor compreensão das práticas culturais nos Programas de Alfabetização de Jovens e adultos, tais como: democratização da cultura; dinamização da criatividade e intercâmbio cultural; valorização do homem e da cultura local e preservação da cultura (CAVALCANTI et al., apud CORRÊA, 1979, p. 244).

As falas dos respondentes ao instrumento utilizado nesse estudo reforçam as afirmativas anteriores:

Gosto muito de participar dessas atividades [culturais]; me divirto; participo mais quando a escola [Programa] leva... (CIS)

Vou ao teatro às vezes, junto com os colegas e professores daqui. É muito bom! Agora, com a carteirinha de estudante, ficou muito bom. Pago meia entrada em tudo: cinema, teatro, shows... (SMBS)

No tocante à ampliação das práticas esportivas, a partir da frequência ao Programa de Alfabetização, 29 alunos, o equivalente a 53,70%, afirmaram que aumentaram a frequência e 20 alunos, 37,04%, afirmaram o contrário; cinco alunos, o que corresponde a 9,26%, não responderam (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Participação em Atividades Esportivas



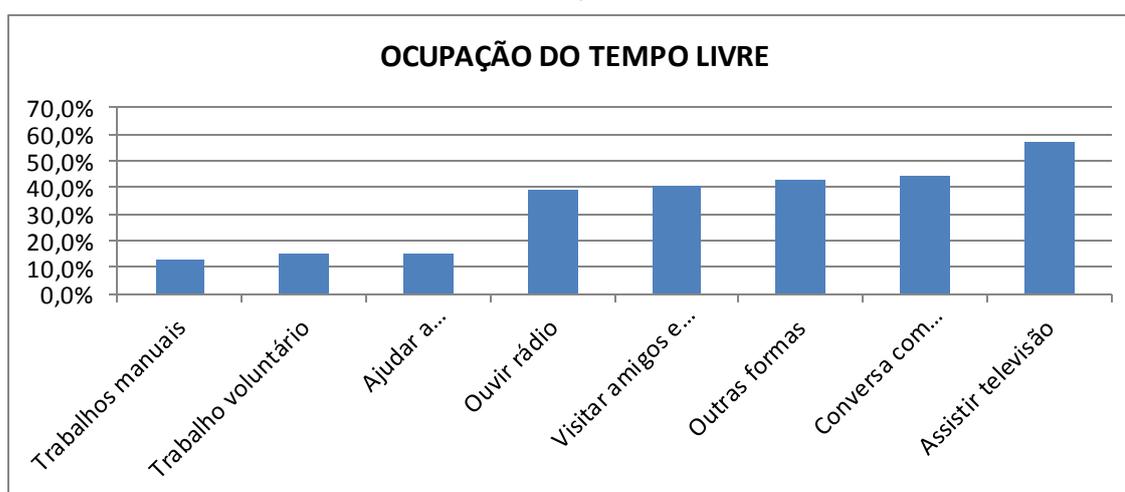
Fonte: a Autora (2013).

Dos 29 respondentes que informaram ter ampliado a frequência às atividades esportivas, 19 alunos, ou seja, 65,52% apontaram a caminhada como sua prática esportiva; nove alunos, 31,03%, apontaram o futebol; sete alunos, o que equivale a 24,14%, apontaram a ginástica; quatro alunos, o que corresponde a 13,79%, apontaram a natação; três alunos, o que equivale a 10,34%, apontaram o voleibol; um aluno, o que equivale a 3,45%, apontou o boxe; na mesma proporção, um aluno apontou a capoeira como sua prática esportiva.

Os Programas da Alfabetização de Jovens e Adultos abordam a importância dos movimentos corporais para o desenvolvimento pleno. A mídia tem se empenhado muito em informar a importância dos exercícios corporais para a manutenção da saúde. O resultado obtido na pesquisa quanto à participação dos alunos nessas atividades esportivas relaciona-se às informações obtidas por eles não somente nos Programas, mas também nas diversas mídias. Registre-se que a maioria dos alunos que aumentaram suas práticas esportivas declarou praticar a caminhada – atividade sem custo e que apresenta facilidade no tocante aos locais para a sua prática.

Com referência à ocupação do tempo livre com atividades de lazer, 31 respondentes, o que corresponde a 57,41%, informaram que ocupam seu tempo livre assistindo programas de televisão; 24 respondentes, o que equivale a 44,44%, conversam com amigos nas horas de lazer; 40,74%, o que equivale a 22 alunos, disseram que ocupam seu tempo livre com visitas a amigos e parentes; 21 respondentes, o que corresponde a 38,89%; informaram que preenchem seu tempo livre ouvindo o rádio; oito alunos, 14,81%, informaram que fazem trabalhos voluntários em seu tempo livre e, na mesma proporção, oito alunos, utilizam seu tempo livre ajudando sua comunidade; sete alunos, 12,96%, informaram fazer trabalhos manuais nas horas livres; e 23 alunos, 42,59%, informaram ocupar seu tempo livre de formas variadas (Gráfico 28).

Gráfico 28 – Ocupação do Tempo Livre



Fonte: a Autora (2013).

Vale constatar a forte influência da televisão no comportamento dos alunos, uma vez que, a maioria deles declarou assistir televisão no tempo livre, possivelmente, em processo de aprendizagem.

A tendência dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, além de desenvolver conhecimentos gerais, valorizar as manifestações culturais, estimular as práticas esportivas e auxiliar os alunos a encontrarem formas para a ocupação de seu tempo livre, ou seja, seu tempo para o lazer se traduz numa garantia de participação mais ativa nas atividades mencionadas, o que fortalece a identidade pessoal, social e cultural destes alunos (SARAIVA, 2009).

Ao indagar-se aos respondentes sobre a possibilidade de, juntamente com o Programa de Alfabetização, realizarem cursos de qualificação profissional, os 54 respondentes, ou seja, todos os alunos informaram que gostariam de fazê-lo. Fica evidente que estas pessoas percebem a necessidade da profissionalização para a melhoria das condições de vida nos planos pessoal, social e econômico. Esta capacitação vai além do processo de alfabetização, pois,

A alfabetização é uma parte fundamental, mas não é a única. No Brasil, a [Educação de Jovens e Adultos] EJA tem sido associada à escolaridade compensatória para pessoas que não conseguiram ir para a escola quando crianças, o que é um erro. A UNESCO trabalha com o conceito dos quatro pilares, surgido do desafio apresentado por um mundo em rápida transformação: precisamos aprender a ser, a viver juntos, a fazer e a conhecer (IRELAND, 2009).

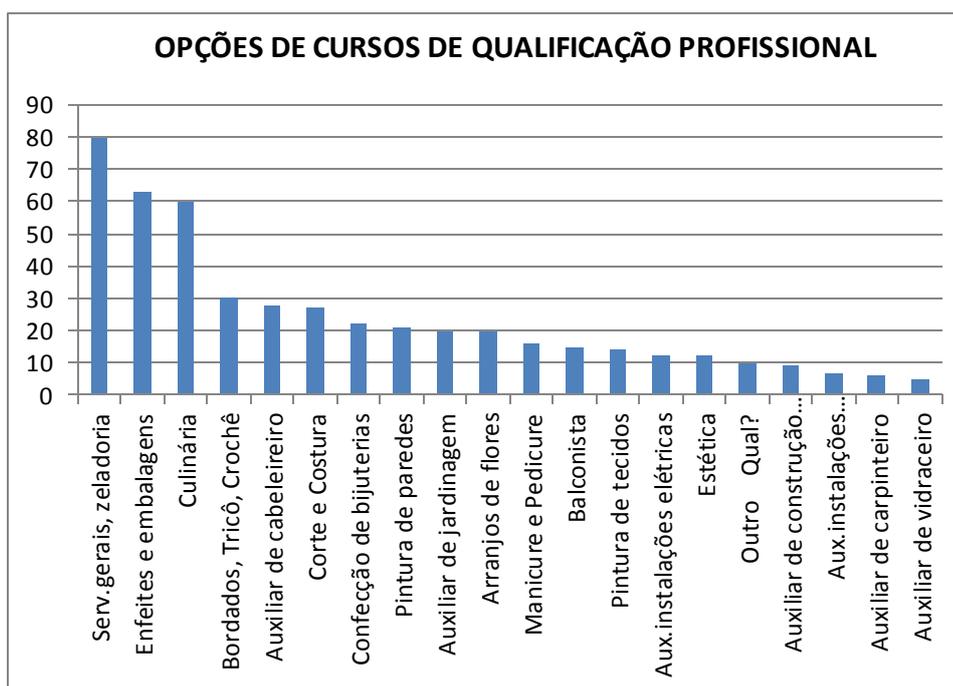
4.1.27 Situação dos Alunos quanto à opção por Cursos de Qualificação Profissional

Quanto à oportunidade de se matricularem em cursos de qualificação profissional, os respondentes apresentaram a seguinte distribuição: 80 escolhas para cursos de: serviços gerais, zeladoria e portaria; 63 escolhas para os cursos de confecção de enfeites e embalagens para presentes; 60 escolhas para cursos de culinária; 30 escolhas para cursos de bordados, tricô e crochê; os cursos de auxiliar de cabeleireiro obtiveram 28 escolhas; cursos de corte e costura obtiveram 27

escolhas; 22 escolhas em cursos de confecção de bijuterias; pintura de paredes obtiveram 21 escolhas; cursos de jardinagem e confecção de arranjos de flores obtiveram 29 escolhas cada um; cursos de manicure e pedicure obtiveram 16 escolhas; cursos de balconistas obtiveram 15 escolhas; cursos de pintura de tecidos obtiveram 14 escolhas; cursos de auxiliar de instalações elétricas e estética obtiveram 12 escolhas cada um; cursos de auxiliar de construção civil obtiveram nove escolhas; cursos de instalações hidráulicas obtiveram sete escolhas; cursos de auxiliar de carpinteiro obtiveram 6 escolhas; e cursos de auxiliar de vidraceiro obtiveram cinco escolhas (Gráfico 29).

Tais escolhas surgiram livremente a partir de uma lista de atividades profissionais atuais e presentes no contexto social dos alunos, a eles apresentada no instrumento de pesquisa. Assim, eles se decidiram pela própria observação, apreciação ou valorização das referidas práticas profissionais.

Gráfico 29 – Opções de Cursos de Qualificação Profissional



Fonte: a Autora (2013).

Manfredi comenta a existência de diversas teorias que permeiam a formação profissional:

Há os que consideram a Educação Profissional numa perspectiva compensatória e assistencialista, como uma forma de educação para os pobres [...] há os que postulam uma formação voltada para a satisfação das mudanças e inovações do sistema produtivo e dos ditames do atual modelo econômico de desenvolvimento brasileiro. [...] A Educação Profissional, como direito social é, assim, dimensão a ser incorporada aos projetos de escolarização de nível fundamental e médio dirigidos aos jovens e adultos que pertencem aos grupos populares. [como é o caso dos alunos que integram os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos] (MANFREDI, 2002, p. 57).

Quanto à renda familiar ser suficiente para atender às necessidades básicas de suas famílias, 32 alunos, ou seja, 59,26%, afirmaram que sim e 22 alunos, 40,74%, afirmaram que não. Quanto à possibilidade de melhorar a renda familiar a partir da realização de cursos de qualificação profissional, 52 respondentes, o que equivale a 96,30% da amostra, afirmaram acreditar que sim; contudo, dois respondentes, o que corresponde a 3,70%, afirmaram o contrário. A maioria dos respondentes acredita que a realização de Curso Profissionalizante possibilita o aumento de sua renda.

Programas que associam a modalidade Educação de Jovens e Adultos a formas de atendimento na Educação Profissional também têm contribuído para alterar o quadro de oferta, mas principalmente, o quadro referencial quanto ao que é fazer educação básica integrada à educação profissional na modalidade [Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização]. Outra exigência na constituição de currículos é a de reconhecer competências profissionais como conteúdos e saberes já portados por jovens e adultos, alterando a forma de produzir currículo na escola (BRASIL, 2008, Item 40).

É importante ressaltar-se que, no que se refere às necessidades básicas e à renda familiar, as respostas dadas sofrem variações em decorrência do entendimento que os respondentes tenham dessa questão.

Todos ajudando e com muito esforço dá. São três pessoas trabalhando... (MCFL)

Sou aposentada e ganho muito pouco. Mas, se aparecer algo que eu possa aprender a fazer para melhorar meu salário, eu quero. (IS)

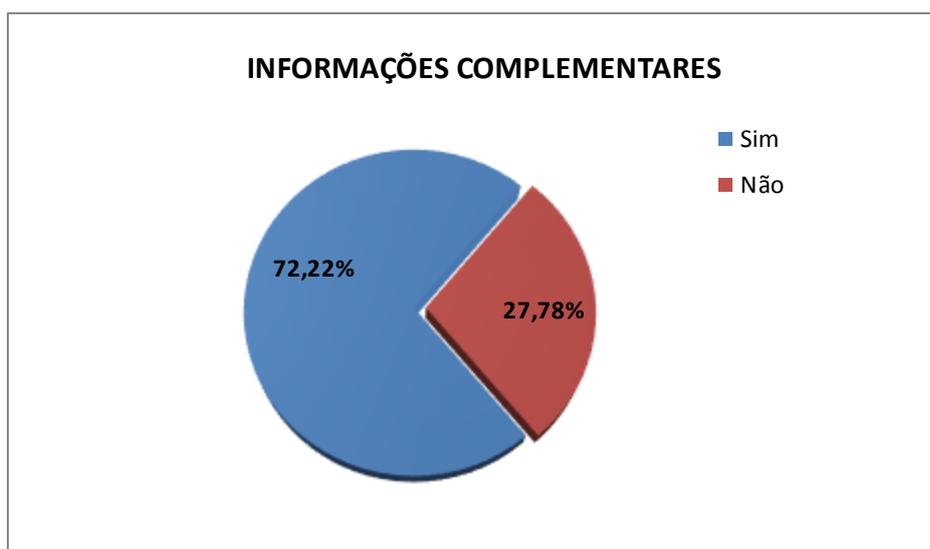
Minha aposentadoria é baixa. Minha filha me ajuda bastante. Preciso comprar remédios. Os remédios são muito caros... e assim vou vivendo... (IS)

Tenho uma vida mais ou menos porque conto com a minha filha. Minha aposentadoria não dá. Mesmo assim não reclamo. Gosto de estudar, gosto da professora. Ela quer bem a gente... (IS)

4.1.28 Situação dos Alunos quanto ao Oferecimento de Informações Complementares

No tocante a complementar as informações fornecidas com outros registros importantes, 39 alunos, isto é, 72,22%, quiseram acrescentar outras informações e 15 alunos, ou seja, 27,78%, não sentiram essa necessidade, portanto, não o fizeram (Gráfico 30).

Gráfico 30 – Informações Complementares



Fonte: a Autora (2013).

Os 39 alunos que se prontificaram a oferecer informações complementares manifestaram-se conforme a distribuição de suas falas apresentadas em categorias descritas no Quadro 36:

Quadro 36 - Fala dos Alunos quanto à adesão ao Programa de Alfabetização

ADESÃO AO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO – Falas dos alunos
<i>Passando em frente ao CREJA, entrei e perguntei. Informaram o dia que era para vir. Eu, então, me matriculei... (EDS)</i>
<i>Meus patrões insistiram para eu voltar a estudar. Estava vivendo uma fase horrível. Perdi uma filha. O estudo tem me ajudado muito na depressão... (TD)</i>
<i>Se não fosse minha patroa, eu não estaria aqui estudando. Ela me matriculou me anima e diz que quer que eu seja governanta. Preciso estudar. As professoras são ótimas e pacientes... (ALS)</i>
<i>Minha patroa me deu a maior força para estudar. Se eu tivesse sabido do Programa há mais tempo eu já estava lendo e até fazendo cartas... (SMBS)</i>
<i>Comecei a procurar porque queria estudar. Vim aqui quatro vezes e não tinha vaga. Na quinta, consegui... (MGS)</i>
<i>Soube por amigos. Me arrependo de não ter iniciado mais cedo a estudar... (HM)</i>
<i>Saí procurando: fui a um Colégio e fui orientado a procurar este Programa. (EMS)</i>

Trabalho na Cidade. Meu serviço orientou e eu tinha vontade de estudar para melhorar. (ESP)

Fui informado por amigos. Tenho uma história muito comprida. Tem 14 anos que tento aprender a ler e a escrever. O adulto tem mais dificuldade de aprender do que as crianças. Tem outros problemas. Essa professora é boa. Além de ensinar explica. Para ensinar adulto é assim que tem que ser. (CN)

Um amigo que estuda aqui me deu uma força... Eu vim e me matriculei. (WS)

Comentário

Quanto à adesão, as falas dos alunos denotaram interesse no ingresso aos Programas por motivação social, ou seja, vencerem as dificuldades vividas pela falta do domínio da leitura e da escrita. Esses alunos foram motivados, também, pelo estímulo recebido de amigos, ou no próprio trabalho, que os incentivava a estudar.

Destacou-se, contudo, a perseverança, a persistência demonstrada por alguns para ter acesso aos Programas, bem como, o comportamento de alguns empregadores, no encorajar e despertar o ânimo dos alunos para o estudo.

Evidenciou-se a necessidade de valorizar o comportamento dos alunos na procura dos Programas de Alfabetização e de ampliar o comportamento dos empregadores, no sentido de orientar e estimular seus empregados a estudarem.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 37 - Fala dos Alunos quanto à Autoestima

AUTOESTIMA
<i>Eu estou gostando muito de estar na escola. Melhorei na leitura. Amanhã haverá um evento, Paixão de Ler, eu fui escolhida para participar. A professora acha que eu consigo. Não vou decepcionar ela. (EDS)</i>
<i>Se eu tivesse um diploma trabalharia de engenheiro, o negócio é aprender. (EMS)</i>
<i>Estou gostando do Programa. Quero chegar até a quinta série. Estou feliz com o estudo. Meu sonho é aprender a mexer no computador – acho tão bonito. (MGS)</i>
<i>Estou muito feliz, graças a Deus, estudando. Espero melhorar minha vida. Para conseguir emprego tem que fazer o curso. (WS)</i>
<i>Eu sempre gostava um pouquinho de mim, agora estudando, gosto mais ainda... (FR)</i>
<i>Sempre fui vaidosa. Agora, estudando então... (MC)</i>

Melhorei bastante só em saber que logo estarei lendo. Tenho vergonha de não saber ler. (CC)

Estar aprendendo é super importante em nossa vida... me sinto melhor. (MCLS)

Estou satisfeito com tudo; estou contente porque voltei a estudar; estou satisfeito com as aulas, com o Colégio, tenho amigos e aqui todo mundo se respeita. Eu também sou respeitado. (PA)

Mesmo sem saber ler, aprendi muito. Aprendi a cozinhar, a respeitar... Não esqueço uma coisa que uma patroa me ensinou a quase 30 anos – Você tem que aprender uma coisa; quando alguém está falando com você, você tem que prestar atenção e escutar. Aí você vai aprendendo... Por isso sou gente hoje! (IG)

Estou gostando muito de estudar. Está sendo muito proveitoso. Me comunico melhor na minha família e no meu trabalho. Espero melhorar ainda mais... Almejo coisas melhores através deste Programa... (MJ)

A professora é ótima! Tem muita paciência com a gente. Ensinar gente na nossa idade é pior do que ensinar a crianças. Estou muito feliz porque estou estudando!... (MCLS)

Sou envergonhada. Tenho dificuldade em chegar numa festa, entrar em uma loja, num barzinho... só me sinto mais à vontade aqui na escola . Estou melhorando... (CI)

Comentário

Ao falarem da autoestima e ao manifestarem suas mudanças de comportamento, os alunos evidenciaram a valorização pessoal, o gosto pela aprendizagem da leitura e da escrita e; a expectativa da melhoria de vida, como também, a importância do papel do professor no processo de elevação da autoestima e da valorização pessoal.

O Processo de ampliação da autoestima dos jovens e adultos em processo de alfabetização fortalece a autoconfiança, a autonomia e, conseqüentemente, a aprendizagem da leitura e da escrita.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 38 - Fala dos Alunos quanto às Aprendizagens Independentes

APRENDIZAGENS INDEPENDENTES

Aprendi minha profissão mesmo sem ler, escrever e sem ter o 1º grau... (JL)

Mesmo sem saber ler, aprendi muito. Aprendi a cozinhar, a respeitar... Não esqueço uma coisa que uma patroa me ensinou há quase 30 anos – Você tem que aprender

uma coisa; quando alguém está falando com você, você tem que prestar atenção e escutar. Aí você vai aprendendo... Por isso sou gente hoje!....(IG)

Comentário

No que se refere às aprendizagens independentes, percebeu-se na fala dos alunos, confiança, ou seja, crença nas suas possibilidades, segurança que lhes fora conferida pelas aprendizagens assistemáticas adquiridas ao longo da vida, bem como, a valorização e a importância dessas aprendizagens.

Essa percepção reforçou a importância da consideração dessas aprendizagens nas atividades desenvolvidas nas classes de Alfabetização de Adultos.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 39 - Fala dos Alunos quanto à Continuidade de Estudos

CONTINUIDADE DE ESTUDOS
<i>Graças a Deus estou satisfeito. Quero sempre estudar. Vou dar continuidade. (BS)</i>
<i>Quero continuar porque gosto da professora, ela ensina bem e eu vou aprender. (TR)</i>
<i>Quero sempre levar o estudo pra frente pra poder melhorar. O estudo é muito importante na vida... (JS)</i>
<i>Eu gostaria muito de completar meus estudos, ter uma vida melhor para ajudar meus filhos... (MS)</i>
<i>Espero concluir meus estudos; ser advogada ou promotora, mas continuar sendo atriz. Gosto muito de representar e de cantar. Disso eu não abro mão. (MCR)</i>
<i>Estudo para aprender. Mas, com a minha idade acho que não dá para ir mais longe. [Ensino Fundamental] Mas, assim mesmo, gosto de vir à escola e gosto de estudar... e vou seguindo... (IS)</i>
<i>Enquanto eu tiver vida, saúde e disposição. Eu venho. Eu continuo... (CN)</i>
<i>Quero estudar até onde der... (JL)</i>
<i>Quero muito continuar a estudar, terminar pelo menos o primeiro grau [Ensino Fundamental]... (JMV)</i>
<i>Estou gostando do Programa. Quero chegar até a quinta série. Estou feliz com o estudo. Meu sonho é aprender a mexer no computador – acho tão bonito. (MGS)</i>
<i>Sempre levar o estudo pra frente pra poder melhorar. O estudo é muito importante na vida... (JS)</i>

Estudo para aprender. Mas, com a minha idade acho que não dá para ir mais longe [ensino fundamental] Mas, assim mesmo, gosto de vir à escola e gosto de estudar... e vou seguindo... (IS)

Comentário

Quando se referiram ao prosseguimento de estudos, os alunos em suas falas expressaram esse desejo. Independente da faixa etária, transpareceram a expectativa que tinham de profissionalizar-se e de melhorar a condição de vida, a partir do estudo.

Estatégias para ampliar as possibilidades de continuidade de estudos aos alunos egressos dos Programas de Alfabetização, que possibilitem de fato essa continuidade precisam ser elaboradas, levando em conta o interesse dos alunos em prosseguirem.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 40 - Fala dos Alunos quanto aos Desafios

DESAFIOS

Temos que conversar com pessoas de nível mais alto para aprender... (ESP)
Tive curiosidade de saber do que se tratava (pesquisa); gostei de responder e gostei de vocês... (LNS)
Não sei ler por descuido meu... Difícil sempre foi; nada é fácil... (VTS)

Comentário

Quanto aos desafios, isto é, situações ou problemas apresentados a serem vencidos, solucionados ou esclarecidos, os alunos mostraram disponibilidade e organização para a busca de respostas ou soluções.

É importante ressaltar que este comportamento precisa ser estimulado, pois ele facilita a participação dos alunos em outras situações de vida.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 41 - Fala dos Alunos quanto à Discriminação, Exclusão e Preconceito

DISCRIMINAÇÃO, EXCLUSÃO E PRECONCEITO

A professora disse que não dava mais para estudar com minha idade [15 anos]. (WS)

Eu gostaria que tivesse mais incentivo! Tem muitas pessoas que não vem estudar por vergonha. O Programa devia ser mais divulgado. Tem gente que só sabe fazer o

nome. Principalmente nordestinos... Só nordestinos não; todos. Só se pensa em atender crianças, Os adultos também precisam. Temos que enfrentar de corpo e alma. Depois de velha é que você vai estudar? É o que as pessoas dizem... (GS)

A professora não me incentivou... (RA)

Os pais não gostavam de pôr os filhos na escola: mulher na cozinha; meninos, ainda vai. (MGS)

A patroa e a filha zombam de pessoas que não tem estudo, como eu. (MGDS)

As pessoas poderiam ser melhores se pensassem no próximo. Quero aprender a ler e a escrever para escrever uma carta para o governador sobre o direito das empregadas domésticas. Tudo devia ser igual a uma firma. Direitos iguais. Elas são desvalorizadas. (MGDS)

Só ensinavam a quem já sabia ler e escrever. Quem não sabia nada, ia ficando para trás... (RMV)

Eu morava na roça e a preferência para o estudo era dada aos homens. (MASS)

Tinha vergonha de não saber assinar um documento... (JL)

Meus patrões nem sabem que estou estudando... Saber pra quê? (JL)

Só davam pintura e desenho, não ensinavam nada... eu não gostava... (BLB)

As pessoas são muito desiguais. Um quer ser melhor do que o outro. Questão da cor da pele... (FR)

Comentário

Quanto à percepção da discriminação, da exclusão e do preconceito em suas vidas, os alunos apontaram que se sentiram discriminados pelo tratamento pior ou injusto recebido em determinadas situações. Eles mencionaram o sentimento de exclusão, quando privados de determinadas práticas por motivos, para eles, injustificáveis. Eles explicitaram ser alvo de comportamentos preconceituosos quando atingidos por atos nos quais houve prejulgamento e quebra do princípio de igualdade.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 consigna como inaceitáveis quaisquer atitudes discriminatórias, excludentes e preconceituosas. É importante enfatizar que a prática desses atos ofende a essência do próprio ser humano em sua dignidade. Cabe a cada sujeito uma parcela da responsabilidade para que este preceito constitucional seja cumprido, e que sejam sublinhados, neste caso, os Programas Sociais, nos quais a maioria da população-alvo ainda não alcançou a plena compreensão de seus direitos.

Quadro 42 - Fala dos Alunos quanto às Expectativas de Vida

EXPECTATIVAS DE VIDA
<p><i>Cada ano de vida é uma primavera que se vive. (MAS)</i></p> <p><i>Além de aprender a ler e a escrever, que é importante para mim, eu quero outras coisas: Gostaria de ter minha casa e que meu companheiro voltasse, gostaria de juntar meus filhos e de ter mais saúde... (LI).</i></p>
Comentário
<p>Ao expressarem suas expectativas de vida, os alunos exprimiram seus sentimentos, suas necessidades e seus interesses, quando falaram de sua forma de entender a passagem de cada ano em sua vida e da necessidade da alfabetização, bem como, de outros interesses pessoais e das probabilidades de ocorrência, em determinado momento de sua vida. Nessas expressões, apontaram situações que ultrapassam, em grande parte, as possibilidades dos Programas, quanto à sua viabilização. Ressalta-se, contudo, que, em situação ideal, os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos deveriam se desenvolver articulados, ou mesmo, integrados não só com o Sistema Educacional, mas também com outros Sistemas como Saúde, Habitação, Trabalho e Emprego, entre outros.</p>

Quadro 43 - Fala dos Alunos quanto às Melhorias Declaradas de Comportamento

MELHORIAS DECLARADAS DE COMPORTAMENTO
<p><i>Agora eu divido e faço as etiquetas dos produtos que vêm nas compras. Agora eu já sei fazer, antes eu tinha dificuldade... Quem fazia era a minha patroa. (SMBS)</i></p> <p><i>No começo as minhas mãos ficavam muito duras quando eu escrevia. Falta de costume!... Estou melhorando... (SMBS)</i></p> <p><i>Eu estou gostando muito de estar na escola. Melhorei na leitura. Amanhã haverá um evento, Paixão de Ler, eu fui escolhida para participar. A professora acha que eu consigo. Não vou decepcionar ela... (EDS)</i></p> <p><i>Melhorei bastante só em saber que logo estarei lendo. Tenho vergonha de não saber ler. (CC)</i></p> <p><i>Eu acho que ainda falo muito errado, mas já estou melhorando... (CC)</i></p> <p><i>Fico escrevendo coisas do meu dia para reforçar meu estudo. (LNS)</i></p>

Estou gostando muito de estudar. Está sendo muito proveitoso. Me comunico melhor na minha família e no meu trabalho. Espero melhorar ainda mais... Almejo coisas melhores através deste Programa ... (MJ)

Sou envergonhada. Tenho dificuldade em chegar numa festa, entrar em uma loja, num barzinho... só me sinto mais à vontade aqui na escola . Estou melhorando... (CIS)

Não como doces nem comidas gordurosas por causa da diabetes. Como tudo controlado... Já fiz operação de catarata por estar ruim da vista, aí melhorei! Agora, esse negócio de depressão, eu nunca tive!... (IS)

Comentário

O registro das falas dos alunos, quanto às suas modificações declaradas de comportamento, se revestiu de importância relevante por serem os próprios alunos a declararem que seus comportamentos se modificaram para melhor, a partir de novas aprendizagens.

Assim sendo, diante de determinados estímulos sociais, pessoais, ou de ambos, eles procederam de forma coerente, em suas percepções. As novas aprendizagens, possivelmente, unidas às adquiridas ao longo da vida, possibilitaram a eles maior desenvoltura em diversas situações. A melhoria no processo de comunicação incluiu a habilidade de dialogar, de entender o que lhes é dito e, também, de se fazer entender, o que, possivelmente, lhes possibilitou melhor participação nos diversos grupos sociais dos quais são membros.

A identificação e a permanência das modificações de comportamento dos alunos, por eles identificadas, a partir das vivências e experiências coletadas na vida e nos Programas, devem ser estimuladas, exercitadas, valorizadas e aprimoradas para facilitar-lhes a construção mais sólida do conhecimento e do exercício da autoavaliação.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 44 - Fala dos Alunos quanto à participação em atividades Culturais e de Lazer

PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES CULTURAIS E DE LAZER

Gosto muito de participar dessas atividades; me divirto. Participo mais quando a escola leva... (CIS)

Geralmente nunca tenho tempo livre. Quando estou desocupada, tomo conta de meu neto. Ele fica comigo em meu trabalho... (CIS)

Vou ao teatro, às vezes, junto com os colegas e professores daqui. É muito bom!... Agora, com a carteirinha de estudante, ficou muito bom! Pago meia entrada !... (SMBS)

Comentário

Quanto à participação dos alunos nas atividades culturais e de lazer percebeu-se, em suas falas, a falta de tempo e o acúmulo de tarefas, o que não impediu a participação, o gosto pela participação grupal, a oportunidade de diversão e o pagamento de meia entrada conferido aos estudantes.

Fica evidente a importância dos Programas na ampliação dos horizontes culturais de seus participantes e na formação de público apreciador de cinema e teatro. É relevante que os Programas incluam em seu planejamento atividades culturais, entre outras, idas ao Cinema e ao Teatro, bem como, atividades complementares, que abordem o filme, peça, ou o espetáculo assistido.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 45 - Fala dos Alunos quanto à participação nas Eleições e na Política

PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES E NA POLÍTICA

A família se reuniu para discutir em quem votar. (RA)

Não acredito nos políticos! Dou nota zero para eles. Só voto porque sou obrigado!... (HM)

Quem não sabe ler pode votar errado. Não quis votar em quem tem ficha suja. Se votei, foi sem saber... (MASS)

Tive orientação de minha patroa. Ela me orienta muito e em tudo... (CIS)

Escolhi na hora de votar. Eu não queria votar no [...]. Passou um senhor, eu pedi e ele me orientou. Aí eu votei... (SMBS)

Para votar tive orientação aqui mesmo na escola. A professora ensinou e explicou como votar. Ela disse para todo mundo escolher direito os candidatos... (IS)

Comentário

Das falas dos alunos, quanto à participação nas eleições e na política, depreendeu-se que eles votaram à vista de critérios próprios. Para esclarecer seus votos, eles mencionaram a ocorrência de reunião familiar para, juntos, decidirem em quem a família votaria; preocupação de não votar errado, ou seja, segundo eles, em

candidatos com ficha suja; orientações recebidas na escola (professora) e no emprego (patroa), que explicavam como votar e, ainda, o pedido de ajuda e esclarecimento a outro possível eleitor, para que não votasse em quem não queriam. Faz-se necessário destacar que a taxa nacional de analfabetismo entre cidadãos de 15 anos ou mais era de 9,6% em 2010 (BRASIL, 2013b). Assim sendo, o desafio de incluir os analfabetos no processo eleitoral ainda é grande.

A situação ideal é que os jovens e adultos alcancem pleno domínio das habilidades da leitura e da escrita para que possam participar dos pleitos eleitorais com mais segurança e autonomia, compreenderem e alcançarem outros direitos inerentes à cidadania, além de muitos outros benefícios

Fonte: TSE NOTÍCIAS, (2012).

Quadro 46 - Fala dos Alunos quanto à Qualificação Profissional

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
<p><i>Se eu pudesse faria o curso de auxiliar de cabeleireira para me formar e mudar de profissão (doméstica). (ES)</i></p> <p><i>Falar de cursos profissionalizantes foi muito importante para mim. (JÁ)</i></p> <p><i>Trabalho no prédio há oito anos. Sei quase tudo. Depois do Programa faço tudo melhor: separar cartas.. Mais ninguém quer empregado sem estudo. Preciso estudar... (RMV)</i></p> <p><i>Quero fazer um curso que prepare para trabalhar com pessoas idosas. (ESP)</i></p> <p><i>Sou aposentada e ganho muito pouco. Mas, se aparecer algo que eu possa aprender a fazer para melhorar meu salário, eu quero. (IS)</i></p>
Comentário
<p>Quanto à qualificação profissional, os alunos manifestaram interesse em trocar a profissão exercida na ocasião da pesquisa, por outra, caso houvesse esta possibilidade; declararam melhoria de desempenho profissional, a partir da frequência ao Programa e apontaram a necessidade de qualificação profissional para pessoas idosas e aposentadas, em razão da baixa remuneração das aposentadorias. Registre-se a importância da qualificação profissional, na Educação de Jovens e Adultos, sem se excluir a alfabetização, e as pessoas idosas, para possibilitar gradativa melhoria nas condições de vida dessa população.</p>

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 47 - Fala dos Alunos quanto às Questões de Saúde

QUESTOES DE SAUDE
<p><i>Gosto muito da minha professora. Gosto do Programa. Faço tratamento de nervos no PINEL. Tomo remédios e, às vezes, sinto sono aqui na aula. Isso me incomoda. Tem horas que tenho vontade de desistir, mas não posso... (IG)</i></p> <p><i>Quando estou tranquila eu escrevo bem; se estou nervosa ou com algum problema, esqueço tudo... (CIS)</i></p> <p><i>Nasci perfeita, mas na roça alguma coisa atingiu minha cabeça e prejudicou minha vista. Lá não tinha tratamento. (MAS)</i></p> <p><i>Não como doces nem comidas gordurosas por causa da diabetes. Como tudo controlado. Já fiz operação de catarata por estar ruim da vista, aí melhorei! ...Agora, esse negócio de depressão, eu nunca tive!... (IS)</i></p>
Comentário
<p>Alguns alunos comentaram que apresentavam problemas de saúde, por ocasião deste estudo. Enfatize-se a necessidade da articulação dos Programas Sociais com os Programas de Saúde para encaminhamentos desses alunos e receberem orientações para dissiminá-las, principalmente, as atitudes preventivas bem como, à busca de soluções conjuntas para determinadas questões como informação sobre os períodos de vacinação e combate a determinadas doenças.</p>

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 48 - Fala dos Alunos quanto às Reivindicações

REIVINDICAÇÕES
<p><i>A saúde para a população e o ensino são necessários. O Programa é bom, mas deveria dar mais condição aos alunos. (OS)</i></p> <p><i>Muita coisa tinha que melhorar no Programa: segurança, material, tudo... Tem gente nesta sala que precisa até de alimentação. Sai de casa ou do trabalho para comer aqui... (ESP)</i></p> <p><i>Tenho direitos e não sou respeitado. Isto me incomoda! Gostaria que isso acontecesse!... (HM)</i></p>

Eu gostaria que tivesse mais incentivo! Tem muitas pessoas que não vem estudar por vergonha. O Programa devia ser mais divulgado. Tem gente que só sabe fazer o nome. Principalmente nordestinos... Só nordestinos não; todos. Só se pensa em atender crianças, Os adultos também precisam. Temos que enfrentar de corpo e alma. Depois de velha é que você vai estudar? É o que algumas pessoas dizem...

(GS)

O que eu adoraria mesmo hoje era ter uma casa própria e ter mais estudo... (AIS)

Eu acho que o Programa deveria nos dar aulas de computação. Fico curioso. Quem não quer saber isso hoje em dia. Pelo computador se fica sabendo de tudo. (AM)

Comentário

Quanto às reivindicações, os alunos, em suas falas, expressaram necessidades imediatas e prementes como melhoria nas próprias condições dos Programas; percepção de desrespeito a direitos adquiridos por eles como cidadãos e de marcas de exclusão e de preconceito. Apontaram, também, necessidades de moradia própria, nível de escolaridade mais elevado e maior domínio de informações, inclusive, sobre o mundo tecnológico. Constatou-se que as reivindicações dos alunos continham reclamações quanto a seus direitos que, certamente, repercutiram em sua qualidade de vida.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 49 - Fala dos Alunos quanto à Religiosidade

RELIGIOSIDADE

Sim - Graças a Deus estou satisfeito. Quero sempre estudar. Vou dar continuidade. (BS)

Estou muito feliz, graças a Deus, estudando. Espero melhorar minha vida. Para conseguir emprego tem que fazer o curso. (WS)

Não posso nem reclamar da sorte que Deus está me dando por estudar aqui... (VTS)

Eu aprendi muita coisa aqui nesse colégio com as professoras; uma das coisas que eu aprendi mesmo é o dom do perdão. A professora me deu boas lições. A coordenadora, as professoras, o Colégio, tudo aqui é ótimo. Agradeço a Deus por isso!... (CIS)

Comentário

A religiosidade dos alunos dos Programas de Alfabetização fica evidenciada, não só em suas falas, mas nas próprias formas de encarar as agruras presentes em sua vida. A fé em Deus demonstrou que os alunos atribuíam segundo eles, coisas boas, com eles ocorridas às graças de Deus. Essa crença, pareceu dar-lhes melhores condições de encarar e suportar as dificuldades da vida.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 50 - Fala dos Alunos quanto à Renda Familiar

RENDA FAMILIAR
<p><i>Todos ajudando e com muito esforço dá. São três pessoas trabalhando... (MCFL)</i></p> <p><i>Sou aposentada e ganho muito pouco. Mas, se aparecer algo que eu possa aprender a fazer para melhorar meu salário, eu quero! (IS)</i></p> <p><i>Minha aposentadoria é baixa. Minha filha me ajuda bastante. Preciso comprar remédios. Os remédios são muito caros... E, assim vou vivendo... (IS)</i></p> <p><i>Tenho uma vida mais ou menos porque conto com a minha filha. Minha aposentadoria não dá. Mesmo assim não reclamo. Gosto de estudar, gosto da professora. Ela quer bem a gente... (IS)</i></p>
Comentário
<p>Algumas questões puderam ser observadas na fala dos alunos quanto à renda familiar: a necessidade do esforço conjunto e no somatório do salário de todos; a precariedade das aposentadorias; o preço dos remédios e a necessidade do apoio financeiro de familiares. O valor das aposentadorias recebidas não era suficiente para pessoas, em faixa etária mais avançada, quando o uso de medicações se faz mais necessário. Embora existam Programas Sociais dos governos que preveem distribuição gratuita de medicamentos, nem sempre esses medicamentos se encontram disponíveis. As pessoas que deles fazem uso precisam comprá-los. Essas são questões que necessitam ser equacionadas pelos sistemas de saúde e previdenciário.</p>

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 51 - Fala dos Alunos quanto ao Senso Crítico

SENSO CRÍTICO
<p><i>O salário mínimo é menor do que o custo de um presidiário. Eles deveriam trabalhar. A maior parte deles não tem estudo. (ESS)</i></p> <p><i>Não adianta ter dinheiro e não saber lidar com ele... (HM)</i></p>

Adorei as perguntas que a senhora me fez. Se fizer mais alguma, estou pronto para responder... (HM)

A aluna perguntou-me para que eu estava fazendo esta pesquisa Após os esclarecimentos ela parabenizou-me pelo trabalho e agradeceu a oportunidade de participar. (MCFL)

Muita coisa tinha que melhorar no programa: segurança, material, tudo. Tem gente nesta sala que precisa até de alimentação. Sai de casa ou do trabalho para se alimentar aqui. (JL)

Tive curiosidade de saber do que se tratava a pesquisa. Gostei de vocês. (JL)

Comentário

Quanto ao senso crítico, que os alunos expressaram em suas falas, percebeu-se que eles foram bastante assertivos na comparação do salário mínimo ao custo da manutenção de um presidiário; na curiosidade sobre a pesquisa; e nas questões de melhorias relativas aos próprios programas, incluindo a questão da necessidade de melhoria da alimentação de alguns alunos. O desenvolvimento do senso crítico é ferramenta de grande importância para o entendimento de direitos, deveres e ao exercício da cidadania.

Quadro 52 - Fala dos Alunos quanto ao Trabalho Infantil e Compromissos Juvenis

TRABALHO INFANTIL E COMPROMISSOS JUVENIS

Tive que sair da escola para cuidar dos irmãos menores. Meu pai morreu e minha mãe precisou sair de casa para trabalhar. (RA)

Casei muito nova. Tive logo dois filhos e muito trabalho. No interior tudo é mais difícil...

Como é que eu ia estudar? (ESP)

Comecei a trabalhar com nove anos, pintando automóveis. Não podia ir à Escola. (ACB)

Tive filho muito nova. Criei até nove meses e depois dei para uma amiga criar... Não pude estudar... (MGDS)

Comecei a trabalhar criança. O trabalho puxado não deixava eu estudar... (CN)

Comentário

O trabalho infantil e os compromissos juvenis são questões que, embora os governos venham despendendo esforços para combatê-las, ainda mancham nossa população.

A fala dos alunos foi uma amostra dessa realidade. As atividades domésticas postas sob a responsabilidade das crianças, a união e a gravidez precoce e o trabalho pesado para a sobrevivência foram explicitados nesses depoimentos.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 53 - Fala dos Alunos quanto a Valorização do Estudo

VALORIZAÇÃO DO ESTUDO
<p><i>Estou gostando muito de estudar. Está sendo muito proveitoso. Me comunico melhor na minha família e no meu trabalho. Espero melhorar ainda mais... Almejo coisas melhores através deste Programa... (MJ)</i></p> <p><i>O que eu adoraria mesmo hoje era ter uma casa própria e ter mais estudo... (AIS)</i></p> <p><i>Trabalho no prédio há oito anos. Sei quase tudo. Depois do Programa faço tudo melhor: separar cartas, entregar encomendas. Mais ninguém quer empregado sem estudo. Preciso estudar... (RMV)</i></p> <p><i>Estou muito feliz, graças a Deus, estudando. Espero melhorar minha vida. Para conseguir emprego tem que fazer o curso – estudar. (WS)</i></p> <p><i>Pretendo procurar aula particular para aprender mais depressa. (MGS)</i></p> <p><i>Se eu tivesse um diploma trabalharia de engenheiro, o negócio é aprender. (EMS)</i></p> <p><i>Trabalho na Cidade. Meu serviço orientou e eu tinha vontade de estudar para melhorar. (ESP)</i></p> <p><i>Fico escrevendo coisas do meu dia... para reforçar meu estudo. (LNS)</i></p> <p><i>Soube por amigos. Me arrependo de não ter iniciado mais cedo a estudar... (HM)</i></p> <p><i>Eu quero muito estudar. Não quero ficar onde estou. Quero subir mais ainda... (RMV)</i></p> <p><i>Além de aprender a ler e a escrever, que é importante para mim eu quero outras coisas: Gostaria de ter minha casa e que meu companheiro voltasse, gostaria de juntar meus filhos e de ter mais saúde... (LI)</i></p> <p><i>Estar aprendendo é superimportante em nossa vida... Me sinto melhor!... (MCFL)</i></p>
Comentário
<p>A valorização ao estudo dada pelos alunos, refletida em suas falas, mobiliza-os a querer aprender a ler e a escrever, apesar das dificuldades apresentadas por alguns deles. Esse comportamento deve ser fortalecido para que este importante estímulo não se perca. Todos os profissionais que, direta ou indiretamente, se relacionam com os Programas de Alfabetização, precisam estar atentos a esse aspecto.</p>

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 54 - Fala dos Alunos quanto a Valorização do Professor

VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR
<p><i>Minha professora é legal!... (BLB)</i></p> <p><i>Gosto muito da minha professora. Ela é muito boa. Estou aprendendo bastante com ela. (MC)</i></p> <p><i>Nossa professora é maravilhosa. Explica muito bem, coisa que não tive em outro Colégio. Aqui todos são bacanas com a gente. (MCFL)</i></p> <p><i>Eu acho o Programa bom; adoro as professoras; elas são boas, têm paciência com a gente. Isto me anima a estudar... (TD)</i></p> <p><i>Nossa professora é maravilhosa. Explica muito bem, coisa que não tive em outro colégio. Todos aqui são muito bacanas com a gente. (MCFL)</i></p> <p><i>Sim [continuidade de estudos] - Porque gosto da professora, ela ensina bem e eu vou aprender. (TR)</i></p> <p><i>Fui informado por amigos. Tenho uma história muito comprida. Tem 14 anos que tento aprender a ler e a escrever. O adulto tem mais dificuldade de aprender do que as crianças. Tem outros problemas. Essa professora é boa. Além de ensinar explica. Para ensinar adulto é assim que tem que ser. (CN)</i></p> <p><i>Estou gostando do Programa. Quero chegar até a quinta série. Estou feliz com o estudo. Meu sonho é aprender a mexer no computador – acho tão bonito. (MGS)</i></p> <p><i>Se não fosse minha patroa, eu não estaria aqui estudando. Ela me matriculou; me anima e diz que quer que eu seja governanta. Preciso estudar. As professoras são ótimas e pacientes... (ALS)</i></p> <p><i>A professora é ótima! Tem muita paciência com a gente. Ensinar gente na nossa idade é pior do que ensinar a crianças. Estou muito feliz porque estou estudando!... (MCFL)</i></p> <p><i>Essa escola é minha comunidade e minha vida. Gosto muito das professoras. Se não fosse a escola eu ficaria muito só. (MAS)</i></p> <p><i>Tenho uma vida mais ou menos porque conto com a minha filha. Minha aposentadoria não dá. Mesmo assim não reclamo. Gosto de estudar, gosto da professora. Ela quer bem a gente... (IS)</i></p>

Comentário

Na fala dos alunos e nas observações realizadas ao longo das entrevistas, constatou-se a importância dos professores e de seu relacionamento pessoal com os alunos para o processo de alfabetização de jovens e adultos. É indispensável que os formuladores de políticas públicas apresentem propostas voltadas para estes profissionais, no sentido da melhoria de sua autoestima, melhorias salariais, e formação para a educação de jovens e adultos.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 55 - Fala dos Alunos quanto à valorização do Programa de Alfabetização

VALORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO

Estou gostando do Programa. Quero chegar até a quinta série. Estou feliz com o estudo. Meu sonho é aprender a mexer no computador – acho tão bonito... (MGS)

Gosto muito da minha professora. Gosto do Programa. Faço tratamento de nervos no PINEL. Tomo remédios e, as vezes, sinto sono aqui na aula. Isso me incomoda. Tem horas que tenho vontade de desistir, mas não posso... (IG)

Eu estou gostando muito de estar na escola. Melhorei na leitura. Amanhã haverá um evento, Paixão de Ler, eu fui escolhida para participar. A professora acha que eu consigo. Vou ler direitinho; não vou decepcionar ela... (EDS)

A escola é legal. Eu queria que tivéssemos mais horas de estudo. Mas aqui é área de risco. Falta segurança... (CC)

Essa escola é minha comunidade e minha vida. Gosto muito das professoras. Se não fosse a escola eu ficaria muito só. (MAS)

Não posso nem reclamar da sorte que Deus está me dando por estudar aqui... (VTS)

Nossa professora é maravilhosa. Explica muito bem, coisa que não tive em outro Colégio. Aqui todos são bacanas com a gente. (MCFL)

Estou gostando do Programa. Quero chegar até a quinta série. Estou feliz com o estudo. Meu sonho é aprender a mexer no computador – acho tão bonito. (MGS)

Eu acho o Programa bom. Eu adoro as professoras. Elas são muito boas. Têm paciência com a gente e isso me anima a estudar... (TD)

Foi uma oportunidade grande que a gente teve de estudar neste Colégio, que é muito caro. Nós de renda baixa estamos muito bem aqui. [gratuidade] Os professores são muito bons tem muita paciência. (SNLN)

Aprendi tudo que eu sei aqui... (CIS)

Estou satisfeito com tudo; estou contente porque voltei a estudar; estou satisfeito com as aulas, com o Colégio, tenho amigos e aqui todo mundo se respeita. Eu também sou respeitado. (PA)

Se eu pudesse minha filha estudaria nessa escola. Aqui o ensino é muito bom e a escola é muito boa. Não tenho salário para isto... Na alfabetização não pagamos nada. Todos os professores são ótimos. Eu estou muito feliz com meu estudo. (SMBS)

Sempre levar o estudo pra frente pra poder melhorar. O estudo é muito importante na vida. (JS)

Minha comunidade é aqui no meu colégio Essa escola é minha comunidade e minha vida. Gosto muito das professoras. Se não fosse a escola eu ficaria muito só. (MAS)

Aqui todo mundo é como se fosse uma família bem grande. (SMBS)

Comentário

Os alunos expressaram em suas falas a valorização que davam ao Programa de Alfabetização por eles frequentados e associavam a melhoria de suas condições de vida à aprendizagem da leitura e da escrita.

A valorização dos Programas é uma forte fonte de motivação que pode facilitar e estimular a frequência e o aproveitamento dos alunos, ou seja, facilitar sua aprendizagem e incentivá-los ao prosseguimento de seus estudos.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 56 - Fala dos Alunos quanto à violência

VIOLÊNCIA
<i>A violência não deixa as pessoas seguras; melhorou muito, mas há muita coisa para fazer... (AM)</i>
<i>A escola é legal. Eu queria que tivéssemos mais horas de estudo. Mas aqui é área de risco. Falta segurança. (CC)</i>
<i>Ir e vir... Aí é um pouquinho mais difícil. Tenho muito medo da violência! (CIS)</i>
Comentário
Nas falas dos alunos, no que se refere à violência, foram desvelados alguns sentimentos que podem interferir em seus comportamentos pois eles também são fontes de desmobilização, principalmente para os alunos que viviam em áreas de risco

e insegurança, ou seja, sentimento de estar em perigo, causa desasossego, que não gera clima propício para que a aprendizagem se processe.

O medo da violência, isto é, cerceamento da justiça e do direito de ir e vir bem como o sentimento de opressão, podem funcionar como dificuldades a serem contornadas pelos alunos. Essa questão não pode ser ignorada pelos que atuam na alfabetização, tendo em vista as consequências que acarreta.

Fonte: a Autora (2013).

4.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS – PROFESSORES

A análise dos dados referentes aos professores dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, na Cidade do Rio de Janeiro, Brasil, teve por finalidade obter informações sobre esses professores, ou seja, quem são eles, de onde vêm, como vivem, quais são suas dificuldades, seus anseios, qual sua formação acadêmica, como está sua autoestima, qual a realidade de suas turmas, entre outras informações que possibilitassem melhor compreensão do momento vivido pelas turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Nelas, o professor é um dos principais agentes. Realizou-se, portanto, a análise dos dados coletados por meio de um recorte, que envolveu 12 professores do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, em ação conjunta com o Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC; 10 professores do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – PEJA-1, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro – SME/RJ e 11 professores de Programas desenvolvidos por Colégios da Rede de Ensino Particular – CREP, da Cidade do Rio de Janeiro, num total de 33 professores aos quais foi aplicado o instrumento de pesquisa elaborado para este estudo. Ao longo da aplicação do instrumento, foram feitas observações assistemáticas e anotações de frases ditas ou escritas, espontaneamente, pelos professores ao respondê-lo. Para ampliar o entendimento da Alfabetização de Jovens e Adultos, e seu significado para a inclusão social dos egressos dos Programas, o presente estudo deu ênfase a traços significativos

referentes aos profissionais que têm a missão de desencadear esse processo, pois assim,

O [professor] alfabetizador necessita de amadurecimento epistemológico nas diversas áreas que envolvem o processo de alfabetização para desempenhar, com sucesso, a tarefa de alfabetizar cidadãos e cidadãs e torná-los capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população-alvo dos cursos de alfabetização de jovens e adultos e dos programas sociais que atualmente estão sendo desenvolvidos no país (VASCONCELOS, 2005, p. 6).

A seguir, são apresentados os dados relativos às diversas características e situações que descrevem o professor alfabetizador envolvido no presente estudo.

4.2.1 Localização dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos

O termo Programa é utilizado com referência aos desdobramentos dos Programas aqui estudados: Programa Brasil Alfabetizado, Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos e os Programas desenvolvidos por Colégios da Rede de Ensino Particular da Cidade do Rio de Janeiro. Quanto aos locais de funcionamento, os 33 professores incluídos neste estudo se distribuem da seguinte forma: 22 Programas, ou seja, 66,67% que funcionam em escolas; e em 11 Programas, ou seja, 33,33% que funcionam em espaços pertencentes às igrejas ou colégios da rede particular de ensino a que são vinculados.

É oportuno registrar que os Programas que são desenvolvidos em escolas apresentam boas condições para seu funcionamento: espaço, iluminação, mobiliário, incluindo-se a distribuição da merenda. Os Programas que funcionam em instituições religiosas utilizavam espaços que apresentavam condições muito boas para seu desenvolvimento. Em alguns casos, ocupavam os mesmos espaços e utilizavam os mesmos recursos disponíveis para os alunos do ensino regular, oriundos de famílias economicamente favorecidas.

Quando se faz uma comparação entre a Educação de Jovens e Adultos [Alfabetização] ministrada pelos Sistemas de Ensino e a oferecida por algumas instituições particulares, em que o ensino é adequado ao interesse dos alunos, motivando-os não só a

permanecer até o final do curso, mas a continuar seus estudos em nível superior (SARAIVA, 2012).

No Centro da Cidade do Rio de Janeiro estão situados 17 Programas, ou seja, 51,52%; 12 Programas, o que equivale a 36,36%, situam-se na Zona Sul; três Programas, isto é, 9,09%, situam-se na Zona Norte; e um Programa, o que corresponde a 3,03%, situa-se na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro.

4.2.2 Localização das Residências dos Professores

Quanto aos locais de residência dos professores, obteve-se a seguinte distribuição: 11 professores, ou seja, 33,33% residem no Centro da Cidade do Rio de Janeiro; 10 professores, ou seja, 30,30% residem na Zona Sul; oito professores, isto é, 24,24%, residem na Zona Norte; três professores, o que corresponde a 9,09%, residem em outro Município; e um professor, isto é, 3,03%, reside na Zona Oeste. O Quadro 35 ilustra os dados de localização dos Programas e Residência dos Professores.

Quadro 57 - Distribuição dos Professores por localização dos Programas onde atuam e seus locais de Residência

Localização dos Programas	Professores residentes	Número de Programas	Observações
Centro da Cidade do Rio de Janeiro	11	17	O Centro da Cidade do Rio de Janeiro é a região onde reside o maior número de professores e onde se localiza o maior número de programas onde eles atuam.
Zona Sul	10	13	A Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro é a região onde o número de professores residentes se aproxima do número de programas onde atuam.

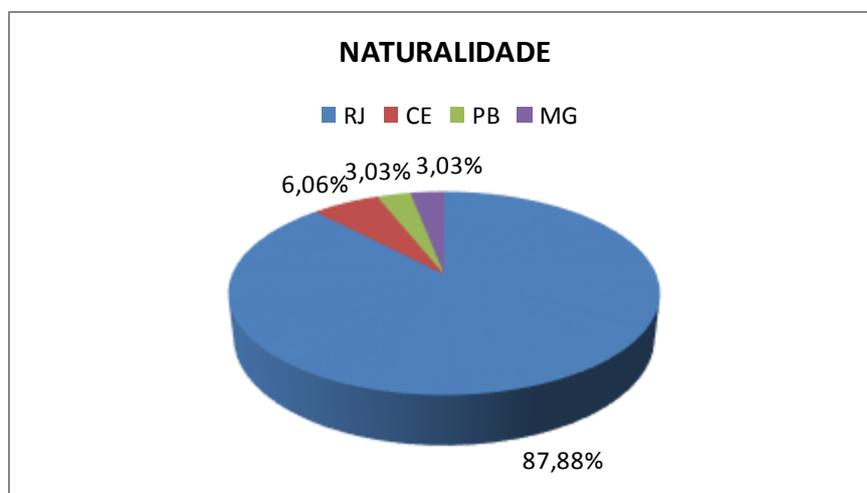
Zona Norte	8	3	A Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro é a região onde o número de professores residentes é maior que número de Programas onde atuam.
Zona Oeste	1	1	A Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro é a região onde o número de professores residentes e o número de programas onde atuam se igualaram.
Municípios vizinhos	3	-	Os professores que residem em outros municípios atuam em programas localizados no Centro e de fácil acesso.
Comentário			
A proximidade entre a residência do professor e seu local de atuação pode facilitar seu desempenho, uma vez que não há dispêndio financeiro com o deslocamento, como também o desgaste físico é menor ou inexistente.			

Fonte: a Autora (2013).

4.2.3 Local de Nascimento dos Professores

Os professores participantes deste estudo, quanto à naturalidade, assim se apresentam: 29 professores, ou seja, 87,88% nasceram no Estado do Rio de Janeiro; dois professores, isto é, 6,06%, são originários do estado do Ceará; um professor, o equivalente a 3,03%, é procedente do estado da Paraíba; e, na mesma proporção, um professor é procedente de Minas Gerais. (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Naturalidade



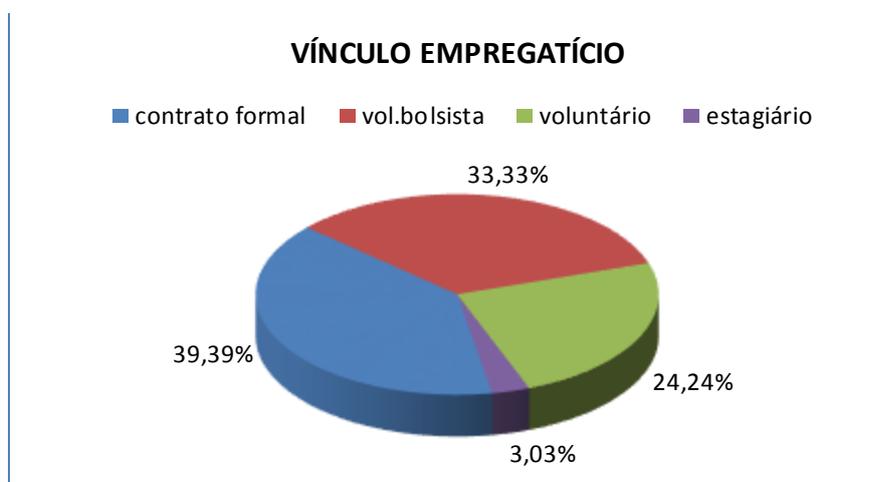
Fonte: a Autora (2013).

Excetuando-se os três professores, ou seja, 9,09%, que nasceram nos estados de Paraíba e Ceará, região Nordeste, 30 professores, o que equivale a 90,91%, são procedentes da Região Sudeste, onde está incluído o estado do Rio de Janeiro, uma das mais desenvolvidas regiões do Brasil, econômica e culturalmente.

4.2.4 Vínculo Empregatício

Quanto ao vínculo empregatício, 13 professores são contratados formalmente, ou seja, 39,39%; 11 professores voluntários são bolsistas com remuneração, isto é, 33,33%; oito professores voluntários são bolsistas sem remuneração, o que equivale a 24,24%; e um professor é estagiário, o que representa 3,03% (Gráfico 32).

Gráfico 32 – Vínculo Empregatício

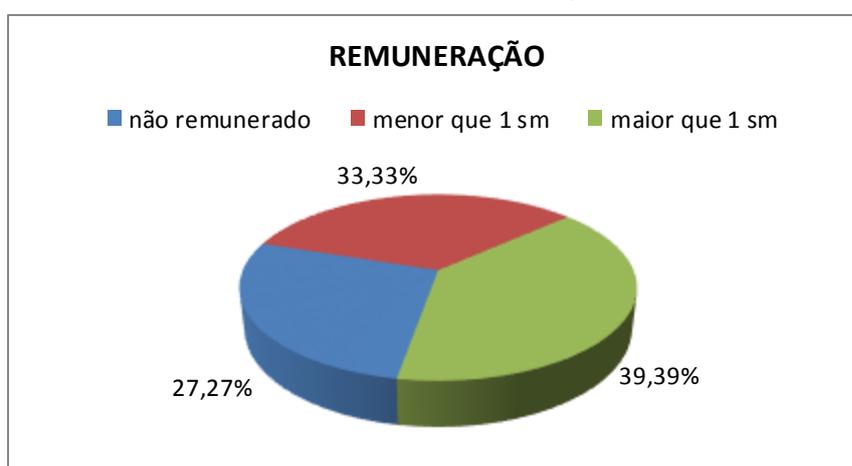


Fonte: a Autora (2013).

4.2.5 Remuneração

Os 13 professores contratados formalmente, o que corresponde a 39,39%, recebem mais do que o salário mínimo vigente; 11 professores voluntários bolsistas, ou seja, 33,33% recebem uma bolsa auxílio cujo valor é menor do que o salário mínimo; oito professores voluntários não recebem salário pelo trabalho realizado e o consideram uma ação filantrópica; e um professor estagiário, 3,03%, não recebe salário pela realização de sua prática pedagógica (Gráfico 33).

Gráfico 33 – Remuneração



Fonte: a Autora (2013).

Os professores voluntários bolsistas formavam um grupo que não se sentia valorizado financeiramente pela tarefa exercida. Eles evidenciavam a insatisfação com este tipo de remuneração, expressa em suas falas:

“O que a gente ganha não recompensa o que fazemos.” (CDS)

“Não me sinto valorizado, pois o valor da bolsa recebida por nós é uma vergonha.” (FR)

Os professores voluntários, no sentido pleno, ou seja, aqueles que não recebem pagamento pela tarefa de alfabetizar moram ou residem próximo aos locais dos Programas onde atuam. Os referidos professores não questionaram a situação de professor voluntário e não apresentaram reclamações neste sentido. Suas falas ilustram esta posição:

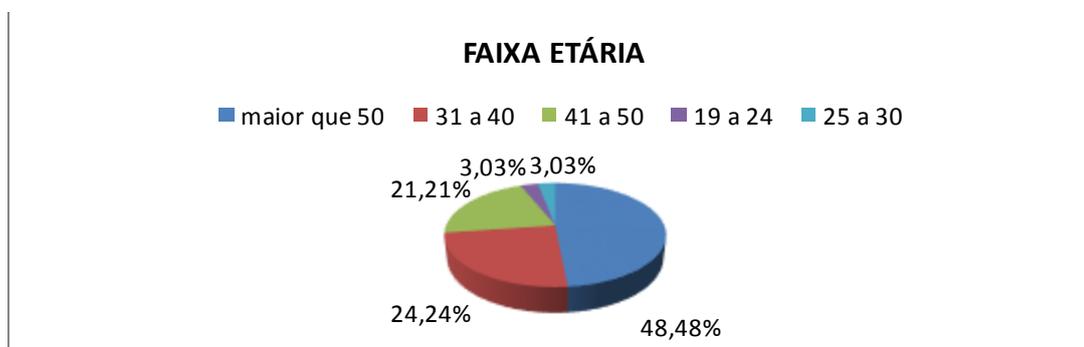
“É importante transmitir conhecimento para quem não teve oportunidade.” (MIS)

“Porque é muito gratificante ver uma pessoa aprendendo.” (ACA)

4.2.6 Faixa Etária

Quanto à faixa etária, os professores se apresentam desta forma: 16 professores, isto é, 48,48%, têm idade superior a 50 anos, oito respondentes, ou seja, 24,24% estão na faixa de 31 a 40 anos; sete professores, 21,21%, situam-se na faixa de 41 a 50 anos; um professor, ou seja, 3,03% situa-se na faixa de 19 a 24 anos; e da mesma forma um professor, 3,03%, encontra-se na faixa de 25 a 30 anos. No grupo em estudo não são encontrados professores com 18 anos ou menos (Gráfico 34).

Gráfico 34 – Faixa Etária



Fonte: a Autora (2013).

Constata-se que, grande número dos professores tem idade igual ou superior a 50 anos, o que pode ser entendido, por um lado, como a necessidade da busca de ocupação sadia para preencher o tempo livre, e por outro, como uma alternativa para a complementação de renda, uma vez que, em grande maioria, os benefícios recebidos pelos aposentados não correspondem às suas reais necessidades.

4.2.7 Gênero

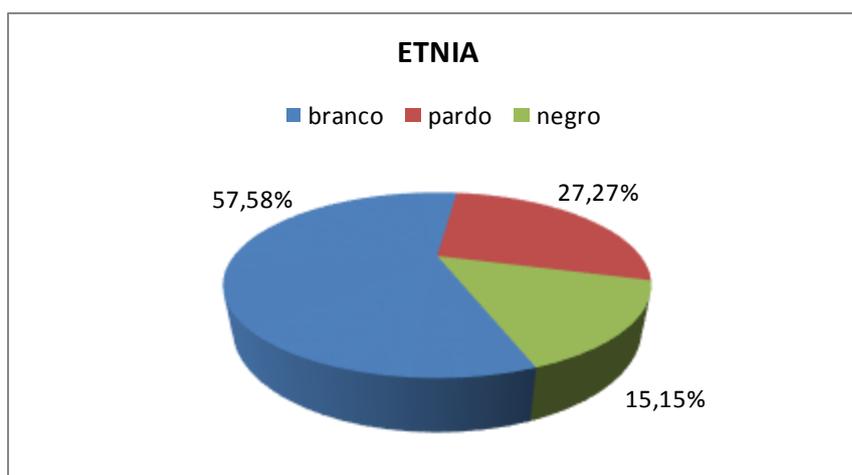
Quanto ao gênero, esta amostra apresenta 29 professores, ou seja, 87,88%, do sexo feminino e quatro professores, o que corresponde a 12,12%, do sexo masculino, o que revela a predominância feminina.

Observe-se que a predominância das mulheres que exercem a função de professoras alfabetizadoras de Jovens e Adultos pode ser entendida pela própria situação ainda vivida pela mulher no contexto social. Há, no Brasil, uma relação histórica da presença da mulher como professora das classes iniciais e esta relação refletiu-se nos resultados obtidos. Mais ainda, percebe-se a necessidade de complementação da renda familiar, e do exercício de um trabalho que não exige sua presença em horário integral, bem como por ser o exercício do magistério bem aceito pelas famílias. Este fato pode ser observado na fala de um respondente:

“Meus familiares, meus amigos, minhas colegas e, principalmente, minhas alunas demonstram reconhecimento por toda minha dedicação e minha busca de aprimoramento.”

4.2.8 Etnia

Na abordagem relativa à etnia, o grupo em estudo assim se apresenta: 19 professores, o equivalente a 57,58%, se identificaram como brancos; 27,27%, nove professores, se identificaram como pardos; e cinco professores, isto é, 15,15%, se identificaram como negros. (Gráfico 35).



Fonte: a Autora (2013).

Há no grupo predominância de professores que se identificaram como brancos. Isto pode ser justificado pela formação do povo brasileiro e a miscigenação de diversas etnias. Contudo, à medida que o nível de escolaridade cresce, percebe-se, ainda, a diminuição do número de pessoas que se declaram pardas ou negras.

4.2.9 Estado Civil

Quanto ao estado civil, o grupo de professores compõe-se da seguinte forma: 12 respondentes, 36,36%, são casados; 24,24%, oito são solteiros; 15,15%, ou seja, cinco respondentes são divorciados e, na mesma proporção, cinco professores declaram-se separados; dois professores, isto é, 6,06%, são viúvos; e um professor, o equivalente a 3,03%, vive com companheiro.

4.2.10 Religião

Registra-se a predominância da Religião Católica, pois 60,61%, o que corresponde a 20 professores, informaram ser católicos; seguida pelo Espiritismo, 18,18%, representado por seis professores; a Umbanda, nesse grupo, foi representada por dois professores, 6,06% do total; no mesmo percentual, dois professores, informaram que não praticam qualquer religião; e um professor, 3,03%,

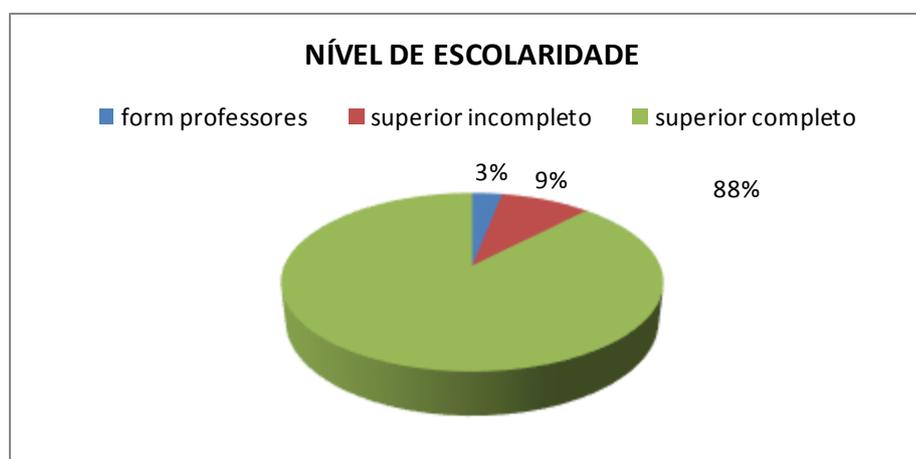
declarou-se Evangélico. As outras manifestações religiosas não se fizeram presentes nas respostas dos professores.

Os dados coletados apresentam algumas concordâncias e diferenças relativamente aos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). Na referida pesquisa, a Religião predominante também foi a Católica, que é superior em número de adeptos no território brasileiro, seguida da Religião Evangélica, que ocupa o segundo lugar, o que não ocorre na prática religiosa dos professores respondentes.

4.2.11 Nível de Escolaridade

Com relação ao nível de escolaridade, os professores assim se apresentam: Curso Superior Completo, 87,89%, ou seja, 29 professores; Incompleto, 9,09%, ou seja, três professores; e 3,03%, o equivalente a um Professor tem Curso de Formação de professores em nível de Ensino Médio (Gráfico 36).

Gráfico 36 – Nível de Escolaridade

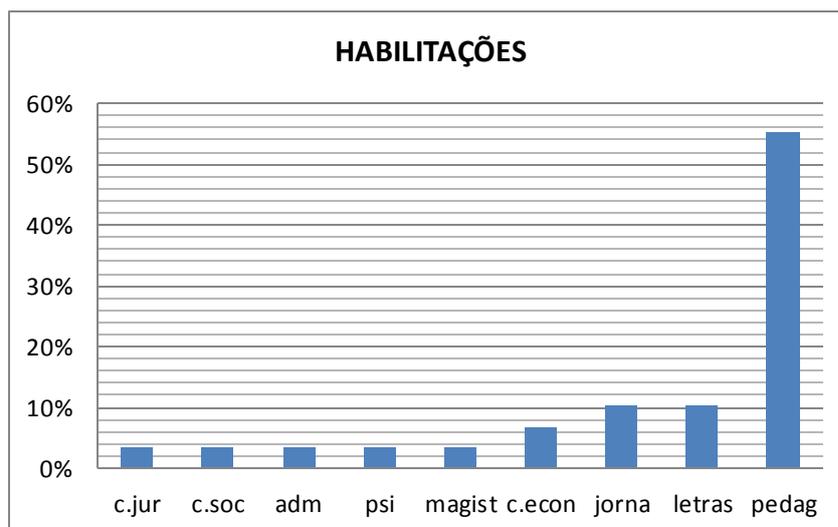


Fonte: a Autora (2013).

Os 29 professores que têm o ensino superior completo apresentam a seguinte distribuição de frequência com relação às habilitações por eles cursadas: 16 professores, ou seja, 55,17% dos que têm ensino superior completo são formados em Pedagogia; têm graduação em Jornalismo três professores, isto é, 10,34%; na mesma

proporção, três professores, 10,34% são graduados em Letras; dois professores, o correspondente a 6,90% têm graduação em Ciências Econômicas; e nas habilitações em Ciências Jurídicas, Ciências Sociais, Administração de Empresas, Psicologia e Magistério Superior, cada uma delas, têm um professor graduado, ou seja, 3,45%, do total de professores com Curso Superior completo. (Gráfico 37)

Gráfico 37 - Habilitações



Fonte: a Autora (2013).

Constatou-se que professores dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, em sua maioria, não têm formação específica para lecionar nas Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos, mesmo entre os habilitados em Pedagogia, apenas um professor informou ter a referida formação.

Constatou-se, também, que existe lamentavelmente, um contingente expressivo de egressos do Ensino Superior que, por não encontrarem espaços no Mercado de Trabalho para o exercício das habilitações cursadas, buscam outras alternativas como formas de ocupação. Alguns fatores, tais como: escolha inadequada da habilitação cursada; falta do domínio das competências básicas para o exercício da referida habilitação; descompasso entre o as exigências do Mercado de Trabalho e as aprendizagens adquiridas e ao longo do Curso Superior entre outros, fizeram com que essas pessoas optassem por atuar como professores das Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos. Para SARIVA (2012) o bom desempenho do professor não depende exclusivamente da sua formação no ensino superior porque:

O fato dos professores serem formados em nível superior não melhoraria significativamente a qualidade do ensino dos anos escolares iniciais da educação fundamental [e da Alfabetização de Jovens e Adultos] nem o desempenho dos alunos, por uma razão simples. De que adiantaria ter formação em nível superior para lecionar nos anos iniciais do ensino fundamental [e da Alfabetização de Jovens e Adultos] se os cursos superiores de formação de professores continuam formando inadequadamente para o exercício da função docente nos anos iniciais do ensino fundamental [e da Alfabetização de Jovens e Adultos]. (SARAIVA, 2012).

4.2.12 Capacitação ou Treinamento em Alfabetização de Jovens e Adultos

Com referência à realização de capacitação ou treinamento para alfabetizar jovens e adultos, obteve-se os seguintes dados: realizaram capacitação ou treinamento para alfabetizar jovens e adultos 21 professores, isto é, 63,64%; e 12 professores, ou seja, 36,36% não o realizaram. A capacitação ou treinamento são de incontestável importância para a alfabetização de Jovens e adultos, pois,

Sem a devida qualificação os Professores passam a desenvolver a prática pedagógica ignorando as especificidades e peculiaridades dos sujeitos em processos de escolarização. Utilizam metodologias (técnicas, recursos e atividades) sem qualquer significado para os alunos trabalhadores, desconsiderando o contexto e a historicidade desses sujeitos (MOURA, 2009, p. 46).

Embora a maioria dos professores tenha informado a realização de capacitação ou treinamento para alfabetizar jovens e adultos, não se pode ignorar o número de professores que não foram treinados ou capacitados para o referido exercício. Na capacitação ou treinamento o professor adquire habilidades imprescindíveis para o exercício de sua função primordial - o ensino da leitura e da escrita a seus alunos. A ausência da capacitação ou treinamento não possibilita a agilidade que o processo de Alfabetização de Jovens e Adultos requer (Gráfico 38).

Gráfico 38 – Capacitação em Alfabetização de Jovens e Adultos



Fonte: a Autora (2013).

4.2.13 Experiência em Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos

Quanto à experiência em Alfabetização de Jovens e Adultos, os respondentes apresentam a seguinte variação: 27 professores, ou seja, 87,82% informaram já ter lecionado em Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos; e seis professores, ou seja, 18,18% informaram o contrário.

Os 27 professores com experiência em Alfabetização de Jovens e Adultos distribuem-se da seguinte forma: onze professores, o que corresponde a 40,74%, declararam ter experiência maior que cinco anos em Alfabetização de Jovens e Adultos; nove professores, ou seja, 33,33% informaram ter experiência entre três e cinco anos; cinco professores, isto é, 18,52%, declararam experiência entre um e dois anos; e dois Professores, ou seja, 7,41% informaram ter experiência em Alfabetização de Jovens e Adultos menor que um ano.

A experiência em Alfabetização de Jovens e Adultos tem significativa importância tendo em vista a caracterização deste alunado e a especificidade deste atendimento, pois, para tal, o professor precisa de ter o domínio da prática educativa de lidar com jovens e adultos, em faixas etárias diferentes; precisa de identificar, nos alunos, as dificuldades de aprendizagem, para ajudá-los a vencê-las ou minimizá-las; precisa de utilizar procedimentos de ensino que privilegiem os interesses e necessidades dos alunos, o aproveitamento do tempo e do espaço disponíveis, uma

vez que este alunado não tem as mínimas condições de perder tempo. Ensinar a ler, a escrever e a contar, sem perder de vista a realidade pessoal e social do aluno, como também as oportunidades de ampliar sua visão do mundo, em múltiplos sentidos.

4.2.14 Razão da escolha para atuar em Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos

Dos respondentes, 21 professores, o que equivale a 63,64%, atuam nas Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos por gostarem de lecionar para esse alunado; a facilidade do horário de trabalho foi o motivo apontado por dois professores, ou seja, 6,06%; um professor, isto é, 3,03%, escolheu atuar nas classes de Alfabetização de Jovens e Adultos para complementar a renda familiar; na mesma proporção, um Professor escolheu atuar nas Classes de Alfabetização pela oportunidade de trabalho que encontrou; e nove professores fizeram sua escolha baseados em outras razões, a saber: dois professores justificaram sua escolha relacionando-a com o exercício da cidadania; e um professor apontou, respectivamente, cada uma das razões mencionadas a seguir: aposentadoria, altruísmo, desafio, dever cristão, realização pessoal e exercício de trabalho voluntário.

As falas mencionadas evidenciaram a variedade de motivações que levaram os respondentes a atuar como Alfabetizadores de Jovens e Adultos:

“Por altruísmo trabalho no Programa.”(SM)

“Realização pessoal e satisfação de estar colaborando com o crescimento humano.”(RP)

*“Por querer fazer valer a Constituição brasileira que diz que a educação é direito de todos e dever do Estado. Eu, como cidadã brasileira, estou dando minha colaboração.”
(GRS)*

4.2.15 Percepção da Valorização Profissional

Dos professores participantes deste estudo, 29 deles, o que corresponde a 87,88%, informaram que se sentem valorizados em sua atuação profissional e quatro Professores, ou seja, 12,12% informaram o contrário.

Os 29 professores que afirmaram se sentirem valorizados pela atuação nas Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos apresentaram os seguintes motivos para este sentimento: 13 professores, o que equivale 44,83% do total, disseram ser a valorização dos alunos a sua principal motivação; quatro professores, ou seja, 13,79%, apontaram a contribuição social como razão de se sentirem valorizados; e, na mesma proporção, quatro professores informaram se sentirem realizados por exercer esta função; três professores, isto é, 10,34%, apontaram a troca significativa entre eles e seus alunos como razão de se sentirem valorizados profissionalmente; dois professores, ou seja, 6,90%, mencionaram a realização profissional como razão do sentimento de valorização; e, na mesma proporção, dois professores indicaram a oportunidade de transmitir conhecimentos como causa de se sentirem valorizados; um professor, 3,45%, declarou o reconhecimento de sua família por sua atuação nas Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos como causa do seu sentimento de valorização. As falas dos respondentes ilustram os dados obtidos:

“Os alunos me reconhecem não só como professora, mas como amiga.”(RP)

“Porque há uma troca muito significativa, pois este adulto percebeu a necessidade da leitura e da escrita.”(MLC)

“Porque você vê esperança em cada olhar e isso é gratificante.”(MCM)

Dentre os quatro professores que afirmaram se sentirem desvalorizados por atuarem em Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos, os motivos apresentados para estes sentimentos são os mencionados a seguir: desrespeito; baixa remuneração; desvalorização do professor e desvalorização do governo com relação ao trabalho do alfabetizador. As falas dos respondentes demonstram esses sentimentos:

“O trabalhador da educação não é respeitado no Brasil.”(SM)

“Há necessidade de políticas que valorizem o trabalho do professor por melhores salários.”(MT)

“A educação de Jovens e Adultos ainda não é valorizada por parte do governo.”(HE)

Ao analisar o processo de Alfabetização de Jovens e Adultos e considerá-lo como passo inicial para a aprendizagem formal da leitura e da escrita, no qual o aluno é incentivado a desenvolver competências que o conduzam a descobrir sua forma de aprender, faz-se indispensável considerar a importância da função do professor neste processo. Não dar a devida estima a este profissional, ao seu papel de mobilizador e de facilitador da aprendizagem do aluno, especialmente, no que se refere à Alfabetização de Jovens e Adultos, pode ser um dos fatores de desmobilização deste profissional para a prática pedagógica, e, conseqüentemente, um dos indicadores do fracasso de qualquer Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (VASCONCELOS, 2005).

4.2.16 Percepção da Realização Profissional

Com referência à realização profissional, 32 deles, o que corresponde a 96,97%, afirmaram que se sentem realizados por exercerem a função de professor de Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos, e apenas um professor, ou seja, 3,03% informou o contrário.

Dos 32 professores que afirmaram se sentirem realizados por serem professores de Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos, sete deles, ou seja, 21,88%, afirmaram gostar de lecionar para Jovens e Adultos como justificativa de sua realização profissional; e, na mesma proporção, sete professores justificaram sua realização pela motivação social; a solidariedade foi apontada por quatro professores, o que equivale a 12,50%; três professores, isto é, 9,38%, relacionaram sua realização à percepção da aprendizagem dos alunos; e, na mesma proporção, três professores informaram que sua realização profissional baseava-se no reconhecimento dos alunos, na oportunidade de transmitir conhecimentos, na percepção da aprendizagem dos alunos e, finalmente, no alcance de resultados positivos. A oportunidade do crescimento pessoal foi a razão apresentada por dois professores, ou seja, 6,25%, para sua realização profissional. Algumas falas de professores ilustram estes resultados:

“Quando faço o que gosto me sinto realizada. Gosto de alfabetizar adultos.”(HC)

“A educação pode transformar pessoas positivamente, por isso me sinto realizada.”(MT)

“Sim. Gosto de meu trabalho sendo bem feito refletir nos alunos.”(CE)

4.2.17 Integração no Programa em que Atua

No concernente à integração, 32 deles, o que corresponde a 96,97%, afirmaram que se sentem integrados, e apenas um professor, isto é, 3,03%, afirmou o contrário.

Dos 32 professores que responderam afirmativamente, nove professores, isto é, 28,13%, apontaram o trabalho em equipe como fator de integração; sete professores, ou seja, 7,28% indicaram a integração com as turmas; seis professores, o que corresponde a 18,75%, mencionaram o gosto em lecionar; cinco professores, isto é, 15,63%, citaram como fator de integração a educação continuada; três professores, ou seja, 9,38% declararam sua crença no Programa; e dois professores, o que corresponde a 6,25%, apontaram o ambiente incentivador como fator de integração.

Dos 33 professores envolvidos na pesquisa, um professor, 3,03%, declarou não se sentir integrado ao Programa.

As respostas obtidas indicam que a integração foi conceituada pelos respondentes de formas variadas, o que pode ser observado em suas falas:

Quanto ao sentimento de integração, foi referido que:

“No início não me senti integrada, mas com a participação na formação–educação continuada me integrei.” (OD)

“O Programa fornece possibilidades para a realização de um bom trabalho e integração.”(CP)

Quanto ao sentimento da ausência de integração, o sujeito FB tem a seguinte consideração:

“Não me sinto integrado ao Programa por falta de orientação e acompanhamento para a realização do trabalho.”(FB)

4.2.18 Valorização quando comparados aos Professores das Classes de Alfabetização de crianças

No que se refere à percepção que têm os professores das Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos, quando comparados aos Alfabetizadores de crianças, em termos de valorização, 18 professores, o que corresponde a 54,55%, afirmaram que não existe a mesma valorização e 45,45%, ou seja, 15 professores afirmaram o contrário, ou seja, percebem valorização idêntica.

Dos 18 professores que consideraram a Alfabetização de Jovens e Adultos menos valorizada que a Alfabetização de crianças no contexto social, explicaram suas posições da seguinte forma: 11 professores (61,11%) percebem a desvalorização da Alfabetização de Jovens e Adultos se comparada à Alfabetização de crianças, assim distribuídos: três professores (16,67%) relacionaram essa desvalorização ao desconhecimento pela sociedade da importância da Alfabetização de Jovens e Adultos; dois professores (11,11%) atribuem à falta de reconhecimento do trabalho do professor da Alfabetização de Jovens e Adultos, se comparada ao trabalho do professor da Alfabetização de crianças; e também dois professores (11,11%) justificaram suas posições afirmando que os dois processos: Alfabetização – Jovens e Adultos e Crianças, têm motivações diferentes. Daí a desvalorização do primeiro, se comparado ao segundo.

Os 15 professores que consideraram que a Alfabetização de Jovens e Adultos e a Alfabetização de crianças têm a mesma valorização no contexto social justificaram suas posições da seguinte forma: onze professores (73,33%) percebem igualdade na valorização de ambos os profissionais; dois professores (13,33%) percebem que tanto a Alfabetização de Jovens e Adultos quanto a Alfabetização de crianças passam por processos de valorização; e também dois professores (13,33%) justificaram suas posições afirmando que ambas impulsionam, igualmente, os primeiros passos da inclusão social das pessoas, quer sejam crianças, jovens ou adultos.

A percepção, por parte dos professores de Alfabetização de Jovens e Adultos, quanto à valorização a eles atribuída, se comparados aos alfabetizadores de crianças, apresenta posições diferenciadas conforme revelam as falas dos respondentes:

Quanto aos que acreditam na valorização igual:

“No atual governo sinto a alfabetização muito destacada. O incentivo de incluir esses jovens e adultos é muito forte.”(RP)

“Considero que a cada ano a EJA e seus profissionais estão fazendo valer o seu valor. Já temos exemplos positivos.”(GRS)

Quanto aos que acreditam na desvalorização:

“É costume considerar-se perda de tempo alfabetizar adultos.”(DM)

“Há preconceito. Acham que o alfabetizador de adultos não tem competência.”(MCM)

“Ninguém se preocupa com isso [Alfabetização de Jovens e Adultos].”(FR)

Quanto à neutralidade de posições:

“São dois tipos distintos de alfabetização. A sociedade vê os dois iguais, pois ambos transmitem conhecimentos: alfabetizam.”(NM)

Dentro desta perspectiva é interessante considerar a comparação entre estes dois importantes profissionais – alfabetizadores de jovens e adultos e alfabetizadores de crianças:

Não deve haver diferença na formação de alfabetizadores de adultos e de crianças quanto aos princípios democráticos. Devem-se estabelecer diferenças no aspecto metodológico, pois o modelo de formação que se aplica ao alfabetizador de adultos é bem diferente do que se aplica ao alfabetizador de crianças. A linguagem é diferente, o conteúdo é diferente do que se aplica ao alfabetizador de crianças, o relacionamento entre alfabetizador-alfabetizandos é diferente, como também são diferentes o nível de reflexão e apreensão do conhecimento, as dinâmicas, os exercícios e as tarefas. (VASCONCELOS, 2005, p. 6).

Contudo é importante registrar-se que Aloizio Mercadante, ao assumir o Ministério da Educação em 24 de janeiro de 2012, em seu primeiro pronunciamento, apresentou um programa de alfabetização de crianças de até oito anos com o sugestivo título “Alfabetização na Idade Certa”:

Temos de ter consciência que se uma criança não aprende a ler e a escrever até, no máximo, oito anos de idade, todo o processo de aprendizado no futuro fica comprometido. O custo, depois, de você recuperar pedagogicamente é muito alto e o risco é muito grande. Nós perdemos essa criança e ela, simplesmente, abandonará a escola. Então, nós vamos dar ênfase especial à Alfabetização (CAMPANERUT, 2012).

Como também, em seu discurso de despedida ao sair do Ministério da Educação, para candidatar-se a Prefeito da cidade de São Paulo/SP/Brasil, a maior cidade brasileira, o Ministro Fernando Haddad afirmou que em sua gestão foram alfabetizados 13 milhões de jovens e adultos dado que causou controvérsias:

Um livreto [...] foi distribuído quando Haddad deixou o governo. Ele reproduz um texto de outra publicação do Ministério, divulgada em setembro de 2011, mas com redação diferente. Na versão do ano passado o texto falava que, aproximadamente, 13 milhões de jovens, adultos e idosos tinham sido “beneficiados” pelo Programa Brasil Alfabetizado o que significa que houve matrícula, mas não que aprenderam a ler e a escrever. No novo formato consta que todos foram “alfabetizados”[..] educadores ouvidos pelo O GLOBO estranharam o dado publicado. (WEBER, 2012, p. 12).

Sobre a divulgação dos dados anteriormente mencionados, três educadores convidados a falar sobre a questão tomaram as posições expressas em suas falas:

- (a) São seis bilhões gastos e nunca vi uma pesquisa mostrando os resultados do que se considera alfabetizado.
- (b) Acho esse número estranho, se hoje a gente tem 14 milhões de analfabetos, deveríamos ter 27 milhões em 2003, o que não é o caso
- (c) uma coisa é atender, outra, alfabetizar. (WEBER, 2012).

Constatou-se que a Alfabetização de Jovens e Adultos precisa ocupar maior espaço no cenário da Educação Brasileira, e merece inclusive maior atenção para a produção de dados confiáveis.

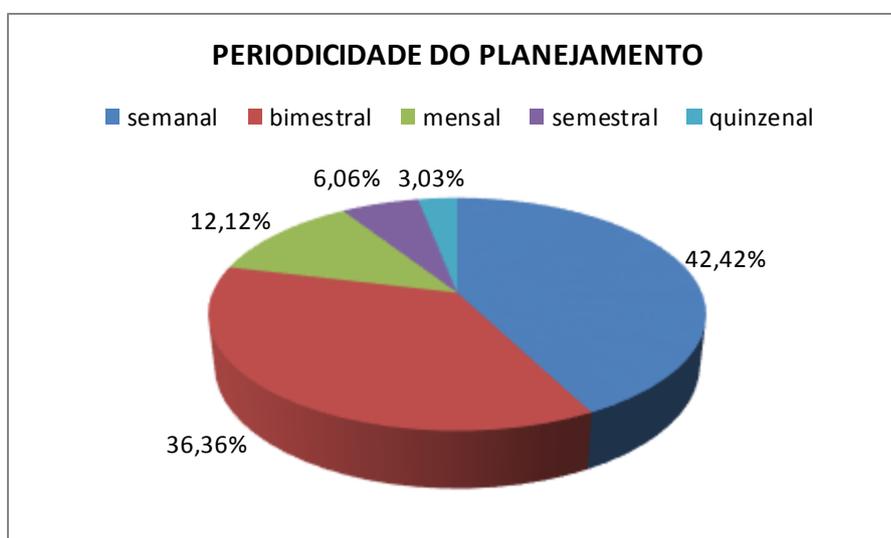
4.2.19 Planejamento do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos

Os 33 professores (100%), integrantes deste estudo afirmaram ter recebido orientações específicas para o trabalho a ser desenvolvido junto a seus alunos.

4.2.20 Periodicidade do Planejamento do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos

Quanto à periodicidade, no que se refere à elaboração do planejamento do trabalho a ser desenvolvido nas Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos, os 33 professores forneceram as seguintes informações: 14 professores, isto é 42,42%, afirmaram que planejavam semanalmente as atividades desenvolvidas com seus alunos; 12 professores, ou seja, 36,36% informaram que planejavam bimestralmente as referidas atividades; quatro professores, o que corresponde a 12,12%, disseram que planejavam mensalmente; e dois professores, ou seja, 6,06%, afirmaram que planejavam o trabalho desenvolvido em suas turmas semestralmente. (Gráfico 39).

Gráfico 39 – Periodicidade do Planejamento



Fonte: a Autora (2013).

4.2.21 Elaboração do Planejamento do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos

Quanto à maneira pela qual os professores elaboravam o planejamento das atividades desenvolvidas nas Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos, foram colhidos os seguintes dados: 25 professores, isto é 75,76%, planejavam as atividades em ação conjunta com a coordenação do Programa e com outros alfabetizadores; cinco professores, o que equivale a 15,15%, planejavam as atividades em ação conjunta com a coordenação do Programa; e três professores, o que corresponde a 9,09%, o faziam com outro colega alfabetizador.

Quanto ao planejamento diário das atividades desenvolvidas como os alunos nas Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos, os professores entrevistados assim se posicionaram: 23 professores, isto é 69,70%, informaram que planejavam diariamente essas atividades; oito professores, o que equivale a 24,24%, informaram que as planejavam, às vezes; e dois professores, o que corresponde a 6,06%, disseram não planejar as atividades diárias.

Os dados sugerem que, embora a maioria dos professores elabore o seu planejamento, essa prática precisa ser mais incentivada para que venha fazer parte da rotina do professor.

Um bom planejamento permite o pleno aproveitamento do tempo, dos recursos disponíveis, dos exercícios e tarefas a serem propostas. Ao planejar, o professor deve considerar a individualidade de seus alunos. Com esse procedimento ele torna possível um diálogo produtivo à construção de saberes, isto é, à concretização da aprendizagem.

4.2.22 Acompanhamento por Especialistas

Quanto ao acompanhamento do trabalho desenvolvido nas classes de Alfabetização de Jovens e Adultos por meio da visita de técnicos especialistas, os professores forneceram as seguintes informações: 17 professores, ou seja, 51,52%, afirmaram que receberam a mencionada visita; e 16 professores, o que equivale a 48,48%, informaram o contrário.

Este é um aspecto que merece uma atenção especial no sentido de se verificar se a visita do especialista representa de fato um apoio ao professor na realização da tarefa de alfabetizar.

4.2.23 Participação em Reuniões Pedagógicas

No que se refere à participação em reuniões pedagógicas para receber orientações, esclarecer dúvidas ou trocar experiências, os professores forneceram os seguintes dados: 30 professores, ou seja, 90,91%, afirmaram a participação; e três professores, o que equivale a 9,09%, informaram o contrário.

Vale ressaltar que tais reuniões precisam assegurar qualidade profissional para serem úteis ao professor e motivar a sua participação nas mesmas.

4.2.24 Recebimento de Material Didático

Quanto ao recebimento de material didático para o desenvolvimento do trabalho junto às Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos, 31 professores, ou seja, 93,94% informaram receber o referido material; dois professores, isto é, 6,06%, informaram o contrário. Dos 31 professores que informaram receber material didático para o desenvolvimento do trabalho, 30 professores (96,77%) declararam que o material recebido atende às suas necessidades, no que se refere ao seu trabalho junto aos alunos; e um (3,23%) professor informou o contrário.

Ao serem indagados quanto ao recebimento pelos alunos das Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos de material de apoio para o processo de Alfabetização – cadernos, lápis, borrachas, livros – 32 professores, ou seja, 96,77% informaram que sim; e um professor, isto é, 3,03%, informou o contrário. Dos 32 professores que responderam afirmativamente, 30 professores (93,75%) declararam que o material recebido atende suas necessidades no que se refere ao trabalho desenvolvido junto aos alunos; e dois professores (6,25%) informaram o contrário.

Embora o número de professores que declararam não ter recebido material didático bem como que o referido material não atende às necessidades referentes ao trabalho desenvolvidos com os alunos é conveniente destacar-se estas informações, uma vez que o material didático, se devidamente utilizado, pode ser um poderoso auxiliar no desenvolvimento do processo de Alfabetização de Jovens e Adultos.

4.2.25 Utilização de Recursos Didáticos

No tocante à utilização de recursos didáticos para desenvolver as aulas, 30 professores, o que corresponde a 90,31% apontaram, respectivamente, quadro de giz, apagador e cartazes como recursos didáticos utilizados; recorte e colagem foi mencionado como o recurso mais utilizado por 23 professores, ou seja, 69,70%; mural didático foi citado por 21 professores, o equivalente a 63,64%; música foi o recurso apontado por 19 professores, ou seja 57,58%; filmes foi citado por 16 professores, isto é 18,18%; pinturas foi o recurso declarado por 11 professores, ou seja, 33,33%.

Os professores informaram a utilização de um conjunto de recursos didáticos considerável, a partir do mais simples e usual, que é o quadro de giz e apagador, até ao emprego de músicas, filmes e pinturas. O bom emprego dos recursos didáticos pode auxiliar de forma significativa o desempenho do professor e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos. Estes recursos são capazes de motivá-los, de reter sua atenção, como também de fixar e integrar a aprendizagem da leitura e da escrita. Daí, a necessidade do professor também ter pleno domínio do emprego e até da elaboração dos recursos didáticos mais usuais.

O alfabetizador, além de ser um educador, deve ser também um profissional especializado na elaboração de recursos didáticos adequados ao processo de alfabetização. Este tipo de competência deve ser programada e realizada pelo alfabetizador, levando em consideração os saberes dos alfabetizandos, suas necessidades de aprendizagem e o contexto em que vivem aspectos esses que, se observados, ajudarão significativamente o alfabetizando a desenvolver as capacidades de concentração, reflexão, associação, análise, síntese, comunicação, escrita, leitura interpretação do que lê, solução de problemas, interação grupal e outras (VASCONCELOS, 2005, p. 7).

4.2.26 Disciplinas que compõem o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos

Quando indagados sobre as matérias que compõem o Programa desenvolvido por eles, os respondentes forneceram as seguintes informações: Leitura, Escrita e Matemática foram mencionadas pelos 33 entrevistados (100%) como matérias componentes dos Programas por eles desenvolvidos; Noções Básicas de Cidadania foi disciplina apontada por 29 professores (87,88%); Noções Básicas de

Saúde, Noções Básicas de Higiene e Noções Básicas de Direitos e Deveres foram citadas por 28 professores (84,85%); Ciências por 26 professores (78,79%); Educação Ambiental por 25 professores (75,76%); Estudos Sociais por 24 professores (72,73%); e Preparação para o Trabalho por 20 professores (60,61%). Foram ainda mencionadas respectivamente por um professor as seguintes matérias: Artes, Informática e Educação Religiosa Facultativa.

É importante observar-se que todos os professores informaram como conteúdos de seus Programas Leitura, Escrita e Matemática. As disciplinas complementares não são trabalhadas por boa parte dos professores, o que pode reduzir as possibilidades de aprendizagens envolvendo outros conceitos. (Gráfico 40).

Gráfico 40 – Disciplinas que Compõem



Fonte: a Autora (2013).

4.2.27 Seleção e Organização dos Conteúdos das Aulas

Quando indagados sobre o critério de seleção e organização dos conteúdos desenvolvidos nas aulas do Programa, os professores ofereceram as seguintes informações: utilidade do conteúdo para o cotidiano do aluno foi apontada por 29 entrevistados (87,88%); a importância do conteúdo para o aluno em situação de trabalho foi mencionada por 19 entrevistados (57,58%); a orientação recebida da coordenação foi citada por 18 respondentes (54,55%); o material de apoio disponível

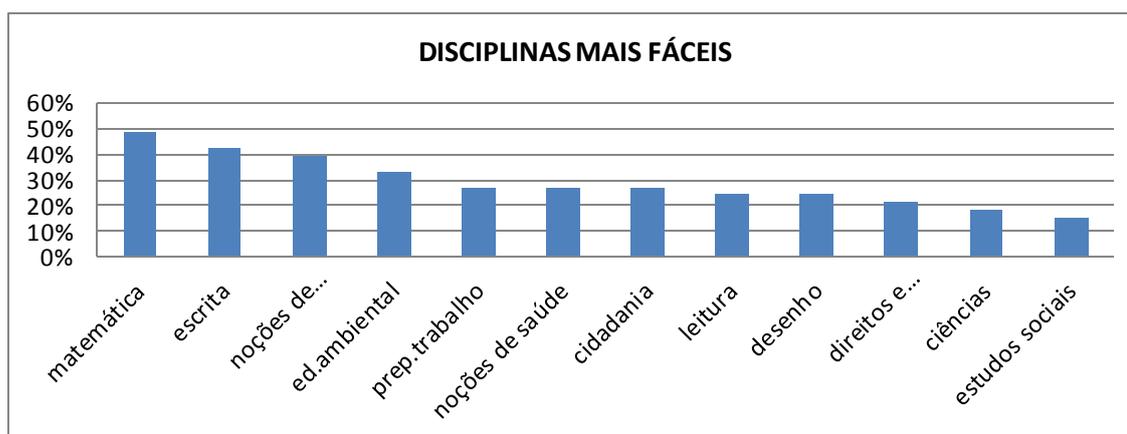
foi escolhido por 16 professores (48,48%); e o tempo disponível para o desenvolvimento do trabalho foi indicado por 12 professores (36,36%). Mesmo assim, foi importante enfatizar o significado do contexto em que os alunos viviam e as exigências sociais a que eram submetidos.

Respeitar os adultos na sua singularidade, a partir de suas experiências e de seus quotidianos, não significa reduzir os processos educativos às competências dos sujeitos e aos seus universos vivenciais e experienciais. Nesse sentido a formação não pode ser simplista ou facilitista, mas tem antes de preparar para as crescentes exigências que a vida social nos coloca (ROTHES et al., p. 201).

4.2.28 Disciplinas que os alunos têm maior facilidade em aprender

Quanto às informações sobre as disciplinas que os alunos têm mais facilidade de aprendizagem, os respondentes forneceram seguintes dados: Matemática foi a disciplina apontada por 16 professores, ou seja, 48,48%, como a de maior facilidade de aprendizagem; Escrita foi a disciplina indicada por 14 professores, ou seja, 42,42%; Noções Básicas de Higiene foi escolhida por 13 professores, o correspondente a 39,39%; Educação Ambiental foi citada por 11 professores, isto é 33,33%; Preparação para o Trabalho, Noções Básicas de Cidadania e Noções Básicas de Saúde foram, respectivamente, apontadas por nove professores, ou seja 27,27%; Leitura e Desenho foram citados, respectivamente, por oito professores, 24,24%; Ciências foi escolhida por seis professores, 18,18%; e Estudos Sociais foi citado por cinco professores, 15,15%, como o componente o mais fácil de aprender (Gráfico 41).

Gráfico 41 – Disciplinas mais Fáceis



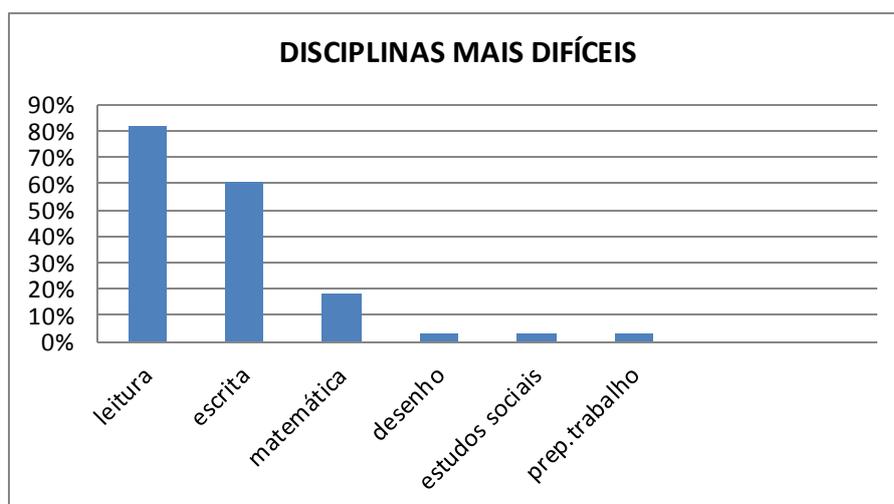
Fonte: a Autora (2013).

Verificou-se que os resultados obtidos nas respostas dos professores quanto às disciplinas que os alunos têm mais facilidade de aprendizagem: Matemática e Escrita se assemelham às respostas dadas pelos alunos participantes deste estudo quanto a esta questão. Ver respostas dos alunos no Gráfico 21.

4.2.29 Disciplinas que os alunos têm maior dificuldade em Aprender

Quanto às informações referentes às disciplinas que os alunos têm maior dificuldade de aprendizagem, os respondentes desta pesquisa informaram o seguinte: Leitura foi a disciplina apontada por 27 professores, ou seja, 81,82%, como a de maior dificuldade de aprendizagem; Escrita foi a disciplina indicada por 20 professores, ou seja, 60,61%; Matemática foi escolhida por seis professores, o correspondente a 39,39%; Estudos Sociais, Preparação para o Trabalho e Desenho foram, respectivamente, apontadas por um professor, ou seja 3,03%; Ciências, Noções Básicas de Saúde, Noções Básicas de Higiene, Noções Básicas de Direitos, Deveres; Noções Básicas de Cidadania e Educação Ambiental, conforme os dados coletados, não foram citados pelos professores respondentes como disciplinas nas quais seus alunos encontrassem dificuldades de aprendizagem (Gráfico 42).

Gráfico 42 – Disciplinas mais Difíceis



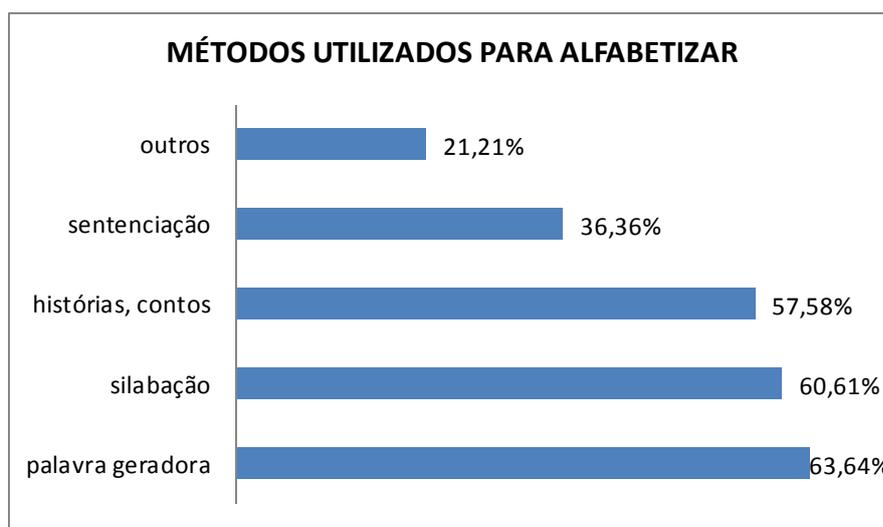
Fonte: a Autora (2013).

Verificou-se que os resultados obtidos nas respostas dos professores quanto às disciplinas que os alunos têm mais dificuldade de aprendizagem: Leitura, Escrita e Matemática se assemelham às respostas dadas pelos alunos participantes deste estudo quanto a esta questão. Ver respostas dos alunos no Gráfico 22.

4.2.30 Métodos Utilizados para Alfabetizar

Dos 33 respondentes, 21 professores, o que corresponde a 63,64%, informaram que o Método das Palavras Geradoras foi por eles utilizado, prioritariamente, para alfabetizar seus alunos; 20 professores, ou seja, 60,61% apontaram a Silabação como método escolhido; Histórias e Contos foi citado por 19 professores, o que corresponde a 57,58%; Sentenciação foi apontado por 12 professores, o que equivale a 36,36%; e sete professores, o que corresponde a 21,21%, declararam utilizar outros métodos, a saber: cinco professores, isto é, 15,15%, informaram utilizar vários métodos, de acordo com a necessidade dos alunos; e um professor, 3,03%, informou utilizar os métodos Psicolinguístico e Método Global para alfabetizar os alunos. Destaque-se que alguns professores informaram utilizar mais de um método de alfabetização (Gráfico 43).

Gráfico 43 – Métodos Utilizados para Alfabetizar



Fonte: a Autora (2013).

Acredita-se que a escolha do método ou dos métodos a serem utilizados no processo de Alfabetização de Jovens e Adultos deve se relacionar ao domínio desses métodos por parte do professor, aos recursos disponíveis e à realidade de seus alunos, portanto,

O Alfabetizador de Jovens e Adultos deve ter uma visão ampla das várias concepções de alfabetização, da diversidade cultural de que os educandos são portadores e dos processos metodológicos que são utilizados na aprendizagem da leitura e da escrita, para sentir-se seguro e optar pelo método que mais se adequa às necessidades de aprendizagem do alfabetizando e à sua realidade concreta (VASCONCELOS, 2005, p. 4).

Contudo, é importante também destacar-se que,

Embora não se possa atribuir os resultados da alfabetização unicamente à opção metodológica, certamente ela ocupa um lugar considerável nesse processo. Entretanto as opções didáticas no processo de alfabetização extrapolam a escolha de um método pautando-se pelo modo como se compreende o sujeito da aprendizagem e o objeto do ensino – a linguagem escrita e seus usos sociais. Nessa perspectiva é possível superar polarizações combinando métodos diversos em função dos diferentes momentos do processo de alfabetização (UNESCO, 2008, p. 66).

4.2.31 Inclusão de Atividades Culturais no Planejamento

Dos 33 professores entrevistados, 29 deles, o que corresponde a 87,88%, declararam esta inclusão; e quatro professores, ou seja, 12,12% declararam o contrário.

Dos 29 professores que declararam incluir Atividades Culturais em seu Planejamento, 18 deles, isto é, 62,97%, informaram incluir as referidas atividades, de acordo com as possibilidades oferecidas ou apresentadas; Passeio foi a atividade apontada por 17 professores, o que equivale a 58,62%; Visita Orientada foi citada por 13 professores, ou seja 44,83%; atividades culturais relacionadas às Data Cívicas ou Religiosas foram registradas por dez professores, isto é, 34,48%; Ida ao Cinema foi marcada por nove professores, 31,03%; Excursão foi mencionada por quatro professores, 13,79%; e cinco professores, 17,24%, citaram outras atividades culturais tais como: Teatro – três professores e visita a Museus – dois professores. É importante ter em vista que alguns professores escolheram mais de uma atividade cultural.

Vale registrar a importância de considerar o repertório cultural que os alunos das Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos trazem consigo, muitas vezes diversificado e rico, presente no seu cotidiano ou vivo em sua memória, com o acréscimo das influências da mídia. Portanto, é oportuno observar que,

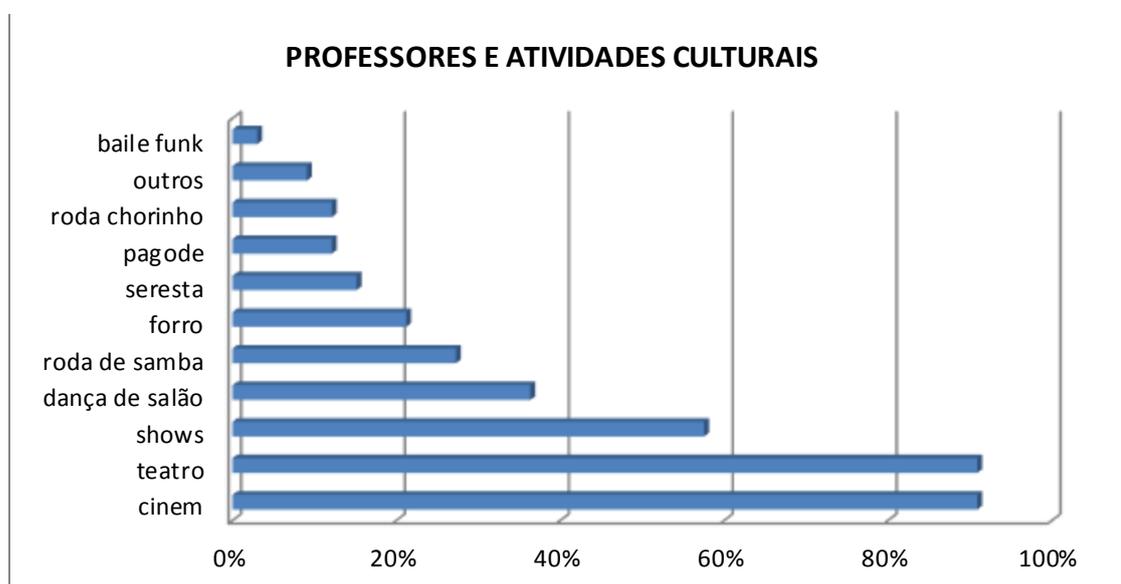
Quando falamos em cultura estamos nos referindo ao conjunto de ações, elaborações, construções, produções e manifestações de um grupo de pessoas que se dá por meio e através de múltiplas linguagens e pode ser identificado na forma de falar, atuar, reagir, pensar e expressar de cada pessoa desse grupo. Especificamente no caso de [...] jovens e adultos, referimo-nos a uma cultura popular do fazer que se aprende fazendo e vendo fazer. Ela possui uma dimensão muito pragmática voltada para a ação, que gosta de se movimentar e fazer junto, uma construção marcadamente compartilhada e coletiva (SÃO PAULO, 2007, p. 12).

Constata-se, portanto, que este conjunto de elementos culturais pode ser explorado pelo professor, de forma criativa, em sua prática pedagógica, enriquecendo-a e tornando-a interessante para os alunos das classes de alfabetização de Jovens e adultos de forma a que eles se identifiquem com as atividades propostas.

4.2.32 Participação dos Professores em Atividades Culturais

Todos os professores entrevistados, ou seja, 33, o que corresponde a 100%, declararam participar em Atividades Culturais, na seguinte distribuição: 30 professores, isto é, 90,91%, declararam frequentar Sessões de Cinema; e, na mesma proporção, 30 professores informaram ir ao Teatro; 19 deles, o que corresponde a 59,58%, declararam assistir Shows Musicais; Dança de Salão foi a atividade apontada por 12 professores, o que equivale a 36,36%; Roda de Samba foi citada por nove professores, ou seja 27,27%; Forró foi atividade apontada por sete professores, isto é, 21,21%; Seresta foi marcada por cinco professores, 15,15%; Pagode foi mencionado por quatro professores, 12,12%; e, na mesma proporção, Roda de Choro; três professores, 9,09%, citaram outras atividades culturais tais como: Exposições, Palestras, Feiras de Artesanato e Visitas a Museus. Novamente, ao responder a esta indagação os professores marcaram mais de uma opção. (Gráfico 44).

Gráfico 44 – Professores e Atividades Culturais



Fonte: a Autora (2013).

4.2.33 Aproveitamento do tempo livre dos Alunos

Ao serem perguntados quanto ao oferecimento de estímulos ou sugestões aos seus alunos, com vista ao aproveitamento do tempo livre, com atividades culturais que fortaleçam o processo de Alfabetização, 100%, 33 professores, informaram fornecer o referido oferecimento.

Estimular os alunos para estas atividades tem grande importância no processo de Alfabetização de Jovens e Adultos porque a prática de atividades culturais não deve restringir-se apenas às comemorações cívicas, religiosas e comunitárias, e sim ir além, como práticas frequentes no cotidiano escolar e na vida dos alunos. As atividades culturais oportunizam aos alunos a expressão de sentimentos e emoções de formas diferenciadas; ampliam seus horizontes culturais; propiciam o crescimento pessoal, e facilitam a expressão oral, a audição, a compreensão; desenvolvem a segurança, enfim reforçam o processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

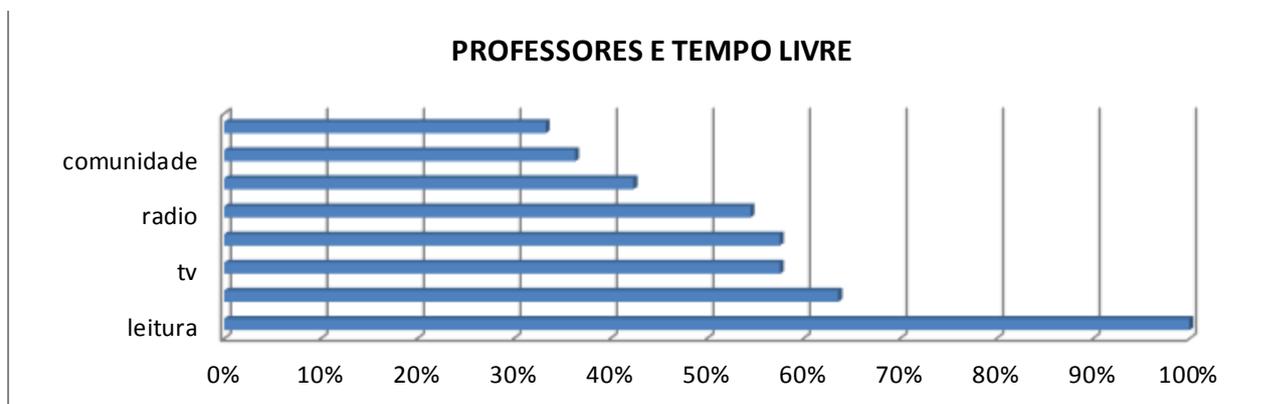
4.2.34 Utilização pelo Professor de seu próprio tempo livre

Com referência à ocupação do seu próprio tempo livre, 33 professores, o que corresponde a 100%, informaram a leitura de livros, jornais e revistas; 21 professores, isto é, 63,64%, informaram que ocupam seu tempo livre na organização de suas casas; 19 professores, o que equivale a 57,58%, informaram que ocupam seu tempo livre em visitas a amigos e parentes; 54,55%, o que equivale a 18 professores disseram que ocupam seu tempo livre ouvindo o rádio; 14 professores, o que corresponde a 42,42%, informaram que preenchem seu tempo livre com a prática de esportes; 12 professores, o que corresponde a 36,36%, informaram que ocupam o tempo livre com trabalhos comunitários; 11 professores, 33,33%, ocupam seu tempo livre de formas variadas: frequentando exposições, assistindo palestras, visitando museus e feiras de artesanatos. Da mesma forma, ao responderem a este item, os professores indicaram mais de uma atividade cultural.

As práticas culturais são importantes para a manutenção do equilíbrio físico e psíquico das pessoas. O professor, pelo fato de lidar diretamente com um grupo de alunos – Jovens e Adultos – no caso deste estudo, precisa manter este equilíbrio para relacionar-se de maneira adequada com sua turma. O professor que participa de

atividades culturais possivelmente tem maiores e melhores condições para estimular seus alunos a esta participação, bem como argumentos mais convincentes (Gráfico 45).

Gráfico 45 – Professores e Tempo Livre

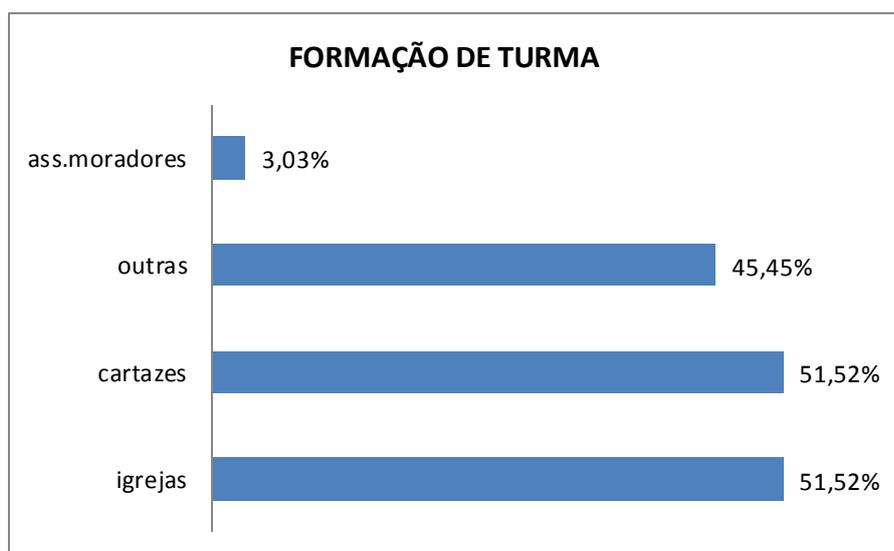


Fonte: a Autora (2013).

4.2.35 Formação das turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos

Quando perguntados sobre o modo pelo qual suas turmas atuais foram formadas, os professores ofereceram as seguintes informações: 17 deles, o que corresponde a 51,52%, disseram que suas turmas foram formadas a partir de informações oferecidas por Igrejas ou outros Templos; e da mesma forma, 17 professores, por meio de cartazes expostos nas comunidades; um professor informou que sua turma foi formada por informações oferecidas na comunidade; e, ainda, 15 professores, ou seja, 45,45% apontaram outras formas, a saber: por meio da internet ou em matrícula na própria escola (66,67%); por meio da informação de amigos (26,67%); e informação de ex-alunos (20,00%). Da mesma forma, ao responderem a este item, os professores indicaram mais de uma opção (Gráfico 46).

Gráfico 46 – Formação de Turma



Fonte: a Autora (2013).

Quanto à distribuição de alunos por turma, os 33 professores envolvidos neste estudo se distribuem conforme o descrito no Quadro 36 a seguir:

Quadro 58 - Distribuição de Alunos por Turmas de Alfabetização

Número de professores	Alunos por turma	Subtotal	Comentários
3	35	105	O grupo dos 33 professores envolvidos neste estudo é responsável por 733 alunos. A distribuição destes alunos por turmas não corresponde, de um modo geral, à situação ideal, pois é desejável que as turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos sejam formadas com até 20 alunos em cada uma. A observância quanto ao número de alunos por turma é importante para que o professor possa ter um bom desempenho e dar atenção individual a seus alunos, no que se refere às necessidades apresentadas.
2	30	60	
1	27	27	
1	26	26	
1	25	25	
2	24	48	
2	23	46	
2	22	44	
6	22	132	
3	19	57	
5	17	85	
1	16	16	
1	15	15	

1	12	12	As turmas numerosas dificultam o bom andamento do processo de Alfabetização de Jovens e Adultos, uma vez que o professor não tem condições de realizar o necessário acompanhamento de seus alunos, na execução dos exercícios e tarefas que lhes são solicitados. As turmas numerosas também não favorecem a relação pedagógica professor-aluno, pois o tempo dedicado a cada aluno se torna exíguo e não permite que o professor conheça aspectos significativos da história de vida de seus alunos.
1	10	10	
Totais			
33		733	

Fonte: a Autora (2013).

4.2.36 Presença de alunos que frequentaram a Escola Regular anteriormente ao Programa

Com relação à frequência à Escola Regular por seus alunos, 75,76%, ou seja, 25 professores informaram quantos de seus alunos tiveram essa oportunidade; e 24,24%, o equivalente a oito professores, informaram que não tinham alunos nesta situação. O número de alunos que frequentaram a Escola Regular em relação aos professores é apresentado no Quadro 37.

Quadro 59 - Distribuição de Alunos que frequentaram a Escola Regular por Professores

Número de professores	Alunos por turma	Subtotais	Comentários
1	22	22	A frequência dos alunos na Escola Regular não garantiu a alfabetização, na idade própria, o que formou o contingente de jovens e adultos que procuraram os Programas de Alfabetização para a
2	17	34	
1	10	10	
1	9	9	
2	8	16	

1	7	7	aprendizagem da Leitura e da Escrita, passo inicial da cidadania. É importante observar o número de alunos jovens que frequentam as classes de alfabetização. Estes jovens, muitas vezes, são oriundos de uma escolarização estigmatizada pelo fracasso escolar, por fatores emocionais, socioeconômicos e familiares e não, exclusivamente, por dificuldades cognitivas. Cabe à Escola Regular buscar mecanismos que evitem esta intercorrência.
5	5	25	
4	4	16	
1	3	3	
6	2	12	
1	1	1	
Totais			
25		155	

Fonte: a Autora (2013).

4.2.37 Alunos que frequentaram outro Programa de Alfabetização

Com relação à frequência a outros Programas de Alfabetização, 57,58%, ou seja, 19 professores informaram quantos de seus alunos frequentaram outros Programas; e 42,42%, o equivalente a 14 professores, informaram que seus alunos não frequentaram outros Programas de Alfabetização, antes do atual (Quadro 38).

Quadro 60 - Alunos que frequentaram outros Programas de Alfabetização

Número de Professores	Número de Alunos	Subtotais	Comentários
2	13	26	Pode-se observar que a frequência a outros Programas da Alfabetização de Jovens e Adultos não garantiu a aprendizagem significativa da leitura e da escrita.
2	12	24	
3	10	30	
1	8	8	
1	6	6	

1	5	5	Tem-se com esta situação uma comprovação de desperdício de tempo e recursos financeiros, na medida em que os alunos, por não conseguirem alfabetizar-se e prosseguir os estudos, retornam a outro Programa de Alfabetização para esta finalidade.
2	4	8	
4	3	12	
3	2	6	
Totais			
19		125	

Fonte: a Autora (2013).

4.2.38 Alunos que leem ou escrevem

Quanto à capacidade de ler palavras ou frases, independente do conteúdo ensinado nos Programas de Alfabetização, 29 professores, ou seja, 87,88%, afirmaram que tinham alunos que apresentam esta capacidade; e quatro professores, 12,12%, afirmaram que não tinham esses alunos (Quadro 61).

Quadro 61 - Alunos que leem e escrevem independentes do conteúdo ensinado nos Programas

Número de Professores	Número de Alunos	Subtotais	Comentários
1	23	23	É importante que o professor tenha habilidade e condições de acompanhar seus alunos individualmente, aproveitando o que cada aluno traz consigo para evitar monotonia, desmotivação, ou mesmo a evasão, como também o desperdício do tempo e esforços inúteis. O aluno, certamente, estará mais motivado e estimulado a participar das atividades
3	17	51	
1	16	16	
1	13	13	
1	11	11	
2	10	20	
3	6	18	
8	5	40	
3	4	12	
2	3	6	

4	2	8	propostas na Alfabetização, se elas estiverem conectadas com seu mundo.
Totais			
29	218		

Fonte: a Autora (2013).

Ao constatar-se que os alunos das classes de Alfabetização de Jovens e Adultos são portadores de conhecimentos, oriundos de suas experiências individuais e coletivas, é preciso considerar que esses conhecimentos, muitas vezes, foram adquiridos de forma assistemática, ou seja, diferente daquela que o professor apresenta no desenvolvimento dos conteúdos. É necessário o professor estar atento a esta situação e ter claro onde pretende chegar com seu trabalho e como pode nele aproveitar os conhecimentos adquiridos pelos alunos, pois,

Há relato de pessoas que conseguiram se alfabetizar sozinhas. Nas ações cotidianas de muitos sujeitos ao interagir com as práticas de leitura e escrita que lhes foram oferecidas ou por eles buscadas, acionaram diferentes estratégias de leitura e diferentes procedimentos para tentar ler, sem saber ler através de textos de memória (hinos de igreja ou a Bíblia), conta telefônica, de luz, lista de supermercado, manchetes ou notícias de jornal [...] entre outras práticas sociais de leitura e escrita que possibilitaram construir ideias e hipóteses de como ler e escrever, chegando à apropriação do código escrito (SÃO PAULO, 2007, p. 23).

4.2.39 Utilização das Habilidades adquiridas pelos alunos em outras situações de vida

Aos serem indagados sobre a utilização dos conteúdos aprendidos por seus alunos no Programa de Alfabetização em outras situações de vida, 32 professores, ou seja, 96,97%, responderam afirmativamente e um professor, 3,03%, respondeu negativamente. Esta utilização em situações de vida se revela no conteúdo da página 182.

Ainda que somente um professor tenha se manifestado de forma contrária a quase totalidade, é necessário prestar atenção a esta situação particular dada à sua importância para a inclusão social dos alunos.

Quando o professor propõe, por exemplo, uma situação problema relacionada com o cotidiano de seus alunos e propõe que eles encontrem a resposta, obterá uma amostragem da utilização do conteúdo desenvolvido em suas aulas em situação de vida, o que é importante e desejável. No que diz respeito a esta afirmativa, Martha Kohl de Oliveira (1999) assim se pronunciou:

Com relação a inserções em situações de aprendizagem, essas peculiaridades da etapa de vida em que se encontra o adulto fazem com que ele traga consigo diferentes dificuldades e habilidades (em comparação com a criança) e, provavelmente, maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios projetos de aprendizagem. (OLIVEIRA, 1999, p. 60).

4.2.40 Utilização das Habilidades adquiridas pelos alunos em situações de trabalho

Ao perguntar sobre a utilização dos conteúdos aprendidos por seus alunos no Programa de Alfabetização em situações de trabalho, obteve-se as seguintes respostas: 32 professores, ou seja, 96,97%, responderam afirmativamente, o que página 183; e um professor, 3,03%, respondeu negativamente.

Tal como no caso anterior, qualquer resposta negativa a este respeito merece uma análise especial tendo em vista a sua importância, ou seja, a aplicabilidade e utilidade dos conteúdos desenvolvidos no Programa em situações de trabalho. Os Jovens e Adultos das Classes de Alfabetização são capazes de identificar os conteúdos que têm aplicabilidade imediata em seu trabalho, muitas vezes, dando a eles determinado valor. Para Martha Kohl de Oliveira (1999):

O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de modo diferente daquele da criança e do adolescente. Traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas. (OLIVEIRA, 1999, p. 60).

4.2.41 Percepção nos Alunos de Dificuldades na Fala, Visão, Audição E Movimentação

Quanto às dificuldades para falar, ver, ouvir ou movimentar-se, foram obtidas as seguintes informações: 26 professores, isto é, 78,79%, apontaram dificuldades na escrita; 19 professores, o equivalente a 57,58%, informaram perceber que seus alunos apresentam dificuldades na fala; 14 professores, 42,42%, informaram que seus alunos têm dificuldades de visão; seis professores, 18,18%, informaram que seus alunos têm dificuldades de audição; dois professores, 6,06%, informaram que seus alunos têm dificuldades para se movimentar; e um professor, o que equivale a 3,03%, informou que não percebe quaisquer dessas dificuldades em seus alunos. Esta questão é analisada na entrevista realizada com 54 alunos. 22 alunos informaram ter dificuldades de visão; seis alunos informaram ter dificuldades de audição; três alunos informaram ter dificuldades para executar os movimentos, conforme o descrito na página 193.

Na resposta a esta indagação alguns professores apontaram mais de uma dificuldade percebida em seus alunos.

Quanto ao oferecimento de orientações aos alunos para vencer ou minimizar as dificuldades percebidas, os 32 professores que as perceberam, isto é, 100%, afirmaram que procuraram orientá-los.

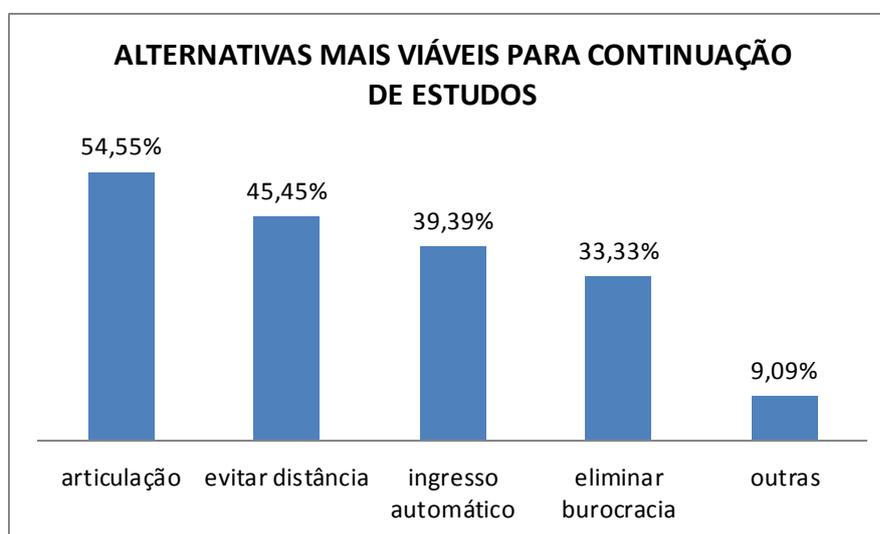
Estas orientações, geralmente, consistem na orientação para a procura de Serviços Públicos de Saúde que realizam estes atendimentos, ou quanto ao atendimento coberto pelos Planos de Saúde para aqueles que o possuem. Contudo, vale registrar que os Serviços de Saúde Pública apresentam dificuldades para prestar este tipo de atendimento especializado.

4.2.42 Indicação de Alternativas para o Prosseguimento de Estudos dos Alunos

Em relação à indicação de alternativas que viabilizem a continuidade de estudos de seus alunos na Educação de Jovens e Adultos, 54,55%, isto é, 18 professores, indicaram articulação dos Programas de Alfabetização com os setores responsáveis pela Educação de Jovens e Adultos para acolher os egressos dos Programas; 15 professores, ou seja, 45,44% apontaram o esforço para que a escola

indicada para a continuidade de estudos não se localize muito longe da moradia do aluno e/ou do seu trabalho; 39,39%, ou seja, 13 professores indicaram ingresso automático dos alunos da Classe de Alfabetização nas séries iniciais da Educação de Jovens e Adultos; e 11 professores, o equivalente a 33,33%, indicaram eliminação de exigências burocráticas para que a transição dos alunos egressos dos Programas de Alfabetização seja ágil, positiva e integradora; e, três professores – 9,09% professores, indicaram outra alternativa: a continuidade de estudos no próprio local do Programa (Gráfico 47).

Gráfico 47 – Alternativas mais Viáveis para Continuação de Estudos



Fonte: a Autora (2013).

A continuação de estudos dos alunos egressos das Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos é de suma importância para consolidar as aprendizagens iniciais, facilitar a inclusão social e assegurar o que é preconizado na Constituição do Brasil – Educação: direito de todos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na

idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 13.09.1996) (Constituição do Brasil - CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO Seção I da Educação). (BRASIL, 1988).

Quanto aos mecanismos necessários à continuidade de estudos dos jovens e adultos egressos dos Programas de Alfabetização é muito importante observar que,

Quando os Programas de Alfabetização são oferecidos pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, a continuidade indispensável dos estudos torna-se mais fácil. É só encaminhá-los para os programas de EJA que muitos sistemas oferecem. Quando os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos são oferecidos por entidades não governamentais os responsáveis por sua execução deverão entrar em contato com os responsáveis pelos sistemas de ensino que oferecem EJA, para matricular os alfabetizandos, tão logo terminem os Cursos. É preciso ainda, despertar nos jovens e adultos o desejo de dar prosseguimento aos seus estudos, mostrando a importância da educação para sua ascensão social, para seu ingresso ou melhoria na força produtiva (SARAIVA, 2012).

4.2.43 Situação dos Alunos com Referência a Trabalho e Emprego

Quanto à situação relativa a trabalho e emprego apresentada por seus alunos, 15 professores, o que corresponde a 45,45%, informaram que todos os alunos trabalham de alguma forma; 12 professores, o equivalente a 36,36%, informaram que a maioria dos alunos tem emprego formal, ou seja, com carteira assinada; e nove professores, ou seja, 27,27%, informaram que a maioria dos alunos trabalha informalmente, isto é, sem carteira assinada pelo empregador. Vale registrar que nenhum professor informou a presença de alunos desempregados em suas turmas.

Constata-se com o resultado obtido que o contingente das Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos é formado por trabalhadores, o que revela o esforço desses alunos na busca de trabalho, formal ou não, apesar de não dominarem as habilidades da leitura e da escrita. Esta característica de superação merece reconhecimento especial, pois pode mobilizá-los ao prosseguimento dos estudos.

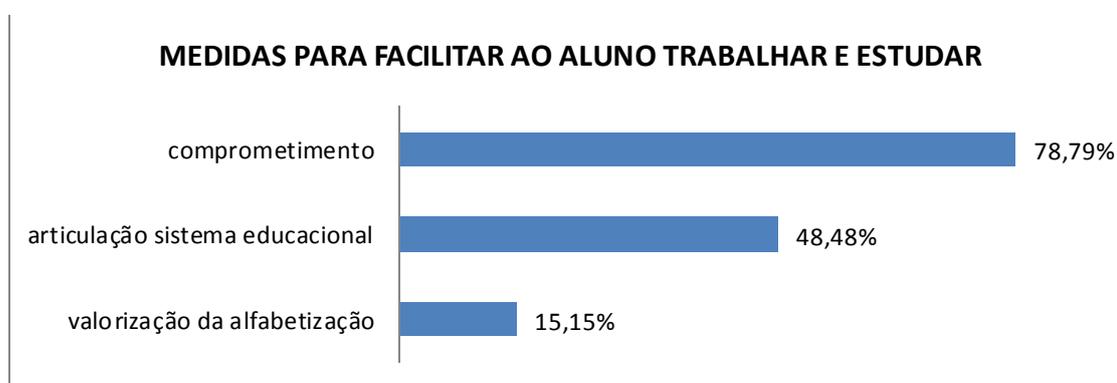
Entretanto, é preciso considerar que a motivação e a mobilização para os estudos na idade adulta relacionam-se não só às exigências de formação da vida cotidiana e à quantidade e qualidade das oportunidades de atendê-las, mas também aos horizontes de mudança socioeconômica e nas estruturas de poder, o que depende

de políticas participativas e redistributivas, que transcendem a esfera educacional (DI PIERRO, 2010, p. 954).

4.2.44 Indicação de alternativas que permitam aos Alunos estudarem e trabalharem

Com relação à indicação de alternativas que permitam aos seus alunos estudarem e trabalharem, 78,79%, isto é, 26 professores, indicaram o comprometimento de todos os setores da sociedade com a erradicação do Analfabetismo; 16 professores, ou seja, 48,48% indicaram articulação do sistema educacional com os outros sistemas sociais, lutando para abertura efetiva do espaço de estudo e trabalho para esses alunos; e, por fim, 15,15%, ou seja, cinco professores indicaram a valorização da alfabetização como fator de relevada importância para a qualificação da mão de obra atuante no mercado de trabalho. Nesta questão, alguns professores indicaram mais de uma alternativa (Gráfico 48).

Gráfico 48 – Medidas para Facilitar ao Aluno Trabalhar e Estudar



Fonte: a Autora (2013).

Vale observar a capacidade de discernimento apresentada pelos professores na indicação das alternativas mais viáveis para possibilitar o exercício simultâneo do estudo e do trabalho.

4.2.45 Percepção das Dificuldades das Exigências do Mundo Digital

Quanto à percepção das dificuldades provenientes das exigências do Mundo Digital no processo de inclusão social dos alunos, os professores se posicionaram da seguinte forma: 24 professores, isto é, 72,73% acreditam que sim; e nove professores, ou seja, 27,27% acreditam que não.

As exigências do Mundo Digital quando não atendidas podem afetar o desenvolvimento pessoal e social e, conseqüentemente, a inclusão social dos alunos. Os professores assim se pronunciaram sobre esta questão.

A iniciação digital deve ser um dever das instituições escolares e não um empecilho. (GRS)

A maioria [dos alunos] não tem acesso ao computador. (NM)

Não podemos desconsiderar a importância dos computadores. (RP)

Aqui no Colégio temos laboratório de informática. Os alunos têm acesso. Fazemos fixação dos fonemas trabalhados. (MHP)

Há estudiosos dessa temática que relacionam a exclusão social bem como outras formas de desigualdades sociais à ausência de domínio do Mundo Digital.

É inegável que a exclusão digital tem uma imensa correlação com outras formas de desigualdades sociais e, de forma geral, as maiores taxas de exclusão se encontram nos setores de mais baixa renda (SILVA, 2011, p. 530).

4.2.46 Domínio de Noções Básicas de Informática pelo Professor

Ao perguntar aos professores sobre seu domínio no que se refere a noções básicas de informática, obteve-se as seguintes respostas: 30 professores, ou seja, 90,91%, responderam afirmativamente e três professores, o que corresponde a 9,09%, responderam negativamente (Gráfico 49).

Gráfico 49 – Noções Básicas de Informática



Fonte: a Autora (2013).

Constata-se que a grande maioria dos professores tem noções básicas de informática. Contudo, é preciso não só consolidar as competências dessa maioria, de modo que esse conhecimento se transforme em uma ferramenta a serviço de seu bom desempenho profissional, como também promover a capacitação dos que ainda não possuem essas competências, o que irá repercutir positivamente na formação de seus alunos. Há estudiosos dessa temática que relacionam o domínio do Mundo Digital com a própria conquista da cidadania:

É possível afirmar, portanto, que o letramento digital é a capacidade que o indivíduo tem de responder adequadamente às demandas sociais que envolvem a utilização de recursos tecnológicos e da escrita no meio digital. Importante é também ressaltar que para a plena conquista da cidadania na sociedade contemporânea o indivíduo deve ter acesso às ferramentas digitais (SILVA, 2011, p. 530).

4.2.47 Informações Complementares

Aos serem indagados se desejavam dar outras informações além das questões que lhes foram apresentadas, 12 professores, ou seja, 36,36%,

responderam afirmativamente e 21 professores, 63,64%, não se pronunciaram (Gráfico nº 50).

Gráfico 50 – Informações Complementares



Fonte: a Autora (2013).

A situação de não se obter informações complementares da maioria dos respondentes poderia ser interpretada como uma percepção dos professores de que o instrumento de coleta de dados foi suficiente, sem deixar margem para qualquer acréscimo. Por outro lado, os professores poderiam estar demonstrando certa descrença no aproveitamento de suas informações e sugestões, como contribuição efetiva para a Alfabetização de Jovens e Adultos. Outras hipóteses poderiam ser levantadas em futuros estudos. Cabe, porém, considerar tudo que foi dito pela minoria dos professores nesta indagação.

Vale ressaltar que o comentado pelos professores em outras questões do instrumento também foi registrado. O Quadro 62, a seguir, apresenta as falas de todos os professores que se pronunciaram nesta indagação, categorizadas por seus conteúdos, bem como tudo o que foi dito por todos eles ao longo da aplicação do instrumento de coleta.

Quadro 62 - Fala dos Professores quanto à Valorização Profissional

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

O reconhecimento dos alunos é muito engrandecedor. (CP)

É gratificante a valorização dada pelos alunos. (HE)

Porque é muito gratificante ver uma pessoa aprendendo. (ACA)

Porque você vê esperança em cada olhar e isso é gratificante. (MCM)

Muito valorizada. Os alunos me reconhecem não só como professora, mas como amiga. (RP)

Porque me sinto valorizada pelos alunos. (HC)

Há troca de conhecimentos. (EN)

Pelo retorno que recebo dos alunos. (CE)

Porque há uma troca muito significativa, pois esse adulto percebeu necessidade da leitura e escrita. (MLC)

É importante transmitir conhecimento para quem não teve oportunidade. (MIS)

Porque há possibilidade de exercer a verdadeira missão do educador. (MHP)

Porque me sinto realizada profissionalmente. (MT)

Meus familiares, meus amigos, colegas de trabalho e, principalmente, minhas alunas demonstram reconhecimento por toda minha dedicação e busca de aprimoramento. (GRS)

É uma oportunidade de transmitir conhecimentos. (EG)

É importante a pessoa [o alfabetizador] transmitir conhecimentos para alguém se sentir cidadão do mundo. (FSR)

Sinto-me valorizada por fazer as pessoas – alunos – se sentirem alguém. (NM)

Porque gosto do que faço e meus alunos valorizam meu trabalho. (JL)

A receptividade com que o aluno recebe o professor é a melhor recompensa. (AS)

Os alunos valorizam os professores. (GB)

Acho meu trabalho importante. (MF)

Sinto-me importante como profissional e como cidadã. (MC2)

Comentário

Os professores expressaram em suas falas que permaneciam na função de alfabetizadores de jovens e adultos por motivações que perpassavam questões tão aflitivas como as salariais e ao tão incômodo descaso, das autoridades, para a relevância de sua função. Esses dois pontos seriíssimos foram sobrepujados por outros, relacionados a motivações psicológicas como a autoestim, o reconhecimento da importância das ações para ensinar-lhes a ler e a escrever, a esperança quanto às possibilidades advindas da aprendizagem da leitura e da escrita, a oportunidade de não só ensinarem a seus alunos mas, também, de aprenderem com eles, os elogios dos próprios alunos, familiares e amigos, o prestígio demonstrado pelos alunos e a oportunidade de prestigiá-los, o que é primordial nesse tipo de relação e, finalmente, o gosto pelo trabalho desenvolvido.

Evidencia-se, também, o significado desses professores se sentirem importantes como profissionais e como cidadãos para, assim, estimularem seus alunos a caminharem em busca de novas perspectivas.

Quadro 63 - Fala dos Professores quanto à Desvalorização Profissional

DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL
<i>A EJA ainda não é valorizada por parte do governo. (HE)</i>
<i>O trabalhador da educação não é respeitado no Brasil, falta respeito e seriedade com a Educação no Brasil. (SM)</i>
<i>Quanto é baixa a remuneração!... (SC)</i>
<i>Há necessidade de políticas que valorizem o trabalho do professor com melhores salários. (MT)</i>
<i>Essa bolsa que recebemos podia ser mais valorizada em uma nova etapa. (OD)</i>
<i>Porque o professor de EJA – bolsista - não tem o salário que merece. (HC)</i>
<i>Não me sinto valorizada, pois o valor da bolsa recebida por nós é uma vergonha. (FR)</i>
<i>A remuneração é muito baixa. (FSR)</i>
<i>Acho que o Alfabetizador de Adultos deveria ser mais valorizado.</i>
<i>Lecionar nessa área é ótimo, mas não somos valorizados. (CS)</i>
<i>O que a gente ganha não compensa o que fazemos. (CDS)</i>
<i>Me sinto parte de um grupo a ser valorizado em todos os aspectos. (MC1)</i>

Não me sinto valorizada, mas lecionar nessa área [Alfabetização de Jovens e Adultos] é ótimo. (CS)

Comentário

As falas dos professores ao abordarem a questão da valorização profissional do alfabetizador apontaram que o sentimento de valorização profissional é maior do que o de desvalorização. O conteúdo de suas falas indicou que esse sentimento de valorização declarado se pautou em determinados aspectos, tais como: o comportamento dos alunos com relação a eles, ao demonstrar reconhecimento, amizade, gratidão, receptividade; nos seus próprios conceitos de cidadania, que os remetiam a dar importância à formação de alunos-cidadãos; e no reconhecimento do valor de sua atuação profissional dada por seus familiares e amigos. Em suma, o sentimento de valorização profissional pode mobilizar o professor para o melhor desempenho.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 64 - Fala dos Professores quanto à Realização Pessoal

REALIZAÇÃO PESSOAL

Por altruísmo trabalho no Programa. (SM)

Porque ser professora de jovens e adultos é gratificante. (CS)

Porque tenho prazer em ver os adultos felizes, dizendo: - Eu aprendi a ler e a contar. (CDS)

Pelos alunos, pelo incentivo que recebo e pelo carinho... (SC)

Me sinto exercendo uma função social. (CP)

Me sinto realizada quando percebo que meu trabalho está sendo proveitoso. (HE)

Porque me identifico com o EJA e realizo meu trabalho com prazer. (JL)

Porque ajudar o próximo me faz feliz... (ACA)

Porque você vê esperança em cada olhar e isso é gratificante... (ACM)

À noite, alfabetizando, posso passar meu conhecimento com calma, sem bagunça e sinto total interesse por parte dos alunos... (RP)

Porque é muito bom ver o jovem ou adulto realizando o sonho de ler. (OD)

Quando faço o que gosto me sinto realizado. Gosto de alfabetizar adultos... (HC)

Além da troca de conhecimento, há um crescimento como pessoa... (EM)

Gosto do que faço: vejo meu trabalho, sendo bem feito refletir nos alunos... (CE)

Porque estou dando a esse adulto a chance de conhecer um mundo que ele não conhece. (MC)

Porque me sinto realizada, quando vejo os resultados na prática. (MT)

Trabalho com o Ensino Fundamental, mas a EJA é minha paixão. Sonho, inclusive, em abrir uma turma diurna para trabalhadores noturnos ou idosos que não querem ou não pode sair no período da noite. (GRS)

Pelo reconhecimento dos alunos. (EG)

É uma grande responsabilidade poder sentir o esforço e o renascimento de nossos educandos... (MHP)

Pela troca de informações com os demais professores. (EG)

A educação pode transformar pessoas positivamente... por isso me sinto realizada. (MT)

Alfabetizar transforma a vida de pessoas. (FR)

Pelo reconhecimento dos alunos e por ver o resultado do trabalho na vida dos mesmos. (MC1)

Poder ser facilitador do processo de aprendizagem no qual somos valorizados. (MAS)

É gratificante ajudar a alguém que deseja muito aprender a ler e a escrever e que, por motivos variados, não conseguiu. (GB)

Porque ao longo do tempo vejo resultados positivos. (MF)

Porque consigo alfabetizar jovens e adultos. (MC2)

Sim, mas só no campo pessoal. (MN)

Vejo esperança nos olhos dos alunos que nunca tiveram a chance de estudar. (MIS)

Comentário

As falas dos professores dos Programas de Alfabetização, no que se refere à questão da realização pessoal, desvelaram que a valorização pessoal destes profissionais relacionava-se, diretamente, ao gosto de alfabetizar jovens e adultos. A constatação do progresso de seu trabalho junto aos alunos, ou seja, o sentimento de realização pessoal e profissional era associado à percepção do grau de reconhecimento dos alunos, do seus progressos e esperanças, a partir dos conhecimentos adquiridos. O gosto pessoal em relação a exercer a função de professor-alfabetizador de jovens e adultos pode ser relacionado à relevância social percebida nas atitudes dos alunos.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 65 - Fala dos Professores quanto à integração aos Programas

INTEGRAÇÃO

Busco acompanhar as diretrizes do Projeto e assim ficar integrado... (SM)

A instituição sempre soube ouvir as minhas reivindicações para a EJA e a cada ano, conseguimos mais incentivos e conquistas. (GRS)

Pela troca de informações com os demais professores... Pois é um programa qualificado onde todos juntos buscam um só objetivo. (CS)

Porque trabalhamos em conjunto. (MT)

Procuro aplicar e desenvolver as propostas submetidas [apresentadas]. (CDS)

Pois assim estou ajudando outras pessoas. (NM)

Faço parte do curso de formação continuada e procuro sempre me atualizar e me integrar com os outros alfabetizadores. (MT)

O Programa fornece possibilidades para a realização de um bom trabalho e de integração. (CP)

Porque são muitos anos de experiências. (ACA)

Estou neste Projeto desde 2009 e sempre me reciclando. (MCM)

Sou muito bem integrada a todo processo de aprendizagem que nos é passado ao longo da formação. (RP)

No início não me senti integrada, mas com a participação na formação me integrei. (OD)

Tem uma entrega minha e da turma. Somos bem integrados. (EM)

Eles [o Programa] fazem um bom trabalho de equipe com os alfabetizadores. (CE)

Porque existe uma troca, doação e formação, passadas para todos nós alfabetizadores. (MLC)

O Programa nos dá condições de alfabetizar as pessoas que querem sair da escuridão de não saber ler nem escrever. (MIS)

Já participo há bastante tempo e sempre dou alguma contribuição me sinto integrada. (FR)

Sinto-me integrada ao Programa. Apenas sinto falta de um material direcionado para este público. (MHP)

Participo de reuniões, cursos, oficinas, sempre que sou convidada e que o horário permite. (MC1)

Todos os recursos e metodologias voltados para a EJA compõem o suporte para a integração. (AI)

Porque gosto e me interesso pela Alfabetização de Jovens e Adultos. (MF)

Gosto do que faço e procuro me integrar com todos: alunos, professores, coordenadores... (MC2)

Comentário

As falas dos professores ao expressarem o sentimento de integração aos Programas onde atuavam apontaram como fatores que promoveram ou possibilitaram esta manifestação: a experiência pessoal, a formação continuada, o apoio institucional, o trabalho em grupo e a troca de experiências. Esses aspectos não podem passar despercebidos pelos que planejam e coordenam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 66 - Fala dos Professores quanto à escolha da profissão

ESCOLHA DA PROFISSÃO: MOTIVAÇÃO

Por altruísmo trabalho no Programa. (SM)

Por amar o que faço. (CDS)

Realização pessoal, satisfação de estar colaborando com o crescimento humano. (RP)

Já trabalhava no Colégio e surgiu a oportunidade. (MT)

Por querer valer a Constituição Brasileira que diz que a Educação é direito de todos e dever do estado. Eu, como cidadã brasileira, estou dando a minha colaboração. (GRS)

Comentário

É importante destacar-se que, embora as questões salariais tenham se apresentado, anteriormente, nas falas dos professores, a motivação que os levou à escolha dessa profissão denotou que valores e sentimentos éticos, mais do que a remuneração, e o reconhecimento social, determinaram suas escolhas, quanto ao exercício da função de alfabetizadores. Surgiu então um novo ponto, que pode vir a ser alvo de um novo estudo: o salário destes profissionais, a motivação vinda do reconhecimento pelos alunos, do trabalho por eles realizado, e sua real compreensão da realidade socioeconômica e política em que vivem.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 67 - Fala dos Professores quanto a outras Informações

Quando solicitados a prestar outras informações, que complementaríamos a entrevista, os professores se pronunciaram como o descrito no quadro abaixo.		
OUTRAS INFORMAÇÕES		
Categorias	Falas dos Professores	Comentários
CONDIÇÕES PARA O ALUNO ESTUDAR E TRABALHAR	<i>Diminuição da jornada de trabalho. (SM)</i>	A opinião dada pelo professor ultrapassa as competências do Sistema Educacional, pois envolve os Sistemas Econômico, de Trabalho e Emprego.
PLANEJAMENTO	<i>Pelo andamento da turma faço o meu planejamento. (NM)</i>	O planejamento de qualquer atividade deve atender, primeiramente, à realidade dos alunos e das turmas.
RESPEITO À IDENTIDADE	<i>[Proponho] atividades que os alunos tenham que contar a história da vida deles, identidade. (HC)</i> <i>Trabalhei respeitando a história deles - nome, família, documentos... (MT)</i>	O respeito à identidade dos alunos é fator de relevada importância para que qualquer atividade seja proposta. Os procedimentos de ensino que partem do concreto ou de informações do domínio dos alunos, como os apresentados, têm mais probabilidade de sucesso.
PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS	<i>É feito na própria empresa com auxílio do Centro de Estudos Supletivos - CES e do TELECURSO. (FR)</i> <i>Normalmente eles continuam no próprio Colégio na Educação de Jovens e Adultos – EJA. (MHP)</i>	O prosseguimento de estudos tem relevada importância para que a alfabetização não se perca e que se tenha, então, a indesejável regressão cognitiva. As situações apontadas pelos

	<i>Passe livre no transporte público para todos os alunos da EJA. (GRS)</i>	professores foram oportunas e plausíveis.
MATERIAL DIDÁTICO	<i>Não utilizamos cartilhas. Produzimos o material e utilizamos toda a estrutura que o Colégio oferece: laboratório de informática, sala de artes e biblioteca. (MHP) O material é construído especificamente para a turma e ligado sempre à atualidade. (GSR)</i>	O material didático é um importante auxiliar do professor nas turmas de alfabetização. Os exemplos apresentados, se bem empregados, facilitaram, sobremaneira, a aprendizagem dos alunos.
INFORMAÇÕES SOBRE A PRESENTE PESQUISA	<i>Gostaria de receber o resultado das pesquisas. (SM) Quero elogiar a iniciativa da pesquisa. (NM)</i>	Eis uma questão que precisa ser revista e repensada, ou seja, a comunicação dos resultados das pesquisas de forma clara e compreensível aos interessados. Percebeu-se ao longo da realização da aplicação do instrumento deste estudo, a descrença e a dúvida quando ao conhecimento dos resultados. Contudo, houve elogios.
SUCESSO DO PROGRAMA	<i>Informo que esse Programa é muito bem sucedido, uma vez que conseguimos manter em sala nossos alunos que, apesar de todas as adversidades, ainda preferem a sala de aula do que a TV</i>	Os professores acreditavam no sucesso dos Programas de Alfabetização e apresentaram razões para suas afirmativas: a concorrência com a televisão(novela) e a

	<p><i>com [a novela] “Passione”.</i> <i>(RP)</i></p> <p><i>Temos um apoio fantástico do Colégio, pois podemos usar tudo que os alunos do diurno usam: projeções, biblioteca, todas as mídias, formação cristã, laboratório, anfiteatro, capela, mecanografia.</i></p> <p><i>Produzimos com eles um livro – Falas – que é a fala de cada aluno: da alfabetização ao ensino médio. Se precisarmos de algum material é só solicitar que teremos... Os próprios alunos trazem a merenda. O ensino é gratuito – filantropia.</i> <i>(MHP)</i></p>	<p>preferência dos alunos para a frequência às aulas; a oportunidade de utilizar toda estrutura da escola para facilitar, integrar e fixar as aprendizagens dos alunos das classes de alfabetização. Tratava-se de escola religiosa que, no diurno, atendia aos alunos de famílias de alta renda e, no noturno, desenvolvia um programa próprio de alfabetização, no qual os alunos tinham a possibilidade de utilizar todos os recursos da escola.</p>
<p>ATENÇÃO AOS ALUNOS</p>	<p><i>Os portadores de necessidades especiais devem sempre ser assistidos em suas individualidades. A questão da autoestima deve ser sempre cuidada. Os alunos chegam se sentindo incapazes. (GRS)</i></p> <p><i>Nunca é tarde para ajudar alguém a se integrar na sociedade por meio da alfabetização. (ED)</i></p>	<p>Os professores apresentaram sugestões voltadas para alunos portadores de necessidades especiais.</p> <p>A organização dos alunos que apresentam essas dificuldade em turmas de alfabetização depende da articulação do Sistema Educacional com os sistema de Saúde e de Desenvolvimento Social, para que assim se possa, realmente, promover a sua inclusão social</p>

Comentário Geral

Os aspectos abordados pelos professores, que se prontificaram a complementar suas falas com outras informações, incidiram em pontos que podem vir a ser alvo de aprofundamento, para que se possa apreciar com mais profundidade a realidade dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 68 - A percepção dos professores sobre a Alfabetização de Jovens e Adultos comparada à Alfabetização de Crianças

VALORIZAÇÃO	DESVALORIZAÇÃO	NEUTRALIDADE
<p><i>No atual governo sinto a educação muito destacada. O incentivo de incluir estes jovens e adultos é muito forte. (RP)</i></p> <p><i>Porque agora a EJA está sendo mais valorizada. (MT)</i></p> <p><i>Considero que a cada ano a EJA e seus profissionais estão fazendo valer o seu valor. Temos exemplos positivos. (GRS)</i></p>	<p><i>Não existe a mesma valorização. É costume considerar-se perda de tempo alfabetizar adultos. (SM)</i></p> <p><i>Acredito que as pessoas foquem mais a educação e a alfabetização na área infantil. (CS)</i></p> <p><i>As pessoas olham o alfabetizador de criança com outros olhos... Dão mais valor. (SC)</i></p> <p><i>Poucas pessoas conhecem a EJA e a alfabetização de jovens e adultos. (CP)</i></p> <p><i>Há preconceito. Acham que o alfabetizador de adultos não tem competência.</i></p> <p><i>Porque o professor de crianças tem mais autonomia em sala de aula().</i></p> <p><i>O alfabetizador da EJA não é reconhecido e valorizado como o alfabetizador infantil. (MLC)</i></p> <p><i>Ninguém se preocupa com isso (alfabetização de adultos). (FR)</i></p> <p><i>Creio que o Alfabetizador de Adultos deveria ser mais valorizado. (MHP)</i></p>	<p><i>São situações bem diferentes. (CDS)</i></p> <p><i>São dois tipos distintos de alfabetização... (NM)</i></p> <p><i>Ambos têm o objetivo de alfabetizar [...] (MT)</i></p> <p><i>A sociedade vê os dois iguais. (EN)</i></p> <p><i>Ambos transmitem conhecimentos [...] (MIS)</i></p> <p><i>Nunca é tarde para ajudar alguém a se integrar na sociedade por meio da alfabetização. (EG)</i></p>

Comentário		
<p>Há professores que perceberam alguma melhoria com referência à alfabetização de adultos comparada à alfabetização de crianças. Embora essas melhorias ainda sejam tênues e lentas elas começaram a emergir mediante a necessidade da alfabetização de jovens e adultos sob pena de não se alcançar os desejados índices de desenvolvimento social</p>	<p>A maioria dos professores percebeu que há uma grande diferença no tratamento dispensado pelas famílias e pelas autoridades em geral, na apreciação e na consideração dispensadas à alfabetização de crianças em comparação à alfabetização de adultos e em suas falas. Os Professores apresentaram razões para suas afirmativas: para alguns, alfabetizar adultos é perda de tempo; o alfabetizador de crianças é mais valorizado em todos os aspectos, inclusive na autonomia; desconhecimento da importância da Alfabetização de Adultos; atitude preconceituosa quanto a competência do alfabetizador de adultos, isto é, considerando-o menos capaz; despreocupação geral com a alfabetização de adultos. Todas as afirmativas dadas pelos professores tinham procedência, acrescidas do lançamento, pelo Ministro da Educação Aluizio Mercadante de uma nova estratégia para estimular a alfabetização de crianças – o Pacto da Alfabetização na Idade Certa - PAIC (aos oito anos) É desejável e mesmo louvável a preocupação do Ministro com a</p>	<p>Há professores que não perceberam diferenças no tratamento dispensado na apreciação e na consideração à alfabetização de crianças em comparação à alfabetização de adultos e, em suas falas, assim, justificaram suas posições: alfabetizar crianças e alfabetizar adultos são procedimentos diferenciados, mas o objetivo de ambos é o mesmo – alfabetizar; e que a alfabetização pode ocorrer em qualquer tempo, pois sempre é tempo de integrar as pessoas à sociedade. As justificativas contidas nas falas dos professores, ao assumirem a posição de neutralidade, foram muito superficiais e</p>

	Alfabetização de crianças na idade certa, para ele, oito anos. Contudo, é também desejável e premente o lançamento de novas estratégias para melhor fortalecer os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. (BRASIL, 2013a).	faltou-lhes mais concretude e argumentação.
--	--	---

Fonte: a Autora (2013).

Quadro 69 - Percepção dos Professores sobre a existência de exigências teriam oriundas do Mundo Digital com relação aos Alunos dos Programas

EXISTÊNCIA de exigências (Sim)	NÃO EXISTÊNCIA de exigências (Não)	NEUTRALIDADE
<p><i>Cabe ao alfabetizador criar condições que possibilitem esse aprendizado. (AS)</i></p> <p><i>Os alunos sentem dificuldades em utilizar novas tecnologias. (MF)</i></p> <p><i>Os alunos ficam tímidos, inseguros e tem medo de errar na utilização dos computadores. (MC2)</i></p> <p><i>Analfabetos ficam limitados em tudo na vida. (SM)</i></p> <p><i>Para alguns por já terem dificuldade para aprender a ler e a escrever. (CS)</i></p> <p><i>A maioria não tem acesso ao computador. (NM)</i></p> <p><i>Com a continuação dos estudos eles poderão necessitar dessas informações... (MT)</i></p>	<p><i>A inserção no mundo digital ainda não é essencial para o público com o qual trabalho. (JL)</i></p> <p><i>Até porque não damos informática, mas tem termos (expressões) que temos que esclarecer aos alunos. (CDS)</i></p> <p><i>“Os alunos do PAJA não têm acesso ao Mundo Digital”. (HE)</i></p> <p><i>Porque os alunos do PAJA precisam aprender a ler e a escrever. (ACA)</i></p>	Não. Indiferente.

<p><i>Nem todos têm acesso à INTERNET. (MCM)</i></p> <p><i>Não podemos desconsiderar os computadores na vida atual... (RP)</i></p> <p><i>Porque nossos alunos não têm acesso ao mundo digital. (HC)</i></p> <p><i>Necessidade. (EN)</i></p> <p><i>Necessidade. (MIC)</i></p> <p><i>A cada dia que passa o mundo digital exige dos alunos, e para que eles estudem cada vez mais, e para não ficarem por fora. (MLS)</i></p> <p><i>Aqui no Colégio temos laboratório de informática. Os alunos têm acesso. Fazemos fixação dos fonemas trabalhados. (MHP)</i></p> <p><i>Eles têm dificuldade em manusear o mouse. (MP)</i></p>		
Comentários parciais		
<p>Os professores que, em suas falas, afirmaram que os alunos teriam dificuldades quanto às exigências do Mundo Digital, justificaram suas</p>	<p>Os professores que mencionaram, em suas falas que os alunos não teriam dificuldades para enfrentar as exigências do Mundo Digital</p>	<p>O professor que optou pela neutralidade não justificou sua posição</p>

<p>posições com a apresentação dos seguintes argumentos: os próprios alfabetizadores teriam de criar condições para esse tipo de aprendizagem; dificuldades próprias dos alunos para o emprego das novas tecnologias; timidez e insegurança dos alunos para utilizar o computador, as pessoas analfabetas apresentam dificuldades em tudo; acréscimo de mais uma dificuldade, além da aprendizagem da leitura e da escrita; falta de acesso aos computadores; a importância do uso do computador nos dias de hoje</p> <p>Foram perceptíveis na fala desses professores algumas barreiras que poderão surgir para seus alunos no enfrentamento das dificuldades do Mundo Digital e não foram apresentadas alternativas para minimizar essa questão.</p>	<p>apresentaram as seguintes justificativas: A inclusão no Mundo Digital ainda não é necessidade desse público; No Programa não são dadas aulas de Informática e sim esclarecimento de alguns termos; Os alunos não têm acesso ao computador; Os alunos precisam aprender a ler e a escrever.</p> <p>Os professores que informaram a inexistência de dificuldades para os alunos dos Programas de Alfabetização encararam as dificuldades do Mundo Digital, não foram claros nas suas justificativas e ou as mesmas não se ajustam ao momento vivido pelo homem.</p>	
Comentário Geral		

Noções Básicas de Informática, primeiro passo para a inclusão digital, ou mesmo despertar ou estimular os alunos para essas aprendizagens, devem ser incluídas nos compromissos dos Programas da Alfabetização de Jovens e Adultos. Caso o Programa tenha essa disponibilidade, as primeiras noções poderão ser dadas e até funcionarem como fixação da aprendizagem das novas palavras ou frases. Não dispondo o Programa de recursos que permitam essas práticas, os alunos precisam ser despertados para sua importância e, tão logo se sintam capazes, devem buscar esta nova aprendizagem.

A promoção da inclusão digital serviu para que as pessoas tivessem oportunidades de acesso ao mundo da informática. Assim sendo, o uso do computador tem sido facilitado e mesmo promovido nas escolas, em programas do governo, em programas sociais e em parcerias com as universidades.

(SILVA, 2011).

4.3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS – AUTORIDADES

A análise dos dados referentes às respostas dadas nas entrevistas realizadas com autoridades e especialistas, vinculadas diretamente à área de educação e/ou Alfabetização de Jovens e Adultos, teve por finalidade obter informações deste grupo seletivo sobre aspectos relacionados com este estudo, ou seja, quem são eles, quais as suas experiências na área de Educação e/ou Alfabetização de Jovens e Adultos e o que pensam eles sobre questões cruciais a elas pertinentes nos dias atuais.

Foram também coletadas sugestões para a melhoria deste importante segmento da Educação e, também, referentes ao momento histórico, econômico, político e social do Brasil. Foi feita, então, para a referida análise uma seleção de dez sujeitos, entre especialistas e autoridades, os quais participaram de uma entrevista semiestruturada, especialmente construída para o presente estudo (Apêndice C).

A pesquisadora, autora deste estudo, obteve autorização dos entrevistados para a divulgação de seus nomes e de suas posições quanto aos aspectos da Educação – Alfabetização de Jovens e Adultos, expressos em suas falas. O conjunto de especialistas e/ou autoridades que integraram este estudo assim se compôs:

Cláudio Tourinho Saraiva – Engenheiro Civil com grande experiência na Área de Programas Sociais. Foi Presidente da Fundação para a Infância e Adolescência – FIA-RJ. Na Área de Alfabetização de Jovens e Adultos, exerceu inúmeros cargos e funções, especialmente, no Movimento Popular de Alfabetização – MOBRAL, onde trabalhou como Diretor de Planejamento em nível nacional. Por ocasião da entrevista, ocupava o cargo de Consultor para a Área de Programas Sociais da Fundação Cesgranrio.

Cleide Ramos – Doutora em Educação. Na Área de Alfabetização de Jovens e Adultos, atuou como Assessora da Secretaria da Presidência Executiva do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL; Superintendente do MOBRAL Cultural e Chefe do Grupo do Núcleo Infantil do MOBRAL. Por ocasião da realização da entrevista, exercia o cargo de Presidente da Empresa Municipal de Multimeios do RJ – MULTIRIO.

Márcio Alexander Simeão – Professor de Educação Física do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na Área de Alfabetização de Jovens e Adultos atuou na Coordenação das Atividades Recreativas na Capacitação de Alfabetizadores e com os alunos do Programa Alfabetização Solidária – Nova Iguaçu e Adjacências, coordenado pela Universidade Iguaçu – PAS/UNIG. Por ocasião do presente estudo exercia a função de Professor de Educação Física na Educação Básica – Ensino Fundamental e Médio, nas redes de ensino público e particular.

Niemar Vince dos Santos – Pedagoga com formação em Orientação Educacional e Magistério; Pós-Graduada em Magistério Superior. Na área de Alfabetização de Jovens e Adultos atuou como Coordenadora Pedagógica no Programa Alfabetização Solidária na Universidade Iguaçu – PAS/UNIG e Assessora da Coordenadoria de Assuntos Comunitários Universidade Iguaçu – UNIG, responsável pelo desenvolvimento do referido programa. Por ocasião do presente estudo lecionava em turmas do Ensino Médio e nos Cursos de Formação de Professores.

Arnaldo Niskier – Doutor em Educação, com grande experiência nas Áreas de Educação e Cultura, Ciência e Tecnologia. Na Área de Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, exerceu, por duas vezes, o cargo de Secretário Estadual, sendo que, da primeira vez, atuou nessas duas grandes áreas e, na segunda, atuou na Área Educação. Foi Secretário de Ciência e Tecnologia e Membro do Conselho Nacional de Educação. Por ocasião da realização da entrevista, era Membro da Academia Brasileira de Letras, Membro da Academia Brasileira de Educação e Presidente do Centro de Integração Empresa-Escola, CIEE/RJ.

Terezinha Saraiva – Técnica em Educação. Na Área de Educação e Cultura, no antigo Estado da Guanabara, atual Cidade do Rio de Janeiro, exerceu o Magistério, atuou como Diretora de Escola e Coordenadora de Distrito Educacional. Foi Secretária Estadual de Educação e Cultura e Secretária Municipal de Educação e Cultura, respectivamente. Foi membro dos Conselhos Federal e Estadual de Educação, e Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM. Na Área de Educação de Jovens e Adultos, exerceu a função de Secretária Executiva do Movimento Brasileiro de Educação – MOBREAL por duas vezes. Por ocasião da realização da entrevista era Coordenadora de Programas Sociais e Coordenadora Geral do Programa de Desenvolvimento Social “Apostando no Futuro”, e Consultora Especial da Presidência da Fundação Cesgranrio.

Fátima Cunha Ferreira Pinto – Doutora em Filosofia. Exerceu o Magistério e atuou como Diretora do Instituto de Educação Ismael Coutinho. Exerceu o cargo de Secretária Estadual de Educação e Cultura do Rio de Janeiro. Foi Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro e Presidente da Associação Nacional dos Profissionais de Administração da Educação – ANPAE. Por ocasião da realização da entrevista, era Membro da Academia Brasileira de Educação, Assessora Especial da Presidência da Fundação Cesgranrio e Editora da Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.

Francisco José da Silveira Lobo Neto – Doutor em Educação. Na Área de Alfabetização de Jovens e Adultos exerceu a função de Chefe da Diretoria de

Programas de Educação e Cultura da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL. Por ocasião da realização da entrevista era Pesquisador no Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico – PAETEC, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, no Rio de Janeiro.

João Batista Barreto Lubanco – Advogado com ampla experiência em Administração Pública e Educação. Exerceu os seguintes cargos: Secretário Municipal de Educação de Nova Iguaçu, Interventor Federal no Município de São João de Meriti; Presidente de Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu – CODENI na Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu; Prefeito da Cidade de Nova Iguaçu; Deputado Estadual/ Rio de Janeiro e Reitor da Universidade Iguaçu – UNIG. Por ocasião da realização da entrevista, era Presidente da Comissão de Legislação e Normas da Universidade Iguaçu e Diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Aplicadas da Universidade Iguaçu – UNIG.

Sonia Maria Corrêa Mograbi – Professora Regente, Diretora de Escola, Coordenadora Regional de Educação, Secretária Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro. Por ocasião da realização da entrevista, era Professora da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro cedida ao Núcleo de Estudos e Planejamento do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCMRJ.

A primeira questão apresentada aos entrevistados abordou a importância do Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos como uma das molas propulsoras de transformações sociais. Sobre esta questão a UNESCO assim se pronunciou:

A alfabetização é um direito humano básico e o fundamento de toda a educação, inclusive ao longo da vida. A alfabetização transforma as vidas das pessoas: permite que façam escolhas conscientes e impedirá indivíduos para que se tornem agentes de mudança. A paz duradoura depende do desenvolvimento de cidadãos alfabetizados e do acesso à educação por todos. Em meio à agitação política e violência crescentes em muitas partes do mundo, a alfabetização precisa ser uma prioridade na agenda de busca pela paz de todas as

nações A paz e o desenvolvimento sustentável são interdependentes, e é crucial que se desenvolvam e fortaleçam simultaneamente. A alfabetização é também um acelerador do desenvolvimento, possibilitando que as sociedades cresçam mais inclusivamente e sustentavelmente. Programas de alfabetização podem se tornar componentes centrais para estratégias futuras de desenvolvimento, criando novas oportunidades e capacidades para todos. Tudo isso é vital para o alcance da Educação para Todos e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. (BOKOVA, 2012).

Houve unanimidade, quanto à aceitação da forte relação do processo de Alfabetização de Jovens e Adultos com o desenvolvimento social, entre os entrevistados, o que se comprovou nas respostas obtidas:

1. *Sem dúvida alguma. Só se pode chegar ao desenvolvimento social vencendo as dificuldades decorrentes do analfabetismo. (Cláudio Saraiva)*
Não se pode pensar em transformações sociais sem a erradicação do analfabetismo. Como pensar na inserção social de uma população que não tem acesso a um meio de comunicação que é básico, como a alfabetização social. (Cleide Ramos)
2. *Acredito que a educação não é a única, mas a mais importante delas. (Marcio Alexander)*
3. *Estudos revelam ser a Alfabetização de Jovens e Adultos um instrumento de transformação social e de resgate de uma dívida sócio-histórica que implicou na marginalização de direitos considerados fundamentais como o exercício pleno da cidadania, acesso a herança cultural e ao mercado de trabalho. (Niemar Vince)*
4. *Quanto mais educado for um povo, mais desenvolvido será, como provam as nações que atingiram a condição de pós-industrializado. (Arnaldo Niskier)*
5. *Sim, desde que os programas sejam eficientes e que haja ação efetiva para que os alfabetizados continuem seus estudos. (Terezinha Saraiva)*
6. *O processo de alfabetização de jovens e adultos é importante para uma parcela significativa da sociedade e favorece, a essa população, a inclusão social, a cidadania e melhor qualidade de vida. (Fátima Cunha)*
7. *Não é “mola propulsora”, mas “condição necessária”... Em suma, para exercer a cidadania: governar e indicar governantes. É direito fundamental. (Francisco Lobo Neto)*

8. *É o processo inicial, desde que seja acompanhado de políticas públicas e privadas de apoio socioeconômico a este alunado. (João Batista Lubanco)*

9. *A leitura e a escrita são consideradas na nossa sociedade condições básicas para uma participação efetiva no mundo. O processo de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos, que resgata o direito constitucional de todos à educação, é uma ação fundamental para a inclusão social daqueles que não tiveram acesso na idade regular ou que tiveram sua escolaridade interrompida pela evasão ou repetência. (Sonia Mograbi)*

Houve por parte das autoridades e especialistas conformidade de julgamento e mesmo de opiniões, ao responderem à primeira questão, que focalizava a Alfabetização de Jovens e Adultos como mola propulsora do desenvolvimento social. As respostas obtidas, em síntese, apontaram para os seguintes aspectos, dignos de nota: (1) Só se pode chegar ao desenvolvimento social com a erradicação do analfabetismo. (2) A inserção social, aspecto de relevada importância na transformação social, depende da alfabetização, incluindo-se a alfabetização social. (3) A Alfabetização de Jovens e Adultos, mesmo não sendo o único promotor do desenvolvimento social, é, contudo, o mais importante deles. (4) Além da transformação social estar relacionada com a Alfabetização, ela corresponde a uma dívida sócio-histórica com essa população. (5) O nível de desenvolvimento de um povo está diretamente relacionado ao nível de educação deste, portanto, Alfabetização é fundamental. (6) Programas eficientes, ações efetivas e continuidade de estudos são imprescindíveis a uma Alfabetização como fator de desenvolvimento social. (7) A Alfabetização é condição necessária para o exercício pleno da cidadania e as ações a ela inerentes, como a escolha de governantes. (8) A Alfabetização traz consigo o favorecimento da inclusão social, o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dessa população. (9) A alfabetização é o passo inicial da promoção do desenvolvimento social desde que ela seja acompanhada de Políticas Públicas que apoiem esse alunado. (10) Além da Alfabetização ter papel preponderante no desenvolvimento social, representa também o cumprimento do preceito constitucional do direito de todos à educação.

Os pontos apresentados pelas autoridades e especialistas ao responderem a questão 1, se entrelaçaram de tal modo que formaram uma forte rede de apoio e amparo a esse alunado, tanto no decorrer dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos quanto na continuidade de estudos, Manifestou-se, então, a necessidade da revisão e ampliação de Políticas Públicas voltadas para os aspectos apontados.

Finalmente, percebeu-se algum esforço dos governantes para resolver ou minimizar estas questões, entretanto faz-se necessário, ações mais ágeis, intensas e união de esforços em todos os níveis correlatos, para equacioná-las.

Na segunda questão com referência ao tratamento dispensado pelo Sistema Educacional Brasileiro à Educação de Jovens e Adultos, em especial à Alfabetização, em comparação ao dispensado às outras modalidades de ensino, é importante observar-se o que diz a esse respeito o Plano Nacional de Educação para proceder-se a essa análise:

Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável (PNE, 2010).

Embora a Educação de Jovens e Adultos, e com ela a Alfabetização, figure, no momento atual, como uma das alternativas para o alcance do desenvolvimento social, a valorização do alfabetizador de jovens e adultos é menor do que a valorização dada à alfabetização de crianças, o que pode ser percebido na fala do Ministro da Educação do Brasil – Aloizio Mercadante – que destacou a importância da alfabetização até aos oito anos de idade. Para o Ministro, saber ler escrever e contar oportunizará maiores progressos nos estágios posteriores.

Alfabetização na idade certa tem de ser a prioridade das prioridades deste país. Temos que atacar este problema na origem e olhar para a

valorização e capacitação dos duzentos mil profissionais que fazem a alfabetização (CAMPENERUT, 2012).

Ao serem perguntados sobre o tratamento dispensado pelo Sistema Educacional Brasileiro à Educação de Jovens e Adultos – EJA, em especial à Alfabetização, em comparação ao dispensado às outras modalidades de ensino, os entrevistados, em geral, afirmaram que o tratamento igualitário em relação a outras modalidades de ensino não se verifica:

1. Acho que, embora existam honrosas exceções, que dão importância igual, esta não é uma situação comum. Há determinadas escolas no Rio de Janeiro que, mesmo não sendo este seu interesse maior, dão importância bastante significativa à Educação de Jovens e Adultos e à Alfabetização. (Cláudio Saraiva)

2. O tratamento dado à Educação de Jovens e Adultos – EJA, especialmente à Alfabetização, vem evoluindo bastante. Entretanto, a similaridade nos meios oferecidos e nas oportunidades talvez ainda precisasse ser revista e melhor discutida, e não se deixar de lado, completamente uma população (...) que certamente, tem direito, sim, a esse acesso de inserção social e cultural através da Educação de Jovens e Adultos e à Alfabetização. (Cleide Ramos)

3. Estamos caminhando para isso, mas ainda falta muito para que essa modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA e, no caso, a Alfabetização, não sejam vistas como algo que é feito por caridade, e sim como um direito do cidadão e um dever do estado. (Márcio Alexander Simeão)

4. É notório o tratamento diferenciado conferido a outras modalidades de ensino. Os próprios alunos apontam a estigmatização de seus certificados, recursos insuficientes, carência de profissionais qualificados, materiais didáticos e metodológicos específicos, espaços físicos inadequados, agravados pela ausência de um processo sistemático de acompanhamento, controle e avaliação das ações desenvolvidas, bem como a garantia da continuidade. (Niemar Vince)

5. A resposta é negativa. Há uma espécie de prevenção dos sistemas com relação ao que hoje chamamos de Educação de Jovens e Adultos – EJA, apesar de se assinalar um grande crescimento na sua procura. De forma prática, posso afirmar que

ao exercer o cargo de Secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro, no ano de 2006, senti um grande empenho, por parte do sistema, na oferta de cursos para jovens e adultos, assim considerados os que passaram da idade de frequentar as escolas na época própria. (Arnaldo Niskier)

6. Embora, atualmente, haja uma preocupação maior com a “Educação de Jovens e Adultos”, sobretudo por parte do MEC, o tratamento dispensado à EJA não é similar ao conferido às outras modalidades de ensino (Terezinha Saraiva)

7. Não. A educação de jovens e adultos, em especial a alfabetização, é menos valorizada. O aluno adulto, ou mesmo jovem, raramente sai alfabetizado de um Programa emergencial, e já foram muitos no Brasil. (Fátima Cunha)

8. Parece óbvio que a similaridade é quase nenhuma com o Ensino Superior e a Educação Infantil. Mas, sendo modalidade da Educação Fundamental do Ensino Médio (níveis da Educação Básica) e integrada ao Ensino Profissionalizante, deveria ter tratamento similar. (Francisco Lobo Neto)

9. Não, porque, infelizmente, cada modalidade de ensino é tratada quase que isoladamente. As políticas públicas para o setor deveriam ser integradas, de forma a privilegiar a educação de forma ampla. (João Batista Lubanco)

10. Historicamente, pelas experiências relatadas, o tratamento não tem sido similar, sendo concebido como uma espécie de aligeiramento de ensino. Refletindo uma necessidade de revisão deste paradigma, com o objetivo de uma educação permanente, fizemos um grande investimento nesta modalidade. Além do desenvolvimento de programas de capacitação de professores, produção de materiais específicos, ampliamos o oferecimento de vagas em escolas nas diversas regiões da cidade. No PEJA I (correspondente ao primeiro segmento do Ensino Fundamental) passamos de 5.433 alunos, em 2001, quando assumimos, para 11.212 alunos, em 2008, o que constitui um aumento de 106,37%. No PEJA II (correspondente ao segundo segmento do Ensino Fundamental) saímos de 10.170 alunos, em 2001, para 21.742 alunos, o que representa um aumento de 113%. Instituímos o Encontro Anual de Alunos do PEJA com palestras e apresentações culturais, além da EXPO PEJA, com exposição da produção de seus alunos, valorizando este retomar dos estudos. Na revisão do Núcleo Curricular Básico Multieducação, feita com a rede, publicamos fascículos específicos para a Educação de Jovens e Adultos e a Revista Escola e

Família, dirigida a todos os responsáveis por alunos da rede, produziu reportagens sobre esta modalidade com depoimentos estimuladores dos participantes e orientações para reingresso na escola. Um CIEP, em região carente, desenvolveu o Projeto "Sou Pai, Sou Aluno". (Sonia Mograbi)

Na segunda questão, que abordou o tratamento dispensado pelos Sistemas Educacionais aos professores que alfabetizavam crianças, em comparação aos que Alfabetizavam Jovens e Adultos, as Autoridades e Especialistas tangenciaram o foco da questão em suas repostas, mas o tratamento desigual, dado a esses dois profissionais, se fez notório. Apresenta-se, assim, um resumo dos pontos essenciais dessas respostas. (1) O alfabetizador de crianças e o de adultos tinham importância regular para os Sistemas de Ensino, contudo, há exceções. Existiam escolas que, mesmo não tendo como interesse maior a Alfabetização de Jovens e Adultos, davam importância significativa aos Programas que desenvolviam (escolas particulares católicas). (2) A questão do tratamento dado a esses dois professores alfabetizadores, estava em evolução, contudo, os meios e recursos oferecidos, precisavam ser discutidos, quanto à similaridade.

A situação comparativa entre esses dois profissionais estava caminhando mas, registrou-se a necessidade de que a Educação de Jovens e Adultos/Alfabetização, fosse vista como dever do Estado e direito do cidadão. A diferença do tratamento dispensado aos profissionais que alfabetizavam crianças, se comparado ao dispensado aos que alfabetizavam jovens e adultos era notório, o que pode ser comprovado pela estigmatização, precariedade de recursos, carência de qualificação dos profissionais, espaços físicos adaptados ou inadequados, ausência de acompanhamento, controle e avaliação. (3) Percebeu-se a prevenção contra a Educação de Jovens e Adultos/Alfabetização, apesar da crescente procura e de certo empenho das autoridades para debelar essa discriminação. (4) Informou-se que havia preocupação do MEC, com relação a essa questão, mas o tratamento aos professores alfabetizadores de crianças e os de jovens e adultos permanecia desigual, em detrimento do segundo grupo. (5) A Educação de Jovens e Adultos/Alfabetização, incluindo-se os professores alfabetizadores, não eram valorizadas. Talvez isso ocorresse pela qualidade dos Programas emergenciais, nos quais os alunos,

difícilmente, eram alfabetizados. (6) Observou-se que a similaridade no tratamento aos profissionais que atuam com crianças e os que atuam com jovens e adultos era quase nenhuma, embora a Educação de Jovens e Adultos esteja incluída no Ensino Fundamental e Médio, por conseguinte, na Educação Básica. Não só os professores alfabetizadores, mas todos os seus profissionais deveriam ser mais considerados. (7) Cada modalidade de ensino é tratada isoladamente. As Políticas Públicas deveriam ser integradas de forma a privilegiar a todos, de maneira mais ampla e igualitária. (8) Historicamente o tratamento não tem sido similar, todavia, a Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro envidou esforços para diminuir as discrepâncias e oferecer o melhor para todos os alunos e professores.

Os pontos sublinhados nas respostas dadas pelas autoridades e especialistas à questão dois, que tratou da existência de diferença no tratamento e valorização entre os professores alfabetizadores de crianças os de Jovens e Adultos, apresentaram concordância, quanto à desigualdade de tratamento dado a esses dois profissionais, apoiadas por argumentos diferenciados.

Os pontos apresentados como argumentos mereceram ser examinados e analisados porque indicavam pontos decisivos para a vitalidade dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Eles envolviam, diretamente, os profissionais que neles atuavam e responsáveis, em grande parte, pelo sucesso dos Programas, ou seja, os professores alfabetizadores.

Desta forma, se faz urgente, os formuladores de Políticas Públicas, gestores e coordenadores busquem estratégias ou a promoção de ações capazes de minimizar essa discrepância injusta, corrigindo-a sob pena da desvalorização profissional dos professores alfabetizadores de jovens e adultos repercutir no desempenho e interesse desses profissionais, vindo a dificultar, ainda mais, o processo de alfabetização dessa população já tão fustigada por outras questões.

A terceira questão se referiu à importância dos Programas Sociais. O atual governo do Brasil desenvolve Programas Sociais, principalmente voltados para população de baixa renda, à qual pertence a maioria dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, com vista a promover a melhoria da qualidade de vida desta população bem como, a inclusão social. Uma das alternativas para o

acesso e o recebimento dos benefícios oferecidos por estes programas é o Cadastro Único.

O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Dessa forma, o Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família (BRASIL, 2012b).

Ao serem perguntados sobre esta questão os entrevistados assim se posicionaram:

- 1. Há Programas Sociais oferecidos pelos governos que são importantes para os alunos dos Programas de Alfabetização. Quanto ao acesso dos alunos aos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos é outra questão. (Cláudio Saraiva)*
- 2. Há Programas Sociais oferecidos pelos governos que são importantes para os alunos dos Programas de Alfabetização como, por exemplo, Bolsa-Família e Bolsa-Escola. Na verdade acho que as oportunidades deveriam ser iguais, e abertas. As oportunidades de inserção em Bolsa-Família, Bolsa-Escola e outros programas sociais similares a essa população que tem os mesmos direitos deveriam ser mais claras. (Cleide Ramos)*
- 3. Na verdade..., não sei bem se esse assistencialismo funciona mesmo, na verdade ele até funciona para uma parte da população, mas vejo muita gente que nem precisa e acaba se beneficiando desses programas sociais. (Márcio Alexander Simeão)*
- 4. Os programas sociais visam minimizar as desigualdades. A consecução de metas constitucionais de superação do analfabetismo deve ensejar integração com programas e políticas sociais que visam à melhoria da saúde, moradia, saneamento básico e assistência social, bem como políticas de desenvolvimento como geração de emprego e distribuição de renda. Contudo, a maioria dos alunos das classes de alfabetização de Jovens e adultos a eles não tem acesso. (Niemar Vince)*
- 5. Afirma-se, sem confirmação, que o Programa Bolsa Família, ao exigir a frequência às escolas, ajudou a ampliar o número de alunos em nosso País, hoje com a incrível marca de 60 milhões de estudantes (só no ensino fundamental são 51 milhões). Bolsa*

Família é um programa que tem enorme potencial; vincula-se ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Numa entrevista com a ministra Teresa Campello, senti que ali existe muita vontade de valorizar a educação, para atenuar os efeitos da miséria. (Arnaldo Niskier)

6. Embora eu não tenha dados oficiais, acredito que em algumas regiões, os alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos sejam beneficiados pelos programas federais, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e outros. (Terezinha Saraiva)

7. Creio que a maioria dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos não é beneficiada pelos Programas Sociais oferecidos pelos governos. Eles não têm acesso a informações que lhes permitam receber benefícios desses Programas Sociais (Fátima Cunha)

8. Deveriam não ser discriminados. Os programas citados, embora não levem em conta a questão da escolaridade, têm uma especificidade, cuja base se encontra em outros critérios, (Francisco Lobo Neto)

9. Os alunos são ligados aos programas sociais, indiretamente de forma circunstancial... (João Batista Lubanco)

10. Programas Sociais, que coloquem a educação como contrapartida, têm um papel importante na permanência do aluno e no desenvolvimento da sua escolaridade. No atual momento, não posso responder se estes programas estão trabalhando nesta direção, mas tivemos uma experiência com o [Programa] Bolsa Família, parceria com a Secretaria de Assistência Social, em que a Secretaria Municipal de Educação tinha a responsabilidade de apurar a frequência, condição para permanência no Programa. (Sonia Mograbi)

A terceira questão trouxe à tona o beneficiamento, ou não, dos alunos que participavam dos Programas de Alfabetização pelos Programas Sociais oferecidos pelos governos. A questão em estudo, recebeu respostas diversificadas das autoridades e especialistas. Destacaram-se, dessas respostas, como aspectos primordiais: (1) A importância dos benefícios que os Programas Sociais poderiam trazer aos alunos dos Programas de Alfabetização, uma vez que eles pertenciam à camada da sociedade à qual os Programas Sociais estavam voltados, ou seja,

peessoas de baixa renda, e a dúvida quanto ao alcance dos referidos benefícios por esses alunos. (2) Os critérios para a inclusão das pessoas e o direito à participação nesses Programas deveriam ser descritos com mais clareza para facilitar maior acesso. (3) Houve dúvidas quanto à validade, ou não, do assistencialismo promovido pelos Programas Sociais e a real carência de seus beneficiários.(4) Os Programas Sociais têm como finalidade tornar menores as desigualdades sociais, contudo, a maioria dos alunos dos Programas de Alfabetização a eles não tem acesso. (5) O aumento da frequência dos alunos do Ensino Fundamental, foi atribuída ao Programa Bolsa-Família, pelos critérios estabelecidos para a participação das famílias no referido Programa, isto é, frequência comprovada dos filhos à escola. Há crença de que os alunos dos Programas de Alfabetização eram beneficiados pelo Programas Sociais governamentais. (6) Afirmou-se que os alunos dos Programas de Alfabetização não eram beneficiados pelos Programas Sociais, isso devido à falta de acesso às informações sobre os referidos Programas. (7) Os alunos serem beneficiados, ou não, dependia dos critérios estabelecidos para o recebimento dos benefícios. (8) Os alunos dos Programas de Alfabetização, de forma indireta e circunstancial, eram beneficiados pelos Programas Sociais. (9) Foi mencionada uma experiência exitosa do Programa Brasil Alfabetizado, desenvolvida em ação conjunta pela Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Assistência Social, na Cidade do Rio de Janeiro.

Os aspectos apontados indicaram que a maioria dos respondentes acreditava nos benefícios oriundos dos Programas Sociais e alguns acreditavam que os alunos eram por eles beneficiados. As Autoridades e os Especialistas, entretanto, em suas falas, mencionaram, apenas: Programa Bolsa-Família; Minha casa, minha vida e Brasil Alfabetizado.

Em que pese o crédito dado pelos Especialistas e pelas Autoridades aos benefícios oriundos dos Programas Sociais, oferecidos pelos governos, com a finalidade de atender às populações de baixa renda em suas necessidades básicas, ficou claro que os Programas Sociais precisavam de maior divulgação, maiores esclarecimentos, quanto aos critérios para o atendimento e que a propaganda, divulgada em todas as mídias, ultrapassasse as fronteiras das propagandas governamentais, para que as informações desses Programas chegassem à população-

alvo de suas ações, de forma didática, e não apenas como divulgação de ações governamentais ou para o fortalecimento de determinadas facções políticas, em épocas eleitorais.

A quarta questão enfocou a continuidade de estudos dos egressos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Este é um dos pontos que merecem atenção de estudiosos desta temática, dada sua importância no processo de educação e de inclusão social, bem como, por ser ela uma das alternativas para evitar que se verifique a regressão cognitiva destes alunos. Cientes de que o período de tempo previsto pelos Programas para a Alfabetização de Jovens e Adultos não é suficiente para que esta se realize e se consolide, os três últimos Programas de Alfabetização desenvolvidos no Brasil têm como ponto comum anunciar a intenção de viabilizar a continuidade dos estudos aos seus egressos. Uma das visões sobre esta questão tão importante está contida na seguinte afirmativa:

Uma política educacional dessa natureza não pode ser temporária ou improvisada, necessita compromisso de continuidade, recursos financeiros e estruturas de gestão apropriadas. Para alcançar esse grau de institucionalidade é necessário que a sociedade e os governantes conheçam os benefícios e valorizem a educação das pessoas jovens e adultas, o que requer debate público permanente com base em informações confiáveis e processos planejados de comunicação (UNESCO, 2008, p. 168).

As autoridades e os especialistas participantes do presente estudo assim se pronunciaram ao responderem a questão referente aos mecanismos necessários à continuidade de estudos dos alunos egressos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos:

1. Cada governo apresentou uma proposta para a erradicação do analfabetismo e incluía, nesta proposta, mecanismos para a continuidade de estudos dos alunos que eram alfabetizados nos Programas de Alfabetização desenvolvidos. Falo mais sobre o MOBRAL, porque nele atuei. Mario Henrique Simonsen, Ministro da Economia à época do MOBRAL, tinha uma visão economicista de todos os processos, porque era um grande economista. Ele priorizou faixas etárias de 15 a 35 anos. Trabalhava-se muito mais intensamente na mobilização dessa faixa etária. Havia idosos que também

participavam do processo, mas a prioridade era trabalhar a faixa etária de 15 a 35 anos, entendendo que essas pessoas, alfabetizadas e educadas, com chance de dar prosseguimento aos estudos posteriormente, contribuiriam muito mais para a sociedade brasileira. Essa visão economicista que estou colocando, fazia com que surgissem programas com vista a esta continuidade de estudos dos alunos que cursaram os Programas de Alfabetização. (Cláudio Saraiva)

2. O MOBREAL, em seu tempo, criou e imaginou outras formas de conhecimento para os alunos que ingressavam no processo de alfabetização, construindo programas supletivos. Eu acho que os programas que hoje existem para a continuidade de estudos desses alunos ainda não atingem essa população toda e não é justo que se abra uma janela para fechar em seguida. Desta forma, o processo de alfabetização por si só – nós que já trabalhamos nessa área sabemos que o tempo disponível para seu desenvolvimento não é suficiente, e, como ocorre na aprendizagem de qualquer língua, se eu não uso eu esqueço. Então, será um esforço e um investimento jogados fora, o aluno participar de um programa de alfabetização e não dar continuidade aos estudos. Isto não é só um direito social, mas também uma responsabilidade de gerência de recursos que os governos deveriam ter. (Cleide Ramos)

3. Eles devem ser estimulados a sonhar, a fazer planos, a ver que o futuro pode ser muito melhor. Tudo isto a ser conquistado. Um dos caminhos é a continuidade de estudos porque através da educação se abrirão novas portas; entender que através dela a maneira deles [os alunos] encararem o mundo vai ser diferente. E, para que isso aconteça, eles devem ter professores comprometidos, que amem o que fazem, pois eles [os professores] serão as primeiras referências para esses alunos, e estimuladores do prosseguimento dos estudos. Eles [os alunos] estão ali, muitas vezes, também para espantar a solidão e o descaso da família e da sociedade. Precisam elevar a autoestima; frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, também, em busca de afeto, de atenção e de dignidade, dignidade esta que lhes fora negada durante muitos anos. (Márcio Alexander Simeão)

4. Políticas públicas mais efetivas que garantam essa continuidade. As iniciativas ligadas a EJA mostram-se particularmente vulneráveis à descontinuidade político-administrativa. A continuidade de estudos dos alunos egressos das classes de

Alfabetização de Jovens e Adultos fica à mercê de interesses momentâneos, ou alterações nas gestões políticas. (Niemar Vince)

5. *Que haja mais qualidade nesses cursos, para que os alunos não desistam. Nesse caso, o emprego de modernas tecnologias educacionais (computadores etc.) é altamente recomendável. (Arnaldo Niskier)*

6. *Quando os programas de Alfabetização são oferecidos pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, a continuidade indispensável dos estudos torna-se mais fácil. É só encaminhá-los para os programas de EJA que muitos sistemas oferecem. Quando os programas de Alfabetização de Jovens e Adultos são oferecidos por entidades não governamentais, os responsáveis por sua execução deverão entrar em contato com os responsáveis pelos sistemas de ensino que oferecem EJA, para matricular os alfabetizados, tão logo terminem os Cursos. É preciso, ainda, despertar nos jovens e adultos o desejo de dar prosseguimento aos seus estudos, mostrando a importância da educação para sua ascensão social, para seu ingresso ou melhoria na força produtiva. (Terezinha Saraiva)*

7. *O grande problema é a bagagem cultural dos alunos, quer seja em cursos acadêmicos ou profissionalizantes. Esta situação dificulta ou, mesmo, impossibilita a continuidade. (Fátima Cunha)*

8. *Qualidade pedagógica das propostas, levando em consideração os saberes adquiridos na trajetória de vida (que implica em diferenciações e diversidades); formação específica do magistério a partir de formação básica sólida; incentivos à carreira docente, sobretudo pela atuação na fase de alfabetização; motivação dos estudantes (é comprovada a perseverança dos que recebem apoio do local em que trabalham); esclarecimento da sociedade para que esta valorize a EJA, como direito de cidadania e dever do poder público. (Francisco Lobo Neto)*

9. *Programas de Educação Continuada. Os mecanismos deveriam estar ligados a um amplo programa de bolsas de estudos, capaz de manter o aluno na escola, dando continuidade a seus estudos. (João Batista Lubanco)*

10. *Dar à modalidade de Educação de Jovens e Adultos o que a própria Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Seção V, Art. 37, parágrafos 1º e 2º) preconiza, assegurando, gratuitamente, aos jovens e adultos "oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus*

interesses, condições de vida e de trabalho", viabilizando e estimulando" o acesso e a permanência na escola". É preciso que os programas não sejam pontuais. O fato de não haver limite de faixa etária, a forma de organização e a possibilidade de continuidade (da alfabetização ao término do ensino fundamental) com a certificação, contribuíram para o crescimento do interesse nesta modalidade, durante nossa experiência de gestora. (Sonia Mograbi)

Nas respostas obtidas das Autoridades e Especialistas na quarta questão, que se referiu à continuidade de estudos dos alunos egressos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, houve destaque à importância dessa continuidade, embora com argumentos diferenciados. Resumidamente, os aspectos essenciais das respostas obtidas foram: (1) Cada governo sempre apresentou sua proposta para combater o analfabetismo, acompanhada de mecanismos para a continuidade de estudos. (2) Desenvolver Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, sem viabilizar a continuidade de estudos de seus egressos se constituía em esforços e investimentos perdidos. (3) A continuidade de estudos possibilitaria a gradativa inclusão social dessa população. (4) A continuidade de estudos dos alunos dos Programas de Alfabetização ficava na dependência de outros interesses e das mudanças políticas. (5) As novas tecnologias poderiam ser empregadas com sucesso para facilitar e fortalecer a continuidade de estudos. (6) A necessidade dos Programas de Alfabetização manterem permanente articulação com as instituições que oferecem a Educação de Jovens e Adultos poderia tornar mais viável a continuidade, além da necessidade da motivação dos alunos, com ênfase na importância dessa continuidade. (7) Os alunos dos Programas de Alfabetização encontravam muitas barreiras, entre elas, a falta de conhecimento das condições previstas para o prosseguimento de estudos, ou seja, para a continuidade. (8) A existência de fatores que inviabilizavam a continuidade de estudos dos concluintes dos Programas de Alfabetização eram as propostas pedagógicas desenvolvidas na continuidade, professores sem preparo específico para atuarem na Educação de Jovens e Adultos e a desvalorização pela sociedade em geral para este segmento. (9) Programas de Educação continuada, reforçados por bolsas de estudos poderiam tornar mais viável

o proceso de continuidade. (10) Contemplar a Educação de Jovens e Adultos com o que a legislação educacional preconiza para ela.

Em síntese, pode-se observar que a continuidade de estudos dos egressos dos Programas de Alfabetização foi um dos pontos críticos nas respostas das Autoridades e dos Especialistas, que, portanto, mereceu ser revisto, uma vez que não se tratava de situação nova, e sim de problema recorrente. Das respostas dadas e da inquietação por elas geradas surgiram alguns questionamentos que podem servir de base para novos estudos: Se os últimos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos apresentaram propostas de desenvolvimento e posterior continuidade, o que pode ter ocasionado a descontinuidade? Se os Programas de Alfabetização não vierem acompanhados de mecanismos que promovam a continuidade, eles ficarão reduzidos a esforços e investimentos inúteis e cíclicos. Que impecilhos ofuscaram aspectos tão visíveis, de modo a que não fossem observados pelos planejadores na área educacional e financeira? Se a continuidade de estudos é um dos caminhos para a inclusão social, expressão comum nas áreas sociais, onde ficaram os esforços conjuntos para incentivá-la e promovê-la? Se as mudanças de governo trazem abalos que repercutem em todas as áreas, decorrentes da descontinuidade de Programas em execução, por que não discutir essa situação e intensificar o conhecimento das consequências nos períodos de transição de um governo para outro? Se o emprego das novas tecnologias poderia facilitar a continuidade de estudos dos egressos, no sentido de reforçar, de formas diferenciadas, o conhecimento adquirido e propiciar o avanço nos estudos, isto é, a continuidade, o que está faltando, para disponibilizar esses recursos, até mesmo de forma experimental, para promover a tão necessária continuidade? Se a articulação dos Programas de Alfabetização com órgãos ou instituições onde a continuidade de estudos dos egressos vai ocorrer, o que está faltando para promover esta integração em benefício desse alunado? Se o desconhecimento, por parte dos alunos, dos Programas do que é necessário para dar continuidade aos seus estudos foi uma das barreiras para que ela não acontecesse, por que o encaminhamento dos alunos nessa situação não era feito de forma a viabilizar e facilitar essa mudança com vista à continuidade? Se figuraram como fatores que ocasionavam a desistência dos alunos egressos dos Programas que ingressaram nas séries iniciais da Educação de Jovens e Adultos eram a proposta

pedagógica inadequada e a qualificação dos professores para ensinar Jovens e Adultos, que providências estão sendo tomadas pelos gestores e coordenadores para minimizar essa questão nos Programas em vigência? Se a atual legislação educacional brasileira prevê mecanismos para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, até que ponto essa legislação está sendo fielmente cumprida? Essas questões mereceriam um aprofundamento de estudos para seu equacionamento em termos de oportunizar a continuidade de estudos dos alunos concluintes dos Programas de Alfabetização.

A quinta questão versou sobre a Alfabetização de Jovens e Adultos como alternativa para minimização da desigualdade social de seus egressos. Os alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos formam uma das camadas onde a desigualdade social se faz presente com intensidade. Há de se investigar se as políticas públicas, formuladas para os referidos Programas, levam em conta a real situação de vida destes alunos, seus interesses e suas necessidades, com vista a minimizar ou mesmo equacionar a desigualdade social e promover, ainda que gradativamente, a inclusão social deste contingente de pessoas.

Para Lobo Neto (2002) a Alfabetização de Jovens e Adultos vai além do domínio das competências da leitura e da escrita; ela só ocorre quando, efetivamente, contribui para a aquisição, pelos jovens e adultos nela envolvidos, do conhecimento de sua realidade pessoal e social, de onde emergirão seus interesses e suas necessidades. Assim sendo, a Alfabetização de Jovens e Adultos não é apenas um processo eminentemente educacional. Ela atinge outras esferas tais como: a esfera social, econômica e política.

Os participantes deste estudo, ao se pronunciarem sobre a Alfabetização de Jovens e Adultos como alternativa para minimização da desigualdade social de seus egressos, deram as seguintes contribuições:

1. Com vista a reduzir à desigualdade social, acho que não. O método de alfabetização utilizado pelo MOBREAL, porque é a minha referência nessa área, era um método de Alfabetização muito próximo ao método do Professor Paulo Freire. Tinha uma similitude muito grande. O método do MOBREAL foi desenvolvido depois,

mas ele partia de coisas muito próximas dos alunos. Trabalhava com palavras geradoras. Palavras pertencentes ao universo pessoal e cultural dos alunos. O método de alfabetização do MOBRAL trabalhava com alguns conceitos do método Paulo Freire. O método Paulo Freire tinha uma fase preliminar, que ele chamava de círculo de cultura. Então, antes de começar um processo de alfabetização, ia-se para o lugar onde aquele processo ia acontecer e ficava-se conversando com as pessoas locais. Surgiam, então, as palavras que eles usavam como palavras geradoras para o processo de alfabetização; eram palavras, todas, do domínio daquela comunidade. O método do MOBRAL não privilegiava tanto isso, as palavras eram basicamente as mesmas no Brasil inteiro, mas relacionadas com o alunado; assim sendo, ambos tentaram atender interesses e necessidades dos alunos (Cláudio Saraiva).

2. Eu acredito que ainda não existe o suficiente. Em alguns locais, existem algumas experiências menores que deveriam ser divulgadas e serem exemplo para outras experiências, em outros estados, em outros municípios. Eu acho que a primeira coisa é informar, abrir possibilidades e tentar investir para dar continuidade aos egressos dos Programas. Nesse sentido, acho que ainda não caminhamos o suficiente (Cleide Ramos).

3. De verdade, pelo que vi até hoje, acredito que eles estão mais preocupados com números do que com gente; eles querem mesmo é atingir as metas de educação do IDEB [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica], porque assim eles podem divulgar para o mundo que a educação aqui no Brasil é uma maravilha, quando, na verdade, essa mesma educação está no CTI. O Rio de Janeiro, por exemplo, ficou com um índice muito abaixo do esperado, em relação a outros estados do Brasil, que recebem recursos para investimento em educação bem menores (Márcio Alexander Simeão).

4. Há uma dicotomia entre discurso e realidade. As políticas públicas para a EJA configuram antes programas de governo que políticas de Estado. Logo, têm seus próprios interesses, e sofrem solução de continuidade na mudança de gestão. As políticas públicas para a EJA para serem efetivas deveriam girar realmente em torno dos interesses e necessidades dos alunos, considerando o Diálogo Pedagógico preconizado por Paulo Freire, ou seja, uma preocupação não só com a trajetória escolar, mas com a trajetória pessoal do indivíduo, proporcionando a este uma

educação integral e de qualidade, que o torna pessoa mais consciente, crítica e exigente de seus direitos básicos a uma vida social e produtiva (Niemar Vince).

5. Há muita teoria a respeito, como se vê agora no Plano Nacional de Educação que se encontra em discussão, no Congresso Nacional. Os diagnósticos são abundantes, mas não convincentes. Metas quantitativas são estabelecidas para os próximos 10 anos, mas, sinceramente, não se pode ter confiança absoluta de que elas serão cumpridas. Por quê? Porque já houve outros Planos Nacionais, igualmente ambiciosos, e não aconteceu o que os educadores esperavam. Planos são substituídos por outros Planos, mas não se vão ao cerne do problema (Arnaldo Niskier).

6. Já houve no Brasil, não uma, mas várias políticas públicas para os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Nem todas levaram em consideração os interesses e as necessidades dos alunos. A meu ver, o correto é ter uma política pública para a Educação de Jovens e Adultos onde se inclua o estágio de alfabetização, uma vez que só a alfabetização, dificilmente reduzirá as dificuldades sociais (Terezinha Saraiva).

7. Creio que sim. A meta é alfabetizar. Mas não podemos deixar de crer que o aluno alfabetizado tem mais chance e, se continuar seus estudos, certamente, encontrará facilidades maiores para entrar no mercado de trabalho (Fátima Cunha).

8. A educação em si não me parece ser “reduzora da desigualdade social”. Esta pertence a sociedades que a cultivam e cultivaram em seu processo histórico. No conjunto de fatores que criam desigualdade, a ação educacional pode, sim, exercer um papel de elucidar causas agravantes e caminhos de superação. Neste sentido a construção de cidadania consciente pode contribuir para a luta por uma sociedade justa e solidária (Francisco Lobo Neto).

9. Se pensarmos nos Programas, referidos na pergunta três (Programas Sociais oferecidos pelos governos) a resposta é sim, mas com restrições (João Batista Lubanco).

10. Deveriam considerar, pois este é um ponto fundamental para o sucesso escolar. É preciso ter a compreensão do contexto social, histórico e cultural no qual a Educação de Jovens e Adultos está inserida. Houve uma mudança no perfil do aluno do EJA com a heterogeneidade etária. Trabalhar com esta diversidade nos leva a

rever concepções pedagógicas no sentido de abarcar novas expectativas e perspectivas. O Parecer CNE/CEB 11/2000 estabelece três funções do EJA: a função reparadora, que tem por finalidade reparar a realidade histórico-social da exclusão; a função equalizadora, que busca dar a pessoas de todas as idades a reentrada no sistema educacional e a função qualificadora, que tem por objetivo uma educação continuada. Os Planos Municipais de Educação devem estabelecer metas para esta modalidade (Sonia Mograbi).

A quinta questão abordou a temática da Alfabetização de Jovens e Adultos como mecanismo promotor da redução das desigualdades sociais. Nela obteve-se respostas diversificadas das Autoridades e dos Especialistas, nas quais destacou-se a ausência de concordância total e algumas concordâncias, com reservas e uma negativa : As respostas dadas foram justificadas pelos argumentos a seguir: (1) A resposta negativa veio acompanhada de justificativas que levaram em conta a experiência vivida pelo respondente no MOBRAL. (2) Afirmou-se acreditar na alfabetização como redutor da desigualdade social, mas pontuou-se não ser suficiente o que se tem. (3) Apontou-se que, na divulgação dos dados oficiais, há grande preocupação com dados quantitativos em detrimento dos qualitativos. (4) Mencionou-se a dicotomia existente entre o discurso e a prática. (5) Desvelou-se que a Alfabetização, por si só, não reduziria a desigualdade social.

As respostas obtidas confirmaram que os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, para promoverem a inclusão social e diminuírem a tão injusta desigualdade social, precisariam vir acompanhados de ações integradas, consistentes e ágeis envolvendo outras áreas como Alimentação, Saúde, Trabalho, Habitação, Transporte e Segurança.

Na sexta questão foram discutidos os mecanismos que dariam oportunidades aos alunos dos programas de Alfabetização de Jovens e Adultos para trabalharem e estudarem. A grande maioria dos participantes dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos é formada por alunos-trabalhadores, ou seja, alunos que, de alguma forma estão inseridos formal ou informalmente no mercado de trabalho. Uma vez que o trabalho, como forma de sustento e de sobrevivência, e o

estudo, como forma de crescimento pessoal e inclusão social, são situações presentes na vida dessas pessoas, faz-se necessário que existam mecanismos facilitadores para que estes alunos desempenhem os dois papéis, sob o risco da necessidade de trabalharem para sobreviver sobrepujando a necessidade de estudarem para crescer. A UNESCO apresenta a seguinte proposição:

Uma tarefa preliminar à definição de estratégias, metas e prioridades é conhecer bem a realidade na qual se vai intervir, diagnosticando quem são e quantas são as pessoas jovens e adultas que necessitam de oportunidade de alfabetização, ensino fundamental e outros processos de formação cultural e profissional, inquirindo sua condição socioeconômica, suas múltiplas motivações e necessidades de aprendizagem. (UNESCO, 2008, p. 171).

As autoridades e os especialistas entrevistados por ocasião desta pesquisa se posicionaram de forma diferenciada sobre esta questão:

1. No Brasil, particularmente nas regiões mais carentes, é exigido dos jovens o trabalho, a contribuição na renda familiar. Então, creio que a metodologia ou a programação do processo educacional que é idealizado para a Alfabetização de Jovens e Adultos, tem que considerar este fator, porque se isso não for considerado, provavelmente a família vai começar a pressioná-los, no sentido de que eles saiam do processo educacional em desenvolvimento. A ação educativa para essa faixa etária - jovens e adultos - deve considerar essa necessidade de obtenção de renda, de trabalho, existentes na vida dos jovens e dos adultos das turmas de alfabetização (Cláudio Saraiva).

2. Acho que essa é uma pergunta muito complexa para ser respondida assim, rapidamente, porque vai depender muito do local em que esses alunos estão inseridos, das possibilidades do oferecimento de chances culturais, de trabalho, de sobrevivência. E, dependendo da cidade e do município, as situações são mais ou menos complexas. Já conheci no país muitas experiências de empresários nesse sentido. Agora mesmo no Município do Rio de Janeiro, para ajudar os alunos que estão com defasagem de série, idade, ou que ainda não estão suficientemente aptos na leitura, escrita e cálculos, ou não completaram, digamos melhor, o seu processo

de alfabetização, muitas parcerias com o empresariado estão acontecendo. Só não acho que se deva, simplesmente, transferir a responsabilidade para o empresariado. Acho que tem de se buscar algumas parcerias, e isso deve partir dos governos locais e nacionais. Buscar essa ajuda porque a responsabilidade primeira do empresário é o seu próprio trabalho, segundo a responsabilidade social, como é que esse trabalho da alfabetização e da empresa se insere no país em que ele está e, por consequência, eles têm uma ligação muito profunda (Cleide Ramos).

3. O ideal mesmo seria que esses alunos não existissem, mas o que poderia ser feito para que eles conseguissem ser alfabetizados, era criar métodos como o de Paulo Freire, por exemplo, que já deu provas de que funciona e muito bem (Márcio Alexander Simeão).

4. Implantação de programas complementares de complementação alimentar, saúde, transporte, práticas esportivas culturais e de lazer. Desenvolvimento de parcerias e estímulo aos empregadores para apoiar os alunos em processo de alfabetização e mesmo promover a alfabetização no local de trabalho em horários adequados (Niemar Vince).

5. A melhor ideia é a criação de bolsas especiais para os alunos do EJA. Em geral, eles trabalham de dia e estudam precariamente à noite. Com as bolsas será possível investir mais na Alfabetização de Jovens e Adultos (Arnaldo Niskier).

6. Um dos mecanismos é a flexibilidade dos horários dos cursos para conciliar com a jornada de trabalho dos iletrados, e a compreensão dos empregadores, diminuindo a duração da jornada de trabalho, para que os trabalhadores possam realizar seus estudos. (Terezinha Saraiva).

7. Proporcionar aos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos mais oportunidades de estudar em horário mais flexível e de encaminhamento para a aprendizagem de uma profissão (Fátima Cunha).

8. Reconhecimento de que educar-se é direito do trabalhador e deve ser respeitado e promovido pelos empregadores (Francisco Lobo Neto).

9. O Poder Público poderia firmar parcerias com os setores econômicos privados, com vista ao aproveitamento do salário educação, mediante programas específicos para cada setor (João Batista Lubanco).

10. Já nos referimos a programas sociais que coloquem a educação como contrapartida, mas é preciso atentar para a mudança do perfil do emprego em uma cidade de serviços, como o Rio de Janeiro. Desta forma, a introdução do horário diurno na Educação de Jovens e Adultos, para os que não podem estudar à noite, foi uma medida acertada que tomamos. Implantamos, também, as Classes Anexas, que objetivam criar possibilidades de utilização de espaços não escolares para a formação de turmas de Jovens e Adultos em comunidades não atendidas pela EJA. Outro exemplo significativo foi a criação do Centro de Referência da Educação de Jovens e Adultos (CREJA), com funcionamento das 7 às 22 horas, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, que além de se estruturar com grande flexibilidade, através de módulos, faz uma orientação para o trabalho (Sonia Mograbi).

A sexta questão tratou de um tema recorrente: a situação do aluno trabalhador e a necessidade do horário de estudo, ou seja, um horário que permitisse aos alunos, em fase de alfabetização, estudarem e trabalharem. As Autoridades e os Especialistas apresentaram respostas diferenciadas conforme, resumidamente, registrou-se a seguir, com ênfase na ideia principal: (1) A faixa etária dos alunos que formavam os Programas de Alfabetização e o contexto social eram determinantes que exigiam desses alunos o compromisso com as duas ações – trabalhar e estudar. (2) Desenvolver parcerias entre os Programas de Alfabetização e Empregadores, de modo a permitir que os alunos dos Programas pudessem, estimulados, assumir as duas ações: trabalhar e estudar. (3) Flexibilização e conciliação entre os horários de trabalho e estudo para que, ambos, sejam praticados, (4) Compreensão de que estudar é um direito do aluno trabalhador. (5) Parcerias entre os setores público e privado, com vista ao aproveitamento do salário educação, em benefício dos alunos. (6) Programas Sociais que colocassem a educação como contra-partida e flexibilização dos horários de estudo a ser realizado com a utilização de Módulos. (7) Apresentou-se o exemplo do trabalho realizado pelo Centro de Referência da Educação de Jovens e Adultos – CREJA /SME da cidade do Rio de Janeiro.

As propostas apresentadas para a conciliação dos horários de trabalho e estudo dos alunos trabalhadores, como os alunos dos Programas de Alfabetização foram viáveis e exequíveis. Resta, ainda, intensificar e legitimar a prática mais efetiva

e sistemática de conciliar a situação de trabalho e estudo dos Jovens e Adultos, bem como, buscar, ampliar e fortalecer a articulação.

Na sétima questão foi debatida a situação dos alunos integrantes dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos com referência às condições mínimas de ocupação de espaços no mercado de trabalho formal. Esta é uma das questões dignas de apreciação, uma vez que a inserção, seja ela no mercado formal ou informal é, para a maioria destes alunos, questão de sobrevivência. Portanto, os estudiosos da Alfabetização de Jovens e Adultos não poderão deixar de perceber esta temática.

Neste sentido, a UNESCO, (2008, p. 171) assim se pronuncia:

Os Programas *[de Alfabetização de Jovens e Adultos]* devem ser suficientemente diversos e flexíveis para que a proposta pedagógica seja ajustada às peculiaridades dos contextos locais e dos subgrupos sociais. Isso significa que a leitura e os conhecimentos matemáticos devem agregar-se a outros conteúdos de aprendizagem, como as expressões culturais, singulares àquele contexto, a preparação para o trabalho e a geração de renda, a educação para a saúde e a conservação do meio ambiente, o acesso às novas tecnologias da comunicação e informação, a formação política para a cidadania etc.

As Autoridades e os Especialistas manifestaram as seguintes opiniões a respeito da questão em estudo:

- 1. Penso que têm. Existem muitas profissões, na área da construção civil, por exemplo, cuja exigência de escolaridade não é tão significativa. Até apresentam alguns tipos de exigências, mas não são coisas absolutamente impossíveis aos adultos e aos jovens, integrantes dos Programas de Alfabetização, rapidamente aprenderem. Creio que existem na área da construção civil, da agricultura, e em outras áreas, espaços que as pessoas com menor grau instrução ou menor grau de escolaridade, podem ocupar. Também nos serviços domésticos, e em uma série de outras profissões (Cláudio Saraiva).*
- 2. Acredito que depende da ocupação. De qualquer maneira, sabemos que a alfabetização não é suficiente. É necessário que existam oportunidades de*

continuidade de estudos, porque, caso contrário mesmo em operações muitas vezes aparentemente mecânicas, em fábricas etc. os alunos têm dificuldade de desenvolvimento por não terem conhecimento mais amplo, mais abrangente. É fundamental que os alunos dos Programas de Alfabetização tenham continuidade de estudos para poderem ter bom desempenho e não serem excluídos, por consequência (Cleide Ramos).

3. Muitos deles são analfabetos funcionais e, sem uma qualificação para determinados empregos, fica muito difícil. Pelo que vejo nos noticiários, há oportunidades de empregos, o que falta mesmo é mão-de-obra qualificada para essas vagas. E o que vem sendo feito nas escolas está muito longe de ser uma educação de qualidade, haja vista que você não vê filhos de políticos em escolas públicas, eles sabem muito bem o que eles oferecem ao filho do pobre e não existe vontade alguma em mudar esse quadro, porque se melhorar, eles irão prometer o quê em suas campanhas? (Marcio Alexander).

4. Sim, desde que tenham desenvolvido competências e habilidades específicas que permitam sua inserção no mercado formal de trabalho (Niemar Vince).

5. Há uma defasagem na formação entre os alunos do sistema regular e os provenientes do EJA, com claros prejuízos para estes. Enquanto isso não for corrigido, será difícil ampliar o leque de oportunidades (Arnaldo Niskier).

6. Dificilmente, porque o mercado de trabalho formal está, cada vez mais, demandando empregados com escolaridade mínima de grau médio (Terezinha Saraiva).

7. Acredito que sim, desde que os programas de alfabetização sejam sérios. Contudo, no atual mundo globalizado, apenas a alfabetização não garante o mercado de trabalho. As mais singelas profissões de hoje exigem o ensino básico completo (Fátima Cunha).

8. Estas condições não são dadas pelo fato de estarem em Programas Educacionais, mas pela sociedade através de regulamentação das relações de trabalho. E quem é o Mercado de Trabalho? (Francisco Lobo Neto).

9. Considerando a pergunta somente no seu aspecto estrito, a resposta é não. Entretanto, se, em conjunto, forem considerados cursos técnicos, é um bom começo, desde que, após estes, vierem os [cursos] tecnológicos (João Batista Lubanco).

10. Sim e muitos deles já ocupam. A procura pela maior escolarização se dá com o objetivo de ascensão no mercado de trabalho formal (Sonia Mograbi).

A sétima questão teve como foco as possibilidades dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos ocuparem espaços no Mercado de Trabalho formal. As Autoridades e os Especialistas apresentaram posições diferenciadas em suas respostas que, de forma resumida, assim se apresentaram: (1) As respostas afirmativas, justificaram suas posições considerando que há profissões, cuja exigência de escolaridade é mínima; que a ocupação do espaço no mercado de trabalho dependia da profissão e que muitos desses alunos até já estavam inseridos. (2) As respostas negativas, alegaram que a exigência da escolaridade para a inserção no mercado de trabalho ficava mais alta, a cada dia. (3) Os que responderam que dificilmente os espaços seriam ocupados por alunos em fase de alfabetização, argumentaram que havia, no mercado de trabalho, mais necessidade de mão-de-obra qualificada; e que os alunos dos Programas eram muito prejudicados por sua precária formação, daí a dificuldade da ocupação de espaços. (4) O Mercado de Trabalho estava, cada vez, mais exigente; e a obrigatoriedade do Ensino Fundamental completo, figurava até para o exercício das profissões mais simples. (5) Esse espaço só era aberto, para as pessoas analfabetas ou em processo de alfabetização, diante de necessidades prementes. (6) Restou assim, em maior escala, para esse contingente, buscar espaço no mercado de trabalho informal, no qual não há direitos ou segurança.

Assim sendo, as repostas dadas deixaram entrever a relação categórica no mercado de trabalho, quanto às exigências do nível de escolaridade dos que pleiteavam a ocupação de seus espaços, evidenciando-se a situação dos alunos dos Programas de Alfabetização. Esta situação, lamentavelmente, pode gerar oferecimento de menores salários aos analfabetos ou em processo de alfabetização. Observou-se, também, como obstáculos, para esses alunos, as dificuldades de comunicação oral e escrita, as escassas oportunidades de participação de treinamentos em serviço e dificuldade de compressão de seus direitos como empregados, para reivindicá-los

Percebeu-se que essa questão precisava ser revista e reestudada pelo Sistemas de Educação, de Trabalho e Emprego e pelo empresariado em geral, pára que essa questão tendenciosa possa ser minimizada ou equacionada.

A oitava questão tratou das exigências do mundo digital como mais uma dificuldade a ser enfrentada pelos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. O mundo vive um momento em que a informática ocupa um papel de destaque, no qual a ausência de conhecimentos nesta área pode ocasionar isolamento e dificuldade para executar diversas tarefas que se constituem rotinas no dia-a-dia. Desta forma, a entrada dos alunos das classes de Alfabetização de Jovens e Adultos no mundo digital tornou-se uma preocupação para aqueles que lidam com este estágio da educação sendo mesmo denominada por alguns de inclusão digital. O significado e a importância do processo de inclusão digital são assim descritos por Rebelo.

O termo “inclusão digital”, de tão usado, já se tornou um jargão. É comum ver empresas e governos falando em democratização do acesso e inclusão digital sem critérios e sem prestar atenção se a tal inclusão promove os efeitos desejados.[...] É que inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia. [...] Hoje, a depender do contexto, é comum ler expressões similares como democratização da informação, universalização da tecnologia e outras variantes parecidas e politicamente corretas. Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores. Como fazer isso? Não apenas ensinando o bê-á-BA do informatiquês, mas mostrando como ela pode ganhar dinheiro e melhorar de vida com ajuda daquele monstrengo. (REBELO, 2005).

A esse respeito os entrevistados assim se pronunciaram:

1. Acho que sim. Quer dizer, acho que quando se idealiza um Programa de Educação de Jovens e Adultos, dependendo da forma como as noções de informática forem incluídas, elas podem tornar-se um grande dificultador. Até porque o adulto tem muito mais dificuldade de iniciação nessa área do que uma criança, por exemplo. Então, a

informática passa a ser, ao invés de um facilitador, um dificultador a mais no processo de alfabetização (Claudio Saraiva).

2. Certamente. Acho que, hoje, não podemos mais pensar em salas de jovens, adultos, crianças onde esses meios de comunicação básicos, não estejam presentes, porque senão estaremos criando outra forma de analfabetismo e de exclusão. Pessoas jovens estarão excluídas por muito tempo. E mais, dentro das próprias famílias haverá um prejuízo muito grande, até para um diálogo entre jovens, crianças e população adulta. Os jovens e as crianças já vão se formando com uma identidade diferente daquela com que nós nos constituímos. Eles já contam com o uso acelerado de informações, de troca de conhecimento. Então, para o trabalho, para o cotidiano, é fundamental; e aí vem a questão da inovação e do investimento nos processos de alfabetização de jovens e adultos. Quando falo de alfabetização, hoje, estou falando de aquisição de novos conhecimentos e de continuidade de estudos (Cleide Ramos).

3. Não vejo dessa forma. Um aluno alfabetizado tem o mundo em suas mãos e para ele chegar a conhecer essas tecnologias é só mais um passo porque o computador está em tudo hoje em dia, no celular, nos bancos etc. Existem “lan houses” espalhadas por todos os lados, uma grande parceria que o governo poderia adotar; e, não existe máquina mais interessada em fazer você desvendar seus segredos que o computador; ele ensina tudo, o que você não sabe é só perguntar para ele que ele ajuda, mas se a pessoa não souber o básico, que é ler, aí sim fica muito difícil (Márcio Alexander Simeão).

4. Sem dúvida que é mais um desafio e uma necessidade, já que há uma penetração generalizada das tecnologias digitais na vida contemporânea. Deveria haver uma preocupação maior das Políticas Públicas, dos Projetos e dos Programas de EJA quanto à inserção do aluno no mundo digital. Os principais problemas no uso das tecnologias digitais na EJA perpassam a capacitação técnica do docente e de um profissional de apoio para as aulas no laboratório de informática, são a limitação de número de máquinas disponíveis e a inexistência de softwares educativos diversos, tanto genéricos como específicos que atendam a cada disciplina (Niemar Vince).

5. Hoje, o mundo digital está presente em todos os níveis, de uma forma ou de outra. Há mais de 20 milhões de computadores em operações, no Brasil. E, quem não tem,

pode alugar nas “lan houses”. O que se deve é estimular os jovens a conhecer essas inovações, para benefício do seu aprendizado (Araldo Niskier).

6. Raramente os Programas de Alfabetização incluem a informática. O mesmo já não acontece com a EJA. Embora não seja comum a todos os programas de EJA, alguns já oferecem a possibilidade dos alunos terem acesso às ferramentas para prepará-los para o Mundo Digital. É evidente que o Mundo Digital traz dificuldades, não só para os iletrados, mas para muitos, com boa escolaridade, mas que são “analfabites” (Terezinha Saraiva).

7. As exigências do mundo digital são para todos os indivíduos, independente da época da alfabetização. O mundo digital está presente em nossas vidas. Insisto que só a alfabetização não basta e que ser alfabetizado no método tradicional não implica em não participar do mundo digital. A questão é mais social e econômica (Fátima Cunha).

8. O mundo digital - assim como o foi o mundo de Gutenberg – exige novas formas de leitura e escrita. Logo, torna-se mais complexo e pede mais habilidades ao trabalhador (Francisco Lobo Neto).

9. Não, se, concomitantemente, forem introduzidos nesse mundo digital. Ao contrário, podem até facilitar (João Batista Lubanco).

10. Importa menos o método, pois uma alfabetização de qualidade proporciona as possibilidades de inclusão digital (Sonia Mograbi).

A oitava questão discutiu sobre o mundo digital como uma das dificuldades a serem encaradas pelos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. As Autoridades e os Especialistas, em suas respostas, assumiram posições diferenciadas quanto à existência, ou não, de dificuldades oriundas do mundo digital para os alunos dos Programas de Alfabetização. O essencial das respostas dadas foi registrado a seguir. As respostas afirmativas vieram acompanhadas dos seguintes argumentos: (1) A dificuldade ia depender da forma como as Noções Básicas de Informática foram apresentadas aos alunos. (2) Não se pode pensar em alfabetizar sem ter em vista a inclusão digital. (3) A inclusão digital era um desafio e uma necessidade atual. (4) A inclusão digital raramente era incluída nos Programas de Alfabetização, daí a dificuldade. (5) As exigências do mundo digital se apresentaram

para todos, incluindo-se os alunos dos Programas. (6) O mundo digital exigia novas formas de leitura e escrita. As respostas negativas vieram acompanhadas das seguintes justificativas: (7) Um aluno, bem alfabetizado, procurará ser incluído no mundo digital por seus recursos próprios. (8) O mundo digital está presente em todos os níveis e era preciso estimular os alunos para o uso das inovações. (9) Se a inclusão digital ocorrer concomitantemente com a Alfabetização, não haverá dificuldades. (10) Uma Alfabetização de qualidade deveria incluir a alfabetização digital em suas práticas.

À luz das respostas obtidas, constatou-se um certo distanciamento de alguns respondentes, quanto à realidade dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. pois a maioria desses Programas, lamentavelmente não dispõe de computadores para utilizá-los em suas práticas, incluindo nelas Noções Básicas de Informática. O domínio dessas Noções tornou-se muito importante, uma vez que o computador se converteu numa das principais fontes de informação, presente em inúmeras situações do cotidiano. É necessário que os responsáveis pelos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos fiquem atentos a essa questão e se mobilizem para equacioná-la. Se os alunos desses Programas, já tão prejudicados por outras questões, ficarem isolados das inovações, eles permanecerão compondo a massa de analfabetos digitais.

A nona questão levantou uma das grandes inquietações que permeiam os Programas da Alfabetização de Jovens e Adultos: as principais causas do insucesso dos sucessivos Programas para esta finalidade. Muitas causas são apontadas como responsáveis pela permanência do analfabetismo, não só nas cidades mais distantes, como também nos grandes centros urbanos. Entre elas se destaca a descontinuidade, uma vez que a maioria dos programas funciona articulada com os governos em seus três grandes níveis de governo: municipal, estadual e federal. Quando acontece a sucessão dos governos, não existe implícito o compromisso com a continuidade das ações em execução, incluindo-se os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos; o que ocorre, muitas vezes, neste sentido, é a apresentação de novas propostas, sem levar em consideração as experiências anteriores e a necessária continuidade de

estudos dos egressos dos Programas nas classes de Educação de Jovens e Adultos. Segundo a UNESCO:

As experiências [...] demonstram que a história recente das Políticas e Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil oferecem muitas lições que podem, e devem, ser consideradas na tomada de decisões conformando um acervo de conhecimentos a partir do qual é possível avançar na direção da democratização de oportunidades educacionais de qualidade para todos (UNESCO, 2008, p. 174).

Os entrevistados informaram ver esta questão da seguinte forma.

- 1. Para um adulto chegar à casa depois do trabalho, e ir para uma sala de aula para estudar, acho que a resistência é muito grande. Acho que isso é um problema localizado no aluno. O outro problema é a pouca adequação do mundo do trabalho com o mundo da educação. Acho que tinha que ser mais integrado, mais articulado, quando se pensasse na programação e na metodologia de um Curso de Educação de Jovens e Adultos (Cláudio Saraiva).*
- 2. Diria que, em primeiro lugar é a questão da continuidade. Infelizmente no passado, os processos de alfabetização estiveram muitos ligados ao governo, e cada vez que muda governo a gente sabe que sempre há um processo de mudança brusca e de interrupção, trazendo prejuízos muito maior para os clientes, que são os jovens e adultos. Diria que esse é o fundamental. O segundo, a dificuldade que nós temos de absorver mudanças e de aperfeiçoamento (Cleide Ramos).*
- 3. Em minha opinião a falta de professores capacitados para esse tipo de educação, porque não é a mesma coisa que o ensino regular, para essa modalidade de ensino o professor tem de ter a sensibilidade de saber quais motivos levaram esses alunos a largarem a escola, ou até mesmo nunca ter tido o direito de frequentá-la. Somente dessa maneira eles conseguirão atingir suas metas, seus ideais, ideais sim porque professor tem que ser idealista, tem que acreditar que o mundo pode ser melhor, e que a educação, é um dos meios de transformação do ser humano e do mundo em que ele vive (Márcio Alexander Simeão).*
- 4. As principais causas: A solução de continuidade quando há mudança na gestão governamental e /ou ausência de Políticas Públicas mais efetivas de médio e longo*

prazo o que provoca a fragmentação, dispersão e descontinuidade dos Programas de EJA (Niemar Vince).

5. A descontinuidade é o principal problema. Tudo começou no MEC, com Campanhas Nacionais de Alfabetização, que eram precaríssimas. Aliás, o próprio nome Campanha já induzia a isso. Vamos deixar claro que a formação de mestres para a alfabetização é precaríssima. Não existe uma preocupação devida nos cursos de formação de professores – e isso é lamentável (Arnaldo Niskier).

6. São várias as causas: metodologia e materiais didáticos inadequados; perfil dos alfabetizadores; desconhecimento, por parte dos alfabetizadores, das expectativas, interesses dos alfabetizando (Terezinha Saraiva).

7. Dos programas que acompanhei quase todos implodiram. Cada governo se exprime de uma forma, como quem quer deixar uma marca de sua gestão. Os programas sempre foram política de governos e não política de estado, e pior, sem compromisso com a continuidade (Fátima Cunha).

8. O modo de nossa sociedade produzir a sua existência, cultivando a desigualdade até ao abuso da injustiça e da barbárie. No caso da educação isso se evidencia pela forma desrespeitosa com que se trata a carreira do magistério, na sua formação, no seu percurso profissional, na sua remuneração. Temos pessoas “educadas” (e não são poucas!) que rejeitam investimentos públicos nos programas de EJA (Francisco Lobo Neto).

9. É o fato de que os programas são implementados de forma estanque, quando deveriam estar integrados a um programa global de Educação (João Batista Lubanco).

10. Das informações que tive acesso, constato, nos relatos, que o alheamento às necessidades, a falta de adequação ao público-alvo e a ausência de perspectiva de continuidade são questões que têm contribuído para o insucesso de alguns Programas. Como relatora, em 1999, no Conselho Municipal de Educação, do Projeto de Educação Juvenil-PEJA que, naquele momento, ia até 25 anos, eu pude constatar que a fundamental terminalidade, com a certificação, foi recebida como um direito pelos alunos e com o aplauso de todos os envolvidos (Sonia Mograbi).

A nona questão, abordou um dos grandes problemas que marcaram os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos de modo geral, isto é, objetivos não

alcançados, falta de clareza quanto aos reais resultados obtidos e a descontinuidade de estudos de seus egressos, possíveis geradores de seus fracassos. As Autoridades e os Especialistas, ao responderem esta questão, apresentaram muitos pontos comuns e alguns diferenciados cuja síntese foi registrada a seguir: (1) O problema da continuidade de estudos foi apontado por boa parte dos respondentes, bem como, a escassa e ineficiente formação de professores para atender a este alunado. Emprego de procedimentos de ensino inadequados e desconhecimento dos interesses e necessidades dos alunos para motivá-los, a partir daí. Outras questões foram também apresentadas como causadoras do fracasso dos Programas: (2) A dificuldade de absorção, por parte dos professores, das mudanças necessárias para o aperfeiçoamento dos Programas. (3) A falta de professores preparados para atuar na Alfabetização de Jovens e Adultos. (4) O emprego de métodos inadequados para alfabetizar esses alunos. (5) A ausência ou inadequação do emprego de recursos didáticos. (6) A escassez de políticas públicas mais efetivas que determinassem o prazo das ações - curto, médio, e longo prazo. (7) Tratamento desrespeitoso referente aos profissionais e descrédito na Educação de Jovens e Adultos em geral. (8) Programas estanques e não integrados a um Plano Global de Educação.

Com base na síntese respostas obtidas verificou-se que o insucesso dos Programas relacionava-se às variadas razões apontadas pelas Autoridades e pelos Especialistas. E mais ainda, os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, mesmo com o certo esforço dos governos que os implantaram e implementaram, não foram suficientemente eficientes e eficazes para combater o analfabetismo, uma chaga aberta no Sistema Educacional Brasileiro.

Lamentavelmente, o Editorial do Jornal Estado de São Paulo, informou que os números revelados pela Pesquisa Nacional Domicílios - PNAD/ 2012, apontavam para o crescimento do analfabetismo entre Jovens e Adultos no Brasil. Este fato traduziu o despreparo desse contingente para a inclusão no mercado de trabalho, cada vez mais exigente, e com isso, a quebra das condições para a emancipação econômica e social dessa população.

A grande saída para esta situação inaceitável é a intensificação da vontade política para equacioná-la e a formulação de políticas públicas para esta finalidade. Ambas deverão preconizar a melhoria da qualidade de ensino fundamental para que

ele não venha a ser, com a reprovação e a evasão, o celeiro do contingente a ser atendido pelos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. A melhoria dos cursos de formação de professores e a atualização dos professores em serviço são urgentes. Ações integradas entre os setores governamentais para o combate ao analfabetismo e ações que mobilizem a sociedade como um todo para participar desta grande missão é tarefa crucial e inadiável.

A décima questão abordou um problema de grande importância na Educação de Jovens e Adultos, incluindo-se a Alfabetização, quanto à existência de lacunas entre o que a legislação educacional prevê e o que de fato ocorre, no que diz respeito aos interesses e necessidades dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Neste sentido assim se pronuncia a UNESCO,

O reconhecimento e o respeito aos direitos educativos dos jovens e adultos previstos na legislação implicam responsabilidades dos governos em assegurá-los, mediante uma oferta pública diversificada e qualificada de oportunidades de alfabetização e de estudos no ensino fundamental, na educação profissional e em outros níveis e modalidades de formação. (UNESCO, 2008, p. 168).

Os entrevistados assim se pronunciaram quanto a esta questão:

- 1. Acho que o Brasil, particularmente, tem uma grande dificuldade para fazer isso, porque muitas vezes a legislação não está compatível com a realidade, por conta do rateio partidário que é feito nas diversas áreas de governo, em todos os níveis: no nível federal, no nível estadual e no nível municipal. Então, você tem uma expectativa de que a Secretaria de Educação vai sentar com a Secretaria de Saúde, com a Secretaria de Cultura, com a Secretaria de Esportes, etc. e vão pensar num programa comum, a ser executado por técnicos especializados. Acho que é uma ambição que estamos muito distante de conquistar (Cláudio Saraiva).*
- 2. Certamente. Acho que nós, na verdade, temos duas lacunas: uma da própria legislação, que precisa ir se atualizando mais rapidamente, e a outra o espaço que permanece entre a Lei e a concretude dessa realidade (Cleide Ramos).*
- 3. Com certeza, e quem está lá dentro vê o quanto isso é verdade, se no ensino regular estamos formando verdadeiros analfabetos funcionais, você não imagina neste tipo*

de modalidade. É um absurdo ver o que alguns professores fazem, e aí sim defendo o governo, que cria determinados projetos, mas que não funcionam na prática porque não existe interesse por parte dos professores. Acredito que se houvesse uma maior intensificação nas fiscalizações, esse quadro estaria bem melhor, mas se o governo continuar só dando a verba e não cobrar o resultado, nada irá mudar (Márcio Alexander Simeão).

4. Sim, Entre a realidade e o que prevê a legislação educacional há um paradoxo. A realidade da Educação Brasileira infelizmente ainda apresenta um sistema segmentado e estratificado. A EJA sendo Educação Básica deveria ter as mesmas ofertas educativas destinadas a outras modalidades de ensino para que não se torne marginalizada. Requer a preservação da sua identidade político- pedagógica e especificidades nos planos conceitual e metodológico, bem como respeito às especificidades das zonas urbanas e rurais, a pluralidade cultural, de gênero, étnica e religiosa. Requer, também, recursos suficientes, profissionais qualificados, materiais didáticos específicos, espaços adequados, um processo sistemático e de acompanhamento, controle e avaliação e que seja um programa que não sofra solução de continuidade atendendo assim aos interesses e necessidades dos envolvidos (Niemar Vince).

5. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394) é de 1996 e está claramente defasada. Querem um exemplo? Há mais de 20 emendas constitucionais que modificaram diversos itens da LDB, o que prova que ela se tornou uma verdadeira colcha de retalhos. Aí residem lacunas sensíveis, que precisariam ser corrigidas (Arnaldo Niskier).

6. A legislação educacional é pobre em relação à alfabetização, propriamente dito, Ela existe em relação à Educação de Jovens e Adultos, anteriormente, com a nomenclatura de supletivo. É de se registrar que, lamentavelmente, é comum haver uma lacuna entre o que as leis educacionais traçam, como diretrizes e procedimentos, e o ensino oferecido, em todos os graus (Terezinha Saraiva).

7. Existe uma lacuna na própria existência dos programas de avaliação. Já que no Brasil vivemos a cultura da avaliação, qual o motivo de não se avaliar os programas de alfabetização? Faz-se necessário avaliar, acompanhar e definir estratégias para que os programas tenham êxito (Fátima Cunha).

8. *Anísio Teixeira, na sua lucidez de análise, já denunciava a diferença entre os valores reais que praticamos e os valores alegados que proclamamos. (Francisco Lobo Neto).*

9. *Existe, sim! A legislação contempla, com raras lacunas, todas as necessidades do processo educacional, haja vista a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é um todo homogêneo, o qual vem desacompanhado de políticas públicas e provadas para a sua concretização. (João Batista Lubanco).*

10. *Existe e, por isto, ratifico a importância do respeito à legislação educacional como mencionei na resposta nº 4 (Sonia Mograbi).*

A décima questão tratou do desencontro entre a legislação e as práticas educacionais. As Autoridades e os Especialistas, em unanimidade, concordaram quanto à existência de hiatos entre a legislação e a realidade educacional. Todavia, apresentaram informações diversificadas para justificar suas afirmativas: (1) A incompatibilidade da legislação com a realidade foi justificada pelo exemplo do rateio de cargos e funções para atender interesses políticos partidários em todos os níveis, agravado pela falta de articulação entre os diversos setores quanto à elaboração de propostas integradas a serem executadas por técnicos especializados, sem injunções políticas. (2) A necessidade de atualização da legislação, no sentido de acompanhar as mudanças sociais e, assim, ajustar-se à realidade. (3) Os governos financiavam, mas não acompanhavam os resultados dos projetos e programas implantados, para desenvolver as políticas governamentais, oriundas da legislação. (4) A existência de paradoxo entre o que a legislação educacional prevê e o que a realidade testemunha. (5) A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 - apresentava defasagem e precisava adequar-se. (6) A Legislação Educacional era pobre em relação à Educação de Jovens e Adultos. Existiam lacunas entre o previsto pela lei e o que era oferecido à essa população. (7) A falta de avaliações dos Programas Governamentais, que expressavam as Políticas originárias da legislação educacional. (8) A diferença notória entre valores reais, praticados e os declarados. (9) A Lei de Diretrizes e Bases, um todo homogêneo, não estava sendo acompanhada de Políticas Públicas para a sua concretização. (10) Ratificação da importância do respeito à Legislação Educacional, o que não estava sendo feito.

Levando em conta as justificativas apresentadas pelas Autoridades e pelos Especialistas, verificou-se que o hiato existente entre a legislação educacional e a realidade, especialmente no que se refere à Alfabetização de Jovens e Adultos, refletia uma série de obstáculos encontrados pelos Programas para o alcance de seu grande propósito – alfabetizar: mais e melhor a um maior número de pessoas em menos tempo.

A décima primeira questão buscou a complementação das informações fornecidas na entrevista, ou seja, nela abriu-se a oportunidade do entrevistado fornecer outras informações, além das que lhes foram solicitadas. A maioria dos entrevistados quis complementar as suas falas, com informações relacionadas a seguir:

Vou voltar a responder tendo como referência o Mobral. Como já disse, no início da entrevista, na década de 70, eu fui responsável por dimensionar as metas que cada Estado teria que cumprir a cada ano. Quando eu fui convidado, em 1981, para dirigir a área de planejamento, introduzimos o planejamento participativo. Todo o processo era iniciado a partir das demandas dos diversos locais. Então, como nós tínhamos esse sistema capilar, fazia-se a demanda dos municípios; depois o Estado consolidava a sua demanda como produto e resultado das demandas dos municípios, e as demandas dos municípios consideravam todas essas áreas: área de saúde, de educação integrada, de alfabetização, de educação para o trabalho, área cultural e, no final do ano, nós fazíamos um grande processo de negociação com os coordenadores estaduais do MOBREAL. Todos vinham para o Rio de Janeiro. Nós tínhamos um orçamento estabelecido. Naquela época se respeitava o orçamento, que hoje, também, não se respeita. Hoje, vê-se a toda hora, corta aqui, corta ali, contingencia aqui, contingencia lá, é uma confusão. É muito difícil, hoje, você planejar, porque depois as alterações são muito grandes. Naquela época fazíamos um processo de negociação, no sentido de adequar as demandas às possibilidades orçamentárias. Isso aproximava muito as características das comunidades à variedade de programas que a Fundação apresentava, oferecia. E, aí nós saíamos desse encontro, que era um encontro enorme, e feito simultaneamente com todas as coordenações estaduais, sentadas em mesas diferentes, evidentemente, mas no

mesmo salão, e saíamos de lá com as metas estabelecidas, a partir das demandas locais, mas considerando as possibilidades orçamentárias aprovadas. Acho, para terminar nossa entrevista que, pela capacidade de execução e de fazer que o MOBREAL tinha, a que eu já me referi anteriormente: por essa estrutura capilar, por essa rede de supervisão, o Brasil perdeu muito com o desmonte disso. Porque essa rede era capaz de montar um programa, como fez no pré-escolar, num piscar de olhos. Talvez o MOBREAL precisasse ser redirecionado, tivesse que ser repensado em algumas coisas. Acho que foi um prejuízo muito grande para o Brasil que essa estrutura tivesse sido extinta, porque não houve nada que pudesse substituir à altura, essa estrutura. Podia-se questionar o MOBREAL em relação ao método, ao tempo necessário para alfabetizar uma pessoa, que o MOBREAL fazia em cinco meses, e fazia igualmente para todos, com mais um mês de recuperação se fosse necessário, não por fazer um Programa igual para todos. Então podia rever sua posição de não trabalhar sozinho, de não buscar parcerias qualificadas em diversas áreas para atuar, acho que isso também podia ser repensado, mas acabar com a estrutura capilar do MOBREAL, penso que foi um desperdício.

A pesquisadora observou ao entrevistado que suas respostas se referiam ao MOBREAL e este assim se pronunciou:

1. Tenho pouca informação sobre o resultado. Mas, acho que é isso, quer dizer, se você for medir a necessidade de alfabetização de adultos pelo índice de analfabetos adultos, isso vai ficar residual. Mais 10 anos, vai ser 5% de analfabetos adultos, no Brasil. Não vejo, assim, uma necessidade tão grande de investir significativamente em alfabetização de adultos, porque cada vez mais o mercado de trabalho exige um profissional mais qualificado, mais habilitado, mais preparado, que possa produzir coisas de mais qualidade. E, a própria sociedade demanda isso também. Penso que a alfabetização de adultos, exclusivamente alfabetização, no conceito que era utilizado antigamente - escrever o nome, aprender algumas palavras, fazer algumas contas – penso, repito, que o investimento nisso não deve ser significativo (Cláudio Saraiva).

2. *Gostaria de falar, então, a partir da experiência que eu tive, e registrar aquilo que considerei extremamente rico no MOBRAL, e que tem a ver, um pouco, com as declarações que fiz, que é o seguinte: não dá para pensar isoladamente um processo de alfabetização. E, quando eu digo isoladamente, é sem dar este amparo que, no caso do MOBRAL, nós demos, criando balcões de emprego, indo buscar nas empresas, possibilidades de emprego; dando a continuidade com o supletivo de que nós falávamos a educação integrada, que eram os quatro primeiros anos de ensino; sem dar uma visão cultural abrangente, para isso se criou um programa Mobral Cultural, que levava esses alunos não só a exprimirem a sua cultura local, mas também a tomarem conhecimento do que existia ao redor do mundo, e mais, usado como uma motivação para que eles aprendessem a ler e a escrever, a partir dessa mobilização; materiais próprios de literatura; formas de impressão de livros clássicos foram feitos para esses alunos; óculos foram dados para esses alunos, para que eles pudessem enxergar, ou seja, não dá como pensar trabalhar com jovens e adultos analfabetos, ignorando a vida desses jovens no todo, seja de saúde, seja de cultura e seja de trabalho. E, há experiências no Brasil significativas, eu falo do MOBRAL porque lá eu vivi, mas eu conheço outras experiências que devem ser levadas em consideração antes mesmo do Mobral: o Movimento de Educação de Base, a Experiência Paulo Freire. É saber ler, dessas experiências, aquilo que pode nos dar condição de atualizarmos com o que o mundo de hoje está nos oferecendo. Eu acho que os processos de trabalho com jovens e adultos precisam ser renovados rapidamente, a exemplo do esforço que o governo vem fazendo com os sistemas formais de ensino (Cleide Ramos).*

3. *Para que a educação melhore de verdade o governo deve colocar o seu foco em quem faz dela uma realidade, nos seus profissionais seja ele da faxina ou o diretor, porque só assim teremos a educação que há tempos sonhamos. Só assim teremos uma nação que saberá dar valor as suas raízes, a sua cultura, ao seu país (Márcio Alexander Simeão).*

4. *As exigências da hodierna sociedade requer que os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos alcancem novos patamares e dimensões para a formação integral do ser humano, com o olhar também para a Educação Inclusiva. A EJA deve oportunizar aqueles que foram excluídos do processo escolar o desenvolvimento da*

consciência de seu potencial criador, assegurando o acesso aos bens culturais, meios de preservação do meio ambiente, promoção do desenvolvimento sustentável, enfim, conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à participação social e a inserção no mundo do trabalho (Niemar Vince).

5. Tenho claro para mim, com 60 anos de experiência no magistério público e particular, que o maior de todos os problemas nacionais é o da formação de professores e especialistas, que ainda não foi devidamente equacionado, envolvendo Estados e Municípios. Junte-se a isso o quadro de precariedade de recursos. Promete-se investir 7% do Produto Interno Bruto Nacional (PIB) em educação, mas não se tem essa garantia. Por outro lado, lideranças clamam por 10% do PIB, para que possamos cobrir em prazo curto o vulto dos desafios (Arnaldo Niskier).

6. Chamo atenção para o fato de, atualmente, termos um contingente relativamente pequeno, se compararmos com um passado não muito remoto, de pessoas que são analfabetas, porque não frequentaram a escola em idade própria ou dela se evadiram, antes de terminarem, sequer, o antigo ensino primário. Outro contingente, com dimensão apreciável hoje, precisa ser atendido – aqueles que frequentaram a escola fundamental até 5º, 6º anos escolares e dela saíram sem dominar a leitura e a escrita. São adolescentes e jovens que precisam ser alcançados a fim de adquirirem o conhecimento necessário para viver na “era do conhecimento”, antes que se tornem adultos que precisam trabalhar e encontram as portas do mercado de trabalho fechadas, uma vez que, cada vez mais, este mercado está exigindo competências e habilidades que eles não conseguiram adquirir, na idade própria. Se isto não ocorrer, vamos ter o dissabor de ver aumentando o índice de analfabetismo de jovens e adultos no país. Se o analfabetismo foi sempre uma chaga no mundo de hoje, tem uma dimensão social ainda maior.

Durante muitos anos, por não termos conseguido universalizar o ensino primário e, posteriormente, o fundamental, somavam-se anualmente aos iletrados existentes, cerca de 500 mil jovens, dificultando a meta de erradicar o analfabetismo. Com a universalização da educação dos seis aos catorze anos impediríamos a existência de novos analfabetos; entretanto, como o ensino fundamental não conseguiu ter, até agora, a qualidade indispensável, estão sendo liberados analfabetos funcionais, mesmo ao final de ensino fundamental. Ter analfabetos, porque não estudaram em

idade própria é triste; mais triste é ter analfabetos que frequentaram a escola, durante alguns anos, e não conseguiram dominar as técnicas de ler e escrever e os rudimentos da matemática (Terezinha Saraiva).

7. Só lamentar que, em 2012, ainda tenhamos que nos preocupar com a alfabetização de jovens e adultos. É uma grande dívida que temos com essa parcela da população, mas infelizmente não atendemos ainda a faixa etária dos sete aos quatorze anos. Estou falando em alfabetização e não de alunos na escola (Fátima Cunha).

8. Lamentavelmente, a política educacional tem cultivado o erro das ações tópicas, que se tornam instrumentos de “polítiquinhas paroquiais”. Foi Rui Barbosa, ainda no Império, que diante de um projeto de criação de Universidade, reclamou da falta de coragem do governo e do parlamento em enfrentar a questão educacional como um todo. Preferimos discutir para quem devem ser dados os “tablets” e não sobre as metas do Plano Nacional de Educação (Francisco Lobo Neto).

9. O mundo globalizado exige uma nova visão quanto às fronteiras educacionais. Os continentes não podem ser uma barreira capaz de impedir esse processo global. Os Estados, em conjunto, da mesma forma que criam órgãos e mecanismos internacionais de proteção aos setores econômicos e financeiros, deveriam, também, por intermédio da UNESCO, fazer o mesmo em relação a programas educacionais e culturais mínimos. A educação e a cultura devem ser nacionais e transnacionais. Atente-se para o fato de que, no âmbito da educação superior, e desde Bolonha, há uma preocupação bem forte com a uniformidade da educação superior, guardadas as peculiaridades locais. Ver, a propósito, o Projeto REUNI, do Ministério da Educação, e o trabalho do Prof. Gustavo Ioschpe, (IOSCHPE, 2012) (João Batista Lubanco).

Nota da pesquisadora: O artigo da autoria de Gustavo Ioschpe, mencionado pelo entrevistado, intitula-se “O Ensino Superior do Futuro”. Tem como foco as transformações necessárias a esta modalidade de ensino para ajustar-se à realidade futura. Ele relaciona o acanhamento do Ensino Superior à baixa qualidade da Educação Básica. Comenta que participou de um Seminário na Universidade de Oxford no qual se discutiu como será o Ensino Superior da próxima geração.

Faz um agradecimento a Jamil Salmer que liderou a área de Ensino Superior no Banco Mundial e que fortaleceu com exemplos as características por ele elencadas

a seguir: Flexibilidade – *O Ensino Superior se dará em universidades, em escolas técnicas e em outros formatos que ainda não conhecemos que permitam [...] a aprendizagem ao longo da vida.* Menor duração – *Em vez de ser percebido como alternativa para a pessoa que busca um diferencial rápido e eficaz no mercado de trabalho, o curso de tecnólogo ainda é, erroneamente, visto como o “primo pobre” do ensino de “verdade”.* Laços com o Ensino Básico – *A distinção entre educação básica e educação superior vai ter cada vez menos sentido; ambas estarão dentro de um contínuo, que começa na pré-escola [Educação Infantil] e termina com a morte. [...] No Brasil teremos um problema adicional a resolver: as áreas de licenciatura e pedagogia, hoje patinhos feios da academia, terão de ganhar em importância e prestígio. As Universidades terão de entender que sem o aluno bem formado no ensino básico não conseguirão fazer seu trabalho com qualidade.* Tecnologia – *Hoje é possível assistir, on line e sem custo, aulas de instituições como o MIT e Stanford. Nos Estados Unidos, um sexto das matrículas do Ensino Superior já é feito on line. O Brasil está chegando perto [...].* Desabou a torre de marfim – *À medida que o Ensino Superior se massifica, desaparece a noção da academia como instituição alheia (e superior) ao mundo real.* Currículo – *O desafio das Universidades do Futuro será ensinar apenas aquilo que vale a pena saber, o que demandará novos currículos e nova didática;* Interdisciplinaridade – *Os problemas do mundo real são complexos e não respeitam fronteiras departamentais. A Universidade do Futuro terá de respeitar esta realidade.* Nada é de graça – *Um sistema educacional que matricule perto de 100% dos jovens [...] é caro. Não é possível estender este benefício a um número tão grande de alunos e esperar que os contribuintes paguem a conta [...] Passaremos por mais algumas invasões de reitorias, mas chegaremos lá.*

Ao transportarem-se as características do Ensino Superior do Futuro (IOSCHPE, 2012) para a Educação de Jovens e Adultos, incluindo-se a Alfabetização desta população, serão encontrados muitos pontos análogos entre as referidas características, não só para a Educação de Jovens e Adultos do Futuro, mas também para a atual.

Flexibilidade - As práticas pedagógicas da Alfabetização de Jovens e Adultos podem ocorrer em espaços diferenciados, não apenas nas salas de aulas tradicionais,

como também em igrejas, clubes de serviços, empresas, associações, sindicatos, sempre com ênfase à educação continuada.

Menor duração - As ações planejadas para atender aos alunos da Educação de Jovens e Adultos e da Alfabetização devem ser elaboradas tendo em vista o ritmo próprio de cada aluno e as aprendizagens adquiridas ao longo da vida, para que não haja perda de tempo e esforços desnecessários. Algumas instituições já consideram, em parte, estes aspectos, quando desenvolvem seu trabalho por meio de módulos, permitindo maior mobilidade aos alunos, como é o caso da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro - Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos – CREJA

Laços com o Ensino Básico - Esta ligação se apresenta de forma viva e indispensável, levando em conta a necessidade da continuidade de estudos dos egressos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, o respeito ao conhecimento adquirido por esses alunos, não só nos Programas, mas ao longo da vida, para ampliar e consolidar as habilidades de leitura e escrita adquiridas com vista a estimular e possibilitar a necessária leitura do mundo.

Currículo – O desafio da Educação de Jovens e Adultos e dos Programas de Alfabetização será ensinar apenas aquilo que vale a pena saber o que demandará novos currículos e nova didática.

Interdisciplinaridade – Os problemas do mundo real são complexos e não respeitam fronteiras disciplinares. A Educação de Jovens e Adultos e os Programas de Alfabetização terão de respeitar esta realidade e a ela adaptarem-se.

A décima primeira questão destinou-se a solicitar às ASutoridades e aos Especialistas, a complementação de suas respostas, caso julgassem necessário. A grande maioria atendeu à solicitação com o registro de abordagens que, resumidamente, consistiram em: (1) Uma breve descrição da dinâmica e do funcionamento do MOBREAL e comentários sobre o referido Programa e seus pontos fortes. (2) Uma breve descrição do MOBREAL Cultural, um dos desdobramentos do MOBREAL, e sua validade. (3) A importância da valorização de todos os profissionais que atuavam em educação por todos os segmentos da sociedade. (4) A importância da inclusão social a partir da Educação de Jovens e Adultos em seu primeiro passo – A Alfabetização. (5) A importância da universalização do Educação Básica e a

urgência da melhoria da qualidade do ensino ministrado em todas as séries. (7) Um lamento referente à existência, em 2012, de jovens e adultos, pessoas a serem atendidas pelos Programas de Alfabetização. (8) A importância do processo educacional ser visto como um todo. (9) A importância das exigências de um mundo globalizado serem observadas pelos que estudam, planejam e executam as propostas educacionais voltadas para a Educação/Alfabetização de Jovens e Adultos.

Destacou-se como positivo o interesse da grande maioria dos respondentes se disponibilizarem a complementar suas respostas. Observou-se que cada um deles dirigiu sua complementação, às suas vivências e experiências, donde podem ser extraídas ideias a serem vistas à luz da viabilidade de colocá-las em prática. Registrou-se a preocupação com a melhoria da qualidade do ensino, em todos os níveis, considerando-se a interdependência entre eles, como também a valorização desses profissionais, com vista a levar sua autoestima e o relacionamento professor-aluno e professor-professor. Apontou-se, também, a importância da observação das exigências de um mundo globalizado, suas mudanças rápidas e a consideração desta situação no planejamento da educação em todos os níveis, incluindo-se a Alfabetização de Jovens e Adultos.

Esses registros transpareceram que, embora já se tenha caminhado na luta para erradicar o analfabetismo, ainda existe um longo caminho a ser percorrido, especialmente pelos que planejam, administram, coordenam e executam ações voltadas para alfabetizar os alunos maiores de quinze anos em fase de alfabetização.

4.4 SÍNTESE INTERPRETATIVA DOS RESULTADOS

Na tentativa de integrar os dados referentes às respostas de Alunos, Professores e Especialistas e Autoridades pertinentes às questões do presente Estudo, é aqui apresentada uma síntese interpretativa desses resultados indicando, a partir de cada questão maior e das questões específicas decorrentes, a síntese interpretativa relacionada a Alunos, Professores, Especialistas e Autoridades, sempre que pertinente. Dessa forma, se pretendeu responder, de um modo geral, às questões do Estudo.

Quadro 70 - Síntese Interpretativa dos Resultados

Questão do Estudo nº1			
Os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvidos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, têm um real significado na vida pessoal e social dos maiores de 15 anos que não dominam plenamente as habilidades da Leitura e da Escrita?			
Indagações Decorrentes	Alunos	Professores	Especialistas e Autoridades
1.A - Que mudanças ocorrem quando jovens e adultos não alfabetizados se alfabetizam?	A comunicação tornou-se mais efetiva entre eles e os integrantes dos grupos sociais que participam, ou seja, a família, a própria turma, o trabalho, a igreja e em outras situações de vida. Mudaram, também, os comportamentos relativos à preservação do meio ambiente e apontaram suas práticas para tal.	Percepção de melhoria de comportamento nos alunos em relação a autoestima, autoaceitação, convívio social e empenho para alfabetizar-se.	Percepção da Alfabetização de Jovens e Adultos como uma das molas propulsoras do desenvolvimento social.
1.B - Para a sociedade, a Alfabetização de Jovens e Adultos ocupa espaço idêntico ao ocupado por outras modalidades de ensino, em termos de valorização?	—	Quanto à remuneração recebida pelos professores dos Programas de Alfabetização, existiam três situações: um terço dos professores atuava como voluntário; outro terço recebia remuneração menor que um salário mínimo e o restante recebia mais que um salário mínimo. Entre os professores voluntários, encontravam-se duas categorias: voluntários propriamente ditos, que atuavam em instituições religiosas e voluntário-bolsistas. Os últimos demonstraram insatisfação quanto ao valor pago pela bolsa. Quanto à valorização profissional, se comparados aos alfabetizadores de	Especialistas e Autoridades perceberam desigualdade de tratamento na comparação entre Alfabetização de Crianças e Alfabetização de Jovens e Adultos.

		crianças, a maioria dos professores dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, afirmou que não sentia a mesma valorização para estes dois profissionais e relacionaram esta situação aos fatores: desconhecimento da importância da Alfabetização de Jovens e Adultos e menos valia ao trabalho do professor de Jovens e Adultos.	
1.C - Os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos incluem em suas práticas o desenvolvimento de competências relativas ao mundo do trabalho e/ou iniciação profissional, e situações de vida?	Quanto à utilização dos conteúdos aprendidos nos Programas de Alfabetização, em situações do cotidiano e em situações de trabalho, os alunos responderam de forma diferenciada. Houve variação entre muita, pouca, e nenhuma utilização dos referidos conteúdos.	Quanto à utilização, por seus alunos, das habilidades adquiridas e desenvolvidas no Programa de Alfabetização em situação de trabalho, a maioria dos professores respondeu afirmativamente.	—
1.D - O conteúdo desenvolvido nas práticas de Alfabetização de Jovens e Adultos está relacionado ao cotidiano desses alunos?	—	Na seleção de conteúdo, os professores consideraram: - utilidade do conteúdo para o cotidiano do aluno; importância do conteúdo para o aluno em situação de trabalho; orientação recebida da coordenação; material de apoio e tempo disponíveis para o desenvolvimento do trabalho.	—
1.E - Os alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos fazem uso das	O uso no cotidiano das práticas desenvolvidas no Programa é feito, mas não como o necessário e desejável.	—	—

habilidades adquiridas em seu cotidiano?			
1.F - Até que ponto são observadas melhorias nos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos em termos de autoestima?	Os alunos, em sua grande maioria, afirmaram que, com a participação nos Programas, passaram a aceitar-se melhor, a cuidar da aparência com mais satisfação e a valorizar-se, o que indica a autoestima em elevação.	Mudanças significativas de comportamento, no que se refere à autoestima, ao interesse em dar continuidade aos estudos e na expectativa de melhoria salarial.	—
1.G - Os Jovens e Adultos dos Programas de Alfabetização se sentem incluídos nos grupos sociais dos quais fazem parte?	Os alunos se sentem mais integrados às suas famílias e aos Programas de Alfabetização do que às suas comunidades	—	—
1.H - Até que ponto os alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos têm noções de seus Direitos e Deveres como cidadão?	A totalidade dos alunos admitiu ter deveres com a família e com os Programas de Alfabetização. Em menor proporção, admitiram ter deveres com outros grupos sociais, bem como com a comunidade onde vivem. Afirmaram também, em grande maioria, terem direitos assegurados por viverem em suas comunidades, por frequentarem os Programas, e pelo direito de ir e vir, bem como, de praticar livremente sua religião.	—	—
1.I - Até que ponto os alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos têm Noções de Cidadania?	Todos reconhecem a importância de possuir a documentação civil básica e apresentá-la sempre que necessário. A maioria votou nas últimas eleições e apontou os critérios para a escolha de seus candidatos.	—	—

1.J - Os alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos apresentam melhorias nas questões relativas à saúde?	A maioria dos alunos informou evitar uso de cigarro, beber água filtrada ou fervida, vacinar-se, fazer exame periódico de saúde, evitar o uso de bebida alcoólica e proteger-se do sol. Apontaram prática cotidiana de hábito de higiene, tais como: banho, escovação de dentes, lavar as mãos antes das refeições e sempre que utilizavam o sanitário, manter unhas curtas e usar roupas limpas. Os Programas orientaram, na medida do possível, os alunos que apresentavam dificuldade na fala, na visão, na audição e na execução de movimentos e coordenação motora a vencer estas dificuldades.	Identificaram alunos com dificuldade em fala, visão, audição e execução de movimentos e procuraram orientar os alunos para vencer ou minimizar as dificuldades percebidas.	—
1.K - Os alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos são beneficiados com os Programas Sociais oferecidos pelos Governos?	Metade dos alunos informou receber benefícios dos Programas: Controle da Tuberculose, Restaurante Popular, Saúde da Família, Serviços de Atendimento Móvel de Urgência, Saúde da Mulher, Vale Refeição, Farmácia Popular, Brasil Alfabetizado, Bolsa Família e Vale Transporte.	—	Apresentaram posições diferenciadas, mas como pontos comuns a ausência de alcance desses Programas à população que deles carece e na necessidade de medidas urgentes para viabilizar este alcance.
Questão de Estudo nº2			
Até que ponto a participação nos Programas oferecidos pelos órgãos Governamentais e Não Governamentais é suficiente para inserir este contingente no contexto sociopolítico?			
Indagações Decorrentes	Alunos	Professores	Especialistas e Autoridades
2.A - Quais são as alternativas mais viáveis para a continuidade de	Todos os alunos afirmaram que pretendiam dar continuidade. Apesar das dificuldades e obstáculos, todos	Professores sugeriram: articulação dos Programas de Alfabetização com os setores responsáveis pela	Mesmo apresentando alternativas diferenciadas, foram unânimes em ressaltar a

Estudos dos Jovens e Adultos dos Programas de Alfabetização?	desejavam prosseguir nos estudos para terem uma vida melhor	Educação de Jovens e Adultos, para viabilizar a acolhida aos egressos do Programa; esforço para que a escola destinada à continuidade de estudos não se localize muito longe da moradia ou do trabalho dos alunos; ingresso automático dos alunos das classes de alfabetização nas séries iniciais da Educação de Jovens e Adultos; eliminação de exigências burocráticas para a transição dos alunos egressos dos Programas para que esta seja ágil, positiva e integradora; e continuidade de estudos no próprio local do Programa.	importância desta continuidade.
2.B - Alunos dos Programas leem ou escrevem palavras ou frases independentes do que aprendem nos Programas?	A maioria declarou que lia e escrevia palavras ou frases, bem como escrevia o próprio nome, antes de ingressar no Programa.	A maioria dos Professores informou que tinha alunos com esta capacidade em suas classes	—
2.C - Quais são as oportunidades de inclusão social disponíveis aos Jovens e Adultos não alfabetizados que vivem em uma sociedade letrada?	Todos informaram que foram incluídos em situação de trabalho e que exerceram as seguintes atividades: empregados domésticos, agricultores, construção civil, serviços gerais, padeiros, cozinheiros, faxineiros, vigias, auxiliares de escritório, cabeleireiras, costureiras, diaristas, entregadoras de panfletos, feirantes, manicures, manobristas, metalúrgicos, pintores e porteiros.	—	—

<p>2.D - O educador que atua nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, em termos de formação específica, foi ou está sendo preparado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - para Alfabetizar Jovens e Adultos? - para utilizar métodos, técnicas e procedimentos de ensino e avaliação compatíveis com o alunado? - para desenvolver práticas pedagógicas exequíveis desse porte? 	<p>A maioria dos alunos afirmou ter mais facilidade para estudar Matemática; ter maior dificuldade para o aprendizado da Leitura e da Escrita e gostar mais de estudar Matemática. A maioria deles confirmou o recebimento e a utilidade do material didático e ter acesso a outros materiais, independentemente dos Programas.</p>	<p>A maioria tem ensino superior completo. As habilitações cursadas, em ordem decrescente: Pedagogia, Jornalismo, Letras, Ciências Econômicas, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais, Administração de Empresas, Psicologia e Magistério Superior.</p> <p>Alguns realizaram cursos para alfabetizar Jovens e Adultos. A maioria possui experiência entre 1 e 5 anos e alguns atuavam pela primeira vez.</p> <p>Todos receberam orientação para o desenvolvimento do trabalho. A periodicidade do planejamento é variável, contudo alguns professores informaram que trabalham sem planejamento.</p> <p>A metade dos professores declarou receber a visita periódica de técnicos e especialistas. A maioria declarou participar de reuniões pedagógicas para receber orientações, esclarecer dúvidas e trocar experiências; acusou recebimento de material didático, inclusive para os alunos, e afirmou que este atende suas necessidades de seu trabalho. A maioria utiliza como recursos didáticos para reforçar suas aulas o quadro de giz, apagador e cartazes, seguidos de recorte,</p>	<p>—</p>
---	---	---	----------

		colagem, mural didático, música, filmes e pinturas. O Método das Palavras Geradoras foi o mais mencionado, seguido do Método de Silabação.	
2.E - As Políticas Públicas que estão sendo formuladas para equacionar ou minimizar as questões da desigualdade social, consideram os interesses e as necessidades dos alunos que participam dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos?	—	—	Posições diversificadas foram apresentadas – houve negativas quanto à referida consideração, assim justificadas: ainda não existem Políticas Públicas suficientemente voltadas para esse atendimento; há mais preocupação com a quantidade em detrimento da qualidade; a necessidade das Políticas Públicas girarem em torno dos interesses e necessidades dos alunos, sob pena de não alcançarem seus objetivos; problemas ocasionados com as mudanças de governos e descontinuidade administrativa; a necessidade da existência de uma Política Pública específica voltada para Alfabetização; a Educação em si só não apresenta condições de reduzir a desigualdade social; nos interesses e necessidades

			dos alunos da Alfabetização está o ponto fundamental para o desenvolvimento de qualquer Programa voltado para a Alfabetização de Jovens e Adultos.
2.F - Existe preocupação nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos com a valorização da identidade cultural desses alunos?	A maioria informou o aumento na frequência em atividades culturais; a preferência incidiu sobre cinema, seguido de forró, shows musicais, teatro, dança de salão, roda de samba, pagode, seresta, roda de choro e baile funk.	A maioria declarou haver inclusão de atividades culturais na Programação. Passeios foi a atividade mais apontada, seguida por: visitas orientadas, atividades culturais relacionadas às datas cívicas ou religiosas, idas ao cinema, em excursões, idas ao teatro e visitas aos museus. Todos declararam participar de atividades culturais, tais como cinema, teatro, shows musicais, dança de salão, roda de samba, forrós, seresta, pagode, roda de choro, exposições, palestras, feiras de artesanato e visitas a museus.	—
2.G - Existe preocupação nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos com a ocupação do tempo livre desses alunos?	A ocupação do tempo livre se prende às seguintes atividades: assistir televisão, conversar com amigos, visitar amigos e parentes, ouvir rádio, ajudar a comunidade, executar trabalho voluntário, desenvolver trabalhos manuais.	Todos os professores informaram orientar os alunos e sugerir atividades para a ocupação do seu tempo livre.	—
Questão de Estudo nº3			
Os alunos que frequentam os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos têm condições efetivas para o prosseguimento dos estudos?			
Indagações Decorrentes	Alunos	Professores	Especialistas e Autoridades

3.A - Qual a situação dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos com referência a estudo, trabalho e emprego?	Eles se dividem nas seguintes categorias profissionais: domésticos, construção civil, cozinheiros, faxineiros, porteiros, diaristas, artesãos, atriz coadjuvante, auxiliar de escritório, divulgadora, manicure, metalúrgico, padeiro e pintor. A maioria dos alunos estava empregada e com carteira assinada.	Os professores informaram que todos os alunos de alguma forma trabalham; a maioria tem emprego formal, os demais trabalham informalmente.	—
3.B - Qual a situação dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos com referência à ocupação de espaços no mercado de trabalho?	Há expectativa de alcançar melhoria salarial pela grande maioria dos alunos a partir da realização de curso profissionalizante. Quanto à escolha destes cursos, eles apontaram: serviços gerais e zeladoria, enfeites e embalagem, culinária, bordado, tricô e crochê, cabeleireiro, corte e costura, confecção de bijuterias, pintura de parede, jardinagem, arranjo de flores, manicure e pedicure, balconista, pintura em tecido, instalações elétricas, estética, auxiliar de construção civil, instalações hidráulicas, carpinteiro e vidraceiro.	—	—
3.C - Existem mecanismos facilitadores para que os alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos tenham as condições mínimas de trabalhar e estudar?	A maioria informou a possibilidade de alteração de horário de entrada e saída do trabalho para possibilitar a frequência ao Programa. Além disso, a maioria informou receber elogios e estímulos por frequentar o Programa.	A maioria dos professores apontou, como opção, o comprometimento de todos os setores da sociedade com a erradicação do analfabetismo. Outras opções foram: articulação do sistema educacional com outros sistemas sociais e a valorização da alfabetização	Ressaltaram: diversidade do contexto brasileiro; a necessidade de apresentação de alternativas variadas; implantação de Programas complementares; oferecimento de bolsas de estudo; flexibilidade de

		como fator de elevada importância para a qualificação de mão de obra.	horário para conciliar trabalho e estudo; reconhecimento de que educar-se é um direito do trabalhador; parcerias entre o setor público e privado; emprego de novas metodologias mais flexíveis para o ajustamento do aluno.
3.D - Os Jovens e Adultos Alfabetizados pelo Processo tradicional apresentam dificuldades ao enfrentarem as exigências do mundo digital?	A maioria dos alunos informou que não havia tido a oportunidade de usar computador; os que a tiveram gostaram da experiência e desejariam repeti-la. A maioria informou perceber a presença do computador na vida do homem atual e conseguiu identificar sua utilização em diversas situações de vida, como nas operações bancárias e nas eleições quanto ao ato de votar.	A maioria dos professores ressaltou a necessidade do domínio das noções básicas de informática por seus alunos, com vista à inclusão social. A grande maioria dos professores tem o domínio das noções básicas de informática.	Especialistas e Autoridades concordaram com o fato de as exigências do mundo digital se apresentarem como dificuldade a ser enfrentada pelos alunos dos Programas de Alfabetização, alfabetizados pelo Processo Tradicional.
3.E - Por que os sucessivos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos não têm sido bem sucedidos?	A maioria dos alunos informou que não frequentou outro Programa anterior ao atual. Dos que informaram a frequência em outro Programa, a maioria não soube apontar o nome do Programa que não concluiu e apresentou os seguintes motivos para tal: dificuldades financeiras; dificuldades de relacionamento com os colegas e com os professores, e dificuldades com a compreensão dos conteúdos; problemas de família;	Os professores declararam que vários de seus alunos já haviam frequentado outros Programas de Alfabetização, e por razões diversas voltaram a procurar novamente o Programa de Alfabetização. Foram apresentadas as seguintes razões para o insucesso de Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos: jornada de trabalho cansativa e metodologia inadequada; a questão da descontinuidade de estudo.	A falta de formação de professores alfabetizadores voltados para Jovens e Adultos – a forma desrespeitosa como se trata a carreira de Magistério; formação, percurso e remuneração; descontinuidade ocasionada pela mudança de Governo; metodologia e material didático inadequados;

	<p>distância do Programa entre este e a residência ou trabalho; e por não ver utilidade no que estava sendo ensinado. Os que concluíram a Alfabetização em Programa anterior, também não souberam apontar o nome do Programa e informaram que procuraram novamente a Alfabetização pelas seguintes razões: não terem aprendido a ler, escrever e a contar; por necessitarem relembrar e fortalecer os conteúdos aprendidos; por se julgarem inaptos ao prosseguimento de estudos em nível mais elevado; pelo esquecimento do que aprenderam nos Programas que frequentaram.</p>		<p>desconhecimento de expectativas, interesses e necessidades dos alunos; e implementação inadequada dos Programas de Alfabetização.</p>
<p>3.F - Até que ponto a Legislação vigente atende aos interesses e às necessidades dos Jovens e Adultos envolvidos nos Programas de Alfabetização?</p>	—	—	<p>Foram enfatizados os seguintes aspectos: a incompatibilidade da Lei com a realidade; a necessidade de atualização rápida da legislação; e a ausência de Políticas Públicas que complementem a legislação.</p>

Fonte: a Autora (2013).

5. CONCLUSÕES E PISTAS PARA REFLEXÃO

O analfabetismo é uma questão secular que tem, através dos tempos, provocado, no mundo inteiro, reações das mais diversas, além de controvérsias e polêmicas, na vã tentativa de se alcançar consenso entre os estudiosos, executores e políticos sobre o seu significado e sua solução. Para onde foram e vão tantos esforços?

O presente estudo teve o propósito de investigar até que ponto as políticas formuladas e executadas no cenário brasileiro para erradicar o analfabetismo têm contribuído para inserir o imenso contingente de jovens e adultos no contexto socioeconômico, político e cultural.

Não se pretende neste estudo encontrar uníssono de concepções, métodos, práticas e políticas num coral de tantas vozes, com tão diferentes timbres e tonalidades. Melhor foi, ouvi-las, captando, respeitando seus alcances e possibilidades, para extrair delas o melhor e, assim, buscar uma harmonização que, nessa metáfora da música, ecoe numa linguagem universal, que transponha o espaço limitado desse estudo.

Para registrar as Conclusões e Pistas para Reflexão geradas é muito importante, inicialmente, reafirmar que o analfabetismo, como questão secular, tem provocado as mais diversas reações nos estudiosos desse tema e nos formuladores das políticas públicas voltadas para o equacionamento dessa questão, em busca de novos caminhos. Esta pesquisadora quis juntar-se a esses grupos na medida em que mostra pontos nevrálgicos, relacionados com a Alfabetização de Jovens e Adultos, apresentados pelos principais atores envolvidos nesses Programas: alunos, professores, especialistas e autoridades.

Assim, as Conclusões e Pistas para Reflexão aqui apresentadas foram elaboradas a partir dos dados qualitativos e quantitativos obtidos com as respostas dos instrumentos construídos, aplicados e relacionados aos diferentes públicos envolvidos nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, ou seja, essencialmente em relação aos:

Alunos – No que se refere ao significado dos Programas de Alfabetização em sua vida.

Professores – No que se refere ao conhecimento sobre os profissionais que atuam na Alfabetização e sua interação com os alunos.

Especialistas e Autoridades – No que se refere à percepção de pessoas relacionadas, direta ou indiretamente com a Alfabetização de Jovens e Adultos. Portanto, as seguintes Conclusões e Pistas para Reflexão são aqui explicitadas e comentadas em relação a cada grupo integrante da população-alvo do presente estudo e fundamentadas na percepção e nas palavras de todos esses atores.

5.1 ALUNOS

5.1.1 Conclusões

- Os alunos, maiores de 60 anos, revelaram incerteza, a partir de suas vivências, experiências e da leitura que fazem da realidade, quanto aos benefícios advindos da Alfabetização. Vale observar que a população brasileira apresenta atualmente um novo desenho quanto aos índices de longevidade.
- A evasão, a repetência e a precária qualidade do Ensino Fundamental, principalmente no Ensino Público, oferecido aos alunos na faixa de 6 a 14 anos, continuam a formar o contingente para os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, uma vez que a frequência à escola regular não garantiu aos alunos que integram os Programas, uma aprendizagem significativa da leitura, da escrita e dos cálculos.
- A metade dos alunos que participaram desse estudo não é beneficiada pelos Programas Sociais oferecidos pelo Governo do Brasil, embora, em termos econômicos, esses alunos pertençam à classe de baixa renda, para a qual foram criados e estão voltados esses Programas.
- A necessidade do domínio das habilidades da leitura, da escrita e dos cálculos, na busca do almejado e necessário espaço nos diversos grupos sociais dos quais participam, fez com que os próprios alunos buscassem conseguir vagas nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos por caminhos próprios.

- A autoestima e a comunicação interpessoal da maioria dos alunos - indicadores de relevada importância para o crescimento pessoal - se mostraram em alta, a partir da frequência desses alunos aos Programas.
- A maioria dos alunos participantes deste estudo nunca havia utilizado o computador até a ocasião da pesquisa. A maior parte dos que tiveram a referida oportunidade afirmou que gostara da experiência e que desejaria de repeti-la. Além disso, todos reconheceram a importância desse conhecimento na vida moderna.
- A vontade de prosseguir os estudos foi declarada por todos os participantes deste estudo, apesar das dificuldades vivenciadas pela maioria deles. O desejo de dar continuidade aos estudos é fator de relevada importância para que o esforço despendido pelos alunos e professores não se perca.
- A integração nos diversos grupos sociais dos quais participam, como família, igreja, trabalho e outros, foi marcante na vida dos alunos, a partir da frequência ao Programa de Alfabetização, o que evidencia o impacto do Programa no crescimento pessoal e social desses alunos.
- A noção de direitos e deveres se apresentou, nas respostas dos alunos, com mais intensidade com referência às suas famílias e ao Programa de Alfabetização e, com menos intensidade, com referência à comunidade.
- A prática da cidadania, expressa no ato de votar, foi exercida pela grande maioria dos alunos, que escolheu seus candidatos com base na propaganda eleitoral e pelas informações obtidas nas diversas mídias.
- A atitude dos alunos, no que se refere a dar importância em possuir documentos e apresentá-los, sempre que necessário, foi constatada em todos os alunos. Esse aspecto é considerado sobretudo relevante nos grandes centros urbanos como a Cidade do Rio de Janeiro, onde vivem e trabalham os envolvidos nesse estudo e, rotineiramente, são solicitados para a apresentação de documentos com vista à identificação. Todos os alunos possuem carteira de identidade e a maioria deles possui quase todos os documentos tais como: CPF; título de eleitor; carteira de trabalho; certidão de nascimento; carteira de estudante e certidão de casamento.

- Os trabalhos domésticos aparecem em larga escala na vida dos alunos quanto ao exercício profissional, uma vez que este tipo de atividade, historicamente, abriga os menos letrados ou iletrados.
- A maioria dos alunos estava empregada por ocasião da realização deste estudo. Tal situação demonstra o esforço e a determinação desse contingente de Jovens e Adultos que, mesmo sem o domínio da leitura e da escrita, buscou espaço no mercado de trabalho, formal ou informal, no sentido de assegurar sua dignidade, pois sem o trabalho o cidadão não progride, o que pode originar a sua regressão.
- A maioria dos alunos, por ocasião da realização deste estudo, encontrava-se em situação regular, ou seja, trabalhava com carteira assinada, conforme determina a Legislação Trabalhista Brasileira.
- A matrícula repetida em mais de um Programa de Alfabetização, sugere a ineficiência dos Programas, quer seja pela própria situação de vida dos alunos, quanto a trabalho e família, quer seja por questões relativas ao próprio Programa, que vão desde a aplicabilidade dos conteúdos ministrados, até às dificuldades de relacionamento pessoal entre os próprios alunos e/ou professores.
- A grande maioria dos alunos que frequentou outro Programa de Alfabetização anteriormente ao que frequentava por ocasião deste estudo, informou que não o concluiu e apresentou razões variadas para tal, como dificuldades quanto à compreensão dos conteúdos, distância para chegar ao Programa, não aplicabilidade imediata do conteúdo ensinado, dificuldades financeiras, de relacionamento e familiares.
- A maioria dos alunos integrantes deste estudo informou ter recebido material didático e que considera este material útil em seu processo de alfabetização.
- A utilização, no cotidiano, dos conteúdos desenvolvidos nos Programas de Alfabetização foi apontada, apenas, pela metade dos alunos, o que deixa transparecer que existe um hiato entre o que o Programa ensina e o que o aluno vive.
- Menos da metade dos alunos que trabalham informou utilizar os conteúdos desenvolvidos nos Programas de Alfabetização em situações de trabalho. Fica evidenciada, assim, a necessidade de maior aproximação entre o que o trabalho do aluno dele solicita, e o que lhe está sendo ensinado nos Programas.

- A capacidade de ler e escrever palavras ou frases, independentes do conteúdo desenvolvido no Programa de Alfabetização, foi afirmada pela metade dos alunos participantes deste estudo. Assim, é importante aproveitar toda a bagagem de conhecimento que o aluno trás ao Programa, que tem como origem a aprendizagem realizada em sua própria vida.
- Em relação aos hábitos de higiene e às práticas de saúde preventiva, as respostas dadas revelaram que os alunos estavam informados e têm boas práticas a respeito, o que deve ser considerado como um aspecto vital que os Programas devem incentivar e reforçar.
- Quanto à preservação do meio ambiente, os alunos deram respostas favoráveis no que se refere a terem cuidados: para não sujarem as ruas das comunidades, com o lixo doméstico, para não provocarem incêndios, para preservar as plantas e as árvores; ter respeito aos animais da mata e cuidados com os dejetos dos animais domésticos. Esses comportamentos merecem ser estimulados e sempre valorizados pelos Programas de Alfabetização por serem preocupações universais em defesa do Planeta Terra.
- A maioria dos alunos informou ter ampliado sua participação em atividades culturais, predominantemente ida ao cinema; e esportivas, predominantemente as caminhadas, a partir da frequência aos Programas de Alfabetização.
- A maioria dos alunos declarou ocupar seu tempo livre assistindo televisão. Esta informação confirma o espaço que a televisão ocupa na vida do homem atual. Portanto não pode ser excluída no processo de alfabetização.
- A maioria dos alunos informou, quanto à possibilidade de realizar cursos de qualificação profissional, que gostaria de fazê-lo, e os cursos mais procurados foram: Serviços Gerais e Zeladoria; Artesanato e Culinária. É importante a demonstração desse interesse, embora seja importante ampliar o escopo das escolhas.
- A maioria dos alunos, quando convidada a complementar as informações fornecidas no presente estudo, se prontificou a fazê-lo, o que demonstrou sua aceitação em dele participar. De um modo geral, eles trouxeram informações pertinentes à sua própria vida. Vale ainda destacar sua curiosidade quanto ao que seria feito com suas repostas.

5.1.2 Pistas para Reflexão

- Gestores, Coordenadores e Professores têm um dos grandes desafios dos Programas a sensibilização da população maior de 60 anos, para os benefícios pessoais e sociais advindos da alfabetização, uma vez que essas pessoas podem ter participação mais consciente e efetiva nos grupos sociais que integram.
- Autoridades e Gestores do Ensino Fundamental, têm como um dos grandes compromissos o atendimento aos alunos na faixa etária de 6 a 14 anos, intensificar o desenvolvimento de mecanismos para evitar que a evasão e a repetência continuem a formar o contingente que integra os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Urge que as três esferas governamentais – municipal, estadual e federal – elaborem políticas públicas para sanar este problema.
- Formuladores de Políticas Públicas e Autoridades precisam buscar mecanismos para que as principais informações sobre os Programas Sociais oferecidos pelo Governo Brasileiro sejam divulgadas pelas diversas mídias e por outras instituições sociais, como escola, Igreja, associação de moradores, clubes de serviços, para que os referidos Programas tenham maior alcance na população a que ele se destinam, ou seja, pessoas de baixa renda.
- Gestores e Coordenadores precisam estar atentos à mobilização dos próprios alunos em busca dos Programas de Alfabetização e ampliar a divulgação dos Programas, por meios das diversas mídias, bem como, acolher e orientar os alunos que buscam a Alfabetização.
- Coordenadores e Professores devem oportunizar o fortalecimento da autoestima e da comunicação interpessoal entre os alunos, pois eles são fortes estímulos que favorecem o desenvolvimento do processo de Alfabetização e a continuidade de estudos dos alunos dos Programas.
- Gestores e Coordenadores dos Programas de Alfabetização devem aproveitar o interesse dos alunos pela aprendizagem de noções básicas de informática e do reconhecimento de sua utilidade para a vida, no momento atual, e buscar alternativas

para atendê-los, quer seja por meio de parcerias voluntárias, quer seja por meio de convênios com instituições que dispõem dos recursos necessários.

- Gestores e Coordenadores dos Programas e todos os setores da sociedade precisam se mobilizar e se articular para viabilizarem a transição dos alunos egressos das Classes de Alfabetização para os ciclos iniciais da Educação de Jovens e Adultos.
- Gestores, Coordenadores e Professores devem zelar para a permanência e ampliação da integração dos alunos dos Programas aos diversos grupos sociais dos quais eles participam, e estimular esta integração nas propostas educativas.
- Coordenadores e Professores precisam intensificar as noções de direitos e deveres, uma vez que elas se apresentaram nas respostas dadas pelos alunos, em intensidade menor, com referência à comunidade. Urge que essas noções sejam incluídas nas práticas educativas desenvolvidas nos Programas, em trabalho de conscientização, quanto a esse aspecto, pois nele se encontra uma das formas de expressão da cidadania.
- Coordenadores e Professores precisam ampliar e aprimorar o significado do ato de votar, com a inclusão dessa prática nas atividades do cotidiano dos Programas, o que aperfeiçoará, nos alunos, o exercício do ato de votar com consciência e qualidade.
- Os Formuladores de Políticas Públicas devem atentar para a questão da presença dos trabalhos domésticos na vida dos alunos e formular Políticas Públicas, para os alunos das Classes de Alfabetização, com vista a estimulá-los, incentivá-los, ou mesmo ampará-los na realização simultânea dos estudos e trabalho.
- Formuladores de Políticas Públicas devem voltar-se para a questão de trabalho e emprego, com a apresentação de propostas, dirigidas a toda a sociedade, no estímulo à oferta de trabalho para as pessoas em processo de alfabetização e no incentivo à continuidade do processo educacional.
- A sociedade como um todo, especialmente os Legisladores, Empresários e Formuladores de Políticas Públicas, precisam mobilizar-se ante a necessidade de se corrigir o desvio em relação à situação das pessoas que trabalhavam sem estarem devidamente registradas, conforme preconiza a Legislação Trabalhista Brasileira e,

assim, impossibilitadas de usufruir os mínimos direitos de cidadãos trabalhadores, que a referida legislação lhes confere.

- É importante que os Gestores e Coordenadores, envolvidos nos Programas, se comprometam com a urgência de aperfeiçoar os procedimentos avaliativos, tanto dos alunos quanto dos professores e dos Programas, para corrigir a perda do precioso tempo dos alunos, já defasados em termos de escolarização, como também evitar despesas desnecessárias na condução de Programas, sem a qualidade indispensável para o alcance de seu grande objetivo: Alfabetizar.
- Gestores, Coordenadores e Professores precisam: a) equacionar as dificuldades apontadas pelos alunos, quanto à compreensão dos conteúdos desenvolvidos no Programa, com a orientação para a contínua fixação e integração da aprendizagem, o que certamente evitará ou minimizará essas dificuldades; b) promover a integração entre os Programas, com vista a facilitar o acesso do aluno ao Programa mais próximo de sua casa ou trabalho, por meio de remanejamento; c) orientar a seleção de conteúdos a serem desenvolvidos, a partir de sua utilidade prática na vida do aluno, para estimular e valorizar a aprendizagem e d) desenvolver atividades grupais, de forma sistemática ou assistemática, que facilitem e promovam a integração dos alunos das turmas.
- Gestores, Coordenadores e Professores dos Programas precisam monitorar a questão da distribuição e utilização do material didático destinado aos alunos e professores, bem como, viabilizar sua contínua ampliação, utilização e atualização, a partir da real utilidade desses recursos para o aluno em seu contexto de trabalho e vida.
- Coordenadores e Professores precisam lançar mão de estratégias para que os conteúdos desenvolvidos nos Programas estejam conectados com as solicitações que a vida dos alunos lhes impõe.
- Coordenadores e Professores precisam dispor de estratégias para que os conteúdos desenvolvidos nos Programas de Alfabetização estejam relacionados com as solicitações feitas aos alunos em situação de trabalho. Fica evidenciada, assim, a necessidade de maior aproximação e troca de informações entre o mundo do trabalho e os Programas, para maior e melhor produtividade de ambos.

- Coordenadores e Professores dos Programas devem levar em conta e aproveitar os conhecimentos que o aluno trás consigo, independente das aprendizagens verificadas no Programa, e a partir delas desenvolver novas aprendizagens. Possivelmente uma avaliação diagnóstica dará ao Professor maiores condições de identificar esses conhecimentos e aproveitá-los.
- Gestores, Coordenadores e Professores precisam considerar o ganho social obtido com relação aos hábitos de higiene e às práticas de saúde preventiva, expressas nos comportamentos revelados pelos alunos dos Programas. Estes comportamentos devem ser estimulados e mantidos considerando-os como aspectos vitais que os Programas devem incentivar e reforçar.
- Gestores, Coordenadores e Professores precisam considerar o ganho social obtido quanto a comportamentos relativos à preservação do meio ambiente, revelados pelos alunos. Esses comportamentos merecem ser estimulados e sempre valorizados por serem considerados ações vitais, também, para a preservação vida do próprio Homem.
- Gestores, Coordenadores e Professores precisam aproveitar o potencial das atividades esportivas e culturais praticados pelos alunos dos Programas de Alfabetização e incluí-las nas atividades desenvolvidas pelos Programas. O cinema é um poderoso recurso de aprendizagem, que pode ser utilizado para o desenvolvimento da observação, expressão oral, audição e expressão escrita. A caminhada é uma prática saudável e acessível a todos.
- Coordenadores e Professores devem examinar o fato da maioria dos alunos ocupar seu tempo livre assistindo televisão. Este recurso, de grande potencial, pode ser explorado, e incluído, de forma inovadora e criativa, no planejamento das atividades desenvolvidas, para facilitar a aprendizagem dos alunos.
- Formuladores de Políticas Públicas precisam comprometer-se com a apresentação de propostas de cursos profissionalizantes para os alunos maiores de 15 anos que cursam Programas de Alfabetização, para aumentar a possibilidade de inclusão social deste contingente.

5.2 PROFESSORES

5.2.1 Conclusões

- O nível de satisfação dos professores voluntário-bolsistas, que atuam no Programa Brasil Alfabetizado – Programa governamental desenvolvido pelo MEC - Ministério de Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades/ SECAD, por meio da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro – SEE/RJ é mais baixo do que o nível de satisfação dos professores voluntários que atuam em outro Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvido em Instituição Religiosa de Ensino Particular. É curioso notar que os primeiros, embora recebessem pequena remuneração em forma de bolsa-auxílio, se sentiam desvalorizados e desprestigiados e os segundos, embora não recebendo qualquer gratificação ou salário, se sentiam valorizados pela tarefa social que executavam. Parece que, oferecer pequena remuneração em forma de bolsa não é, necessariamente, a melhor garantia de motivação para professores que atuam nos Programas de Alfabetização. Não seria então requisito primordial para ser voluntário, com satisfação, o professor possuir condição financeira estável? Por outro lado, é adequada a atuação, como professor voluntário-bolsista, de pessoas desempregadas ou necessitadas de aumentar sua renda? Por outro lado, não seria importante o alfabetizador ser um profissional capacitado e remunerado à altura do serviço tão significativo que presta? Vale examinar essa questão.
- Os professores maiores de 50 anos justificaram sua atuação na Alfabetização de Jovens e Adultos pela necessidade de ocuparem seu tempo livre de forma útil e sadia, bem como, para complementarem sua renda.
- A maioria dos professores não tinha formação específica para lecionar em Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos. Fica evidente a necessidade das Faculdades de Educação e dos Cursos de Formação de Professores voltarem o olhar para esta questão e se disponibilizarem a preparar, ainda que em serviço, professores para o exercício da função de Alfabetizadores de Jovens e Adultos.
- Constatou-se que um contingente expressivo de egressos do Ensino Superior, por não encontrar espaços no Mercado de Trabalho para o exercício das habilitações cursadas, buscou outras formas de ocupação, entre elas, atuar como professores

Alfabetizadores de Jovens e Adultos. Daí se depreende que a Alfabetização de Jovens e Adultos ainda não mereceu por parte dos Gestores e dos Formuladores de Políticas Públicas o devido respeito pela sua importância para o desenvolvimento social, o que, possivelmente faz com que ser Professor Alfabetizador de Jovens e Adultos figure como ocupação de menos valia, que pode ser exercida pelas pessoas que sobraram de outros segmentos do mundo do trabalho.

- A maioria dos professores informou que atuava nas classes de Alfabetização por gostar de trabalhar com esse alunado. Este gostar, por ser uma forte fonte de motivação, pode ser um ponto de partida para o aperfeiçoamento, ainda que em serviço, dos que já estão no exercício da função de alfabetizador.
- Todos os professores informaram o recebimento de orientações específicas para o trabalho a ser realizado em suas turmas. Este é um aspecto muito favorável que deve ser mantido e aperfeiçoado numa contínua atualização.
- Mais da metade dos professores participou de cursos de capacitação e/ou treinamento para alfabetizar jovens e adultos, após assumirem esse compromisso.
- Os Gestores dão a perceber que já existe, por parte deles, um esforço para a capacitação, ainda que em serviço, dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos. Este procedimento se torna mais visível e eficiente no Sistema Municipal de Educação e nas Instituições Religiosas. Contudo, estas ações precisam ser substancialmente ampliadas e qualificadas nos outros Programas.
- A maior parte dos professores se sente valorizada por exercer esta função, levando em conta a receptividade dos alunos das classes de Alfabetização, apesar das sérias dificuldades no trabalho, apontadas por alguns deles.
- Os professores que se sentem desvalorizados por exercerem a função de Alfabetizadores de Jovens e Adultos apontam como motivos para este sentimento: desrespeito, baixa remuneração, desvalorização dos governos e indiferença da sociedade quanto ao valor de seu trabalho. Aqui estão talvez, pontos nevrálgicos do fracasso de alguns Programas de Alfabetização, que não alcançaram o sucesso desejado.
- A maioria dos professores, Alfabetizadores de Jovens e Adultos, quando comparados aos Alfabetizadores de Crianças, se sente em posição inferior. O

sentimento de inferioridade, um dos pontos críticos dos que atuam na Alfabetização de Jovens e Adultos, precisa ser analisado em profundidade na busca da ampliação e percepção da atuação de ambos, minimizando a visão distorcida.

- Todos os professores informaram terem recebido orientações específicas para desenvolverem seu trabalho junto aos alunos. Este é um aspecto que pode ser considerado como muito favorável para a produtividade do trabalho a ser realizado.
- A quase totalidade dos professores afirmou ter recebido material didático para realização de seu trabalho e, também, que este material atende às suas necessidades. Observe-se aí a importância do material didático e sua adequada utilização, para motivar e facilitar a aprendizagem dos alunos.
- Os recursos didáticos mais utilizados pelos professores dos Programas, segundo suas informações, foram o quadro de giz, apagador e cartazes.
- As disciplinas que compõem os Programas, mencionadas por todos os professores foram: Leitura, Escrita e Matemática.
- A maioria dos professores informou que os critérios para seleção e organização de conteúdos de suas aulas foram a utilidade do conteúdo para o cotidiano do aluno e sua importância em situação de trabalho, a qual é adequada para o desenvolvimento de Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos.
- Matemática foi a disciplina apontada pelos professores como a que os alunos tinham mais facilidade de aprender. Esta afirmativa foi comum entre professores e alunos, possivelmente pelo grande espaço que a Matemática ocupa na vida do homem atual.
- Leitura foi a disciplina apontada pelos Professores como aquela que os alunos tinham mais dificuldade de aprender. É curioso observar que, em questão similar, como foi antes registrado, os alunos apontaram, não a Leitura, mas sim a Escrita, como mais difícil. Na verdade a aprendizagem da Leitura e da Escrita deve ocorrer de forma conjunta, portanto, o ideal é que as duas sejam desenvolvidas simultaneamente.
- A maioria dos professores informou utilizar prioritariamente o método das palavras geradoras para alfabetizar seus alunos. A esse respeito, acredita-se que

qualquer método pode ser útil, desde que o professor tenha pleno domínio de sua aplicação e que não seja utilizado de forma a infantilizar os alunos.

- A inclusão de atividades culturais em seus planejamentos foi apontada pela maioria dos professores. Tal fato é considerado como aspecto favorável por possibilitar a ampliação do horizonte cultural dos alunos, além de facilitar a aquisição de novos conhecimentos.
- Todos os professores declararam participar de atividades culturais. As sessões de cinema foram a atividade mais apontada. Tal qual os professores, esta atividade também foi indicada pelos alunos, o que pode possibilitar sua inclusão na prática docente.
- Todos os professores afirmaram oferecer estímulos e sugestões aos seus alunos, com vista ao aproveitamento do seu tempo livre. A orientação para esse aproveitamento, que é escasso para o homem atual, é um aspecto favorável, no qual podem estar presentes a fixação e a integração de determinadas aprendizagens, práticas de expressão oral, audição e escrita.
- Com referência à ocupação de seu próprio tempo livre, todos os professores informaram que o ocupavam com a leitura de livros, jornais e revistas.
- As turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos foram formadas, prioritariamente, a partir de informações oferecidas por igrejas, cartazes expostos nas comunidades e, ainda, por meio da internet. Os próprios alunos procuraram matricular-se.
- A distribuição de alunos por turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos oscila entre 35 e 10 alunos. É desejável que essas turmas não sejam muito numerosas, para que o professor possa ter maior aproximação com os alunos e recuperar, ao longo do desenvolvimento do trabalho, aqueles que encontram maiores dificuldades de aprendizagem. Contudo, nem sempre existe essa possibilidade.
- A maioria dos professores informou que seus alunos tiveram oportunidade de frequentar anteriormente a escola regular. Essa informação vai ao encontro da afirmativa dos alunos, como anteriormente registrado, e traduz que a frequência à escola regular não garantiu aos alunos a aprendizagem da leitura, da escrita e dos cálculos.

- A maioria dos professores informou que seus alunos tiveram oportunidade de frequentar outros Programas de Alfabetização antes do atual. É possível que os alunos tenham desistido de frequentarem os Programas nos quais se inscreveram. Uma hipótese seria que, ao concluírem, não tenham dado continuidade aos estudos na Educação de Jovens e Adultos. Fatores variados, tais como: insegurança quanto ao domínio das habilidades de ler, escrever e contar; distância entre residência, trabalho e local de estudos; incompatibilidade entre o horário do trabalho e do estudo; e questões de relacionamento pessoal poderiam ter afetado tal continuidade. Mesmo assim, esses alunos procuraram, novamente, outro Programa para se alfabetizarem.
- A maioria dos professores informou que seus alunos têm capacidade de ler palavras ou frases, independente do conteúdo ensinado no Programa. Os alunos das classes de Alfabetização trazem consigo uma gama de conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida.
- A articulação dos Programas de Alfabetização com a Educação de Jovens e Adultos foi apontada pela maioria dos professores como alternativa mais viável para o prosseguimento de estudos de seus alunos. Tem-se aí uma questão crucial que é um dos entraves dos Programas, ou seja, a descontinuidade de estudos de seus egressos. Embora neste sentido algumas medidas já tenham sido tomadas, urge que as mesmas sejam ampliadas e intensificadas para que o trabalho realizado pelos Programas não seja perdido e o aluno não seja afetado pela regressão cognitiva, com a paralisação dos estudos.
- Boa parte dos professores informou que seus alunos, de alguma forma, trabalham. As situações de vida dos alunos das classes de Alfabetização os mobilizaram a buscar o trabalho de modo formal ou informal, o que é louvável,
- O comprometimento de todos os setores da sociedade com a Alfabetização foi apontado pela maioria dos professores como alternativa que permitiria aos alunos estudarem e trabalharem.
- A grande maioria dos professores informou que tem o domínio das noções básicas de informática. Este domínio é precioso auxiliar do professor para a realização de estudos e pesquisas referentes a seu trabalho.

- Quanto ao fornecimento de informações complementares, a maioria dos professores informou que não havia necessidade dessa complementação. Daí é possível concluir que o instrumento utilizado no estudo foi considerado completo, não havendo necessidade de se incluir outras informações; ou a descrença e o desinteresse dos professores nas pesquisas, pois seus resultados poucas vezes chegam até eles e, quando chegam, não são compreensíveis ou não são postos em práticas.

5.2.2 Pistas para Reflexão

- Formuladores de Políticas Públicas, Autoridades e Gestores precisam rever a questão da situação dos professores dos Programas de Alfabetização, especialmente, dos que atuam como voluntário-bolsistas, vinculados ao Sistema Público de Ensino, no que se refere à remuneração que, segundo os entrevistados, é muito baixa para a tarefa que executam, agravada com o problema da falta de regularidade nos pagamentos. É preciso que se faça um detalhado estudo em busca de mecanismos para que a questão dos professores voluntário-bolsistas (cuja denominação parece contraditória) a fim de que estes profissionais atuem com mais segurança e satisfação.
- Formuladores de Políticas Públicas, Autoridades e Gestores poderiam mobilizar professores aposentados, com experiência significativa em Alfabetização, especialmente de Jovens e Adultos, para atuarem nos Programas, tanto para a ocupação do tempo livre, como para melhoria de renda.
- Faculdades de Educação e Cursos de Formação de Professores, ante a necessidade da qualificação de profissionais para exercer a função específica da Alfabetização de Jovens e Adultos, necessitam comprometer-se com esta questão e se disponibilizarem a preparar, ainda que em serviço, professores para o exercício dessa tarefa. Os Formuladores de Políticas Públicas, Autoridades e Gestores precisam simultaneamente buscar mecanismos para o estabelecimento de parcerias e /ou ações integradas por meio de convênios para a referida qualificação.
- Autoridades, Gestores e Coordenadores precisam estabelecer critérios na seleção de professores para atuarem como alfabetizadores de Jovens e Adultos nos

Programas, no sentido de dar preferência aos que têm cursos de Formação de Professores, e só incluem profissionais de outras áreas em situações de extrema necessidade.

- Coordenadores, ante a afirmativa dos professores ao informarem que gostam do trabalho que realizam com o alunado, devem estimular este sentimento e utilizá-lo como fonte de motivação para a realização dos trabalhos, uma vez que, gostar do que se faz, é um dos aspectos favoráveis para o aperfeiçoamento e melhoria da atuação.
- Coordenadores devem observar a força e a importância do relacionamento pessoal entre professores e alunos, o que precisa ser estimulado e preservado, por tratar-se de um dos aspectos primordiais para o sucesso do trabalho de alfabetização, tanto para o professor, quanto para o aluno.
- Autoridades e Gestores precisam atentar para as questões que fazem com que os professores se sintam desvalorizados por exercerem a função de Alfabetizadores de Jovens e Adultos, dentre elas, desrespeito, baixa remuneração, desvalorização dos governos e indiferença da sociedade quanto ao valor de seu trabalho. Estas questões necessitam ser revistas, reestudadas e equacionadas, pois elas dificultam o bom andamento do processo de alfabetização, além de figurarem como uma das causas dos fracassos dos Programas.
- Autoridades e Gestores precisam observar a questão de, na comparação dos professores que alfabetizam crianças com os que alfabetizam jovens e adultos, os primeiros são mais bem vistos e valorizados pela sociedade. Faz-se necessário a busca de estratégias que apontem para o valor de ambos os fazeres e que minimizem essa visão discrepante.
- Gestores e Coordenadores demonstraram a existência, por parte deles, de procedimentos para maior sistematização e produtividade do trabalho nas classes de Alfabetização.
- Gestores e Coordenadores precisam dar uma atenção especial à composição numérica das classes de alfabetização, para oportunizar maior produtividade no trabalho a ser realizado por alunos e professores.
- Gestores e Coordenadores precisam manter e aperfeiçoar a distribuição do material didático destinado às Classes de Alfabetização, pois quase a totalidade dos

professores enfatizou a utilidade desse material para o desenvolvimento do processo de alfabetização e no atendimento de suas necessidades. Tal distribuição e utilização deve ser continuamente avaliada.

- Coordenadores precisam orientar e estimular os professores para a utilização de outros recursos didáticos, além do quadro de giz, apagador e cartazes, que assegurem um ambiente de aprendizagem, mais rico, estimulante e motivador.
- Coordenadores precisam estar atentos para o fato de Leitura, Escrita e Matemática serem as disciplinas mais citadas por todos os professores na composição dos Programas por eles desenvolvidos. Contudo, dessas disciplinas, podem emergir variados conteúdos para garantir a formação integral dos alunos.
- Coordenadores precisam examinar a questão da seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos nas Classes de Alfabetização, que, segundo os professores, é feita a partir das necessidades do aluno em sua vida e no seu trabalho. É interessante observar-se que esta afirmativa não se compatibiliza com a resposta dada pelos alunos neste estudo, tal como se mencionou anteriormente.
- Coordenadores podem aproveitar a afirmativa dos professores e dos alunos, que apontam Matemática como disciplina de mais fácil aprendizagem, para ampliar e promover novos conhecimentos. Isto pode verificar-se por meio do emprego de novos procedimentos de ensino, que tenham a Matemática como centro, mas que possibilitem, também, a aprendizagem da Leitura e da Escrita.
- Coordenadores precisam observar a questão da aprendizagem da Leitura e da Escrita, pois, Leitura foi a disciplina apontada pelos professores com a de maior dificuldade de aprendizagem, mas como já foi dito, os alunos apontaram não a Leitura, e sim a Escrita. Faz-se necessário a promoção de atividades de reforço em ambas, dada a importância das mesmas. Os Coordenadores poderão orientar os professores quanto aos melhores procedimentos de ensino a serem empregados para tal.
- Coordenadores precisam promover a atualização dos professores dos Programas, quanto aos métodos de Alfabetização de Jovens e Adultos e reforçar as etapas do método utilizado. Contudo, os professores devem ter autonomia para a escolha do método a ser utilizado no processo de alfabetização, bem como, para ajustar as etapas desse método ao ritmo dos alunos.

- Gestores e Coordenadores precisam manter a inclusão de atividades culturais no planejamento e orientar os professores para a realização dessas atividades de forma a que elas possibilitem aos alunos novas e significativas aprendizagens. A maioria dos professores informou a inclusão de atividades culturais em seus planejamentos.
- Coordenadores podem considerar as informações dadas por todos os professores e pela maioria dos alunos, quanto à participação em atividades culturais, sendo as sessões de cinema a atividade mais apontada por uns e outros. A partir daí os professores podem ser orientados a explorarem essa preferência para o enriquecimento de sua prática docente.
- Coordenadores podem acompanhar e estimular a informação dada por todos os professores, que afirmaram oferecer estímulos e sugestões aos seus alunos, com vista ao aproveitamento do seu tempo livre. A orientação para esse aproveitamento é um aspecto positivo, no qual podem estar presentes a fixação e a integração de determinadas aprendizagens.
- Coordenação dos Programas pode orientar e estimular os professores com referência à ocupação de seu próprio tempo livre, pois todos os professores informaram que o ocupam com a leitura de livros, jornais e revistas. A partir do conteúdo desse material, o próprio professor pode enriquecer o trabalho desenvolvido junto a seus alunos, com a apresentação de notícias do cotidiano, seleção de temas que permitam a realização de debates e enriquecimento do vocabulário do aluno, inclusive, com a apresentação das palavras novas.
- Gestores e Coordenadores devem observar a maneira como as turmas de alfabetização foram formadas, donde se depreende aspectos muito positivos: a mobilização dos próprios alunos em busca de vagas nas Classes de Alfabetização; a correta formação das turmas, sem a interferência do professor; a utilização de outras mídias para a divulgação dos Programas; e o comprometimento de outras instituições sociais com a divulgação. Faz-se necessário manter, ampliar e consolidar a articulação dos Programas com as instituições sociais das comunidades onde eles se situam.

- Autoridades e Gestores responsáveis pelo Ensino Fundamental precisam estabelecer mecanismos para desencadear um trabalho vigoroso, com vista a evitar a evasão, a repetência, e/ou o emprego de determinadas medidas que, praticamente excluem da escola regular alunos que apresentam problemas de aprendizagem. Este trabalho deve envolver, além dos professores, pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, para orientarem e reordenarem a trajetória escolar desses alunos. Desta forma, possivelmente, o contingente que busca alfabetizar-se nos Programas irá diminuir gradativamente.
- Os Formuladores de Políticas Públicas e Gestores precisam estar alerta para o fato de, apesar de circunstâncias adversas, que culminaram com a desistência de frequentar Programas de Alfabetização anteriores ao atual, os alunos procuraram novamente outro Programa para se alfabetizarem. É necessário que sejam tomadas medidas para evitar esta distorção, que acarreta o atraso na escolarização dos alunos, e gastos desnecessários e duplicados.
- Coordenadores devem orientar os professores para que eles observem, valorizem e estejam atentos para perceber e aproveitar, ao máximo, as aprendizagens já desenvolvidas, sistematicamente, pelos alunos.
- Gestores e Coordenadores dos Programas precisam observar a questão da aplicabilidade dos conteúdos, pois a aplicabilidade dos conteúdos desenvolvidos nos Programas em situações de trabalho e de vida é aspecto de relevada importância para despertar e manter o interesse dos alunos e possibilitar sua inclusão social.
- Autoridades e Gestores precisam promover a articulação entre os Programas e as Instituições que oferecem Educação de Jovens e Adultos. Embora neste sentido algumas medidas já tenham sido tomadas, urge que as mesmas sejam ampliadas e intensificadas para que o trabalho realizado pelos Programas não seja perdido e o aluno não seja afetado pela regressão cognitiva, com a paralisação dos estudos.
- É inadiável que Formuladores de Políticas Públicas, Gestores, Empresários e todos os setores da sociedade unam esforços em busca de estratégias que permitam aos alunos o desempenho de duas ações, para eles de alta relevância: estudar e trabalhar. Vale registrar que de acordo com as circunstâncias de vida do aluno o trabalho sobrepuja o estudo.

- Faz-se necessário que os Formuladores de Políticas Públicas, Autoridades e Empresários, em geral, se preocupem com trabalhadores, fora da regularidade prevista pela Legislação Trabalhista Brasileira, e que busquem alternativas para regularizar a situação funcional dos que trabalham informalmente, apoiem e estimulem os alunos trabalhadores a não desistirem do estudo.
- É importante que os Gestores e Coordenadores dos Programas de Alfabetização orientem e estimulem os professores para ampliarem e aprimorem a utilização da informática como real instrumento auxiliar do trabalho docente.

5.3 ALUNOS E PROFESSORES – ALGUMAS RESPOSTAS COINCIDENTES

5.3.1. Conclusões

- Alunos e Professores informaram acreditar que a ausência do domínio das habilidades da Informática poderá trazer dificuldades para a inclusão social. O acréscimo de noções básicas de informática aos Programas de Alfabetização é inadiável, à vista do espaço que a informática ocupa hoje na vida do homem.
- Alunos e Professores apontaram a Matemática e a Leitura como os conteúdos de mais fácil aprendizagem, pela aplicabilidade direta nas situações de vida. Fica evidenciado que as aprendizagens de utilização imediata tornam-se mais fáceis e mais agradáveis aos alunos.
- Alunos e Professores apontaram a Escrita como o conteúdo de mais difícil aprendizagem, fato ocasionado pelas dificuldades apresentadas pelos alunos, entre elas, a dificuldade para executar os movimentos finos.

3.2. PISTAS PARA REFLEXÃO

- Formuladores de Políticas Públicas e Gestores dos Programas de Alfabetização precisam estar atentos à importância da inclusão de noções básicas de informática nos referidos Programas, sob pena de seus alunos serem alfabetizados no processo formal e permanecerem analfabetos na linguagem da informática.

- Cabe aos Coordenadores dos Programas de Alfabetização aproveitar o gosto dos alunos por aprendizagens de utilização imediata em situações de vida, intensificá-las e, a partir delas, estimular e promover novas e significativas aprendizagens.
- Cabe aos Coordenadores dos Programas de Alfabetização dar atenção às dificuldades de aprendizagem encontradas pelos alunos, como, por exemplo, na aprendizagem da escrita, e orientar os professores para a prática de exercícios, no sentido de minimizá-las ou saná-las.

5.4 AUTORIDADES E ESPECIALISTAS

5.4.1. Conclusões

- Houve unanimidade entre Autoridades e Especialistas na identificação do processo de Alfabetização de Jovens e Adultos como uma das molas propulsoras do desenvolvimento social, o que reforça a escolha do foco deste estudo.
- Com referência ao tratamento dispensado pelo Sistema Educacional Brasileiro à Educação de Jovens e Adultos, em especial à Alfabetização, em comparação ao dispensado às outras modalidades de ensino - Alfabetização de Crianças, Autoridades e Especialistas, informaram perceber que a atenção maior se volta para à Alfabetização de Crianças, em detrimento da Alfabetização de Jovens e Adultos. Este fato faz com que o Alfabetizador de Jovens e Adultos se sinta desvalorizado e com a autoestima em baixa. É de grande importância a correção desse desvio. A valorização do professor alfabetizador é uma das questões cruciais para o sucesso de qualquer Programa de Alfabetização.
- O atual Governo do Brasil desenvolve Programas Sociais, principalmente voltados para população de baixa renda, à qual pertence a maioria dos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. Autoridades e Especialistas ouvidos afirmaram que esses programas não atingem o atendimento ao contingente que deles realmente necessita. Foram apontadas inúmeras razões para tal, dentre elas a dificuldade do acesso e o desconhecimento ou a falha na informação que possibilitaria este acesso.

- A continuidade de estudos dos egressos dos Programas de Alfabetização foi abordada de várias formas pelas Autoridades e Especialistas e teve como pontos comuns, a importância de sua ocorrência e a busca de estratégias para que ela se verifique. A continuidade de estudos dos egressos dos Programas de Alfabetização é aspecto primordial. Para que ela ocorra, faz-se necessário que os Gestores, Coordenadores e Formuladores de Políticas Públicas busquem condições viáveis para que a almejada continuidade se manifeste.
- A Alfabetização de Jovens e Adultos, como alternativa para minimizar a desigualdade social de seus egressos, foi vista de forma diferenciada pelas Autoridades e Especialistas, cujas respostas tiveram como ponto comum que a alfabetização, por si só, não é capaz de possibilitar este salto aos egressos de seu processo.
- Mecanismos que possibilitem os alunos das Classes de Alfabetização a estudarem e trabalharem são questões que tiveram visões diferenciadas pelas autoridades e especialistas. Contudo, há concordância no que se refere à necessidade de se equacionar essas ações tão importantes na vida desses alunos.
- Quanto à possibilidade dos alunos jovens e adultos em processo de Alfabetização terem oportunidade de ocuparem espaços no mercado de trabalho, formal ou informal, as Autoridades e Especialistas se posicionaram de formas diferenciadas: obteve-se respostas que vão do “sim”, “depende da ocupação”, e “dificilmente”. Contudo, os alunos informaram que trabalhavam formal ou informalmente. Merece atenção esta mobilização dos alunos para suprirem a necessidade básica de trabalhar para sobreviver. Este aspecto deve ser levado em conta na Formulação de Políticas Públicas direcionadas a este contingente.
- Buscou-se obter das autoridades e especialistas uma posição acerca do domínio dos conhecimentos básicos de informática como dificuldade a ser enfrentada pelos alunos das Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos. A concordância nesta abordagem foi maior que a discordância.
- Quanto às principais causas do insucesso de sucessivos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, as Autoridades e Especialistas manifestaram-se de forma semelhante, no que se refere à descontinuidade dos Programas em relação

a: (a) mudanças de Governo; (b) falta de ações efetivas que garantam a continuidade de estudo dos egressos dos Programas; (c) carência de professores especializados para atuarem nas classes de Alfabetização de Jovens e Adultos; (d) ausência de políticas públicas com metas a serem alcançadas a médio e a longo prazo; (e) planejamento e reformulação; (f) programas desenvolvidos de forma estanque por falta de integração global; e (g) alheamento em relação às necessidades dos alunos. Estão aí elencadas causas primordiais que podem levar qualquer Programa de Alfabetização ao insucesso.

- Ao serem indagados sobre a existência de uma lacuna entre o que a legislação educacional prevê e o que de fato ocorre, no que diz respeito aos interesses e necessidades dos envolvidos nos Programas de Alfabetização, Autoridades e Especialistas assim se manifestaram (a) A lacuna entre a Lei e a realidade pode originar-se em questões políticas que interferem nas decisões técnicas; (b) há necessidade de atualização da legislação em função da realidade concreta; (c) existem lacunas, não só na Educação de Jovens e Adultos, onde se encontra a Alfabetização, mas em todos os níveis (d) a legislação existe, mas vem desacompanhada de políticas públicas para concretizá-las.

5.4.2 Pistas para Reflexão

- Formuladores de Políticas Públicas e Autoridades precisam, ainda, rever a questão da Alfabetização de Jovens e Adultos e sua importância para a sociedade como um todo, pois há urgência na formulação de Políticas Públicas mais específicas, com vista a alfabetizar aqueles que não tiveram essa oportunidade na idade própria - uma das questões prioritárias, para a inclusão social dessas pessoas.

- Autoridades e Gestores precisam buscar estratégias para que os Professores Alfabetizadores de Jovens e Adultos sejam mais valorizados como profissionais, pois essa desvalorização, declarada e real, faz com que eles se sintam subestimados. É de grande importância a correção desse desvio.

- Autoridades e Especialistas ouvidos afirmaram que Programas Sociais, criados pelo Governo Brasileiro, voltados para população de baixa renda, a qual pertence a maioria dos alunos dos Programas de Alfabetização, não cumprem integralmente uma de suas finalidades: o atendimento ao contingente que deles realmente necessita.
- Cabe aos Formuladores de Políticas Públicas, Autoridades e Gestores dos diversos níveis governamentais, mobilização em busca de outras estratégias, mais eficientes e eficazes, para equacionar as questões que dificultam o acesso das pessoas de baixa renda aos Programas Sociais, criados para o atendimento deste contingente. É preciso diversificar a divulgação dos referidos Programas, por meio das diferentes mídias, e, também junto a outras instituições sociais como igrejas, associações de moradores e escolas para, certamente, alterar esse quadro.
- Faz-se necessário que Formuladores de Políticas Públicas, Autoridades e Gestores busquem soluções viáveis e apresentem propostas que possibilitem a continuidade de estudos dos egressos dos Programas de Alfabetização, aspecto primordial no combate ao analfabetismo.
- É necessário que os Formuladores de Políticas Públicas apresentem propostas que juntem aos Programas de Alfabetização outros Programas Sociais que amparem, assistam e impulsionem os alunos egressos, com vista a diminuir a desigualdade social que fustiga esse contingente.
- É urgente que os Formuladores de Políticas Públicas fiquem atentos às questões de estudo e trabalho, vividas pelos alunos trabalhadores e apresentem propostas que viabilizem condições para equacioná-las, sob pena dos alunos virem a optar pelo trabalho, como forma de sobrevivência, em detrimento ao estudo.
- Formuladores de Políticas Públicas devem levar em conta, na formulação de Políticas direcionadas aos jovens e adultos em processo de alfabetização, a mobilização desses alunos para suprirem a necessidade básica de trabalhar para sobreviver.
- Formuladores de Políticas Públicas, Gestores, e Coordenadores precisam buscar mecanismos que propiciem aos alunos das Classes de Alfabetização, à oportunidade da Alfabetização Digital.

- Formuladores de Políticas Públicas e Gestores precisam observar as possíveis causas do insucesso dos Programas de Alfabetização para viabilizarem ações com maior possibilidade de alcançar metas e objetivos.
- Formuladores de Políticas Públicas e Legisladores precisam estar mais próximos, quer seja no domínio das informações indispensáveis sobre a população que será alvo de suas decisões, quer seja sobre o contexto onde as normas e decisões serão aplicadas, como forma de evitar o distanciamento entre a Lei e a realidade, que ocasiona o nefasto descompasso.
- Formuladores de Políticas Públicas, Autoridades e Gestores, na apresentação de Propostas para a Alfabetização de Jovens e Adultos precisam levar em conta aspectos primordiais tais como: (a) a necessidade de globalização dos conteúdos ensinados nos Programas para maior produtividade no processo de Alfabetização do aluno; (b) problemas de qualidade no ensino oferecido pelo Ensino Fundamental; (c) a precariedade de recursos didáticos disponíveis para a Alfabetização de Jovens e Adultos; (d) a Alfabetização para além da alfabetização; e (e) tratamento condigno a todos os envolvidos com a educação - professores especialistas e pessoal de apoio, incluindo-se os que atuam na Educação de Jovens e Adultos - onde se situa a alfabetização dos maiores de 15 anos.

6. LIÇÕES APRENDIDAS

Ao longo do caminho percorrido, no desenvolvimento deste estudo, foram muitas as lições aprendidas.

Os Alunos das Classes de Alfabetização - jovens, adultos e idosos - têm muito a ensinar a todos que tiverem sensibilidade e disponibilidade para dialogar, aprender com eles e extrair lições, tais como:

- Conhecimento, com maior profundidade do real significado que tem para esses alunos a aprendizagem da Leitura, da Escrita e dos Cálculos, como também, a importância do estímulo para esse grande alcance.
- Compreensão, a partir da convivência com os alunos, de seus interesses e necessidades, bem como o quanto é importante e justo para eles esse tipo de atenção.

- Entendimento, com maior clareza da relevância do conhecimento que o aluno traz consigo, fruto de suas vivências e experiências ao longo da vida e da indispensável inclusão desses saberes no processo de alfabetização.
- Percepção de certo desencanto que se apropria dos alunos a partir de 50 anos, ao concluírem que perderam um tempo precioso de suas vidas sem ler e escrever, ou seja, um tempo de difícil comunicação com o mundo letrado e de difícil resgate.
- Aprendizagem significativa com a resiliência manifestada nos alunos em prosseguirem apesar de todos os obstáculos surgidos, seja no retorno aos Programas de Alfabetização, seja na intenção de dar continuidade aos estudos.
- Consolidação da percepção sobre o quanto é importante para o desenvolvimento do trabalho de alfabetização, a disponibilidade de ouvir os alunos e extrair de suas falas o real significado da linguagem, expressa com o corpo inteiro, além da boca.

Os Professores têm muito a ensinar a todos que se identifiquem ou se sintam comprometidos com a Alfabetização de Jovens e Adultos, e tenham sensibilidade e disponibilidade para dialogar, aprender com eles e extrair lições, tais como:

- Compreensão do quanto é importante a valorização pessoal e profissional, bem como a elevação do nível da autoestima desses profissionais, para que tenham um desempenho que produza resultados satisfatórios e otimizem o processo.
- Apreensão do quanto a empatia pode facilitar o relacionamento aluno-professor, e favorecer, sobremaneira, o processo de Alfabetização.
- Percepção de que os professores em geral, e especialmente os alfabetizadores, devem receber salários compatíveis com a importância das funções exercidas. Quando isto não ocorre, o sentimento de menos valia se faz presente, o que dificulta o crescimento pessoal e profissional.
- Constatação quanto à necessidade de revisão da seleção e utilização dos recursos didáticos para enriquecer as aulas e favorecer a aprendizagem do aluno, para melhorar a efetividade do processo de ensino e aprendizagem.
- Entendimento do grande anseio que têm os professores das Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos em diminuir a distância no que se refere à

valorização e percepção da importância da sua função em relação aos professores das outras modalidades de ensino.

As Autoridades e Especialistas têm muito a ensinar a todos que se sintam comprometidos com as causas da Educação e com a Alfabetização de Jovens e Adultos, desde que se tenha oportunidade de contato com eles e a habilidade de extrair de suas falas grandes lições, tais como:

- Constatação da importância da disponibilidade dos envolvidos para a realização de qualquer trabalho científico. Essa disponibilidade foi encontrada na realização do presente estudo.
- Comprovação da importância do comprometimento de todos com os assuntos ligados às suas áreas de atuação. No caso específico deste estudo, a atenção à Alfabetização de Jovens e Adultos e a apresentação de respostas que conduzam à melhoria dos Programas para combater este flagelo.
- Entendimento da importância da legislação específica, voltada para a Alfabetização de Jovens e Adultos e da preocupação com a correção de possíveis falhas, para promover a necessária adequação entre a lei e a realidade.
- Percepção que têm Autoridades e Especialistas quanto a questões educacionais, de modo geral, e quanto à Alfabetização de Jovens e Adultos, em especial, o que contribuiu sobremaneira para o enriquecimento deste estudo.
- Confirmação do quanto é nefasta a descontinuidade dos Programas que acompanham as mudanças políticas, sem que se faça uma séria avaliação do Programa a sofrer mudanças. Este aspecto foi abordado por todas as Autoridades e Especialistas.

Os Orientadores tiveram muito a ensinar ao longo da realização deste Estudo. De seus ensinamentos foram extraídas lições preciosas, indispensáveis ao desenvolvimento desta Tese de Doutorado. Essas lições com eles aprendidas serão replicadas, por certo, em todos os trabalhos que a Pesquisadora vier a desenvolver a partir da gratificante experiência, da qual se destaca:

- A presença significativa dos Orientadores, tanto de Portugal, como do Brasil, sempre disponíveis para os ensinamentos que possibilitaram à Pesquisadora aprendizagens relevantes.
- A paciência e a perseverança, sempre presentes ao longo das orientações, a credibilidade e o estímulo ao prosseguimento do presente Estudo, fatores indispensáveis à sua realização.
- A valorização à produção e à criatividade, bem como, as correções oportunas que foram indiscutivelmente características indispensáveis para o desenvolvimento de um trabalho deste porte.
- A competência técnica e as qualidades pessoais dos Orientadores que deram à Pesquisadora, condições de concluir este Estudo.

Espera-se que a presente Tese de Doutorado possa gerar contribuições para a pesquisa, na produção do conhecimento, para a prática, no êxito da Alfabetização plena e para a política, na sustentação de Programas de qualidade e grande alcance.

REFERENCIAS

AGÊNCIA EDUCA BRASIL. (2001-2004). In: Dicionário Interativo da Educação Brasileira: EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2004. Disponível em:<<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

AGÊNCIA DO ESTADO. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://institucional.ae.com.br/aeempresa.html>>. Acesso em: 27 set. 2008.

ALERJ NOTÍCIAS. **Plano estadual de educação será enviado à ALERJ em pelo menos 20 dias**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=26752>. Acesso em: 27 set, 2010.

ANALFABETISMO se concentra entre pobres, negros e nordestinos, aponta UNESCO. **Uol Educação**. set. 2008. Disponível em:

<<http://educacao.uol.com.br/noticias/2008/09/08/analfabetismo-se-concentra-entre-pobres-negros-e-nordestinos-aponta-unesco.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

ANALFABETISMO funcional atinge 28% da População brasileira, mostra pesquisa: da agência Brasil. **Folha On line**. São Paulo, São Paulo, 2 dez. 2009.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br>>. Acesso em: 4 set. 2011.

BALBINO, Viviana Rios. Fora, analfabetismo!. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=78771>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

BARRETO, Leonardo. Falta de instrução do eleitorado interfere no aperfeiçoamento da classe política. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jul. 2010.

BARROSO, Maria Alice. **A biblioteca pública na educação do adulto**. Rio de Janeiro: Expressao e Cultura, 1998.

BENTO, Manuel M. S. Algumas reflexões sobre a educação de adultos. **Revista Alerquim**. [S.l.], 2007.

BIZONI, Alessandra Moura. A inclusão como instrumento para assegurar o direito à educação. **Jornal Folha Dirigida**. Rio de Janeiro. 24 abr. 2010. Disponível em: <<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=40568>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

BOKOVA, Irina. **Dia internacional da alfabetização**: 8 de setembro de 2012. Rio de Janeiro: UNESCO, 2012.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Santa Catarina, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2014.

BONETI, L. W. **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí: Unijuí, 1997.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **29-07-2008 Discurso do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva**: durante cerimônia de formatura de alunos do Todos pela Alfabetização (Topa) e premiação. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/29-07-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-formatura-de-alunos-do-todos-pela-alfabetizacao-topa-e-premiacao/view>>. Acesso em: 15 out. 2011.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o plano Brasil Sem Miséria. **[Diário Oficial da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF: Casa Civil, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **[Diário Oficial da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1961.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. **[Diário Oficial da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1967.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **[Diário Oficial da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1971.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **[Diário Oficial da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**, Brasília, DF, [200?a]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 04 set. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Perguntas frequentes**. Brasília, DF, [200?b]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/restaurante-popular/gestor/restaurantes-populares>>. Acesso em: 4 set. 2011.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Social. 2012a

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Base Nacional**: desafios da educação de jovens e adultos no Brasil. Brasília, DF, Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Documento básico do Mobral**, Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de jovens e adultos**: Brasil Alfabetizado inscreverá 2,2 milhões de alunos este ano. Brasília, DF: MEC, 2010a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15684:bra>

sil-alfabetizado-inscrevera-22-milhoes-de-alunos-este-ano&catid=204&Itemid=230>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de jovens e adultos**: redes devem aderir a programa de livros para alfabetização. Brasília, DF: MEC, 2010b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15716:-redes-devem-aderir-a-programa-de-livros-para-alfabetizacao&catid=204&Itemid=86>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Galeria de Ministros**. Brasília, DF, 2012b.

Disponível em:

<www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13462&Itemid=945>. Acesso em: 27 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013a. Disponível em:

<<http://pacto.mec.gov.br/documentos-importantes>>. Acesso em: 01 set. 2013

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação**: razões, princípios e programas. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. **Saiba mais**: programas e ações, Brasília, DF, 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13690&Itemid=817>. Acesso em: 04 set. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior . Programa Universidade Cidadã. In: FORUM DE PRO-REITORES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2000, Brasília. **Anais**Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção básica e a saúde da família. **Diretriz conceitual**. Brasília, DF, [200?c]. Disponível em:

<<http://dab.saude.gov.br/atencaobasica.php#saudedafamilia>>. Acesso em: 15 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portal da Saúde**, Brasília, DF, [20??]. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1095>. Acesso em: 4 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Política Nacional de Ateção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf>. acesso em: 4 set. 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalho Infantil**. Brasília, DF, [200?d]. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/trab_infantil/pub_6361.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Vale Refeição**. Brasília, DF 2006a. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/pat/>>. Acesso em: 15 out. 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Vale Transporte**. Brasília, DF 2006b. Disponível em: <<http://www.datavenia.net/opiniao/vale-transporte.html/>>. Acesso em: 3 ago. 2011.

BRASIL. Portal Brasil. Notícias. **Cerca de 1,5 milhão de jovens e adultos devem ser alfabetizados em 2013**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/05/15/cerca-de-1-5-milhao-de-jovens-e-adultos-devem-ser-alfabetizados-em-2013%20Disponivel%20em%2008/08/13>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

BRASIL. Secretária de Direitos Humanos. **Programa de localização de crianças e adolescentes desaparecidos**. Brasília, DF, [200?e]. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.gov.br/spdca/sgd/redesap>>. Acesso em: 15 out. 2011.

BUARQUE, Cristovam. Bandeiras Incompletas. **Jornal O Globo**: Caderno Opinião, Rio de Janeiro, p. 7, mar. 2008.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Programa minha casa minha vida**: recursos far. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/index.asp>. Acesso em: 15 out. 2011.

CAMPANERUT, Camila. Mercadante anuncia programa de alfabetização de crianças de até oito anos de idade. **Uol Educação**, jan. 2012. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/01/24/mercadante-anuncia-programa-de-alfabetizacao-de-criancas-com-ate-oito-anos-de-idade.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

CANÁRIO, Rui. **Multiplicar as oportunidades educativas**. Lisboa: Debate Nacional sobre Educação, 2005. Disponível em: <http://www.portal.santos.sp.gov.br/seduc/e107_files/downloads/transferencias/oportunidades.pdf>. Acesso em: 2 set. 2013.

CASTRO, Claudio Moura de. **A guerra dos Alfabetizadores**. *Revista Veja*, Rio de Janeiro, n. 2051, p. 20, mar. 2008.

CASTRO, Claudio Moura de. **Comunidade Solidária**: comentários: avaliação qualitativa integrada dos programas inovadores da Comunidade Solidária. São Paulo: UNICAMP, 1999, p. 4.

CASTRO, Rui Vieira de; SANCHO, Amelia Vitoria. Mutuações no campo de educação de adultos: sobre os caminhos da formação de professores. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 29, p. 63-81, jan./mar., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=SO104-40602007000100006&script=sci_arttext&t...>. Acesso em: 23 jul. 2009.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 6., 2010, Belém. *Anais ...* Belém, PA: UNESCO, 2010.

CORRÊA, Arlindo Lopes. (Ed.). **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979. p. 244.

CORREA, Arlindo Lopes. **Educação permanente e educação de adultos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bloch. Ministério da Educação e Cultura/Movimento Brasileiro de Alfabetização, 1977.

CORREIA, Karla. Educar todo mundo não funciona. **Jornal do Brasil**, São Paulo, jun. 2008, Caderno A, p. 3.

CUNHA, Rosa Maria Torte da. **PAS - Programa alfabetização solidária – Tapauá, Amazonas**: um estudo de caso. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Salgado Oliveira, São Gonçalo, 2000.

CUNHA, Rosa Maria Torte da; SARAIVA, Terezinha. **Erradicação do analfabetismo**: um desafio secular. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 23., 2007, Porto Alegre; CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO E COLÓQUIO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO, 5, 2007, Porto Alegre. Trabalhos apresentados... Porto Alegre: ANPAE, 2007. Disponível em <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/387.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2012.

DAMÉ, Luiza. Estamos nos piores do mundo. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mar. 2007. O País, p. 3.

DELORS, Jaques. Educação um tesouro a descobrir. In: **Educação um tesouro a Descobrir**: relatório para Unesco da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Brasília, DF: Unesco, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

DEMO, Pedro. Alfabetizadores: desafios da nova mídia. **Ensaio**: aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 543-564, out./ dez. 2007.

DEMO, Pedro. Inclusão digital: cada vez mais no centro da inclusão social. **Inclusão Social**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/4/7>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

DI PIERRO, Maria Clara. **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília, DF: UNESCO; MEC; RAAAB, 2005. 362 p. (Coleção Educação para Todos; 3).

DI PEIRRO, Maria Clara; GRAZIANO. Mariângela. **A educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

ESTEVES, Regina Célia Vasconcelos. Programa alfabetização solidária: uma estratégia de sucesso para a educação de jovens e adultos no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 6., Lisboa, **Resumos...** Lisboa: CLAD, 2002.

ELIAS, Ester Andrade. **Aspectos importantes da educação de jovens e adultos**. São Paulo: Recanto das Letras, 2000.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. **Quaestio**: Revista de Estudos de Educação. Sorocaba, v. 7, n. 2, p. 97-111, nov. 2005.

FERNANDES, J. **A educação de adultos em Portugal**. Portugal: ed. Guarda Gouveia, 1958.

FIGUEIRA, Mara. Educação: país de analfabetos: a prova Brasil é um dos muitos instrumentos que revelam um quadro dramático para a educação brasileira: crianças e jovens freqüentam a escola, mas não sabem ler, escrever e calcular. **Revista Sociologia**: Portal Ciência & Vida. São Paulo, Ano 2, n. 15, jan. 2008.

FINGER, Mathias. Adaptar a aprendizagem aos novos desafios da sociedade: o direito de aprender. [**Conferência e entrevista na internet**], 2008. Disponível em: <<http://www.deireitodeaprender.com.pt>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

FIORI, Mylena. Brasil alfabetizado tem “baixíssima efetividade” diz ministro da educação. **Agência Brasil**. Brasília, DF, 15 mar. 2007. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-03-15/brasil-alfabetizado-tem-baixissima-efetividade-diz-ministro-da-educacao>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. São paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2000a.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. Unesp, 2000b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Ingrid. Brasil mais Alfabetizado. **Jornal O Estado de Minas**. Belo Horizonte, 15 out. 2010.

GADOTTI, Moacir. **Formação de pessoas adultas**: a última experiência de Paulo Freire. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491ft003Ps002/Formacao_pessoas_adultas.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2012.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GÓIS, Antônio; CONSTANTINO, Luciana. Só 3.2% dos analfabetos... **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 fev. 2007. Cotidiano, p. c-3.

GOÍIS, Chico de. Plano para o ensino: escolas também perto da perfeição. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 25 abr. 2007. O País, p. 3.

GOÍIS, Moacyr de. **Campanha de pé no chão também se aprende a ler – 1961-1980**. Rio de Janeiro: Uma escola democrática 1980.

GUSMÃO, Ronaldo. Déficit de escolaridade. **Jornal O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 8 ago. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ensino, matrícula docentes e rede escolar**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330455&idtema=22&search=rio-de-janeiro|rio-de-janeiro|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2007>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicador nacional do analfabetismo**: um diagnóstico para a inclusão social pela educação. [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo>>. Acesso em: 2 fev. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasília, DF: Pnad; IBGE, 2009. Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.

IOSCHPE, Gustavo. A educação no mundo e a deseducação no Brasil: como será o ensino superior no futuro?. **Revista Veja**, São Paulo, 22. Fev. 2012, n. 2257, p. 78-79.

IRELAND, Timothy. A ineficiência e o imprevisto: os males da educação pública. **Revista Nova Escola**. São Paulo. n. 223, 2009.

IRELAND, Timothy, Brasil alfabetizado reforçará educação de presidiário. **Uol**: portal aprendiz. São Paulo, 9 ago. 2008.

KUPFER, José Paulo. Último segundo. **Portal IG Educação**, 2008. Disponível em: <<http://tvig.ig.com.br/noticias/brasil/ltimo-segundo-jose-paulo-kupfer-8a49802c2b4a9df2012b4bd10b9c274f.html>>. Acesso em: 3 dez. 2009.

LIMA, Licínio C. A educação de adultos não pode estar entregue ao mercado. **Revista o Direito de Aprender**. [S.l.], v. 6, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.direito de aprender.com.pt/revista06-05.html>>. Acesso em: 19 abr. 2008.

LIMA, Licínio C. Cidadania e educação: adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia?. **Revista Educação Sociedade & Cultura**. Porto, n. 23, 2005. p. 71-90.

LIMA, Licínio C. **Organização escolar e democracia radical**: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Licínio C. Modernização, racionalização e otimização: perspectivas neotaylorianas na organização e administração da educação. **Cadernos de Ciências Sociais**. [Portugal], n. 14, p. 119-139, 1994.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. A “teoria da distância transacional” de Michael G. Moore. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/_brazilian/cartas_editor/documentos/teoria_michael.html>. Acesso em: 12 fev. 2007.

MACULAN, Nelson. Nelson Maculan assume a Secretária de Educação. **Jornal O Globo**. 2 jan. 2007. p. A-9. Sociedade e Educação.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Trabalho, profissão e escolarização**: revistando conceitos. São Paulo: Cortez, 2009.

MELLO, Roseli Rodrigues et al. Alfabetização de jovens e adultos e inclusão digital. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo

Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrext/Educa/Educa28.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2007

MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. Documento Base. 1977. [s.n.t.]

MOURA, Tania Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos**: cotribuições de Freire, Ferreiro e Vigotsky. Maceió: Edufal, 1999.

MOURA, Tania Maria de Melo. **Formação de educadores de jovens e adultos**: realidade, desafios e persperctivas atuais. Maceió: Edufal, 2009.

NOTÍCIAS EDUCACIONAIS. **Portal educacional**. Secretário Propõe certificado para alfabetizador, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/noticias/noticiaseduc.asp?ld=290887>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

ODALEA, Cleide Alves; RAMOS, Maria Estela Vieira da Fonseca. Por um sistema de educação permanente. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. (Ed.). **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979.

OLIVEIRA, Ivanilde apoluceno de. **Leituras freirianas sobre a educação**. São Paulo: ed. UNESP, 2003.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos do conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, set. / dez., p. 60-61, 1999.

OLIVEIRA, Lolita Maria et al. **Adulto também tem direito: do analfabetismo a uma política de educação**. Passo Fundo: Ed. UFP, 2005.

PAINI, Leonor Dias et al. Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil. **Acta Sci. Human Soc. Sci.** Maringá, v. 27, n. 2, p. 223-230, 2005.

PALMEIRA, Guilherme. **Avaliação do TCU sobre a alfabetização solidária de jovens e adultos**. Brasília, DF. Tribunal de Contas da União, 2003. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2053798.PDF>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

PELIANO, Ana Maria T. Medeiros; RESENDE, Luis Fernando de Lara; BEGHIN, Nathalie. O comunidade solidária: uma estratégia de combate à fome e à pobreza. **Revista Planejamento e Políticas públicas**. jan./jun., n.12, 1995.

PENNA FIRME, Thereza. Avaliação: tendências tendenciosas. **Ensaio**: aval. pol. públ. educ.. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, abr. / jun. 1994.

PENNA FIRME, Thereza; TIJIBOY, Juan Antonio; STONE, Vathsala Iyengar.

Avaliação de programas sociais: como enfocar e como por em prática. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2007.

PARENTI, Maria Gabriela Faiçal. **As noções de educação permanente e competência: um diálogo entre os campos de educação de pessoas jovens e adultas e trabalho e educação.** Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://forumeja.org.br/gt18/files/PARENTI.pdf_7.pdf>. acesso em 12 fev. 2012.

PERRONI, Vera Maria Vidal. **A campanha de alfabetização em Cuba.** Porto Alegre: ed. UFRGS, 2006.

PNE. **Plano Nacional de Educação.** Aprova o plano nacional de educação para decênio 2011-2020, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

PORTAL APRENDIZ: a cidade é uma escola. **Começa a adesão ao Brasil Alfabetizado.** São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br/content/gistirubru.mmp>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

PORTAL G1. Informações. **Jornal O Estado de São Paulo.** São Paulo, 24 mar. 2008.

PRADO, Ricardo. Consenso Superficial. **Revista Carta na Escola.** [S.l.], n. 28, 2008.

PRIETO, Andréia Cristina Soria. Analfabetismo Funcional. **Gazeta de Cuiabá,** Cuiabá, 2 jun. 2008.

REBÊLO, Paulo. Inclusão digital: o que é e a quem se destina. **Webinsider,** São Paulo, 12 maio 2005. Disponível em: <<http://webinsider.com.br/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

REIS, Fábio Wanderley. 1 em cada 5 eleitores não foi à escola ou é analfabeto. **Folha de São Paulo.** Brasília, DF, 22 jul. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2207201007.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

RIBEIRO, Vera Maria Marsagão. Impactos da escolarização: programa de educação de jovens e adultos, práticas de alfabetismo. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 24., Caxambu. **Trabalhos apresentados...** Caxambu: Anped, 2009. Disponível em: <<http://24reuniao.anped.org.br/T1841995989750.doc>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Atos do poder legislativo.** Lei nº 5.597 de 18 de dezembro de 2009. Institui o plano estadual de educação – PEE/RJ, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2009. 58 p.

RIBEIRO, Fabiana; JUNGBLUT, Cristiane; MARTIN, Isabela. País Não avança no combate ao analfabetismo. **Jornal o Globo**, Rio de Janeiro, 19 set. 2009.

ROPE, Amanda; BARROS, Maria Luisa. Nota vermelha no IDEB. **Jornal O Dia**, Rio de Janeiro, 13 jun. 2008, p. 9.

ROSSI, Clovís. Desigualdade Social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2008.

ROTHES, Luis Areal et al. Para caracterização de formas de Organização e de dispositivos pedagógicos de educação e formação de adultos. In: LIMA, Licínio C. (Org.). **Educação não escolar**: iniciativas de Educação e Formação em Contexto Associativo. Braga: Universidade do Minho, 2006.

SÃO PAULO (Município). Secretária Municipal de Educação. **Orientações didáticas**: alfabetização e letramento – EJA e MOVA. São Paulo: SME / DOT, 2007. Disponível em: <<http://arqs.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br/exp/ejaemova.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

SANTAYANA, Mauro. Ler e escrever. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 fev. 2007, o País, p. A-2.

SANTOS. Maria Manela Ventura; GONÇALVES, Maria Neves Leal. A transversalidade da educação para a cidadania. **Revista Proform@r**. Portugal, n. 11, out. 2000. Disponível em: <http://proformar.pt/revista/edicao_11/transvers_ec.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.

SARAVA, Maria Terezinha Tourinho. **Caminhos trilhados reflexões e fazeres da alfabetização à educação permanente**: por uma política de educação de adultos. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Espaço do Saber, 2004.

SARAVA, Maria Terezinha Tourinho. Sem Censura: educação. **Jornal Folha Dirigida**, Rio de Janeiro, 11 set. 2008. Caderno Educação, p. 3.

SARAVA, Maria Terezinha Tourinho. Sem Censura: erros e acertos do EJA. **Jornal Folha Dirigida**, Rio de Janeiro, 24 jul. 2012. Caderno Educação, p. 3.

SARAVA, Maria Terezinha Tourinho. Sem Censura: os muitos desafios do Brasil. **Jornal Folha Dirigida**, Rio de Janeiro, 4 out. 2007. Caderno Educação, p. 3.

SARAVA, Maria Terezinha Tourinho. Sem Censura: quadro preocupante. **Jornal Folha Dirigida**, Rio de Janeiro, 25 fev. 2011. p. 3.

SARAVA, Maria Terezinha Tourinho. Sem Censura: uma dimensão da vida. **Jornal Folha Dirigida**, Rio de Janeiro, 28 maio 2009. Caderno Educação, p. 3.

SALES, Sandra. Avanços e retrocessos: refletindo sobre educação de jovens e adultos na década de 1990. In: SOUZA, Donald Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de (Org.). **Desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SERRATE, Maria Luisa. **Doce forma básica de ensinar**: uma didática baseada em la psicologia. Madrid: Narcea, S. A, Ediciones, 1997.

SERVA JÚNIOR, M.; JAIME JUNIOR, P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 64-79, maio/jun. 1995.

SILVA, Ana Paula. **Inclusão digital na escola**: utopia ou realidade?. São Paulo: Webartigos, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/inclusao-digital-na-escola-utopia-ou-realidade/54338/#ixzz1x7KT0X00>>. Acesso em: 13 ago 2012.

SILVA, Angela Carrancho da. Educação e tecnologia: entre o discurso e a pratica. **Ensaio**: aval. pol. públ. educ. Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, jul. / set. 2011.

SILVA, Sonia Regina da. Alfabetizar letrando: a caminho da cidadania. **Revista Gestão Universitária**. Rio de Janeiro, 24 jan. 2004.

STUFFLEBEAM, Daniel L. **Guidelines for developing evaluation checklists**: the checklists development checklist (CDC). [S.l.], jul. 2000. Disponível em: <http://www.wmich.edu/evalctr/archive_checklists/guidelines_cdc.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2009.

TFOURI, L. V. **Adultos não alfabetizados numa sociedade letrada**. São Paulo: Cortez, 2008.

TRAVESSINI, Clarice. Autoestima e alfabetização: o que há nessa relação?. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: o tribunal da democracia. **Série inclusão**: a luta dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República. Brasília, DF. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**: lições da prática. Brasília, DF: UNESCO, 2008.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 13 fev. 2009.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura. **Educação de jovens e adultos nos países de Língua portuguesa: novos diálogos para a cooperação sul-sul**. Brasília, DF: UNESCO/MEC, 2007a.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura. **Relatórios de monitoramento global de educação para todos**. Brasília, DF: UNESCO/MEC, 2007b.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura. **Relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos**. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

VASCONCELOS, Maria do Socorro. Alfabetização numa perspectiva da educação libertadora. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, 5., 2005, Recife. **Resumos...**Recife: Colóquio Internacional Paulo Freire, 2005.

WEBER, Demétrio. O Universitário custa 6 vezes mais do que o aluno da Rede Básica. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 14 abr. 2009, p. 3.

WEBER, Demétrio. Programa Brasil Alfabetizado banca turmas inexistente. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2007, Cotiano, p. 3.

WEBER, Demétrio. Propaganda do Mec mente sobre alfabetização. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 5 fev. 2012. Cotidiano, p. C-3.

WERTHEIN, Jorge. Educação científica e inclusão social. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2007. Opinião, p. A-10.

WORTHEN, Blaine. R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

APÊNDICES

Apêndice A - Instrumento de Pesquisa de Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos

(a ser aplicado somente aos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos)

Prezado/(a) Aluno (a)

Estamos realizando um estudo sobre Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos realizados na Cidade do Rio de Janeiro, para verificar até que ponto esses Programas têm real significado na vida pessoal e social dos seus alunos – jovens maiores de 15 anos, e adultos - que ainda não dominam completamente a leitura e escrita.

Para tal, iremos aplicar este instrumento de pesquisa em busca dessas importantes informações. Ao responder a este questionário, você vai dar sua colaboração para a melhoria dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Suas respostas nos darão condições de conhecer você um pouco mais, levantar as mudanças ocorridas na sua vida, desde quando você entrou para este Programa. Queremos também saber se este Programa da Alfabetização tem alguma utilidade para você.

Suas informações, como aluno do Programa de Alfabetização, serão de grande importância para nós.

Contamos com sua valiosa colaboração, desde já agradecemos.

Rosa Torte

1 DO ALUNO

1.1 **Nome do Programa:** _____

1.2 **Endereço do Programa (Bairro):** _____

1.3 **Local de funcionamento do Programa (Escola, Igreja...):** _____

1.4 **Nome do Aluno:** _____

1.5 **Idade:** _____ (anos)

1.6 **Sexo:**

1.6.1 Masculino ()

1.6.2 Feminino ()

1.7 **Como você se considera, quanto à sua etnia?**

1.7.1 Branco ()

1.7.2 Pardo ()

1.7.3 Negro ()

1.7.4 Amarelo ()

1.7.5 Indígena ()

1.7.6 Não respondeu ()

1.8 **Endereço do aluno (bairro):** _____

1.9 **Local de nascimento (estado):** _____

1.10 **Religião:**

1.10.1 Católica ()

1.10.2 Evangélica ()

1.10.3 Protestante ()

1.10.4 Espírita ()

1.10.5 Umbanda ()

- 1.10.6 Candomblé ()
- 1.10.7 Outra religião ()
- 1.10.8 Não pratica religião ()
- 1.10.9 Não respondeu ()

1.11 Estado Civil:

- 1.11.1 Solteiro/a ()
- 1.11.2 Casado/a ()
- 1.11.3 Vive com companheiro/a ()
- 1.11.4 Viúvo/a ()
- 1.11.5 Divorciado/a ()
- 1.11.6 Separado/a ()

1.12 Você tem filhos?

- 1.12.1 Sim ()
- 1.12.2 Não ()
- 1.12.3 Não respondeu ()

1.13 Em caso afirmativo, quantos filhos você tem? _____ filhos

1.14 Qual a faixa etária de seus filhos?

- 1.14.1 0 a 3 anos ()
- 1.14.2 4 a 6 anos ()
- 1.14.3 7 a 11 anos ()
- 1.14.4 11 a 15 anos ()
- 1.14.5 Mais de 15 anos ()
- 1.14.6 Não se aplica ()

1.15 Seus filhos estudam?

- 1.15.1 Sim ()
- 1.15.2 Não ()
- 1.15.3 Já estudaram ()
- 1.15.4 Não respondeu ()
- 1.15.5 Não se aplica ()

1.16 Você teve oportunidade de estudar em escola regular na idade própria?

- 1.16.1 Sim ()
- 1.16.2 Não ()
- 1.16.3 Não respondeu ()

1.17 Em caso afirmativo, quanto tempo você estudou?

- 1.17.1 Menos de 1 ano ()
- 1.17.2 1 ano ()
- 1.17.3 2 anos ()
- 1.17.4 Mais de 2 anos ()
- 1.17.5 Não respondeu ()
- 1.17.6 Não se aplica ()

1.18 Por que você saiu da escola regular?

- 1.18.1 Foi reprovado ()
- 1.18.2 Ficou desinteressado do que estava sendo ensinado ()
- 1.18.3 Precisou trabalhar ()
- 1.18.4 Não gostava da escola ()
- 1.18.5 Para cuidar da família ()
- 1.18.6 Pela distância entre a casa e a escola ()
- 1.18.7 Outra razão () **Qual?** _____
- 1.18.8 Não se aplica ()

1.19 Quando você saiu da escola formal já sabia ler e escrever?

- 1.19.1 Sim ()
- 1.19.2 Não ()
- 1.19.3 Não se aplica ()

1.20 A partir da sua participação no Programa de Alfabetização, você já teve a oportunidade de usar um computador?

- 1.20.1 Sim ()
- 1.20.2 Não ()
- 1.20.3 Não respondeu ()

1.21 Como você classifica a experiência de usar o computador, a partir da sua participação no Programa de Alfabetização?

- 1.21.1 Não gostou, é muito difícil de usar ()
- 1.21.2 Gostou, mas é muito difícil de usar ()
- 1.21.3 Gostou, e conseguiu fazer pouca coisa ()
- 1.21.4 Gostou, e conseguiu fazer bastante coisa ()
- 1.21.5 Gostaria de repetir essa experiência ()
- 1.21.6 Não respondeu ()
- 1.21.7 Não se aplica ()

1.22 Você considera que o computador está presente na vida do homem atual?

- 1.22.1 Sim ()
- 1.22.2 Não ()
- 1.22.3 Não respondeu ()

1.23 Se você respondeu sim, informe em que situações você percebe a utilização do computador?

- 1.23.1 Nas operações bancárias ()
- 1.23.2 Nos pagamentos com cartão de crédito ()
- 1.23.3 Nas eleições para os diversos cargos políticos ()
- 1.23.4 Em outra situação? ()
- 1.23.5 **Em caso afirmativo, qual é a situação?** _____

1.24 Você se beneficia de algum programa social oferecido pelos governos?

- 1.24.1 Sim ()
- 1.24.2 Não ()
- 1.24.3 Não respondeu ()

1.25 Em caso afirmativo, informe qual ou quais os Programas:

- 1.25.1 Brasil Alfabetizado ()
- 1.25.2 Bolsa Família ()
- 1.25.3 Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase ()
- 1.25.4 Erradicação do Trabalho Infantil - PETI ()

- 1.25.5 Farmácia Popular ()
- 1.25.6 Localização de Crianças e Adolescentes desaparecidos ()
- 1.25.7 Minha Casa, Minha Vida ()
- 1.25.8 Restaurante Popular ()
- 1.25.9 Saúde da Família ()
- 1.25.10 Saúde Integral da Mulher ()
- 1.25.11 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU ()
- 1.25.12 Vale-refeição ()
- 1.25.13 Vale-transporte ()
- 1.25.14 Outro () **Qual?** _____

1.26 Como você foi informado da existência deste PROGRAMA que você frequenta?

- 1.26.1 Pelo Professor/Alfabetizador ()
- 1.26.2 Na Igreja ()
- 1.26.3 No trabalho ()
- 1.26.4 Na Associação de Moradores ()
- 1.26.5 Pelos amigos ()
- 1.26.6 Outro meio () **Qual?** _____

2 DESENVOLVIMENTO PESSOAL

2.1 AUTOESTIMA

2.1.1 Você passou a gostar mais de você assim como você é a partir da participação no Programa de Alfabetização?

- 2.1.1.1 Sim ()
- 2.1.1.2 Não ()
- 2.1.1.3 Não sabe ()
- 2.1.1.4 Não respondeu ()

2.1.2 Você passou a cuidar mais de você, a arrumar-se melhor para ir ao trabalho, ou para sair a passeio, ou para ficar em casa, ou para vir ao Programa de Alfabetização?

- 2.1.2.1 Sim ()
- 2.1.2.2 Não ()

2.1.2.3 Não respondeu ()

3 EXPECTATIVAS DE MELHORIA PESSOAL, SOCIAL E FINANCEIRA E CONTINUIDADE DE ESTUDOS

3.1 Você passou a se comunicar com mais facilidade, entender melhor o que lhe é dito, a partir do Programa de Alfabetização, na sua família, no trabalho, na sua igreja...?

3.1.1 Sim ()

3.1.2 Não ()

3.1.3 Não respondeu ()

3.2 Você espera alcançar melhoria financeira, ou seja, obter melhoria no rendimento ou salário, a partir da alfabetização?

3.2.1.1 Sim ()

3.2.1.2 Não ()

3.2.1.3 Não respondeu ()

3.3 Você pretende dar continuidade a seus estudos a partir do Programa de Alfabetização?

3.3.1 Sim ()

3.3.2 Não ()

3.3.3 Não respondeu ()

3.3.4 Em caso afirmativo, informe que nível de escolaridade pretende alcançar na Educação de Jovens e Adultos

3.3.4.1 4ª série do Ensino Fundamental ()

3.3.4.2 Completar o Ensino Fundamental ()

3.3.4.3 Completar o Ensino Médio ()

3.3.4.4 Completar o Ensino Superior ()

3.3.4.5 Não respondeu ()

3.3.5 Em caso negativo, informe o porquê:

4 CONHECIMENTO DE DIREITOS E DEVERES E CIDADANIA

4.1 INTEGRAÇÃO e PARTICIPAÇÃO

4.1.1 **A partir da sua participação no Programa de Alfabetização, você se sente mais integrado à comunidade onde mora?**

4.1.1.1 Sim ()

4.1.1.2 Não ()

4.1.1.3 Não respondeu ()

4.1.2 **Você se sente integrado ao Programa de Alfabetização?**

4.1.2.1 Sim ()

4.1.2.2 Não ()

4.1.2.3 Não respondeu ()

4.2 DIREITOS e DEVERES

4.2.1 **A partir da sua participação no Programa de Alfabetização, você passou a perceber melhor que tem deveres**

4.2.1.1 **Com sua comunidade?**

4.2.1.1.1 Sim ()

4.2.1.1.2 Não ()

4.2.1.1.3 Não sabe ()

4.2.1.1.4 Não respondeu ()

4.2.1.2 **Com sua família?**

4.2.1.2.1 Sim ()

4.2.1.2.2 Não ()

4.2.1.2.3 Não respondeu ()

4.2.1.3 **Com o Programa de Alfabetização?**

4.2.1.3.1 Sim ()

4.2.1.3.2 Não ()

4.2.1.3.3 Não respondeu ()

4.2.1.4 **Com outros grupos dos quais faz parte, ou seja: trabalho, igreja, clube...?**

4.2.1.4.1 Sim ()

4.2.1.4.2 Não ()

4.2.1.4.3 Não respondeu ()

4.2.2 **A partir da sua participação no Programa de Alfabetização, você passou a perceber melhor que tem seus direitos assegurados, pelo fato de**

4.2.2.1 Viver em sua comunidade?

4.2.2.1.1 Sim ()

4.2.2.1.2 Não ()

4.2.2.1.3 Não respondeu ()

4.2.2.2 Frequentar o Programa de Alfabetização?

4.2.2.2.1 Sim ()

4.2.2.2.2 Não ()

4.2.2.2.3 Não respondeu ()

4.2.2.3 Frequentar outros grupos (trabalho, igreja, clube..)

4.2.2.3.1 Sim ()

4.2.2.3.2 Não ()

4.2.2.3.3 Não respondeu ()

4.2.2.3.4 Não se aplica ()

4.2.3 Após sua participação no Programa de Alfabetização, você percebe que tem plena liberdade para praticar sua crença religiosa?

4.2.3.1 Sim ()

4.2.3.2 Não ()

4.2.3.3 Não respondeu ()

4.2.4 Após sua participação no Programa de Alfabetização, você percebe que tem plena liberdade, em sua comunidade, para exercer seu “direito de ir e vir”, ou seja, andar por onde quer, chegar e sair a qualquer hora...?

4.2.4.1 Sim ()

4.2.4.2 Não ()

4.2.4.3 Não respondeu ()

4.3 DOCUMENTAÇÃO CIVIL**4.3.1 Na relação de documentos a seguir, informe qual ou quais você possui:**

4.3.1.1 Certidão de nascimento ()

4.3.1.2 Certidão de casamento ()

4.3.1.3 Carteira de estudante ()

4.3.1.4 Carteira de identidade ()

4.3.1.5 Carteira de trabalho ()

4.3.1.6 CPF ()

4.3.1.7 Título de eleitor ()

4.3.2 **A partir das informações oferecidas pelo Programa de Alfabetização, você considera que é importante ter documentos e apresentá-los, sempre que for necessário?**

4.3.2.1 Sim ()

4.3.2.2 Não ()

4.3.2.3 Não respondeu ()

4.4 CIDADANIA

4.4.1 **Você votou nas últimas eleições?**

4.4.1.1 Sim ()

4.4.1.2 Não ()

4.4.1.3 Não respondeu ()

4.4.2 **Em caso afirmativo, como escolheu seus candidatos?**

4.4.2.1 Ouvindo ou vendo o programa de Propaganda Eleitoral ()

4.4.2.2 Participando de comícios e encontros políticos ()

4.4.2.3 Por informações recebidas no seu trabalho ()

4.4.2.4 Por informações recebidas em sua igreja ()

4.4.2.5 Por ter sido beneficiado com alguma oferta do candidato ()

4.4.2.6 Por conhecer o candidato e acreditar na sua proposta eleitoral ()

4.4.2.7 Por achar que as propostas apresentadas pelos candidatos são importantes para a sua comunidade? ()

4.4.2.8 Por outra razão? () **Qual?** _____

4.4.2.9 Não se aplica ()

4.5 TRABALHO

4.5.1 **Qual é a sua profissão:** _____

4.5.2 **Você teve oportunidade de trabalhar, mesmo não sendo alfabetizado?**

4.5.2.1 Sim ()

4.5.2.2 Não ()

4.5.2.3 Não respondeu ()

4.5.3 **Em caso afirmativo, em que tipo de trabalho?** _____

4.6 **INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

4.6.1 **Está trabalhando, atualmente?**

4.6.1.1 Sim ()

4.6.1.2 Não ()

4.6.1.3 Não respondeu ()

4.6.1.4 **Em caso afirmativo (está trabalhando):**

4.6.1.4.1 Com Carteira assinada ()

4.6.1.4.2 Sem Carteira assinada ()

4.6.1.4.3 Não respondeu ()

4.6.1.4.4 Não se aplica ()

4.6.2 **Você pode sair um pouco mais cedo ou entrar um pouco mais tarde em seu trabalho, para frequentar o Programa de Alfabetização?**

4.6.2.1 Sim ()

4.6.2.2 Não ()

4.6.2.3 Não respondeu ()

4.6.2.4 Não se aplica ()

4.6.3 **Você recebe, no trabalho, algum elogio ou estímulo, por frequentar o Programa de Alfabetização?**

4.6.3.1 Sim ()

4.6.3.2 Não ()

4.6.3.3 Não respondeu ()

4.6.3.4 Não se aplica ()

5 **O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

5.1 **Desde quando frequenta este Programa de Alfabetização?**

5.1.1 Iniciou este ano ()

5.1.2 Desde o ano passado ()

5.1.3 Desde o ano retrasado ()

5.1.4 Não respondeu ()

5.2 Você já participou de outro Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos?

- 5.2.1 Sim ()
5.2.2 Não ()
5.2.3 Não respondeu ()

5.3 Sobre o Programa que você frequentou, informe:

Nome do Programa: _____

5.3.1 Você concluiu a alfabetização no Programa que frequentou?

- 5.3.1.1 Sim ()
5.3.1.2 Não ()
5.3.1.3 Não respondeu ()
5.3.1.4 Não se aplica ()

5.3.2 Se você concluiu a Alfabetização no Programa que frequentou, por que procurou novamente um Programa de Alfabetização?

- 5.3.2.1 Por não ter aprendido a ler ()
5.3.2.2 Por não ter aprendido a escrever ()
5.3.2.3 Por não saber fazer contas ou cálculos ()
5.3.2.4 Para lembrar ou fortalecer o que foi aprendido anteriormente ()
5.3.2.5 Por se achar fraco para prosseguir os estudos ()
5.3.2.6 Por ter encontrado dificuldade para matricular-se ou frequentar as classes de Educação de Jovens e Adultos ()
5.3.2.7 Por ter esquecido o que aprendeu anteriormente ()
5.3.2.8 Por outras razões () **Quais?** _____
5.3.2.9 Não respondeu ()
5.3.2.10 Não se aplica ()

5.3.3 Se você não concluiu a Alfabetização no Programa que frequentou anteriormente, informe os motivos:

- 5.3.3.1 Dificuldade quanto ao horário do Programa ()
5.3.3.2 Dificuldade quanto à compreensão do que estava sendo ensinado no Programa ()
5.3.3.3 Dificuldades financeiras ()
5.3.3.4 Dificuldade de relacionamento com o Alfabetizador/a ()

- 5.3.3.5 Dificuldade de relacionamento com colegas de turma ()
 - 5.3.3.6 Dificuldades com a família ()
 - 5.3.3.7 Distância percorrida para chegar ao local do Programa ()
 - 5.3.3.8 Por não ver a utilidade no que estava sendo ensinado ()
 - 5.3.3.9 Por outro motivo () **Qual?** _____
 - 5.3.3.10 Não respondeu ()
 - 5.3.3.11 Não se aplica ()
-

5.4 Você utiliza o que aprende no Programa de Alfabetização em seu dia-a-dia?

- 5.4.1 Muitas vezes ()
- 5.4.2 Poucas vezes ()
- 5.4.3 Não utilizo ()
- 5.4.4 Não respondeu ()

5.5 Você utiliza em seu trabalho o que aprende no Programa de Alfabetização?

- 5.5.1 Muitas vezes ()
- 5.5.2 Poucas vezes ()
- 5.5.3 Não utilizo ()
- 5.5.4 Não respondeu ()

5.6 Qual dos componentes do Programa de Alfabetização você tem maior facilidade para aprender?

- 5.6.1 Leitura ()
- 5.6.2 Escrita ()
- 5.6.3 Matemática ()
- 5.6.4 Estudos Sociais ()
- 5.6.5 Ciências ()
- 5.6.6 Todos eles ()
- 5.6.7 Nenhum deles ()
- 5.6.8 Não respondeu ()

5.7 Qual dos componentes do Programa de Alfabetização você tem maior dificuldade para aprender?

- 5.7.1 Leitura ()
- 5.7.2 Escrita ()
- 5.7.3 Matemática ()
- 5.7.4 Estudos Sociais ()
- 5.7.5 Ciências ()
- 5.7.6 Todos eles ()
- 5.7.7 Nenhum deles ()
- 5.7.8 Não respondeu ()

5.8 Qual dos componentes do Programa de Alfabetização você mais gosta?

- 5.8.1 Leitura ()
- 5.8.2 Escrita ()
- 5.8.3 Matemática ()
- 5.8.4 Estudos Sociais ()
- 5.8.5 Ciências ()
- 5.8.6 Todos eles ()
- 5.8.7 Nenhum deles ()
- 5.8.8 Não respondeu ()

5.9 Você recebeu livros/ cartilhas para utilizar nas atividades do Programa de Alfabetização?

- 5.9.1 Sim ()
- 5.9.2 Não ()
- 5.9.3 Não respondeu ()

5.10 Em caso afirmativo, este material tem sido útil para você?

- 5.10.1 Muito ()
- 5.10.2 Pouco ()
- 5.10.3 Não tem sido útil ()
- 5.10.4 Não respondeu ()
- 5.10.5 Não se aplica ()

5.11 Você tem acesso a outros materiais de leitura neste Programa de Alfabetização ou fora dele?

5.11.1 Sim ()

5.11.2 Não ()

5.11.3 Não respondeu ()

5.11.4 **Em caso afirmativo, informe quais são esses materiais:**

5.11.4.1 Jornais ()

5.11.4.2 Revistas ()

5.11.4.3 Bíblia ()

5.11.4.4 Texto para acompanhar a Missa ()

5.11.4.5 Propaganda das grandes lojas, supermercados, drogarias ()

5.11.4.6 Cartazes ()

5.11.4.7 Faixas ()

5.11.4.8 Contas de luz, gás, telefone ()

5.11.4.9 Bulas de remédios ()

5.11.4.10 Manuais de instrução ()

5.11.4.11 Não se aplica ()

5.12 **Você é capaz de ler palavras ou mesmo frases, independente do que está aprendendo neste Programa de Alfabetização?**

5.12.1 Sim ()

5.12.2 Não ()

5.12.3 Não respondeu ()

5.13 **Você é capaz de escrever palavras ou mesmo frases fora do que está aprendendo neste Programa de Alfabetização?**

5.13.1 Sim ()

5.13.2 Não ()

5.13.3 Não respondeu ()

5.14 **Já escrevia seu nome completo, antes de frequentar este Programa de Alfabetização?**

5.14.1 Sim ()

5.14.2 Não ()

5.14.3 Não respondeu ()

5.15 Aprendeu a escrever seu nome completo neste Programa de Alfabetização?

- 5.15.1 Sim ()
- 5.15.2 Não ()
- 5.15.3 Não respondeu ()
- 5.15.4 Não se aplica ()

6 SAÚDE**6.1 A partir das informações oferecidas neste Programa de Alfabetização, dentre as ações de saúde preventiva relacionadas a seguir, informe quais você pratica.**

- 6.1.1 Vacinar-se, para evitar o contágio de doenças ()
- 6.1.2 Fazer exames periódicos de saúde ()
- 6.1.3 Verificação da pressão arterial ()
- 6.1.4 Verificação do nível de colesterol ()
- 6.1.5 Verificação do nível de glicose – diabetes ()
- 6.1.6 Beber água filtrada ou fervida ()
- 6.1.7 Proteger-se do sol para evitar possíveis doenças ()
- 6.1.8 Evitar o uso de cigarros ()
- 6.1.9 Evitar o uso de bebidas alcoólicas ()

6.2 Quanto às práticas dos hábitos de higiene, informe, na relação a seguir, aquelas que fazem parte de seu dia a dia, a partir das informações oferecidas neste Programa de Alfabetização

- 6.2.1 Tomar banho diariamente ()
- 6.2.2 Escovar os dentes ()
- 6.2.3 Lavar as mãos antes das refeições ()
- 6.2.4 Lavar as mãos sempre que usar o sanitário ()
- 6.2.5 Manter as unhas limpas e curtas ()
- 6.2.6 Usar roupas limpas ()

6.3 Ao ingressar neste Programa de Alfabetização, você tinha alguma dificuldade na fala, para pronunciar palavras ou frases?

- 6.3.1 Sim ()
- 6.3.2 Não ()
- 6.3.3 Não respondeu ()

6.4 Este Programa de Alfabetização ajudou você a vencer essa dificuldade?

- 6.4.1 Ajudou muito ()
- 6.4.2 Ajudou pouco ()
- 6.4.3 Não ajudou ()
- 6.4.4 Não respondeu ()
- 6.4.5 Não se aplica ()

6.5 Ao ingressar neste Programa de Alfabetização, você tinha alguma dificuldade para enxergar bem?

- 6.5.1 Sim ()
- 6.5.2 Não ()
- 6.5.3 Não respondeu ()

6.6 Este Programa de Alfabetização ajudou você a vencer essa dificuldade?

- 6.6.1 Ajudou muito ()
- 6.6.2 Ajudou pouco ()
- 6.6.3 Não ajudou ()
- 6.6.4 Não respondeu ()
- 6.6.5 Não se aplica ()

6.7 Ao ingressar neste Programa de Alfabetização, você tinha alguma dificuldade para ouvir as coisas que lhe eram ditas?

- 6.7.1 Sim ()
- 6.7.2 Não ()
- 6.7.3 Não respondeu ()

6.8 Este Programa de Alfabetização ajudou você a vencer essa dificuldade?

- 6.8.1 Ajudou muito ()
- 6.8.2 Ajudou pouco ()
- 6.8.3 Não ajudou ()
- 6.8.4 Não respondeu ()
- 6.8.5 Não se aplica ()

6.9 Você tem alguma dificuldade para executar movimentos, como recortar, colar, andar...?

- 6.9.1 Sim ()
- 6.9.2 Não ()
- 6.9.3 Não respondeu ()

6.10 Este Programa de Alfabetização ajudou você a vencer essa dificuldade?

- 6.10.1 Ajudou muito ()
- 6.10.2 Ajudou pouco ()
- 6.10.3 Não ajudou ()
- 6.10.4 Não respondeu ()
- 6.10.5 Não se aplica ()

7 EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

7.1 Quanto à preservação do meio ambiente, informe, na relação a seguir, quais são suas práticas mais frequentes, a partir deste Programa de Alfabetização.

- 7.1.1 Cuidados para não sujar as ruas da comunidade ()
- 7.1.2 Cuidados com o lixo doméstico ()
- 7.1.3 Preservação das plantas e das árvores ()
- 7.1.4 Cuidados para não provocar incêndios ()
- 7.1.5 Cuidados com os animais domésticos – fezes e urina ()
- 7.1.6 Respeito aos animais da mata ()

7.2 Frequência em Atividades Culturais

7.2.1 A partir da sua participação neste Programa de Alfabetização, você aumentou sua frequência em atividades culturais?

- 7.2.1.1 Sim ()
- 7.2.1.2 Não ()
- 7.2.1.3 Não respondeu ()

7.2.2 Em caso afirmativo, que tipo de atividade?

- 7.2.2.1 Cinema ()
- 7.2.2.2 Teatro ()
- 7.2.2.3 Shows musicais ()
- 7.2.2.4 Baile Funk ()

- 7.2.2.5 Pagode ()
- 7.2.2.6 Forró ()
- 7.2.2.7 Roda de Samba ()
- 7.2.2.8 Roda de Chorinho ()
- 7.2.2.9 Dança de Salão (baile) ()
- 7.2.2.10 Seresta ()
- 7.2.2.11 Outras () **Quais?** _____
- 7.2.2.12 Não respondeu ()
- 7.2.2.13 Não se aplica ()

7.3 Frequência em Atividades de Esporte e Lazer

7.3.1 **A partir da sua participação neste Programa de Alfabetização, você aumentou sua frequência em atividades esportivas?**

- 7.3.1.1 Sim ()
- 7.3.1.2 Não ()
- 7.3.1.3 Não respondeu ()

7.3.2 **Em caso afirmativo, que atividades?**

- 7.3.2.1 Futebol ()
- 7.3.2.2 Voleibol ()
- 7.3.2.3 Natação ()
- 7.3.2.4 Ginástica ()
- 7.3.2.5 Outras () **Quais?** _____
- 7.3.2.6 Não respondeu ()
- 7.3.2.7 Não se aplica ()

7.4 Ocupação do tempo livre (lazer)

7.4.1 **A partir da sua participação neste Programa de Alfabetização, como você passou a utilizar seu tempo livre (lazer)?**

- 7.4.1.1 Assistindo a programas de televisão ()
- 7.4.1.2 Ouvindo rádio ()
- 7.4.1.3 Conversando com amigos ()
- 7.4.1.4 Fazendo algum trabalho manual ()

- 7.4.1.5 Fazendo algum trabalho voluntário ()
- 7.4.1.6 Ajudando sua comunidade ()
- 7.4.1.7 Visitando amigos e parentes ()
- 7.4.1.8 De outra forma () **Qual?** _____

8 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

8.1 Na relação a seguir, informe os cursos de formação profissional dos quais você gostaria de participar:

- 8.1.1 Armador de ferros para construção civil ()
- 8.1.2 Auxiliar de cabeleireiro ()
- 8.1.3 Auxiliar de cabeleireiro na confecção de tranças, alongamentos e implantes de cabelos ()
- 8.1.4 Auxiliar de carpinteiro ()
- 8.1.5 Auxiliar de construção civil ()
- 8.1.6 Auxiliar de cozinha ()
- 8.1.7 Auxiliar de instalações elétricas ()
- 8.1.8 Auxiliar de instalações hidráulicas ()
- 8.1.9 Auxiliar de jardinagem ()
- 8.1.10 Auxiliar de limpeza ()
- 8.1.11 Auxiliar de portaria ()
- 8.1.12 Auxiliar de serviços gerais e zeladoria ()
- 8.1.13 Auxiliar de vidraceiro ()
- 8.1.14 Balconista ()
- 8.1.15 Confeiteiro ()
- 8.1.16 Corte e Costura ()
- 8.1.17 Confecção de arranjos de flores ()
- 8.1.18 Confecção de bijuterias ()
- 8.1.19 Confecção de caixas ()
- 8.1.20 Confecção de bordados ()
- 8.1.21 Confecção de enfeites para festas ()
- 8.1.22 Confecção de embalagens para presentes ()
- 8.1.23 Conserto de roupas ()

- 8.1.24 Culinária ()
- 8.1.25 Estética (maquiagem, depilação, *design* de sobrancelhas) ()
- 8.1.26 Manicure e Pedicure ()
- 8.1.27 Pintura de paredes ()
- 8.1.28 Pintura de tecidos ()
- 8.1.29 Unhas de porcelana e arte ()
- 8.1.30 Tricô e Crochê ()
- 8.1.31 Outro () **Qual?** _____

8.2 A renda de sua família é suficiente para atender as necessidades básicas como alimentação, saúde, moradia, transporte?

- 8.2.1 Sim ()
- 8.2.2 Não ()
- 8.2.3 Não respondeu ()

8.3 Você acha que Cursos de Formação Profissional podem melhorar sua renda familiar?

- 8.3.1 Sim ()
- 8.3.2 Não ()
- 8.3.3 Não respondeu ()

9 COMPLEMENTAÇÃO

9.1 Há alguma coisa que você gostaria de nos informar e que não lhe foi perguntada?

- 9.1.1 Sim ()
- 9.1.2 Não ()
- 9.1.3 Não respondeu ()

9.2 Em caso afirmativo, registre o que você gostaria de dizer:

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2011.

Aplicador: _____

Revisor: _____

**Apêndice B - Instrumento de Pesquisa de Programas de Alfabetização
de Jovens e Adultos**

(a ser aplicado somente aos alfabetizadores dos Programas de Alfabetização de Jovens e
Adultos)

Prezado/(a) Alfabetizador/(a),

Estamos realizando estudo sobre Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvidos na Cidade do Rio de Janeiro, para verificar até que ponto esses Programas têm real significado na vida pessoal e social dos seus alunos – jovens maiores de 15 anos, e adultos que ainda não têm pleno domínio das habilidades de leitura e escrita.

Para tal, solicitamos que você responda a este instrumento de pesquisa em busca dessas importantes informações. Ao respondê-lo, você estará colaborando para o aprimoramento dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Suas respostas nos darão condições de conhecer um pouco mais do trabalho que realiza no Programa de Alfabetização, e colher sua opinião sobre estes Programas.

Suas informações, como Alfabetizador, serão de grande importância para nós.

Contamos com sua valiosa colaboração e agradecemos antecipadamente.

Rosa Torte

10 IDENTIFICAÇÃO

10.1 **Nome do Programa:**

10.2 **Instituição a que o Programa é vinculado:**

10.3 **Local de funcionamento do Programa (Escola, Igreja, Clube etc.):**

10.4 **Endereço completo do local de funcionamento do Programa:**

10.5 **Período previsto para o início e término do Programa:**

10.6 **Duração do Programa:**

10.7 **Horário de funcionamento do Programa (dias da semana e horário):**

10.8 **Nome completo do Alfabetizador:**

10.9 **Endereço completo do Alfabetizador:**

10.10 **Local de nascimento do Alfabetizador:**

10.11 **Como você exerce a função de Alfabetizador neste Programa?**

10.11.1 Como Voluntário sem remuneração []

10.11.2 Como Voluntário com remuneração – Bolsista []

10.11.3 Como Estagiário []

10.11.4 Contratado formalmente []

10.11.5 Outra forma? [] **Qual?**

10.12 No caso de sua atividade como alfabetizador ser remunerada, informe em que faixa salarial se encontra sua remuneração?

- 10.12.1 Menor que um salário mínimo []
- 10.12.2 Um salário mínimo []
- 10.12.3 Maior que um salário mínimo []
- 10.12.4 Não se aplica []

10.13 Informe sua Faixa Etária:

- 10.13.1 Menos de 18 anos []
- 10.13.2 De 19 a 24 anos []
- 10.13.3 De 25 a 30 anos []
- 10.13.4 De 31 a 40 anos []
- 10.13.5 De 41 a 50 anos []
- 10.13.6 Mais de 50 anos []

10.14 Sexo

- 10.14.1 Masculino []
- 10.14.2 Feminino []

10.15 Como você se considera, quanto à sua etnia?

- 10.15.1 Branco []
- 10.15.2 Pardo []
- 10.15.3 Negro []
- 10.15.4 Amarelo []
- 10.15.5 Indígena []

10.16 Qual é o seu Estado Civil?

- 10.16.1 Solteiro/a []
- 10.16.2 Casado/a []
- 10.16.3 Vive com companheiro/a []
- 10.16.4 Viúvo/a []
- 10.16.5 Divorciado/a []
- 10.16.6 Separado/a []

10.17 Qual é a sua Religião?

- 10.17.1 Católica []

- 10.17.2 Evangélica []
- 10.17.3 Protestante []
- 10.17.4 Espírita []
- 10.17.5 Umbanda []
- 10.17.6 Candomblé []
- 10.17.7 Outra religião [] **Qual?** _____
- 10.17.8 Não pratica nenhuma religião []

11 ESCOLARIDADE

11.1 Qual seu nível de Escolaridade?

- 11.1.1 Ensino Fundamental Incompleto []
- 11.1.1.1 Até que série cursou? _____
- 11.1.2 Ensino Fundamental Completo []
- 11.1.3 Ensino Médio Incompleto []
- 11.1.3.1 Até que série cursou? _____
- 11.1.4 Ensino Médio Completo []
- 11.1.5 Formação Geral []
- 11.1.6 Ensino Profissional []
- 11.1.7 Magistério – Ensino Normal []
- 11.1.8 Ensino Superior Incompleto []
- 11.1.8.1 Até que série cursou? _____
- 11.1.9 Ensino Superior Completo []
- 11.1.9.1 Habilitação em: _____

11.2 Você realizou Curso de Capacitação para Alfabetizar Jovens e Adultos?

- 11.2.1 Sim []
- 11.2.2 Não []

11.3 Em caso afirmativo informe:

- 11.3.1 Nome do Curso: _____
- 11.3.2 Carga horária total: _____ (horas)
- 11.3.3 Instituição: _____
- 11.3.4 Ano de Conclusão: _____

11.3.5 Não se aplica []

12 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO PESSOAL

12.1 **Você já lecionou em outras classes de Alfabetização de Jovens e Adultos?**

12.1.1 Sim []

12.1.2 Não []

12.2 **Em caso afirmativo, informe há quanto tempo atua como Alfabetizador de Jovens e Adultos**

12.2.1 Menos de 1 ano []

12.2.2 De 1 a 2 anos []

12.2.3 De 3 a 5 anos []

12.2.4 Mais de 5 anos []

12.2.5 Não se aplica []

12.3 **Por que você escolheu atuar na Alfabetização de Jovens e Adultos?**

12.3.1 Porque gosta de lecionar para jovens e adultos []

12.3.2 Porque foi a oportunidade de trabalho que encontrou []

12.3.3 Pela facilidade do horário de trabalho []

12.3.4 Para complementar a renda familiar []

12.3.5 Por outras razões [] **Quais?**

12.4 **Você se sente valorizado por trabalhar com Alfabetização de Jovens e Adultos?**

12.4.1 Sim []

12.4.2 Não []

12.5 **Em caso afirmativo, informe o porquê?** _____

12.6 **Em caso negativo, informe o porquê?** _____

12.7 **Você se sente realizado por ser Alfabetizador de Jovens e Adultos?**

12.7.1 Sim []

12.7.2 Não []

12.8 **Em caso afirmativo, informe o porquê?** _____

12.9 **Em caso negativo, informe o porquê?** _____

12.10 **Você se sente integrado ao Programa de Alfabetização?**

12.10.1 Sim []

12.10.2 Não []

12.11 **Em caso afirmativo, informe o porquê?** _____

12.12 **Em caso negativo, informe o porquê?** _____

12.13 **Você considera que o Alfabetizador de Jovens e Adultos e o Alfabetizador de crianças têm a mesma valorização para o Sistema Social?**

12.13.1 Sim []

12.13.2 Não []

12.14 **Em caso afirmativo, informe o porquê** _____

12.15 **Em caso negativo, informe o porquê** _____

12.16 **Planejamento do Programa de Alfabetização:**

12.17 **Você recebeu Orientações Específicas para o Trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos a ser desenvolvido no período a ele destinado?**

12.17.1 Sim []

12.17.2 Não []

12.18 **Qual é a periodicidade de seu Planejamento para este Programa?**

12.18.1 Semestral []

12.18.2 Bimestral []

12.18.3 Mensal []

12.18.4 Quinzenal []

12.18.5 Semanal []

12.19 **De que maneira é elaborado seu Planejamento para as atividades desenvolvidas neste Programa de Alfabetização?**

12.19.1 Em ação conjunta com a Coordenação do Programa []

- 12.19.2 Com outro colega Alfabetizador []
- 12.19.3 Em ação conjunta com a Coordenação e outros Alfabetizadores do Programa []
- 12.19.4 De outra maneira? [] **Qual?**
-

12.20 Como você planeja as atividades desenvolvidas neste Programa de Alfabetização?

- 12.20.1 Sozinho/a []
- 12.20.2 Em grupo com outros Alfabetizadores []
- 12.20.3 Com a Coordenação do Programa []
- 12.20.4 De outra forma [] **Qual?**
-

12.21 Você planeja diariamente as atividades que desenvolve em suas aulas, neste Programa de Alfabetização?

- 12.21.1 Sempre []
- 12.21.2 Às vezes []
- 12.21.3 Não planejo as atividades diárias []

12.22 Você recebe visita periódica de um técnico, para o acompanhamento do trabalho que está sendo desenvolvido no Programa?

- 12.22.1 Sim []
- 12.22.2 Não []

12.23 Você participa de reuniões periódicas para receber orientações, esclarecer dúvidas e falar sobre o trabalho que está sendo desenvolvido?

- 12.23.1 Sim []
- 12.23.2 Não []

12.24 Você recebe material de apoio para desenvolver seu trabalho com os alunos? [livros cartilhas manual do alfabetizador...]?

- 12.24.1 Sim []
- 12.24.2 Não []

12.25 Em caso afirmativo, o material recebido atende suas necessidades para o desenvolvimento de seu trabalho junto aos alunos?

- 12.25.1 Sim []
- 12.25.2 Não []

12.25.3 Não se aplica []

12.26 Os alunos recebem material de apoio para desenvolvimento do processo de alfabetização [cadernos, lápis, borracha, livros, cartilhas...] ?

12.26.1 Sim []

12.26.2 Não []

12.27 Em caso afirmativo, o material recebido atende às necessidades dos alunos em processo de Alfabetização?

12.27.1 Sim []

12.27.2 Não []

12.27.3 Não se aplica []

12.28 Que matérias compõem o Programa de Alfabetização desenvolvido com seus alunos?

12.28.1 Leitura []

12.28.2 Escrita []

12.28.3 Matemática []

12.28.4 Estudos Sociais []

12.28.5 Educação Ambiental []

12.28.6 Preparação para o trabalho []

12.28.7 Ciências []

12.28.8 Noções Básicas de Saúde []

12.28.9 Noções Básicas de Higiene []

12.28.10 Noções Básicas de Direitos e Deveres []

12.28.11 Noções Básicas de Cidadania []

12.28.12 Outras? [] **Quais?**

12.29 Quando seleciona os conteúdos a serem desenvolvidos em suas aulas, neste Programa de Alfabetização, que aspectos você leva em consideração?

12.29.1 O material de apoio recebido []

12.29.2 As orientações recebidas da Coordenação []

12.29.3 A utilidade do conteúdo para o cotidiano do aluno []

12.29.4 A importância do conteúdo para o aluno em situação de trabalho []

12.29.5 O tempo disponível para o desenvolvimento do trabalho. []

12.30 Informe as atividades que seus alunos têm maior facilidade de desenvolver:

- 12.30.1 Leitura []
 - 12.30.2 Escrita []
 - 12.30.3 Matemática []
 - 12.30.4 Estudos Sociais []
 - 12.30.5 Educação Ambiental []
 - 12.30.6 Preparação para o trabalho []
 - 12.30.7 Ciências []
 - 12.30.8 Desenho []
 - 12.30.9 As que envolvem Noções Básicas de Saúde []
 - 12.30.10 As que envolvem Noções Básicas de Higiene []
 - 12.30.11 As que envolvem Noções Básicas de Direitos e Deveres []
 - 12.30.12 As que envolvem Noções Básicas de Cidadania []
 - 12.30.13 Outras ? [] **Quais?**
-

12.31 Informe as atividades que seus alunos têm maior dificuldade para desenvolver:

- 12.31.1 Leitura []
 - 12.31.2 Escrita []
 - 12.31.3 Matemática []
 - 12.31.4 Estudos Sociais []
 - 12.31.5 Educação Ambiental []
 - 12.31.6 Preparação para o trabalho []
 - 12.31.7 Ciências []
 - 12.31.8 Desenho []
 - 12.31.9 As que envolvem Noções Básicas de Saúde []
 - 12.31.10 As que envolvem Noções Básicas de Higiene []
 - 12.31.11 As que envolvem Noções Básicas de Direitos e Deveres []
 - 12.31.12 As que envolvem Noções Básicas de Cidadania []
 - 12.31.13 Outras? [] **Quais?**
-

12.32 Que recursos didáticos você utiliza para desenvolver suas aulas, neste Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos?

- 12.32.1 Quadro de giz e apagador []
 - 12.32.2 Cartazes []
 - 12.32.3 Murais didáticos []
 - 12.32.4 Trabalhos de recorte e colagem []
 - 12.32.5 Pinturas []
 - 12.32.6 Músicas []
 - 12.32.7 Filmes []
 - 12.32.8 Dramatizações []
 - 12.32.9 Outros? [] **Quais?**
-

12.33 Que Método de Alfabetização você utiliza, prioritariamente, para alfabetizar seus alunos?

- 12.33.1 Silabação []
 - 12.33.2 Palavras Geradoras []
 - 12.33.3 Sentenciação []
 - 12.33.4 Histórias ou Contos []
 - 12.33.5 Outro método? [] **Qual?**
-

12.34 Seu Planejamento inclui o desenvolvimento de Atividades Culturais na classe de Alfabetização?

- 12.34.1 Sim []
- 12.34.2 Não []

12.35 Em caso afirmativo, que atividades são incluídas?

- 12.35.1 Atividades culturais relacionadas às datas cívicas ou religiosas []
- 12.35.2 Atividades culturais relacionadas às possibilidades oferecidas ou apresentadas []
- 12.35.3 Passeios []
- 12.35.4 Visitas []
- 12.35.5 Excursões []
- 12.35.6 Ida ao Cinema []

12.35.7 Outras? [] **Quais?**

12.35.8 Não se aplica []

12.36 **Você participa de outras atividades culturais?**

12.36.1 Sim []

12.36.2 Não []

12.37 **Em caso afirmativo, que tipo de atividade?**

12.37.1 Cinema []

12.37.2 Teatro []

12.37.3 Shows musicais []

12.37.4 Baile Funk []

12.37.5 Pagode []

12.37.6 Forró []

12.37.7 Roda de Samba []

12.37.8 Roda de Chorinho []

12.37.9 Dança de Salão [baile] []

12.37.10 Seresta []

12.37.11 Outra? [] **Qual?**

12.37.12 Não se aplica []

12.38 **Você sugere ou estimula seus alunos a ocuparem seu tempo livre com atividades que fortaleçam o processo de alfabetização?**

12.38.1 Sim []

12.38.2 Não []

12.39 **Como você utiliza seu tempo livre (lazer) ?**

12.39.1 Lendo livros, jornais ou revistas []

12.39.2 Ouvindo rádio []

12.39.3 Assistindo a programas de televisão []

12.39.4 Praticando algum esporte []

12.39.5 Organizando sua casa []

12.39.6 Ajudando sua comunidade []

12.39.7 Visitando amigos e parentes []

12.39.8 De outra forma [] **Qual?**

12.39.9 Não se aplica []

13 OUTRAS INFORMAÇÕES

13.1 Como sua turma, neste Programa de Alfabetização, foi formada?

13.1.1 Informações oferecidas pelas Igrejas ou outros Templos []

13.1.2 Informações oferecidas pelas Associações de Moradores []

13.1.3 Informações oferecidas em cartazes expostos nas Comunidades []

13.1.4 Visitas domiciliares, convidando os alunos para participarem []

13.1.5 Outra [] **Qual?** _____

13.2 Quantos alunos compõem a sua turma, neste Programa de Alfabetização?

_____ alunos.

13.3 Em sua classe existem alunos que frequentaram a escola regular, antes de frequentar este Programa de Alfabetização?

13.3.1 Sim [] **Quantos?** _____

13.3.2 Não []

13.4 Em sua classe existem alunos que frequentaram outro Programa de Alfabetização antes deste Programa ?

13.4.1 Sim [] **Quantos?** _____

13.4.2 Não []

13.5 Em sua Classe de Alfabetização existem alunos que lêem ou escrevem palavras ou frases, independente do que está sendo ensinado no Programa?

13.5.1 Sim [] **Quantos?** _____

13.5.2 Não []

13.6 Seus alunos utilizam as habilidades adquiridas e desenvolvidas no Programa de Alfabetização em outras situações da vida?

13.6.1 Sim []

13.6.2 Não []

13.7 Seus alunos utilizam as habilidades adquiridas e desenvolvidas no Programa de Alfabetização em situações de trabalho?

13.7.1 Sim []

13.7.2 Não []

13.8 Você percebe em seus alunos dificuldades para:

13.8.1 Falar []

13.8.2 Escrever []

13.8.3 Ouvir []

13.8.4 Enxergar []

13.8.5 Movimentar-se []

13.8.6 Não percebe qualquer destas dificuldades nos alunos []

13.9 Em caso afirmativo você ofereceu a estes alunos alguma orientação quanto à dificuldade percebida?

13.9.1 Sim []

13.9.2 Não []

13.9.3 Não se aplica []

13.10 Quais são as alternativas mais viáveis para o prosseguimento de estudos dos alunos de sua Classe de Alfabetização nas séries de Educação de Jovens e Adultos?

13.10.1 Ingresso automático dos alunos da Classe de Alfabetização nas séries da Educação de Jovens e Adultos. []

13.10.2 Articulação dos Programas de Alfabetização com os setores responsáveis pela Educação de Jovens e Adultos para acolher os egressos do Programa []

13.10.3 Esforço para que a escola indicada à continuidade dos estudos dos egressos dos Programas de Alfabetização não se localize muito longe da moradia do aluno e/ou de seu trabalho []

13.10.4 Eliminação de possíveis dificuldades, como apresentação de documentos e atestados, para que a transição dos alunos egressos da alfabetização seja ágil, positiva e integradora []

13.10.5 Outras? [] **Quais?**

13.11 Como você caracteriza sua turma com referência à situação de trabalho e emprego?

- 13.11.1 A maioria dos alunos trabalha informalmente, ou seja, sem carteira assinada []
- 13.11.2 A maioria dos alunos tem emprego formal, ou seja, com carteira assinada []
- 13.11.3 A maioria dos alunos está desempregada []
- 13.11.4 Todos os alunos trabalham, de alguma forma []
- 13.11.5 Nenhum aluno está trabalhando []

13.12 Que medidas podem facilitar aos alunos dos Programas de Alfabetização para que eles tenham condições mínimas de estudar e trabalhar ?

- 13.12.1 Articulação do Sistema Educacional com os outros Sistemas Sociais lutando para a abertura efetiva do espaço de estudo e trabalho para esses alunos []
- 13.12.2 Valorização da Alfabetização como fator de relevada importância para a qualificação da mão de obra atuante no Mercado de Trabalho []
- 13.12.3 Comprometimento de todos os setores da sociedade com a erradicação do analfabetismo []
- 13.12.4 Outras? [] **Quais?** _____

13.13 As exigências do Mundo Digital podem trazer dificuldades para a inclusão social dos alunos dos Programas de Alfabetização?

- 13.13.1 Sim []
- 13.13.2 Não []

13.14 **Em caso afirmativo, informe o porquê:** _____

13.15 **Em caso negativo, informe o porquê:** _____

13.16 Você tem Noções Básicas de Informática, por exemplo, digitar textos, pesquisar, enviar email etc.?

- 13.16.1 Sim []
- 13.16.2 Não []

14 COMPLEMENTAÇÃO:

14.1 Há alguma coisa que você gostaria de nos informar e que não lhe foi perguntada?

14.1.1 Sim []

14.1.2 Não []

14.2 Em caso afirmativo, registre o que você gostaria de informar: _____

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2011.

Aplicador _____

Revisor _____

Apêndice C - Entrevista com Especialistas e Autoridades

Informações Preliminares

Data da Entrevista: ____ / _____ / ____

Nome do/(a) Entrevistador/(a): _____

Nome do/(a) Entrevistado/(a): _____

Cargo ou Função que ocupa atualmente: _____

Cargo ou Função que ocupou no Programa de Alfabetização e ou na Educação de Jovens e Adultos

Introdução

Esta é uma entrevista para registrar sua opinião sobre a Alfabetização de Jovens e Adultos, especialmente na cidade do Rio de Janeiro.

Assim, aqui está um conjunto de indagações que eu gostaria que o Sr. ou Sra. respondesse de acordo com seu ponto de vista.

Sua contribuição será muito valiosa para o melhor conhecimento da situação em questão, o que vai servir para aperfeiçoar os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos e, conseqüentemente, colaborar com a formulação de políticas públicas em favor da Erradicação do Analfabetismo.

Para assegurar a fidelidade de seu depoimento esta entrevista será gravada. O Sr. ou Sra. permite que assim seja feito?

Roteiro para a Entrevista com Especialistas e Autoridades
1. O Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos é uma das molas propulsoras de transformações sociais?
2. O Sistema Educacional dá à Educação de Jovens e Adultos, especialmente à Alfabetização, tratamento similar ao dado às outras modalidades de Ensino - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante e Ensino Superior?
3. Quais os Programas Sociais oferecidos pelos governos seriam importantes para os alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos?
4. Quais os mecanismos necessários à continuidade de estudos dos Jovens e Adultos egressos dos Programas de Alfabetização?
5. As Políticas Públicas formuladas para os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos consideram os interesses e necessidades de seus alunos, com vistas à redução da desigualdade social?
6. Que mecanismos facilitariam os Alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, dando-lhes condições mínimas de trabalhar e estudar?
7. Os Alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos têm condições mínimas de ocupar espaços no Mercado de Trabalho formal?
8. As exigências do Mundo Digital constituem-se em mais uma dificuldade a ser enfrentada pelos alunos dos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos que foram alfabetizados pelo processo tradicional?
9. Quais são as principais causas do insucesso de sucessivos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos?
10. Existe uma lacuna entre o que a legislação educacional prevê e o que de fato ocorre, no que diz respeito aos interesses e necessidades dos envolvidos nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos?
11. Há alguma outra informação que julgue importante acrescentar às suas respostas?

Agradeço sua especial colaboração.

Apêndice D - CHECKLIST

Secretaria Estadual de Educação/RJ	Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro	Colégios da Rede de Ensino Particular da Cidade do Rio de Janeiro	Autoridades e Especialistas
<p>1- Visita</p> <p><i>Objetivo:</i> Apresentar o Projeto e solicitar a autorização para visitar alguns Programas Brasil Alfabetizado, na Cidade do Rio de Janeiro com vista à coleta de dados.</p>	<p>1 - Visita</p> <p><i>Objetivo:</i> Apresentar o Projeto e solicitar a autorização para visitar as escolas municipais onde funcionam classes de alfabetização de jovens e adultos, que com vista à coleta de dados.</p>	<p>1 - Visita</p> <p><i>Objetivo:</i> Apresentar o Projeto e solicitar a autorização para visitar os colégios, com vista à coleta de dados.</p>	<p>1 - Visita</p> <p><i>Objetivo:</i> Viabilizar contatos com as autoridades e especialistas selecionadas para apresentar o Projeto e solicitar sua colaboração no sentido conceder entrevista abordando o tema alfabetização de Jovens e Adultos.</p>
<p>Subsecretaria de Gestão do Ensino Coodenação de Educação de Jovens e Adultos</p> <p>Coordenação do Programa Brasil Alfabetizado.</p>	<p>Gabinete da Secretária</p> <p>Centro de Referência de Educação de Jovens e adultos.</p>	<p>Colégios da Rede de Ensino Particular com turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos.</p>	<p>Autoridades e especialistas previamente relacionados.</p>
<p>2 - Participação de encontros e reuniões</p> <p>Data e Local.</p> <p>.....</p>	<p>2 - Participação de encontros e reuniões</p> <p>Data e local</p> <p>.....</p>	<p>2 - Participação de encontros e reuniões</p> <p>Data e local</p> <p>.....</p>	<p>2 - Contato com as autoridades e especialistas para definir, locais, horários da realização da entrevistas e para solicitar autorização para gravá-las e outras.</p>

3 - Seleção dos Programas a serem visitados.	3 - Seleção das escolas a serem visitadas.	3 - Seleção dos Colégios a serem visitados.	3 - Organização do material necessário para realização das entrevistas.
4 - Elaboração do cronograma de visitas.	4 - Elaboração do cronograma de visitas.	4 - Elaboração do cronograma de visitas.	4 - Elaboração do cronograma de visitas.
5 - Realização das entrevistas com alunos e professores.	5 - Realização das entrevistas com alunos e professores.	5 - Realização das entrevistas com alunos e professores.	5 - Realização das entrevistas com autoridades e especialistas.
<ul style="list-style-type: none"> • Programa A data horário..... Alunos entrevistados..... Professores entrevistados..... Observações • Programa B data horário..... Alunos entrevistados..... Professores entrevistados Observações 	<ul style="list-style-type: none"> • Escola A data horário..... Alunos entrevistados..... Professores entrevistados Observações • Escola B data horário..... Alunos entrevistados..... Professores entrevistados Observações 	<ul style="list-style-type: none"> • Colégio A data horário..... Alunos entrevistados..... Professores entrevistados Observações. • Colégio B data horário..... Alunos entrevistados..... Professores entrevistados Observações 	<ul style="list-style-type: none"> • A Data..... Horário.....Local Observações: • B. Data..... Horário.....Local..... Observações:

6 - Conferência do material preenchido.	6 - Conferência do material preenchido.	6 - Conferência do material preenchido.	6 - Conferência do material escrito ou gravado.
7 - Codificação das fichas das entrevistas: alunos e professores.	7 - Codificação das fichas das entrevistas: alunos e professores.	7 - Codificação das fichas das entrevistas: alunos e professores.	7 - Transcrição das entrevistas: autoridades e especialistas.
8 - Organização do material preenchido para complementar a redação da tese.	8 - Organização do material preenchido para complementar a redação da tese.	8 - Organização do material preenchido para complementar para redação da tese.	8 - Organização do material transcrito para complementar a redação da Tese.
9 - Tratamento estatísticos das questões fechadas.	9 - Tratamento estatísticos das questões fechadas.	9 - Tratamento estatísticos das questões fechadas.	9 - Levantamento, nas respostas, dos pontos análogos e pontos divergentes.
10 - Categorização das questões abertas.	10 - Categorização das questões abertas.	10 - Categorização das questões abertas.	10 - Estruturação do texto referente às informações obtidas das autoridades e especialistas.